

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE LETRAS**

**A EXPRESSÃO DO TEMPO NO ROMANCE HISTÓRICO:
um estudo em *Boca do Inferno*
de Ana Miranda**

IVETE MONTEIRO DE AZEVEDO

Niterói/RJ

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
DOUTORADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
LINHA DE PESQUISA: DISCURSO E INTERAÇÃO**

**A EXPRESSÃO DO TEMPO NO ROMANCE HISTÓRICO:
um estudo em *Boca do Inferno*
de Ana Miranda**

POR

IVETE MONTEIRO DE AZEVEDO

Tese de Doutorado apresentada à Coordenação de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Estudos de Linguagem.

**Orientadora:
Prof^a. Dr.^a Cláudia Nívia Roncarati de Souza**

NITERÓI/RJ

Maio/2008

**A EXPRESSÃO DO TEMPO NO ESTUDO DO ROMANCE HISTÓRICO:
um estudo no livro *Boca do Inferno*
de Ana Miranda**

AZEVEDO, Ivete Monteiro. **A EXPRESSÃO DO TEMPO DO ROMANCE HISTÓRICO**: um estudo em *Boca do Inferno* de Ana Miranda. 2008. 294 f. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

COMPOSIÇÃO DA BANCA

Prof^a. Doutora Cláudia Nívia Roncarati de Souza (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense/UFF

Prof^a. Doutora Amitza Torres Vieira
Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF

Prof^a. Doutora Darcília Marindir Pinto Simões
Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ

Prof. Doutor Humberto Fernandes Machado
Universidade Federal Fluminense/UFF

Prof^a. Doutora Maria Tereza Gonçalves Pereira
Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ

Prof. Doutor Fernando Afonso Almeida
Universidade Federal Fluminense/UFF (Suplente)

Prof^a. Doutora Rosângela Ávila Dantas
Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ (Suplente)

Examinada e aprovada
em: 29/05/2008

Dedicatória

Gracias a la vida, que me ha dado tanto
Me ha dado el sonido y el abecedario
Con él las palabras que pienso y declaro
Madre, amigo, hermano y luz alumbrando
La ruta del alma del que estoy amando
Gracias a la vida, que me ha dado tanto
Me ha dado la marcha de mis pies cansados
Con ellos anduve ciudades y charcos
Playas y desiertos, montañas y llanos
Y la casa tuya, tu calle y tu patio
Gracias a la vida, que me ha dado tanto

PARRA, Violeta. Gracias a la vida. Intérprete:
Elis Regina. In: ELIS REGINA. Millennium. São
Paulo: Polygram, p1998. 1CD. Faixa 6.

Inspirada nos versos da canção-poema de Violeta Parra, dedico este trabalho de modo especial àqueles que, ao longo da minha vida, *têm me dado tanto* para que eu seja uma pessoa melhor:

ao meu querido **pai**, pela sua retidão, determinação e exemplo, tudo isso tem contribuído para a minha formação humana;

à minha saudosa **mãe**, ausente desta vida, mas muito presente em espírito: seus valores, estes são eternos;

à minha **avó**, aos meus **irmãos**: vocês participaram ativamente de todos os momentos (alegres ou tristes) me fazendo crer que tudo vale a pena;

ao **Laércio**, um companheiro ímpar, cuja relação tem sido construída com muito respeito, alegria, admiração e amor. Seu apoio, ao longo desses anos foi muito importante, além da compreensão de que o cumprimento das obrigações de minha vida acadêmica requeria algum sacrifício.

Gracias a la vida, que me ha dado tanto!

AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente a realização desta tese:

a **Deus**, de modo especial, por ter transformado minhas aflições, meus medos e minhas incertezas em determinação e perseverança;

à professora orientadora **Cláudia Nívia Roncarati de Souza**, meus agradecimentos pela incansável dedicação à realização e ao aperfeiçoamento deste trabalho e pelo seu exemplar profissionalismo;

às professoras do Programa de Pós-graduação **Rosane Mauro Santos Monnerat** e **Mariluce Novais**, pela oportunidade de ampliar os meus conhecimentos;

à **Prof^a. Maria Tereza Gonçalves Pereira**, pela oportunidade dada para a ampliação dos meus conhecimentos e por sua especial atenção em aceitar fazer parte, novamente, da banca para o Exame Final. O meu carinho e a minha admiração;

ao **Prof. José Carlos Barcellos**, *in memoriam*, por sua valiosa contribuição ao nosso trabalho;

à **Prof^a Darcília Marindir Pinto Simões** pelas contribuições oferecidas no Exame de Qualificação, as quais permitiram o aprimoramento da tese e por ter aceitado, novamente, o convite para fazer parte da banca para o Exame Final;

à **Prof^a Norimar Pasini Mesquita Júdice** pelas contribuições, também, dadas no Exame de Qualificação que possibilitaram o aperfeiçoamento desta Tese;

ao **Prof. Humberto Fernandes Machado**, pela gentileza de ter aceitado participar da banca para o Exame Final;

à **Prof^a. Amitza Torres Vieira** pela gentileza, também, de ter aceitado o convite para participar da banca para o Exame Final;

ao **Professor Vidigal de Andrade Vieira**, pelos livros concedidos e à **Professora Lídia Maria Nazaré Alves** pelos textos concedidos e pelos comentários pertinentes, na área da Literatura;

às secretárias da Pós-Graduação em Letras, **Nelma, Tânia** e **Pâmela**, pela atenção dispensada às minhas solicitações;

ao **Júnior** e à **Sônia**, pela acolhida no Rio, muitas vezes na madrugada levantaram para me receber. Agradecida!

à **Universidade do Estado de Minas Gerais/UEMG**, em especial à pessoa de **Ana Maria**, na Pós-Graduação, por me fazer acreditar que nada seria empecilho para eu continuar o curso, meu "anjo da guarda". E ao **Evandro**, na Contabilidade, pela paciência e gentileza;

à **Secretaria de Educação de Minas Gerais**, pela concessão dos 2 (dois) anos de licença para o término do Curso;

aos amigos por entenderem a minha ausência;

a todos os meus alunos, minha inspiração para continuar sempre;

em **especial**, à minha grande amiga **Maria da Penha**, com quem pude nesses quatro anos estar muito próxima, afinal foram 400km de ida e volta, semanalmente, Carangola-Rio/Rio-Carangola. Sua companhia para mim foi essencial, por muitas vezes, choramos e rimos, compartilhamos os nossos medos, os nossos cansaços, nossas decepções mas também as nossas alegrias;

à **FAPEMIG**, pela concessão de bolsa nos dois últimos anos do curso.

E por fim, não sendo possível nomear todas as pessoas que, de alguma forma ou outra, me ajudaram a concretizar este trabalho, generalizo os meus agradecimentos. Muito obrigada!

O Tempo

Sou o Tempo que passa, que passa,
Sem princípio, sem fim, sem medida!
Vou levando a Ventura e a Desgraça,
Vou levando as vaidades da Vida!

A correr, de segundo em segundo,
Vou formando os minutos que correm . . .
Formo as horas que passam no mundo,
Formo os anos que nascem e morrem.

Olavo Bilac

Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo tempo tempo tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo tempo tempo tempo.

VELOSO, Caetano. **Oração ao tempo**. Intérprete: Caetano Veloso. In: Cinema Transcendental. São Paulo: Polygram, p. 2002. 1 CD. Faixa 2.

Nosso tempo vivido corre sem fim e sem retorno, é esta a experiência comum. Não reencontramos jamais nossa infância, nem o ontem, nem o instante que acaba de passar.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas: Pontes, 1989. p .71.

AZEVEDO, Ivete Monteiro. **A EXPRESSÃO DO TEMPO DO ROMANCE HISTÓRICO**: um estudo em *Boca do Inferno* de Ana Miranda. 2008. 294 f. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

RESUMO

Esta pesquisa explora a temporalidade verbal no romance *Boca do Inferno* de Ana Miranda, objetivando analisar o tempo verbal e sua projeção discursiva dentro do texto narrativo, à luz da teoria discursiva da temporalização. A partir do estabelecimento de uma interface entre o romance histórico e a História, examinamos a instalação do tempo no enunciado, a demarcação dos intervalos do tempo em que se situa o fato expresso pelo verbo (simultaneidade, anterioridade e posterioridade) e, ainda, a correlação entre tempo verbal, posicionamento enunciativo e voz enunciativa. Nesse romance, o questionamento que se faz sobre a autoridade e sobre a objetividade do discurso histórico depende da existência desse discurso que lhe serve de instrumento. O romance *Boca do Inferno* apresenta uma ambivalência constitutiva: assemelha-se tanto a uma narrativa biográfica (relato da fala de personagem, vida de um poeta desregrado, o Gregório de Matos) quanto a uma narrativa histórica (relato de acontecimento, recriação histórica da ambiência e da época colonial), instaurando, assim, uma duplicidade entre o discurso da ficção e o da História. Um dos resultados relevantes é a constatação de uma estrutura truncada da temporalidade verbal entre o pretérito perfeito e o imperfeito, tempos que habitualmente expressam o mundo narrado. Essa ruptura, reflexo dessa duplicidade, instaura uma estratégia argumentativa intencional, que provoca, em um mesmo segmento narrativo, um deslocamento do ponto de vista do narrador-historiador, codificado pelo pretérito perfeito, para aquele do narrador onisciente intruso, codificado pelo pretérito imperfeito narrativo: assim transvertido, o narrador passa a tecer comentários subjetivo-avaliativos, permeados de um tom satírico, sobre os costumes da época e sobre a Bahia, seus desmandos e sua devassidão.

Palavras-chave: Romance histórico; teoria discursiva da temporalização; instalação do tempo na estrutura narrativa.

AZEVEDO, Ivete Monteiro. **A EXPRESSÃO DO TEMPO DO ROMANCE HISTÓRICO**: um estudo em *Boca do Inferno* de Ana Miranda. 2008. 294 f. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

ABSTRACT

This study explores the verbal temporality in Ana Miranda's novel *Boca do Inferno*, aiming at analyzing the verbal tense and its discursive projection in the narrative text, in the light of a discursive temporalization theory. From the establishment of an interface between the historical novel and History, we examine the installation of the time in the enunciation, the demarcation of the intervals of time in which the fact expressed by the verb is situated (simultaneity, anteriority and posteriority), as well as the correlation between tense, enunciate positioning and enunciative voice. In this novel, the questioning about the authority and about the objectiveness of the historical speech depends on the existence of this very speech which serves as its instrument. *Boca do Inferno* presents an ambivalent constitution: it resembles a biographical narrative (an account of the speech of the characters, of the life of the dissolute poet, Gregório de Matos) as much as a narrative history (historical event, historical recreation of the surroundings and of the colonial time), thus starting a duplicity in the speech of fiction and History. One of the relevant results is the realization of a disrupted structure between the perfect and the imperfect verbal tenses, which habitually express the narrated world. This disrupture, a reflection of this duplicity, starts an intentional argumentative strategy that causes, in the same narrative segment, a point of view displacement of the historian-narrator, codified in the past perfect tense, and that of the oniscient intruder-narrator, codified in the narrative imperfect tense: thus transverted, the narrator starts presenting subjective-critical commentaries, with a satirical tone, of the customs of the time and the city of Bahia, its insubordinations and its lewdness.

Key-words: Historical novel; discursive temporalization theory; installation of the time in the narrative structure.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Divisão Episódica de Boca do Inferno.....	38
Quadro 2-Temporalização e aspectualização temporal.....	66
Quadro 3- Ordenação da temporalidade.....	67
Quadro 4- Codificação dos grupos de fatores.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Situação Comunicativa nos intróitos de Boca do Inferno.....	124
Gráfico 2- Tipo de Seqüência na Inscrição Espaço-Temporal nos intróitos de Boca do Inferno.....	126
Gráfico 3- Modos do Discurso nos intróitos de Boca do Inferno.....	128
Gráfico 4- Momentos Estruturais Constitutivos do Sistema Temporal nos intróitos de Boca do Inferno.....	129
Gráfico 5- Ponto de Vista da Narrativa nos intróitos de Boca do Inferno.....	131
Gráfico 6- Tipo de Segmento de Relato nos intróitos de Boca do Inferno.....	133
Gráfico 7- Vozes Enunciativas das Personagens nos intróitos de Boca do Inferno	134
Gráfico 8- Posicionamento enunciativo do narrador nos intróitos de Boca do Inferno	135
Gráfico 9- Tipo de Seqüência na Inscrição Espaço-Temporal nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno.....	141
Gráfico 10- Modos do Discurso nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno.....	143
Gráfico 11- Momentos Estruturais Constitutivos do Sistema Temporal nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno.....	144
Gráfico 12- Ponto de Vista da Narrativa nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno	146
Gráfico 13- Tipo de Segmento de Relato nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno	147
Gráfico 14- Vozes Enunciativas das Personagens nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno.....	148
Gráfico 15- Posicionamento Enunciativo do Narrador nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno.....	149
Gráfico 16- Tipo de Seqüência na Inscrição Espaço-Temporal no epílogo de Boca do Inferno	153
Gráfico 17- Modos do Discurso no epílogo de Boca do Inferno.....	154
Gráfico 18- Momentos Estruturais Constitutivos do Sistema Temporal no epílogo de Boca do Inferno.....	155
Gráfico 19- Ponto de Vista da Narrativa no epílogo de Boca de Inferno.....	156
Gráfico 20- Posicionamento Enunciativo do Narrador no epílogo de Boca do Inferno	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Modo, Tempo e Voz Verbal nos intróitos de Boca do Inferno.....	121
Tabela 2- Modo, Tempo e Voz Verbal nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno	136
Tabela 3- Situação Comunicativa nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno	139
Tabela 4- Modo, Tempo e Voz Verbal no epílogo de Boca do Inferno.....	150
Tabela 5- Situação Comunicativa no epílogo de Boca do Inferno.....	152
Tabela 6- Tipo de Segmento de Relato no epílogo de Boca do Inferno.....	157
Tabela 7- Vozes Enunciativas das Personagens no epílogo de Boca do Inferno.....	158

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	16
1 ARQUITETURA DISCURSIVA DE BOCA DO INFERNO	20
1.1 História e Literatura: possíveis interfaces	20
1.2 Definição de romance histórico.....	26
1.3 Resumo da obra <i>Boca do Inferno</i>	35
1.4 Plano organizacional da obra.....	38
1.5 Temática e ambiência sócio-histórica.....	41
1.6 Ambivalência da narrativa.....	43
1.6.1 Na estrutura	43
1.6.2 No foco narrativo.....	50
2 QUADRO TEÓRICO E DELIMITAÇÃO DOS GRUPOS DE FATORES...53	
2.1 Noção de tempo.....	53
2.2 O tempo nos verbos	60
2.3 Tempo físico e tempo psicológico.....	61
2.4 Tempo lingüístico e tempos verbais.....	63
2.5 Pluralidade do tempo	64
2.6 Codificação lingüístico-discursiva do tempo.....	66
3 QUADRO METODOLÓGICO	71
3.1 Definição dos grupos de fatores	71
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	122
5 CONCLUSÃO	160
6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	163
7 ANEXOS	170

Anexo A	171
Anexo B	175
Anexo C.....	288

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O que o tempo lingüístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso (BENVENISTE, 1989, p. 74).

O objeto em foco é o estudo da temporalidade verbal em um gênero textual específico, o romance histórico, à luz de uma teoria discursiva da temporalização na interface entre Literatura e História.

Para tanto, propusemos um quadro categorial e o testamos, por meio de amostragem, no romance *Boca do Inferno* de Ana Miranda (1989).

A expectativa é a de que esta pesquisa possa fornecer um instrumental metodológico que permita analisar o *tempo* como categoria verbal e a sua projeção discursiva na narrativização. Nosso objetivo central é examinar a instalação do tempo no enunciado, a demarcação dos intervalos do tempo em que se situa o fato expresso pelo verbo (simultaneidade, anterioridade e posterioridade) e a correlação entre tempo verbal, posicionamento enunciativo e voz enunciativa.

Considerando-se que, segundo Nunes (1995, p.27), a narrativa na obra literária dimensiona-se em três planos – o da *história*, do ponto de vista do conteúdo; o do *discurso*, do ponto de vista da forma de expressão, e o da *narração*, do ponto de vista do ato de narrar – optamos por estudar um gênero que interfaceasse essa tríade: o *romance histórico*, gênero da narrativa histórica ficcional, “[...] caracterizado pela reconstrução, com enredo fictício, dos costumes, da fala e das instituições do passado, numa mistura de personagens históricos e de ficção”¹ em um cenário de transformações sociais, políticas e econômicas.

Um dos aspectos singulares do romance *Boca do Inferno*, na avaliação de Moraes (2003, p.98), é a ambivalência constitutiva no mundo da ficcionalidade: esse romance assemelha-se tanto a uma narrativa biográfica (relato da fala de personagem, vida de um poeta desregrado, o Gregório de

¹ENCICLOPÉDIA Britannica do Brasil, 2007, p. 3. Disponível em <<http://orbital.starmedia.com/~stargate2/romance.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2007.

Matos), quanto a uma narrativa histórica (relato de acontecimento, recriação histórica da ambiência e da época colonial), instaurando, assim, uma duplicidade entre o discurso da ficção e o da história. Nesse romance, o questionamento que se faz sobre a autoridade e sobre a objetividade do discurso histórico depende da existência desse discurso que lhe serve de instrumento:

É preciso, portanto, que o romance primeiro apresente o discurso da história, para depois subvertê-lo e esta subversão deve geralmente ocorrer no nível ficcional. É dando voz aos personagens históricos como testemunhos de um outro possível ponto de vista sobre a história que o romance põe em discussão a autoridade do discurso histórico (MORAIS, loc.cit.).

É esse enfoque discursivo ambivalente do narrador que utiliza o tempo verbal da história narrativa e adota o ponto de vista do poeta Gregório de Matos sobre a história que tornou instigante o estudo da temporalidade no enquadre aqui proposto.

Nosso estudo sobre a expressão do tempo e a projeção discursiva de suas marcas no romance *Boca do Inferno*, em consonância com esse objetivo central, levou também em conta, na postulação dos objetivos específicos, o fato de esse romance dualizar a identificação da temporalidade narrativa ficcional (ponto de vista e voz enunciativa) e a temporalidade histórica (tempo dos acontecimentos, congelado na história), permitindo-nos, assim, estabelecer uma correlação entre as duas formas de expressão da temporalidade (emprego dos tempos e modos verbais).

Nossos objetivos específicos visaram, pois, a observar:

- (i) o jogo de interferências entre os tempos do narrador e os tempos dos personagens, ou seja, do posicionamento, foco ou ponto de vista da narração (cf. NUNES, 1995, p. 76): narrativa em 1ª pessoa, criando um efeito de subjetividade (narrador-protagonista = locução interpessoal e subjetiva do discurso dos personagens), e, em 3ª pessoa, criando um efeito de sentido de objetividade ou de neutralidade (narrador onisciente = locução impessoal, objetiva da narração dos acontecimentos); (cf. FIORIN; SAVIOLI, 1998a; RICOEUR, 1997b, p. 149-160; FRIEDMAN, 1967);

(ii) a perspectiva comunicativa com a qual nos orientamos no mundo comentado e no mundo narrado (cf. WEINRICH, 1968, p. 61-80; RICOEUR, 1997a, p. 7-10) e a perspectiva da locução, isto é, dos tempos, modos e vozes dos verbos (NUNES, 1995, p.76);

(iii) as categorias tipológicas do momento da enunciação (cf. FIORIN, 2002, p.142-148; CORÔA, 2005, p. 11-12; ILARI, 1997, p. 13-24): concomitância (simultaneidade) vs não-concomitância (anterioridade vs posterioridade);

(iv) os momentos estruturais constitutivos do sistema temporal (cf. BARBOSA, 1862, p. 155-156; REICHENBACH, 1947, p. 38; FIORIN, 2002, p. 142-148; ILARI, 1997, p. 13-24): momento da fala (MF), momento do evento (ME) e momento de referência (MR) ;

(v) os mundos discursivos, sinalizados através da organização do conteúdo temático, (desenvolvido nos intróitos, nos capítulos e nos epílogos), dos planos da enunciação com e sem embreantes² e do posicionamento enunciativo: grau de envolvimento do narrador (enunciado embreado, com marcas de envolvimento do narrador, cf. MAINGUENEAU, 2001a, p. 113; MAINGUENEAU, 2001b, p.50; enunciado não-embreado (distanciamento do narrador, cf. MAINGUENEAU, 2001a, p. 113; 2001b, p. 50; CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 181-182); vozes enunciativas das personagens (presença detectável de um discurso outro ao longo do texto, cf. MAINGUENEAU, 2001b, p. 78-79); inscrição espaço-temporal (seqüências descritivas e narrativas da ambiência sócio-histórica em que se

² SIMONIN-GRUMBACH. J. Pour une typologie des discours. In: KRISTEVA. J. (Éd.) et. al. **Langue, discours, société**. Paris: Seuil, 1975. Embreantes, também denominados de elementos dêiticos, dêiticos, ou, às vezes, elementos indiciais, são os elementos que, no enunciado, marcam a embreagem, conjunto de operações pelas quais um enunciado se ancora na sua situação de enunciação. A noção de embreantes está detalhada no capítulo 3.

inscrevem as ações ou eventos históricos, cf. BRONCKART, 1999, p. 152).

A partir da postulação desses objetivos específicos, delimitamos os grupos de fatores (ver 3. 1) que foram aplicados, por amostragem, na análise do romance, pressupondo uma estreita correlação ou imbricamento entre eles.

A organização desta tese foi assim constituída:

Na introdução, definimos o objeto e os objetivos do estudo e a pergunta fundadora com seus desdobramentos; apontamos, também, a perspectiva teórica adotada: a teoria discursiva da temporalização.

No capítulo 1, delineamos a arquitetura discursiva do romance *Boca do Inferno*, estabelecendo, inicialmente, uma distinção entre História e Literatura; em seguida, definimos romance histórico, apresentando um breve resumo da obra em foco e seu plano organizacional, contextualizamos a temática e a ambiência sócio-histórica e, por fim, detalhamos a ambivalência da estrutura narrativa em relação à estrutura e ao foco.

No capítulo 2, especificamos nossa orientação teórica e delimitamos os grupos de fatores que nortearam nossa análise.

No capítulo 3, apresentamos o quadro geral dos parâmetros balisadores de nossa análise.

No capítulo 4, demonstramos a análise dos resultados.

No capítulo 5, destacamos nossas conclusões.

No capítulo 6, incluímos as referências bibliográficas das quais nos valem para fundamentar nossa pesquisa.

No capítulo 7, anexamos as partes da obra analisada: o intróito completo de cada capítulo, os excertos de capítulos e o epílogo completo.

Neste capítulo, caracterizamos a arquitetura da obra em foco, partindo das controvérsias e das possíveis interfaces entre Literatura e História, e definimos o romance e, dentro dele, o romance histórico. Em seguida, apresentamos uma síntese da trama narrativa, destacando o plano organizacional, a caracterização, a movimentação dos personagens e, ainda, a temática e a ambiência sócio-histórica em que essa obra se inscreve. Por último, apontamos a ambivalência da narrativa em termos de sua estrutura e de seu foco narrativo.

1.1 História e Literatura: possíveis interfaces

Ao se tratar do discurso historiográfico não se pode deixar de mencionar a conflituosa relação existente entre História e Literatura. As controvérsias dessa relação (AGUIAR, 1987, p. 107-114) se ancoram nas discussões sobre o quanto há de artístico e de científico dentro do discurso histórico e, assim também, sobre a existência de uma orientação teórico-ideológica atribuída ao discurso histórico, uma vez que o pensamento tradicional que trata da História na perspectiva de ciência tem perdido espaço para as abordagens mais diversificadas, tanto que há quem questione o forte componente literário presente na configuração do texto historiográfico.

Este capítulo discute essas controvérsias e aponta suas possíveis interfaces.

História e Literatura, inicialmente, eram consideradas como detentoras de uma mesma função – narrar a experiência e o acontecido com o objetivo de orientar e elevar o homem. Esse vínculo entre História e Literatura foi sendo desfeito, pois, por várias vezes, houve tentativas de se opor uma a outra. Esse movimento objetivava não só ocultar, mas, também, não reconhecer as semelhanças existentes entre o estilo e o conteúdo que caracterizavam a História e a Literatura.

Paulatinamente, em face do longo processo de tomada de consciência do homem e de sua existência social, essas duas áreas do

conhecimento distinguiram-se, singularizaram-se e especializaram-se. No século XIX, segundo Maestri (2002, p. 2), houve uma aproximação entre elas; todavia, algum tempo depois, distanciaram-se novamente. As peculiaridades existentes entre essas disciplinas se acentuaram, qualitativamente, após o final do século XVIII com a Revolução Burguesa.

Para alguns historiadores, essas experiências originaram-se da insatisfação do povo francês, já que era visível o descontentamento com um regime que primava por inúmeros privilégios e abusos: a nobreza e o alto clero possuíam as melhores e as mais extensas propriedades, já os camponeses eram submetidos aos impostos reais, ao dízimo eclesiástico e aos direitos senhoriais e viviam no campo sob os ditames do sistema feudal.

A partir da segunda metade do século XIX, segundo Silva Júnior (2006, p. 59), iniciou-se a crise do conhecimento histórico, acompanhada de um certo enfraquecimento da ideologia positivista e de outras correntes afins, que primavam pelo caráter científico da historiografia produzida pelo historiador. Além disso, outros fatores contribuíram para essa crise, como a necessidade de conferir maior autonomia e especificidade ao instrumental metodológico inerente à Literatura. Esses fatores fizeram-se presentes tanto nas obras historiográficas quanto nos questionamentos dos historiadores que se mostravam contrários ao modelo cientificista imposto pela escola tradicional às práticas historiográficas.

Para Silva Júnior³, a imposição acadêmica, associada à rigidez disciplinar e ao caráter científico a que eram submetidos os historiadores no século XIX e que perdura nos dias atuais, deu lugar a uma flexibilização que possibilitou com que outras áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Economia, a Psicologia, a Sociologia e a Literatura passassem a ser adotadas por alguns historiadores como subsídio para as pesquisas realizadas e, também, como recursos interpretativos dos acontecimentos históricos estudados.

De acordo com Maestri⁴, esses fatos foram importantes para a historiografia científica e para o romance histórico, pois possibilitaram a vinculação da História ao romance histórico: a narrativa ficcional em prosa almejava uma reprodução artística fiel de uma era histórica concreta. As interpenetrações existentes entre História e Literatura evidenciam uma tendência

³ Op. cit., p. 59.

⁴ Id., p. 4.

própria da narrativa em prosa em retratar temas históricos, sem perder de vista as singularidades dos fatos ocorridos.

Na visão de Mendonça e Alves (2007), o entendimento de Literatura como manifestação cultural tem permitido ao historiador assumi-la como um espaço de pesquisa, na medida em que vê possibilidades de fazer registros da historicidade do homem, focalizando os seus anseios e a sua visão de mundo.

Quanto aos escritores, mesmo que recontem os fatos sem um compromisso com a verdade, ainda assim é possível perceber que a imaginação do escritor produz imagens que levam o leitor a fazer uso delas no momento em que lê e, então, encontrar outra maneira de ler os acontecimentos reais que motivam a arte literária.

A noção de que Literatura e História são campos distintos foi instituída como teoria no século XIX e se estendeu até o século XX: a Literatura ficcionaliza a realidade e a História a estabelece. A legitimidade de registrar a realidade do passado caberia prioritariamente à História. No entanto, o conflito ainda persiste, pois os historiadores consideram que só a História poderá retratar com legitimidade os fatos do passado, enquanto que a Literatura os recria, a partir de um ponto de vista subjetivo.

No entanto, essa teorização, ao propor a separação entre História e Literatura, ignorou as produções ficcionais e históricas da época e consolidou a contestação a essa conceituação por parte da teoria e da arte pós-moderna.

Tempos depois, houve ponderação quanto ao caráter científico da narrativa histórica e a idéia do conhecimento relatado, em face da fragilidade da realidade histórica como produto da subjetividade do historiador, vista, também, como ilimitada e passível de erros. O sujeito historiador também interpreta os fatos de acordo com a seleção e a organização da realidade que acontece numa narrativa histórica.

Mesmo que a descrença no discurso científico sobre o homem e a sociedade tenha intensificado ainda mais a crise dos paradigmas de interpretação da realidade do século XX para o século XXI, a discussão sobre o imbricamento da História com a Literatura persiste desde a década de 70.

Stone (1991, p. 12-27) já prenunciou um ressurgimento da narrativa na historiografia recente, por causa do declínio da história científica. O

autor, ao associar a história narrativa à narrativa dos novos historiadores, chamou a atenção para a nova tendência, por considerar que os historiadores sempre contaram histórias.

Segundo Mendonça e Alves⁵, o historiador, ao escolher os fatos para a construção de sua obra, já faz uma intervenção.

Barthes (2004, p. 164) considera que a História deve ser vista, se não como ficção, pelo menos como discurso. Eis o seu questionamento: “[...] essa narração difere realmente, por algum traço específico, por uma pertinência indubitável, da narração imaginária, tal como se pode encontrar na epopéia, no romance, no drama?”, indaga. Ainda, segundo o semiólogo, tanto a narrativa de ficção quanto o discurso histórico, do ponto de vista da estrutura, são narrativas que compartilham diversas características.

Já White (2001, p.98) baliza as discussões sobre o discurso historiográfico e o literário e considera que:

[...] de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências.

White igualmente não concorda com a idéia de que a ficção verbal da história seja um discurso destituído de valor. Para ele, a ficção é um elemento que está sempre associado a muitos tipos de conhecimento.

Na opinião de Hutcheon (1991, p. 121-137), a ficção e a história, na perspectiva da escrita pós-moderna da História e da Literatura, são discursos constituídos de sistemas significativos que dão sentido ao passado, pois o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que tornam os acontecimentos em fatos da história.

No século XIX, Literatura e História eram consideradas como áreas afins, posto que buscavam interpretar as experiências vivenciadas com o intuito de orientar e elevar o homem (cf. NYE, 1966, p. 12).

Depois veio a separação: Literatura e História passaram a ser vistas como disciplinas diferentes. Todavia, o hiato que se formou entre o literário e o histórico é contestado tanto na teoria quanto na arte pós-moderna, uma vez que as recentes leituras críticas da História e da ficção têm se

⁵ Ibid., p. 4.

concentrado mais no que as duas formas de escrita têm em comum do que em suas diferenças.

Segundo Lima (1991, p.148),

[...] é interessante notar que o desenvolvimento do romance se dá *pari passu* com o desenvolvimento da escrita da história. História e romance são formas discursivas firmadas sobre o mesmo veículo: a prosa narrativa. Daí mesmo a dificuldade de perceber-se e aceitar-se sua inscrição em campos discursivos diversos, sujeitos a exigências distintas, em vez da tendência mais freqüente de subordinar uma à outra. (Historicamente, essa tendência sempre se fez no sentido de subordinar o romance à verdade da história.

Mesmo Aristóteles (2001, p. 14) já pensava que o historiador e o poeta não se distinguem um do outro pelo fato de o primeiro escrever em prosa e o segundo em verso: o historiador, ao relatar o passado só poderia falar a respeito daquilo que aconteceu, já o poeta, sobre o que poderia acontecer.

Lembremo-nos de Todorov (1981a, p. 18)

[...] a literatura não é um discurso que possa ou deva ser falso [...] é um discurso que, precisamente, não pode ser submetido ao teste da verdade; ela não é verdadeira nem falsa, e não faz sentido levantar essa questão: é isso que define seu próprio status de "ficção".

Para Mignolo (1993, p. 285), a comunidade historiográfica e a literária compartilham alguns procedimentos metateóricos a respeito das noções de "convenção de veracidade" e "convenção de ficcionalidade". A depender das normas literárias, o discurso pode enquadrar-se na convenção de ficcionalidade, embora esta não seja condição indispensável. No discurso histórico, a submissão à convenção de veracidade, protocolo de verdade, é indispensável.

Para Weinhardt (2007, p. 285), o discurso histórico e o ficcional são próximos, mas não se confundem. Quando um permeia o outro, perde sua identidade originária para assumir o estatuto do outro. Essa autora, entanto, considera que a verossimilhança da ficção não é a mesma da história. Para ela, é verossímil aquilo que se constrói como verdade. O ponto axial da questão, portanto, gira em torno da aceitação de verdade.

Ainda de acordo com Lima, (1989, p.105-106),

[...] a verdade [...] não deve ser considerada o eixo único de todos os discursos. O discurso ficcional, ao mudar a forma de relação com o mundo, também muda sua relação com a verdade. Ele a

fantasmagoriza, faz o verossímil perder seu caráter subalterno e assumir o direito de constituir um eixo próprio. [...] os vários discursos não se orientam por um mesmo centro. O valor social do discurso ficcional não parece estar tanto no questionamento que ofereça dos discursos de verdade mas em não ter condições internas, pelo próprio tipo de verossímil que atualiza, de se tornar verdade.

Weinhardt (op. cit.) acredita que, nessa discussão entre o discurso histórico e o ficcional, não se pode ignorar que o romance voltado para uma instância temporal passada é uma das linhas fortes da ficção contemporânea: o romance histórico em que se inscreve o envolvimento da história com a literatura nunca deixou de existir. O estatuto especial do romance histórico em face do discurso historiográfico, nos seus pontos de aproximação e de singularização, talvez seja mais bem definido mais em termos de distinções temáticas do que estruturais.

Contudo, é importante enfatizar que o romance histórico se serve de fontes documentais do próprio discurso historiográfico, ainda que evocados ou eventualmente colados ao discurso ficcional. Ao serem apropriados pelo ficcionista, os documentos não desempenham as mesmas funções que lhes são atribuídas pelo historiador, já que o ficcionista lhes confere atributos literários e estéticos ao se apropriar de eventos e personagens históricos, instaurando um discurso sobretudo intertextual. Nesse aspecto, podemos invocar a visão de Bakhtin (1992, p. 314): “[...] Nossa fala, isto é, nossos enunciados (que incluem as obras literárias), estão repletos de palavras dos *outros*, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado”. Se o traço definidor do discurso romanesco é a confluência de muitos discursos, este traço parece geralmente mais evidente no romance histórico. Nele há o discurso do historiador, o do antropólogo, o do sociólogo, o do jornalista, o do etnógrafo.

1.2 Definição de romance histórico

Segundo Moisés (1971, p. 165), a palavra “romance” deve ter surgido de *romans* (vocábulo de origem provençal), que se originou da expressão latina *romanicus* ou, senão, do termo *romanice*, que fazia parte da expressão *romanice loqui*, cuja significação é falar romanico, isto é, “[...] o Latim estropeado no contacto com os vários povos conquistados por Roma, em

oposição a *latine loqui*, “falar latino”, isto é, a língua empregada na região do Lácio e arredores”.

O falar *romance*, segundo o mesmo autor, passou a caracterizar, durante a Idade Média, as línguas usadas pelos povos que estavam sob o domínio romano. Mais tarde, essa expressão serviu para denominar a própria linguagem do povo, diferenciando-a da linguagem dos eruditos. Tempos depois, esse mesmo termo passou a se referir a composições literárias de cunho popular, folclórico. Essas composições literárias de natureza imaginativa e fantasiosa passaram, também, a ser denominadas de romance assim como as narrativas em prosa e em verso. No primeiro caso, encontram-se os chamados *romances de cavalaria*. Essa mesma denominação era conferida aos poemas narrativos que contavam as façanhas dos cavaleiros e aos poemas que versavam sobre temas amorosos, épicos, moralistas, satíricos, etc.

Aguiar (1974, p. 8) considera que o romance é uma forma literária relativamente moderna, apesar de que, na literatura helenística e na literatura latina, as narrativas literárias já se fizessem presentes, como no *Satiricon* de Petrónio, valioso documento de denúncia social.

Na Idade Média, a palavra *romance*, derivada de *romanice*, advérbio latino que quer dizer ‘à maneira dos romanos’, designou originalmente a língua vulgar, a língua românica. Depois, o termo *romance* passou a designar composições literárias, escritas em língua vulgar⁶. Mesmo com toda a sua

⁶ **USINA DE LETRAS.** Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php>. Acesso em 01 de maio de 2008. “O processo de romanização abarcou vários povos e culminou com a plena hegemonia do Império Romano a partir do período republicano e durante todo o período imperial. Conseqüentemente, o latim também se misturou com as línguas dos povos dominados ao redor de Roma, que eram em sua maioria pessoas humildes sem instrução ou cultura erudita, analfabetos que estavam mais preocupados com o pão do dia de amanhã do que com as abstrações dos poetas latinos; e mais tarde com a dos povos conquistados. Maurer Jr. (1962) dirá que a plebe do tempo era constituída de elementos sociais vários, de muitas famílias de origem antiga mescladas com elementos adventícios diversos. Essa classe mista, sem contacto com o passado, porque não sabia donde vinha, não incorporava em si um ideal de cultura ou classe. Crescendo constantemente pela agregação de novos elementos, pois nela se fundiam quase sempre os imigrados de toda parte, veio a constituir a grande massa dos habitantes de Roma e do Lácio e, mais tarde, de todas as regiões latinizadas (MAURER JR., 1962, p. 57). Dessa forma, essa grande massa de artesãos, comerciantes, agricultores e, mais tarde, estrangeiros decorrentes das conquistas, entre outros, não tinha acesso ao latim clássico, ou melhor, à elite desse latim. Eram na verdade pessoas que obrigaram-se a aprender oralmente o latim falado pelos cidadãos de Roma ou, como no caso das conquistas, normalmente o falado pelos soldados e administradores, que já não era, de todo, o latim aristocrático. Numa brilhante colocação que vem completar as conclusões de Maurer acima, Schuchardt, um dos fundadores da revista *Wörten und Sachen*, que deu nome ao movimento “Palavras e Coisas”, uma corrente dos estudos romanísticos, diz: o problema é, de fato, muito difícil, porque a expressão latim vulgar não significa uma só linguagem, mas uma soma de camadas lingüísticas e dialetos, desde o latim até o aparecimento das línguas românicas (Schuchardt apud Silva Neto, 1957, 15). É importante salientar também, juntamente

flutuação de significado, o termo passou a denominar sobretudo as obras literárias de característica narrativa; no início essas narrações ocorreram em versos, mais tardiamente surgiram as narrativas em prosa.

Essa mesma expressão *romance* serviu, ainda, durante a Idade Média para designar composições curtas de estruturas elementares e de linguagem simples e fluida. Com esse sentido, a palavra continuou a ser empregada na Espanha.

Foi na Espanha onde mais se cultivou o *romance* em verso, que se tornou uma modalidade literária quase que exclusiva daquele país.

Entretanto, somente nos meados do século XVIII surgiu o *romance* tal como é entendido atualmente. Posteriormente, apareceu com outros significados no período do Romantismo, época em que ocorreu uma ampla revolução cultural empreendida pela Escócia e pela Prússia. Essa modalidade de gênero textual e literário combinava com o novo espírito que surgia em consequência do natural desgaste das estruturas sócio-culturais trazidas pela Renascença.

Diante desses acontecimentos, o *romance* surgiu como uma modalidade artística burguesa, suplantando a epopéia, considerada, até então, a expressão nobre da arte dentro da linha tradicional aristotélica. Com isso, coube ao *romance* representar o papel antes destinado à epopéia, ou seja, ser o espelho de um povo e a imagem fiel de uma sociedade. Porém, há de se considerar que, entre o *romance* e a epopéia há muitas afinidades, já que esses gêneros literários tendem a oferecer uma visão mais completa do Universo. Ambos tratam de questões referentes aos seres humanos, aos seus heróis e aos seus dilemas.

Essa identificação com a burguesia explica por que o cenário característico dessa espécie literária é urbano: a problemática do *romance* é

com Maurer (1962, 57-58) e antes de verificarmos as fontes do latim dito "vulgar", o fator sociológico que ocorria em Roma, e mais tarde em todo o Império, decorrente da existência simultânea de um latim aristocrático e de um latim da plebe: esses dois aspectos do latim ocorriam juntos e demarcavam classes sociais bem definidas (ricos e pobres). Enquanto a aristocracia cultivava um latim mais puro e elegante, raramente apresentando inovações próprias, a massa popular transformava mais ou menos profundamente o latim, simplificando-o, admitindo empréstimos lingüísticos vários e construções pitorescas, além de conservar alguns traços arcaizantes, daí a notável dinâmica que caracteriza o latim dito "vulgar". É claro que, pela convivência mútua, um aspecto acabou influenciando o outro e culminando com as línguas neolatinas. Retomando: de fato, o latim dito "vulgar" foi uma manifestação quase exclusivamente oral, que não deixou fontes escritas, a não ser algumas observações de gramáticos ou plebeísmos intencionais dos escritores clássicos (como nas comédias de Plauto, por exemplo)."

precipuamente citadina, logo se pode entender a importância dada ao espaço dentro da trama textual.

Em geral, considera-se que a maturidade e a afirmação do *romance* como espécie literária datam a partir do romantismo.

De acordo com Moisés⁷, o *romance* caracterizou-se como porta-voz da burguesia em ascensão, a partir do período da revolução industrial inglesa na segunda metade do século XVIII. Tal caracterização atribuída ao *romance* deu-se em razão das ambições, das veleidades e dos desejos próprios dessa classe social. Além disso, o *romance* serviu para essa mesma classe como ópio sedativo ou fuga da materialidade diária.

No século XIX, o termo começou a ser empregado com a significação que conserva atualmente. Todavia, essa mesma expressão pode designar um encontro amoroso entre as pessoas e, por isso, segundo Moisés⁸, o termo *romance* dentro desse contexto passa igualmente a caracterizar uma atmosfera de segredo, de fruto proibido, logo se pode associá-lo à significação que outrora lhe foi atribuída, à narrativa de imaginação.

Nesse século, há um total predomínio do *romance*, apesar de este, em alguns momentos, ser confundido com a novela. Nesse mesmo período, também se conheceu o criador do *romance* moderno, o escritor Balzac. Essa consolidação deu-se graças à *Comédia Humana*, escrita por ele entre os anos de 1829 e 1850. Tal obra, repleta de críticas e sátiras, apresenta um amplo painel da sociedade burguesa da época.

Em relação ao *romance*⁹, sabe-se que sua principal característica é reconstruir e recriar o mundo a seu modo, sem o intuito de fotografá-lo. Com isso, o romancista delinea os contornos do seu mundo em criação, ciente de que esse mundo possui uma dimensão ínfima perante o próprio Universo.

Outra característica do *romance* é a simultaneidade dramática presente na estrutura textual desse gênero literário: a teia de conflitos que faz parte do enredo se assemelha à vida real, pois numa situação ou noutra as pessoas (personagens) envolvidas nas tramas devem ser as personagens principais da narrativa.

⁷ Ibid. p. 166.

⁸ Ibid. p. 166.

⁹ Ibid. p. 171.

Para Moisés, então:

No romance, tudo se passa como uma pedra jogada na água, formando uma série de círculos concêntricos que se vão esbatendo à proporção que se afastam do foco gerador. Observe-se, porém, que outras pedras lançadas nas proximidades originam outros círculos contíguos e parecidos. A cada pedra corresponderia um romance, e, ao conjunto, a vida (op. cit., p. 176.).

A essência do *romance* é a história que se conta através dele, essa história é a sua constituição máxima¹⁰.

Após definir o que é *romance*, passamos a caracterizar o romance histórico.

O primeiro romance histórico¹¹ da literatura universal foi *Waverley* (1814) de Sir Walter Scott. Esse romance, segundo Figueiredo (2007), tornou-se um paradigma para o novo gênero da prosa romanesca: o romance histórico, que emergiu em um contexto de profunda fé historicista, na qual o pensamento histórico predominante se alimentava do entusiasmo com uma apreensão realista do mundo. Na opinião de Milton (1992, p. 26-33), o romance histórico é “[...] leitor singular dos signos, ou seja, a história, como discurso, pré-existe ao romance histórico e permite, no entanto, afirmar, como já feito, que os produtos da historiografia, ao serem absorvidos no romance perdem sua capacidade de significação”. Contrariamente a isso, vê-se que os signos da história são retomados no romance histórico para multiplicar seus significados.

O romance histórico é um gênero literário, em geral em prosa, que busca analisar a vivência humana por meio de uma seqüência de eventos que envolvem um grupo de pessoas em um cenário específico. Esse romance é uma narração extensa em prosa, que inclui a evolução e os desfechos de acontecimentos inscritos em um panorama social.

Segundo Figueiredo(2007), o romance histórico é um gênero literário que surgiu no início do século XIX, em meio às transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na Europa, decorrentes da irrupção da revolução burguesa, da destituição napoleônica e da incipiente formação dos estados nacionais autônomos. Todas essas transformações sinalizavam para uma nova

¹⁰ Ibid. p. 173.

¹¹ ENCICLOPÉDIA Britannica do Brasil, 2007, p. 3. Disponível em: <<http://orbita.starmedia.com/~stargate2/romance.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2007.

ordem social: a participação ativa da população europeia, desencadeando uma consciência histórica de proporções vultosas.

A partir da disseminação dessa consciência, a população passou a compreender a existência humana de modo historicamente condicionado e o percurso histórico, como um processo que interfere no cotidiano dela, assim como em seus interesses imediatos. Essa nova visão da vida e dos fatos consolidou na população um sentimento de nacionalidade.

Envolto às transformações ocorridas desde o seu surgimento no século XIX, o romance histórico, segundo Gonzalez (2007), ressurge no século XX, surpreendentemente, com uma nova roupagem, pois faz uma leitura da história com muito mais liberdade do que no Romantismo e aproxima a verdade e a verossimilhança. Com isso, o romance histórico se vale da verossimilhança ficcional para fazer crítica à própria história e, por meio dela, talvez, alcançar uma verdade que os historiadores sempre conseguiram construir de forma mais burilada. Ao final desse século¹², observou-se por parte dos autores de ficção, um crescente interesse pela retomada da temática histórica, fazendo com que o romance histórico domine a cena literária.

A retomada pela temática histórica¹³ ocorreu com a ruptura da identificação entre temporalidade ficcional e temporalidade histórica, o que possibilitou ao romance histórico trabalhar com a História, sem se preocupar com a cronologia, base do tempo da História. Talvez o romance histórico seja a prova de que, entre a História e a Literatura, há um discurso próprio. E isso comprova a autonomia da História e a possibilidade de se ler a História pelo e através do romance.

Quanto à estrutura do romance¹⁴, é notável um número maior ou menor de descrições. A sequência descritiva apresentada tem por objetivo representar personagens, objetos e aspectos relativos ao espaço geográfico e histórico-sociológico¹⁵.

A descrição é vista como o principal instrumento de que o romancista dispõe para especificar o espaço no qual ocorrem os fatos.

No romance¹⁶, a descrição corresponde em parte ao olhar do narrador, pois há uma descrição que se quer fidedigna do espaço (ambiência

¹² FIGUEIREDO, loc. cit., p. 1.

¹³ GONZÁLEZ, op. cit., p. 4.

¹⁴ AGUIAR e SILVA, op. cit., 47.

¹⁵ Características presentes em *Boca do Inferno*.

sócio-histórica) e outra, subjetivizada em função das intencionalidades enunciativas do narrador. O narrador como que assume um papel de guia dentro do texto e passa a mostrar ao leitor aquilo que acha que o leitor deva ver e apreciar. Essa atuação é própria da modalidade de narrador, a quem cabe a responsabilidade de ciceronear o leitor pela história. Nessa circunstância, a descrição passa a ter como referente o espaço, os seres e as coisas sob a ótica do narrador.

Para dar mais veracidade a uma descrição centrada numa personagem, o romancista se vale de diversos pretextos e artifícios que obrigam ou convidam as personagens a prestarem atenção nos seres, nos objetos e nas paisagens.

No romance histórico, segundo Maestri¹⁷, autor e narrador têm por função [...] “animar os protagonistas ficcionais de maneira que vivam, amem e odeiem em conformidade com as vivências reais do passado, para que se elevem aos status de personagens singulares e universais”. Além disso, cabe ao autor selecionar em documentos, memórias, relatos, historiografia, conhecimentos e idéias conscientes e inconscientes sobre o passado - material do qual se valerá para a construção de enredo, protagonista e paisagem.

Tudo isso porque se espera que a obra ficcional seja capaz de registrar a essência dos fatos históricos, senão passa a ser desmerecida em seu caráter evocativo. A falta de solidez dos registros dos fatos históricos pode fazer com que uma obra se torne um mero depoimento da realidade cultural da época em que foi produzida ao invés de um retrato adequado da época a que se refere.¹⁸

Por isso, Gomes (1996, p. 124) afirma que o romance histórico:

[...] afasta o olhar do complexo presente do País e volta-se para o passado, a fim de detectar aí mitos, heróis característicos, que nos ajudem a ver-nos hoje. [...] Resgatar pela memória o que o esquecimento apagou parece ser a pedra de toque desses romances que, pós-modernamente desconfiam das utopias e dos mitos gerados pelo progresso. [...] Entretanto, não se trata de reconstruir as ilusões perdidas, mas recolher do passado algumas peças que possam ser reinventadas. [...] História e memória imbricam-se. Os relatos extraem um momento do passado, para perturbar a sua tranqüilidade, para redimi-lo, desrecalcando-o através da lembrança.

¹⁶ Ibid, . p. 49.

¹⁷ MAESTRI, op. cit., p. 2.

¹⁸ Na contracapa de *Boca do Inferno* enfatiza-se o rigoroso trabalho investigativo em obra, essa se baseia: “[...] extensa e minuciosa pesquisa, uma narrativa de extraordinária agilidade, neste romance pulsa a vida dos homens e mulheres dilacerados entre o prazer e o pecado, entre o céu e o inferno”.

Para Maestri¹⁹, é no romance histórico que se pode ter uma visão mais objetiva dos fatos ocorridos numa determinada época, ainda que de forma alienada. Mesmo assim, será possível detectar através do texto literário as concepções de mundo e os preconceitos das elites da época a que se refere o romance.

Para Baumgarten (2000)²⁰, o romance histórico, desde sua origem, apresenta determinadas características essenciais, como bem aponta Luckács (1966) em sua obra:

- ▶ painéis históricos que abarcam determinada época e um conjunto de acontecimentos;

- ▶ procedimentos da escrita da História organizados em observância a uma temporalidade cronológica dos acontecimentos narrados;

- ▶ personagens fictícias empreendendo acontecimentos históricos;

- ▶ personalidades históricas citadas ou integrando o pano de fundo das narrativas;

- ▶ detalhes históricos utilizados com o intuito de conferir veracidade à narrativa, aspecto que torna a história incontestável;

- ▶ presença do narrador, em geral na 3ª pessoa, numa situação de distanciamento e de imparcialidade, procedimento herdado igualmente do discurso da História.

Na avaliação de Silva Júnior²¹, os romancistas têm demonstrado, nos últimos anos, crescente interesse pela releitura do passado histórico sob o ponto de vista literário, feita por intermédio de romances históricos, os quais “[...] submetem os fatos passados a outras versões que não aquelas apregoadas pela historiografia oficial e aceitas, na maioria das vezes, como únicas verdades possíveis”. Nessa releitura dos fatos, os romancistas contrapõem, também, a própria estrutura tradicional de romance histórico introduzida, principalmente, durante o século XIX. Esse novo formato de se escrever romances históricos sinaliza uma tendência na recente ficção romanesca latino-americana a partir dos anos setentas até os dias atuais. Mas antes de chegar ao modelo atual, o discurso histórico, no seu início, e depois ainda por algum tempo, consolidou-se

¹⁹ MAESTRI, op. cit., p. 7.

²⁰ BAUMGARTEN, op. cit., p. 2-3.

²¹ SILVA JUNIOR, op. cit., p. 67-68.

pelo conservadorismo e pela passividade com que acatava o desenrolar dos fatos preconizados pela cultura oficial.

O romance histórico, conforme considera Silva Júnior²², passou por bastantes transformações, no século XX, dentre elas a própria abordagem dos fatos. Isso pode ser confirmado na própria literatura brasileira, pois a partir da década de 70, houve um grande número de romances direcionados à escrita da história nacional, cujo objetivo era fazer uma releitura dos fatos em seus diferentes momentos.

Leituras feitas de toda a produção literária dos anos 70 confirmam a presença de dois segmentos desse gênero histórico-literário com características diferentes. Nesse novo modelo de romance, foram instituídas duas tendências: a primeira, clássica, tradicional, no discurso oficial da História o seu principal suporte, pois é, através dele, que se supõe a veracidade dos acontecimentos relatados no texto literário. A segunda, contrária à primeira, posto que se apresenta avessa a esse mesmo discurso, oposição manifestada pela releitura crítica que faz dos fatos, já que a historiografia oficial apresenta-os como verdadeiros e incontestáveis. Essas duas tendências caracterizam o paradoxo que envolve o romance histórico e, nessa segunda tendência, enquadra-se um dos romances de Ana Miranda - *Boca do Inferno* – que é o corpus desta pesquisa para o estudo da expressão lingüística *TEMPO*.

Além desse paradoxo que envolveu a composição do romance histórico, importa ressaltar outra questão presente e polêmica: a posição do historiador frente a essa composição romanesca dos fatos históricos. Nesse sentido, Maestri²³ acredita que era comum o historiador ver o romance histórico como uma leitura inoportuna, pois acreditava que o desvelamento do passado só seria possível por instrumentos da historiografia e, jamais, pela fantasia arbitrária do romancista: para o historiador, as interpretações do romance histórico são, no máximo, uma ficção do passado, tal ficção é incapaz de aproximar-se das singularidades profundas desse passado.

As mudanças difundidas nos estudos historiográficos, durante a crise do conhecimento histórico, desencadearam na Literatura a necessidade de se proceder, também, a uma avaliação, a uma revisão e a uma revitalização da História, quando tais acontecimentos são contados de forma nacional. Esses

²² Ibid. p. 81.

²³ Id., 2002, p. 4.

novos romances históricos trazem para o contexto literário os questionamentos relativos à cisão que ocorreu novamente entre História e Literatura, posto que, como já apontamos anteriormente havia intenção, por parte da História positivista/oitocentista, de proclamar-se auto-suficiente em relação às outras áreas do conhecimento. Essa postura, por conseguinte, dificultou à História assumir que se valia de certos elementos próprios da Literatura em sua estruturação e elaboração textual.

Nesse novo delineamento do panorama²⁴ do século XX no qual se encontra a História no século XX, encontra-se, também, a Literatura com suas contribuições no que diz respeito às suas produções e aos novos rumos encaminhados pelas modernas e diferenciadas abordagens históricas. Nesse contexto, destaca-se, ainda, um novo modelo de romance histórico, que muda as convenções formais e conteudísticas da ficção histórica tradicional, por meio de novas estratégias textuais e, sobretudo, pelo exercício crítico e contestatório sobre este mesmo discurso, político e cultural, refletindo sobre sua condição existencial no passado, sem deixar de refletir, também, sobre o presente.

O novo romance histórico, segundo Peres (2002), surge soberano e com características próprias no campo artístico-literário com o intuito de reconstruir o passado por intermédio da palavra. Ainsa (1991) identifica o romance histórico como uma narrativa pós-moderna, sobretudo na América hispano-americana, por considerar que os autores fazem uma releitura da história parodiando-a de modo crítico, desarranjando a ordem dos fatos, destruindo os heróis, enaltecendo os mitos, contestando a realidade histórica e reconstruindo o que haviam destruído, mas, ao mesmo tempo, sem perder de vista os grandes eventos dos povos e os grandes mitos da humanidade retratados pela História.

Outra especificidade do romance histórico é a estrutura truncada da temporalidade verbal presente nas seqüências narrativas, propositadamente elaboradas pelo narrador onisciente²⁵.

No novo romance histórico, as personagens transitam por um espaço físico e temporal que as possibilitam agir e criar fatos que podem ser narrados através da linguagem. Nele, portanto, as narrativas podem ser históricas ou ficcionais.

²⁴ SILVA JUNIOR, 2006, *passim*.

²⁵ A definição desse tipo de narrador encontra-se no capítulo 3.

Barthes²⁶ questiona as diferenças apontadas entre História e Literatura e a organização do discurso presente nessa modalidade de gênero textual. Chega à conclusão de que a História não é ciência exata pelos critérios da verdade, logo é essa característica que a faz se aproximar da ficção, uma vez que seu discurso sofre intervenção da linguagem, enquanto que o discurso ficcional histórico se apóia na história estabelecida e acaba sendo o relato de um relato.

A importância dada aos fatos históricos pelo romance, na atualidade, tem propiciado r escritor ficcional ao historiador, pois este narra os fatos seguindo os preceitos estruturais da narrativa, ou seja, toma para o texto os dados selecionados e os contestados, todos priorizados em meio a uma pretensa verdade, enquanto aquele vê os fatos por uma lógica meramente artística, tanto que a ele é permitido o excesso imaginativo. No entanto, na pós-modernidade, o romancista assume uma outra postura: a de levar em conta a historiografia ao escrever o romance, sem se desfazer da criatividade.

Poderíamos, então, dizer que o romance histórico problematiza a questão do “mundo real” e do “mundo da obra”. No dizer de Maingueneau (1996, p. 185):

O mundo “real” que a obra pretende representar como um mundo exterior a ela só é de fato acessível através do “mundo” instituído pela obra. O “mundo da obra” deve ser lido nos dois sentidos: como o mundo representado pela obra e como o mundo que ela constrói através de sua clausura. Longe de se visado por um discurso transparente, o mundo é portanto “imitado” por esse próprio discurso. A obra, de certo modo, deve “ser” o universo que supostamente representa. É apresentando-se que o texto pode representar, sendo as propriedades destinadas ao mundo representado as mesmas que o discurso destina para si. A obra revela um mundo através da matéria de sua enunciação; num mesmo movimento, institui esse mundo e mantém um discurso oblíquo sobre ele por sua própria maneira de dizer.

1.3 Resumo da obra *Boca do Inferno*

²⁵ Ibid. p.163-180.

²⁶ Ibid. p.163-180

O romance histórico da autora brasileira Ana Maria Miranda, narrado em 3ª pessoa em uma linguagem histórica com expressões chulas, referentes à sátira mordaz do poeta Gregório de Matos Guerra, foi publicado em 1989, o primeiro de uma série de romances históricos brasileiros.

*Boca do Inferno*²⁷ tem sua narrativa ambientada na Bahia, no século XVII e assim se inicia:

Numa suave região cortada por rios límpidos, de céu sempre azul, terras férteis, florestas de árvores frondosas, a cidade parecia ser a imagem do Paraíso. Era, no entanto, onde os demônios aliciavam almas para povoarem o Inferno (MIRANDA, 1989, p. 12).

Nesse fragmento “[...] a cidade parecia ser a imagem do Paraíso. Era, no entanto, onde os demônios aliciavam almas para povoarem o Inferno”, temos uma metáfora da expressão *Boca do Inferno*, visto que é possível a idéia de se principiar para um universo de confusões, imoralidades e desordens. Todavia, considerando as características do personagem que recebeu essa alcunha, é significativo considerar, também, que Inferno seria a própria complexidade humana, que, no caso de Gregório de Matos, está associada à sua falta de identidade com a terra onde nasceu – a Bahia.

O romance se passa no século XVII, na Bahia colonial, durante o governo tirânico do militar Antônio de Souza de Menezes, alcunhado de Braço de Prata por usar uma peça deste metal no lugar do braço perdido numa batalha naval contra os invasores holandeses.

A ação começa com o assassinato do alcaide-mor da cidade de Salvador por oito encapuzados, que se refugiam, em seguida, no colégio dos jesuítas. Este crime é resultado da feroz rivalidade entre duas facções inimigas: a dos Menezes, encabeçada pelo governador Braço de Prata e a dos liberais Ravasco, liderada pelo Padre Antônio Vieira. Tomando por pretexto o assassinato do alcaide, o Braço de Prata inicia um período de terror e perseguições a todos os seus opositores. Vieira é feito réu do crime.

Entre os perseguidos pela fúria do brutal governador, está o grande poeta brasileiro Gregório de Matos, envolvido por suas ligações com a família de Pe. Vieira, os Ravasco, e por suas sátiras aos poderosos. Matos, cuja

²⁷MIRANDA, Ana. *Boca do Inferno*. In: _____ **Boca do Inferno**. São Paulo, 1989. Disponível em: <http://www.jayrus.art.br/apostila/literaturabrasileira/contemporanea/ana-miranda>. Acesso em: 18 de ago. de 2006.

alcunha *O Boca do Inferno* deu nome ao romance, perde seus cargos e tem de fugir com medo de ser preso ou morto.

Para Sinder (2000), a morte do alcaide-mor é o fato que suscita a perseguição por parte do governador aos supostos culpados do crime, cuja atitude é tenazmente questionada por padre Antônio Vieira e por Gregório de Matos, o *Boca do Inferno*, através de seus ditos e escritos. Em meio aos episódios de vingança, desmandos e desordens, a vida nessa cidade colonial brasileira vai sendo desvelada, como narra no início do romance, um de seus munícipes mais célebre, o Gregório de Matos: nessa cidade, “[...] antigamente, havia muito respeito. Hoje, até dentro da praça, nas barbas da infantaria, nas bochechas dos granachas, na frente da forca, fazem assaltos à vista” (MIRANDA, 1989, p. 13). A partir daí, paulatinamente, a vida social, política e econômica daquele lugar vai se revelando e, junto desse progresso, que, aos poucos se consolida, vê-se, também, a confirmação de uma tensa disputa travada por outras vozes anônimas em um cotidiano de trabalho, prazeres, sofrimento, felicidade, religiosidade, sensualidade, prostituição, conchavos e falcatruas.

O assassinato do alcaide²⁸, entretanto, foi considerado um pretexto criado com o intuito de dividir a sociedade baiana entre perseguidores e perseguidos. A perseguição, enfatizada intensamente pelo narrador-onisciente na obra, leva o leitor pelos caminhos da política, dos conluios e dos conchavos, bem como pelas vielas tortuosas de uma cidade, cuja topografia de altos e baixos atolada na imundície, denota as tortuosas condições da vida colonial brasileira que, sob um disfarce de normalidade, esconde uma sociedade conflituosa. Nessa sociedade tomada pela imoralidade em todos os setores da vida social, destaca-se, ainda, o desregramento da vida sexual do poeta Gregório de Matos, que vai ao encontro do furor verbal de Vieira e das arbitrariedades sistemáticas praticadas pelo governador e seus aliados.

Além dessa sociedade em decomposição, surge um antagonismo na estrutura de poder, pois a estrutura instituída, que deveria estar a serviço do bem-estar da sociedade, está permanentemente a serviço da estrutura de poder, da qual não se espera outra coisa que não a imoralidade.

²⁸ DIMAS, loc.cit.

Para combatê-la em seus excessos, não resta senão a esperança da palavra enunciada pela boca de Vieira, “[...] o verbo polido desdobrando-se numa sinonímia infinita e espiralada que encontra paralelo inverso nas várias modalidades de prevaricação governamental.” Da boca de Gregório de Matos, ao contrário, jorra uma linguagem grotesca, cortante, até por aversão ao meio e passível de reflexão, porque é popular, logo mais assimilável. Porém, no tocante à camada mais culta da sociedade, esse mesmo discurso é analisado como repugnante, exatamente pelas características com as quais se apresenta (cf. DIMAS, 2007a).

A narrativa dos fatos leva o leitor a um mundo povoado por personagens inesquecíveis: além de Vieira e Matos, há um amargo vereador corcunda e sodomita e seu amante louro; um velho louro; um velho judeu sonhador perseguido por sua etnia e sua convicção religiosa; uma ingênua mulher pobre que não espera recompensas da vida e rouba o anel do alcaide morto; um ouvidor surdo a desvendar o crime do alcaide e um velho cego e avarento que esconde suas riquezas no sótão da casa.

Ao fundo, desembargadores comprometidos com poderosos, padres corruptos, falsos fidalgos, negros africanos, mestiços discriminados, belas e desejadas escravas, prostitutas cheias de lirismo, donzelas em cárcere privado, mulheres disponíveis, burocratas, soldados, blasfemadores, virtuosos e gente comum, todos vivem o dia-a-dia de uma cidade dividida entre o sexo e a religião, entre as orações e as intrigas, entre o prazer e o pecado, entre o céu e o inferno (cf. DIMAS. 2007a).

1.4 Plano organizacional da obra

O Romance *Boca do Inferno* obedece a uma estrutura organizacional por nós assim convencionada: 5 intróitos, 5 capítulos com seus respectivos subcapítulos e o epílogo com suas 14 partes. O capítulo inicial, encabeçado pelo intróito ‘A cidade’ e o final, que corresponde ao ‘Epílogo’ não apresenta subcapítulos. Os subcapítulos são editorialmente segmentados por asteriscos, inclusive o epílogo.

Eis a seguir o quadro resultante:

INTRÓITOS/CAPÍTULOS/SUBCAPÍTULOS		PÁGINAS
Intróito A Cidade		11 - 12
Capítulo I	Subcapítulos 1 a 7	13 - 18
Intróito O Crime		21 - 22
Capítulo II	Subcapítulos- 1 a 10	23 - 127
Intróito A Vingança		131
Capítulo III	Subcapítulos 1 a 11	133 - 237
Intróito A Devassa		241
Capítulo IV	Subcapítulos 1 a 5	243-290
Intróito A Queda		293 - 294
Capítulo V	Subcapítulos1 a 2	295 - 317
Epílogo	(com 14 partes)	321 - 331

Quadro 1- Divisão Episódica de Boca do Inferno

A seguir, apresentamos uma síntese do conteúdo episódico de cada um dos 5 capítulos, o epílogo e as personagens que, neles, atuam:

A cidade

Descrição da Bahia do século XVII, imagem de um paraíso natural, onde os demônios aliciavam almas para proverem o inferno; apresentação do poeta satírico Gregório, O Boca do Inferno.

O Crime

Francisco Teles de Menezes é encurralado por 8 homens encapuzados, tem sua mão arrancada do braço e é morto por Antônio de Brito, por perseguição política. Estão envolvidos no crime: Ravasco, irmão do Pe. Vieira e Moura Rolim, primo de Gregório de Matos. Os homens fogem para o Colégio dos Jesuítas, mas o governador da Bahia, Antônio de Sousa Menezes, O Braço de Prata, é avisado e começa uma terrível perseguição contra todos envolvidos.

A Vingança

Antônio de Brito é torturado e delata os envolvidos. Vieira é perseguido, mas por representar a Igreja e o poder papal é perdoado pelo governador que, em troca, quer o irmão, Bernardo Ravasco, preso e destituído do cargo de Secretário de Estado. Ao tentar proteger a filha de Bernardo, Bernardina Ravasco, Gregório

conhece Maria Berco que é presa por possuir a mão e o anel do Alcaide, o anel é penhorado. São confiscados de Bernardo documentos escritos e poemas de Gregório. Bernardina é presa para pressionar Ravasco a se entregar.

A Devassa

Rocha Pita é nomeado desembargador para investigar a morte do Alcaide. Palma, outro desembargador, nega a vingança planejada pelo governador e, por falta de provas, exige a soltura dos envolvidos. Para soltar Maria Berco, Gregório de Matos teria que pagar uma fiança de 600 mil réis.

A Queda

Bernardo é libertado e expatriado. O governador é destituído do cargo e o marquês de Minas, nomeado para substituí-lo, restitui o cargo de secretário a Bernardo Ravasco e se apresenta imediatamente ao Rei de Portugal. Sai do Brasil com muitas riquezas.

O próximo governador, Antônio Luís da Câmara Coutinho, é satirizado pelo poeta Gregório de Matos que tem sua morte encomendada. Só o próximo sucessor, João de Lancastre, é quem consegue prendê-lo e expatriá-lo para Angola. O poeta volta mais tarde para Pernambuco, mas é proibido de escrever suas sátiras. Volta a advogar e morre em 1695 aos 59 anos.

O Destino

Pe. Vieira luta por justiça social, através de seus sermões, morre cego e surdo em 1697. Bernardo Ravasco recebe sentença favorável ao crime contra o Alcaide e é substituído pelo filho, Gonçalo Ravasco. Maria Berco fica rica, porém deformada. Ela rejeita pedidos de casamento à espera do poeta Gregório de Matos, que se casa com uma negra viúva, Maria de Povos e se afasta da vida de devassidão pelos bordéis da cidade. “[...] Se eu tiver que morrer, seja por aqui mesmo. E, valha-me Deus, que não seja pela boca de uma garrucha, mas pela cona de uma mulher” (cf. MIRANDA, 1989, p. 236). E a cidade da Bahia cresce, modifica-se o cenário de prazer e pecado.

Ana Miranda, em entrevista de fevereiro de 2008, considera que “[...] todos os nossos personagens são criados por nossa mente de escritores, e fazem parte de nós. Nesse sentido, são um ‘outro eu’. Mas esse ‘ego’ literário passa por muitas transformações [...] algumas de minhas personagens têm nomes com Ana. Mariana de Lancastre, Anica de Melo...” (NETO, 2008)

No romance, cruzam personagens históricos e fictícios²⁹, tais como:

Gregório de Matos Guerra, poeta do Barroco, O Boca do Inferno, genial canalha, que faz críticas mordazes aos políticos da Bahia do século XVI;

Padre Antônio Vieira: em seus sermões e cartas, ataca o clero brasileiro e os políticos, revelando a seus fiéis as contradições sociais;

Antônio de Sousa Menezes: governador da Bahia, O Braço de Prata;

Gonçalo Ravasco: filho de Bernardo Ravasco e inimigo de Antonio Souza Menezes;

Bernardo Ravasco: irmão de Pe. Vieira;

Bernardina Ravasco: filha de Bernardo;

Maria Berco: empregada dos Ravasco e amante de Gregório de Matos;

Teles de Menezes: secretário do governador;

Donato Serotino: mestre de esgrima;

Antonio de Brito: mata Francisco Teles de Menezes;

Anica de Melo: cafetina.

O levantamento preliminar revelou que os intróitos podiam ser estruturados por seqüências descritivas e/ou narrativas, com preponderância das descritivas. O foco narrativo dos intróitos é de 3ª p. e, neles, o narrador é onisciente neutro (LEITE, 1989, p. 32-37), conhece os fatos, mas não invade o interior das personagens para comentar seu comportamento, intenções e sentimentos. Essa posição cria um efeito de sentido de objetividade ou de neutralidade.

A maior ocorrência do Pretérito Imperfeito Simples do modo indicativo é outra marca lingüística presente nesses textos iniciais. Esse tempo verbal sinaliza, nos intróitos, a intenção de aproximar o narrador do leitor, já que o narrador, especificamente, nessa parte do texto é visto pelo leitor, também,

²⁹ Para José Carlos Barcelos, os personagens: "Em princípio, parecem fictícios, às vezes, mesmo não sendo personagens importantes como os outros (autoridades etc.), podem ser personagens históricos populares que a memória oral baiana conserva". Informação enviada por e-mail em 29 de janeiro de 2008.

como um historiador, dado ao grau de confiabilidade naquilo que relata. (cf. MORAIS, 2003, p. 106)

Conforme veremos na seção 3.1, a definição dos grupos de fatores levou em conta a estrutura organizacional da obra, que, em princípio, poderia exercer algum efeito sobre a expressão da temporalidade, no sentido de exibir padrões até certo ponto diferenciados. Tal hipótese foi testada em confronto com os dados empíricos.

1.5 Temática e ambiência sócio-histórica

O romance *Boca do Inferno* ocorre no século XVII, na Bahia colonial, durante o governo tirânico do militar Antônio de Souza de Menezes, alcunhado de Braço de Prata. Com essa obra, Ana Miranda restaura os cacos de um país popularmente tido como pacífico, substituindo a mentira calcificada por uma de caráter ficcional, mas ajustada com a verdade histórica.

De acordo com o poeta Gregório de Matos, a cidade de Salvador no final do século XVII, era uma cidade de desmandos e devassidão, na qual se desenrola a fascinante trama de *Boca do Inferno*, recriação do ambiente e da vida da época, tem como foco a intensa luta pelo poder que opôs o governador Antônio de Souza Menezes, o temível Braço de Prata, à facção liderada por Bernardo Vieira Ravasco, da qual faziam parte o padre Antônio Vieira e o próprio Gregório de Matos. É uma narrativa bastante ágil. Nela, pulsa a vida de homens e de mulheres dilacerados entre o prazer e o pecado, entre o céu e o inferno, tudo isso aliado à exatidão histórica, baseada em extensa e minuciosa pesquisa.

Apoiando-nos em Mink (1976) e White (1976), consideramos que, nesta obra, a questão da narratividade, presente no diálogo entre História e Literatura, assume uma condição importante, já que a narratividade é modalidade textual considerada essencial para a compreensão humana, de imposição do sentido e de coerência formal ao caos dos acontecimentos, tanto que a narrativa traduz o saber em termos de expressão.

Como um romance histórico publicado a partir dos anos setentas, ele incorpora as tendências do assim chamado 'novo romance histórico', a que já aludimos, apresentando alguns de seus traços prototípicos:

tanto na historiografia como nos romances, as convenções da narrativa não são restrições, mas condições que permitem a possibilidade de atribuição de sentido. Ao contrário do romance alegórico-documental que nos anos da ditadura aspirava a contar a verdade, os romances polifônicos que vêm proliferando desde o final da década de 1970 procuram perguntar de quem é a verdade que se conta. (SINDER, 2000, p. 260)

Em um relato refinado, no qual se incluem pepitas históricas, estilísticas, sintáticas e léxicas, *Boca do Inferno* revela capacidade de persuasão e de envolvimento, provenientes da urdida verossimilhança³⁰, que põe de escanteio o eventual veto ao rigor histórico, o qual se mostra inequívoco, graças à indisfarçável pesquisa em que se assenta o texto. Comprovante desse trabalho meticuloso é o delírio verbal e descritivo que cumpre uma função estética: a de representar a face tumultuada daquela sociedade, dificilmente apreensível por meio de um vocábulo unívoco e seco (cf. DIMAS, 2007b).

1.6 Ambivalência da narrativa

1.6.1 Na estrutura

O termo "ambivalência" foi introduzido pelo psiquiatra suíço, Bleuler, em 1911, segundo o *Critical Dictionary of Psychoanalysis* de Charles Rycroft (1972):

Ambivalência é um conceito que remete para os termos ou enunciados que tenham sentidos opostos, sendo ambos válidos. Trata-se de uma forma particular de ambigüidade. De acordo com o *Vocabulário da Psicanálise*:

O termo "ambivalência" foi por Freud tomado a Bleuler, que o criou. [...] [...] A originalidade da noção de ambivalência, [...] reside, por um lado, na manutenção de uma oposição do tipo sim-não, em que a afirmação e a negação são simultâneas e indissociáveis; e, por outro lado, no facto de que essa oposição fundamental pode reencontrar-se em diversos sectores da vida. (LAPLANCHE, J.; PONTALIS, 1970, p. 69.)

O romance *Boca do Inferno* apresenta, segundo Morais³¹ uma ambivalência estrutural, já que num primeiro momento é possível perceber o

³⁰ Segundo, D'Onofrio (1995, p. 20), "[...] A obra de arte, por não ser relacionada diretamente com um referente do mundo exterior, não é verdadeira, mas possui a equivalência da verdade, verossimilhança, que é a característica indicadora do *poder ser do poder acontecer*".

³¹ MORAIS, Op. cit., p. 95-104.

tom paródico existente no texto, o qual se dá no momento em que o discurso histórico presente no romance é utilizado, ao mesmo tempo, como fonte e instrumento de investigação, com o fito de propiciar o questionamento de seu próprio estatuto de verdade, de sua autoridade e de seu processo de construção.

Dessa forma, o discurso histórico como fonte de pesquisa dispõe de dois focos dentro da estrutura textual do romance. Um, o foco biográfico e o outro, o histórico. Esses dois focos sintetizam no romance o perfil de seu personagem principal – o poeta Gregório de Matos – caracterizado como um poeta desregrado, no entanto, visto, também, como um ser essencial do espírito da época colonial.

Na narrativa ficcional, a vida e a obra do poeta barroco estão imbricadas e isso contribui para as mudanças políticas e literárias importantes, as quais se constituirão como marco no processo de formação cultural e de identidade da nação brasileira. O romance, ao narrar a vida do poeta Gregório de Matos, considera não só o seu caráter artístico, mas também a sua atividade social, política, religiosa e individual, além de enfatizar a postura do indivíduo que se posiciona firmemente contra a situação política e cultural da colônia e que, por isso, é marginalizado e desprezado pelo sistema.

Para Moraes³², Gregório de Matos é caracterizado dubiamente no romance, pois é visto tanto como colonizador, por formação, quanto como colonizado, pela experiência vivida. Na expressão do colonizador, o poeta se identifica com o poder da elite europeia até por conta de sua própria formação intelectual adquirida na Europa. Por isso, acaba por aspirar a esse poder. Por outro lado, como colonizado e ser brasileiro, possui a consciência da exploração sofrida pelo povo.

Boca do Inferno é um romance dual, pois ele se assemelha tanto à narrativa biográfica quanto à narrativa histórica. De acordo com Moraes³³, essa semelhança ocorre no nível da diferença, porque se faz presente no mundo da ficcionalidade, no qual a objetividade, a finalidade e a autoridade narrativa são questionadas, porém não destruídas, pois a discussão que se faz sobre a autoridade e a objetividade do discurso histórico passa pela existência desse discurso que lhe serve de instrumento, por considerar que o romance deva

³² MORAIS, op. cit., p. 97.

³³ Ibid., p. 98.

apresentar primeiro o discurso da História e, posteriormente, subvertê-lo em ficção.

No romance, a presença do estilo satírico é perceptível, pois é esse estilo que embasa o discurso do poeta no romance. Segundo Moraes,³⁴ nenhum dos estilos de Gregório de Matos é tão bem apresentado na obra quanto o satírico: apesar de o poeta saber ser tão lírico quanto satírico, ele se apresenta, ao mesmo tempo, como um cavalheiro amantíssimo em seus sonetos líricos e como um personagem cruel e desbocado em seus poemas satíricos.

Para fins de confronto, apresentamos, a seguir, dois sonetos líricos (*À cidade da Bahia* e *Maria dos povos*, retirados de MATOS, 1975) e dois satíricos (*Retrato que faz estravagantemente o poeta ao mesmo governador Antônio Luiz da Câmara na sua despedida* e *Por consoantes que me deram forçados*, de MATOS, 1989), em que essa mesma veia satírica está presente:

À cidade da Bahia

Triste Bahia! ó quão dessemelhante
Estás e estou do nosso antigo estado!
Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,
Rica te vi eu já, tu a mi abundante.
A ti trocou-te a máquina mercante,
Que em tua larga barra tem entrado,
A mim foi-me trocando, e tem trocado,
Tanto negócio e tanto negociante.
Deste em dar tanto açúcar excelente,
Pelas drogas inúteis, que abelhuda,

Oh se quisera Deus, que de repente,
Um dia amanheceras tão sisuda
Que fôra de algodão o teu pacote.

(MATOS, 1975, p . 40)

Maria dos povos

Discreta e formosíssima Maria,
Enquanto estamos vendo a qualquer hora
Em tuas faces a rosada Aurora,
Em teus olhos, e boca o Sol, e o dia:
Enquanto com gentil descortesia
O ar, que fresco Adônis te namora,

³⁴ Ibid., p.101.

Te espalha a rica trança voadora,
 Quanto vem passear-te pela fria:
 Goza, goza, da flor da mocidade,
 Que o tempo trota a toda ligeireza,
 E imprime em toda a flor sua pisada.
 Oh não aguardes, que a madura idade
 Te converta em flor, essa beleza
 Em terra, em cinza, em pó, em sombra, em nada.

(MATOS, 1975, p. 42)

O Boca do Inferno não perdoava ninguém: ricos e pobres, negros, brancos e mulatos, padres, freiras, autoridades civis e religiosas, amigos e inimigos, todos, enfim, eram objeto de sua lira maldizente. Veja-se, por exemplo, como o governador Câmara Coutinho foi assim retratado nestes poemas satíricos:

**Retrato que faz estravagantemente o poeta,
 ao mesmo governador Antônio Luiz da Câmara
 na sua despedida**

[...] Nariz de embono
 com tal sacada,
 que entra na escada
 duas horas primeiro
 que seu dono.

[...]
 (MATOS, 1989, p. 40)

Por consoantes que me deram forçados

Neste mundo é mais rico o que mais rapa:
 quem mais limpo se faz, tem mais carepa;
 Com sua língua, ao nobre o vil decepa.
 O velhaco maior sempre tem capa.

Mostra o patife da nobreza o mapa:
 Quem tem mão de agarrar, ligeiro trepa;
 Quem menos falar pode, mais increpa:
 Quem dinheiro tiver, pode ser Papa.

A flor baixa se inculca por tulipa;
 Bengala hoje na mão, ontem garlopa:
 Mais isento se mostra o que mais chupa.

Para a tropa do trapo vazo a tripa,
 E mais não digo, porque a Musa topa
 Em apa, epa, ipa, opa, upa.

(MATOS, 1989. p. 41)

Diante dessas peculiaridades, pode-se dizer que, no romance *Boca do Inferno*, Gregório de Matos possui um caráter múltiplo e contraditório: lírico e satírico. Em passagens da obra nas quais ele apenas descreve a cidade e seu povo, nota-se a presença de um lirismo, entretanto nos momentos em que ele passa a fazer parte desta cidade, como um de seus personagens, o lirismo parece ser dominado pela ironia da sátira. É justamente essa dualidade de sentimentos, que se apresenta de forma concomitante, já que o poeta nunca deixa de ser lírico quando demonstra estar sendo irônico e vice-versa, que caracteriza o paradoxo Barroco, como bem ilustra o seguinte trecho: “[...] A cidade parecia ser a imagem do Paraíso. Era, no entanto, onde os demônios aliciavam almas para povoarem o Inferno.” (MATOS, 1989, p. 12).

Para Morais³⁵, em *Boca do Inferno*, além do tom de paródia existente, há também o tom de *pastiche*³⁶, próprio do estilo barroco.

Pastiche, segundo o *E-Dicionário de Termos Literários* (CEIA, 2007, p. 2), é etimologicamente derivado da palavra italiana *pastício* (massa ou amálgama de elementos compostos). *Pastiche* era aplicado pejorativamente, no campo da pintura, a quadros forjados com tal perícia imitativa que eram confundidos com os originais. Durante a Renascença, devido à crescente procura de obras de arte em Florença e Roma, muitos pintores medíocres foram levados a imitar quadros de grandes mestres italianos, com intenções fraudulentas. O conceito viajou para a França e *pastício* converteu-se no galicismo *pastiche* no século XVIII.

Permitindo nomear uma prática que é bastante anterior à criação do termo, o *pastiche* literário, de acordo com Hutcheon (1991, p.164), em termos genéricos, refere-se a obras artísticas criadas pela reunião e colagem de trabalhos pré-existentes.

³⁵ Ibid., p. 99.

³⁶ INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 2146. Pastiche m.q. Pasticho 1. imitação servil de obra literária ou artística. 3. Reprodução de uma obra em que o autor imita o estilo de outrem.

Quanto à sua relação com o texto-fonte, o *pastiche* reveste-se de um caráter ambivalente, ao aproximar-se da paródia e da sátira.

Para Hutcheon (op. cit., p. 163), os recentes ataques feitos pela teoria literária e filosófica contra o fechamento formalista do modernismo, fez com que a ficção pós-moderna se direcionasse para a História. Todavia, essa aproximação não poderia ocorrer de forma inocente, já que as metaficções historiográficas, apesar de se recusarem a ceder sua autonomia como ficção, estão inseridas no discurso histórico. Essa metaficção historiográfica é considerada uma espécie de paródia irônica que permite uma duplicidade contraditória: os intertextos da história assumem um *status* paralelo na reelaboração paródica do passado textual do mundo e da literatura. A incorporação textual desses passados intertextuais como elemento estrutural da ficção pós-modernista funciona como uma marcação formal da historicidade – tanto literária como mundana. Quanto às condições que concorrem para o sucesso do *pastiche* como recurso textual, é fundamental, que, no texto-fonte, seja visível um conjunto de traços peculiares, de temas recorrentes, um estilo autoral passível de ser apreendido, compreendido e convertido. A noção produtiva surge intimamente ligada ao *pastiche*, dado que é condição de todo o texto a possibilidade de originar outros.

O *pastiche* insere-se assim no espírito modernista da colagem, reaproveitando os moldes e os traços estilísticos, reabilitando-se e libertando-se do estigma de processo memorizado. O reaparecimento do *pastiche* na época pós-moderna ocorre em um momento de discussão sobre o fim da originalidade e do estilo autoral e de identidade pela apropriação deliberada.

Por isso é que essa modalidade textual é vista como uma colagem da qual o romancista se vale para fazer uma releitura do passado para melhor compreender o presente.

Gnette (1972) enfatizou que tal modalidade como uma paródia de aspecto caricatural caracteriza-se por desenvolver textos de acordo com o gosto e o estilo de autores pouco aceitos; para ele, trata-se de uma imitação estilística com função crítica ou ridicularizante.

Com relação à tradição literária, o *pastiche* assume uma posição diferente da paródia, pois, como diz Santiago (1989, p. 117):

A paródia é mais ruptura, o *pastiche* mais e mais imitação, mas gerando formas de transgressão que não são as canônicas da paródia.

Essa transgressão derivaria de um “atrevimento” do texto ao levar às últimas conseqüências a imitação, a ponto de ultrapassar as expectativas já formadas pelo gênero.

Para Jameson (1997, p. 44-45):

[...] o pastiche vem lentamente tomar seu lugar. O pastiche, como a paródia, é o imitar de um estilo único, peculiar ou idiossincrático, é o colocar uma máscara lingüística, é falar em uma língua morta. Mas é uma prática neutralizada de tal imitação, sem nenhum dos motivos inconfessos da paródia, sem o riso e sem a convicção de que, ao lado dessa linguagem anormal que se empresta por um momento ainda existe uma saudável normalidade lingüística. Desse modo, o pastiche é uma paródia branca, uma estátua sem olhos, está para a paródia assim como uma certa ironia branca – outro fenômeno moderno interessante e historicamente original.

A nosso ver, as atitudes paradoxais observadas no poeta é que conferem à obra de Ana Miranda o mesmo tom de *pastiche* existente na obra poética de Gregório de Matos. O *pastiche*, em *Boca de Inferno*, pode ser explicado em razão de o narrador ter abdicado de sua fala e a cedido ao poeta. Tal procedimento ocorre, porque o narrador se reporta ao passado pela boca do poeta-personagem para contar as mazelas da sociedade brasileira da época. Em determinadas passagens, o narrador se apropria de trechos de poemas de Gregório de Matos para dar ao discurso a credibilidade que, fora do romance, é dada ao texto do poeta como descrição da época e do contexto emprestado ao romance (cf. versos e passagens do livro em negrito). Confrontem-se, por exemplo, um poema de Gregório de Matos (*À cidade da Bahia*³⁷) e um trecho do livro *Boca do Inferno*

À CIDADE DA BAHIA

**Triste Bahia! Ó quão dessemelhante
Estás e estou do nosso antigo estado!
Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,
Rica te vi eu já, tu a mi abundante.
A ti trocou-te a máquina mercante
Que em tua larga barra tem entrado**

³⁷ Este poema satírico está reproduzido em 1.6.1.

**A mim foi-me trocando, e tem trocado,
Tanto negócio e tanto negociante.**

Deste em dar tanto açúcar excelente
Pelas drogas inúteis, que abelhuda
Simples aceitas do sagaz Brichote.
Oh se quisera Deus, que de repente
Um dia amanheceras tão sisuda
Que fôra de algodão o teu capote!

(MATOS, 1975, p. 40. Grifo nosso)

Triste Bahia, oh, quão dessemelhante estás, e estou, do nosso antigo estado, recitou Gregório de Matos. Foi até a janela. Sentiu um perfume de rosas. Bebeu mais uma caneca de vinho. O barrilote estava quase no fim. **Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado, rica te vejo eu já, tu a mi abundante**. Na barra, navios mercantes estavam atracados. Pondo os olhos na sua cidade, Gregório de Matos reconhecia que os mercadores eram o primeiro móvel da ruína, que ardia pelas mercadorias inúteis e enganosas. **A ti tocou-te a máquina mercante que em tua larga barra tem entrado; a mim foi-me trocando e tem trocado tanto negócio, e tanto negociante**. Ficou à janela, em silêncio.

(MIRANDA, 1989, p. 110. Grifo nosso.)

Segundo LaCapra (1985a, p. 128), “[...] O passado chega na forma de textos e de vestígios textualizados – memórias, relatos, escritos publicados, arquivos, monumentos, etc”.

Em *Boca do Inferno* observa-se que há um interesse em resgatar a verdade do passado e, especificamente, uma preocupação com a identidade nacional e suas origens, já que no período da estética barroca o objetivo era tão somente compreender a realidade e, através dela, identificar o ser brasileiro que surgia naquele espaço sócio-cultural.

De acordo com Hutcheon:

Hoje em dia existe um retorno à idéia de uma “propriedade” discursiva comum no enquadramento de textos literários e históricos dentro da ficção, mas é um retorno problematizado por afirmações declaradamente metaficcionalis sobre a história e a literatura como construtos humanos. De certa maneira, a paródia intertextual de metaficção historiográfica encena uma sensação de presença do passado, mas de um passado que só pode ser conhecido a partir de seus textos, de seus vestígios – sejam literários ou históricos. (Op. cit., p. 164)

1.6.2 No foco narrativo

Em meio às dualidades presentes na obra *Boca do Inferno*, pode-se afirmar, ainda, segundo Morais³⁸, a presença de outra dualidade no texto, a duplicidade discursiva da narrativa. Essa ambivalência também presente na voz do narrador é característica de dois discursos que permeiam a obra de Ana Miranda, o discurso histórico e o discurso fictício (metaficção historiográfica), pois em *Boca do Inferno* a informação surge tanto do campo literário quanto do campo histórico³⁹, o que permite ao narrador se valer de recursos estéticos e estilísticos da literatura e, ainda, de recursos da própria História. Com isso, a onisciência do narrador (cf. LEITE, 1989, p. 25-58) dá condições para que ele transite entre o mundo da história e o da literatura, mudando de posição de acordo com a focalização dada ao poeta Gregório de Matos (artista e indivíduo social e político)⁴⁰.

Nesse sentido, o narrador transita tanto pela historiografia quanto pela narrativa romanesca e, nesse movimento pendular, leva também o leitor, pois há a intenção de contextualizar historicamente esse leitor em relação à continuidade da narrativa.

Nesse romance, segundo Morais:

[...] o narrador se afasta de Gregório de Matos para fazer relatos memorialistas, utilizando o discurso indireto, principalmente nas introduções de cada parte do romance, e aproxima-se dele através da rememoração marcada pelo discurso direto e principalmente pela colocação dos verbos no pretérito perfeito. Em certas ocasiões, o narrador se apropria de trechos de poemas de Gregório de Matos, para dar ao discurso a credibilidade que, fora do romance, é dada ao texto do poeta como descrição da época e do contexto emprestado ao romance (op. cit., p. 107).

A alternância verbal ocorrida, abruptamente, no texto (do Pretérito Imperfeito para o Pretérito Perfeito), de acordo com Morais⁴¹, retira o narrador do interior da narrativa e o insere no mundo exterior da ação. Nessa condição, o narrador é, concomitantemente, interior e exterior, ficção e História; objetivo e subjetivo. Morais (op.cit. p. 107) considera, ainda, que “[...] O que

³⁸ Ibid., p. 104.

³⁹ Ibid., p. 105

⁴⁰ MORAIS, loc. cit.

⁴¹ Ibid. p. 107.

este narrador apresenta ao leitor, nos parágrafos seguintes, são as anotações do poeta, e a narração indireta destas anotações acaba por confirmar a proximidade do narrador em relação ao poeta devido à onisciência.”

Essa onisciência do narrador, observada por Moraes (op. cit. p. 108), torna-o confiável aos olhos do leitor, principalmente, no momento em que o narrador se aproxima de “[...] os fatos históricos, os fatos reais, os fatos que estejam cheios de imaginação, interpretação e reflexões sobre a narrativa e o ponto de vista da História questionados no romance. Esses questionamentos presentes no romance *Boca do Inferno* conduzem narrador e leitor a reflexões sobre o percurso histórico da formação da identidade brasileira e, ainda, de sua história literária.

Especificada a arquitetura discursiva de *Boca do Inferno*, especificamos, no próximo capítulo, o referencial teórico em que sustentamos a postulação dos grupos de fatores, a partir dos quais analisamos a expressão do tempo em *Boca do Inferno*.

2 QUADRO TEÓRICO E DELIMITAÇÃO DOS GRUPOS DE FATORES

2.1 Noção de Tempo

Fiorin (2002, p. 127-142), em instigante estudo sobre o tempo, traça um breve panorama sobre algumas questões filosóficas concernentes à noção do tempo. O aspecto de relevo é o papel atribuído à linguagem na mensuração do tempo. Senão vejamos.

A inquirição sobre o tempo é uma das tônicas do pensamento humano, até porque pensar o tempo é uma forma de ocupar-se da efemeridade da vida e da certeza da morte. Foi essa preocupação, que mais tarde, instituiu um mito, denominado *Chronos*, cuja divinização remete à importância conferida ao tempo nas teogonias⁴² órficas⁴³, que o caracterizavam de imortal e imperecível. Esse princípio de unidade e permanência foi contraposto ao tempo humano, tipificado pela instabilidade e destruição.

Depois das consagrações mitológicas, vieram as concepções filosóficas. Pensadores como Aristóteles (1999) e Santo Agostinho (1989) como muitos outros filósofos, debruçaram-se sobre a complexa temática do tempo. Aristóteles o estudou sob o ponto de vista físico, em contraposição a Santo Agostinho que o examinou sob o ponto de vista de um fenômeno, sem suporte cosmológico, mas com afinidades ao espírito humano.

Para Aristóteles (1999), é a percepção do movimento que nos proporciona a percepção temporal, já que o tempo está relacionado ao movimento. Logo, o tempo não existe sem a mudança, nem sem o movimento: sua medida está inserida na anterioridade e na posterioridade das ações. O tempo tem suporte cosmológico, pois está imbricado nos preceitos da Física, que considera o tempo um processo quantitativo, expresso por grandezas. A determinação do tempo é definida pela matéria.

Já a reflexão agostiniana se assenta nos paradoxos contidos na noção do tempo e nas relações entre o tempo e a eternidade. Para Santo

⁴² INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS . **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro:Objetiva, 2001. p. 2696. 1. nas religiões politeístas, narração do nascimento dos deuses e apresentação da sua genealogia; 2. conjunto de divindades cujo culto fundamenta a organização religiosa de um povo politeísta; origem ou genealogia dos deuses.

Agostinho, as dúvidas são oriundas das próprias lacunas existentes nos preceitos da Física de Aristóteles⁴⁴ com o “Ser e o não ser do tempo e a medida do que não é”.

Esse postulado é retomado por Santo Agostinho (op. cit.), para quem o passado não tem ser, porque não é mais, o futuro, porque ainda não é, e o presente, porque não permanece. O presente é comparado com a eternidade: se ele fosse sempre presente e não transitasse para o pretérito, já não se poderia dizer que seria tempo, todavia eternidade..

Como, se pode medir aquilo que não é? Não é possível medir nem o passado nem o futuro, o tempo é medido enquanto passa. E aí Santo Agostinho vê um paradoxo: se o que passa é o presente, por conseguinte como medi-lo se, nele, não há extensão? É no transcurso que se mede o tempo. É no passado que se fala do futuro e da passagem do presente, mas essa passagem não possui extensão.

Para Santo Agostinho (op.cit.), o suporte para o entendimento da extensão temporal cabe à linguagem. A certeza da existência dos tempos está na linguagem. A linguagem, ao propiciar ao homem a experiência temporal, desponta, então, como a única via pela qual se pode mensurar o tempo. O tempo semiotizado permite ao homem apreendê-lo e medi-lo. O tempo é linguagem e focalização, e, também, subjetividade.

Conceituar o tempo sempre foi um desafio para o homem. Além dos filósofos, Aristóteles, Santo Agostinho e Kant, físicos, matemáticos e sociólogos também se dedicaram ao estudo do Tempo. Isaac Newton (1643-1727) criou o conceito de tempo absoluto, por considerar que essa modalidade era constante e uniforme. Kant (1724-1804), ao contrário do matemático, considerava o tempo como um dado subjetivo, por pertencer à natureza humana, sem a possibilidade de o homem poder controlá-lo ou modificá-lo. No século XX, Albert Einstein (1879-1955) instituiu a teoria da relatividade por acreditar que o tempo é relativo, pelo fato de poder ser sentido, diferentemente, por cada pessoa. Para o sociólogo Nbert Elias (1998), o tempo não existe em si, ele é antes de tudo um símbolo social e não pode ser visto como um dado objetivo, como pensava anteriormente Newton, ou um conceito relativo ao ser humano, como supunha Kant.

⁴³ Ibid., p. 2078. Trata-se de festas que, na Antiguidade, eram realizadas nas confrarias órficas em homenagem ao deus grego Dionísio.

Por isso, Elias (op. cit., p. 36) assevera que:

Na verdade, a experiência do tempo como um fluxo uniforme e contínuo só se tornou possível através do desenvolvimento social de medição do tempo, pelo estabelecimento progressivo de uma grade relativamente bem integrada de reguladores temporais, como os relógios de movimento contínuo, a sucessão contínua dos calendários anuais e as eras que encadeiam séculos [...]. Quando faltam esses instrumentos, essa experiência do tempo também fica ausente.

Além das discussões que se fizeram do tempo à luz da Física, da Matemática e da Filosofia, outra discussão que se estabelece sobre o tempo, na atualidade, é a dimensão temporal manifestada na linguagem pela discursivização das ações, precisamente no texto narrativo, visto que essa modalidade textual é o simulacro da ação do homem no mundo.

A narração tem por característica intrínseca mostrar o que está passando e que o fato contado já não é mais e ainda não é, pois apenas se encontra presentificado na linguagem.

Para Ilari (1997, p. 10), a expressão de tempo continua sendo um tema de grande complexidade, como já postulavam no passado os estudiosos.

A palavra *Tempo* cria uma confusão indesejável entre dois planos de descrição que convém manter distintos: o da linguagem, onde se trata de morfemas, palavras e construções gramaticais, e do mundo onde se registram fatos com determinadas relações cronológicas. Em nosso estudo, nos inspiramos em Ilari (op.cit., p. 11-12), empregando o termo tempo aplicado apenas ao mundo, a durações de relações temporais (simultaneidade, anterioridade e posterioridade). Já com relação aos aspectos estruturais lingüísticos do tempo, falamos em tempos e modos verbais.

As noções básicas que subjaziam às formas verbais do indo-europeu se perderam; do latim chegou até nós um sistema verbal fortemente impregnado da noção de tempo, mas que conserva ainda certas colorações não apenas temporais.

Segundo Admoni (1970, p. 157):

[...] a categoria de tempo liga o verbo ao ato de fala e ao processo comunicativo como um todo, daí sua importância na frase [...]. Na

⁴⁴ Id., 1926.

estrutura morfológica do verbo, unem-se as estruturas gramaticais lógicas e comunicativas.

As discussões tradicionais sobre a categoria gramatical *tempo* não dão ênfase ao fato de ela ser uma categoria dêitica, que relaciona o tempo da ação, estado ou evento referido na sentença ao tempo da enunciação, isto é, ser ao mesmo tempo propriedade da sentença e de enunciação.

No entanto, nas línguas que o possuem, o tempo é parte do quadro dêítico da referência temporal. A categoria temporal não está universalmente ligada ao verbo, nem este a ela.

Segundo Klein (1974), no vietnamita e no birmanês, por exemplo, não há formas verbais marcadas por morfemas temporais e são, contudo expressas em um instante ou em um sistema temporal completo.

Lyons (1977, p. 679-681) lembra, ainda, que há proposições genéricas (*timeless*), como os enunciados *gnômicos* que se referem às verdades gerais, como em *A Terra é redonda*.

Para Lyons, (op. cit. p, 677-678) não são os contrastes tradicionalmente reconhecidos pelos gramáticos na análise do grego e do latim – presente, passado e futuro – o que há de mais importante nesta categoria.

Segundo Corôa (2005, p. 24-25), muito antes de haver uma preocupação com a língua e sua relação com a noção temporal, os lógicos, os filósofos antigos e medievais já se preocupavam com as questões que envolviam o tempo. Os motivos eram principalmente dois:

- as reflexões lógicas que esbarram freqüentemente nas distinções dos *tempora*;
- o que é verdadeiro em um tempo pode ser falso em outro.

Após a Renascença, não houve posições comuns a respeito das relações entre a lógica e o tempo, por isso ambas foram negadas de várias maneiras. Os lógicos de Port-Royal consideravam que o indicativo do verbo tinha por função exclusiva expressar idéia de afirmação; quanto à questão da referência temporal, essa era designada a outras partes do discurso. Nas concepções da lógica, considerava-se que a tarefa do verbo era não caracterizar a conexão entre passado e futuro de um acontecimento em relação ao sujeito, mas, expor a coexistência desses dois conceitos no ato de pensar.

Já Benthan e Mill (1974) tem outra posição: para eles, esta redução dos tempos verbais para o presente é simplesmente de caráter verbal, já que o que se afirma no presente, no passado ou no futuro não é o que o sujeito e o predicado significam, mas o que a predicação significa.

Tempos depois, os lógicos concluíram que as distinções dos *tempora* são algo que jamais pode ser desprezado ou reduzido de forma arbitrária.

Mas foi Reichenbach (1947, p. 4), baseando-se na lógica, quem conferiu uma interpretação temporal às línguas naturais. A partir desse ponto, estabeleceram-se as contradições existentes entre a lógica e a língua natural. Depois de Reichenbach, os estudos sobre os *tempora* verbais passaram a estar associados aos três eixos temporais: o momento do evento, o momento da fala e o momento de referência.

No entanto, cumpre destacar que, muito antes de Reichenbach, Barbosa (1862, p. 155) já antevira as três durações temporais.

Tempo é uma parte da duração ou existencia, quer continuada da mesma couza, quer successiva de muitas, que se seguem umas ás outras. Ora, onde há successão continuada e não interrompida, não póde haver *Tempos*, se não relativos a uma epocha arbitraria, que se fixa primeiro, para della se proceder á comparação de um espaço anterior, e de outro posterior.

[...] Não há pois verdadeiramente se não três durações ou *Tempos* a saber, o *Presente* que é o em que se está falando; o *Preterito*, que é todo aquelle, que precedeo ao presente; e o *Futuro*, que é todo o que se lhe ha de seguir. Mas todas estas durações e tempos se podem considerar de dous modos; ou como continuados e não acabados, ou como não continuados e acabados. Daqui a subdivisão dos mesmos tres tempos em *Imperfeitos* ou *Periodicos*, e em *Perfeitos* ou *Momentaneos*.

Segundo Corôa (2005, p. 26-28), há três teorias possíveis do tempo do mundo - tempo absoluto, relacional e relativo – assim especificadas: *Tempo absoluto*: as teorias baseadas em Newton e Galileu postulam uma existência ontológica para o tempo, pressupondo que este existe fora dos eventos. O tempo absoluto flui em relação com qualquer coisa externa a ele. Em uma teoria assim, há dois tipos de entidades temporais irreduzíveis: momentos e eventos. Momentos são posições temporais e não dependem de eventos para

existir. Eventos são ontologicamente separados dos momentos, mas se dão necessariamente neles.

Tempo relacional: as teorias do tempo relacional têm apenas um tipo de objeto irreduzível: *eventos*. A definição clássica, segundo Corôa (op. cit., p. 26), é a de Aristóteles, na *Poética*: *Tempo* é número de movimento com respeito a 'antes' e 'depois'. Distinguem-se das teorias de tempo absoluto porque negam a existência de uma "entidade" chamada tempo: o tempo é constituído a partir de eventos e suas relações. Não faz sentido, portanto, falar de momentos em que nenhum evento ocorre, pois aqueles são definidos a partir destes. O tempo é a ordem das coisas não contemporâneas⁴⁵ e todos os elementos podem ser ordenados pela relação de contemporaneidade (coexistência) ou de anterioridade/posterioridade temporal (sucessão).

A principal diferença, então, entre teorias de tempo absoluto e teorias de tempo relacional está, respectivamente, na existência ou não de um conjunto de momentos. Em uma teoria absoluta, o momento em que o evento ocorre é suficiente para individualizá-lo; em uma teoria relacional, como não existem momentos distintos, não podemos individualizar o evento segundo o momento.

Tempo relativo: a mais conhecida é a Teoria da Relatividade Espacial de Albert Einstein, que propõe o postulado da constância da velocidade da luz no vácuo, o que implica a relatividade da simultaneidade. Para os estudiosos de Lingüística, e não de Física, isso pode significar a relatividade na *percepção* do evento. Há um clássico e muito comentado exemplo de Einstein, que ilustra essa posição teórica: dois relógios de constituição idêntica – portanto, sincronizados – são colocados em duas posições estratégicas: um na origem de duas coordenadas e outro, na circunferência de um círculo, cujo centro são essas coordenadas. O segundo relógio move-se em relação ao primeiro. Ambos, vistos a partir de um ponto em um sistema estacionário, provocam percepções diferentes: o relógio em movimento parece mais lento do que o outro, em repouso. Um observador colocado ao lado do relógio em repouso, por exemplo, dirá que o relógio em movimento está atrasado: será obrigado, então, a definir o tempo de modo que o ritmo do relógio dependa do lugar onde está. Esses resultados físicos diferentes não dizem necessariamente que os ritmos do relógio não são simultâneos, mas

⁴⁵ Lacey, 1972, toma essa posição de Leibniz como representativa dessas teorias.

que as relações temporais entre percepções de eventos não são necessariamente iguais às relações temporais entre os eventos. Na avaliação de Reinchenbach (1965, p. 2), a Teoria da Relatividade Espacial despiu o tempo de seu caráter de processo irreversível e mostrou que existem eventos, cuja sucessão temporal pode ser considerada na direção oposta.

Assim, a tradicional distribuição entre “tempo físico” e “tempo fenomenológico”, ou entre “tempo cronológico” e “tempo psicológico”, deixa de ter razão de ser quando se parte de uma perspectiva mais ampla em que o tempo pode ser definido, não mais determinado, com respeito a um observador. Dependem, então, da posição do observador a simultaneidade ou a sucessividade dos eventos e o rígido caráter unidirecional em que o tempo é tomado em sua grandeza: a irreversibilidade depende do referencial que se tome. Conseqüentemente, só se concebe atribuir valor de verdade a uma proposição temporal com *respeito a um observador*. No exemplo dos relógios, o observador seria uma pessoa, mas, para fins de generalização teórica, este observador deve ser um sistema fixo de referência, dentro do qual o conjunto temporal se encontra.

Segundo Corôa (op. cit., p. 30), a mudança dos fatos no mundo biofísico, como a língua os descreve, através do uso da flexão gramatical, sugere uma prioridade ontológica do presente, o que acarreta uma diferença fundamental entre passado e futuro: aos enunciados sobre passado são atribuídos um valor de verdade, enquanto os enunciados sobre futuro carecem dessa atribuição.

As propriedades atribuídas a um objeto variam no tempo: uma sentença pode ser usada para construir uma proposição sobre um objeto e ser verdadeira em um momento e, falsa em outro. A validade da sentença passa, assim, a depender do instante de sua enunciação e da validade do evento descrito com respeito a um referencial em que os dois se inserem. A simultaneidade, a anterioridade e a posterioridade passam a ser termos formais pertencentes à lógica. A diferença entre sentenças que contenham “agora” ou “amanhã” e sentenças que contenham datas⁴⁶ é que o momento da enunciação

⁴⁶ Datas são medidas convencionais de tempo: são arbitrárias porque não há nada na natureza filosófica do tempo que lhes sirva de base empírica: os próprios movimentos de translação e rotação da terra são tomados como uniformes – nas medidas-padrão – quando a experiência já provou que não o são. Datas são, portanto, um artifício, uma convenção para facilitar a comunicação. Muitas vezes, entretanto, transcendem sua verdadeira dimensão e desnorteiam nossa compreensão das verdadeiras propriedades do tempo. (cf. CORÔA, 2005, p. 31)

varia para as primeiras e não para as segundas, podendo tornar essas sentenças verdades eternas (sentenças gnômicas), ou não.

2.2 O tempo nos verbos

Para Corôa (op. cit, p. 33), não são poucas as línguas que incorporam o conceito de palavra temporal ao verbo. Nas línguas românicas, em especial, o verbo é tão diferenciado pelos morfemas temporais que o falante/ouvinte pode se situar temporalmente quanto ao desenvolvimento das ações, eventos ou processos, sua ordenação e sua posição com respeito a si mesmo. O termo *tempora*, a rigor, não se aplica apenas ao verbo em português. Advérbios, conjunções, numerais e adjetivos são elementos lexicais que também dão informação quanto à ordenação temporal. Mas os verbos, tanto nas gramáticas quanto na consciência do falante, são a categoria que mais comumente assumem a tarefa de situar o tempo e o processo da comunicação.

Para Cunha (1985, p. 253), “[...] verbo é a palavra que exprime um fato (ação, estado ou fenômeno) representado no tempo”. O *tempus*, por sua vez, é a variação que indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo.

Nas definições de Melo (1970 , p. 134): “[...] O verbo é a palavra dinâmica que exprime ação, fenômeno cambiante e, esporadicamente, estado ou mudança de estado. O nome situa os seres no espaço e o verbo, no tempo”. Já para Ali (1969, p. 68) “Verbo é a palavra que denota ação ou estado e possui terminações variáveis com que distingue a pessoa do discurso e o respectivo número, o tempo (atual, vindouro ou passado) e o modo da ação ou estado (real, possível). Para Câmara Jr. (1970, p. 88), não se separa tempo verbal de modo: “Aquele se refere ao momento da ocorrência do processo, visto do momento da comunicação. Este a um julgamento implícito do falante a respeito da natureza, subjetiva ou não, da comunicação que faz”.

Reichenbach (op. cit., 1947, p. 287-288), diferentemente dos teóricos citados e de suas definições sobre a categoria lingüística verbo, não define diretamente o verbo. Seu foco de análise são os *tempora* verbais focados em torno de três eixos temporais: *momento do evento* (ME), *momento da fala* (MF) e *momento de referência* (MR).

2.3 Tempo físico e tempo psicológico

Há com efeito, um tempo específico da língua, mas antes de defini-lo, consideramos importante distinguir duas noções distintas do tempo:

O *tempo físico*, segundo Benveniste (op. cit., p. 71) é um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade. Cada indivíduo o mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior.

Do *tempo físico* e de seu correlato psíquico, a duração interior, devemos distinguir o *tempo crônico*, o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida enquanto seqüência de acontecimentos.

A vida tem, portanto, pontos de referência que situamos exatamente numa escala reconhecida por todos.

No *tempo crônico*, o que denominamos "tempo" é a continuidade em que se dispõem em séries estes blocos distintos que são os acontecimentos. Porque os acontecimentos não são o tempo, eles estão no tempo, exceto o próprio tempo. O *tempo crônico*, como o *tempo físico*, comporta uma dupla versão, objetiva e subjetiva.

Em todas as formas de cultura humana e em todas as épocas constatamos, de uma maneira ou de outra, um esforço para objetivar o tempo crônico. É esta a primeira condição necessária da vida das sociedades e da vida dos indivíduos em sociedade. Esse tempo socializado é o tempo do calendário. Os calendários possuem traços comuns que indicam a que condições necessárias eles devem responder. Eles procedem de um momento axial⁴⁷ que fornece o ponto zero do cômputo: um acontecimento muito importante é que admitido como dando às coisas uma nova direção.

Uma segunda condição é a *diretiva*. Ela se enuncia pelos termos *antes/depois* relativamente ao eixo da referência.

A terceira condição é a *mensurativa*: nela fixa-se um repertório de unidades de medida que servem para denominar os intervalos constantes entre as recorrências de fenômenos cósmicos.

⁴⁷ Eixo ordenador e gerador que marca a singularidade do tempo lingüístico, o momento da enunciação (cf. FIORIN, 2002, p. 61. v. 8).

O *tempo físico*, segundo Nunes (1995, p. 19), se traduz em mensurações precisas, que se baseiam em parâmetros constantes para o cômputo da duração.

Dizer que um evento antecede o outro é afirmar que, sem o primeiro (causa), o segundo (efeito) não existiria. A ordem temporal acompanhando a conexão que os une e que não pode ser invertida. Daí a irreversibilidade do *tempo físico*. Irreversível é também, de outra maneira, o *tempo vivido*, pois que ficou para trás o sabor do ovo comido ontem e o prazer da água há pouco bebida.

Na narrativa, a ordem temporal e a ordem causal se distinguem, mas dificilmente se dissociam. Barthes (2004) observa que a narrativa estabelece “[...] uma confusão entre a consecução e a conseqüência, o tempo e a lógica”.

O *tempo psicológico* se compõe de momentos imprecisos, que se aproximam ou tendem a fundir-se. O passado indistinto do presente abrange os sentimentos e as lembranças.

Benveniste (1989, p. 71) distingue *tempo físico*, *tempo psíquico* e cronológico. O *tempo cronológico* é considerado pelo lingüista como o tempo dos acontecimentos, englobando a nossa própria vida. E está associado a movimentos naturais recorrentes, como os cronométricos mencionados anteriormente. Por estar ligado ao *físico*, firma o sistema de calendários. À cronometria acrescenta a ordem das datas a partir de acontecimentos qualificados, que servem de eixo referencial (nascimento de Cristo, por exemplo), anterior ou posteriormente ao qual outros acontecimentos se situam.

O *tempo cronológico* também é caracterizado como um tempo socializado ou “público”, por estar relacionado à atividade prática e aos objetos que se apresentam diante de nós.

Outro tempo inserido ao *cronológico* é o *litúrgico*, o tempo dos ritos, das celebrações religiosas, que seguem um calendário próprio; esse tempo sagrado é pontual quanto à significação dos acontecimentos que as comemorações ritualísticas reatualizam numa espécie de presente intemporal, particular aos mitos.

Outra expressão específica da mesma temporalidade cronológica é o *tempo político*, dos eventos cívicos, repetitivos e cíclicos em sua direção e progressivo em sua significação. Esses eventos se inscrevem numa história linear

e orientada. Por isso, o *tempo político* é também uma vertente do *tempo histórico*, que se junta ao *cronológico*, tomando por base os calendários e com o qual, entretanto, não se confunde.

O *tempo histórico* representa a duração das formas históricas de vida, e podemos dividi-lo em intervalos curtos ou longos, ritmados por fatos diversos. Os intervalos curtos do *tempo histórico* se ajustam a acontecimentos singulares: guerra, revoluções, migrações, movimentos religiosos, sucessos políticos. Os intervalos longos correspondem a uma rede complexa de fatos ou a um processo (formação da cidade grega, desenvolvimento do feudalismo, advento do capitalismo, por exemplo).

As divisões cronológicas do *tempo histórico* se redistribuem em unidades qualitativas, que dependem da duração dos acontecimentos, tanto quanto essa duração é inseparável da conexão causal entre eles. A combinação entre continuidade e mudança permite conceber o *tempo histórico* como um processo de ritmo variável e não uniforme.

2.4 Tempo lingüístico e tempos verbais

De acordo com Nunes (op. cit., 1995, p. 32), o *tempo lingüístico* é diferente do *tempo cronológico*, logo não deve confundi-lo com a ordem temporal da linguagem, como sistema de signos.

Para Benveniste (op. cit., p. 74), o *tempo lingüístico* está organicamente ligado ao exercício da palavra, definindo-se e ordenando-se como função do discurso. Esse tempo tem seu centro, um centro gerador e axial ao mesmo tempo, no presente da instância da palavra.

Cada vez que se fala com alguém é *agora* que se fala, *agora* é o presente da enunciação funcionando como eixo temporal a partir do qual os eventos se ordenam. A enunciação é o ponto de emergência do presente (presente lingüístico), e é a emergência do presente, o tempo próprio da linguagem. O passado e o futuro situam-se "como pontos de vista para trás e para frente a partir do presente". Benveniste conclui então que o "único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso e que esse presente é implícito" (op. cit., 1989, p. 76).

A linguagem é o único suporte, a ordenação dos acontecimentos faz-se retrospectiva ou prospectivamente ao momento da fala; estabelece-se

entre o que já ocorreu (passado) e o que ainda não ocorreu (futuro), graças a expressões adverbiais como “hoje”, “ontem”, “amanhã”, “depois”, tornadas comuns, uma partilha, aceita pelos interlocutores da qual o discurso é o indutor subjetivo.

Assim, o *tempo lingüístico* é o tempo do discurso, (que não se reduz às divisões do *tempo cronológico*), revela a condição intersubjetiva da comunicação lingüística. Se o texto é de caráter narrativo, essa junção se efetua através dos personagens. É a partir dos personagens, dos enunciados a respeito deles ou daqueles que proferem, que fica demarcado o *presente* da enunciação: os dêiticos *hoje*, *amanhã* e *depois* funcionam dentro de um intercâmbio lingüístico, que se passa entre esses interlocutores e, sem o qual, o enquadramento cronológico seria um molde abstrato. O *tempo lingüístico* dependerá do *ponto de vista* da narrativa, seja da visão onisciente ou impessoal, de proximidade ou de participação (narração em 3ª p.) do narrador sobre os personagens, seja de sua visão identificada com um deles (narração em 1ª p.)

2.5 Pluralidade do tempo

A idéia de tempo é conceitualmente múltipla; o tempo é plural em vez de singular. Entretanto, suas várias modalidades não são díspares; embora com alcance diferente, a todas se aplicam as noções de *ordem* (sucessão, simultaneidade), *duração* e *direção*.

De qualquer maneira, o tempo como categoria exige, também, o conceito oposto de *permanência*, implícito na *cronometria* que demanda uma escala de medida; já a *cronologia* demanda marcos de datação.

O *tempo físico*, o *tempo psicológico*, o *tempo histórico* e o *tempo lingüístico* são formas diferentes do tempo real. Contudo, a primazia na representação comum do Tempo real cabe à forma quantitativa, contínua e irreversível, em que se entrecruzam a objetividade do *tempo físico* com a sucessão regular do presente ao passado e do presente ao futuro do *tempo cronológico*.

Para Weinrich (1968), a forma gramatical exerce função diferente da que os gramáticos pensaram conectando os tempos verbais às divisões do tempo. Em vez de se enquadrarem e localizarem as ocorrências numa dessas

divisões, os tempos verbais situam o leitor ou o ouvinte no processo comunicativo da linguagem.

O *pretérito perfeito*, o *imperfeito* e o *mais-que-perfeito* indicam, pelo distanciamento e pelo curso livre que imprimem à linguagem, que estamos contando ou narrando. Configuram, por conseguinte, uma situação de *locução narrativa*, ao contrário do *presente*, do *passado composto* e do *futuro*, que configuram uma situação de *locução discursiva*, de *comentário*. Esses tempos reclamam uma tensão no uso da linguagem, que aproxima o locutor do objeto.

Sem serem estanques, as duas situações de locução, *narrar* e *comentar*, se interpenetram. Podemos narrar empregando o presente e discorrer no pretérito, se nosso interesse é o de conhecer o passado. O pretérito assinala que *há narrativa*, e não o fato de que se realiza para trás no tempo que passou. Se o pretérito tivesse esse compromisso com o passado, não se escreveriam nesse tempo as novelas de ficção científica e os romances utópicos. O pretérito também pode referir-se a uma situação presente.

O principal mérito da concepção de Weinrich (1968) é desvincular o tempo da linguagem do sistema de divisão gramatical pautado na equivalência do presente, do passado e do futuro com a ordem natural das coisas, em proveito da temporalidade própria do texto sempre relacionado com o tempo da ação, enquanto conteúdo de comunicação. O presente verbal denotaria o ponto zero de orientação do mundo comentado, como o pretérito no mundo narrado, enquanto os demais tempos firmariam, a partir daí, ora retrospectiva ora prospectivamente, uma *locução*.

As situações de locução, o *narrar* e o *comentar*, têm maior flexibilidade do que os conceitos correspondentes de *enunciação histórica* e *enunciação discursiva* (no sentido restrito da palavra *discurso*), distinguidos por Benveniste (1995, p. 262). Aquela apresentaria, com base no pretérito perfeito e demais tempos verbais circunvizinhos, “[...] um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa”, e essa última empregaria todas as formas de tempos verbais, excluído o pretérito perfeito, com base em pronomes pessoais. Seria justamente pela impessoalidade do registro na 1ª pessoa que os fatos podem ser apresentados como já produzidos, e por isso pertencendo ao passado.

O tempo presente indica a contemporaneidade entre o evento narrado e o momento da narração. E o *agora* é reinventado a cada vez que o enunciador enuncia, é a cada ato de fala um tempo novo, ainda não vivido.

Se o *agora* é produzido pelo ato de linguagem, ao longo do fio do discurso, permanece sempre o *agora*, que se torna o eixo de ordenação da categoria topológica *da concomitância vs não-concomitância*. A *não-concomitância* é uma articulação entre a *anterioridade vs posterioridade*. Dessa forma, todos os tempos estão intrinsecamente relacionados à enunciação.

Já Nunes (1995, p. 23) reitera que, apesar de o tempo lingüístico ser gerado no discurso, ele tem em comum com os demais tempos as noções de ordem, sucessividade e simultaneidade, duração e direção, retrospectiva e prospectiva. A narrativa se parece com a música no sentido de que ambas dão um conteúdo ao Tempo. Entretanto, o tempo é o *elemento* da narrativa, assim como é o elemento da vida.

No quadro 3, demonstramos, com exemplos extraídos do nosso corpus, a ordenação da temporalidade segundo Nunes (op. cit., p.48-58):

ANTERIORIDADE	SIMULTANEIDADE	POSTERIORIDADE
<p>"Um galo <u>cantou</u>". (MIRANDA, 1989: A cidade, § 1, L. 28-29, p. 11)**</p>	<p>"A luz não <u>chegava</u> ao chão e os homens <u>mal podiam ver</u> uns aos outros." (MIRANDA, 1989: A vingança, § 1, L.3-4, p. 131)</p>	<p>"De dia as missas se <u>sucediam</u> interminavelmente, às quais o povo <u>comparecia</u> para expiar suas culpas e assim <u>poder cometer</u> novos pecados: concubinatos, incestos, jogatinas, nudez, bebedeiras, prevaricações, raptos, defloramentos, poligamia, roubos, desacatos, adultérios, preguiça, paganismo, sodomia, lesbianismo, glotonaria." (MIRANDA, 1989: O crime, § 3, L. 24-29, p. 21)</p>
<p>"Alguém <u>acendeu</u> a candeia e <u>aproximou-se dele</u>". (MIRANDA, 1989: A vingança, § 4, L. 19-20, p. 131)</p>	<p>"<u>Levou a mão à boca e percebeu</u> que <u>havia perdido</u> alguns dentes." (MIRANDA, 1989: A vingança, § 4, L. 24, p. 131)</p>	<p>"<u>Comentavam</u> com sarcasmo que o alcaide <u>era</u> impotente e <u>queria aproveitar</u> sua ereção matinal." (MIRANDA, 1989: O crime, § 1, L.4-5, p.21)</p>

Quadro 3- Ordenação da temporalidade

** O código que segue o trecho apresentado como exemplo das ocorrências o identifica. Por exemplo MIRANDA (autora); 1989 (ano de publicação da obra); identificação do intróito dos capítulos analisados, § (parágrafo em que se encontra o fragmento em questão); L (a(as) linha(s) onde se encontra o fragmento em evidência) e p. (página do livro onde está o fragmento analisado).

Na avaliação de Koch (2001, p. 173), a simultaneidade exprime-se por tempos verbais idênticos e por determinadas conjunções (quando,

enquanto) e sinaliza dois estados de coisas ou acontecimentos apresentados como simultâneos. Na posterioridade, o acontecer verbal é apresentado como posterior ao acontecer da oração subordinante e, na anterioridade, o acontecer da subordinada é apresentado como anterior àquele representado na subordinante.

Quanto à aspectualização do tempo (cf. Quadro 2), tecemos um breve comentário.

Para Castilho (2002, p. 83) o aspecto pode ser entendido como “[...] uma propriedade da predicação que consiste em representar os graus do desenvolvimento do estado de coisas aí codificado, ou por outras palavras as fases que ele pode compreender”

Ainda para o autor, o aspecto é uma categoria que não dispõe de morfologia própria na língua portuguesa, em face disso, o usuário para depreender os significados de certas construções verbais, tem que se valer de algumas combinações lingüísticas.

Esse também é o ponto de vista de Travaglia (1994, p. 16), ao considerar que, dentre as dificuldades de se estudar a categoria aspecto, pode-se destacar a que se insere à dependência do contexto lingüístico e extralingüístico, pois uma mesma frase pode ter diferentes valores aspectuais, de acordo com o contexto em que se encontra inserida; além disso, o autor considera, ainda, que ao se estudar o aspecto atualizado em uma frase é preciso levar em consideração a situação em que essa frase foi concebida e apresentada pelo falante e não como é na realidade, já que se se pensasse em termos de realidade, certamente não seria possível perceber, por exemplo, que uma dada situação de natureza pontual pode ser apresentada como durativa.

Segundo, ainda, o mesmo autor, o aspecto é uma categoria verbal associada ao tempo, pelo fato de ele indicar o espaço temporal de um processo, estado, fenômenos, eventos ou fatos, determinando o tempo de realização. Por isso, talvez, a confusão existente entre a categoria de tempo e a de aspecto.

Travaglia (op. cit., p. 43) faz a distinção dessas categorias:

➤ o tempo marca o instante da ocorrência da situação em relação ao momento da fala como anterior (passado), simultâneo (presente) ou

posterior (futuro) a esse mesmo momento. Por isso é considerado uma categoria dêitica, porque indica o momento da situação inserido à situação de enunciação.

► o aspecto, diferentemente, do tempo é uma categoria não-dêitica, porque faz referência, somente, à situação em si.

Comrie (1985, p. 2-3), também, faz distinção entre essas duas categorias:

Para o autor, o tempo é uma categoria relacional que nos permite localizar o momento de ocorrência de determinado evento em relação ao momento da enunciação.

O aspecto, por outro lado, direciona-se para a perspectiva temporal do interior de um determinado evento, concentrando-se mais no intervalo de tempo.

O tempo possui uma característica dêitica, tanto que o presente é visto como um ponto de referência em relação ao qual podem ser determinados a anterioridade e a posterioridade.

O aspecto, em relação aos termos referenciais, é considerado uma categoria autônoma.

Diante desse breve comentário sobre o aspecto, pode-se constatar que os valores aspectuais das expressões lingüísticas estão associados à situação de comunicação e às intenções argumentativas do locutor.

Esclarecemos que, na postulação dos grupos de fatores, outros aspectos metateóricos foram introduzidos, quando pertinentes.

3.1 Definição dos grupos de fatores

Conforme já especificamos no capítulo referente à introdução e justificativa, optamos, como parâmetro metodológico, postular e testar, por amostragem, um quadro categorial, visando a demonstrar sua aplicabilidade e produtividade no romance histórico em exame. A expectativa era de que, em face dos resultados colhidos, o quadro categorial proposto pudesse servir como uma matriz referencial para outros estudos sobre a expressão da temporalidade em romances históricos.

Cumpramos ressaltar que a opção por uma análise de amostragem tem implicações de ordem teórico-metodológica: o presente estudo não se propõe a um estudo sistemático da variação da expressão da temporalidade no âmbito da sociolinguística variacionista, em que se correlacionam a variável dependente (o foco ou tema em estudo) e as variáveis independentes linguísticas ou extralinguísticas, como escolaridade, gênero/sexo, faixa etária, etc. (cf. LABOV, 1972, 1994).

Postulamos, assim, um grupo de fatores que foi testado em todos os 5 intróitos, alguns subcapítulos dos 5 capítulos e em todo o epílogo (cf. Quadro 1, seção 1.4).

A aplicação dos grupos de fatores obedeceu aos seguintes passos metodológicos:

- (i) localização na divisão episódica: intróitos, capítulos com excertos de subcapítulos e epílogo;
- (ii) confronto entre a análise da expressão da temporalidade nos intróitos, nos capítulos e seus subcapítulos e no epílogo;
- (iii) análise qualitativa dos resultados, com base nos objetivos específicos e nas hipóteses relativas a cada grupo de fator.

A localização na divisão episódica, que foi postulada como uma variável constante válida para todos os grupos de fatores, levou em conta duas hipóteses:

H₁: Há diferença de comportamento entre a expressão da temporalidade nos intróitos, nos capítulos e subcapítulos e no epílogo. Nos intróitos predominam seqüências descritivas da ambiência sócio-histórica e, neles, o tempo verbal predominante é o pretérito imperfeito. Já nos capítulos, em que ocorrem a fala do narrador e a das personagens (discurso direto e indireto), predomina o pretérito perfeito (tempo da narrativa).

H₂: Há uma correlação entre os mundos narrado (relato de acontecimento) e comentado (relato de palavras) e a configuração editorial do romance (intróito, capítulos e subcapítulos e epílogo).

Eis aqui o quadro geral dos parâmetros analíticos:

FATOR 1 – MODO, TEMPO E VOZ VERBAL:	
Tempos Simples:	
Modo Indicativo	(Presente, Pretérito Imperfeito, Pretérito Perfeito, Pretérito mais-que-Perfeito, Futuro do Presente, Futuro do Pretérito)
Modo Subjuntivo	(Presente, Pretérito Imperfeito, Futuro)
Modo Imperativo	(Afirmativo, Negativo)
Infinitivo	(Pessoal, Impessoal)
Tempos Compostos:	
Modo Indicativo:	(Pretérito Perfeito, Pretérito mais-que-Perfeito, Futuro do Presente, Futuro de Pretérito)
Modo Subjuntivo:	(Pretérito Perfeito, Pretérito mais-que-Perfeito, Futuro do Presente)
Locução verbal:	(Auxiliar acurativo, Auxiliar modal, causativo e sensitivo)
Vozes do verbo:	
Ativa	
Passiva:	(Ação, estado, mudança de estado)
Reflexiva	
Passividade	

Detalhamos, a seguir, cada grupo de fator com suas respectivas hipóteses.

FATOR 1- MODO, TEMPO E VOZ DO VERBO

Na codificação da temporalidade através de modo, tempo e voz verbal, foram excluídos os verbos de ligação (cópula), frases feitas (*Antes burro que me leve que cavalo que me derrube*, MIRANDA, op. cit, p. 152) verbos leves (*Hoje, até dentro da praça, nas barbas da infantaria, nas bochechas dos granachas, na frente da força, fazem assaltos à vista*, Ibid. , p. 13).

Nesse grupo de fator objetivou-se cruzar a codificação temporal com a situação comunicativa.

Uma vez que não era nosso intuito empreender um estudo crítico e abrangente sobre os usos e o funcionamento do modo, tempo e voz do verbo, partimos dos enfoques de Cunha (1985), Bechara (1999). Koch (2001, 2003), Vilela e Koch (2001) e Fiorin (1998b, 2002).

O Modo, para Cunha (1985, p. 368), consiste das diferentes formas que o verbo possui para indicar a atitude (certeza, dúvida, suposição, mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia. Já o Tempo é a variação que indica o momento em que se dá o fato expresso pelo verbo. Os três tempos naturais são o presente, o pretérito (ou passado) e o futuro, que designam, respectivamente, um fato ocorrido no momento em que se fala, antes do momento em que se fala e após o momento em que se fala.

Bechara (1999, p. 213) igualmente considera que o Modo assinala a posição do falante com respeito à relação entre a ação verbal e seu agente ou fim, sinalizando o que o falante pensa sobre essa relação: por exemplo, uma ação como algo feito ou verossímil, um fato incerto condicionado ao desejo do falante ou um ato que se exige do agente. O Tempo dimensiona a relação temporal do acontecimento comunicado com o momento da fala: o presente encerra esse momento, o passado é anterior e o futuro ocorrerá depois desse momento.

Já para Koch (2001, p. 164), o Tempo ou Temporalidade é uma categoria realizada exclusivamente pelo verbo e, na condição de categoria nocional, sua realização está condicionada à co-ocorrência com lexemas, morfemas e outras expressões. A temporalidade marca a posição que os fatos

enunciados ocupam no tempo, o ponto dêitico da enunciação. Na condição de categoria gramatical, o Tempo é definido como o instrumento fundamental para a expressão das relações temporais. A temporalidade pode co-ocorrer com expressões lexicais que a caracterizem (*milênio, século, ano, semestre, trimestre, mês, semana, dia, hora, minuto, segundo*); pode associar-se a grupos preposicionais equivalentes aos advérbios de tempo, aos adjetivos (*antigo, novo, atual, moderno, recente*) ou aos próprios advérbios formados por esses adjetivos (*antigamente, recentemente, modernamente, atualmente*), além dos advérbios de tempo (*ontem, hoje, amanhã, outrora, já, ainda e ainda não*), das orações subordinadas adverbiais temporais e dos demais processos gramaticais.

Com base nesses autores, apresentamos uma breve descrição dos modos e tempos simples e compostos do português.

Em geral, *Modo Indicativo* expressa uma ação ou um estado considerados na sua realidade ou na sua certeza, quer em referência ao presente, quer ao passado ou ao futuro. É a forma básica dos modos: representa o conteúdo do enunciado como um fato, denota o realmente existente, o previsível e o que está em vias de se realizar.

O *presente do indicativo* é empregado para enunciar um fato atual ou uma declaração que se verifica ou se prolonga ocorre até o momento em que se fala (presente momentâneo); para indicar ações e estados permanentes ou tidos como uma verdade científica e universal (o presente eterno, gnômico); para expressar ações habituais ou freqüentativas, ainda que não estejam sendo exercidas no momento em que se fala; para expressar um presente futuro ou um presente histórico ou dramático, conferindo vivacidade a fatos ocorridos no passado (presente histórico ou narrativo). Em face dessa ausência de marca que tipifica o tempo presente, ele pode exibir várias representações, codificando ações de imperfectividade ou ações no seu decurso.

O *pretérito imperfeito* designa um fato passado, mas não concluído. Por expressar um fato inacabado, impreciso, em contínua realização na linha do passado para o presente, o imperfeito é o tempo que melhor se presta a descrições e narrações. Esse tempo faz ver sucessivamente os diversos momentos da ação, que, à semelhança de um panorama em movimento, se desenrola diante dos olhos. É um tempo não marcado, que, por não significar nem 'antes' nem 'depois', pode ocupar todo o espaço da oposição.

O *pretérito perfeito* indica uma ação que se produziu em certo momento do passado e a faste-se do presente, sinalizando uma ação dentro de um espaço de tempo determinado. Diferentemente do pretérito imperfeito, o perfeito exprime acontecimentos conclusos.

O *pretérito mais-que-perfeito* indica uma ação que ocorreu antes de outra já passada; pode representar um fato passado em relação ao momento presente, quando se deseja modalizar uma afirmação ou um pedido.

O *futuro do presente* parece ser o tempo mais linear, pois é empregado para indicar fatos certos ou prováveis, posteriores ao momento da enunciação. Além do sema futuridade, pode expressar valores semântico-pragmáticos, como incerteza, suposição, polidez, ordem, súplica, atenuação ou reforço do caráter imperativo.

O *futuro do pretérito* serve para designar ações posteriores à época de que se fala e para exprimir incerteza sobre fatos passados. Pode perspectizar a ação verbal a partir de um passado, visto como futuro, mas sem qualquer relação com o presente. Além disso pode ser empregado no modo *irrealis*, codificando situações hipotéticas ou optativas; em frases interrogativas ou exclamativas, pode sinalizar surpresa ou indignação.

Os tempos compostos do Modo Indicativo são formados pelo verbo *ter* + auxiliar dos tempos compostos e o particípio passado do verbo principal.

O *pretérito perfeito composto* é a expressão de um fato repetido ou contínuo, e, ao contrário do tempo simples, aproxima-se do presente, já que pode determinar um acontecimento realizado no passado com repercussão ou continuidade no presente. A depender do contexto, pode sinalizar algo esperado, um acontecimento no futuro, co-ocorrendo com outros elementos lingüísticos. A diferença do *pretérito perfeito composto* para o *pretérito perfeito simples* é que aquele não possui uma marca que caracterize seu valor aspectual, tanto que pode exprimir aspecto iterativo, durativo e contínuo. O evento por ele expresso tem somente uma realização, não há precisamente uma distribuição pelo tempo, não importa se durou pouco ou muito; já o pretérito perfeito simples que o possui um valor aspectual pontual, demarcando um espaço de tempo definido e especificado.

O *pretérito mais-que-perfeito composto* exprime uma contecimento acabado no passado e sem qualquer ligação com o presente.

O *futuro do presente composto* indica que uma ação futura será consumada antes de outra, para exprimir a certeza de uma ação futura e a incerteza sobre fatos passados.

O *futuro do pretérito composto* pode sinalizar que um fato teria acontecido no passado, mediante certa condição, além de exprimir a possibilidade de um fato passado.

Já o *Modo Subjuntivo* enuncia a ação do verbo como eventual, incerta ou irreal. É empregado em orações independentes, optativas, imperativas negativas e em enunciados dubitativos com o advérbio como *talvez*. Dentre os valores dos tempos do Subjuntivo, o *presente* pode indicar um fato presente ou futuro; o *pretérito imperfeito* pode ter valor de presente, passado ou futuro; o *pretérito perfeito composto* pode exprimir um fato passado (supostamente concluído) e futuro (terminado em relação a outro fato futuro); o *pretérito mais-que-perfeito composto* pode indicar uma ação anterior a outra ação (dentro do sentido eventual do modo subjuntivo) ou uma ação irreal no passado; o *futuro do subjuntivo simples* marca a eventualidade no futuro e é usado, também, em orações subordinadas; o *futuro do subjuntivo composto* indica um fato futuro como terminado em relação a outro fato futuro.

Com relação ao *Modo Imperativo*⁴⁸, Cunha (op. cit., p. 326) considera que, apesar de a palavra estar ligada, pela origem, ao latim *imperare* (*comandar*), na maior parte das vezes, ele não é empregado para ordens ou comandos. O Imperativo é usado com a finalidade de exortar o interlocutor a cumprir a ação indicada pelo verbo. Assim, é muito mais um modo de exortação, de conselho, de convite, do que propriamente de mando.

As *formas verbais*, segundo Cunha (op. cit., p. 471), ocorrem com o *infinitivo*, que apresenta o processo verbal em potência e exprime a idéia de ação, aproximando-se, assim, do substantivo; o *gerúndio*, que mostra o processo verbal em curso e desempenha funções exercidas pelo advérbio ou pelo adjetivo; o *particípio*, que demonstra o resultado do processo verbal e acumula as características de verbo com as de adjetivo; o *infinitivo impessoal*, que não tem sujeito, porque não se refere a uma pessoa gramatical e o *infinitivo pessoal*, que tem sujeito próprio e pode ou não flexionar-se.

⁴⁸ Para um estudo abrangente sobre os usos funcionais do Imperativo Negativo e Afirmativo, vejam-se as pesquisas de Fonseca (2000, 2005).

Segundo Bechara (op. cit., p. 230), a *locução verbal* é a combinação das diversas formas de um verbo auxiliar com o infinitivo, gerúndio ou particípio de outro verbo. Muitas vezes, o auxiliar empresta um matiz semântico ao verbo principal, dando origem aos chamados *aspectos do verbo*. Entre o auxiliar e o verbo principal no infinitivo, a depender dos usos variáveis, pode ou não aparecer uma preposição (*de, em, por, a para*). Também pode ocorrer a alternância da preposição (*começar a/de fazer*). Na locução verbal é somente o auxiliar que recebe as flexões de pessoa, número, tempo e modo. Os auxiliares *acurativos* se combinam com o infinitivo ou o gerúndio do verbo principal para determinar com, mais rigor, os aspectos do momento da ação verbal que não se acham bem definidos na divisão geral de tempo presente, passado e futuro.

Os auxiliares *modais* se combinam com o infinitivo ou gerúndio do verbo principal para determinar com, mais rigor, o modo como se realiza ou se deixa de realizar a ação verbal. Na opinião de Koch (2003, p. 175), o Modo é a categoria gramatical própria do verbo, um dos instrumentos privilegiados para exprimir a modalidade. A *modalidade* é uma categoria semântico-formal em que intervêm, por um lado, uma hierarquia de elementos morfológicos, sintáticos, prosódicos e lexicais, e, por outro lado, a atitude do falante perante à validade do conteúdo fixado no enunciado, que é apresentado como coincidente ou não com a realidade. A modalidade é definida como a gramaticalização das atitudes subjetivas do falante e sua transposição para o conteúdo do enunciado. Há, assim, duas modalidades básicas na frase: a *realis* e a *irrealis*, a partir das quais se constroem escalas de certeza e incerteza, suposição, condição, necessidade, exigência, possibilidade, impossibilidade ou impossibilidade de uma acontecer, etc. Esse painel de possibilidades da modalidade é codificado tanto pelos modos verbais quanto por outros processos lingüísticos: advérbios (*enfim, talvez, finalmente*), expressões modais (*de fato, efetivamente, com toda a probabilidade, salvo melhor opinião, creio eu, se não me engano, na minha opinião*), adjetivos (*certo, certinho, possível, impossível, provável, improvável*), construções frásicas e determinadas entoações.

Há outros que, tradicionalmente, a Gramática Normativa chama de auxiliares *causativos* (*deixar, mandar, fazer*) e *sensitivos* (*ver, ouvir, olhar, sentir*) que, juntando-se ao infinitivo ou gerúndio, não formam locução verbal; a

dependem das relações internas que se estabelecem entre o infinitivo e os termos que o acompanham podem se comportar sintaticamente como locuções verbais.

A *voz verbal* é realizada por dois processos gramaticais: a ativa e a passiva. Todos os verbos transitivos têm ativa, mas apenas alguns têm passiva. Nas vozes ativa e passiva intervêm os seguintes elementos: processo, atividade dirigida para um alvo; o agente, autor, ator, fonte ou origem de uma ação; o paciente, pólo passivo de uma relação de atividade. A ativa e a passiva de processo denotam o mesmo estado de coisas: uma ação causada por um agente. Essa ação distingue-se pela perspectivação da ação assumida pelo falante em relação ao acontecer verbal: a ativa perspectiva o acontecer verbal a partir do agente, a nomeação do agente é obrigatória e ocorre como sujeito; a passiva perspectiva a ação verbal a partir do paciente, e o agente é estruturalmente facultativo, tornando-se um circunstante; a passiva de estado afasta-se das duas anteriores; não designa qualquer processo, mas um estado resultante de uma ação anterior: não há processo e não há qualquer perspectivação em relação ao sujeito. Além do verbo *ser*, há outros auxiliares que, combinados com um particípio, podem formar a voz passiva. Estão nesse caso certos verbos que exprimem estado (*estar, andar, viver*), mudança de estado (*ficar*) e movimento ou ação (*ir, vir*).

Na avaliação de Cunha (op. cit., p. 372), as vozes verbais podem ser expressas por três formas: (a) como praticado pelo sujeito, agente da ação – diz-se que o verbo está na *voz ativa*; (b) como sofrido pelo sujeito, o objeto da ação – diz-se que o verbo está na *voz passiva*; (c) como praticado e sofrido pelo sujeito – diz-se que o verbo está na *voz reflexiva*. Em relação à voz verbal, Bechara (op. cit., p. 213) considera que ela determina a relação entre o acontecimento comunicado e seus participantes. O primeiro participante lógico, o sujeito, pode ser agente do acontecimento (voz ativa), ou objeto do acontecer (voz passiva) ou agente e objeto ao mesmo tempo (voz reflexiva). No entanto, não se deve confundir voz passiva e passividade. A voz é forma especial em que se apresenta o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação. A passividade é o fato de a pessoa receber a ação verbal. A passividade pode traduzir-se, além da voz passiva, pela ativa, se o verbo tiver sentido passivo. A voz reflexiva sinaliza que a ação verbal não passa a outro ser, portanto, reverte-se ao próprio agente. O verbo empregado na forma reflexiva propriamente dita diz-se *pronominal*. Na

voz reflexiva recíproca, a ação verbal atua reciprocamente entre mais de um agente.

Ilustremos as categorias de modo, tempo e voz verbal com exemplos do nosso corpus.

MODO INDICATIVO- Tempos simples

Presente :

(1) "Há guardas à porta do colégio?"

"Sim, mas de nada adianta. Os criminosos podem ficar lá em segurança e, se quiserem, escaparão sem ser vistos. O movimento de estudantes e padres é muito grande."

"Podemos usar o Tribunal. Tenho, de antemão, metade dos desembargadores ao nosso lado.

"Vou invadir o colégio."

O desembargador olhou para Antonio de Souza.

"O que há? Por que essa cara de ovelha perdida?", disse o governador.

"Invadir o colégio?"

"Exatamente. Vamos pegar o lobo no covil."

"Mas, dom Antonio, é muito temerário esse gesto."

"Parece que estás com dedos de seda para com os Ravasco. O que há de imprudente nisso? Sou o governador."

"E o arcebispo?"

"Ficará calado. Está aqui há apenas um mês mas já demonstrou que é um calhorda Quero teu apoio."

"Mas..."

"Quero uma ordem de prisão dos Ravasco."

"Mesmo o Antonio Vieira?"

"Mesmo ele."

"Impossível."

"Nada é impossível."

"Sob que acusação?"

"Crime de morte."

"Seria preciso abrir um pleito."

"Então abre."

"Mas Antonio Vieira não matou Teles de Menezes."

"É o cabeça."

"Tem muitos amigos na Corte. Vai defender-se *unguibus et rostro*."

"Também tenho amigos em Lisboa."

"Não estou muito certo quanto à invasão do colégio."

"Se não queres participar, isso é contigo. Mas será uma traição. Onde está sua cólera? Estás temeroso? Se não participares serás responsabilizado da mesma maneira. Todos sabem de nossas ligações. Tu também tenes interesse nisso, e além do mais não há como me negares nada." (MIRANDA, 1989, p. 54)

Nesse excerto, temos o presente do indicativo empregado na narração dos fatos passados, conferindo-lhes atualidade. Essa contemporaneidade entre o evento narrado e o momento da narração, segundo Fiorin (2002, p. 143), é própria do presente e, nesse fragmento, a concomitância entre a narração e o narrado permanece ao longo do discurso.

Pretérito Imperfeito:

- (2) “Algumas criadas fumavam sentadas na escadaria, outras conversavam com escravos ou sentinelas. Apenas os empregados da cozinha trabalhavam a pleno. Da chaminé saía uma constante fumaça escura. O odor de carne assada, azeite, pimenta, vinha em lufadas.” (MIRANDA, 1989, p. 96).
- (2a) “O rabino e o poeta conversaram sobre a situação dos engenhos. A Bahia produzia entre catorze e quinze mil caixas de trinta e cinco arrobas de açúcar por ano, que valiam mil e setecentos, mil e oitocentos contos. Para aquele ano de 1684 esperava-se uma grande colheita, porém a farta produção obrigava os produtores a venderem barato e até a queimarem o açúcar fino. A falta de navios para transporte causava quedas nos preços, agravando o problema. Entretanto, subiam os preços do cobre, do ferro, do pano, de todos os materiais que supriam os engenhos, especialmente o valor dos escravos. Para o funcionamento de um engenho, eram necessários, só na moenda, entre vinte e trinta negros, além do feitor e de outros tantos para os substituírem no turno da noite.” (MIRANDA, 1989, p. 295).

Segundo Cunha (1985, p. 439), o pretérito imperfeito designa um fato passado, mas não concluso. A duração do processo verbal desse tempo é mais intensa do que nos outros, por isso é próprio tanto dos textos narrativos quanto dos textos descritivos. Em (2), os verbos expressam uma característica descritiva por apresentar ações simultâneas (cf. FIORIN, 2002, p. 158), vinculadas ao mesmo momento de referência (MR), que é o pretérito. Já em (2a), este mesmo tempo verbal institui outra característica, a narrativa, uma vez que o pretérito imperfeito também é considerado o tempo de excelência de narração (cf. FIORIN, 1998b, p. 230). Nesse excerto, o MR encontra-se explícito (ano de 1684): em relação a ele, os verbos destacados indicam a continuidade e a durabilidade das ações.

Esses dois exemplos ilustram que o pretérito imperfeito é um tempo que pode ocorrer tanto no mundo comentado quanto no mundo narrado.

Pretérito Perfeito:

- (3) “Com os primeiros raios de sol, Maria Berco acordou. Um oficial abriu a porta da cela e, depois de alguns conselhos e repreensões mandou-a embora. Sentiu os ossos moídos ao levantar-se. Arrumou a saia, ajitou os cabelos. Lembrou-se subitamente do encontro em Bernardo Ravasco na igreja. Correu para lá mas não o encontrou. O menino curumim informou que havia partido com Padre Vieira na noite anterior para a quinta. Maria Berco suspirou. O anel! O que fazer com ele?” (MIRANDA, 1989, p. 69)

Em (3), retrata-se uma seqüência de eventos conclusos de aspecto pontual que ocorrem em um período temporal delimitado (*Com os primeiros raios de sol*). O MR do pretérito é o instante dos primeiros raios de sol.

O primeiro pretérito (*acordou*) mostra um momento de concomitância, um esquema de incidência por meio do qual são deslocados dois fatos: o raiar do dia e o acordar. Os demais codificam uma cadeia de eventos sucessivos igualmente conclusos e perfectivos (cf. ILARI, 1997, p. 17)

Pretérito Mais-que-Perfeito:

- (4) “Na capitânia, que chegou algumas semanas depois da primeira nau da frota, viera o desembargador André de Moraes Sarmento, com a função do sindicante, para devassar a atuação do governador deposto Antônio de Souza. Parecera aos Ravasco ser o sindicante eleito pelo marquês de Gouveia, amigo de Vieira. Mas o sindicante André de Moraes Sarmento, após ouvir o que tinham a dizer de Antônio de Souza, mais louvores do que queixas, parecia totalmente favorável ao ex-governador. Muitos opositores se abstiveram de depor, contentes em ver o Braço de Prata deposto, de partida, para nunca mais voltar. O sindicante trouxera provisões secretas de sua majestade para que averiguasse se Bernardo Ravasco fora realmente retirado de seu cargo por Antônio de Souza sem proceder culpa formada, na forma da lei. O escrivão da sindicadura viera provido do ofício de secretário em lugar de Bernardo Ravasco, caso houvesse provas de culpa.” (MIRANDA, 1989, p. 315)

Em (4), temos os verbos no pretérito mais-que-perfeito simples, denotando uma ação anterior a outra já passada. Segundo Fiorin (2002, p. 158), o pretérito mais-que-perfeito expressa uma relação de anterioridade que se dá entre o momento do acontecimento ou do vento (ME), (*a chegada da capitânia que trouxe o desembargador*), e o momento de referência (MR), (*a chegada da nau da frota*).

Futuro do Presente:

- (5) “Manda chamar a filha dele, dona Bernardina Ravasco. Ela me entregará o irmão em troca do pai. Só que não faremos troca nenhuma.” (MIRANDA, 1989, p. 138)

No excerto (5), o futuro do presente simples indica fatos, posteriores ao momento da fala (MF). O ponto de referência de futuridade nesse trecho está vinculado ao momento da entrega do pai. O tempo futuro (*entregará*) está associado a outro (*faremos*), que institui uma idéia de ulterioridade em relação ao primeiro, manifestada por uma oração que marca a oposição entre os dois segmentos do texto, ou seja, o irmão deverá ser entregue em troca do pai, mas assevera que essa troca não será efetivada.

Futuro do Pretérito:

- (6) "(...) Mata relanceou os olhos nos papéis que trazia sob uma capa de couro. Não teria coragem de mostrá-los a Antônio de Souza. Mentiria, diria que não se encontrara nada. Mas o governador ficaria muito furioso e quando isso acontecia, ah, ele nem queria pensar nisso." (MIRANDA, 1989, p. 96)

Em (6), os verbos em destaque estão no futuro do pretérito. O primeiro verbo (*teria*) designa uma ação posterior ao momento da fala (MF); o segundo e o terceiro (*mentiria e diria*) se referem à fatos ou situações que não serão realizados (as) e o quarto verbo (*ficaria*) expressa, assim como o primeiro, idéia de posterioridade em relação ao momento de referência (MR). Nesse excerto, o momento de referência pretérito está implícito, pode situá-lo como o instante em que Mata passou os olhos nos papéis que trazia. Em relação a esse momento, o fato de ele não ter coragem de mostrar os papéis a Antônio de Souza configura um momento posterior (*teria*) ao momento de referência (MR), que deve ser codificado, portanto no futuro do pretérito. Ainda nesse excerto, temos os verbos (*mentiria/diria*) que expressam uma ação premeditada, em face do valor hipotético do próprio futuro do pretérito; por fim, o verbo (*ficaria*) tem como momento de referência (MR) implícito o momento da mentira. A pressuposição de que o governador ficaria muito furioso assenta-se em um hipotético momento de referência (MR) posterior, que pressuporia a descoberta da mentira.

MODO SUBJUNTIVO – Tempos simples

Presente:

- (7) "Bernardina Ravasco estava presa ao leito, doente, cercada de criadas, bacias e panos úmidos. O cirurgião-barbeiro, ao lado da cama, aplicava-lhe picaduras. Pequenas gotas de sangue escorriam na pele alva da doente. " Ai", gritou Bernardina Ravasco, peço que suspendais essa mezinha⁴⁹". (MIRANDA, 1989, p.269)

Em (7), temos uma forma verbal no presente do subjuntivo (*suspendais*) denotando uma ordem. Essa forma verbal está inserida numa oração subordinada substantiva objetiva direta, segundo Vilela e Koch (2001, p. 178), o subjuntivo é o modo sobretudo das subordinadas.

⁴⁹ Mezinha s.f. 1. líquido medicamentoso aplicado com enema; 2. qualquer remédio. (cf. HOUAISS, p. 1913)

Pretérito Imperfeito:

- (8) “Maria Berco ficou sozinha numa cela. Se fosse revistada, estaria perdida. Bernardo Ravasco devia estar preocupado, esperando-a na igreja do Colégio. Se não a revistassem, logo que fosse solta ela entregaria a jóia ao secretário. Mas ele não era o dono do anel. Meteu a mão na cintura e sentiu a dureza do anel. Quanto valeria aquela pedra e aquele ouro? Quantas vezes sonhara ter dinheiro. Se fosse seu aquele anel, o venderia e poderia dar uma parte do dinheiro a João Berco para pagar tudo que ele gastara com ela desde que a tirara da Misericórdia. Seu marido era bruto, às vezes, mas Maria Berco sentia uma imensa gratidão por João Berco tê-la escolhido entre as órfãs para casar-se. Não poderia deixá-lo, quase cego, sem um tostão nem para comprar um molecote que cuidasse dele. Se vendesse o anel o dinheiro daria para o sustento de João Berco até que ele morresse”. (MIRANDA, 1989, p. 63)

Nesse excerto (8), as formas verbais do imperfeito do subjuntivo expressam idéia condicionalidade. Tais formas verbais estão inseridas em quatro orações subordinadas adverbiais condicionais, (*Se fosse revistada/Se não a revistassem /Se fosse seu/ Se vendesse* em uma subordinadas adjetiva restritiva (*sem um tostão nem para comprar um molecote que cuidasse dele*) e em uma subordinada adverbial temporal (*daria para o sustento de João Berco até que ele morresse*).

Futuro:

- (9) “Deixa entrar neste miserável, ele é o que há de melhor sobre a terra, depois dos ratos, é claro”, disse Luiz Bonicho.
 “O que queres, Blasfemo?”, disse Donato.
 “ ‘Tudo que souber me contará, tudo que tiver me dará, todos os homens abandonará e só a mim me amará.” (MIRANDA, 1989, p. 152)

Em (9), as formas verbais (*souber/tiver*) expressam idéia de suposição ou eventualidade, numa oração subordinada, cujo núcleo é um pronome indefinido, interpretado como um quantificador universal.

MODO IMPERATIVO

Imperativo Afirmativo:

- (10) “As mulheres no alcouce faziam uma enorme algazarra. Riam, falavam sobre vestidos, receitas, bonecas de pano. Muitas delas não passavam de crianças. Calai-vos, disse Anica de Melo. O poeta está conversando com as mesmas visitas de ontem, os dois padres, e não quer barulho”. (MIRANDA, 1989, p. 100)

No excerto (10), a forma verbal (*Calai-vos*) denota um cumprimento da ordem que supõe a presença de “quem o falante pode esperar a realização do que é esperado” (cf. VILELA; KOCH, 2001, p. 179).

Imperativo Negativo:

- (11) “O homem parou de remar.
 “O que foi? Viu algum fantasma?”
 “Nada”, respondeu Maria Berco olhando para a terra, onde homens com tochas nas mãos os aguardavam.
 O marujo voltou-se. “Ora”, disse ele, “ são apenas soldados. Estás com medo deles, hem. Ha ha ha.” Então ficou sério.
 “ [...] Tirou o anel da mão e deu-o para Maria Berco. ‘Esconde-o contigo. Não fales nada, ouviste?[...]” (MIRANDA, 1989, p. 61)

Em (11), a forma verbal (*Não fales*) denota um cumprimento da ordem com valor ilocucionário peremptório.

MODO INDICATIVO- Tempos compostos

Pretérito Perfeito:

- (12) “Gonçalo Ravasco entrou na cela de Vieira. Ajoelhou-se ao lado do catre, beijou a mão do tio.
 “ ‘Que bom que você estás aqui, meu filho’, disse Vieira.”
 “Eu... tenho pensado muito nessa tua ida a Portugal, Gonçalo.” (MIRANDA, 1989, p. 217)

Em (12), o pretérito perfeito composto (*tenho pensado*) expressa uma idéia de prolongação de um fato até o momento da fala (MF). Para Fiorin (2002, p.158), ao contrário do pretérito perfeito simples, o pretérito composto não possui uma função temporal própria, mas aspectual. Assim, (*tenho pensado*) nesse excerto, situa o início do acontecimento dentro de um momento anterior ao momento de referência(MR) presente e, ainda, indica sua continuidade no momento presente, por isso seu valor aspectual é durativo.

A diferença entre tempo simples e composto ocorre no âmbito de suas funções; enquanto o pretérito perfeito simples acumula no português tanto a função de anterioridade em relação a um momento de referência (MR) presente, quanto a concomitância em relação a um momento de referência (MR) pretérito, o pretérito perfeito composto assume unicamente seu valor de anterioridade em casos bem restritos, de modo que possa expressar um fato que acabou de acontecer.

Pretérito Mais-que-Perfeito:

(13) "Gonçalo Ravasco mantinha-se calado, atento às palavras do tio." (MIRANDA, 1989, p. 219)

(13a) "[...] Voltou para a capela e ajoelhou-se defronte ao altar. Pensou com tristeza na morte do jovem Gaspar da Fonseca e na partida do rabino, que, como uma ave, sentia-se impelido ao seu êxodo. Havia uma santa, de rosto bonito, no altar. Pensou nos motivos que tinham levado Samuel da Fonseca a conservar a capela com as imagens e cruzeiros após comprar aquele engenho. Certos homens tinham a capacidade de esquecer o passado, de perdoar. Aquela era uma Igreja que tinha matado e continuava matando judeus. Talvez padre Vieira tivesse razão quanto aos judeus, talvez eles fossem mesmo bons homens. Ao menos Samuel da Fonseca o era." (MIRANDA, 1989, p. 305)

O momento de referência (MR) nesse excerto não está temporalmente definido. Os pretéritos mais-que-perfeito compostos do texto (*mantinha-se calado/tinham levado/tinham matado*) expressam acontecimentos anteriores aos momentos de referência, pois é característica do pretérito mais-que-perfeito fazer saber os antecedentes da história que se narra, de modo que seja possível ao leitor compreender a ação principal. Além disso, Fiorin (2002, p. 159) considera que essa forma analítica (pretérito mais-que-perfeito composto) tem a possibilidade de expressar, simultaneamente, a relação de anterioridade e o aspecto perfectivo, diferentemente da forma sintética (pretérito mais-que-perfeito composto) que expressa apenas a relação de anterioridade.

Futuro de Presente:

Não houve ocorrência no cópula analisado

Futuro do Pretérito:

(14) " Em Roma? Tem um grande prestígio por lá. "
 " Teve. É um velho alquebrado. Está de asa partida. Se não, por que teria voltado para este desterro? Se ainda tivesse forças estaria mancomunando pelo mundo, enchendo os ouvidos dos poderosos com suas malignas 'estratégias desvanecidas', como disse o conde de Ericeira. Não há por que temê-lo. Ele mesmo admite sua fragilidade." (MIRANDA, 1989, p. 55)

Nesse excerto, o futuro do pretérito composto denota uma avaliação de ações, possivelmente concretizadas.

Essa forma composta identifica, como a simples, um fato anterior em relação a um momento de referência pretérito (MR). Porém, essa forma indica um fato anterior a um outro acontecimento no futuro, ou seja, o futuro do pretérito composto quando empregado, leva em conta dois momentos de

referência (MRs): posterior a um e anterior a outro. Para Fiorin (2002, p. 160), em virtude dessa condição do futuro do pretérito composto, ele poderia ser denominado de futuro do pretérito do pretérito. E, em relação à distinção de natureza aspectual entre os dois futuros, pode-se se dizer que o simples é imperfectivo e o composto perfectivo, desde que tais aspectos sejam considerados de acordo com a perspectiva temporal em que se encontram esses tempos na frase.

No período complexo, (*Se não, por que teria voltado para este desterro?*), o futuro do pretérito composto sinaliza uma busca de motivos. Para justificar o fato de Padre Vieira ter voltado para o Brasil.

O comentário avaliativo (*É um velho alquebrado. Está de asa partida*), justifica tal retorno. Em (*Se ainda tivesse forças estaria mancomunando pelo mundo, enchendo os ouvidos dos poderosos com suas malignas 'estratégias desvanecidas', como disse o conde de Ericeira*), o futuro do pretérito composto sinaliza uma suposição ao contrário: se o padre tivesse forças. Em face de sua fragilidade, não há por que temê-lo.

MODO SUBJUNTIVO

Pretérito Perfeito composto:

- (15) “Bem, então temos o quadro quase completo. Recapitulando: Antônio de Brito, Luiz Bonicho e Donato Serotino, João de Couros.”
 “Quatro”
 “Diogo, o Torto.”
 “Manuel Dias.”
 “Seis.”
 “Moura Rolim.”
 “Sete.”
 “Sete. Então?...”
 “Então faltam um”, disse o alcaide Teles. “Quem poderia ser?”
 “Brito falará. Apertem-no mais duramente.”
 “Suspeito de Gonçalo Ravasco. Antônio de Brito o deve estar protegendo. Podemos pegar aí um grandão, um Ravasco.”
 “Vai ser difícil, Teles. Os grandões estão muito bem acobertados. Um grandão de verdade usa luvas e aluga braços. Nenhum Gonçalo ou Bernardo Ravasco iria se deixar pegar emboscando alguém na rua. Têm prestígio — ou dinheiro — suficientes para convencer — ou comprar — os outros. Um Ravasco fica no gabinete e passa o verão na quinta. Um Ravasco gasta a tarde nos jogos ou no campo, caçando, tangendo guitarras e machinhos⁵⁰; um Ravasco não se defende, contrata advogado. Não falam palavras obscenas, não chicoteiam seus , escravos, usam meias de seda, camisas da Holanda e têm secretário. Até mesmo seu cachorro anda de liteira. Padre Vieira não toma parte pessoalmente em qualquer violência, talvez nunca tenha matado uma mosca. Comanda. Mas vamos pegá-los, custo que custar.” (MIRANDA, 1989, p. 135)

A forma verbal destacada em (15) exprime um fato passado supostamente concluído, do qual não interessa referir a contituição temporal interna: não importa se durou muito ou se pouco. (cf. VILELA; KOCH, 2001, p. 169)

Pretérito Mais-que-Perfeito composto:

- (16) “Bernardina Rasvasco troucou o chapéu meio a contragosto. “Estou ansiosa quanto a meu companheiro de viagem. É o poeta Gregório de Matos. Sei bem que é desembargador, vai tomar ordens sacras, mas tem uma fama...”
 “Que fama, senhora?”
 “Começarei pelo princípio: loquaz, sedutor, um letrado que agora está ajoelhado diante da Virgem Maria e em seguida afundado no colo das meretrizes. Graduado na universidade da luxúria, que é braba universidade. Tudo com tal publicidade...”
 “Sois descomprometida, senhora. Que mal haveria em uma paixão?”
 “É que mal haveria? É garboso como um cavalo. Se não tivesse escrito tantos desaforos, tantos desalinhos... Já ouviste alguma de suas sátiras?” (MIRANDA, 1989, p. 89)

Em (16), o pretérito mais-que-perfeito composto exprime uma idéia de condicionalidade, associada a um passado hipotético (*haveria uma paixão*). Segundo Koch (1993, p. 42-43), o modo subjuntivo se comporta como um semitempo, por se achar em dependência de outros eventos a ele associados.

Futuro:

Não houve ocorrência no *córpus* analisado

Infinitivo/ Composto

Infinitivo Pessoal:

- (17) “O conhecimento é um embuste”, disse Gregório de Matos. “As pessoas que mais sabem sobre o mundo são os peixeiros da feira e as lavadeiras do dique.”
 “Não, doutor Gregório. Como disse o filósofo Vieira, o ignorante vê a Lua e acha que é maior que as estrelas. O sábio distingue o verdadeiro do aparente. É preciso provar que o ar existe, embora o respiremos, é preciso se poder calcular as probabilidades, ou que há mesmo um anel de luz em volta de Saturno; é preciso se fazer as poéticas experiências dos hemisférios de Magdeburg”, disse o rabino.
 “E por falar em experiências poéticas, como está dona Maria Berco”?, disse Gregório de Matos. “Contente por ter ficado rica?”
 “Ainda está presa ao leito, recuperando-se. Ela não é como todas as moças, que ficam felizes por saírem de casa para ir à igreja, com os melhores vestidos, abanando leques. A nova situação não mudou seu comportamento. Ela pensa em coisas que a fazem sofrer. Imagino que deva casar-se novamente, ter filhos. É uma excelente cozinheira e sabe tecer como poucas. Mas ela perce ter medo... Não que

⁵⁰ Machinho s.m. 4. MÚS. m.q. cavaquinho (pequeno instrumento). (cf. HOUAISS, 2001, p. 1803)

ache que lhe nasceria um filho de chifres tortos e pés de coelho, não é bem assim que pensa. Ela está magoada coma vida." (MIRANDA, 1989, p. 299)

Em (17), o infinitivo composto denota um processo já concluído diante do momento da fala (MF). O infinitivo, também, pode ser considerado como um semitempo, no sentido de que a sua ocorrência está subordinada à realização de outros eventos vivenciados.

LOCUÇÃO VERBAL

Auxiliar acurativo:

- (18) "Vamos emitir uma ordem de prisão contr os que estão soltos e proceder uma devassa contra eles", disse Antônio de Souza.
"O alcaide Teles levantou-se bruscamente interrompendo o governador. Deus alguns passos, pensativo, com as mãos na cabeça como costumava fazer ao pensar."(MIRANDA, 1989, p. 135)

Em (18), a locução verbal neste segmento formada por um auxiliar acurativo mais verbo principal no infinitivo expressa os aspectos do momento da ação verbal, os quais não se acham determinados com mais rigor na divisão temporal dos verbos. A locução (*costumava fazer*) expressa idéia de uma ação que se repete de forma habitual.

Auxiliar Modal:

- (19) "Quem esfaqueou meu irmão foi mesmo o Antônio de Brito, como pensávamos. Surpreende-te, Antônio, com o que direi agora: Luiz Bonicho era um dos oito encapuzados, assim como o mestre de esgrima louro."
"O vereador? Ao contrário do que pensas, Teles, não me surpreendo nem um pouco. Parecia estar do nosso lado, mas não estava." (MIRANDA, 1989, p. 134)

No excerto (19), a locução verbal é formada por um verbo no infinitivo, denominado de verbo principal. Essa locução expressa nesse fragmento a idéia de aparência, hipótese.

Auxiliar causativo:

- (20) "Vieira não parecia naquele momento, um velho, sujeito a achaques e enfraquecido por fadigas e resíduos de paludismo, complicações brônquicas, hemoptises que o faziam temer a tísica, mal comum na Companhia de Jesus e que contagiava os padres nos refeitórios, nos bebedouros, nos mijadouros."
(MIRANDA, 1989, p. 219)

Em (20), a locução verbal formada pelo auxiliar *fazer* e o verbo principal *temer* no infinitivo expressa uma idéia de causalidade, por isso a denominação causativo.

Auxiliar sensitivo:

(21) "Maria Berco esperava o secretário à porta do colégio."

Ao vê-lo sair, interpelou-o

"Dona Bernardina mandou, senhor." Entregou ao secretário uma corrente fina de ouro com uma medalha. "Pede que o senhor não deixe de usá-la sempre ao pescoço, que o protegerá." (MIRANDA, 1989, p. 45)

No excerto (21), há uma expressão verbal que não é considerada locução verbal, mas que se comporta sintaticamente como tal (cf. BECHARA, 1999, p. 233), formada pelo verbo auxiliar *ver* acompanhada do infinitivo do verbo *sair*. No contexto, essa expressão verbal exprime idéia de percepção, sensação, ou seja, ao sentir que o secretário, Bernardo Ravasco estava de saída, interpelou-o.

VOZ VERBAL

Ativa:

(22) "O rabino e o poeta conversavam sobre a situação dos engenhos. A Bahia produzia entre catorze e quinze mil caixas de trinta e cinco arrobas de açúcar por ano que valiam mil e setecentos, mil e oitocentos contos. A falta de navios para transporte causava quedas no preço, agravando o problema." (MIRANDA, 1989, p. 295)

Em (22), os verbos em destaque encontram-se na voz ativa, pois a perspectiva assumida pelo falante em relação ao acontecer verbal ocorre a partir do agente. Nesse caso, a nomeação do agente é obrigatória e ele apresenta-se como sujeito (cf. VILELA; KOCH, op. cit., p. 181)

PASSIVA

Ação:

(23) "Sinto muito, senhor governador", prosseguiu o homem. O Conselho despachou que o suplicante, o secretário de Estado e da Guerra Bernardo Vieira Ravasco, seja restituído ao cargo a que, antes de o depor o governo, tinha dele tirado." (MIRANDA, 1989, p. 309)

Em (23), a forma verbal destacada encontra-se na voz passiva, nela a perspectiva de ação verbal se dá a partir do paciente e o "agente" é estruturalmente facultativo", o que o torna um circunstante (cf. VILELA; KOCH, op. cit., p. 181)

Estado:

(24) "Há guardas por todo lado. O porto está vigiado. E se não der certo?", disse Donato Serotino passando as mãos nos cabelos sofregamente. (MIRANDA, 1989, p.75)

Nesse excerto (24), a forma verbal destacada está na voz passiva, considerada de estado, pois o verbo auxiliar (*estar*) acompanhado do verbo principal (*vigiado*) caracterizam o estado em que se encontram o agente (o porto).

Mudança de estado:

(25) " Parece que estás com dedos de seda para com os Ravasco. O que há de Imprudente nisso? Sou o governador.'
'E o arcebispo?'
'Ficará calado. Está aqui há apenas um mês mas já demonstrou que é um calhorda. Quero teu apoio. "

No excerto analisado, a forma verbal destacada é formada pelo auxiliar (*ficar*) e verbo principal (*calado*), constituindo a voz passiva considerada de mudança de estado, sinalizando que o arcebispo, até então, não se encontrava calado, mas daquele momento para frente passaria a ficar.

Reflexiva:

(26) "Num impulso premonitório o alcaide-mor levantou-se, foi até a janela e abriu-a." (MIRANDA, 1989, p. 23)

Em (26), temos a voz reflexiva, cuja forma verbal indica que a ação praticada não passou a outro agente, tanto que reverte ao próprio, sentido reflexivo. Nesse caso, diz-se que houve uma negação da transitividade. (cf. BECHARA, 1999, p.222)

Passividade:

(27) "Os criminosos recebem o merecido castigo"⁵¹.

Nessa frase, a ação verbal é deslocada para o sujeito agente, porém, nessa situação, ele não se encontra como o principal agente dessa ação. Ele assume a condição de paciente, ou seja, de quem foi penalizado pelo castigo recebido.

⁵¹ Por falta de um excerto que pudesse ilustrar essa modalidade, o exemplo foi retirado de Bechara (1999, p. 222).

FATOR 2 – SITUAÇÃO COMUNICATIVA
--

(Mundo comentado, Mundo narrado)

O objetivo deste fator foi observar se havia ou não correspondência entre a codificação de modo, tempo e voz verbal e a situação comunicativa (mundo narrado e mundo comentado).

Para Weinrich (1968, p. 62), a função dos tempos verbais não se limita a determinar exclusivamente o tempo cronológico, mas a informar ao interlocutor a *situação comunicativa* em que a linguagem se atualiza. As situações comunicativas são tantas quantas são as situações da vida, logo é possível caracterizar como exemplos típicos de situação: o monólogo, o relato, a descrição, a escrita de uma carta, um comentário, um sermão, um discurso, uma conferência, um diálogo, uma biografia, etc.

A situação comunicativa própria do *mundo comentado* são todas aquelas situações que não sejam relatos, como a lírica, o drama, o ensaio, o diálogo, o comentário, sendo seus tempos característicos os tempos que pertencem ao grupo I: o *presente do indicativo*, o *pretérito perfeito composto*, o *futuro do presente* e todas as locuções em que entram esses tempos. E, ao mundo narrado, os verbos do grupo II: o *pretérito imperfeito*, o *pretérito perfeito simples*, o *pretérito mais-que-perfeito*, o *futuro do pretérito* e todas as locuções que entram esses tempos.

Os tempos do *mundo comentado* dilatam a validade do relato ou insistem sobre ela, ao levar, consigo, algo de sua tensão, compromisso e seriedade. Indicam comprometimento, pois conduzem o ouvinte a uma atitude receptiva, tensa, atenta. No *mundo comentado*, o locutor compromete-se com aquilo que enuncia, por isso cria-se uma tensão entre os interlocutores que se encontram diretamente envolvidos no discurso.

Por outro lado, a atitude do locutor no *mundo narrado* é de passividade, relaxamento, posto que ele se distancia do seu discurso, pois simplesmente o relata, não há comprometimento com o dito. É como se os fatos se narrassem a si mesmos, conforme considera Benveniste (1995, p. 267).

Quanto ao *mundo narrado*, este é um convite ao ouvinte para relaxar, sem sua manifestação, sem sua voz. Todos os tipos de relato, literários ou não, são do mundo narrado, pois se trata de relato de fatos (eventos) já ocorridos.

Quanto à correspondência entre os grupos temporais e as situações comunicativas, o linguísta entende que, se a concordância dos tempos não for observada (o que ocorre com freqüência), introduzindo-se um ou mais tempos do *mundo narrado* no *mundo comentado*, ou vice-versa, tem-se o que ele chama de *metáfora temporal*.

Para Koch (1993, p. 42-43), os modos subjuntivo, imperativo e o infinitivo, o gerúndio e o particípio são considerados semitempos, por não expressarem informações completas a respeito da pessoa e do tempo. Esses semitempos, também, não são considerados formas verbais, em virtude de serem indiferentes à distinção de mundo comentado e mundo narrado.

Essa categoria de verbo dentro da estrutura oracional não se apresenta isolada, visto que se encontra subordinada a outras fontes dentro do contexto lingüístico para completar a idéia expressa.

Os excertos (28) e (29) ilustram a distinção entre o mundo comentado e o mundo narrado:

- (28) "Tomás *tirou* os escarpins. *Foram* caminhar pelas areias, a conversar."
 "Fico contente quando vens, com notícias da cidade", disse Gregório de Matos.
 "Estou escrevendo sátiras. As mulheres para divertimento aqui são raras. Algumas senhoras que vêm a passeio e trazem escravas... Negras dos engenhos que passam por aqui... Outras que conhecem minha reputação e vêm me visitar. Sabes, uma escrava veio me procurar e achava que eu fosse negro. Claro está que não sou negro, sou branco de cagucho e cara. Mas não *deixou de querer-me* porque sou branco de casta. Quando uma mulher me cativa, sabe que serei seu negro, seu canalha." (MIRANDA, 1989, p. 301-302)

Em (28), observamos a presença dos verbos e locuções no presente do indicativo (*fico, vens, estou escrevendo, são, vêm, trazem, passam, conhecem, vêm, sabes, está, sou, sou, sou, cativa, sabe*). A presença determinante do Presente do Indicativo demonstra, nesse fragmento, a caracterização da estrutura textual de comentário, pois é possível dizer que há uma reportagem direta dos atos e dos fatos. Por essa forma verbal ainda é possível perceber que as ações se situam dentro de uma linha temporal, uma vez que o Presente também facilita a leitura relativa à simultaneidade de ações. Nesse caso, o texto é lido sempre para frente, pois o locutor mostra e comenta a realidade, por estar diretamente ligado com a situação de comunicação.

A marca do Presente, nessa porção textual, assume um valor testemunhal, e, por ela, o autor se apresenta como um credor (responsável) de

sua palavra, assumindo para si a verdade das proposições expressas, haja vista que a forma verbal Presente nada tem a ver com o tempo; ela constitui o tempo principal do *mundo comentado*, designando uma atitude comunicativa comprometedora.

Além das locuções verbais e verbos no Presente, há, também, nesse excerto, a presença de um verbo no Futuro do Presente (*serei*) que mostra a perspectiva prospectiva, sinalizando uma certeza por parte do locutor

Nesse fragmento, ainda, pode-se verificar a presença de verbos e locução verbal no pretérito perfeito simples (*tirou, foram e deixou*) co-ocorrendo com os tempos do *mundo comentado*. Na opinião de Koch (op. cit., p. 43), quando essa ocorrência se dá dentro de um mesmo período (*Mas não deixou de querer-me porque sou branco de casta*), como é freqüente no português, esse tempo pode ser caracterizado, também, como do *mundo comentado*. Mas, se essa co-ocorrência se der fora de um mesmo período, é possível, segundo a autora, considerar tais empregos como momentos narrativos dentro do comentário (*Tomás tirou os escarpins. Foram caminhar pelas areias, a conversar./ Fico contente quando vens, com notícias da cidade*).

- (29) “[...] Antônio de Souza Menezes, o Braço de Prata, entrou em seu palácio. Andava rigidamente, talvez devido ao peso da peça de prata que usava no lugar do braço direito, perdido numa batalha em Pernambuco, na armada do conde da Torre, após do conde da Torre, após uma refrega de quatro dias. [...] Os dedos eram perfeitos; até mesmo as unhas e o desenho da pele a nas articulações o hábil e minucioso artesão fizera”. (MIRANDA, 1989, p. 17)

No enunciado (29) os verbos (*entrou, andava, usava, eram e fizera*) pertencem aos tempos relativos do *mundo narrado*. Na narração, o Pretérito Perfeito é considerado o tempo principal. Esse tempo verbal é responsável por inscrever eventos e processos numa linha de progressão temporal e restringir a simultaneidade entre os eventos. No exemplo (28), temos o contrário: o Presente suscita a simultaneidade.

FATOR 3 – TIPO DE SEQÜÊNCIA NA INSCRIÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL
(Descritiva, Narrativa)

Este grupo de fator visou a correlacionar o tipo de seqüência com a situação comunicativa (mundo narrado e mundo comentado).

De acordo com Marcuschi (2002, p. 27-29), quando se nomeia um texto como narrativo, descritivo ou argumentativo, não se está nomeando o gênero e, sim, o predomínio de um tipo de seqüência. Um elemento central na organização dos textos narrativos é a seqüência temporal. Já no caso de textos descritivos predominam as seqüências de localização.

A narração seria dinâmica, segundo (CHARAUDEAU, 2008 p. 157), por estar inserida no tempo, conseqüentemente descrevendo a sucessão das ações. No que diz respeito ao modo de organização narrativo, considera que seja um processo construído no desenrolar de uma sucessão de ações que influenciam umas às outras e se transformam num encadeamento progressivo.

Para Fiorin e Savioli (1998b, p. 227-231), as seqüências narrativas exibem quatro características básicas que estão conjuntamente presentes: é um conjunto de transformações de situações referentes a personagens determinadas, mesmo que sejam coletivas; opera com personagens, situações, tempo e espaços bem determinados, trabalha predominantemente com termos concretos, sendo, portanto, um texto figurativo; há sempre uma progressão temporal entre os acontecimentos narrados (concomitantes, anteriores ou posteriores); ocorre, por definição, no Presente, uma vez que este sinaliza concomitância em relação ao momento da fala (fala do narrador); é posterior à história contada, que, por conseguinte, é anterior a ele; o subsistema do pretérito (pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro do pretérito) é o conjunto de tempos por excelência da narração.

Em (30) exemplificamos uma seqüência narrativa, na inscrição espaço-temporal:

(30) “Gregório de Matos permaneceu no Recôncavo ainda algum tempo. Esqueceu-se de Maria Berco. Durante o período de governo do marquês de Minas, teve paz. Voltou a advogar. Apaixonou-se por Maria de Povos, uma viúva, negra, pobre, com que se casou. Desse casamento, do qual recebera um dote dado pelo tio da noiva, teve um filho que chamou de Gonçalo, em homenagem ao filho ilustre de Bernardo Ravasco.

O amor de Gregório de Matos por Maria de Povos foi cantado em lindos versos pelo poeta." [MIRANDA, 1989, p. 321]

Nesse excerto, temos uma seqüência narrativa, pois, nela, há relatos e mudanças progressivas que vão ocorrendo com Gregório de Matos, através do tempo. Existe, também, uma relação de anterioridade e posterioridade entre os episódios relatados.

As seqüências narrativas contadas no Presente do indicativo caracterizam um simulacro, pois a concomitância temporal entre o tempo da narração e o dos acontecimentos induz a pensar que tais acontecimentos estão ocorrendo no mesmo instante em que estão sendo contados. Essa simulação é própria, por exemplo, de uma narração de futebol, já que o narrador narra o que acabou de acontecer (passado), mesmo tendo ocorrido há pouco. Para esse tipo de seqüência, os tempos usados são o Presente, o Pretérito Perfeito e o Futuro do Presente.

Há, ainda, outro tipo de narrativa, a profética, própria de textos de horóscopos, de previsões meteorológicas e de profecias. No caso específico desses textos, os acontecimentos narrados são vistos como posteriores à narração. Os tempos usados nessas narrativas são os tempos do Futuro (do Presente e do Pretérito). Além dos tempos do Futuro, nesses textos, também é possível usar o sistema do presente com valor de futuro, ou, então, imagina-se o acontecimento futuro como algo já passado e faz-se uso do subsistema do passado.

Além do modo de organização do texto e da condição do sujeito narrador, outro aspecto importante dentro do processo narrativo é a cronologia, por ser esse um aspecto inerente a essa modalidade de discurso. O encadeamento das seqüências narrativas é apresentado de forma contínua e as seqüências sucedem-se tanto de modo progressivo (cronologia *em progressão*) quanto de modo invertido (cronologia *em inversão*).

Nesse caso, pode-se entender como cronologia *em progressão* as seqüências narrativas que se encontram subordinadas a um mesmo actante e que o desenrolar dos fatos se dá de forma contínua e ininterrupta. Veja-se o exemplo:

(31) "A liteira do alcaide surgiu na praça. Parou diante da porta do palácio. O alcaide entrou na casa do governador.

Depois de uns vinte minutos. Teles de Menezes surgiu novamente à entrada do paço. Espreguiçou-se estendendo os braços e entrou na liteira. Percorreu algumas quadras pela rua de Trás da Sé.

Quando o molecote fez um gesto com a mão avisando que a liteira do alcaide-mor estava se aproximando, os conspiradores desceram mais os capuzes na cabeça, escondendo o rosto. O molecote, de uns quinze anos, deu alguns passos à frente e ficou sozinho, na rua. Persignou-se, rezou uma breve prece com as mãos postas e esperou. Estava gélido.

Deu alguns passos, aproximando-se da liteira e fez sinal para os lacaios, que pararam. “Senhor alcaide, senhor alcaide” gritou o pequeno escravo.

A cabeça do alcaide surgiu entre as cortinas.

“O que queres, negrinho? Dinheiro?” (MIRANDA, 1989, p. 26)

Observa-se, aqui, que os diálogos são construídos de forma seqüencial por um mesmo actante.

Já a cronologia contínua *em inversão* diz respeito a ações que correspondem ao estado final de uma seqüência narrativa apresentada no início de um relato, e o desenvolvimento desse relato está atrelado ao retorno às causas que levaram a esse resultado.

Para Charaudeau (2008, p. 179), esse tipo de cronologia é muito comum em narrativas policiais, que se iniciam por um crime e o responsável é um certo actante X, mas um outro actante Y (detetive) retornará à cadeia das causas que correspondem à seqüência do actante X. Em *Boca do Inferno*, o capítulo 2, “O Crime”, é um exemplo desse tipo de cronologia, porque, nele, há relatos da morte do alcaide-mor, Francisco Teles de Menezes. A partir desse episódio, todos os outros três capítulos seguintes relatam os fatos e caracterizam as personagens que estão ligadas ao crime ocorrido contra o alcaide-mor. A inversão, aqui, é ocasionada, pois primeiro há o crime, que é a consumação do fato, depois apresentam-se as personagens envolvidas em tal episódio e as causas que motivaram a morte de Francisco Teles de Menezes, o alcaide-mor. Vejam-se a passagem do texto:

(32) “Antônio de Brito, encapuzado, abriu, abriu as cortinas da liteira.

“Queres ouro?”, disse o alcaide. Tirou o pequeno bernal de dentro da roupa: “Ouro”, ele repetiu, mostrando pequenas moedas foscas. Jogou-as pelo chão. Elas se espalharam aos pés dos encapuzados; mas nenhum deles se moveu.

Antônio de Brito retirou o capuz. O alcaide empalideceu ao reconhecer o inimigo que há pouco tempo tentara matar. Por um momento tudo pareceu parar. Os homens ficaram estáticos como imagens de pedra.

“Anda logo com isso”, gritou alguém atrás, quebrando o instante de aturdimiento.

“Filho de uma puta”, disse Antônio de Brito.

“Covarde”, disse o alcaide.

O alcaide-mor meteu à mão na cintura, tirou a garrucha e atirou em Brito, acertando-o no ombro. Um conspirador, com um golpe de alfanje, decepou a mão direita do alcaide.

Teles de Menezes gritou de dor e, desesperado, tentou atacar seu inimigo com uma adaga que retirou da cintura com a mão esquerda. Antônio de Brito foi mais rápido, cortando fundamente a garganta de Teles de Menezes com seu gadanho. O alcaide deu um gemido e caiu da liteira ao chão. Antônio de Brito abaixou-se sobre ele, golpeando-o mais uma vez, agora no peito. Teles de Menezes, agonizante, estirado na rua, sujo de lama e sangue, ainda encontrou forças para dizer:

“O Braço de Prata vai me vingar.” Seu rosto tinha uma terrificante expressão de ódio e pavor”. (MIRANDA, 1989, p. 27)

Estas passagens, que constam do capítulo 3, (“A Vingança”), alguns dos assassinos envolvidos na morte do alcaide-mor são identificados e, nelas, identifica-se também uma das causas que motivou o crime: Vejam-se o excerto:

(33) “[...] O secretário Bernardo Ravasco não sujou mesmo as mãos de sangue. Mas tudo foi tramado às suas vistas e com a conivência dos padres do colégio logo depois do crime.”

“[...] Bem de qualquer forma **os Ravasco estão envolvidos.**”

“**Quem esfaqueou meu irmão foi mesmo o Antônio de Brito** como pensávamos. Supreende-te, Antônio, com o que direi agora: **Luiz Bonicho era um dos oito encapuzados, assim como o mestre de esgrima louro.**”

[...]

“Bem, então temos o quadro quase completo. Recapitulando: **Antônio de Brito, Luiz Bonicho e Donato Serotino, João de Couros.**”

“Quatro.”

“**Diogo, o Torto.**”

“Cinco.”

“**Manuel Dias.**” (MIRANDA, 1989, p. 134)

[...]

De noite, o escrívão Manuel Dias saíra de seu esconderijo e fora visitar sua amante, a escrava Úrsula do Congo.

Manuel Dias era bonito e atraente. E Úrsula o amava, embora não houvesse admiração entre eles.

“Eu não tenho o dinheiro para fugirmos, mas padre Vieira vai me conseguir algum. Devo partir para Lisboa.”

[...]

“Pior estou eu aqui, os loucos berrando a noite inteira. Eu te falei pra não te meteres nesse crime”, disse Úrsula, baixando o tom de voz.

“Um crime a mais não faz diferença. Um crime desses é até mesmo cheio de fidalguia. Além disso, **eu tinha motivos de sobra para querer a morte de Teles de Menezes. Desde que descobriu minha amizade com os Ravasco passou a me perseguir e não permitia que eu prosperasse em minhas funções. Tirava-me**

oportunidades, a bem dizer. Era arrogante e violento comigo. Eu o odiava. E ele a mim." (MIRANDA, 1989, p. 194)

Nesse fragmento, as partes em negrito, primeiramente, caracterizam as personagens envolvidas na morte do alcaide e, ao final, a motivação do crime.

Além do encadeamento de seqüências contínuas, há, também, o encadeamento de seqüências descontínuas, interrompidas por uma descrição (*em expectativa*) ou pelo desenvolvimento de outra seqüência (*em alternância*).

Um exemplo desse tipo de cronologia pode ser encontrado no capítulo "A Vingança", (p. 152-153), da obra *Boca do Inferno*, em que nos dois primeiros subcapítulos, percebem-se as tramas feitas para vingar a morte de Francisco Teles de Menezes. No terceiro subcapítulo, observa-se a descontinuidade da narrativa em curso sobre a vingança da morte do alcaide-mor. No excerto (34) temos um exemplo de seqüência descontínua (em expectativa):

(34) "Estás vendo, Donato?, disse Luiz Bonicho. Não é mesmo o maior de todos os sábios? Senta, meu amigo, senta, não queres um prato de comida? Verás que às vezes cavalos derrubam, tua sabedoria de mula ficará mais completa. Uma sopa, Donato, dá uma sopinha a este miserável, se é que ainda sabes acender um fogo. Ou então acorda aquele horrível odre e manda que aqueça o caldo, este traste merece um pouco de calor. Senta à cabeceira da mesa onde como, Blasfemo; tua alcunha é um bom passaporte. Aqui os estábulos e chiqueiros são para os governadores, alcaides, padres, militares, a humanidade está doente, somos um cranco velho ulcerado que herdamos de nossos pais. Nascer é adoecer. A vida é uma doença contínua. *Totus homo ab ipso ortu mobus est*, Demócrito. Não é, Blasfemo?"

O Blasfemo sorriu e abanou a cabeça afirmativamente.

Uma escrava muito gorda apareceu com um prato fumegante e colocou-a sobre a mesa.

"Come logo e vai-te embora", disse Donato Serotino.

Espera, Donato, paciência, ele talvez tenha alguma nos dizer."

O Blasfemo comeu o pão ensopado, ruidosamente.

"Vinho, cretina, traz vinho para este furtador de burros. Essas escravas não querem mais saber de trabalho, vivem na porra e na merda, fodendo no vaivém", disse Luiz Bonicho.

A escrava trouxe uma tigela de vinho.

Quando terminou de comer sopa, o Blasfemo olhou para Luiz Bonicho com seus pequenos olhos maltratados. "Asno és e filho da burra que continuas aqui enquanto te procuram para matar", disse o Blasfemo, olhando Luiz Bonicho nos olhos. Mastigava o pão com as gengivas.

Luiz Bonicho olhou-o intrigado.

"Matar-me?"

Luiz Bonicho e Donato Serotino entreolharam-se.

"Quebraram a língua do Brito, ele disse tudo." O Blasfemo de uma gargalhada. "Morte ao lambe-cu, ha, ha, ha", outra gargalhada.

" 'Anda, fala direito, desgraçado, antes que eu te faça cagar até morreres ' " , disse Luiz Bonicho.

"Sabem de tudo", disse o Blasfemo. "O nome do embuçados. Sete vergas do caralho do demônio, sete chicotes."

"Ah, agora falou claro", disse Luiz Bonicho.

Serotino estava pálido.

"Os nomes? Os nossos nomes? Maldição!", disse Luiz Bonicho

"Precisamos avisar os outros", disse Donato Serotino.

"Nada disso", disse Luiz Bonicho. "Vamos nos esconder e cada um por si. Não podemos nos aproximar do colégio, nem dos jesuítas, nem dos Ravascos. Nos arriscaríamos muito."

"Mas é isso que um homem de bem deve fazer. Encontrarei uma maneira de avisá-los", disse o mestre de esgrima.

O Blasfemo afastou-se levando uma pataca que Luiz Bonicho lhe deu.

"Que esta cara te pareça luz, este corpo te pareça estrelas, quem te mal de mim disser, não *los creas*", dizia em cantilena enquanto caminhava.

A missa terminou ao entardecer. Maria Berco percorreu o caminho de casa sem perceber nada à sua volta. Estava imersa em pensamentos. O padre, de bíblia em punho, zurzira do púlpito: "Os lábios da mulher adúltera destilam favos de mel e suas palavras são mais suaves do que o azeite; mas o fim dela é amargoso como o absinto, agudo como a espada de dois gumes. Seus pés descem à morte, seus passos conduzem-na ao inferno. Ela não pondera a vereda da vida; anda errante nos seus caminhos e não o sabe."

Caminhava murmurando um nome: Gregório, Gregório de Matos. Um nome suave como azeite. Se pudesse arrancar seus lábios e lançá-los de si, assim não iria todo o seu corpo para o inferno. Porém sua mão só queria tocar um homem. Se pudesse cortá-la e lançá-la de si! Pois lhe convinha que perdesse um dos seus membros e não fosse todo o seu corpo para o inferno. (MIRANDA, 1989, p. 152-153)

A seqüência inserida se encontra em um processo de alternância entre os relatos de vingança e o encantamento de Maria Berco por Gregório de Matos, tópicos focalizados nesse mesmo subcapítulo. Nesse caso, pode-se entender por cronologia *descontínua em expectativa*, a interrupção de uma seqüência narrativa em desenvolvimento para dar lugar a uma descrição encaixada.

No excerto (35) podemos constatar essa cronologia:

- (35) "Da janela, Gregório de matos acompanhou com os olhos a passagem do governador entre pessoas de diversos mundos e reinos distintos. Reinóis, que chamavam de manganos, fugidos de seus pais ou degredados de seus reinos por terem cometido crimes, **pobres que não tinham o que comer em sua terra, ambiciosos, aventureiros, ingênuos, desonestos, desesperançados, saltavam sem cessar no cais da colônia. Alguns chegavam em extrema miséria, descalços, rotos, despídos, e pouco tempo depois retornavam, ricos, com casas alugadas, dinheiro e navios. Mesmo os que não tinham eira nem beira, nem engenho, nem amiga, vestiam seda, punham polvilhos.** Como profetizara a Pietro Caroldo, em 1533, deveriam vir para esta terra os condenados à morte para *domestigar quel paese, rispetto per non metter boni homini dabene a periculo*. Eram esses os cristãos que vinham, na maior parte, e esses os que caminhavam por ali, tirando o chapéu e curvando-se à passagem do governador. (MIRANDA, 1989, p. 14)

Observamos aqui uma seqüência que provoca uma descontinuidade na progressão temática, mas que não se caracteriza por uma digressão instauradora de uma ruptura brusca da narrativa. Essa seqüência inserida tem a função de um comentário avaliativo a respeito das pessoas que perfilavam frente à janela.

Já cronologia *descontínua em alternância* configura a interrupção de uma determinada seqüência narrativa em favor de uma outra seqüência que ocorre em simultaneidade.

Um exemplo desse tipo de cronologia pode ser encontrado no capítulo 3 (p. 211-213) da obra *Boca do Inferno*, "A Vingança", em que no início do subcapítulo 9, percebe-se uma trama feita para vingar a morte de Francisco Teles de Menezes, o alcaide-mor. Nesse mesmo subcapítulo, ao final da p. 11, observa-se descontinuidade da narrativa em curso sobre a vingança da morte do alcaide-mor, pois a narrativa passa a contar os desejos de Gregório por Maria Berco e, em seguida, o encontro amoroso de Gregório com Anica de Melo no alcouce. Essa seqüência inserida se encontra em um processo de alternância entre os relatos da vingança e o encantamento de Maria Berco por Gregório de Matos, tópicos focalizados nesse mesmo subcapítulo:

- (36) "Um monte de couros sobre palha servia de cama. O escrivão Manuel Dias estava deitado com a mulher, lado a lado, permaneciam imóveis. Ele pensava em Úrsula do Congo. Depois de algum tempo Aldonça virou-se olhou o marido. Viu seu perfil pálido e entristecido.
 "O que há, Manuel? Que notícias trouxe o padre Vieira?"
 "Nada, mulher, nada."
 [...]
 Abraçaram-se.
 [...]
 A alguns metros dali, escondidos entre as folhagens, estavam dois cavalos..
 Na cozinha da casa, o Gordo encostou a ponta da faca na garganta da escrava que, com os olhos arregalados, segurava a criança em seu colo.
 [...]
 As negras ficaram caladas. Pressentiram o que eles buscavam.
 [...]
 "Estou ouvindo barulho lá embaixo", disse Manuel Dias, levantando-se subitamente. "Vou ver."
 Quando abriu a porta, Manuel Dias deparou-se com os dois homens.
 [...]
 Manuel Dias recuou.
 O Gordo aproximou-se e enfiou a faca no corpo do escrivão com força e velocidade.
 [...]
 O Gordo, então, cortou a mão direita do corpo de Manuel Dias, enrolou-a em fronhas e levou consigo.

[...]

Soprava o vento sul, o mar batia violento contra as rochas. No céu cinza as nuvens se empurravam, sem espaço.

Gregório de Matos caminhava pensando em Maria Berco. O desejo por ela o incitava e movia. Fora ousado falando-lhe com impaciência sobre seus sentimentos. Teria sido melhor morrer sem ter falado que, falando, perder toda a esperança. Estava amorosamente perdido e quase sem remédio pela grande impossibilidade de poder lograr seus amores. Ela fora jogada na enxovia. Seria enforcada? Nem queria pensar nisso.

Anica de Melo ficou resplandecente ao ver Gregório de Matos em pé, no meio do alcouce.

“Fodamos-nos, minha vida”, ele disse.

Passaram por meretrizes que se penteavam à luz de uma janela aberta e foram para o quarto. (MIRANDA, 1989, p. 211-213)

Na opinião de Fiorin e Savioli (1998b, p. 242), a descrição é o tipo de texto em que se expõem características de seres concretos (pessoas, objetos, situações etc.) consideradas fora da relação de anterioridade e de posterioridade. Entre as características do texto descritivo, destacam-se: o texto descritivo, também, é figurativo; a descrição, não relata propriamente mudanças de situação, mas propriedades e aspectos simultâneos dos elementos descritos, considerados numa única situação; o texto descritivo é visto como simultâneo, não existe relação de anterioridade e posterioridade entre seus enunciados; a organização do texto descritivo é espacial, descreve-se de cima para baixo, da esquerda para a direita, de dentro para fora, do conteúdo para o continente etc.

A descrição serve para apresentar personagens, lugares, estados, que, no curso da ação, sofrerão transformações. Por isso, o texto descritivo não relata mudanças de situação, nele, ações e qualidades são vistas como um estado único, que propicia o caráter estático descritivo.

Em (37) exemplificamos seqüências descritivas na inscrição espaço-temporal:

(37) “A baía, de pouco mais de duas léguas, começava na ponta de Santo Antônio, onde tinha sido edificada a fortaleza do mesmo nome, e terminava aos pés da ermida de Nossa Senhora de Monserrate. No meio deste golfo estava a cidade, sobre uma montanha de rocha talhada a pique na encosta que dava para o mar, porém plana na parte de cima; este monte era cercado por três colinas altas, sobre as quais se estendiam as povoações. Ao sul, as casas terminavam nas proximidades do mosteiro de São Bento; ao norte, nas cercanias do mosteiro de Nossa Senhora do Carmo. O terceiro extremo da cidade, a leste, era escassamente povoado”.

(MIRANDA, 1989, p. 11)

Nesse excerto, pode-se constatar uma descrição estática de característica figurativa, e, ainda, um modo de organização do discurso, cujos

componentes lingüísticos (*aos pés da ermida de Nossa Senhora de Montesserrate.* "Ao sul, as casas terminavam nas proximidades do mosteiro de São Bento; ao norte, nas cercanias do mosteiro de Nossa Senhora do Carmo) codificam o enunciado como uma descrição de localização, configurando um painel objetivo do lugar. Além disso, a natureza dos verbos é imperfectiva, tempo próprio desse modo de discurso. Nessa modalidade textual não há progressão temporal, nem transformação de estado.

No entanto, para Charaudeau (2008, p. 107-140), a descrição e a narração são dois modos de organização de discurso que se acham totalmente imbricados, todavia cada um possui sua especificidade. Tal imbricação é natural, visto que um texto é sempre heterogêneo do ponto de vista de sua organização.

Mas, há estudos que estabelecem uma distinção entre o modo descritivo e o modo narrativo. Para isso, propõem alguns critérios baseados na presença ou ausência de algumas marcas lingüísticas, como: a semântica dos verbos (*imperfectivo/perfectivo*), o emprego dos tempos (*não progressão da ação/progressão da ação*), a natureza semântica do agente de uma ação (*não humano/humano*), a caracterização dos lugares e o uso de determinadas categorias gramaticais (adjetivos, pronomes indefinidos etc.). Tudo isso já seriam características tipificadoras do discurso descritivo.

Porém, segundo o autor, "[...] um mesmo Modo de discurso pode evocar diferentes categorias lingüísticas." (op. cit., p. 110). Assim, em um modo descritivo pode haver a presença de verbos de ação, traço este, que aliás, é uma marca própria do modo narrativo. Com isso, pode-se entender que as marcas lingüísticas nem sempre são prototípicas.

Para Charaudeau (op. cit. p. 111), a definição do modo de discurso da descrição se dá por oposição a outras modalidades de organização do discurso, como o *relato*. Nessa concepção, a descrição seria de natureza estática, por se encontrar fora do tempo e da sucessão dos acontecimentos. O modo de organização descritivo serve para construir uma imagem atemporal do mundo, tanto que a descrição torna lugares, épocas, características das pessoas e de objetos, imutáveis. Ao contrário do processo narrativo, cujas ações são dimensionadas dentro de uma *sucessividade temporal*, o processo descritivo se *expande fora do tempo*, tanto que o *presente* e o *pretérito imperfeito* são considerados os tempos principais da *descrição*.

FATOR 4 - MODOS DO DISCURSO (<i>Realis, Irrealis</i>)
--

Neste grupo de fator, objetivamos determinar a expressão do tempo em termos de proposições, fatos, eventos ou estados de coisas factuais (*realis*) e de fatos, eventos ou estados de coisas não-factuais, hipotéticas ou imaginárias (*irrealis*). O *modo realis* expressa uma verdade factual e o *irrealis*, uma verdade possível (cf. GIVÓN, 1995, p. 114-115).

Pressupomos haver uma correlação entre tempo e modo *realis* e *irrealis*. O modo *realis* é codificado através do Presente, do Pretérito Imperfeito do Perfeito e do Mais-que-perfeito. Já o *irrealis* é codificado através do Futuro do Presente e do Pretérito e, também, do Modo Subjuntivo.

Nos termos givonianos (op.cit., p. 112-115), as modalidades proposicionais que se manifestam pela cognição e pela comunicação, organizam-se em uma hierarquia: supermodalidade > modalidade > submodalidade, ou não-fato > *irrealis* > deôntica/epistêmica. Em um enfoque funcional, a modalidade tende a ser tratada no contexto comunicativo, com tipos lógicos redefinidos em: pressuposição (verdade necessária), asserção *realis* (verdade atual), asserção *irrealis* (verdade possível), asserção negada (não-verdade). Diante disso, fica caracterizado que a modalidade é uma parte da atividade ilocucionária, uma vez que esta revela a atitude do falante em relação ao enunciado que produz.

Ilustremos as modalidades *realis* e *irrealis*:

(38) "Um grupo armado de conspiradores saiu do colégio dos jesuítas, cruzou uma rua escorregadia, coberta de um lixo fétido." (MIRANDA, 1989, p. 26)

Em (38), o verbo destacado se encontra no modo *realis*, pois a expressão do tempo caracteriza um estado de coisa factual.

(39) " Eu me contentaria se prendesses Gonçalo Ravasco e Luiz Bonicho."
(MIRANDA, 1989, p. 137)

Em (39), a expressão do tempo das formas verbais em destaque codifica uma hipótese, uma conjectura própria do modo *irrealis*.

FATOR 5 – MOMENTOS ESTRUTURAIS CONSTITUTIVOS DO SISTEMA TEMPORAL
(Anterioridade, Simultaneidade, Posterioridade)

Neste grupo de fatores, objetivamos categorizar os três momentos estruturais constitutivos do sistema temporal (anterioridade, simultaneidade e posterioridade) e correlacioná-los com o modo, tempo e voz verbal e com a situação comunicativa (mundo narrado e mundo comentado).

Jeronymo Soares Barbosa (1862), um dos mais importantes gramáticos da língua portuguesa, descobriu a necessidade de correlacionar cronologicamente três momentos distintos, um dos quais é o próprio momento da fala, outro, o momento em que a ação se realiza e, outro, um momento tomado como ponto de referência suprido pelo contexto:

[...] Não há pois verdadeiramente se não três durações ou *Tempos* a saber, o *Presente* que é o em que se está falando; o *Preterito*, que é todo aquelle, que precedeo ao presente; e o *Futuro*, que é todo o que se lhe ha de seguir. Mas todas estas durações e tempos se podem considerar de dous modos; ou como continuados e não acabados, ou como não continuados e acabados. Daqui a subdivisão dos mesmos tres tempos em *Imperfeitos* ou *Periodicos*, e em *Perfeitos* ou *Momentaneos*.

Os tempos imperfeitos exprimem durações não acabadas; e como estas são outras tantas continuações da existência dentro dos espaços, que correm ou até á epocha da palavra, ou no tempo desta, ou depois della; formão ellas outros tantos períodos, os quaes confinão uns com outros. O período anterior pega com o período actual, e este com o posterior, de sorte que o fim do primeiro é o principio do segundo, e o fim do segundo é o principio do terceiro. Daqui vem communicarem-se mutuamente entre si as linguagens dos tempos imperfeitos, a do pretérito, e a do futuro com a do presente, como: *Estava hontem, Estava agora, Estarei agora, Estarei á manhã comtigo*; e a do presente com ambos dous, e poderemos assim dizer; do pretérito *Há muito tempo, que sou teu amigo*; e do Futuro *A' manhã sou comtigo, A' manhã parto*.

Não sucede já o mesmo com os tempos perfeitos, que exprimem exitencia acabada. As Linguagens destes não se communicão. Não posso dizer: *Tinha sido, Terei sido*, em lugar de *Tenho sido*, e muito menos substituir esta Linguagem ás duas antecedentes. A razão é porque os seus tempos são momentâneos. O que cessa de existir, cessa em um instante do período ou actual, ou anterior, ou posterior; e estes instantes não se notão, como os períodos, para se podererem trocar. (BARBOSA, op.cit., p. 155-156)

Essa descrição de Soares Barbosa corresponde à fórmula ME →MR →MF, que Reinchenbach (1947) associa ao mais-que-perfeito, descrito como o tempo que situa o momento do evento (ME) antes do momento de referência, que, por sua vez, se situa antes do momento da fala (MF).

Redescoberta pelos lingüistas durante a década de 70, a proposta de Reichenbach tem sido, desde então, considerada uma referência na literatura, provavelmente em razão de seu apelo intuitivo:

a) em primeiro lugar, fornece instruções para situar o “momento de evento”(ME), isto é, para localizar no tempo a ação expressa pelo verbo. E esse, é intuitivamente, o objetivo último do uso dos tempos verbais;

b) em segundo lugar, ao levar sistematicamente em conta “o momento de fala” (MF), confirma a intuição corrente de que o fundamento direto e indireto da interpretação das formas verbais flexionadas em tempo é a dêixis, isto é, a referência à própria situação de enunciação. De fato, os tempos do verbo compartilham com os dêiticos mais típicos, os pronomes de 1ª e 2ª pessoas e os demonstrativos, isto, *isso* e *aquilo*, a capacidade de identificar os eventos e a situações (no caso, os momentos e períodos de tempo em que ocorrem as ações e os estados expressos pelo verbo), localizando-as relativamente ao ato de fala.

Tanto Corôa (2005, p. 26-30) quanto Fiorin (2002) se reportam a Reichenbach para descrever os três tempos estruturais do sistema verbal. Para Corôa (op. cit. p. 41), o momento da fala (MF), corresponde ao tempo do acontecimento discursivo, ou ao “tempo da enunciação”; o momento do evento (ME) diz respeito ao tempo em que se dá o evento de que o discurso fala, ou o “tempo do enunciado”, e o momento de referência (MR) é o ponto que remete aos acontecimentos naturais ou históricos que, culturalmente, tomamos como referência: nele temos o tempo dos relógios e dos calendários.

Segundo Fiorin e Savioli (1998a, p. 145-150), os três tempos fundamentais são o presente, o pretérito e o futuro. Esses tempos são marcados em relação a um ponto de referência. O ponto presente expressa o que é concomitante a esse ponto; o pretérito, o que é anterior a ele; o futuro, o que é posterior.

Esse ponto de referência pode ser o momento da produção do texto (momento da fala  agora) ou um marco temporal instalado no texto (um então passado no futuro).

Há dois modos básicos de ordenação do tempo: em relação ao momento da fala e em relação a um momento instaurado no texto. É claro que o momento instaurado no texto também está em relação ao momento da fala, pois

ele pode ser passado. Os fatos podem ser concomitantes, anteriores ou posteriores ao momento da fala.

Nos excertos (40, 41 e 42), exemplificaremos os momentos estruturais constitutivos do sistema temporal. No primeiro caso, a

ANTERIORIDADE

(40) “Antônio de Brito permaneceu imóvel, olhando o raio de luz que incidia no alto da parede. Tateou sua roupa rasgada e cheia de sangue. Sentia os miasmas das fezes e da urina nos recipientes espalhados pela cela. Distante, repicavam os sinos da Sé que anunciavam as missas do amanhecer. Antônio de Brito conseguiu levantar-se para ir até a cama. Alguém acendeu a candeia e aproximou-se dele. Antônio de Brito viu o rosto de João de Couros.[...]” (MIRANDA, 1989, p. 261)

No exemplo (40), todos os verbos destacados demonstram que, nessa porção textual, a narrativa ocorre dentro de uma sucessão de ações que respeita o desenrolar progressivo dos acontecimentos. Com isso, os verbos de modo geral, são temporalizados pelo tempo verbal que indica a relação com o momento de referência adotado. Cada verbo indica que um acontecimento é posterior ao outro.

Em relação a esse tempo verbal, Benveniste (1995, p. 260-276) nos chama a atenção para as diferenças entre o pretérito perfeito simples e o pretérito perfeito composto. O Pretérito Perfeito simples é o tempo próprio da história e o Pretérito Perfeito composto é o tempo do discurso. No português, o Pretérito Perfeito simples acumula duas funções: *anterioridade* em relação a um momento de referência (MR) presente e *concomitância* em relação a um momento de referência (MR) passado.

SIMULTANEIDADE

(41) “Rocha Pita é rabugento, teimoso como uma mula. Vive sem casar, não vê os parentes, não tem fazenda. Passa só com seus ordenados e limpeza de mãos. Não liga para dinheiro, para bebida, para festas, para o jogo.
(MIRANDA, 1989, p. 244)

No excerto (41), os verbos no Presente sinalizam uma concomitância entre o momento do evento (ME) e o momento da narração (MR). Esse momento presente (o agora), que se instaura no discurso, é o momento da enunciação, gerado pelo ato de linguagem. (cf. FIORIN, 2002, p. 142).

(41a) “Na verdade Teles de Menezes levantava-se muito cedo e sobrava-lhe tempo àquela hora inútil, para satisfazer sua lascívia. Não que passasse o resto do dia na sala de despacho com seus auxiliares; o alcaide-mor costumava ausentar-se constantemetne todavia para beber aguardente e jogar tabolas com alguns comparsas de sua confiança.[...]”

No excerto (41a), o pretérito imperfeito do indicativo co-ocorrendo com o pretérito imperfeito do subjuntivo apresenta os fatos como simultâneos, ou seja, como se tivessem vinculados ao mesmo momento de referência (MR).

POSTERIORIDADE

(42) “A Bahia é um vil monturo da Corte, aqui só há roubo, injustiça e tirania. Nos palácios reais e eclesiásticos os anos são mais curtos. De hoje em diante cantarei flores e passarinhos”. (MIRANDA, 1989, p. 290)

No fragmento (42), o momento de referência (MR) futuro (posterioridade) está sinalizado pela locução adverbial temporal “De hoje em diante”, que instaura uma ruptura com o presente e projeta uma futuridade, condicionando o verbo a expressar noção de posterioridade (*cantarei*).

(42a) “ Os conspiradores conheciam bem os hábitos de Francisco de Teles de Menezes. Sabiam que, certos dias da semana, ao nascer do sol, o alcaide-mor da cidade da Bahia costumava sair de casa para fornicar uma barregã. Comentavam com sarcasmo que o alcaide era impotente e queria aproveitar sua ereção matinal. Ou talvez precisasse para excitar-se, do silêncio das ruas, naquela hora em que todos, mesmo os boêmios e os vagabundos, dormiam. Ou então, quem sabe, gostasse do hálito morno e da carne combalida que as meretrizes tinham ao final da noite.

Em (42) temos outro exemplo de posterioridade, agora com os verbos no pretérito imperfeito. Os verbos no pretérito imperfeito do indicativo (*conheciam, sabiam, costumava sair, comentavam-se, queria, dormiam e tinham*) expressam uma anterioridade em relação a um marco temporal pretérito, já os verbos no pretérito imperfeito do subjuntivo, ancorados nos verbos do *imperfeito do indicativo* evidenciam uma posterioridade em relação ao marco temporal futuro (“talvez *precisasse* para excitar-se”; “ Ou, então, quem sabe, *gostasse* do hálito morno...”).

<p>FATOR 6 – PONTO DE VISTA DA NARRATIVA</p>

<p>(Narrador onisciente intruso; narrador onisciente neutro; narrador-testemunha; narrador-protagonista; onisciência seletiva múltipla e onisciência seletiva)</p>
--

A narrativa [...] Ela não está interessada em transmitir o 'puro em si' da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele [...] Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso [...] seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata.

(BENJAMIM, Walter. O Narrador. In: __. **Obras escolhidas**. 7. ed. São Paulo Brasiliense, 1994, p. 205)

Este grupo de fatores visou a observar se havia correlação entre os tipos de narrador e as pessoas do discurso. No caso de narrador onisciente, examinou-se, ainda, o grau de envolvimento (intruso e neutro).

Para Fiorin e Savioli (1998b, p. 177), o narrador relata a partir de um dado ponto de vista e focaliza o que está sendo contado de uma dada maneira. O ponto de vista, é, pois, a maneira como são vistos os acontecimentos narrados. É o que se costuma chamar *foco narrativo*. Existem três formas de focalização:

- Focalização parcial interna: Os fatos são compreendidos a partir do ponto de vista de uma personagem. Nesse caso, o narrador sabe mais do que a personagem, mas conta aquilo que a personagem conhece. A ação pode ser contada de um ponto de vista de uma só personagem ou pode variar ao longo da narrativa, quando o mesmo fato é visto sob o ponto de vista de várias personagens ou quando fatos diferentes são narrados pela ótica das diversas personagens.
- Focalização parcial externa: Nesse caso, vemos apenas as ações das personagens, mas não sabemos quais são seus pensamentos e sentimentos. Evidencia-se a exterioridade da cena e não se vê, a partir do íntimo de uma personagem, o que produz um efeito de sentido de neutralidade e de objetividade.
- Focalização total: Aqui, não se vêem os acontecimentos a partir do íntimo de uma personagem. A cena narrada é visualizada por um narrador onisciente, aquele que sabe mais do que as personagens e conhece os sentimentos e os pensamentos de cada uma delas. É como se pairasse acima dos acontecimentos, tudo visse e tudo mostrasse ao leitor. A focalização total só pode ocorrer com

narrador em 3ª p. , pois, se o narrador for uma personagem, relatará os acontecimentos a partir de um ponto de vista parcial.

O narrador não se confunde com o autor do texto, tanto é verdade que o narrador pode ser uma personagem, aparecendo nos próprios enunciados. Embora, o narrador possa não aparecer explicitamente no enunciado, caracterizado pela marca lingüística *eu*, ele estará implícito como elemento da narrativa.

Segundo Moisés (1971, p. 249):

O ponto de vista ou foco narrativo tem-se constituído numa das traves mestras da ficção moderna, a ponto de alguns estudiosos a considerarem o eixo em torno do qual gira toda a problemática ficcional dos nossos dias.

Cumpramos esclarecer que, para fins de análise, adotamos a tipologia de Friedman (1977, p. 119-120), que postula seis tipos de narrador que podem ser encontrados em romances:

a) *Narrador onisciente intruso*: fala com o leitor ou julga diretamente o comportamento das personagens. Trata-se de um *eu* que tudo segue, tudo sabe e tudo comenta, analisa e critica, sem nenhuma neutralidade:

(43) **"Ah, aquela desgraçada cidade, notável desventura de um povo néscio e sandeu. Gregório de Matos foi informada sobre a morte do alcaide. Sofria ao ver os maus modos de obrar da governança, mas reconhecia que não apenas aos governantes, mas a toda a cidade, o demo se expunha. Não era difícil assinalar os vícios em que alguns moradores se depravavam. Pegou sua pena e começou a anotar.**

O fidalgo do solar ao lado tinha vergonha de pedir dinheiro emprestado, e preferia furtar para manter a aparência honrada. Sua filha, uma donzela embiocada, mal trajada e mal comida, parecia preferir roupas bonitas à honra, e emancebara-se. A mulher do fidalgo andava com adornos. Uma casada cheia de enfeites, tendo o marido mal vestido, esse tal marido só podia ser corno.

No outro sobrado vizinho habitava um letrado. O que se poderia dizer de um homem como aquele? Os letrados peralvilhos da colônia faziam réus se tornarem autores e obtinham mercês de ambos. Tal homem prevaricava, e quando chamado a responder por seus atos dizia fazê-los em honra dos parentes. Havia na semana anterior, revogado uma sentença com dinheiro e com abraços.

O irmão do letrado, um mercador avarento, tirava duzentos por cento no que comprava e no que vendia. Morrera num assalto e deixara uma viúva. Porém, apesar dos grandes lucros, o mercador deixara uma viúva. Porém, apesar dos grandes lucros, o mercador dissipara todo seu dinheiro com mulheres de alcouce e deixara a viúva sem um vintém e com a casa

empenhada. A mulher recebia a fradalhada que ali ia para manter a honra da casa. E ela gemia, gritava e ardia em brasa. Ele mesmo, o poeta, esperava impaciente sua vez vez de aproximar-se da viúva, apesar de não ter grande gratidão pela branca e seus doces objetos. Mas uma mulher era sempre uma mulher.

Um dos padres que visitava a viuúva era o abade do convento. Dele se dizia que roubava as rendas das intuições para acudir ao sustento de prostitutas; para manter sua honra livrava-se das suspeitas subornando com as rendas roubadas.

Gregório de Matos parou de anotar. Como dissera Gongora Y Argote, era preciso *decir verdades contra estados, contra edades*. Saiu em direção colégio”.

(MIRANDA, 1989, p. 33-34)

Nesse excerto, destacamos um narrador que se apresenta na seqüência narrativa como onisciente intruso, por fazer interferências com comentários avaliativos subjetivos sobre os acontecimentos e as pessoas. Essa atitude está manifestada no fragmento em destaque. Nessa parte do texto (Capítulo 2; subcapítulo 2, p. 33-34), a neutralidade é desfeita, o narrador se desloca da posição de narrador-historiador (posição esta em que tende a se comportar com neutralidade) e passa à posição de narrador onisciente intruso, tecendo comentários avaliativos-subjetivos sobre a Bahia, os governos e o povo.

b) *Narrador onisciente neutro*: é o narrador que fala em 3ª p. e não faz intromissões ou comentários ao longo da narrativa. Nele, predomina o discurso indireto:

(44) “Os conspiradores conheciam bem os hábitos de Francisco de Teles de Menezes. Sabiam que, certos dias da semana, ao nascer do sol, o alcaide-mor da cidade da Bahia costumava sair de casa para fornicar uma barregã. Comentavam com sarcasmo que o alcaide era importante e queria aproveitar sua ereção matinal. Ou talvez precisasse, para excitar-se, do silêncio das ruas, naquela hora em que todos, mesmo os boêmios e os vagabundos, dormiam. Ou então, quem sabe, gostasse do hálito morno e da carne combalida que as meretrizes tinham ao final da noite. Na verdade Teles de Menezes levantava-se muito cedo e sobrava-lhe tempo, àquela hora inútil, para satisfazer sua lascívia. Não que passasse o resto do dia na sala de despacho com seus auxiliares; o alcaide-mor costumava ausentar-se constantemente, todavia para beber aguardente e jogar tabolas com alguns comparsas de sua confiança. Ia à casa da amante com apenas alguns escravos desarmados. Depois despachava rapidamente com o governador e saía para suas arruaças. Naquela manhã, encontraria seu triste destino”. (MIRANDA, 1989, p. 21)

No fragmento (44), temos um narrador onisciente, que ao longo da narração, se limita a narrar os hábitos de Francisco de Teles de Menezes, sem fazer comentários avaliativos. Essa imparcialidade está contida por todo o fragmento. Nessa parte (intróito do capítulo 2, “O Crime”, p. 21), a

postura de neutralidade e de imparcialidade investida pelo narrador diante do episódio que narra, confere-lhe credibilidade e tal confiança leva o leitor a mesclar a figura do narrador à do historiador.

Apesar de os tipos de narrador de (c, e, f) não terem se mostrado pertinentes, não registrando nenhuma ocorrência no corpúsculo em tela, optamos por incluí-los nesse grupo de fatores:

c) *Narrador-testemunha*: esse tipo de narrador tem o ângulo de visão mais limitado, não sendo capaz de saber o que se passa no íntimo das personagens, nem de narrar aquilo que não testemunhou. Logo, deve o leitor contentar-se com parte da história, restringindo-se a uma visão do que aconteceu. Essa modalidade de narrador é característica de romances policiais em que o propósito do autor é não revelar toda a história ao leitor.

d) *Narrador-protagonista*: essa categoria propicia ao leitor ter acesso somente ao que o narrador sabe, visto que nessa modalidade o narrador conta sua própria história, por isso o ponto de vista é muito limitado:

Vejam nos excertos (45 e 45a) exemplos de narrador-protagonista encontrados no texto.

(45) “Mas quando foi que tu e ele se conheceram?”, perguntou Anica de Me
 “A primeira vez que **nos encontramos** foi quando **eu estava** em Lisboa, de férias da Universidade de Coimbra. Eu tinha dezoito anos e Vieira acabava de chegar da missão do Maranhão. Ele andava pela Corte e pelo Desembargo a fim de obter a lei de liberdade dos índios. **Eu já o vira** algumas vezes no Desembargo, mas não ousara **aproximar-me**. Numa tarde ele sentou-se **ao meu lado**, segurou **minha mão** e disse essa inesquecível frase: ‘Tu me olhas como uma galinha de Athanasius Kircher.’” (MIRANDA, 1989, p. 176-177)

(45a) “Ser poeta não é uma profissão; é como ser viúvo. Um poeta é um poeta, assim como um cavalo é um cavalo. Cavalos têm utilidade. Mas **eu**, Gregório de Matos e Guerra, viúvo, poeta, brasileiro, **não tenho** uma utilidade. O que pensam os outros sobre **mim**? **Sinto-me** mais detestado que amado.” [MIRANDA, 1989, p. 207]

e) *Onisciência seletiva múltipla*: nesse caso, não há um narrador central; pode-se considerar que existe somente um condutor da história, por meio do qual as personagens ganham voz e contam a história, seja a sua ou a das demais. Essa categoria de narrador concede ao texto uma característica polifônica, pois os pensamentos, sentimentos e lembranças das personagens são relatados

diretamente delas. Para esse tipo de narrador há predominância do discurso indireto livre.

f) *Onisciência seletiva*: é uma categoria idêntica à anterior, em que também predomina o discurso indireto livre. O que difere, no entanto, é a simbiose existente entre o ponto de vista do narrador e o da personagem principal. Nesse tipo de onisciência, somente a personagem principal tem seus sentimentos e percepções diretamente relatados. E, sua voz, às vezes, se confunde com a voz do narrador. Essa especificidade é própria de um romance sinfônico.

FATOR 7– TIPO DE SEGMENTO DE RELATO

(Relato de palavras, fala das personagens; Relato de acontecimento, fala do narrador)

Neste grupo de fator correlacionou-se o tipo de segmento de relato com a situação comunicativa (mundo narrado e mundo comentado).

Para categorizar este fator de posicionamento enunciativo⁵² do narrador, inspiramo-nos em Bronckart (1999, p. 325-329), que aponta uma diferença entre os discursos da ordem do narrar: *segmentos de relatos de palavras* (fala das personagens, codificada através do discurso direto, indireto e indireto livre) e *segmentos de relatos de acontecimentos* (fala do narrador).

Para Maingueneau (2001a, p. 137), a linguagem possui duas formas para relatar o discurso, a primeira delas é o *discurso direto*, do qual faz parte o *discurso relatado de segmentos de relatos de palavras*, em que o locutor transcreve o enunciado de outrem com o comprometimento de incluir integralmente cada palavra e não se coloca responsável por essa fala. A segunda é o *discurso indireto*, em que o locutor incorpora o enunciado do outro locutor, em outro momento enunciativo, adaptando a dêixis e as formas verbais ao seu presente enunciativo.

O discurso relatado de acontecimentos constitui-se do discurso indireto (fala do narrador), no qual o enunciador se vale de várias formas para traduzir as falas reportadas. Diferentemente do discurso direto, as palavras não são relatadas literalmente, mas o conteúdo do pensamento. Nessa modalidade de discurso, percebe-se que há somente uma situação de enunciação.

Vejam os excertos (45), (46):

RELATO DE PALAVRAS (fala das personagens)

(46) " Os brasileiros são bestas, e estarão a trabalhar toda a vida por manter manganos de Portugal', disse Gregório de Matos, colocando os óculos." (MIRANDA, 1989, p. 298)

Em (45), a porção textual categoriza um relato de palavras, pois o verbo *dicendi* (*disse*) codifica a fala da personagem num discurso direto.

Nessa modalidade de discurso, o locutor transcreve o enunciado de outrem fielmente, todavia não se coloca responsável por essa fala.

RELATO DE ACONTECIMENTO (fala do narrador)

(47) " A riqueza oriunda do açúcar e do tabaco seria um remédio milagroso para a cura dos males causados pela guerra holandesa, pela qual estava pagando até aqueles dias – através de um imposto chamado Dote da Inglaterra e Paz da Holanda, instituído por Francisco Barreto de Menezes, o general vitorioso da guerra pernambucana. Mas a colônia andava atrelada a Portugal."

(MIRANDA, 1989, p. 297)

No excerto (46), temos um segmento de relato de acontecimento, pois o narrador incorpora o enunciado de outrem, fazendo as adaptações lingüísticas necessárias ao seu presente enunciativo, mas da mesma forma que no relato de palavras, o locutor não se coloca responsável por essa fala. Nessa modalidades de discurso, pode-se observar que há somente uma situação de enunciação.

FATOR 8 - VOZES ENUNCIATIVAS DAS PERSONAGENS

(Discurso direto, forma marcada; Discurso indireto, forma marcada; Discurso indireto livre, forma não-marcada)

Aqui objetivou-se correlacionar as vozes enunciativas das personagens com o tipo de segmento de relato.

As vozes enunciativas das personagens podem ser expressas de modo direto ou indireto.

A escolha do *discurso direto* (doravante, DD) como modo de discurso relatado diz respeito à polifonia "[...] de duas vozes claramente distintas" (cf. MAINGUENEUAU, 2001a, p. 153).

⁵² A expressão *posicionamento enunciativo* pode designar diversos mecanismos sutis, que foram analisados por Genette (1972), apenas em relação aos discursos da ordem do NARRAR.

O discurso relatado sinaliza que o narrador (no caso, Gregório de Matos) cita no *discurso direto* (forma marcada) a fala de personagens, que de acordo com Bronckart (1999, p. 327) estão:

[...] implicados, na qualidade de agentes, nos acontecimentos ou ações constitutivas do conteúdo temático de um segmento de texto. Pode tratar-se de heróis em cena no relato ou na narração, ou dos interlocutores implicados num discurso interativo dialogado, ou ainda do 'criador de conhecimento.

Ao fazer uso do discurso direto, o narrador, além de não se cobçar responsável pelo discurso, simula restituir as falas citadas. Trata-se de um simulacro, de uma pretensa transferência ou passagem de voz, ou de turno, que não relata necessariamente falas efetivamente pronunciadas que podem estar no modo *real* ou *irrealis* (cf. MAINGUENEUAU, 2001a, p. 140-141). O resultado é uma dissociação de duas situações de enunciação: do "discurso citante" e do "discurso citado."

O discurso direto (DD), desempenha as seguintes funções: criar autenticidade, indicando que as palavras relatadas são aquelas realmente proferidas; criar distanciamento indicando que o narrador não se compromete com o dito ou apela para um argumento de autoridade.

A codificação do discurso direto (DD) pode apresentar-se como uma reprodução literal das palavras do enunciador, com as marcas tipológicas e lingüísticas explícitas que delimitam a fala citada: dois pontos, aspas, travessão, verbos introdutórios (*dicendí*) e grupos preposicionais que assinalam uma mudança de ponto de vista.

Em (47, 48, 49) exemplificamos as vozes enunciativas das personagens.

DISCURSO DIRETO:

- (48) "Ser poeta é uma maldição de nossa língua", disse Gregório de Matos.
 "Sabemos, no entanto, que a Companhia jamais deu poetas ao mundo. Deu soldados. E aqui estou eu na política, tiranizado pelos acontecimentos."
 "O senhor sempre teve um espírito guerreiro", disse Antônio de Brito.
 "Sim, é claro. Apenas lamento que as coisas tenham de ser assim. Mas são"
 "São", confirmou Gregório de Matos, pondo a mão sobre o ombro do velho secretário.
 "Como teremos argumentos diante de Deus para provar que não merecemos as Profundas?, disse João de Couros". (MIRANDA, 1989, p. 40)

No excerto (47), as vozes enunciativas das personagens estão codificadas pelo discurso direto (DD). Esse discurso apresenta-se nos fragmentos citados como uma reprodução literal das palavras do enunciador, mostrando uma autenticidade, através de marcas lingüísticas (os verbos *dicendi* - *disse*, *confirmou*) que delimitam a fala citada e indicam que o narrador não se compromete com o dito.

No *discurso indireto* (DI, forma marcada), temos um tipo de absorção de uma voz pela outra, em que não se relatam palavras exatas, mas o conteúdo do pensamento. E a relação da situação do “discurso citante.”

DISCURSO INDIRETO:

(49) “O governador Antônio de Souza contou ao arcebispo João da Madre de Deus um sonho que tivera. Quase sempre sonhava com Vieira. Ele pensava no velho jesuíta com mais freqüência do que podia admitir para si mesmo. Sonhara que se encontrava com Vieira ao lado do guindaste. Vieira estava mais velho ainda do que quando Souza o vira pela última vez, as mãos trêmulas, uma cor adoentada e o corpo frágil. Os dois duelavam.” (MIRANDA, 1989, p. 9).

Nesse fragmento, a voz enunciativa da personagem está expressa de modo indireto, uma vez que se pode observar a absorção de uma voz pela outra, no entanto, o conteúdo do pensamento foi mantido, mesmo não se relatando de forma literal o fato. Nessa porção textual, tem-se então um discurso citante, que está sendo relatado pelo narrador.

O discurso indireto (DI), em geral, é codificado, também, através de introdutores do tipo *verbo + que* (*oração substantiva objetiva direta*):

(49a) “Um dos padres que visitava a viúva era o abade do convento. Dele se dizia que roubava as rendas da instituição para acudir ao sustento de prostitutas [...]” (MIRANDA, 1989, p. 31)

Em (49a), temos outro exemplo de discurso citante. Nessa modalidade, também, se conserva o conteúdo do pensamento. Diferentemente, de (48), pode-se observar no texto, explicitamente, a marca lingüística que evidencia essa modalidade: *verbo + que + oração substantiva objetiva direta*.

O *discurso indireto livre* (DIL), segundo Maingueneau (2001a, p. 153), é um tipo de hibridismo em que se combinam recursos do discurso direto

(DD) e do discurso indireto (DDI), sem marcas lingüísticas explícitas. A polifonia do discurso indireto livre (DIL) é formada pela mistura de duas vozes.

DISCURSO INDIRETO LIVRE:

Não houve ocorrência dessa modalidade de discurso.

FATOR 9 – POSICIONAMENTO ENUNCIATIVO DO NARRADOR: Distanciado/ neutro, enunciado não embreado; Avaliativo/ subjetivo, enunciado embreado)

Neste fator, objetivamos mensurar o grau de envolvimento do narrador: enunciado embreado e enunciado não-embreado.

Na perspectiva da análise do discurso, Maingueneau (2001c, p. 51) distingue entre plano embreado e plano não-embreado. Em nosso estudo, estabelecemos uma categorização entre enunciado embreado (com marcas de envolvimento do narrador) e enunciado não-embreado (com distanciamento do narrador). Por exemplo, uma definição de dicionário ou um provérbio são desprovidos de embreantes (valor referencial dependente da ambiência espacial temporal de sua ocorrência) e, portanto, pertencem ao plano não-embreado, mas não da narrativa.

Assim podemos ter:

- grau de envolvimento do narrador: neutro (enunciado não-embreado), sem marcas lingüísticas explícitas de envolvimento. A voz neutra do narrador costuma ser inferível de seqüências de 3ª pessoa:

(50) “A baía de pouco mais de duas léguas, começava na ponta de Santo Agostinho, onde tinha sido edificada a fortaleza do mesmo nome, e terminava aos pés da ermida de Nossa Senhora de Monteserrate.” (MIRANDA, 1989, p. 11)

- Avaliativo/ subjetivo (enunciado embreado, com marcas subjetivas de envolvimento e comentários avaliativos). Aqui, a voz do narrador (do autor) “[...] procede diretamente da pessoa que está na origem da produção textual e que intervém, como tal, para comentar ou avaliar alguns aspectos do que é enunciado” (BRONCKART, op. cit., p. 327):

(51) “Os homens, mesmo dentro da igreja, andavam armados de espadas e cotós limpos. Tudo, naquela cidade, dependia da força pessoal. Já não se enforcavam mais tão comumente os ladrões e os assassinos, tampouco os falsários e os maldizentes.

Não havia grandes assaltantes na Bahia, diziam, mas quase todos furtavam um pouquinho. Alguns salteadores de estradas, raros ladrões violentos ou cortadores de bolsas andavam por ali, porém uma desonestidade implícita e constante fazia parte do procedimento das pessoas. Negros fugidos tornavam as estradas e certas ruas mais perigosas. A cobiça do dinheiro ou a inveja dos ofícios, além disso, era um sentimento comum. Muitos queriam ver seus patrícios abatidos de crédito, ou arrastados pela pobreza, ou mortos, numa luta destra e sinistra. Nem ao sagrado perdoavam, fosse rei, bispo, sacerdote ou donzela metida em seu retiro. Todos levavam seus golpes, todos sofriam com as intrigas cruéis e nefandas. [...] (Miranda, 1989, p. 16)

Essas marcas subjetivas de envolvimento e comentários avaliativos, tais como: *diziam, furtavam, raros, violentos, desonestidade implícita e constante, mais perigosas, um sentimento comum. Muitos queriam ver seus patrícios abatidos de crédito, ou arrastados, morto, s* consideradas modalidades de enunciado, segundo Bally (1942) caracterizam-se por intermédio de modalidades lógicas (verbo) e apreciativas (adjetivo).

Modalidades lógicas: alética (necessidade e possibilidade); deontica (permissão e obrigação), boulomaica/volitiva (remorso e desejo) epistêmica (conhecimento e crença) (cf. AZEVEDO, 2004, p. 24-34)

De acordo com Miranda (2000, p. 137), a modalidade alética opera sobre o eixo da existência; é determinante do valor da verdade das proposições. Nas línguas naturais, a expressão mais estritamente alética é a capacidade ou a habilidade (física, moral, intelectual). Na modalidade alética encontram-se os *valores de verdade* (sem gradualização), de *capacidade* (física, intelectual e moral), de *necessidade e de impossibilidade*:

- (52) “Em cada esquina há um olheiro que pesquisa, escuta, espreita.” Parou de falar, intrigada. Olhou Maria que entrava arrastando o baú. Disse, (Bernardina) baixinho: “O senhor precisa fugir logo. Para bem longe, não para a quinta.”
Bernardo Rasvasco abaixou a cabeça.
Não posso deixar meu filho sozinho num momento como esse.”
(MIRANDA, 1989, p. 34)

Em (52), temos a modalidade alética, porque a locução verbal (*precisa fugir*) expressa uma situação de necessidade vivenciada por Bernardo, para se livrar de uma possível perseguição do grupo de Braço de Prata. E a locução (*posso deixar*) exprime pelo contexto, um situação de valor moral por parte de Bernardo Ravasco em não deixar o filho sozinho, naquele momento difícil .

Segundo Silva (2002, p. 483), a modalidade deôntica demonstra *obrigação e permissão*. Essa modalidade situa-se nos domínios da *moral* e dos *deveres*. Relaciona-se com a conduta, com o comportamento que se espera do interlocutor diante de determinados estado-de-coisas.

Para Neves (1996, p. 164), a modalidade deôntica está relacionada às idéias de permissão, obrigação e volição. É portanto, condicionada por traços lexicais específicos ligados ao enunciador, e, por outro lado, implica que o enunciador aceite o valor de verdade do enunciado, para executá-lo.

- (53) “[...] Logo vai chegar o Rocha Pita”, disse Antônio de Souza. Ao seu lado o Mata torcia as mãos. “Vai nos dar trabalho, Mata. Vai nos custar mais que os outros. Mas conseguiremos, os Ravasco estão iludidos quanto a este homem. No caso do chanceler”, continuou o governador, como se falasse consigo mesmo, “este não tem poderes maiores que os meus, e vou acusá-lo de concorrer para a morte de Francisco de Teles de Menezes. Se o rabi acha que pode seduzir também o Rocha Pita, chegará tarde. Nós o seduziremos antes; ainda hei de descobrir sua fraqueza, que homem não a tem? Rocha Pita julga-se coberto de poderes. Vão encher seus ouvidos contra mim. Qualquer descuido meu, posso perder tudo o que consegui com muita luta. Temos que tomar nossas precauções. Quando se tratava de um ouvidor nosso tudo era diferente, as avaliações se ajeitavam entre interesses comuns, velhas ligações escolares. O poder que os desembargadores têm sobre o governador é sempre anulado pelo poder de regularizar e disciplinar exercido pelo governador sobre o Tribunal. O regimento me garante o direito de admoestá-los. Mas eu não o faço. Não há tensão entre os dois órgãos do governo. Mas com Rocha Pita tudo se torna diferente. Não creio que seja facilmente sujeito a sentimentos. Precisamos tomar cuidado”. (MIRANDA, 1989, p. 243)

Em (53), vemos que a proposição situa-se no domínio do dever (*temos que tomar, precisamos tomar*), pois associa-se à conduta ao comportamento que se espera do interlocutor mediante determinado estado de coisa. Nesse caso, o governador Antônio de Souza, o Braço de Prata, ordena aos seus companheiros (interlocutores) que tomem providências no sentido de limitar as ações de Rocha Pita, o desembargador nomeado para investigar a morte do alcaide-mor Francisco de Teles de Menezes.

Para Silva (2002, p. 487) e Siewierska (1991, p. 25), a modalidade *boulomaica* se refere a um desejo ou vontade interior do falante, expressando idéia de *intenção, propósito, determinação, opção* (desejo), através dos verbos *querer e ir* (*auxiliar e verbo*):

- (54) “Vai, Maria, vai. Nem sei se terei meu pai de volta. Pode ser apenas um golpe sujo de Antônio de Souza. Ele não tem escrúpulos, é capaz de tudo. Mas vou arriscar-me. Toma cuidado, Maria.” (MIRANDA, 1989, p. 162)

O falante se revela como a fonte de informação ao expressar sua determinação e seu propósito, indicando seu comprometimento emocional.

Para Silva (2002, p. 283), a modalidade epistêmica caracteriza *certeza e probabilidade*. Refere-se ao eixo da crença que se tem de um estado de coisas⁵³. Correlaciona-se com o grau de conhecimento e certeza do falante a respeito da factualidade daquilo que está dizendo. Se ele acredita na verdade, tem-se a certeza; se duvida, tem-se a probabilidade; a língua possui uma série de expressões que relativizam o absolutamente certo até o menos provável:

- (55) “Como está tua situação na Relação Eclesiástica?, perguntou Gonçalo Ravasco.”
“Gregório de Matos apertou os lábios e balançou a cabeça negativamente. “Não acredito que esteja muito bem. Mas logo saberemos.” (MIRANDA, 1989, p. 100)

Nesse excerto, o interlocutor ao usar a forma verbal (*acredito*) faz uma confirmação diante de um estado de coisas. Com isso, ele demonstra ter conhecimento do que enuncia, tanto que confere ao que está sendo dito um grau acentuado de certeza.

⁵³ Segundo Neves, (1996, p. 174), *estado de coisas* são entidades de segunda ordem, das quais se pode dizer que: a) ocorrem, iniciam, terminam, etc.; b) são percebidas, vistas, sentidas, ouvidas, etc.; c) são freqüentes, graduais e violentas, etc.

A análise dos resultados ocorreu em três partes distintas da obra *Boca do Inferno*: os Intróitos, os Capítulos e subcapítulos e o Epílogo. Os Intróitos foram em seu todo analisados, os Capítulos e subcapítulos foram analisados em parte e o Epílogo, também, no seu todo.

Nesta primeira parte, temos os resultados das análises feitas de todos os 5 intróitos relativos aos 5 capítulos da obra.

(1) MODO, TEMPO E VOZ VERBAL

Pelos resultados obtidos neste fator (Tabela 1), pôde-se constatar, no Intróito, que:

TEMPOS SIMPLES/MODOS				TEMPOS COMPOSTOS/MODOS			LOCUÇÃO VERBAL	
INDICATIVO N=183	SUBJUNTIVO N=12	IMPERATIVO N= 0	INFINITIVO N=4	INDICATIVO N=5	SUBJUNTIVO N=0	INFINITIVO N=2	N=26	
Pres. 0	Pres. 2/12= 16,67%	Afirm. 0	Pes. 4/4= 100%	Pret. Perf. 0	Pret. Perf. 0	Pes. 2/2= 100%	Aux. Acurat. 12/26= 46,15%	Pret. Imperf. do Indic. 10/12=83,34%
Pret. Imperf. 146/183= 79,78%	Pret. Imperf. 10/12= 83,33%	Negat. 0	Imp. 0	Pret. mais-que-perf. 5/5=100%	Pret. mais- que-perf. 0	Impes. 0	Aux. Mod. 13/26= 50%	Pret. Imperf. do Indic. 10/13=76,92%
Pret. Perf. 25/183= 13,66%	Fut. 0	0	0	Fut. do Pres. 0	Fut. do Pres. 0	0		Infinitivo Pessoal 1/13=7,69%
Pret. mais-que- perf. 7/183= 3,83%	0	0	0	Fut. do Pret. 0	0	0		Pret. Perf. do Indic. 2/13=15,39%
Fut. do Pres. 0	0	0	0	0	0	0	Aux. Caus. -	0
Fut. do Pret. 5/183= 2,73%	0	0	0	0	0	0	Aux. Sens. 1/26= 3,85%	Pret. Imperf. do Indic. 1/1=100%

VOZ VERBAL							
N=232							
ATIVA		PASSIVA			REFLEXIVA		PASSIVIDADE
N=201		N=29/232= 12,50%			N= 2/232= 0,86%		N= 0
		Ação	Estado	Mudança de Estado	0	Pronominal	
201/232= 86,64%		29/29=100,00%	0	0	0	2/2=100%	0

Tabela 1- Modo, Tempo e Voz Verbal em Boca do Inferno nos intróitos

- no **pretérito imperfeito** do modo indicativo predominou ($146/183=79,78\%$), seguido do pretérito perfeito simples do modo indicativo com ($25/183=13,66\%$);
- no modo subjuntivo simples, o **pretérito imperfeito** predominou ($10/12=83,33\%$);
- no modo imperativo não foram registradas ocorrências;
- no infinitivo, o modo pessoal foi categórico ($4/4=100\%$);
- nos tempos compostos do modo indicativo o **pretérito mais-que-perfeito** foi igualmente categórico;
- nos tempos compostos do modo subjuntivo não foram registradas ocorrências;
- nas locuções verbais, os **auxiliares modais** se destacaram ($13/26=50\%$), seguidos pelos auxiliares acurativos ($12/26=46,15\%$) e pelo auxiliar sensitivo com ($1/26=3,85\%$). Quanto aos verbos auxiliares, o **pretérito imperfeito do indicativo** preponderou ($10/12=83,34\%$).
- nas vozes verbais, a preponderância ocorre com a **voz ativa** ($201/232=86,64\%$) seguida da voz passiva ($29/232=12,50\%$) e da reflexiva ($2/232=0,86\%$). Na subcategorização, a **passiva de ação** foi categórica .

A interpretação desses resultados relativos ao MODO, TEMPO e VOZ VERBAL serviram de base para a quantificação dos demais grupos de fatores.

(2) SITUAÇÃO COMUNICATIVA (mundo comentado/mundo narrado):

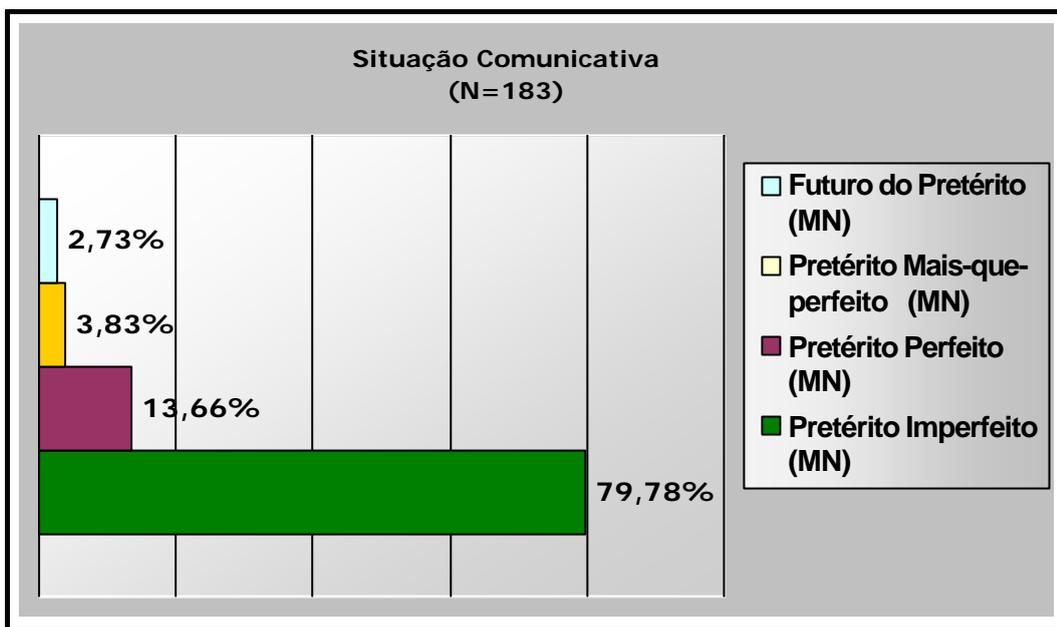


Gráfico 1- Situação Comunicativa nos intróitos de Boca do Inferno

Recorde-se que os verbos do mundo comentado (MC) são: o presente, o futuro do presente, o pretérito perfeito composto e todos os demais auxiliares em que esses tempos se codificam; os verbos do mundo narrado (MN) são: pretérito imperfeito, pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro do pretérito todos os demais auxiliares em que esses tempos se codificam.

Nesse grupo de fator, os resultados atestam que não houve ocorrência para a codificação do mundo comentado.

No **mundo narrado**, o tempo verbal mais freqüente foi o **pretérito imperfeito** ($146/183=79,78\%$), seguido do pretérito perfeito ($25/183=13,66\%$), do pretérito mais-que-perfeito ($7/183=3,83\%$) e do futuro do pretérito ($5/183=2,73\%$). Nas locuções verbais, a relevância pôde ser percebida nos **auxiliares acurativos**, especificamente, com verbos, também, no **pretérito imperfeito do indicativo**, cujo percentual foi de ($10/12=83,34\%$, cf. Tabela 1).

Com base nos resultados apurados, constatamos que, nos Intróitos, o tempo verbal predominante foi o **pretérito imperfeito** do modo indicativo, o que comprova a hipótese (H_1) levantada inicialmente (cf. quadro metodológico, p. 71). Ainda, em torno desse resultado que confirma o *pretérito imperfeito* como o tempo predominante nessa parte da obra, verificou-se, que o

mundo narrado foi a modalidade categórica, uma vez que o *pretérito imperfeito* e o *pretérito perfeito* são os tempos característicos da narrativa.

Além disso, constatou-se que, nos Intróitos, a incidência do **pretérito imperfeito** está associada à condição do narrador, que transita pela narrativa historiográfica e pela narrativa ficcional. Em meio a essa ambivalência, encontra-se, também, o leitor, levado por esse narrador para os meandros da história, visto que, ao longo da narrativa, percebe estar sendo contextualizado por um narrador que se apresenta como um historiador. Entretanto, esse narrador, após ganhar a confiança do leitor, aproveita dessa confiabilidade e passa a recriar os fatos através da imaginação.. A partir daí, desponta-se outro narrador, o contador de história(cf. MORAIS, 2003).

Os tempos verbais nessa parte da obra se mostram significativos, pois, no momento em que o narrador se apresenta para o leitor como um historiador, temos a aproximação com o poeta Gregório de Matos e o tempo, vivido por ele, por isso, a presença do *pretérito perfeito* (cf. MORAIS, 2003). A partir do instante em que esse narrador/historiador se transforma num narrador/contador de histórias, temos a presença do *pretérito imperfeito* ou imperfeito narrativo (cf. FIORIN, 2002, p. 200) , já que o narrador se distancia do seu discurso (de historiador) e passa a relatar os fatos sem comprometimento (narrador onisciente neutro).

No excerto (56) há um exemplo da situação comunicativa – mundo narrado, que predominou nos Intróitos:

(56) “O código que regia as tramitações do direito na colônia, o mesmo de Portugal, era uma recompilação das Leis extravagantes de direito canônico e das Ordenações afonsinas e Manuelinas. Esse sumário resultou nas Ordenações Filipinas, assim chamadas por terem sido publicadas no tempo de Felipe I de Portugal e III da Espanha.

Os juriconsultos brasileiros, ouvidores e procuradores, os corregedores, bacharéis, desembargadores, juízes, viviam numa conjuntura sombria e atrasada. Predominava uma mistura incoerente de princípios romanísticos, bárbaros e canônicos. O direito variava entre regras de viver e a definição do pecado”. (MIRANDA, 1989, p. 241)

(3) TIPO DE SEQÜÊNCIA NA INSCRIÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL (descritiva/ narrativa)

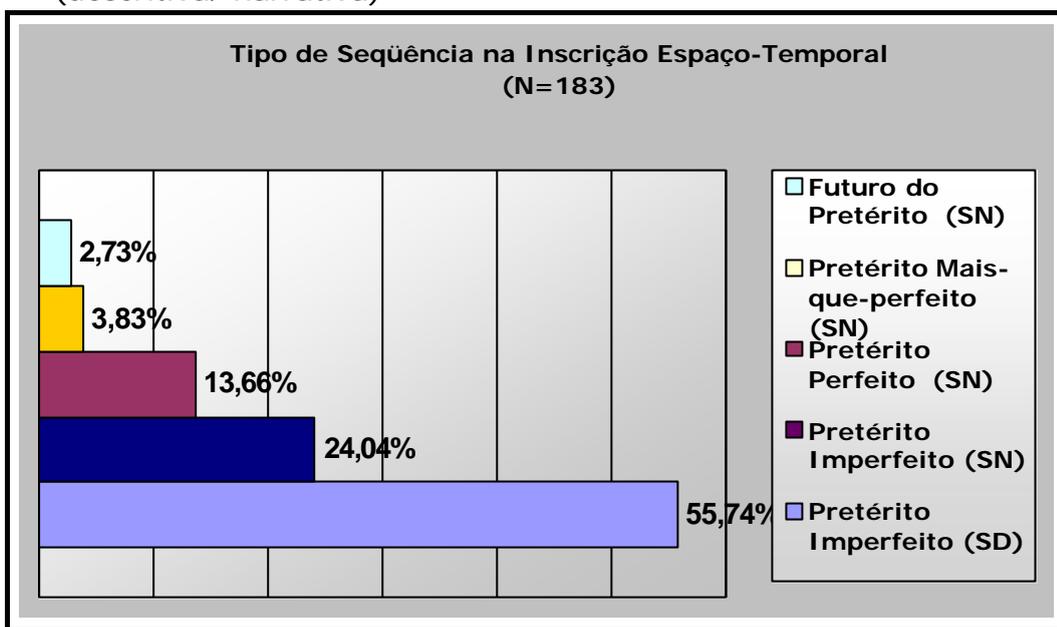


Gráfico 2- Tipo de Seqüência na Inscrição Espaço-Temporal nos intróitos de Boca do Inferno

As seqüências descritivas são codificadas pelos verbos no *presente* e no *pretérito imperfeito* do modo indicativo, que, nesse tipo de seqüência é considerado, também, de imperfeito pitoresco (cf. MBS, 1968, p. 92), ambos próprios dessas modalidade de seqüência.

Já as seqüências narrativas são codificadas, também, pelo *pretérito imperfeito*, *pretérito perfeito*, *pretérito mais-que-perfeito* e *futuro do pretérito*, todos do modo indicativo.

Os resultados apurados para análise desse fator foram os seguintes:

- para as seqüências descritivas, a predominância foi para o **pretérito imperfeito**, que é o tempo **próprio da descrição** (102/183=55,74%). Não foram detectadas ocorrências do *presente do indicativo* com características descritivas.
- e, para seqüências narrativas tivemos a preponderância, também, do **pretérito imperfeito**, denominado de imperfeito narrativo (cf. FIORIN, 2002, p. 200), quando este se apresenta com características narrativas, (cf. Fator 2) em (44/183=24,04%), seguido pelo pretérito perfeito (25/183= 13,66%), pelo mais-que-perfeito (7/183=3,83%) e pelo futuro do pretérito (5/183=2,73%).

Nessa parte da obra, o tipo de seqüência na inscrição espaço-temporal que mais preponderou foi a **seqüência descritiva** com um percentual

relevante para o *pretérito imperfeito* (55,74%) como um tempo próprio da descrição.

A preponderância da seqüência descritiva já era esperada, em razão do gênero textual, romance histórico. Nessa modalidade, a descrição figura como o principal instrumento de que o romancista se vale para caracterizar personagens, objetos e aspectos relativos ao espaço geográfico e histórico-sociológico no qual ocorreram os episódios. Além disso, a descrição é vista, em parte, como o olhar do narrador, o qual pode se dar de forma menos subjetiva, quando descreve o que realmente presencia e, de forma mais subjetiva, quando descreve com intenções enunciativas (cf. seção 1.2, p. 26).

Vejam os excertos (57) e (58), exemplos de seqüências descritivas:

(57) “A baía, de pouco mais de duas léguas, *começava* na ponta de Santo Antônio, onde tinha sido edificada a fortaleza do mesmo nome, e *terminava* aos pés da ermida de Nossa Senhora de Monserrate[...].” (MIRANDA, 1989, p. 11)

(58) “A casa onde *funcionava* a Relação era ampla. Da janela *podiam-se* ver as liteiras e serpentinas passando, entre gentes e animais. As paredes *eram* escuras e cheias de rachaduras, o chão coberto de sujeira e papéis, as tábuas foscas *tinham* buracos. No primeiro andar *ficavam* as salas de espera e de audiência. No, mais limpo e bem-cuidado, a sala de reunião da Grande Mesa e salas dos desembargadores. No terceiro, os processos *amontoavam-se*, jogados uns sobre os outros, sob uma camada de poeira de quase uma polegada; teias com insetos capturados *balançavam* suavemente ao vento fresco e brando.” (MIRANDA, 1989, p. 241)

(4) MODOS DO DISCURSO (*realis/irrealis*)

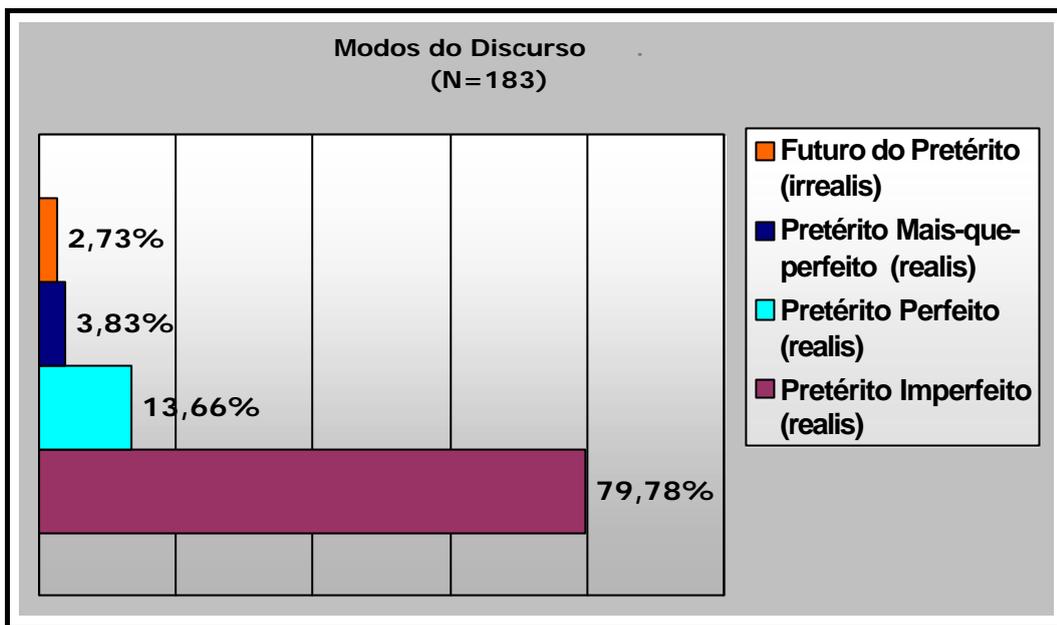


Gráfico 3- Modos do Discurso nos intróitos de Boca do Inferno

Relembre-se que o modo *realis* é codificado pelo *presente*, *pretérito imperfeito*, *pretérito perfeito* e *pretérito mais-que-perfeito* do modo indicativo. O modo *irrealis*, pelo *futuro do presente* e do *futuro do pretérito*, tempos simples do modo indicativo.

No modo *realis*, o tempo verbal que se apresentou preponderante, nos Intróitos, foi o **pretérito imperfeito** com ($146/183=79,78\%$), seguido pelo pretérito perfeito ($25/183=13,66\%$) e pelo pretérito mais-que-perfeito ($7/183=3,83\%$).

No modo *irrealis*, o *futuro do pretérito* exibiu $5/183=2,73\%$; não houve ocorrência no futuro do presente.

Diante dos resultados, constatamos que, nos Intróitos, o modo *realis* foi o preponderante, totalizando (**97,27%**) das ocorrências apuradas entre os dois modos. Tanto que a predominância do *pretérito imperfeito*, também, nesse fator, reitera a proposição do narrador de que se falou em **(2) situação comunicativa, mundo narrado**, ao se aproximar do leitor e ganhar sua confiança, diante do que narra, tal confiança está associada aos relatos que faz dos **fatos** ou **eventos factuais**. O objetivo que se pretendia com esse fator foi alcançado, já que os tempos detectados nos Intróitos determinaram as proposições, relativas ao modo *realis*.

Vejam no excerto (59) um exemplo de modo do discurso *realis*:

- (59) "Um galo cantou. Esbranquiçada, a luz da manhã penetrava pela fresta fina e horizontal no alto da parede da prisão onde os conspiradores se encontravam. A luz não chegava ao chão e os homens sentados mal podiam ver uns aos outros. A ração de azeite de três vinténs era pouca para toda a vida, a tigela de barro vidrado com um bico, como uma candeia, fora apagada.
Com os conspiradores estavam mais quatro prisioneiros. Um assassino, dois ladrões, um herético. Além dos presos ali habitavam também alguns ratos. O aspecto dos homens demonstrava o tempo que havam permanecido enxovia; os que estavam há mais tempo, mais magros e cinzentos, cabelos e unhas mais longos e sujos."
(MIRANDA, 1989, p. 131)

(5) MOMENTOS ESTRUTURAIS CONSTITUTIVOS DO SISTEMA TEMPORAL
(anterioridade, simultaneidade e posterioridade)

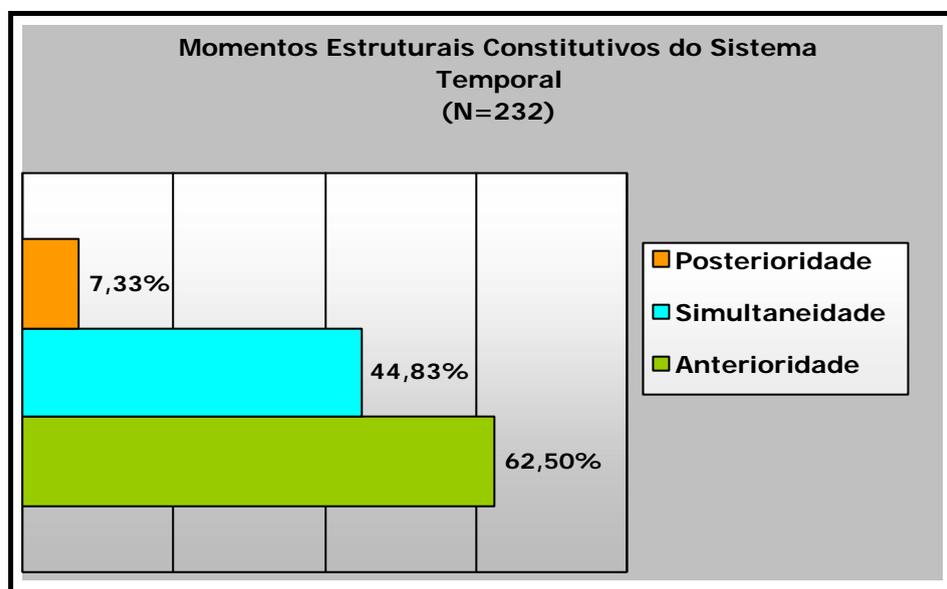


Gráfico 4- Momentos Estruturais Constitutivos do Sistema Temporal nos intróitos de Boca do Inferno

Neste grupo de fator, para a análise dos momentos estruturais, levamos em conta o total dos verbos em todo os tempos e modos, simples ou compostos (N= 232, cf. Tabela 1):

- anterioridade: codificada com $145/232=62,50\%$;
- simultaneidade: codificada com $104/232=44,83\%$;
- posterioridade: codificada $17/232=7,33\%$.

Nesse fator, o momento estrutural constitutivo do sistema temporal, a *anterioridade*, foi o preponderante ($145/232=62,50\%$).

O objetivo, aqui, também, foi alcançado, posto que se pretendia correlacionar os três momentos (anterioridade, simultaneidade e posterioridade) com o modo, tempo, voz verbal e a situação comunicativa, mundo narrado e mundo comentado.

No que diz respeito ao modo, tempo e voz verbal (cf. Tabela 1) pode-se perceber a correlação existente, pois os tempos verbais que se apresentaram com índices favoráveis foram o pretérito imperfeito e o pretérito perfeito.

Quanto à situação comunicativa (cf. gráfico 2), os índices do pretérito imperfeito e do perfeito foram os mais relevantes. Com esses resultados, pode-se afirmar que houve a correlação almejada entre este fator e os fatores (1) e (2).

A preponderância desse momento estrutural foi coerente, uma vez que, conforme já foi explicado na análise qualitativa (cf. Fator 1), o narrador apresenta-se para o leitor na parte inicial de cada capítulos (os intróitos) ora como historiador ora como narrador onisciente, relatando os fatos ocorridos; logo, a anterioridade figura como o momento apropriado para essa organização textual.

No excerto (60), temos um exemplo do momento estrutural constitutivo do sistema temporal que se apresentou nos intróitos:

Anterioridade

(60) “O código que regia as tramitações do direito na colônia, o mesmo de Portugal, era uma recompilação das *Leis extravagantes* de direito canônico e das *Ordenações afonsinas e Manuelinas*. Esse sumário resultou nas *Ordenações filipinas*, assim chamadas por terem sido publicadas no tempo de Filipe I de Portugal – e III da Espanha.

Os juriconsultos brasileiros, ouvidores e procuradores, os corregedores, bacharéis, desembargadores, juizes, viviam numa conjuntura sombria e atrasada. Predominava uma mistura incoerente de princípios romanísticos, bárbaros e canônicos. O direito variava entre regras de viver e a definição do pecado.”
(MIRANDA, 1989, p. 241)

O fato narrado no passado através dos pretéritos imperfeitos (*regia, era, viviam, predominava e variava*), do perfeito (*resultou*) e do infinitivo pessoal pretérito (*terem sido*) indicam uma concomitância em relação ao marco temporal pretérito, porque o pretérito imperfeito (*regia*) expressa uma ação pretérita concomitante à ação de *resultou no* pretérito perfeito, pois “ O código que *regia* as tramitações do direito na colônia, o mesmo de Portugal [...]”, é o que “*resultou nas Ordenações filipinas*, assim chamadas por terem sido publicadas no tempo

de Filipe I de Portugal – e III da Espanha.” Então *regia/resultou/terem sido* estão sinalizando, nessa porção textual, uma idéia de anterioridade. Com o emprego dos pretéritos, o narrador coloca no mesmo plano (passado) a contextualização dos fatos.

(6) PONTO DE VISTA DA NARRATIVA

(narrador onisciente intruso, narrador onisciente neutro, narrador-testemunha, narrador-protagonista, onisciência seletiva múltipla e onisciência seletiva)

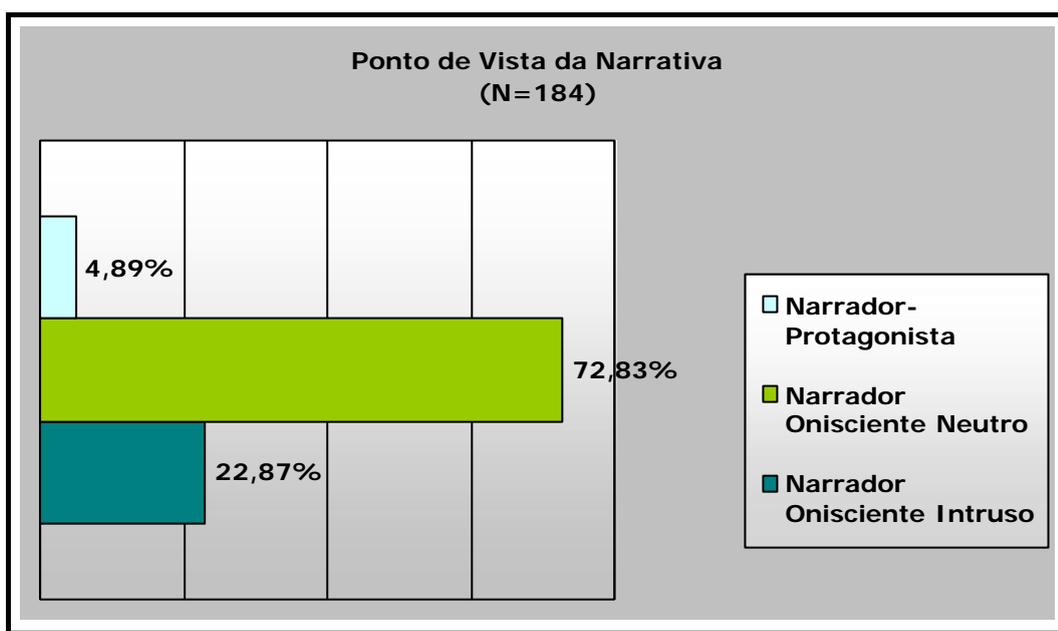


Gráfico 5- Ponto de Vista da Narrativa nos intróitos de Boca do Inferno

Nos Intróitos, os resultados para o ponto de vista da narrativa foram:

- **narrador onisciente neutro**, codificado com $134/184=72,83\%$;
- narrador onisciente intruso, codificado com $41/184=22,87\%$;
- narrador-protagonista, codificado com $9/184=4,89\%$.

Esse fator objetivou correlacionar os tipos de narrador às pessoas do discurso e examinar o grau de envolvimento desse narrador. Em face do resultado apurado, observa-se que o narrador onisciente neutro apresentou um índice mais elevado (**72,83%**) em relação aos demais tipos analisados, pois o narrador nessa parte da obra figura como um contador de histórias, que narra os fatos ocorridos.

Toda a narrativa que compreende essas partes foi narrada em 3ª p., marca de neutralidade, pois o narrador se limita a contar os fatos, sem tecer comentários. Essa situação de distanciamento e de imparcialidade é constitutiva do discurso da História. Mas, no romance *Boca do Inferno*, esse distanciamento

se apresenta entremeado à narrativa ficcional, já que essa obra tende para uma narrativa metaficcional historiográfica (cf. MORAIS, p. 98).

Diante dos resultados, observamos que o objetivo foi atingido, pois houve correlação entre tipo de narrador codificado nos Intróitos (onisciente neutro) com pessoa do discurso (3ª p.).

Nos excertos (61) e (62), temos exemplos do narrador de 3ª p. onisciente neutro:

- (61) “Os conspiradores conheciam bem os hábitos de Francisco de Teles de Menezes. Sabiam que certos dias da semana, ao nascer do sol, o alcaide-mor da cidade da Bahia costumava sair de casa para fornicar uma barregã. Comentavam com sarcasmo que o alcaide era impotente e queria aproveitar sua ereção matinal. Ou talvez precisasse, para excitar-se, do silêncio das ruas, naquela hora em que todos, mesmo os boêmios e os vagabundos, dormiam. Ou então, quem sabe, gostasse do hálito morno e da carne combalida que as meretrizes tinham a final da noite. [...]” (MARIANA, 1989, p. 21)
- (62) “[...] Antônio de Brito permaneceu imóvel, olhando o raio de luz que incidia no alto da parede. Tateou sua roupa rasgada e cheia de sangue. Sentia os miasmas das fezes e da urina nos recipientes espalhados pela cela. Distante, repicavam os sinos da Sé que anunciavam as missas do amanhecer. Antônio de Brito não conseguiu levantar-se para ir até a cama. Alguém acendeu a candeia e aproximou-se dele. Antônio de Brito viu o rosto de João de Couros. Outros também o cercaram. Examinaram suas mãos ensangüentadas, suas plantas dos pés retalhadas, seus pés queimados. Brito sentia dores terríveis pelo corpo e a cabeça tonta. Levou a mão à boca e percebeu que havia perdido alguns dentes.[...]”. (MIRANDA, 1989, p. 131)

(7) TIPO DE SEGMENTO DE RELATO (relato de palavras, fala das personagens; relato de acontecimento, fala do narrador)

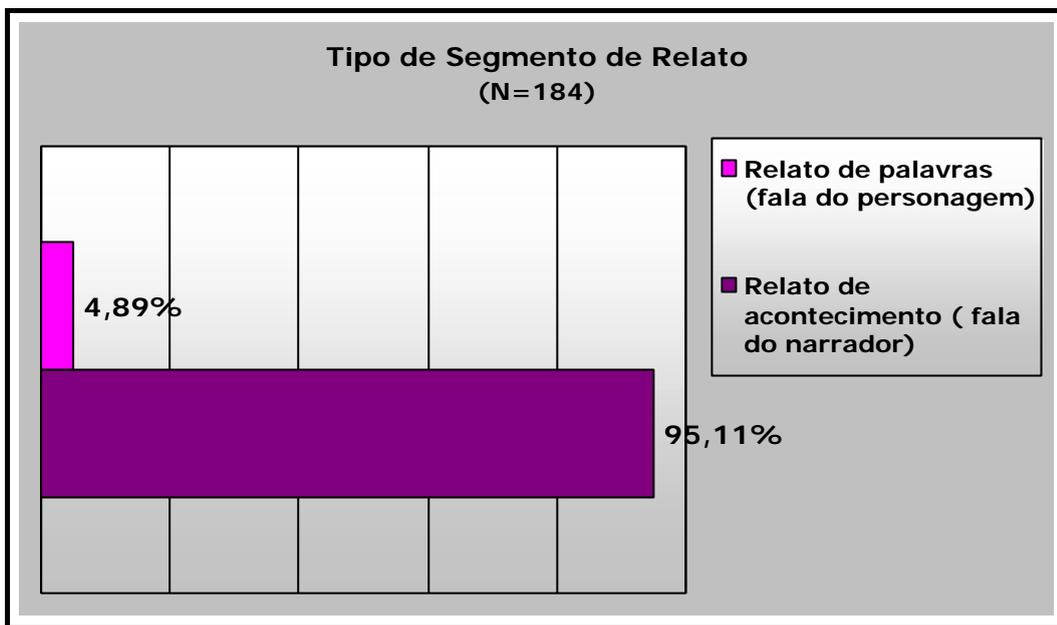


Gráfico 6- Tipo de Segmento de Relato nos intróitos de Boca do Inferno

Nos Intróitos, o relato de acontecimento foi o mais atuante, característico da fala do narrador ($175/184=95,11\%$). O relato de palavras, característico da fala da personagem, atingiu ($9/184=4,89\%$).

A categorização desse fator de posicionamento enunciativo foi codificada através do discurso indireto, uma modalidade de discurso relatado do qual o enunciador se vale para expressar o discurso de outrem: o narrador que se apresenta nessas partes não é protagonista, é onisciente, pois demonstra ter conhecimento do que se passa na mente das personagens e de suas atitudes, não comentários subjetivos.

O objetivo pretendido por esse fator também foi atingido: o segmento de relato preponderante, aqui, é próprio da **fala do narrador**, com (95,11%); recorde-se que os índices relativos à situação comunicativa do mundo narrado, foram 74,11%; logo, houve a correlação entre os tipos de segmentos de relato e a situação comunicativa.

O excerto (63) ilustra o tipo de segmento de relato predominante nos Intróitos:

- Relato de acontecimento/fala do narrador:

(63) “[...] O sexo com prostitutas, ou ex-prostitutas, como era o caso da amante do alcaide-mor, assim como as ciladas de inimigos, eram atividades associadas às sombras da noite, quando Deus e seus vigilantes se recolhiam e o Diabo andava à

solta, as armas e os falos se erguiam em nome do prazer ou da destruição, que muitas vezes estavam ligados num mesmo intuito[...]" (MIRANDA, 1989, p. 21)

(8) VOZES ENUNCIATIVAS DAS PERSONAGENS (discurso direto, forma marcada; discurso indireto, forma marcada; discurso indireto livre, forma não-marcada)

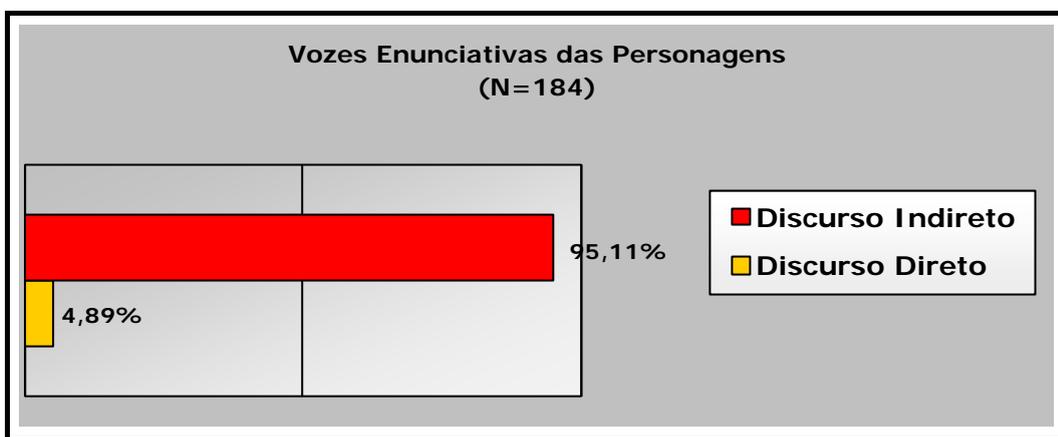


Gráfico 7- Vozes Enunciativas das Personagens nos intróitos de Boca do Inferno

As vozes enunciativas das personagens foram preferencialmente codificadas no *discurso indireto* (DI, $175/184=95,11\%$). O discurso indireto livre (DIL) não ocorreu.

Nesse fator, a correlação que se supunha haver entre as vozes enunciativas das personagens e o tipo de segmento de relato se confirmou, pois em ambos o índice preponderante foi de 95,11%, visto que, tanto o relato de acontecimento quanto as vozes enunciativas, nos Intróitos, estão sujeitos à argumentação subjetivizada da fala do narrador.

O objetivo pretendido por esse fator foi atingido, considerando-se que o segmento de relato preponderante é próprio da fala do narrador e, assim também, que os índices da situação comunicativa do mundo narrado atingiu 74,11%; desse modo, concretizou-se a correlação esperada.

Em (64), temos um exemplo das vozes enunciativas codificada no discurso indireto:

(64) "Diogo de Souza, o Torto, disse alguma coisa. Antônio de Souza não conseguiu distinguir as palavras, mas sentiu um enorme consolo por perceber que não estava mais na cela de tormentos." (MIRANDA, 1989, p. 131)

(9) POSICIONAMENTO ENUNCIATIVO DO NARRADOR

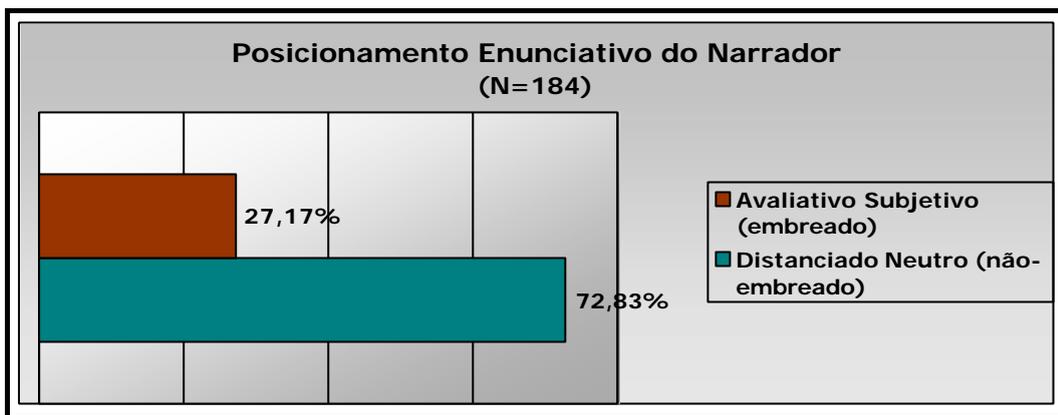


Gráfico 8- Posicionamento enunciativo do narrador nos intróitos de Boca do Inferno

As análises demonstraram a preponderância do posicionamento neutro não-embreado ($134/184=72,83\%$), que relato os fatos com imparcialidade. Novamente, o objetivo proposto foi alcançado, uma vez que se pretendia mensurar o grau de envolvimento do narrador. Tal posicionamento enunciativo do narrador se correlaciona com o ponto de vista da narrativa, codificado com índices relevantes (72,83%).

- Narrador onisciente neutro:

(65) “Os conspiradores conheciam bem os hábitos de Francisco de Teles de Menezes. Sabiam que, certos dias da semana, ao nscer do sol, o alcaide-mor da cidade da Bahia costuma sair de casa para fornicar uma barregã. Comentavam com sarcasmo que o alcaide era impotente e queria aproveitar sua ereção matinal. Ou talvez precisassem para excitar-se, do silêncio das ruas, naquela hora em que todos, mesmo os boêmios e os vagabundos, dormiam [...]”. (MIRANDA, 1989, p. 21)

Apresentamos, agora, os resultados relativos aos excertos dos 5 Capítulos da obra *Boca do Inferno*.

(1) MODO, TEMPO E VOZ VERBAL

Pelos resultados obtidos neste fator (cf. Tabela 1), pôde-se constatar que:

Tabela 2- Modo, Tempo e Voz Verbal nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno

TEMPOS SIMPLES/MODOS				TEMPOS COMPOSTOS/MODOS			LOCUÇÃOVERBAL	
INDICATIVO N= 2712	SUBJUNTIVO N=195	IMPERATIVO N=81	INFINITIVO N=4	INDICATIVO N=42	SUBJUNTIVO N=4	INFINITIVO N=4	N=379	
Pres. 618/2712= 22,79%	Pres. 85/195= 43,59%	Afirm. 66/81= 81,48%	Pes. 4/4=100%	Pret. Perf. 10/42= 23,81%	Pret. Perf. 3/4= 75%	Pes. 4/4=100%	Aux. Acurat. 136/379= 35,88%	Pres. do Indic. 96/136=70,59%
								Pret. Imperf. do Indic. 15/136=11,03%
								Pret. Perf. do Indic. 12/136=8,82%
								Fut. do Pres. do Indic. 2/136=1,47%
								Fut. do Pret. do Indic. 8/136=5,88%
								Presente do Subjuntivo 3/136= 2,21
Pret. Imp. 648/2712= 23,89%	Pret. Imp. 78/195= 40%	Neg. 15/81= 18,52%	Imp. ⊙	Pret. mais-que- perf. 25/42=59,52%	Pret. mais- que-perf. 1/4= 25%	Impessoal ⊙	Aux. Modal 236/379= 62,27	Pres. do Indic. 132/236=55,93%
								Pret. Imperf. do Indic. 43/236=18,22%
								Pret. Perf. do Indic. 16/236=6,79%
								Pret. mais-que-Perf. do Indic. 4/236=1,69%
								Fut. do Pres. do Indic. 6/236= 2,54%
								Fut. do Pret. do Indic. 18/236=7,63%
								Pres. do Subj. 9/236=3,81%
								Pret. Imperf. do Subj. 8/236=3,39%
Pret. Perf. 1191/2712= 43,92%	Fut. 32/195= 16,41%	⊙	⊙	Fut. do Pres. ⊙	Fut. do Pres. ⊙	⊙		
Pret. mais-que- perf. 67/2712= 2,47%	⊙	⊙	⊙	Futuro do Pretérito 7/42= 16,67	⊙	⊙		
Fut. do Pres. 116/2712= 4,28	⊙	⊙	⊙	⊙	⊙	⊙	Aux. Causat. 6/379= 1,58%	Pres. do Ind. 2/6=33,33%
Fut. do Pret. 72/2712= 2,65%	⊙	⊙	⊙	⊙	⊙	⊙		Pret. Perf. 4/6= 66,67%
							Aux. Sens. 1/379 = 0,27%	Pret. Imperf. do Indic. 1/1=100%

Tabela 1- Tempo, Modo e Voz Verbal em Boca do Inferno nos capítulos/subcapítulos

N=3421 VOZ VERBAL						
ATIVA N=3375	PASSIVA N=42/3421=1,23%			REFLEXIVA N= 4/3421= 0,12%		PASSIVIDADE N= 0
	Ação	Estado	Mudança de Estado	-	Pronominal	
3375/3421= 98,65%	23/42=54,76%	13/42= 30,95%	6/42=14,29%		4/4=100%	-

Tabela 2- Tempo, Modo e Voz Verbal em Boca do Inferno nos capítulos/subcapítulos

- nos capítulos e subcapítulos, o **pretérito perfeito** do modo indicativo predominou ($1191/2712=43,92\%$), seguido do pretérito imperfeito simples do modo indicativo ($648/2712=23,89\%$) e do presente do indicativo com ($618/2712=22,79\%$);
- no modo subjuntivo simples, o **presente** predominou ($85/195=43,59\%$), seguido do imperfeito ($78/195=40\%$) e do futuro ($32/195=16,41\%$);
- no modo imperativo, houve predominância do afirmativo ($66/81=81,48\%$);
- no infinitivo, o modo pessoal foi categórico ($4/4=100\%$);
- nos tempos compostos do indicativo, a predominância ocorreu com o **pretérito mais-que-perfeito** ($25/42=59,42\%$);
- nos tempos compostos do subjuntivo, predominou o **pretérito perfeito** com ($3/4=75\%$), seguido do pretérito mais-que-perfeito ($1/4=25\%$).
- nas locuções verbais, os auxiliares modais foram os que mais se destacaram ($236/379=62,27\%$), seguido dos auxiliares acurativos ($136/379=35,88\%$). Nos auxiliares acurativos e modais, o presente do indicativo foi o mais atuante; nos causativos, o pretérito perfeito e, no auxiliar sentivo, imperfeito;
- nas vozes verbais, predominou a **ativa** ($3375/3421=98,65\%$);
- na subcategorização da voz passiva, a **passiva de ação** exibiu ($23/42=54,76\%$), seguida pela passiva de estado ($13/42=30,95\%$) e pela de mudança de estado ($6/42=14,29\%$);
- na voz reflexiva, a pronominal foi categórica ($4/4=100\%$).

A interpretação desses resultados relativos ao MODO, TEMPO e VOZ VERBAL serviram de base para a qualificação dos demais grupos de fatores.

(2) SITUAÇÃO COMUNICATIVA (mundo comentado/mundo narrado)

Variável	Mundo Comentado	Mundo Narrado
Pres. Ind.	618/2712= 22,79%	
Pret. perf. comp. Indi.	10/42= 23,81%	
Aux. acurativos (Pres. Ind.)	96/136= 70,59%	
Aux. modais (Pres. Ind.)	132/236= 55,93%	
Aux. causativos (Pres. Ind.)	2/6= 33,33%	
Pret. perf. simples		1191/2712= 43,92%
Pret. imp. Ind.		648/2712= 23,89%
Aux. modais (Pret. imp. Ind.)		43/236=18,22%
Aux. acurativos (Pret. imp. Ind.)		15/136=11,03%
Aux. sensitivo (Pret. imp. Ind.)		1/1=100%

Tabela 3- Situação Comunicativa nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno

Os resultados atestam a maior frequência do **presente do indicativo no mundo comentado** (618/2712=22,79%), seguido pelo pretérito perfeito composto do indicativo (10/42=23,81%), pelos **auxiliares acurativos** (96/136=70,59%), pelos **auxiliares modais no presente do indicativo** (132/236=55,93%) e pelos auxiliares causativos (2/6=33,33%).

No **mundo narrado**, o tempo verbal mais significativo foi o pretérito perfeito simples (1191/2712=43,92%), seguido do pretérito imperfeito (648/2712=23,89%). A locução verbal foi preferencialmente codificada com **auxiliares modais no pretérito imperfeito do indicativo** (43/236=18,22%).

Diante dos resultados, vimos que, nos capítulos/subcapítulos, o tempo verbal predominante foi o **pretérito perfeito simples do indicativo**, o que comprova a hipótese **H₁** (cf. quadro metodológico, p. 71), que pressupunha diferença de comportamento entre a expressão da temporalidade e as partes da obra analisada. Nos caso dos capítulos e subcapítulos, a hipótese era de que, neles, o tempo verbal predominante fosse o pretérito perfeito (tempo da narrativa), o que se comprovou; além disso, confirmou-se, também, que o o tempo verbal predominante nos intróito foi o **pretérito imperfeito do indicativo**. Em face dos resultados que corroboram o *pretérito perfeito como* predominante nessas seções, a situação comunicativa foi a do **mundo narrado**, uma vez que o pretérito perfeito juntamente com o imperfeito são os tempos prototípicos da narrativa.

Outra evidência corroborada é a estrutura truncada da temporalidade verbal, presente nas seqüências narrativas: a ruptura de temporalidade entre o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito, ou vice-versa, é propositalmente elaborada pelo narrador (cf. seção 1.2, p. 26). Nesses

segmentos, o poeta Gregório de Matos (cf. MORAIS, p.107) passa a narrar a história sob o ponto de vista do historiador, transvestindo-se de narrador onisciente neutro. Já quando se investe do estatuto de narrador interno (cf. CHARAUDEAU, 2008, p. 194-195), ele passa a atuar, como personagem principal na trama narrativa como narrador onisciente intruso.

O excerto (66) confirma essa mudança de temporalidade ocorrida no interior da narrativa:

- (66) “A polícia fazia a ronda com tochas nas mãos. Maria Berco caminhou em silêncio pelas ruas escuras, levando dentro de uma bolsa de pele a trouxa que Bernardo Ravasco lhe dera para que jogasse fora. Encheu-se de curiosidade sobre o conteúdo do pacote. Apalpou-o e sentiu algo rígido porém macio. Desprendia um odor desagradável. Não resistindo à curiosidade abriu a bolsa, desenrolou os panos e viu, com grande sobressalto, do que se tratava. Tomou-se de repulsa e temor: afinal, sabia de quem era aquela mão. Eram muito conhecidos na cidade os detalhes da morte do alcaide. Um valioso anel de pedra verde brilhou no dedo anular da mão esquerda. Olhando de perto viu que no ouro havia a inscrição FTM. Francisco Teles de Menezes. O coração de Maria Berco disparou. Guardou apressadamente de volta a trouxa na bolsa.
- Caía uma chuva fina. A moça charfudava os pés na lama. Ao cruzar com a gente miserável das ruas apertava a bolsa de encontro ao peito. Jamais pensara que a mão de um homem pudesse ser tão pesada” . (MIRANDA, 1989, p. 57)

(3) TIPO DE SEQÜÊNCIA NA INSCRIÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL (descritiva/ narrativa)

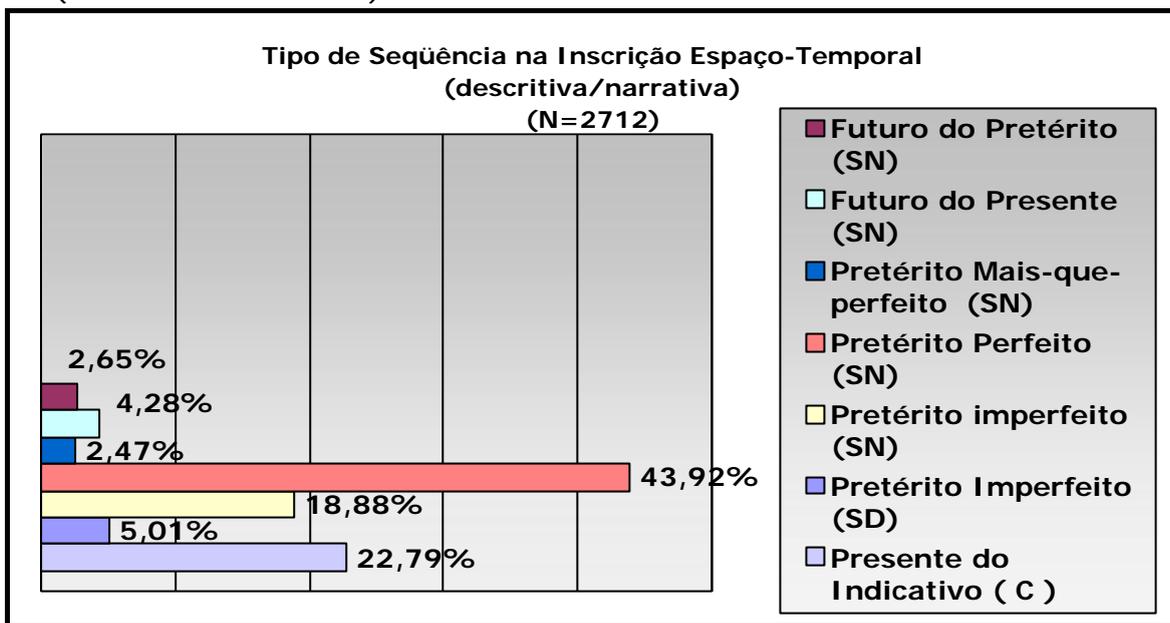


Gráfico 9- Tipo de Seqüência na Inscrição Espaço-Temporal nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno

As seqüências descritivas são codificadas no *presente* e no *pretérito imperfeito* do modo indicativo, tempos prototípicos dessas modalidade de seqüência.

Já as seqüências narrativas são codificadas, também, pelo *pretérito imperfeito*, *pretérito perfeito*, *pretérito mais-que-perfeito* e *futuro do pretérito*, todos do modo indicativo.

Os resultados apurados nos Capítulos e subcapítuos foram os seguintes:

- nas seqüências descritivas, o **pretérito imperfeito** foi o mais atuante ($136/2712=5,01\%$). Nelas, não ocorreu o presente do indicativo;
- nessas seções, o *presente do indicativo* está associado à fala das personagens e não a seqüências descritivas. Os excertos (67 – 67a) confirmam tais ocorrências:

(67) "Estou com medo. Eles querem matar o senhor."
"O senhor acha que estou ameaçada?" (MIRANDA, 1989, p. 35)

(67a)
"Quero uma ordem de prisão dos Ravasco."
"Mesmo o Antônio Vieira?"
"Mesmo ele."
"Impossível."
"Nada é impossível."
"Sob que acusação?"

"Crime de morte."
 "Seria preciso abrir um pleito."
 "Então abre."
 "Mas Antônio Vieira não matou Teles de Menezes."
 "É o cabeça."
 "Tem muitos amigos na Corte. Vai defender-se *unguibus et rostro*."
 "Também tenho amigos em Lisboa."
 "Não estou muito certo quanto à invasão do colégio". (MIRANDA, 1989, p. 54)

Relativamente às seqüências narrativas, constatamos a atuação preferencial do **pretérito perfeito** (1191/2712=**43,92**), seguido pelo imperfeito (512/2712=18,88%).

Nessa parte da obra, o tipo de seqüência na inscrição espaço-temporal predominante foi a narrativa, com o índice expressivo do *pretérito perfeito* (**43,92%**), tempo próprio da narração.

(68) "Com os primeiros raios de sol, Maria Berco acordou. Um oficial abriu a porta da cela e, depois de alguns conselhos e repreensões mandou-a embora. Sentiu os ossos moídos ao levantar-se. Arrumou a saia, ajeitou os cabelos. Lembrou-se subitamente do encontro com Bernardo Ravasco na igreja. Correu para lá, mas não o encontrou. O menino curumim informou que havia partido com Padre Vieira na noite anterior para a quinta. Maria Berco suspirou. O anel! O que fazer come le? Ajoelhou-se diante da imagem de Nossa Senhora num nicho lateral da igreja e rezou. Pediu à mãe que a iluminasse". (MIRANDA, 1989, p. 69)

O objetivo previsto para esse fator foi atingido, uma vez que se pretendia correlacionar o tipo de seqüência com a situação comunicativa. Os resultados apontaram a predominância da seqüência narrativa em pretérito perfeito simples (**43,92%**); no mundo narrado, esse tempo verbal também foi o mais freqüente.

(4) MODOS DO DISCURSO (realis/irrealis)

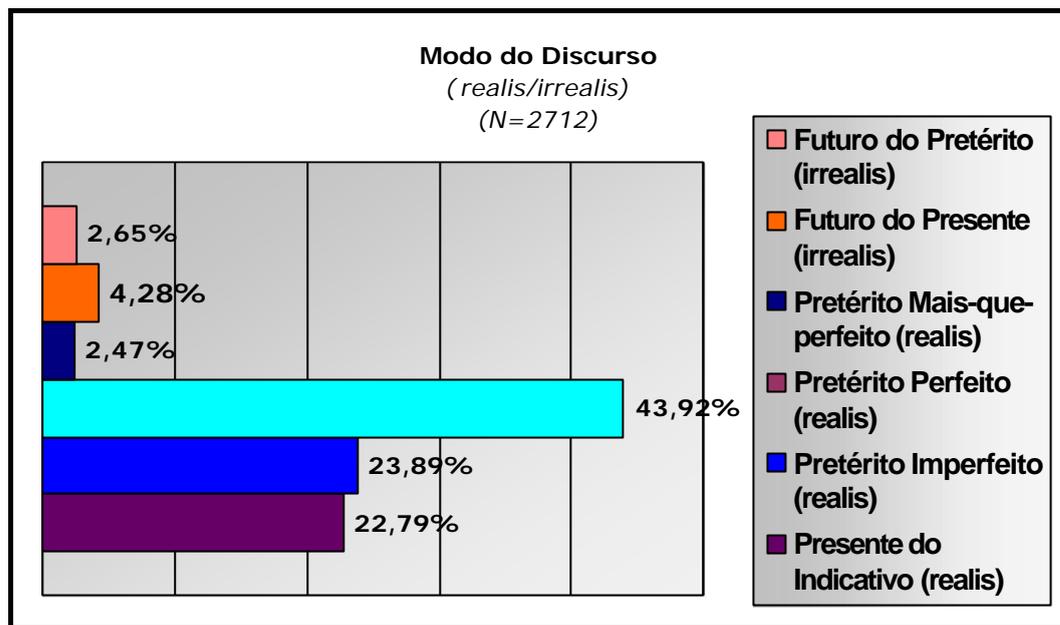


Gráfico 10- Modos do Discurso nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno

Recorde-se que o modo *realis* é codificado pelo *presente*, *pretérito imperfeito* e *pretérito mais-que-perfeito* do modo indicativo. O modo *irrealis*, pelo *futuro do presente* e do *futuro do pretérito*, tempos simples do modo indicativo.

No modo *realis*, o tempo verbal preponderante nos capítulos e subcapítulos, foi o **pretérito perfeito** ($1191/2712=43,92\%$), seguido pelo pretérito imperfeito ($648/2712=23,89\%$) e pelo presente ($618/2712=22,79\%$). No *irrealis*, foi o **futuro do presente** ($116/2712=4,28\%$). Diante dos resultados, constatamos que, nessas seções, o modo *realis* totalizou **93,07%**, através da codificação do *pretérito perfeito*.

O objetivo postulado para esse fator pressupunha uma correlação entre tempo verbal e modo do discurso: tal objetivo foi alcançado, visto que o tempo verbal mais expressivo foi o pretérito perfeito simples (**43,92%**, cf. Tabela 1). Uma vez que o modo *realis* também é codificado por esse tempo, o esse modo igualmente foi o que liderou. Veja-se em (69), um exemplo da predominância desse modo:

(69) “[...] Num impulso premonitório o alcaide-mor levantou-se, foi até a janela e abriu-a. A rua estava quase deserta. Um molecote magro permanecia em pé numa esquina. Teles de Menezes pressentiu alguma coisa estranha mas não lhe deu importância. Viu seus lacaios descansando, encostados na parede, ao lado da liteira.

Fechou a janela com cuidado e estirou-se ao lado de Cipriana. Ela jamais o vira nu.”
[MIRANDA, 1989, p. 23]

(5) MOMENTOS ESTRUTURAIS CONSTITUTIVOS DO SISTEMA TEMPORAL
(anterioridade, simultaneidade e posterioridade)

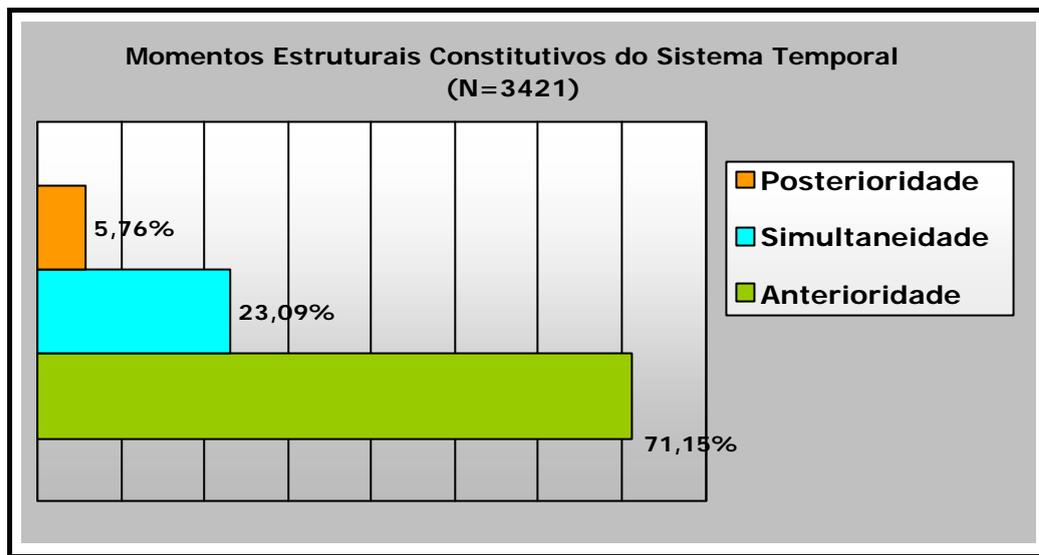


Gráfico 11- Momentos Estruturais Constitutivos do Sistema Temporal nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno

Nesse grupo de fator, os momentos estruturais foram assim codificados:

- anterioridade, codificada com $2434/3421=71,15$;
- simultaneidade, codificada com $790/3421=23,09$;
- posterioridade, codificada com $197/3421=5,76\%$.

O objetivo, aqui, também, foi alcançado, posto que se pretendia correlacionar os três momentos com o modo, tempo, voz verbal e a situação comunicativa (mundo narrado e mundo comentado).

No que diz respeito ao modo, tempo e voz verbal (cf. Tabela 1) pode-se perceber a correlação existente prevista foi confirmada: o pretérito perfeito foi o mais atuante. No indicativo registrou **43,92%**. Quanto à situação comunicativa (cf. gráfico 2), o pretérito perfeito, também, foi o mais freqüente. Vejam-se os excertos (70, 71 e 72):

- Anterioridade:

(70) “[...] A liteira do alcaide surgiu na praça. Parou diante da porta do palácio. O alcaide entrou na casa do governador.

Depois de uns vinte minutos. Teles de Menezes surgiu novamente à entrada do paço. Espreguiçou-se estendendo os braços e entrou na liteira. Percorreu algumas quadras pela rua de Trás da Sé.” (MIRANDA, 1989, p. 26)

O momento do evento (ME) corresponde ao surgimento da liteira na praça. Os dois pretéritos do primeiro período (*parou/entrou*) remetem ao mesmo momento e não indicam ações sucessivas. Aqui, podemos observar que os fatos são anteriores ao momento da fala (MF) e, ambos, são simultâneos ao momento de referência (MR) .

No segundo período, o momento de referência (MR) agora é *Depois de uns vinte minutos*: tal momento remete a um outro que, nesse caso, é o momento da entrada do alcaide à casa do governador, caracterizado como o momento do evento (ME); ambos são anteriores ao momento da fala (MF).

- Simultaneidade

(71) “Sabes que não gosto desses poetas”, disse Gonçalo Ravasco.

“Fazem o que Lope de Veja diz que é o pior de todos os estilos, escrevem poemas tão equivocados como uma mulher que se enfeita e havendo de pôr a tintura nas faces, lugar tão próprio, mete-a no nariz e nas orelhas.” (MIRANDA, 1989, p. 101-102)

Nesse excerto, observamos o momento do evento (ME), o da fala (MF) e o da referência (MR) ocorrem simultaneamente, já que a possibilidade de o presente poder se estender para um tempo já passado ou para um tempo futuro implica a concomitância entre o MR, o ME e o MF.

- Posterioridade

(72) “[...] O senhor precisa tomar cuidado, padre”, disse José Soares. “Esse homem é muito perigoso. Vamos, padre Vieira, vamos descansar entre os padres da quinta. O senhor não deve ficar assim irritado, vai acabar doente de novo. O senhor precisa ficar retirado dessas baixezas do mundo.”

“Retirado das baixezas entre os padres? Achas que não são homens? Só me retirarei das baixezas dos homens quando morrer, padre Soares. Os padres hoje em dia não prestam, são como leigos.” (MIRANDA, 1989, p. 68)

O momento de referência (MR), futuro nesse excerto, está determinado pela expressão *quando morrer*. A “retirada das baixezas” é um momento ulterior à morte. Há, nesse fragmento, dois futuros do presente coordenados entre si. O segundo expressa uma idéia de concomitância em relação ao primeiro (*me retirarei/quando morrer*), por estar relacionado a uma oração adverbial temporal explícita *quando morrer*.

(6) **PONTO DE VISTA DA NARRATIVA** (narrador onisciente intruso, narrador onisciente neutro, narrador-testemunha, narrador-protagonista, onisciência seletiva múltipla e onisciência seletiva)

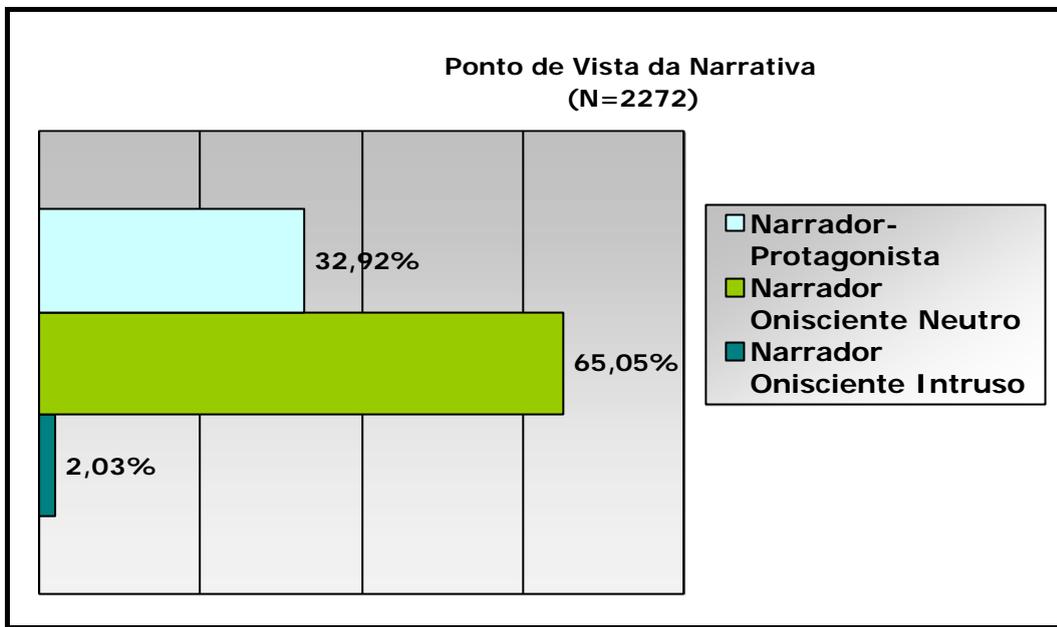


Gráfico 12- Ponto de Vista da Narrativa nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno

Nos capítulos e subcapítulos, o ponto de vista da narrativa foi codificado pelos seguintes tipos de narradores:

- **narrador onisciente neutro**, codificado com $1478/2272=65,05\%$;
- narrador onisciente intruso, codificado com $46/2272=2,03\%$;
- narrador-protagonista, codificado com $748/2272=32,92\%$.

Esse fator objetivou correlacionar os tipos de narrador às pessoas do discurso e examinar o grau de envolvimento desse narrador. Os resultados apontaram a prevalência do narrador onisciente neutro (**65,05%**); os fatos são narrados em 3ª p. : trata-se do narrador-historiador, que conta, *a posteriori* acontecimentos, após haver reunido um certo número de documentos e testemunhos. Tal procedimento o resguarda de qualquer posicionamento subjetivo, tanto que se apresenta por detrás dos fatos, uma vez que são os fatos narrados é que se impõem por sua credibilidade histórica (cf. CHARAUDEAU, op. cit., p. 192). Essa situação de neutralidade é típica do discurso histórico. A obra analisada, *Boca do Inferno*, caracteriza-se como uma narrativa metaficcional historiográfica (cf. MORAIS, p. 98):

(73)“ [...] Além de enfrentar as inclemências da natureza e as dificuldades inerentes à produção, os senhores da cana estavam sujeitos a uma política desastrosa da

Coroa. O açúcar, dispendioso, caro, tinha inumeráveis encargos e despesas. Assim que a carga chegava à Bahia, era preciso pagar ao trapicheiro. Uma pataca de frete, dois vinténs de aluguel, a comissão do trapicheiro caso vendesse alguma caixa. Depois vinham as taxas, os caixões, pregos, carretos, guindastes, direitos de subsídio da terra, as descargas, os armazéns, as alfândegas, a arqueação, as obras, taras e marcas de avaliação, os consulados.” [...]

“A cada ano Lisboa solicitava mais tabaco, e as arrobas dos milhares de rolos que as frotas levavam já não eram suficientes para suprir o mercado que expandia para além dos reinos da Europa. Em Lisboa, uma libra de tabaco pisado valia de quinze a vinte e cinco tostões e o rei Pedro II, coroado em setembro de 1683, após a morte do irmão, obtinha lucros com este comércio, a cada ano, de cerca de dois milhões de cruzados. Em Londres, com uma população de aproximadamente oitocentos mil habitantes, o tabaco era negociado por mais de sete mil comerciantes. Se cada um deles vendesse, a cada dia, um florim e meio de tabaco, se venderiam dez mil e quinhentos florins diários. O que se negociava em um ano, só em Londres, seria o equivalente a um milhão, novecentos e dezesseis mil e duzentos e cinquenta cruzados. Somando-se as quantias comerciadas em toda a Grã-Bretanha, Flandres, França, Itália, Espanha, Índia Oriental e Ocidental, a que totais se chegariam?” (MIRANDA, 1989, p. 296-297)

Diante dos resultados, atingiu-se o objetivo de correlacionar o tipo de narrador nos capítulos e subcapítulos (onisciente neutro) com a pessoa do discurso (3ª p.).

(7) TIPO DE SEGMENTO DE RELATO (relato de palavras, fala das personagens; relato de acontecimento, fala do narrador)

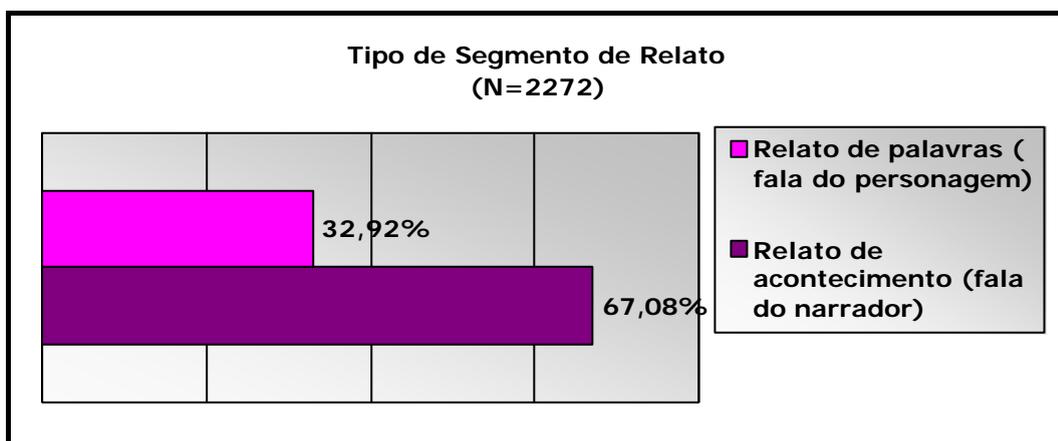


Gráfico 13- Tipo de Segmento de Relato nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno

Nos capítulos e subcapítulos, predomina o **relato de acontecimento**, característico da fala do narrador: $1524/2272=67,08\%$. O posicionamento enunciativo foi codificado através do discurso indireto, uma modalidade de discurso relatado em que o narrador é o protagonista, sinaliza ter conhecimento do que se passa na mente e nas atitudes das outras personagens, porém sem tecer comentários subjetivos

O objetivo pretendido foi atingido, preponderou a fala do narrador (67,08%):

(74) “Da janela da carruagem Antônio de Souza podia ver as pessoas percorrendo incessantemente a larga praça que dava acesso ao porto. Cargas se amontoavam por todo lado: arrobas de cravo grosso e fino, salsa, bálsamo, caixotes de açúcar, algodão em fio, urucum para tinta, cascos de tartarugas, couros em cabelo.” (MIRANDA, 1989, p. 243)

(8) VOZES ENUNCIATIVAS DAS PERSONAGENS (discurso direto, forma marcada; discurso indireto, forma marcada; discurso indireto livre, forma não-marcada)

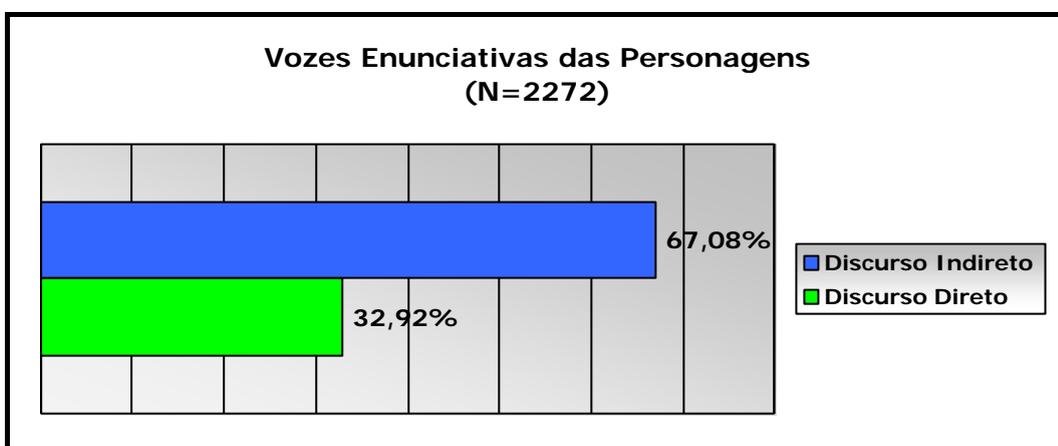


Gráfico 14- Vozes Enunciativas das Personagens nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno

As vozes enunciativas das personagens analisadas apontaram a predominância do discurso indireto (DI, $1524/2272=67,08\%$). Não se registrou o discurso indireto livre (DLI).

A correlação entre as vozes enunciativas das personagens e o tipo de segmento de relato foi confirmada: em ambos preponderou o DI (**67,08%**):

(75) “Era uma manhã luminosa na cidade da Bahia. Da encosta da montanha vinha a brisa fresca que entrava pelas janelas do palácio.

O mordomo, após falar com um homem muito magro que trazia uma pequena arca com os brasões reais, abriu a porta que dava acesso à ante-sala do governador. O homem entrou, apresentando-se ao Mata como mensageiro de sua majestade.” (MIRANDA, 1989, p.309)

(9) POSICIONAMENTO ENUNCIATIVO DO NARRADOR

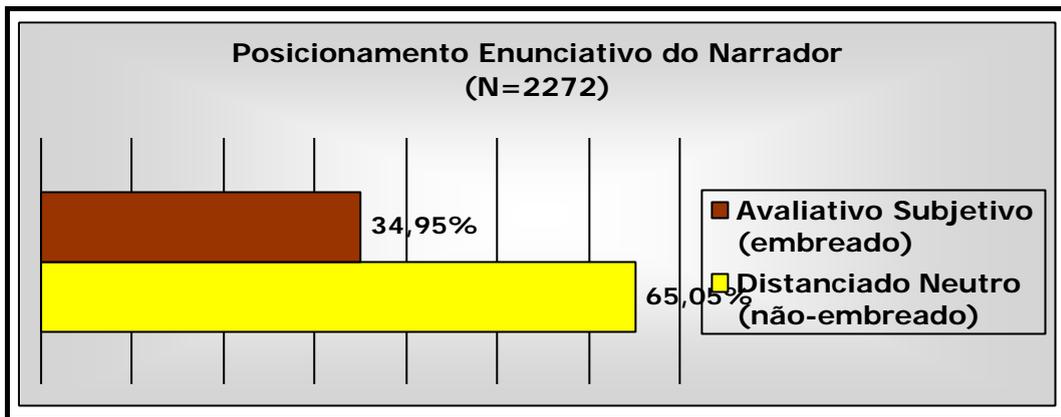


Gráfico 15- Posicionamento Enunciativo do Narrador nos capítulos/subcapítulos de Boca do Inferno

O posicionamento enunciativo do narrador foi **distanciado/neutro (não-embreado)**: $11478/2272=65,05\%$, confirmando-se a hipótese de não-envolvimento do narrador:

(76)“A tarde começava a cair. Vieira viu pescadores que vendiam peixes, lagostas, lagostins, mariscos; beneditinos ofereciam verduras nos alforjes dos burricos; ganhadeiras vendiam rendas, panos pendurados em grades, pequenas peças de prata ou madeira. [...]”(MIRANDA, 1989, p. 187)

Apresentamos, a seguir, os resultados relativos ao epílogo da obra *Boca do Inferno*.

(1) MODO, TEMPO E VOZ VERBAL

Pelos resultados obtidos, (cf. Tabela 1), pôde-se constatar que:

TEMPOS SIMPLES/MODOS				TEMPOS COMPOSTOS/MODOS			LOCUÇÃO VERBAL	
INDICATIVO N= 247	SUBJUNTIVO N=11	IMPERATIVO N=0	INFINITIVO N=2	INDICATIVO N=7	SUBJUNTIVO N= -	INFINITIVO N=1	N=18	
Pres. 5/247=2,02%	Pres. 0	Afirmativo 0	Pessoal 2/2= 100%	Pretérito Perfeito 1/7=14,29%	Pretérito Perfeito 0	Pessoal 1/1=100%	Auxiliar Acurativo 3/18=16,67%	Pretérito Perfeito do Indicativo 2/18=11,12%
								Futuro do Presente do Indicativo 1/18=5,55%
Pret. Imperf. 84/247= 734,01%	Pret. Imperf. 11/11= 100%	Negativo 0	Impessoal 0	Pretérito mais-que-perfeito 6/7=85,71%	Pretérito mais-que-perfeito 0	Impessoal 0	Auxiliar Modal 13/18=72,22%	Pretérito Perfeito do Indicativo 4/18=22,22%
								Pretérito Imperfeito 7/18= 38,89%
								Presente do Indicativo 2/18=11,12%
Pret. Perf. 133/247= 53,85%	Fut. 0	0	0	Futuro do Presente 0	Futuro do Presente 0	0		
Pret.mais-que-perf. 25/247= 10,12%	0	0	0	Futuro do Pretérito 0	0	0		
Fut. do Pres. 0	0	0	0	0	0	0	Auxiliar Causativo 2/18= 11,11%	Pretérito Perfeito 1/18=5,55%
								Futuro do Pretérito 1/18=5,55%
Fut.do Pret. 0	0	0	0	0	0	0	Auxiliar Sensitivo 0	0

Tabela 4 - Modo, Tempo e Voz Verbal no epílogo de Boca do Inferno

VOZ VERBAL						
ATIVA	PASSIVA			REFLEXIVA		PASSIVIDADE
N= 286	N=11/286=3,85			N= 2/286=0,70		N= 0
N= 273/286= 95,45%	Ação	Estado	Mudança de Estado	0	Pronominal	
	9/11=81,82%	0	2/11= 18,18%	0	2/2=100%	0

Tabela 4 - Modo, Tempo e Voz Verbal no epílogo de Boca do Inferno

- no epílogo, o **pretérito perfeito do modo indicativo** predominou (33/247=**53,85%**), seguido pelo pretérito imperfeito do modo indicativo (84/247=34,01%) e pelo pretérito mais-que perfeito (25=10,12%);
- no modo subjuntivo/tempo simples, o **pretérito imperfeito** foi categórico (11/11=**100%**);
- no modo imperativo não foram registradas ocorrências;
- no infinitivo, o modo pessoal foi categórico (2/2=**100%**);
- nos tempos compostos do modo indicativo, o **pretérito mais-que-perfeito** foi predominante (6/7=**85,71%**);
- nos tempos compostos do modo subjuntivo não foram registradas ocorrências;
- nas locuções verbais, os **auxiliares modais** se destacaram com 13/18=**72,22%**.
- nas vozes verbais, a preponderância é a da **voz ativa** (273/286=**95,45%**);
- na passiva, predominou a **de ação** com 9/11=**81,82%**;
- na **voz reflexiva**, a modalidade **pronominal** foi categórica (2/2=**100%**).

A interpretação desses resultados relativos ao MODO, TEMPO e VOZ VERBAL serviram de base para a qualificação dos demais grupos de fatores.

(2) SITUAÇÃO COMUNICATIVA (mundo comentado/mundo narrado)

Variável	Mundo Comentado	Mundo Narrado
Pres. Ind.	5/247= 2,02%	
Aux. Modais (Pres. Indl)	12/18= 11,11%	
Pretérito Perfeito simples		133/247= 53,85%
Pret. imp. Ind.		84/247= 34,01%
Pret. mais que-perf. simples		25/247= 10,12%
Aux. modais (Pret. imp. Ind.)		7/18= 38,89%
Aux. Modais (Pret. per. Ind.)		4/18= 22,22%

Tabela 5- Situação Comunicativa no epílogo de Boca do Inferno

Neste grupo de fator, o tempo mais freqüente foi o **mundo comentado** no **presente do indicativo** com 5/247=**2,02%**; nas locuções verbais predominaram os **auxiliares modais** no **presente do indicativo** (2/18=**11,11%**).

No **mundo narrado**, o **pretérito perfeito** foi o mais atuante (133/247=**53,85%**), seguido pelo pretérito imperfeito (84/247=34,01%) e pelo pretérito mais-que-perfeito (25/247=10,12%). Nos **auxiliares modais**,

predominou o **imperfeito do indicativo** (7/18=38,89%), seguido pelo pretérito perfeito (4/18=22,22%).

O tempo verbal predominante no epílogo foi o **pretérito perfeito** de aspecto pontual; nos intróitos, preponderou o imperfeito narrativo.

Em (77), temos um exemplo da situação comunicativa que mais se destacou na análise do epílogo, a do mundo narrado:

(77)“ANICA DE MELO recebeu de volta sua casa de alcouce, ali permanecendo por alguns anos, sempre visitada por Gregório de Matos, mesmo casado.

Quando do degredo do poeta, Anica de Melo partiu para Angola, na esperança de reencontrá-lo. Porém sua embarcação socobrou perto da costa da África, num ataque de corsários holandeses. Anica de Melo morreu, afogada, a poucas léguas de Gregório de Matos, sem que o poeta jamais soubesse de sua morte. (MIRANDA, 1989, p.329-330)

(3) TIPO DE SEQÜÊNCIA NA INSCRIÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL

(descritiva/ narrativa)

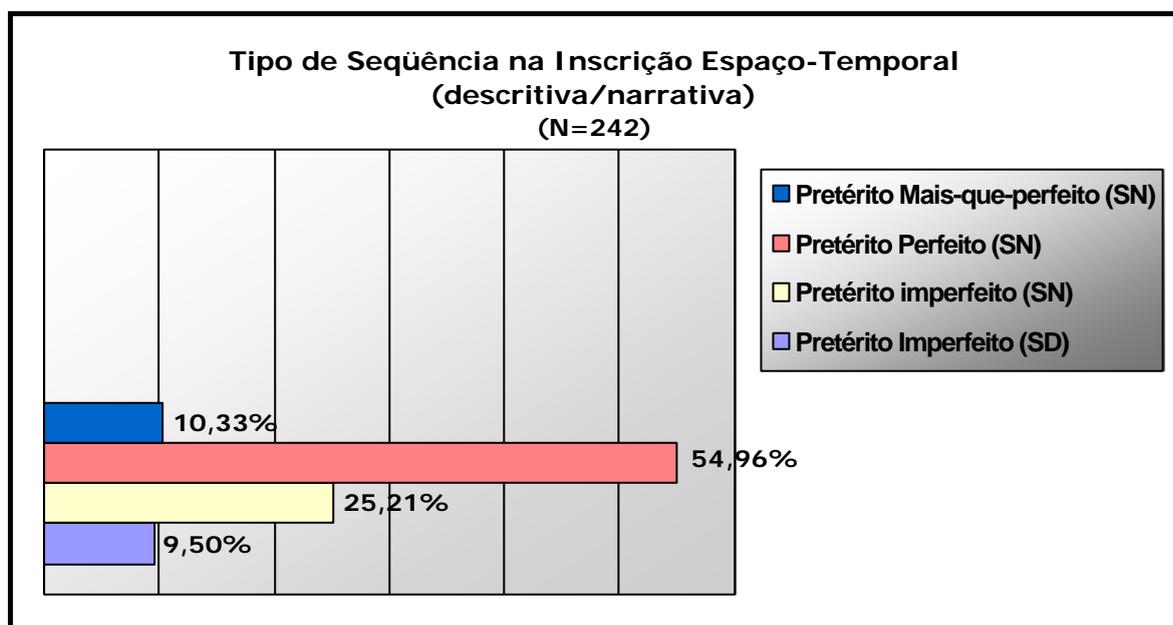


Gráfico 16- Tipo de Seqüência na Inscrição Espaço-Temporal no epílogo de Boca do Inferno

Recorde-se que as seqüências descritivas são codificadas pelos verbos prototípicos do *presente* e do *pretérito imperfeito* do modo indicativo. Já as seqüências narrativas são codificadas pelo pretérito imperfeito, pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito e futuro do pretérito no modo indicativo.

Os resultados apurados para análise para esse fator foram:

- nas seqüências descritivas o **pretérito imperfeito** foi o mais atuante (23/242=9,50%);
- nas seqüências narrativas, o **pretérito perfeito** (133/242=54,96%), seguido pelo pretérito imperfeito (61/242= 5,21) e pelo pretérito mais-que-perfeito (25/242=10,33%).

Vejam-se o exemplo dessa seqüência preponderante:

(78)“GREGÓRIO DE MATOS permaneceu no Recôncavo ainda algum tempo. Esqueceu-se de Maria Berco. Durante o período de governo do marquês de Minas, teve paz. Voltou a advogar. Apaixonou-se por Maria de Povos, uma viúva, negra, pobre, com quem se casou. Desse casamento, do qual recebera um dote dado pelo tio da noiva, teve um filho que chamou de Gonçalo, em homenagem ao filho ilustre de Bernardo Ravasco. O amor de Gregório de Matos por Maria de Povos foi cantado em lindos versos pelo poeta.” (MIRANDA, 1989, p. 321)

A correlação entre o tipo de seqüência e a situação comunicativa foi, portanto, confirmada.

(4) MODOS DO DISCURSO (realis/irrealis)

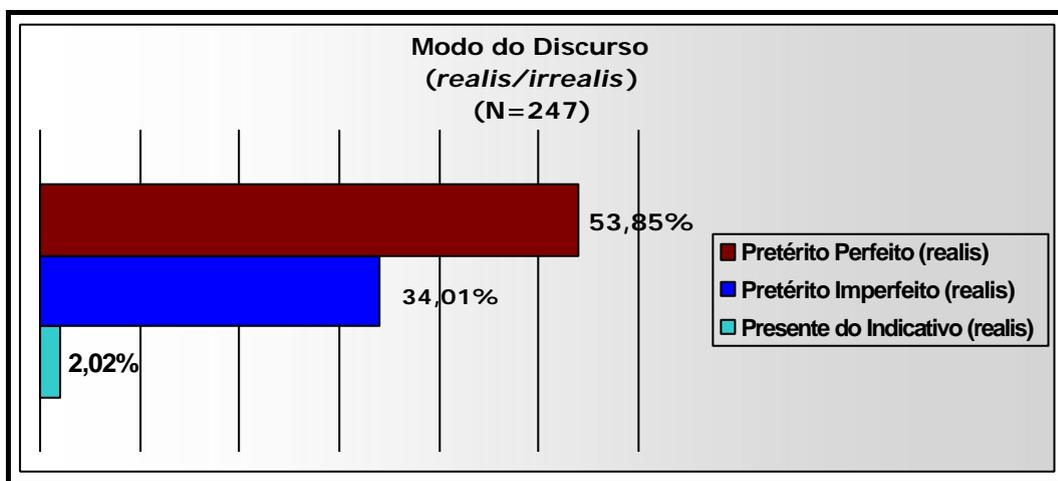


Gráfico 17- Modos do Discurso no epílogo de Boca do Inferno

Relembre-se que o modo *realis* é codificado pelo *presente*, *pretérito imperfeito* e *pretérito mais-que-perfeito* do modo indicativo; o *irrealis*, pelo *futuro do presente* e do *futuro do pretérito*, tempos simples do indicativo.

No modo *realis*, o tempo mais freqüente foi o **pretérito perfeito** (133/247=53,85%), seguido pelo pretérito imperfeito (84/247=34,01%), pelo pretérito mais-que-perfeito (25/247=10,12%) e, pelo presente, com ínfimos 2,02%.

No modo *irrealis*, tanto o *futuro do presente* quanto o *futuro do pretérito* não ocorreram, ausência esta que sinaliza que o narrador expressa os relatos dos acontecimentos e ações com base em verdades factuais.

Diante dos resultados, constatamos que, no epílogo, o modo *realis* foi categórico e o tempo verbal preferencial foi o *pretérito perfeito*.

Em (79), exemplificamos o modo de discurso preponderante no epílogo:

(79) “ANTÔNIO DE SOUZA DE MENEZES, vigésimo quinto governador e capitão-general do Brasil, jamais esqueceu seu ódio por Vieira. Viveu o resto de seus dias atormentado pelo rancor e pelo arrependimento de seu pecado cometido por anos que passou recolhido na quinta de Olivais. Vieira foi o único homem a saber que perversão fora essa, porém nunca a revelou. Ouvira-a em Lisboa, quando o Braço de Prata, então nomeado governador de Campo Maior, o procurava par que intercedesse a favor de um marujo preso pelo assassinato de uma marquesa.” (MIRANDA, 1989, p. 327-328)

(5) MOMENTOS ESTRUTURAIS CONSTITUTIVOS DO SISTEMA TEMPORAL (anterioridade, simultaneidade e posterioridade)

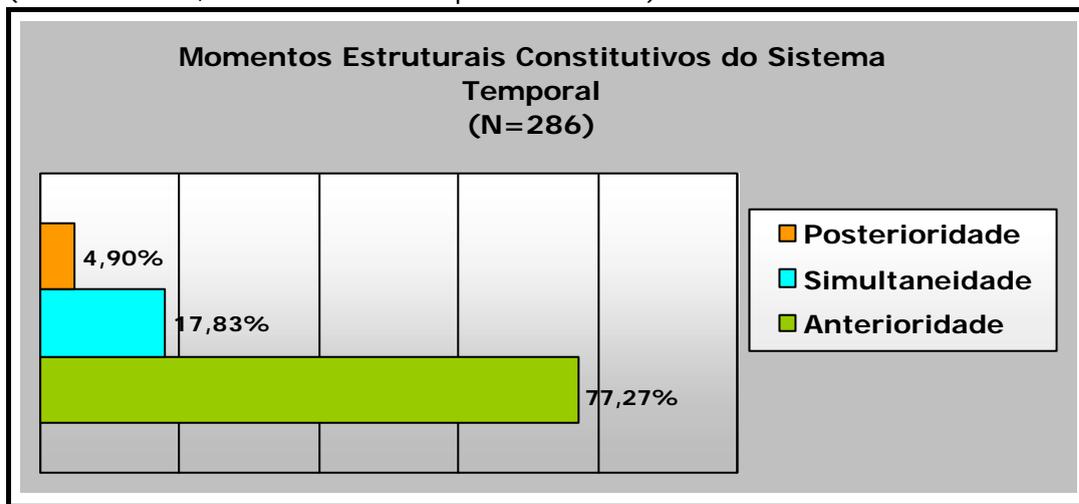


Gráfico 18- Momentos Estruturais Constitutivos do Sistema Temporal no epílogo de Boca do Inferno

Neste grupo de fator, os momentos estruturais foram assim codificados:

- anterioridade, com $221/286 = 77,27\%$;
- simultaneidade, com $51/286 = 17,83\%$;
- posterioridade, com $14/286 = 4,90\%$.

No que diz respeito ao modo, tempo e voz verbal (cf.Tabela 1), pôde-se perceber a correlação existente entre os momentos estruturais

constitutivos e a situação comunicativa: o tempo verbal preponderante foi o pretérito perfeito.

Vejam-se o exemplo do momento estrutural constitutivo mais freqüente, o da anterioridade :

(80) “Em 1696, Vieira ficou completamente cego e parcialmente surdo. Mesmo assim, ditou cartas, que José Soares escrevia. Uma delas, a Sebastião de Matos e Souza, sobre a discórdia dos mercadores com os senhores de engenho a respeito do preço de seu produto. Defendeu o abatimento do preço do açúcar, todavia com a balança na mão, de maneira que também se abatessem os preços das outras coisas. Mas considerou uma injustiça que crescessem os preços em Portugal e Angola.” (MIRANDA, 1989, p. 324)

O momento de referência (MR), nesse excerto é o ano de 1696: nele, os acontecimentos referentes ao Padre Vieira se apresentam em cadeias sucessivas concomitantes (*ditou cartas/defendeu o abatimento/considerou injustiça*). Por isso, esses fatos foram codificados no pretérito perfeito, o tempo por excelência da narração. Nesse exemplo, o momento de referência (MR) é anterior ao momento da fala (MF) e ao momento do evento (ME).

(6) **PONTO DE VISTA DA NARRATIVA** (narrador onisciente intruso, narrador onisciente neutro, narrador-testemunha, narrador-protagonista, onisciência seletiva múltipla e onisciência seletiva)

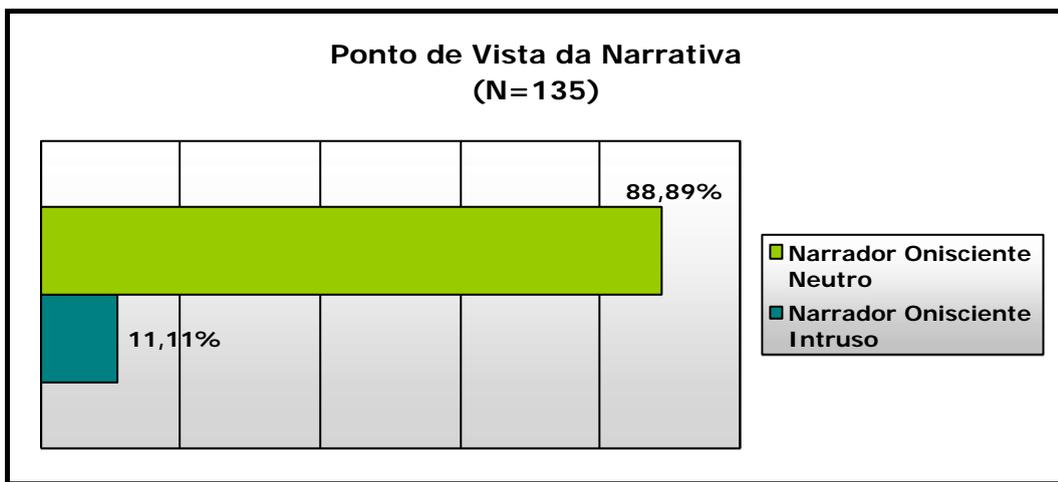


Gráfico 19- Ponto de Vista da Narrativa no epílogo de Boca de Inferno

Nos intróitos, o ponto de vista da narrativa foi codificado pelos seguintes tipos de narradores:

- **onisciente neutro** com 120/135=**88,89%** ;
- **onisciente intruso** com 15/135=11,11%.

Este fator objetivou correlacionar os tipos de narrador às pessoas do discurso, e observar o grau de envolvimento do narrador. Os resultados apontaram o narrador onisciente neutro com o índice mais elevado (**88,89%**):

(81)“Refugiado na Ilha da Madre de Deus, o poeta foi traído por Gonçalo Ravasco, que lhe enviou uma carta marcando um encontro. No local acertado, Gregório de Matos deparou-se com os guardas de João de Lencastre, que o prenderam.

Algum tempo depois, Gregório de Matos despediu-se, para sempre, da cidade que tanto amava e odiava. Adeus praia, adeus cidade, adeus povo, adeus Bahia, adeus canalha infernal.” (MIRANDA, 1989, p. 322)

(7) TIPO DE SEGMENTO DE RELATO (relato de palavras, fala das personagens; relato de acontecimento, fala do narrador)

TIPO DE SEGMENTO DE RELATO	
Variável	%
Relato de palavras (fala das personagens)	0
Relato de palavras (fala do narrador)	135/135=100%

Tabela 6- Tipo de Segmento de Relato no epílogo de Boca do Inferno

No epílogo, o **relato de acontecimento**, característico da fala do narrador, foi categórico. A categorização desse fator de posicionamento enunciativo foi codificada através do discurso indireto, modalidade de discurso relatado do qual o enunciador se vale para expressar o discurso de outrem, porque o narrador que se apresenta nessa parte não é protagonista, é um narrador onisciente.

O objetivo pretendido foi atingido: o segmento de relato, de aplicação categórica no epílogo é próprio da **fala do narrador**, sinalizando uma situação comunicativa própria do mundo narrado.

Em (82), temos um exemplo da modalidade de relato acontecimento/fala do narrador:

(82)“ANTÔNIO VIEIRA, sempre doente, prosseguiu no trabalho de seus sermões. Até 1689, fez imprimir, a cada ano, um volume de sermões e, a partir daí, um a cada dois anos. Revisava penosamente suas anotações e esboços, e escrevia com sua própria mão, apesar de ter apenas uma vista. Padre Soares, sempre a seu lado, ajudava-o neste trabalho.” (MIRANDA, 1989, p. 32)

(8) VOZES ENUNCIATIVAS DAS PERSONAGENS (discurso direto, forma marcada; discurso indireto, forma marcada; discurso indireto livre, forma não-marcada)

VOZES ENUNCIATIVAS DAS PERSONAGENS		
Variável		%
Discurso Direto (forma marcada)		-
Discurso Indireto (forma marcada)	135/135	100%
Discurso Indireto Livre (forma não-marcada)	-	-

Tabela 7- Vozes Enunciativas das Personagens no epílogo de Boca do Inferno

As vozes enunciativas das personagens foram codificadas no *discurso indireto* (DI, 135/135=100%). Nesse fator, a correlação que se supunha haver entre as vozes enunciativas das personagens e o tipo de segmento de relato se confirmou, pois ambos os índices se apresentaram de forma categórica.

Em (83), exemplificamos a voz enunciativa no discurso indireto:

(83) “Em Recife, o poeta foi proibido de escrever suas sátiras. Trabalhou como advogado, num escritório decorado com bananas. Andava nu, assustando as pessoas. Sem recursos, doente, viveu até 1695, escrevendo sonetos e, é claro, sátiras. Jamais se afastou de suas crenças, de sua intimidade com as mulheres e com Deus [...].” (MIRANDA, 1989, p. 322)

(9) POSICIONAMENTO ENUNCIATIVO DO NARRADOR

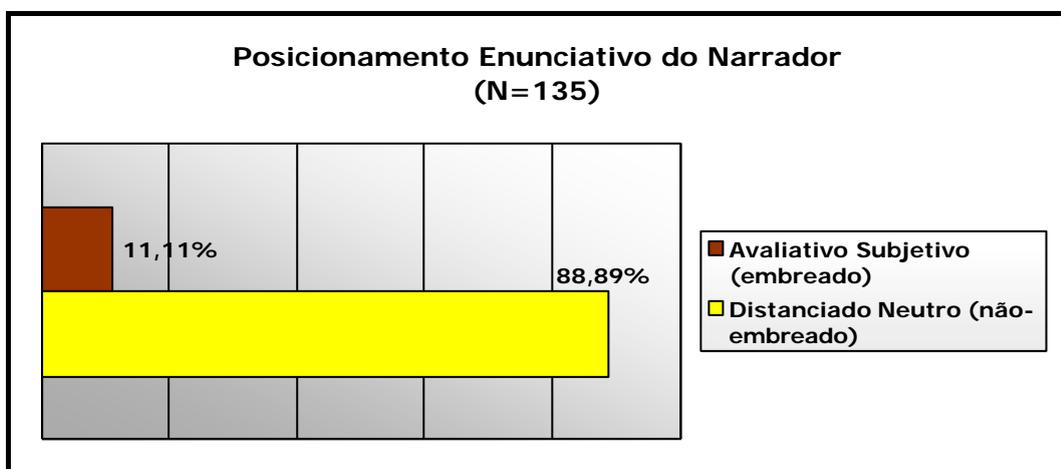


Gráfico 20- Posicionamento Enunciativo do Narrador no epílogo de Boca do Inferno

Na apuração dos resultados, constatamos a liderança do **narrador distanciado neutro**, não-embreado (120/135=**88,89%**), como previsto no objetivo postulado para esse grupo de fator.

Em (84), ilustramos esse tipo categórico do epílogo:

- (84) “[...] Gregório de Matos, morreu, com cinquenta e nove anos, em Recife. Foi enterrado na capela do hospício de Nossa Senhora da Penha. A capela foi demolida, não restando nenhum vestígio de Gregório de Matos e Guerra. Suas poesias foram registradas num livro, pelo povo, a pedido do governador João de Lancastre. O livro ficava aberto numa sala do palácio e havia, às vezes, fila de pessoas com sátiras e poemas líricos nas mãos, ou de cor, para serem transcritos. Poucos sabiam se tais escritos eram realmente de Gregório de Matos, mas ele fora o grande mestre nas sátiras, nas imprecações, nos xingamentos condenatórios, na ridicularização da autoridade e das instituições, na ambivalência, no preconceito, na dessacralização, na profanação, nas histórias escatológicas, sexuais, e nos amor. Tudo que se escrevesse, afinal, sobre esses temas, era um pouco de Gregório de Matos.” (MIRANDA, 1989, p. 322)

“As línguas e a linguagem inscrevem-se num espaço real, num tempo histórico e são faladas por seres situados nesse espaço e nesse tempo.” (FIORIN, 2002, p. 9 - 10)

Desde o início, foi nosso propósito encetar uma pesquisa sobre a temporalidade verbal para além das discussões gramaticais, para além do nível frasal, propondo uma interface entre a Literatura e a História. Por isso, escolhemos a obra *Boca do Inferno*, de Ana Miranda, por tratar-se de um gênero – o romance histórico - caracterizado como uma metaficção historiográfica que, acreditamos, possibilitaria o estudo da expressão da temporalidade verbal no entrelaçamento do discurso ficcional e do histórico.

Ao nos propormos desvendar a expressão da temporalidade nos painéis históricos, em que atuam tanto personalidades históricas, citadas ou integrando o pano de fundo das narrativas, ou personagens fictícias atuando na ambiência histórica recriada, pudemos melhor compreender, no dizer de Maingueneau, o quanto, no romance de cunho histórico, o mundo real que a obra pretende representar como um mundo exterior a ela só é, de fato, acessível através do universo discursivo instituído pela obra e através do discurso oblíquo que mantém sobre ele.

Sendo assim, concebemos o TEMPO constituído a partir de eventos e suas relações, um tempo que depende da posição do observador, da simultaneidade, da sucessividade, anterioridade ou posterioridade dos eventos, da sua dimensão com respeito a um observador, a um ponto de vista, histórico e ideologicamente situado, tomado como um sistema de referência, dentro do qual a expressão temporal se engendra. É nesse sentido que entendemos que o verbo é a categoria gramatical que mais comumente assume a tarefa de situar historicamente o tempo e o processo da comunicação.

É, portanto, com base nesse recorte de focalização que passamos a apresentar os aspectos mais relevantes da pesquisa empreendida.

O estudo sobre a expressão da temporalidade no romance *Boca de Inferno*, de Ana Miranda, teve como objetivo analisar o tempo como categoria verbal e a sua projeção discursiva na narrativização, à luz da teoria discursiva da temporalização, examinando a instalação do tempo no enunciado, a demarcação

dos intervalos do tempo em que se situa o fato, evento ou estados de coisas expressos pelo verbo (simultaneidade, anterioridade e posterioridade) e a correlação entre tempo verbal, posicionamento enunciativo e voz enunciativa.

A partir da constatação de que, nesse romance, havia uma ambivalência constitutiva, configurada através de uma ruptura entre a figura do narrador-historiador e a do narrador-personagem, empreendemos uma análise da situação comunicativa expressa pelos tempos e modos verbais, visando a estabelecer uma correlação entre ponto de vista, posicionamento enunciativo e voz enunciativa.

O confronto entre as questões fundadoras e os resultados obtidos através do levantamento, por amostragem, dos intróitos, dos capítulos/subcapítulos e do epílogo, permitiu-nos demonstrar que:

- no jogo de interferências entre os tempos do narrador e os tempos dos personagens, ou seja, do posicionamento ou ponto de vista da narração, a figura de um narrador distanciado e neutro se sobressaiu, no intuito de se transverter para o leitor como um narrador-historiador;
- na estrutura composicional do romance, a situação comunicativa mais freqüente foi a do mundo narrado, em face da categorização dos verbos prototípicos da modalidade narrativa; nos intróitos, o pretérito imperfeito narrativo preponderou e, nos capítulos/subcapítulos e no epílogo, o pretérito perfeito;
- na configuração dos momentos estruturais constitutivos do sistema temporal, em função do papel prototípico do pretérito imperfeito e do perfeito como tempos do narrar, a anterioridade prevaleceu na situação comunicativa, sinalizando ações pontuais, no modo *realis*;
- na organização da progressão temática, o tempo verbal predominante nos intróitos foi o pretérito imperfeito, inserido em seqüências descritivas, o tipo mais marcante de inscrição espaço-temporal. Já nos capítulos/subcapítulos e no epílogo, o tempo verbal mais freqüente foi o pretérito perfeito, inserido em seqüências narrativas, espaço prototípico das ações das personagens na trama narrativa;

- no posicionamento enunciativo, a mensuração do grau de envolvimento do narrador foi codificada através de enunciados não-embreados, refletindo tendência de distanciamento e imparcialidade por parte do narrador, uma das características do romance histórico, herdada do discurso da História;
- na codificação do tempo e modo verbal, o modo *realis*, factual, codificado pelo pretérito perfeito, foi o mais marcante, conferindo um teor de verossimilhança na obra *Boca do Inferno*, teor este que, no entanto, se cinde entre o pretendido rigor historiográfico, patente na indisfarçável pesquisa em que se assenta a obra, e a paródia intertextual da metaficção historiográfica, o *pastiche*;
- na codificação das vozes enunciativas das personagens, o discurso indireto em segmentos de relato de acontecimento, próprios da fala do narrador, foi o mais recorrente;
- na ambivalência constitutiva entre a temporalidade narrativa ficcional (ponto de vista e voz enunciativa) e a temporalidade histórica (tempo dos acontecimentos, congelado na história), observou-se uma estrutura truncada da temporalidade verbal entre o pretérito perfeito e o imperfeito, tempos que habitualmente expressam o mundo narrado; tal ruptura, reflexo dessa ambivalência, instaurou uma estratégia argumentativa intencional, provocando, em um mesmo segmento narrativo, um deslocamento do ponto de vista do narrador-historiador, codificado pelo pretérito perfeito, para aquele do narrador onisciente intruso, codificado pelo pretérito imperfeito narrativo: assim transvertido, pôde o narrador tecer comentários subjetivo-avaliativos, permeados por um tom satírico, sobre os costumes da época e sobre a cidade de Salvador, seus desmandos e sua devassidão.

Para finalizar, recorreremos a uma licença poética, no intuito de sugerir uma correlação entre a temática da obra *Boca do Inferno*, cujo contexto são os desmandos da Bahia do final do século XVII, e os contextos dos desmandos do nosso Brasil do século XXI, inspirando-nos nos atemporais versos de Cazusa: "*Eu vejo o futuro repetir o passado/ Eu vejo um museu de grandes novidades/O tempo não pára/Não pára, não, não pára.*"

- ADMONI, W. **Der deutsche Sprachbau**. München: C.H. Beck Verlag. 1970 (Original russo de 1966).
- AGOSTINHO, Santo. **Confessions**. Paris: Les Belles Letres, t.2. 1989.
- AGUIAR, Flávio et al. (Org.). **Gêneros de fronteira**: cruzamentos entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1987.
- AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel de. **A estrutura do romance**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1974.
- AINSA, Evelyn F. **La nueva novela histórica latinoamericana**. México: Plural, 1991.
- ALI, Manuel Said. **Gramática secundária da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- ARISTÓTELES. Poética. In: _____. **Os pensadores**: Aristóteles. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1999. p. 37-75.
- AZEVEDO, Ivete Monteiro de. **Seqüências avaliativas no discurso pedagógico de formação de professores**. 2004. 100f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BALLY, Charles. Syntaxe de La modalit  explicite. **Cahiers Ferdinand de Saussure**. V. 2, , 1942.
- BARBOSA, Jeronymo Soares. **Grammatica philosophica da lingua portugueza**: princípios da grammatica geral applicados a nossa linguagem. 3. ed. Lisboa: Typographia da Academia, 1862.
- BARBOSA, Sidney; GOMES, Clarissa Rodrigues Pinheiro. O coro de vozes em *Relato de um certo Oriente* de Milton Hatoum. **Revista Estudos Ling sticos**. Araraquara, n. 35, p. 472-481, 2006.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Trad. Mário Laranjeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. O novo romance histórico brasileiro. **Via Atlântica, outros ensaios**, n. 4. , p. 169-177, out. 2000.
- BECHARA. Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. (rev.e ampl.) Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BENJAMIM. Walter. O Narrador. In: _____. **Obras escolhidas**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 205.

BENTHAM, Jeremy; MILL, John Stuart. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**: sistema de lógica dedutiva e indutiva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores; v. 34).

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II**. Campina: Pontes, 1989.

_____. **Problemas de lingüística geral I**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: Educ, 1999.

CÂMARA JR., Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Aparecida Lino Pauliukonis; Ida Lúcia Machado (Org.). São Paulo: Contexto, 2008.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Aspecto verbal no português falado. In: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (Org.). **Gramática do português falado**, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002. p. 83-121.

COMRIE, Bernard. **Aspect**: an introduction to the study of verbal aspect and related problems. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

CORÔA, Maria Luiza Monteiro Sales. **O tempo nos verbos do português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CUNHA, Celso Ferreira; CINTRA, Luiz Filipe Lindley. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ELIAS, Nobert. **Sobre o tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

D'ONOFRIO, Salvatore. **Teoria do Texto**: prolegômenos e teoria da narrativa. São Paulo: Ática, 1995, v.1.

FARACO, Carlos Alberto et. ali. **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto**: leitura e redação. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998a.

_____; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto**: leitura e redação. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998b.

FONSECA, Arlene da. **O domínio discursivo religioso**: as faces do imperativo e de seus efeitos no fiel. 2005. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos)_Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

FONSECA, Arlene da . **O imperativo no português**: uma visão pragmático-funcional. 2000. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa)_Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

FRIEDMAN, Norman. Point of view in fiction, the development of a critical concept. In: STEVICK, Philip. **The theory of the novel**. New York: The Free Press, 1967.

GENETTE, Gérard. **Figures III**. Paris: Seuil, 1972.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GOMES, Renato Cordeiro. O histórico e o urbano - Sob o signo do estorvo – Duas vertentes na narrativa brasileira contemporânea. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, n. 3. 1996.

HUTCHEON, Linda. Historicizando o pós-moderno: a problematização da história. In: **Poética do pós-modernismo**: história, teoria e ficção. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

ILARI, Rodolfo. **Gramática do português falado** : níveis de análise lingüística. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992. v.2.

_____. **A expressão do tempo em português**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. Aspecto verbal: no português falado. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. (Org.). **Gramática do português falado**: novos estudos descritivos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. v. 8. p .83-87.

IMBS, Paul. **L'emploi des temps verbaux em francais moderne**. Essai de grammaire descriptive. Paris: Klincksick. 1968.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica do capitalismo tardio. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

KLEIN, H. **Tempus, aspekt, aktionsart**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1974.

KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e linguagem**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. 8. ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2003.

LABOV, WILLIAM. **Language in the inner city**: studies in the Black English Vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LACAPRA, Dominick. **History and criticism**. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

LACEY, H. **A linguagem do tempo e do espaço**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O foco narrativo**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1989.

LIMA, Luiz Costa. **Aguarrás do tempo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1980.

LYONS, John. **Semantics**. v. 2. Cambridge: University Press, 1977.

LUKÁCS, Georg. **La novela histórica**. México: Ediciones Era, 1966.

MAINGUENEAU, Dominique. **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Análise de texto de comunicação**. São Paulo: Cortez Editora, 2001a.

_____. **Termos-chave da análise do discurso**. Tradução Márcio Venício Barbosa e Maria Emilia Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: UFMG, 2001b.

_____. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2001c.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et al. (Org.). **Gêneros textuais & ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MATOS, Gregório. **Poemas escolhidos**. Ed. de José Miguel Wisnik. São Paulo: Cultrix, 1975.

_____. **Poemas escolhidos**. Ed. de José Miguel Wisnik. São Paulo: Cultrix, 1989.

MELO, Gladstone Chaves. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

MIGNOLO, Walter. Lógicas das diferenças e políticas das semelhanças: da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa. In: CHIAPPINI, L.; AGUIAR, F. W. (Org.). **Literatura e história na América Latina**. São Paulo: Editora da USP, 1993.

MILTON, Heloísa Costa. **As histórias da história**: retratos literários de Cristóvão Colombo. 1992. 221 f. Tese (Doutorado em Literatura)_Faculdade de Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MIRANDA, Ana. **Boca do Inferno**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

MIRANDA, Neusa Salim. **A configuração das arenas comunicativas no discurso institucional: professores versus professores**. 2000. 196 f. Tese (Doutorado em Educação)_Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2000.

MOISÉS, Massaud. A palavra romance. In.____: Idem. **A criação literária**. 4. ed. (revista e aumentada). São Paulo: Melhoramentos, 1971. p. 165-287.

MORAIS, Eunice de. **Boca do Inferno**: narrativa com duplo centro e narrador bivocal. *Revista Letras*, URPR, Curitiba, n. 60, p. 95-110, jul./dez. 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. A modalidade. In: KOCH, Ingedore G. Villaça. **Gramática do português falado: desenvolvimentos**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p.174. v. 6.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NUNES, Benedito. **O tempo na narração**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

NYE, Russel B. **This almost chosen people: essays in the History of American Ideas**. East Lansing: Michigan State University Press, 1966.

REICHENBACH, H. **Elements of symbolic logic**. New York, Macmillan, 1947.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**: tomo III. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas/SP: Papirus, 1997a.

_____. **Tempo e narrativa**: tomo III. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas/SP: Papirus, 1997b.

SIEWERSKA, Anna. **Functional Grammar**. London, New York. Routledge, 1991.

SILVA, Ademar da. A sobreposição modal em IR + INFINITIVO. In: ABAURRE, M. B. M. ; RODRIGUES, A. C. S. (Org.). **Gramática do português falado: noções de estudos descritivos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. p.479-497. v.8.

SILVA JÚNIOR, Renato Otero. **Galvez Imperador do Acre**: o discurso do romance e a ficcionalização da história. 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado em Letras)_Faculdade de Letras. Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS. 2006.

SILVIANO, Santiago. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SIMONIN-GRUMBACH, J. Pour une typologie de discours. In: KRISTEVA, J. et al. **Langue, discours, société**. Paris: Seuil, 1975. p. 82-121.

SINDER, Valter. A reinvenção do passado e a articulação de sentidos: o novo romance histórico brasileiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, p. 253-264, 2000.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma velha história. Trad. Denise Bottmann. In: **Revista de História**. Campinas, n.º 2, p. 12-27, 1991.

TODOROV, Tzvetan. **Mikhail Bakhtine, le principe dialogique**. Paris, Seuil, 1981.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O aspecto verbal no português**. 3. ed. Uberlândia: EDUFU, 1994.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra/Portugal: Almedina, 2001.

WEINHARDT, Marilene. As vozes documentais no discurso romanesco. In: FARACO, C. A. et al. (Org.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

WEINRICH, Harald. **Estructura y funcion de los tiempos en el lenguaje**. Madrid: Gredos, 1968.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: _____. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

FONTES DIGITAIS

ARISTÓTELES. **Arte poética**. [S.l.]: Virtual Books, 2001. Disponível em: <File:///C:/site/livros_gratis/arte_poetica.htm> Acesso em: 13 de nov. de 2007.

CEIA, Carlos (Coord.). **E-Dicionário de termos literários**. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/edtl> > Acesso em: 21/11/2007. ISBN: 989-20-0088-9.

DIMAS, Antônio. **Boca do Inferno**. Disponível em: http://www.anamirandaliteratura.hpgvip.ig.com.br/boca_do_inferno.htm> Acesso em: 24 de set. de 2006.

_____. **Boca do Inferno**. Disponível em :<<http://www.resumodelivros.com.br/anamiranda/boca-do-inferno/>> Acesso em: 5 de set. de 2007a; MIRANDA, Ana. Boca do Inferno.

_____. **Boca do Inferno**. Disponível: http://www.ig.com.lbr//paginas/novoigler/livros/selecaobraspoeticas_gregoriomatos/index.html > Acesso em 24 de nov. de 2007b.

ENCICLOPÉDIA Britannica do Brasil, 2007, p. 3. Disponível em <<http://orbita.starmedia.com/~stargate2/romance.htm>> Acesso em: 27 abr. 2007.

FIGUEIREDO, Vera Follain. O romance histórico contemporâneo na América Latina. **Net**, Rio de Janeiro, UERJ. Disponível em: <<http://members.tripod.com/~filipe/Vera.htm> 1>. Acesso em: 25 de out. de 2007.

GONZÁLEZ, Mário Miguel . Revista Eletrônica Dos Hispanistas Do Brasil. **Net**, Niterói, v. I, n. 2 , jul. ago. set. Disponível em: <<http://www.hispanista.com.Br/revista/artigo13.esp.hrtm>> Acesso em 5 de set. de 2006.

_____. O romance que lê as leituras da história. **Net**, São Paulo. Hispanista: primeira revista eletrônica de los hispanista de Brasil. Disponível em: <http://www.hispanistas.com.br/revista/artigo13.esp.htm>. Acesso em 05 de nov. de 2007.

MAESTRI, Mário. História e romance histórico:fronteiras. Novos Rumos. **Net**, Passo Fundo, ano 17, n. 36, p.1-7, 2002.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de; ALVES, Gabriela Santos. Os desafios teóricos da história e a literatura. **Net**, Vitória. Disponível em: <<http://anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol1n2/historialiterat.htm>>. Acesso em: 16 de out. de 2007.

MIRANDA, Ana. Boca do Inferno. **Boca do Inferno**. São Paulo, 1989. Disponível em: <<http://www.jayrus.art.br/apostila/litgeraturabrasileira/contemporanea/anamiranda>> Acesso em: 18 de ago. de 2006.

NETO, João Soares. **Jornal de poesia**. Disponível em: <http://www.revista.agulha.nom.br/jsoaresneto1.html/entrevista> Ana Miranda/fev. 2008. Acesso em 16 de mar. de 2008.

PERES, Edna Castilho. Os meandros do tempo em *A guerra do fim do mundo* de Mario Vargas Llosa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS, 2., 2002, São Paulo. **Proceedings online**. Associação Brasileira de Hispanistas, Disponível em: <http://www.Proceedings.scielo.br/scielo>. Acesso em: 22 de out. de 2007.

REVOLUÇÃO FRANCESA. In: Brasil Escola. 2006. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiag/revolucao-francesa.htm>> Acesso em: 14 de mai. de 2006.

USINA DE LETRAS. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php>. Acesso em: 01 de mai. de 2008.

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE LETRAS**

**A EXPRESSÃO DO TEMPO NO ROMANCE HISTÓRICO:
um estudo em *Boca do Inferno*
de Ana Miranda**

IVETE MONTEIRO DE AZEVEDO

Niterói/RJ

2008

1- A CIDADE

A cidade fora edificada na extremidade interna meridional da península, a treze graus de latitude sul e quarenta e dois de longitude oeste, no litoral do Brasil. Ficava diante de uma enseada larga e limpa que lhe deu o nome: Bahia.

A baía, de pouco mais de duas léguas, começava na ponta de Santo Antônio, onde tinha sido edificada a fortaleza do mesmo nome, e terminava aos pés da ermida de Nossa Senhora de Monserrate. No meio deste golfo estava a cidade, sobre uma montanha de rocha talhada a pique na encosta que dava para o mar, porém plana na parte de cima; este monte era cercado por três colinas altas, sobre as quais se estendiam as povoações. Ao sul, as casas terminavam nas proximidades do mosteiro de São Bento; ao norte, nas cercanias do mosteiro de Nossa Senhora do Carmo. O terceiro extremo da cidade, a leste, era escassamente povoado.

Três fortes, dois em terra e um no mar, defendiam a praia estreita da Bahia. A faixa longa da costa, onde enfileiravam-se armazéns, lojas e oficinas, ligava-se à parte alta por três ruas íngremes. O barulhento molinete dos jesuítas içava a carga pesada entre uma e outra partes da cidade.

Ainda se viam resquícios dos danos causados pelas guerras contra os holandeses, desde quase sessenta anos antes. Ruínas de casas incendiadas, roqueiras abandonadas, o esqueleto de uma nau na praia. Em lugares mais ermos podia-se encontrar, cobertos pelo mato, estepes de ferro de quatro pontas. Perto da porta do Carmo havia, ainda, covas profundas e altos baluartes que tinham servido de trincheira.

Numa suave região cortada por rios límpidos, de céu sempre azul, terras férteis, florestas de árvores frondosas, a cidade parecia ser a imagem do paraíso. Era, no entanto, onde os demônios aliciavam almas para povoarem o Inferno.

2 – O CRIME

Os conspiradores conheciam bem os hábitos de Francisco de Teles de Menezes. Sabiam que, certos dias da semana, ao nascer do sol, o alcaide-mor da cidade da Bahia costumava sair de casa para fornicar uma barregã. Comentavam com sarcasmo que o alcaide era impotente e queria aproveitar sua ereção matinal. Ou talvez precisassem para excitar-se, do silêncio das ruas, naquela hora em que todos, mesmo os boêmios e os vagabundos, dormiam. Ou então, quem sabe, gostasse do hálito morno e da carne combalida que as meretrizes tinham ao final da noite.

Na verdade Teles de Menezes levantava-se muito cedo e sobrava-lhe tempo, àquela hora inútil, para satisfazer sua lascívia. Não que passasse o resto do dia na sala de despacho com seus auxiliares; o alcaide-mor costumava ausentar-se constantemente, todavia para beber aguardente e jogar tabolas com alguns comparsas de sua confiança. Ia à casa da amante com apenas alguns escravos desarmados. Depois despachava rapidamente com o governador e saía para suas arruaças. Naquela manhã, encontraria seu triste destino.

O sexo com prostitutas, ou ex-prostitutas, como era o caso da amante do alcaide-mor, assim como as ciladas de inimigos, eram atividades associadas às sombras da noite, quando Deus e seus vigilantes se recolham e o Diabo andava à solta, as armas e os falos se erguiam em nome do prazer ou da destruição, que muitas vezes estavam ligados num mesmo intuito. Os furtos, passatempos da cidade, também ocorriam à noite. De dia as missas se sucediam interminavelmente, às quais o povo comparecia para expiar suas culpas e assim poder cometer novos pecados: concubinatos, incestos, jogatinas, nudez despuddorada, bebedeiras, prevaricações, raptos,

defloramentos, poligamia, roubos, desacatos, adultério, preguiça, paganismo, sodomia, lesbianismo, glotonaria.

3 – A VINGANÇA

Um galo cantou. Esbranquiçada, a luz da manhã penetrava pela fresta fina e horizontal no alto da parede da prisão onde os conspiradores se encontravam. A luz não chegava ao chão e os homens sentados mal podiam ver uns aos outros. A ração de azeite de três vinténs era pouca para toda a vida, a tigela de barro vidrado com um bico, como uma candeia, fora apagada.

Com os conspiradores estavam mais quatro prisioneiros. Um assassino, dois ladrões, um herético. Além dos presos ali habitavam também alguns ratos. O aspecto dos homens demonstrava o tempo que haviam permanecido na enxovia: os que estavam há mais tempo, mais magros e cinzentos, cabelos e unhas mais longos e sujos.

Havia um estrado com colchão de palha, úmido, para os homens, que se revezavam nas noites de calor ou dormiam costas com costas para caberem todos, nas noites frias.

Antonio de Brito permaneceu imóvel, olhando o raio de luz que incidia no alto da parede. Tateou sua roupa rasgada e cheia de sangue. Sentia os miasmas das fezes e da urina nos recipientes espalhados pela cela. Distante, repicavam os sinos de Sé que anunciavam as missas do amanhecer. Antonio de Brito não conseguiu levantar-se para ir até a cama. Alguém acendeu a candeia e aproximou-se dele. Antonio de Brito viu o rosto de João de Couros. Outros também o cercaram. Examinaram suas mãos ensangüentadas, suas plantas dos pés retalhadas, seus pés queimados. Brito sentia dores terríveis pelo corpo e a cabeça tonta. Levou a mão à boca e percebeu que havia perdido alguns dentes.

Diogo de Souza, o Torto, disse alguma coisa. Antonio de Brito não conseguiu distinguir as palavras mas sentiu um enorme consolo por perceber que não estava mais na cela de tormentos.

4 – A DEVASSA

O código que regia as tramitações do direito na colônia, o mesmo de Portugal, era uma recompilação das Leis extravagantes de direito canônico e das Ordenações afonsinas e Manuelinas. Esse sumário resultou nas Ordenações Filipinas, assim chamadas por terem sido publicadas no tempo de Felipe I de Portugal – e III da Espanha.

Os juriconsultos brasileiros, ouvidores e procuradores, os corregedores, bacharéis, desembargadores, juizes, viviam numa conjuntura sombria e atrasada. Predominava uma mistura incoerente de princípios romanísticos, barbáricos e canônicos. O direito variava entre regras de viver e a definição do pecado.

A casa onde funcionava a Relação era ampla. Da janela podiam-se ver as liteiras e serpentinas passando, entre gente e animais. As paredes no interior eram escuras e cheias de rachaduras, o chão coberto de sujeita e papéis, as tábuas foscas do piso tinham buracos. No primeiro andar ficavam as salas de espera e de audiência. No segundo, mais limpo e bem-cuidado, a sala de reunião da Grande Mesa e salas dos desembargadores. No terceiro, os processos amontoavam-se, jogados uns sobre os outros, sob uma camada de poeira de quase uma polegada; teias com insetos capturados balançavam suavemente ao vento fresco e brando.

Quando não estava viajando em investigações, era ali que Rocha Pita trabalhava. E muito.

5 – A QUEDA

O Recôncavo exercia uma atração irresistível sobre os homens. Era uma espécie de vale de chão de massapé fértil, que terminava no mar, onde pairava um

ar quente e estimulante. Sobre a terra negra banhada pelo oceano limpo, cortada por rios caudalosos, estendiam-se vastos canaviais de diversas tonalidades de verde, alguns dourados pelos penachos leves esvoaçando. Cercas vivas de pinhões demarcavam as propriedades, até a linha do horizonte, dando uma sensação de infinito.

Dentro de cada grande propriedade havia a oficina alta de um engenho real, à beira de águas sempre manantes dos rios e lagoas. Dos galpões saía uma fumaça contínua, de noite as fornalhas espalhavam uma luz vermelha. Montanhas de cana cortada esperavam ser transportadas, à beira dos caminhos.

Mas não havia apenas cana no Recôncavo. De maneira restrita, produzia-se na região cal, algodão, explorava-se a pesca, cultivavam-se mantimentos, fabricavam-se navios e uma indústria baleeira produzia azeite. A lavra do tabaco, em canteiros bem esterçados, ou nas terras queimadas, nos cercados, nos currais, ocupava cada vez mais espaços, como longas tiras verdes escuras, ou de nódoas amarelas, riscadas no chão.

Os partidos de cana ficavam na terra boa de massapé. Na areísca, plantavam-se roças de mandioca e legumes. Pelos rios e pelo mar, havia um movimento contínuo de barcas sem vela, as rodeiras, impulsionadas por varas como remos. Nos caminhos da terra carros de boi trafegavam, carregados de feixes de cana cortada, ou com caixas de açúcar, ou vazios, a ranger.

Muitas florestas estavam pela metade, ou totalmente abatidas, para servir de lenha. Algumas haviam se transformado em pasto para éguas, bois, ovelhas e cabras. Os perus, galinhas e patos viviam em torno das casas da escravaria e das moradas dos capelães, mestres, feitores, purgadores, banqueiros, caixeiros.

As casas dos senhores, com suas capelas e varandas, se elevavam entre o verde da paisagem; eram cenário de recreações, galas, jogos, cerimônias religiosas, dos quais participavam os senhores e suas famílias, os oficiais, sacerdotes capelães, hóspedes.

Nas senzalas, os negros viviam entre trabalho, castigos, folguedos, acidentes, casamentos, doenças, mortes, suicídios, abortos, religiões, sexo.

CAPÍTULOS/SUBCAPÍTULOS *BOCA DO INFERNO* de Ana Miranda

1.1- A Cidade

A. Cap. 1, Subcap. 1, 1ª Part., P.13, § 1º-2º, L. 1-20

“Essa cidade acabou-se”, pensou Gregório de Matos, olhando pela janela do sobrado, no terreiro de Jesus. “Não é mais a Bahia. Antigamente, havia muito respeito. Hoje, até dentro da praça, nas barbas da infantaria, nas bochechas dos granachas, na frente da forca, fazem assaltos à vista.”

Veio à sua mente a figura de Gongora Y Argote, o poeta espanhol que ele tanto admirava, vestido como nos retratos em seu hábito eclesiástico de capelão do rei: o rosto longo e duro, o queixo partido ao meio, as têmporas raspadas até detrás das orelhas. Gongora tinha-se ordenado sacerdote aos cinqüenta e seis anos. Usava um lindo anel de rubi no dedo anular da mão esquerda, que todos beijavam. Gregório de Matos queria, como o poeta espanhol, escrever coisas que não fossem vulgares, alcançar o culteranismo. Saberá ele ele, Gregório de Matos estava ali, no lado escuro do mundo, comendo a parte podre do banquete. Sobre o que poderia falar? *Goza, goza ele color, da luz, El oro*. Tinha sido bom para Gregório se tivesse nascido na Espanha? Teria sido diferente?

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (2ª, p. 13-14)

O governador Antônio de Souza Menezes saiu do palácio e dirigiu-se à igreja dos jesuítas para o sacramento da penitência. Gostava de imaginar que quem estava inquirindo seus pecados era o padre Antônio Viera. Era suas supremas confissões. Nem ele próprio queria recordar-se do que fizera.

*

B. Cap. 1, Subcap. 1, 3ª Part., P.14-15, § 1º - 7º, L. 1-46

As pessoas que caminhavam pela praça naquele momento eram, na maioria, negros escravos ou mestiços trabalhadores. Muitos iam para as igrejas. Os sinos chamavam, repicando.

Da janela, Gregório de Matos acompanhou com os olhos a passagem do governador entre pessoas de diversos mundos e reinos distintos. Reinóis, que chamavam manganos, fugidos de seus pais ou degredados de seus reinos por terem cometido crimes, pobres que não tinham o que comer em sua terra, ambiciosos, aventureiros, ingênuos, desonestos, desesperançados, saltavam sem cessar no cais da colônia. Alguns chegavam em extrema miséria, descalços, rotos, despídos, e pouco tempo depois retornavam, ricos, com casas alugadas, dinheiro e navios. Mesmo os que não tinham eira nem beira, nem engenho, nem amiga, vestiam seda, punham polvilhos. Como profetizara Pietro Caroldo, em 1533, deveriam vir para esta terra os condenados à morte para *domestigar quel paese, rispetto per non metter boni homini dabene a pericolo*. Eram esses os cristãos que vinham, na maior parte, e esses os que caminhavam por ali, tirando persas, magores, armênios, gregos, infiéis e outros gentios. Mermidônios, judeus e assírios, turcos e moabitos. A todos, a cidade dava entrada.

De noite, aqueles mesmos freqüentadores de missas andavam em direção aos calundus e feitiços. Homens e mulheres compareciam com devoção a esses rituais de magia, em busca de ventura. Iam gastar suas patacas com os mestres do cachimbo. Deliravam, dançavam de maneira que muitos acreditavam ver dentro deles o próprio Satanás. Depois, quando se confessavam na igreja, escondiam isto dos padres apesar de não ser raro ver-se um sacerdote em tais cerimônias.

Os fiéis que chegavam à igreja traziam rosários e devocionários. Antes de entrar, muitos faziam o sinal-da-cruz, sendo que alguns deles, como observava Gregório de Matos, persignavam-se ao contrário do que ensinava o catecismo. Dentro da igreja, prosternavam-se com um leve tocar de joelho no chão, como se fossem um besteiro prestes a atirar.

Enquanto aguardavam a missa, alguns admiravam os santos em seus nichos, outros preferiam ficar vendo o movimento de pessoas. Um homem cochilava sentado no muro, um grupo de jovens olhava duas belas negras que iam passando com fardos à cabeça.

As mulheres que se dirigiam à igreja usavam brincos, mangas a volá, broches, saias de labirintos. Com essas alfaias, iam caminhando ao domo do repicar do sino do Carmo, São Bento, Colégio ou São Francisco. Muitos comentavam que as mulheres iam à missa para maldizer seus maridos, ou amantes, ou talvez cair em erros indignos.

A porta da igreja estava repleta de miseráveis e loucos. Com tanta riqueza, havia grande pobreza e muita gente morria de fome.

*

RESUMO DAS PARTES SUBSEQÜENTES (4ª,5ª e 6ª, p. 15-17)

A missa começou. O padre fez a chamada dos fiéis, segundo as determinações do arcebispo João da Madre de Deus. Os ausentes foram repreendidos e depois castigados. Os escravos ficaram de fora da igreja contritos, piedosos ou com algazarras.

No decorrer das missas, muitos casquilhos aproveitavam para passar bilhetes para as donzelas ou para distribuir beliscões nas mais jovens, costume herdado pelos portugueses.

Os homens andavam armados de espadas, mesmo dentro da igreja. Salteadores de estradas, alguns ladrões violentos ou cortadores de bolsas andavam por aquela localidade.

Os mascates vendiam miudezas em volta da igreja. Fosse solteiro ou casado, era sempre costume embriagar-se de vinho. E as mulheres ficavam na miséria em virtude das bebedeiras dos maridos.

Meninas de doze anos de idade, atraentes, perambulavam pelas ruas e já se entregavam à vida de prostituição naquele lugar.

A missa acabou. O governador foi um dos últimos a sair.

*

C. Cap. 1, Subcap. 1, 7ª Part., P.17-18 , § 1º-3º, L.1-18

Antônio de Souza de Menezes, o Braço de Prata, entrou em seu palácio. Andava rigidamente, talvez devido ao peso da peça de prata que usava no lugar do braço direito, perdido numa batalha em Pernambuco, na armada do conde da Torre, após uma refrega de quatro dias. O braço artificial, que lhe dava a alcunha, fora feito pelo famoso ourives do Porto, Adelino Moreira. Os dedos eram perfeitos; até mesmo as unhas e o desenho da pele nas articulações o hábil e minucioso artesão fizera. À rigidez do braço, que parecia irradiar-se pelo corpo todo de Antônio de Souza, somava-se a pristina dignidade das casas de Sarzedas e Alvito.

Percorreu os corredores até o salão onde despachava, cumprimentando de maneira quase imperceptível os criados e mordomos que o aguardavam, em fila. Todos se ajoelharam à sua passagem, um ritual que ele exigia, embora não fosse bispo nem o arcebispo.

Sobre a mesa, Antônio de Souza encontrou alguns papéis colocados ali pelo Mata, seu criado de maior confiança, que continham todos os assuntos a serem tratados naquele dia. O governador passou uma vista rápida nos papéis.

*

1.2- O Crime**A. Cap. 2, Subcap. 1, 1ª Part., P.23, § 1º-9º, L.1-19**

Na casa da barregã Cipriana, o alcaide-mor Teles de Menezes, antes de deitar-se, retirou a cabeleira branca que usava e o pelicé azul, no qual estava presa uma cruz de rubis.

Ele manteve na cintura o saquinho cheio de moedas que tilintavam. Não bastava ser poderoso. O ouro também seduzia.

Abraçou Cipriana, beijou seus lábios com delicadeza, segurando-a pela cintura.

“Estás sentindo me u lampreão?”, ele disse. “Vem.”

“Agora não”, ela respondeu.

“Não queres?”

Num impulso premonitório o alcaide-mor levantou-se, foi até a janela e abriu-a . A rua estava quase deserta. Um molecote magro permanecia em pé numa esquina. Teles de Menezes pressentiu alguma coisa estranha mas não lhe deu importância. Viu seus lacaios descansando, encostados na parede, ao lado da liteira.

Fechou a janela com cuidado e estirou-se ao lado de Cipriana. Ela jamais o vira nu.

“Não temos muito tempo”, ele disse, cobrindo-a com seu corpo.

*

RESUMO DAS PARTES SUBSEQÜENTES (2ª e 3ª, p.23-26)

Os conspiradores meteram os capuzes, guardaram as adagas na cintura. Gargalhavam. Estavam nervosos.

Teles de Menezes estava deitado ao lado de Cipriana. O alcaide-mor lembrou-se de que devia passar no palácio para falar com o governador. Ele conhecera o governador em Lisboa na ocasião em que ele, para lá fora mandado preso. Voltou ao Brasil com o cargo de alcaide-mor, comprado por uma bagatela. Sua volta tinha por objetivo vingança contra seus conspiradores, contra seus ódios antigos. Valendo-se da amizade que tinha por Antônio de Souza a quem fora atribuído a função de governar a colônia, preparou a desgraça de seus opositores. Mas Teles de Menezes fora avisado de tal conspiração por meio de uma carta anônima. Era bom de luta, aperfeiçoara-se lutando na companhia do capitão Sebastião de Araújo e Lima, já que havia sido alertado sobre as intenções de Antônio de Brito, todavia considerava Brito e seus irmãos inofensivos. Diante desses fatos, passou a ter a seu lado todas as tropas, todos os canhões, todas as fortalezas.

*

B. Cap. 2, Subcap. 1, 4ª Part., P.26-27, § 1º-27º, L.1-67

Um grupo armado de conspiradores saiu do colégio dos jesuítas, cruzou uma rua escorregadia, coberta de um lixo fétido.

“Pelo menos o deixamos foder de manhã.”

“Ele nem merece tamanha consideração.”

“Se há uma coisa que qualquer homem merece fazer antes de morrer, é foder”

Tensos, alertas, com os capuzes em torno da cabeça e as armas empunhadas, os oito homens se emboscaram nos desvãos da rua de Trás da Sé. Dois a dois, aguardaram.

A liteira do alcaide surgiu na praça. Parou diante da porta do palácio. O alcaide entrou na casa do governador.

Depois de uns vinte minutos. Teles de Menezes surgiu novamente à entrada do paço. Espreguiçou-se estendendo os braços e entrou na liteira. Percorreu algumas quadras pela rua de Trás da Sé.

Quando o molecote fez um gesto com a mão avisando que a liteira do alcaide-mor estava se aproximando, os conspiradores desceram mais os capuzes nas cabeça, escondendo o rosto. O molecote, de uns quinze anos, deu alguns passos à frente e ficou sozinho, na rua. Persignou-se, rezou uma breve prece com as mãos postas e esperou. Estava gélido.

Deus alguns passos, aproximou-se da liteira e fez sinal para os lacaios, que pararam.

“Senhor alcaide, senhor alcaide”, gritou o pequeno escravo.

A cabeça do alcaide surgiu entre as cortinas.

“O que queres, negrinho? Dinheiro?”

Ao perceber, atrás do rosto assustado do jovem escravo, os embuçados que saíam de esconderijos, compreendeu que era uma cilada.

“Morte ao alcaide-mor Francisco Teles de Menezes, áulico lambe-cu do Braço de Prata”, gritou um dos homens da emboscada, investindo contra a liteira. Os olhos do alcaide-mor cintilaram ao ver os encapuzados cercado a liteira. Fechou as cortinas, nervoso. Os escravos mal tiveram tempo de se defender; atingidos por tiros de bacamartes, caíram ao chão.

Sangue se espalhava pelas pedras e pelas roupas dos homens. Até ali, tudo fora muito rápido.

Antônio Brito, encapuzado, abriu as cortinas da liteira.

“Queres ouro”?, disse o alcaide. Tirou o pequeno bernal de dentro da roupa: “Ouro”, ele repetiu, mostrando pequenas moedas foscas. Jogou-as pelo chão. Elas se espalharam aos pés dos encapuzados; mas nenhum deles se moveu.

Antônio de Brito retirou o capuz. O alcaide empalideceu ao reconhecer o inimigo que há pouco tempo tentara matar. Por um momento tudo pareceu parar. Os homens ficaram estáticos como imagens de pedra.

“Anda logo com isso”, gritou alguém atrás, quebrando o instante de aturdimento

“Filho de uma puta”, disse Antônio de Brito.

“Covarde”, disse o alcaide.

O alcaide-mor meteu a mão na cintura, tirou a garrucha e atirou em Brito, acertando-o no ombro. Um conspirador, com um golpe de alfanje, decepou a mão direita do alcaide.

Teles de Menezes gritou de dor e, desesperado, tentou atacar seu inimigo com uma adaga que retirou da cintura com a mão esquerda. Antônio de Brito foi mais rápido, cortando fundamente a garganta de Teles de Menezes com seu gadanho. O alcaide deu um gemido e caiu da liteira ao chão. Antônio de Brito abaixou-se sobre ele, golpeando-o mais uma vez, agora no peito. Teles de Menezes, agonizante, estirado na rua, sujo de lama e sangue, ainda encontrou forças para dizer:

“O Braço de Prata vai me vingar.” Seu rosto tinha uma terrificante expressão de ódio e pavor.

“Vamos”, alguém gritou.

Um dos mascarados aproximou-se e com agilidade arrancou a cruz de rubis do pelicé do cadáver. Antônio de Brito embrulhou em um pano a mão decepada do alcaide e levou-^a

O grupo afastou-se dali correndo, em direção ao colégio dos jesuítas.

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (5ª, p.28)

No colégio, os conspiradores foram levados para uma cela entulhada de livros. Ali, uns sentados nas camas, outros em pé, nervosos, os refugiados, em silêncio, prestavam atenção aos sons que vinham de fora.

*

C. Cap. 2, Subcap. 1, 6ª Part., P.28-29, § 1º-20º, L.1-54

O governador Antonio de Souza tinha o hábito de ficar segurando o braço de prata e foi assim, a mão de carne agarrada à mão de metal, que recebeu o Mata e o arcebispo João da Madre de Deus, que entraram nervosos e tensos na sala, com uma expressão pesada no rosto.

"Que tiros foram esses que ouvi?", perguntou o governador.

"Senhor", disse o Mata, temeroso, "temos uma terrível notícia."

"Do que se trata?", disse o governador, secamente.

"Francisco de Teles de Menezes."

Houve um instante de silêncio.

"As catástrofes são a fatal consequência das paixões humanas", disse o arcebispo, tomando coragem. "O alcaide-mor está à morte."

O Mata relatou detalhes do atentado.

Antônio de Souza ficou, por alguns momentos, calado. Olhou longamente seu braço de metal. Depois deu uma leve pancada na mesa. Olhou os homens em silêncio à sua frente.

"O senhor está bem, governador?", disse o arcebispo, impressionado com o semblante de Antonio de Souza.

"Já sofri dores piores. Dores tão intensas que não se sentiam. Sim, estou bem. As dores morais são suportáveis. Ferem a alma causando um sofrimento que ao fim e ao cabo nos torna ainda mais fortes. As dores físicas, por sua vez, destroem o mais bravo soldado. Apenas as mulheres sabem resistir-lhes."

Fez uma pausa.

"Perder um dos braços foi terrivelmente doloroso para mim."

"*Non ignara Mali, miseris succurrere disco*, não desconhecendo disse João da Madre de Deus.

"A dor da ferida da bala foi inesquecível", rememorou Antonio de Souza, como nunca fizera na frente daqueles homens. "Eu estava deitado num velho catre sujo, numa caravela repleta de soldados feridos. Abri os olhos, tentei falar, chamar alguém. Levantei o braço, percebi que estava muito leve. Ainda sentia a dor da bala dentro da carne. Levantei-o novamente e procurei-o com os olhos, mas não o vi. Pensei que estivesse delirando. Levantei o outro braço, com muita dificuldade. Parecia pesado como uma viga de ferro, a mão de um bugio, vi o punho grosso como um pipote de oito almudes. Era o meu braço esquerdo. Eu estava vivo, embora não visse uma parte de mim. Que estranha a sensação de ter um braço que não existe. Francisco deve estar sentindo exatamente isso, neste momento, a alma perambulando em torno do corpo, procurando as mãos."

"Os matadores eram oito", disse o Mata. "Um deles foi o Antonio de Brito. Temos testemunhas."

"Eu bem que avisei ao Francisco. Foi um erro grave deixar Antonio de Brito livre. Essas testemunhas reconheceram os outros matadores?"

"Apenas o Antonio de Brito, senhor governador", disse o Mata. "Os outros estavam encapuzados. Homiziaram-se no colégio."

"Foram aqueles malditos Vieira Ravasco. Malditos!" Deu outra pancada na mesa, dessa vez com força. "Vão pagar cara pelo que fizeram."

*

D. Cap. 2, Subcap. 2, 1ª Part., P.31, § 1º-2º, L.1-14

Durante a noite fria em que soprara um vento forte, Maria Berco não fora se deitar, cheia de sentimentos sombrios, ouvindo seus próprios passos ressoando pela casa, vozes distantes, as patas dos cavalos soltos na relva, os dentes dos cavalos arrancando a grama do chão.

Ela estava fatigada, cheia de olheiras. Foi até o toucador e olhou-se no espelho. Possuía uma estranha assimetria entre os dois lados do rosto. Quanto mais se olhava, mais descobria diferenças entre as duas metades. Prendeu os cabelos em tranças puxadas para o alto da cabeça, recolhendo-as por uma coifa. Apressou-se com as roupas. Estava atrasadas para seu trabalho, naquela sexta-feira. Era dama de companhia de Bernardina Ravasco. A filha única do secretário ficara viúva, sem filhos e, embora fosse ainda uma jovem senhora, inspirava muitos cuidados por ter uma saúde frágil.

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (2ª, p. 31-32)

A serpentina ia veloz pelas ladeiras levando Maria Berco que de tempo em tempo tirava a cabeça de entre as cortinas e mandava que os escravos andassem mais rápido. Mas, ao chegarem na rua de Trás da Sé, o caminho estava bloqueado por soldados do governador. Maria Berco informou-se sobre o que acontecia. Pagou aos escravos e saltou, apressada.

*

E. Cap. 2, Subcap. 2, 3ª Part., P.32-33, § 1º-16º, L. 1-40

Bernardo Ravasco mandara avisar que dormiria na quinta do Tanque e que, depois do amanhecer, passaria em casa. Por que estava demorando tanto?

Bernardina Ravasco abriu a porta do quarto de seu irmão. Não havia ninguém, a cama estava arrumada e um leve cheiro de mofo recendia no ar. Há noites o jovem Gonçalo Ravasco não dormia em casa, refugiado no colégio dos jesuítas para escapar a uma condenação de degredo emitida pelo desembargador João de Góis, que poderia ser chamado de braço direito do governador, caso este não tivesse um de prata, pois em casa de maneta não se fala em braço. Portanto, João de Góis era chamado de um leal palaciano.

Maria Berco entrou na casa dos Ravascos, agitada. Como a maioria das casas da cidade alta, o solar dos Ravascos era amplo, de três andares, casa qual com quatro sacadas, coberto de telhas curvas, entrada em pedras entalhadas, no estilo dos velhos palácios da Alfama. Nos aposentos quase não havia móveis, porém muitos quadros se espalhavam pelas paredes.

“O que houve, Maria?”, disse Bernardina Ravasco.

“Que mais tumulto está a cidade. Mataram o alcaide.”

“Valha-me Deus, onde anda meu pai?”

Maria Berco foi até a cozinha. Bernardina Ravasco seguiu-a, curiosa. “Por que estás tão esbaforida?”, disse.

“Nada, dona Bernardina, nada.” Maria Berco falava baixo, como se temesse ser ouvida por mais alguém. Abriu, apressada, a como se temesse ser ouvida por mais alguém. Abriu, apressada, a porta que dava para o quintal. Uma névoa fria entrou na cozinha. Sentou-se no poião da porta e ficou ali, pensativa, esperando. Bernardina Ravasco sentou-se ao lado.

“Não podes esconder nada de mim. Conta-me tudo, Maria.”

Maria Berco ficou calada, com os olhos baixos.

“Tenho que saber o que houve. Anda, fala, Maria.”

“É que vosso coração...”

“Meu coração vai me matar um dia qualquer, sei disso. Mas morrerei hoje mesmo se não me contares o que se passa.”

“É que vosso coração...”

“Meu coração vai me matar um dia qualquer, sei disso. Mas morrerei hoje mesmo se não me contares o que se passa.”

“Está bem, senhora dona Bernardina. É que dizem ter Gonçalo Ravasco matado o alcaide.”

“Acusam meu irmão? Mas se ele está trancado no colégio há tantos dias... Como ousam? Conta-me como foi o crime.”

Maria Berco terminou de contar à sua ama sobre o que ouvira a respeito da morte do alcaide. Olhando em direção ao mar, em silêncio, ficaram à espera de Bernardo Ravasco.

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (4ª, p. 33-34)

Gregório de Matos foi informado sobre a morte do alcaide. Sofria ao ver os desmandos imperados naquele lugar pelos governantes, mas reconhecia que não apenas aos governantes, mas toda a cidade, o demo se expunha. Pegou sua pena e começou anotar. Gregório de Matos parou de anotar e saiu em direção ao colégio.

*

F. Cap. 2, Subcap. 2, 5ª Part., P.34-36, § 1º-44º, L. 1-83

Bernardo Ravasco entrou em casa. Sua filha Bernardina ainda o esperava à porta, com Maria Berco. O secretário vestia-se como um fidalgo da Corte, gibão colante, calções de pano macio, sapatos de bico fino.

Ele abraçou a filha. “Estás abatida, minha querida”. Disse, beijando-a na testa. “Maria, traze meu baú pequeno de roupas.”

“Soube que emboscaram o alcaide”, disse Bernardian Ravasco. “Gonçalo está metido.”

“Quem te contou?”

Bernardina Ravasco hesitou.

“Maria”, disse.

“Maria Berco abaixou os olhos e retirou-se, arrependida.

“Devem estar suspeitando também do senhor, meu pai. Todos esquadrinham o que está acontecendo aqui.”

“Mas nada está acontecendo aqui”, disse Bernardo Ravasco.

“Está, sim. Gonçalo refugiado, o senhor dorme por aí, não vai à Secretaria, abandonou a provedoria da Misericórdia deixando a cadeira para nosso inimigo. Gois, sai em horas tão esquisitas, aparece quando menos se espera. E agora o senhor vai sair de baú. Parece fuga. Por que está fugindo? De quem?”

“Mas como podem saber tudo isso, se vivemos a portas trancadas?”

“Em cada esquina há um olheiro que pesquisa, escuta, espreita.” Parou de falar, intrigada. Olhou Maria que entrava, arrastando o baú. Disse, baixinho: “O senhor precisa fugir logo. Para bem longe, não para a quinta.”

Bernardo Ravasco abaixou a cabeça.

“Não posso deixar meu filho sozinho num momento como esse.”

“Muito bem fez Gonçalo em matar o alcaide num momento como esse.”

“Muito bem fez Gonçalo em matar o alcaide. Teles de Menezes mereceu”, disse Bernardina Ravasco. “Era um homem odiento.”

“Minha querida, não há ódio em nada disso. É apenas política. Além do mais, Gonçalo não o matou. Ele nem mesmo está morto.”

“Não tem mais esperança de vida. Talvez já esteja morto.”

Bernardo Ravasco colocou as mãos sobre os ombros da jovem. “Não penses mais nisso, está bem?”

“Como não pensar? Apesar do senhor me esconder tudo, sempre soube de seu envolvimento nas questões contra o governo.”

Maria Berco serviu ao senhor uma tigela de leite quente, com pedaços de canela. Sento à mesa, Bernardo Ravasco sorveu o líquido, em goles ruidosos.

Seu irmão, o padre Antônio Vieira, tinha imunidades eclesiásticas, mas o cargo de secretário de Estado não oferecia os mesmos privilégios. Lembrou-se, com saudades, de sua vida de soldado. Guardava muitas lembranças e cicatrizes dos tempos de capitão de infantaria, dos combates na ilha de Itaparica contra o general Schkoppe.

"Estou com medo. Eles querem matar o senhor."

"Nada acontecerá comigo, fica descansada. A quinta dos padres é um refúgio seguro. Mandarei alguém de minha confiança levar-te ao engenho de Samuel da Fonseca, no Recôncavo. Tu o conheces."

"O judeu?"

"Sim, o rabi. Ele é muito generoso."

"O senhor acha que estou ameaçada?"

"Apenas precaução. Tua saúde."

"Vou terminar os escritos na quinta", disse Bernardo Ravasco, levantando-se. "Sim, sim, estão quase terminados. Talvez jamais sejam lidos por alguém. Antes de ir para a quinta vou passar na Secretaria para pegá-los."

"Não é arriscado?"

"Talvez. Mas não posso deixá-los lá."

"Ah, pena que eu não tenha nascido homem."

Bernardo Ravasco beijou a mão de sua filha. "O fato de ser mulher não impediu Semíramis de reinar na Síria", ele disse. Aproximou-se mais e falou ao ouvido de Bernardina Ravasco.

"Ainda vou ensinar-te a ler."

Ela ficou pensativa. Depois olhou o rosto dele, que estava muito perto, um rosto devastado.

"Por Deus, estou cansada."

"Cansada?"

"Sim, de tudo."

"Esta cidade despedaça o nosso coração."

Então ela perguntou, passando a mão no rosto de seu pai:

"O senhor sofre como eu?"

Ele sorriu.

Pensou.

Depois disse: "Olha bem meu rosto, filha. Olha bem. Olha esses olhos desbotados que já foram viçosos e jovens. Olha esta pele miseravelmente maracada e olha meu nariz quebrado e meus cabelos tão ralos e brancos. Olha para mim. Não existe alívio nem retorno. Nunca mais poderemos voltar atrás."

*

G. Cap. 2, Subcap. 3, 1ª Part., P.3 7, § 1º-4º, L. 1-8

No colégio dos padres Gregório de Matos escreveu: "Quando desembarcaste da fragata, meu dom Braço de Prata, cuidei, que a esta cidade tonta, e fátua, mandava a Inquisição alguma estátua, vendo tão espremida salvajola visão de palha sobre um mariola."

Sorriu, e entregou o escrito a Gonçalo Ravasco. Gonçalo leu-o, gracejou, entregou-o ao vereador.

O papel passou de mão em mão.

"A difamação é o teu deus", disseram, sorrindo.

*

RESUMO DAS PARTES SUBSEQÜENTES (2ª-3ª p. 37-44)

Bernardo olhou o relógio sobre a mesinha e despediu-se de sua filha Bernardina Ravasco. Bernardina logo quis saber quando se encontrariam novamente. Sem precisar o próximo encontro, Bernardo disse a ela que esperasse, pois ele

providenciaria com cautela a saída dela daquele lugar, talvez tivesse que contar com a ajuda do Dr. Gregório de Matos para levá-la até ao engenho. Bernardo Ravasco partiu com o coração apertado, ao chegar ao colégio dos jesuítas foi ao encontro de seu filho Gonçalo Ravasco que o esperava ansiosamente no sótão junto com os outros homens que estavam refugiados no colégio. Lá, retirou o casaco. Os capuzes foram entregues a Gonçalo para que fossem queimados. Bernardo estava sendo aguardado no colégio, tanto que ao chegar teve de relatar o acontecido aos homens que o esperavam. Os relatos pareciam aumentar a tensão dos presentes. Lamentaram o alcaide não ter morrido. Bernardo àquela altura dos acontecimentos não temia mais nada. Luiz Bonicho, vereador, encontrava-se, também, no colégio à espera de Bernardo Ravasco, seus comentários sobre a situação local soavam amargos por parte de alguns que se encontravam presentes naquele lugar, já que pregava sempre a vingança contra os inimigos. O vereador em meio aos seus comentários ácidos, deu a conhecer aos presentes sua formação intelectual, quando mencionou seu conhecimento em teologia. Além de se apresentar como um intelectual, mostrou-se, ainda, com um perfil de político bem adverso à sua formação intelectual, visto que num de seus comentários deixou patente a função que deve exercer um político. Para ele, já que seria impossível administrar justiça igual para todos, então que se beneficiasse alguns e esses alguns seriam os senhores de engenho, a aristocracia local, o alcaide, os desembargadores, o governador e a ele mesmo. Após ouvir os comentários de Bonicho, Ravasco considerou procedentes a palavra do vereador. Naquele momento, Bernardo Ravasco, manifestou sua preocupação, tanto que alertou aos amigos que seria necessário se precaverem, pois considerava o fato de estarem todos refugiados naquele colégio, uma oportunidade para que seus inimigos agissem. Tanto que sugeriu a saída de Gregório de Matos para o engenho que ficava no Recôncavo, aproveitando a situação levava também Bernardina Ravasco, pelo fato de ela ser uma mulher que requeria alguns cuidados, por ser viúva e não ter boa saúde.

Gregório naquele instante se mostrava avesso à idéia de se retirar da cidade por causa da perseguição do governador, mas se dispunha a levar a filha de Bernardo para se esconder no engenho. Depois de muita conversa, o grupo admitiu que os homens deveriam se esconder, pois pressupunham que em relação às suas mulheres e filhos o governador nada fizesse, mas Bernardo Ravasco tinha lá os seus receios, considerava mais seguro colocar as famílias escondidas no colégio dos jesuítas, já que concordava com Antonio de Brito quando dizia que qualquer ação por parte do governador desencadearia uma reação da igreja, da população, de Portugal, do rei e até do papa. Diante disso, Bernardo considerou que deveriam agir imediatamente. Naquele momento, surgiu um outro problema, o que fazer com a mão do alcaide-mor que estava em poder deles? Diante daquela inusitada situação, Brito sugeriu que a entregasse ao povo, pois certamente o povo desfilaria com ela pelas ruas e ladeiras e assim Braço de Prato teria a prova concreta da vingança de seus opositores. Bernardo discordou de Brito, pois considerava que a morte do alcaide não poderia ser tomada como vingança do grupo de Ravasco contra o governador, até porque Bernardo Ravasco não queria sujar as mãos, mantinha-se fiel às tradições dos Ravascos, segundo lições passadas ao filho Gonçalo quando pediu a todos os homens que se encontravam no colégio para deporem as armas, visto que os padres não admitiam a presença de homens armados naquele lugar e o filho se recusara a depô-la, por considerar uma hipocrisia, quando até os próprios padres andavam com suas adaguinhas à tira colo pelas ruas da cidade. Todavia o apelo paterno falou mais alto e ele acabou por entregar as armas ao pai, já que tais artes não eram para os Ravascos, porque a família tinha um nome a zelar e a força dos Ravascos estava no pensamento e no saber, mesmo assim Gonçalo Ravasco já se encontrava envolvido por causa do crime dos escravos do alcaide, pois sentia enorme atração por essas aventuras, mesmo contra as posições familiares.

*

H. Cap. 2, Subcap. 3, Part. 4, P.45, § 1º-16º, L. 1-27

Maria Berco esperava o secretário à porta do colégio.

Ao vê-lo sair, interpelou-o

“Dona Bernardina mandou, senhor.” Entregou ao secretário uma corrente fina de ouro com uma medalha. “Pede que o senhor não deixe de usá-la sempre ao pescoço, que o protegerá.”

“Agradeço-te, minha filha. Vai agora ficar ao lado de tua amiga dona Bernardina, que não pode estar sem companhia, bem sabes”, disse o secretário.

“Sim, senhor.”

Maria Berco ia partindo quando Bernardo Ravasco a chamou de volta.

“Farias uma coisa para mim?”, ele disse.

“Sim, senhor.”

“Uma coisa que é matéria de muito risco.”

“Não tenho medo de nada, senhor. Faria qualquer coisa.”

Bernardo Ravasco entregou, entre relutante e aliviado, a pequena trouxa de panos que continha a mão do alcaide.

“Dá um fim nisto. Mas não sejas curiosa como uma coruja ou um gato. Apenas joga isto, esta noite, num lugar onde ninguém jamais possa encontrar. Depois vai ter comigo na igreja do colégio para dar as notícias do sucesso.”

“Está bem, senhor. Assim o farei.”

Bernardo Ravasco tirou uma moeda de ouro da cintura e estendeu-a para Maria Berco.

“Não é preciso, senhor. Ganho como uma camareira da rainha.”

“Nem tanto, menina, nem tanto.”

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (5ª p. 45-47)

Bernardo Ravasco entrou no santuário, ajoelhou-se diante do altar. Um menino saiu correndo. Depois de alguns instantes apareceu Antônio Vieira, os irmãos abraçaram-se e entraram na sacristia. Lá, Bernardo colocou-o a par dos episódios, demonstrando certo arrependimento pelos feitos. Vieira relevou, dizendo que o pecado faz parte da natureza do homem. E que a virtude estava subordinada aos interesses do reino. À Deus, cabia julgar os atos dos homens, entretanto cabia aos homens agir conforme sua consciência. Nesse momento, Bernardo dizia ao irmão que se considerava diferente dos outros homens habitantes deste mundo, ou melhor, ele e os homens de sua família. Vieira consolou-o, fê-lo crer que apenas se encontravam do outro lado da realidade daquele reino. Mas Bernardo não se contentava. Em seguida, Vieira quis saber se Gonçalo, seu sobrinho, era um dos encapuzados no crime contra o alcaide-mor? Bernardo, não pôde afirmar a inocência do filho a Vieira, pois sabia da vontade em acertar as contas das injúrias do passado. Enquanto Antônio Vieira conversava com irmão, percebeu um menino índio de cabelos cortados ao seu lado, distraído com um pequeno inseto. Vieira apontou para o menino e disse a Bernardo que era um grande cantor, nesse momento para provar o que estava dizendo ao irmão, pediu ao menino que cantasse um pouco, o menino levantou-se, olhando para o padre, emitiu com uma voz agudíssima que parecia vir dou céu, as notas quietas de um cantochão.

*

I. Cap. 2, Subcap. 3, 6ª Part., P.47-48, § 1º-5º, L. 1-48

“Ah, quem pudera desfazer o passado, e tornar atrás o tempo e alcançar o impossível, que o que foi não houvera sido.” Olhando aquele menino índio, Vieira lembrou-se de seus infortúnios no Maranhão. Aquela, apesar de tudo, fora a melhor vida sua. Naquele tempo andava vestido de um pano grosseiro fabricado na região, preto desbotado: comia farinha de pau, dormia pouco: léguas e léguas eram vencidas a pé, não havia por aquelas partes nenhum gênero de montaria. O jesuíta trabalhava de manhã até a noite: gastava parte de seu tempo em se encomendar a Deus (amigo, não é o temor do inferno o que há de levar-me ao céu); não saía de sua cela senão para a salvação de alguma alma: chorava seus pecados, fazia com que outros lamentassem os

seus: e o tempo que sobrava dessas ocupações dedicava aos livros de madre Teresa e outras leituras semelhantes. Era preciso converter os gentios do Maranhão. Fazer com que aumentasse a fé daqueles portugueses e com que acreditassem em Deus os índios naturais da terra.

Esses índios bárbaros que viviam nos sertões eram como que infinitos no número e na diversidade de línguas. Dos que viviam entre os portugueses, mazombos e brasileiros, uns eram cativos, outros livres.

Devido à cobiça, principalmente dos maiores da terra, se mandavam fazer entradas pelo sertão e guerras, quando se traziam índios cativos em cordas. Faziam-lhes tormentas, como atar dez morrões acesos nos dedos da mão de um chefe de aldeia para que lhes desse escravos, dizendo que o haviam de deixar arder enquanto lhos não desse. Tiravam as mulheres casadas das aldeias e punham-nas a servir em casas particulares, sem jamais reverem seus entes queridos. Viviam os cativos em péssimas condições, ocupados nas cruéis lavouras de tabaco: não tinham tempo de trabalhar suas roças nem recebiam de fome. Nem lhes permitiam sua própria religião nem a catequização dos missionários. Esses tipos de terrores faziam os índios terem como odioso o nome dos portugueses no sertão, retirando-se mais para o interior dos bosques, e depois desenganados fazerem a guerra e o mal que podiam. Vieira não queria mais pensar tanto naquilo, mas eram lembranças que sempre o atormentavam.

Lutara para cerrar os sertões e proibir que não houvesse resgates, e para que fossem declarados livre todos os resgatados. Mas parecia dificultosíssimo, como a experiência o mostrava: os motins fundamentavam-se na alegação de serem os índios o único remédio e sustento dos moradores.

Em quarenta anos se haviam matado e destruído, na costa e nos sertões, mais de dois milhões de índios e mais de quinhentas povoações como grandes cidades, como Vieira escrevera ao rei Afonso VI. Começava naquele ano a truculenta Guerra dos Bárbaros, a mais sangrenta e destruidora luta contra os índios, que resistiram à expropriação de suas terras. E dessas mortes e destruição, nunca se veria castigo.

*

J. Cap. 2, Subcap. 4, 1ª Part., P.49, § 1º-7º, L. 1-15

Um coro de padres rezava piedosamente o *proficiscere anima Christiani*, caminhando em fila, pelas ruas da cidade. Suas vozes graves e uníssonas se espalhavam no ar como uma sinfonia bem ensaiada.

Um noviço de rosto melancólico parecia ausente, sem dizer as orações, com os olhos virados para o alto, a boca aberta, confrangido, tropeçando nas pedras com sandálias mal amarradas. O noviço parou com um sonâmbulo. Os padres que vinham atrás de dele, na fila, pararam também, intrigados com o comportamento desenxabido do jovem. O coadjutor aproximou-se e interpelou o noviço.

“Tive uma visão”, disse o jovem.

“Estás tendo visões novamente?”

“Ontem, reverendo padre, e hoje novamente.”

“E o que viste dessa vez?”

“Deus. Deus de armadura com uma espada em fogo contra a cidade da Bahia.”

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (2ª p. 49-50)

Ao meio-dia, o leiteiro passou puxando a vaca e parou para ver o coro dos padres. Depois contou de casa em casa sobre a visão do noviço. O comentário sobre o que teria visto causou pânico na cidade, os prognósticos passaram ser os mais escabrosos por parte da população. Vieira sabendo do ocorrido, disse que aquilo tudo não passava de tolice, devia-se antes vigiar o mar e a terra que perder o juízo no céu.

*

K. Cap. 2, Subcap. 4, 3ª Part., P.50-51, § 1º-18º, L. 1-59

Os primeiros guardas surgiram às duas da tarde. As pessoas começaram a sair pelas ruas para olhar o movimento de cavaleiros e infantaria, que vinham tocando nas trombetas bastardas o toque de alerta. As bandeiras ondeavam nas antenas, flâmulas e estandartes longos desciam até tocar o chão.

A cavaleiro da cidade, soldados se instalavam: das seteiras das fortalezas apontavam seus arcabuzes. No forte de São Pedro cercado de casario, dos ângulos salientes do revelim canhões de bronze viravam-se para as ruas.

O governador Antônio de Souza, reunido com seus conselheiros, passara as últimas horas trabalhando sobre cartas da cidade, levantando os locais de ataque, descobrindo os flancos onde se encontravam seus inimigos. No ponto mais alto da cidade, a oeste, o arcebispo observava do passadiço que ligava seu palácio à igreja da Sé. A Sé não era sólida nem luxuosa. Tinha uma fachada de pedra e colunas retorcidas, dois andares cheios de janelas, torres quadradas. Sob o teto apainelado e pintado as fileiras de bancos simples, vazios. A porta fora fechada.

Mais além, o terreiro, a praça do palácio, fervilhavam de soldados e curiosos.

Aquela foi uma tarde de extraordinário movimento na cidade. Do hospício ao colégio, da Sé ao guindaste, da porta do Carmo à de São Bento, havia gente reunida, observando.

O povo empurrava-se pelas ruas, entrava nas tabernas para conversar e beber, admirava as companhias de soldados a cavalo na busca de suspeitos.

Quando passou o governador Antônio de Souza montado no seu ginete muitas pessoas fugiram amedrontadas.

“É o Braço de Prata! É o Braço de Prata!”

Outros, vencendo o medo contemplavam, transidos, o aspecto assustador do homem cujo braço duro estava pousado sobre o colo, a mão enluvada de negro aparecendo sob o punho.

O governador comandava pessoalmente as buscas. Vinha diante da companhia, o rosto impassível.

Arremetia o cavalo contra a multidão que se espalhava praguejando amedrontada, entre os dentes, ou dando vivas.

Muitos soldados também estavam montados mas a maior parte deles, de linho cor-de-castanha, espadas afiadas e boas garruchas, vinha a pé.

Os grupos se dividiam e vasculhavam casa por casa. Fechavam ruas, cercavam praças, interrogavam transeuntes, buscavam testemunhas, colhiam informações.

Quando não lhes permitiam entrar nas residências onde habitavam pessoas ligadas ao Ravasco arremetiam à força contra as portas, arrombando-as. Saquearam casas despedaçando o que não lhes interessava, jogando os móveis na rua e incendiando-os. Muitos dos partidários dos Ravascos foram se abrigar no mato, sob as árvores, em casebres estreitos, em currais, nos engenhos, alguns em roupas de dormir, descalços, levando, quando muito, um saco com valores. Escapavam perigosamente pelo rio, pelo mar ou pelo abismo. Os mais idosos lembravam-se de ter fugido da mesma maneira quando da invasão dos holandeses.

Os portões da cidade estavam sendo vigiados; no porto não se podia entrar ou sair sem ser revistado e identificado.

Ao final do dia, centenas de suspeitos, de toda parte da cidade, tinham sido levadas para a enxovia, incluindo gente da própria tropa do governador.

“Ninguém viu nada, ninguém sabe de nada, ninguém abriu a boca”, disse o capitão de presídio ao governador.

*

RESUMO DAS PARTES SUBSEQÜENTES (4ª e 5ª, p. 51-52)

Morreu o alcaide-mor Francisco Teles de Menezes. Luto na Bahia por determinação do governador, o enterro foi no jazigo da igreja de São Francisco. Na igreja

do colégio, Vieira e Bernardo Ravasco foram avisados da morte do alcaide e do cerco à cidade em busca dos assassinos.

*

L. Cap. 2, Subcap. 4, 6ª Part., P.52-53, § 1º-53º, L. 1-113

De noite, após comparecer às cerimônias fúnebres, o governador Antônio de Souza chegou ao portão dos estábulos, montado em seu cavalo. Vinha seguido por soldados.

O guarda abriu com presteza o portão de madeira escura e o grupo entrou, indo por uma alameda arborizada até os coches, tudo iluminado por archotes.

Tratores, cavaliços, peões e faxineiros cercaram-nos. Os soldados desmontaram e os animais foram levados para um riacho a alguns metros dali.

A lua começava a aparecer, vermelha. As encostas das montanhas com sua vegetação variada estavam cobertas de tons de negro. O céu clareava lentamente, as estrelas desapareciam com a luz da lua.

Os cavalos bebiam água e eram lavados pelos tratadores. Homens limpavam as selas, os xairéis de pano encarnado, as atafaias, freios, corriões, estribos; batiam as aldrabas contra uma mureta levantando pó. Poliam metais com areia.

Sob um tejadilho de barro, segurando um candil de luz fraca, estava um homem alto vestido de beca de liniste, de mangas fofas nos ombros e arminho que contornava a gola até os pés. Seu longo pescoço tinha uma curvatura que lhe dava o aspecto de um rapinante.

Antonio de Souza foi ao seu encontro.

"E então, dom Antonio, deu algum fruto o cerco à cidade?", disse o homem de beca, o desembargador Manuel da Costa Palma.

O governador fez uma expressão de desânimo.

"Nada."

"Sinto muito pelo Teles", disse Palma. "Era um bom rapaz. Não merecia."

Antonio de Souza observou ao longe os vultos dos cavalos pateando a água prateada.

"Era um bravo soldado", disse o governador. Batia na beirada da varanda com o chicote, de maneira ritmada. Parecia pensar em outras coisas.

"Ele não tirava suas idéias senão da própria cabeça", continuou Palma. "Se as coisas tivessem sido diferentes para ele, poderia ter-se tornado um grande herói. Nasceu e morreu, em tempos impróprios. Se fosse alguns anos mais velho teria exercido seu talento na guerra contra Sigismundo."

Uma carruagem encostou diante do pequeno galpão, puxada por cavalos castanhos de pelagem curta e brilhante. Um soldado muito jovem os guiava pelas rédeas.

"O que pretende vossenhô fazer, dom Antonio?", disse Palma.

"Prender os Ravasco."

"O padre tem imunidades. O secretário está escondido e não há provas de nada."

"Acharei uma maneira. Gonçalo Ravasco está refugiado no colégio. E os outros matadores também. Aparecem à janela sorrindo, com pouco respeito à justiça e muita descompostura."

"Há guardas à porta do colégio?"

"Sim, mas de nada adianta. Os criminosos podem ficar lá em segurança e, se quiserem, escaparão sem ser vistos. O movimento de estudantes e padres é muito grande."

"Podemos usar o Tribunal. Tenho, de antemão, metade dos desembargadores ao nosso lado."

"Vou invadir o colégio."

O desembargador olhou para Antonio de Souza.

"O que há? Por que essa cara de ovelha perdida?", disse o governador.

“Invadir o colégio?”

“Exatamente. Vamos pegar o lobo no covil.”

“Mas, dom Antonio, é muito temerário esse gesto.”

“Parece que estás com dedos de seda para com os Ravasco. O que há de imprudente nisso? Sou o governador.”

“E o arcebispo?”

“Ficará calado. Está aqui há apenas um mês mas já demonstrou que é um calhorda. Quero teu apoio.”

“Mas...”

“Quero uma ordem de prisão dos Ravasco.”

“Mesmo o Antonio Vieira?”

“Mesmo ele.”

“Impossível.”

“Nada é impossível.”

“Sob que acusação?”

“Crime de morte.”

“Seria preciso abrir um pleito.”

“Então abre.”

“Mas Antonio Vieira não matou Teles de Menezes.”

“É o cabeça.”

“Tem muitos amigos na Corte. Vai defender-se *unguibus et rostro*.”

“Também tenho amigos em Lisboa.”

“Não estou muito certo quanto à invasão do colégio.”

“Se não queres participar, isso é contigo. Mas será uma traição. Onde está sua cólera? Estás temeroso? Se não participares serás responsabilizado da mesma maneira. Todos sabem de nossas ligações. Tu também tens interesse nisso, e além do mais não há como me negares nada.”

Palma olhou-o nos olhos perscrutando se havia, ali, alguma ameaça. A opinião do governador tinha peso. Não pelo cargo que ocupava, tampouco por sua ameaçadora figura com o braço de metal e olhos frios. Mas porque ele costumava acertar.

“Já se passou um dia, digamos assim”, disse Antonio de Souza. “Hoje não é mais 4, mas 5 de junho de 1683. Tu te olhas no espelho e o que preferes pensar? Palma, tu és um covarde, não fizeste o que devias fazer. Ou então: Palma, tu és um herege, invadiste o colégio dos padres, ainda que para retaliar os assassinos de teu afilhado? Hem? Não há o que temer. Estamos a um oceano do príncipe e a dois do papa. Houve um crime de morte que nos enche de razão, podemos convencê-lo. Além do mais, algo me diz que os Ravasco conspiram também contra nós. Não tenho dúvidas de que somos o verdadeiro alvo. Vieira seria bem capaz de planejar minha morte. Vamos acabar com ele. Fariamos um favor a muitos poderosos. Está maldito e desgraçado tanto em Lisboa como em Roma.”

“Em Roma? Tem um grande prestígio por lá.”

“Teve. É um velho alquebrado. Está de asa partida. Se não, por que teria voltado para este desterro? Se ainda tivesse forças estaria mancomunando pelo mundo, enchendo os ouvidos dos poderosos com suas malignas ‘estratégias desvanecidas’, como disse o conde de Ericeira. Não há por que temê-lo. Ele mesmo admite sua fragilidade.”

“*Violenti non fit injuria*. Ao que consente não se causa dano.”

“Tolos axiomas de jurisprudência. Anda, faze o que tens de fazer.”

*

M. Cap. 2, Subcap. 5, 1ª Part., P.57-62, § 1º-83º, L. 1-216

A polícia fazia a ronda com tochas nas mãos. Maria Berco caminhou em silêncio pelas ruas escuras, levando dentro de uma bolsa de pele a trouxa que Bernardo Ravasco lhe dera para que jogasse fora. Encheu-se de curiosidade sobre o conteúdo do pacote. Apalpou-o e sentiu algo rígido porém macio. Desprendia um odor desagradável.

Não resistindo à curiosidade abriu a bolsa, desenrolou os panos e viu, com grande sobressalto, do que se tratava. Tomou-se de repulsa e temor: afinal, sabia de quem era aquela mão. Eram muito conhecidos na cidade os detalhes da morte do alcaide. Um valioso anel de pedra verde brilhou no dedo anular da mão esquerda. Olhando de perto viu que no ouro havia a inscrição FTM. Francisco Teles de Menezes. O coração de Maria Berco disparou. Guardou apressadamente de volta a trouxa na bolsa.

Caía uma chuva fina. A moça chafurdava os pés na lama. Ao cruzar com a gente miserável das ruas apertava a bolsa de encontro ao peito. Jamais pensara que a mão de um homem pudesse ser tão pesada.

Perambulou pela cidade, trêmula, segurando a trouxa pestilenta, cheia de nojo, evitando as patrulhas que vigiavam as ruas e revistavam passantes. Caminhou ao longo do muro de São Tomé de Souza, atravessou o casario apertado até o topo do monte onde ficavam as portas duplas de São Bento. O precipício se abria negro a seus pés. Se jogasse a mão ali, de dia ela talvez fosse encontrada. Desceu pela encosta de São Francisco, passou pela rua do Tesouro, contornou o convento dos frades, passou pelo Carmo, pelo colégio: na praça ficou olhando a parte baixa da cidade com seus prédios de três ou quatro andares, baldios, lameiros, aguçais e mato.

Vultos passavam no meio da escuridão como num sonho. Uma negra calhandreira jogava os detritos da casa na rua. Maria Berco esperou que ela terminasse seu ritual imundo e se afastasse. Aproximou-se do lixo. Havia ossos róidos, pedaços de comida, cascas de frutas. Coisas pastosas misturadas, irreconhecíveis. Abriu com o pé um pequeno vão entre os detritos e jogou ali a mão do alcaide.

Correu em disparada pela rua. Ao lembrar-se das patrulhas que vigiavam as ruas, parou. Se fosse vista correndo seria logo detida. Dento de um beco escuro sentou-se no chão, encostando-se a uma parede.

Respirou.

Não estava certo aquilo que fizera de jogar no lixo. Afinal, mesmo sendo apenas a mão, era parte do corpo de um homem morto. O fantasma do alcaide poderia vingar-se dela. Havia muitas maneiras de um morto vingar-se de um vivo. Em sonhos. Com maldições. Compreendeu que cometera um erro ao jogar a mão ali. Além do mais, poderia ser encontrada na manhã seguinte.

Ficou imóvel por algum tempo pensando ouvir cascos de cavalos batendo nas pedras. Sentia o suor frio escorrendo pelas têmporas.

Numa janela surgiu uma luz débil. Palavras, imagens do orfanato, frases sem sentido vinham-lhe à cabeça.

Levantou-se quase carregando no chão lamacento. Suas mãos, pés e parte traseira da saia estavam impregnados de um barro fino e vermelho. Limpou as mãos na blusa. Devia estar com um aspecto horrível que chamaria a atenção de alguém. Arrumou o cabelo espalhando sem querer o barro pelas têmporas.

Procurando não apressar demais o passo fez o mesmo caminho de volta.

Viu de longe o monte de lixo onde deixara a mão do alcaide. Um cachorro cheirava a trouxa ensangüentada tentando varar com uma das patas. Enxotou-o e pegou a mão, que agora tinha um odor ainda mais mefítico. Guardou-a apressadamente na bolsa. Sentiu ânsias de vômito.

Sem saber que direção tomar, vagou ainda um bom tempo. O melhor seria jogar o pacote na água. Iria para o dique? Para o mar? Cerrou mais o véu, ergueu a gola do casaco e seguiu em direção à praia, mais aliviada por um caminho a seguir.

Desceu pela ladeira do Pau da Bandeira, onde havia sinalização para barcos, e chegou à cidade baixa. Ali os arruamentos eram mais estreitos, sujos e escuros. Havia um cheiro leve de aguardente no ar.

Um homem urinava encostado a um muro. Uma meretriz no vão de uma casa assobiou para ele, que a olhou. A mulher abriu então a capa e mostrou seu corpo forte apertado por uma roupa marrom. Era jovem, de seios duros.

Maria Berco prosseguiu cautelosa com o pacote. Cruzou, trêmula de medo, com um grupo de soldados. Ao perceber que a fitavam mais demoradamente abriu o casaco da mesma maneira como vira a *raccrocheuse* fazer, mostrando o corpo.

Os soldados se desinteressaram. Não estavam atrás de meretrizes. Maria Berco apressou o passo em direção ao porto da barra.

Quando chegou à praia certificou-se de que não havia sido seguida e de que ninguém a observava. Um gato farejava peixes mortos trazidos pela maré, em dúvida entre a fome e o odor maligno. Pelas frestas das nuvens descia uma luz branca.

Maria Berco viu um pequeno escaler na areia e aproximou-se. Dentro, havia um homem deitado, coberto por um manto esfarrapado que cheirava a álcool. O homem estava acordado e segurava uma garrafa de metal.

“Dormindo?”, perguntou Maria Berco.

O marujo deu um pulo.

Quando viu quem o interpelava, tranqüilizou-se.

“Que dormindo que nada. Queres tomar rum, minha açucena?” Bateu com a mão na garrafa como se afagasse um velho amigo. “Rum.” Tinha uma voz que saía lixando a garganta.

“O que está fazendo aqui, hem, florzinha? Gastando teus borzeguins?”

“Quero dar uma volta de barco.”

“Uma volta? Ha ha ha”, disse o homem sentando-se, interessado. “Uma volta?”

“O mar está calmo.”

“Se tu queres roubar... O que tens aí neste saquinho? Hem? Pitangas! Ha ha ha.” O homem deu um gole no rum deixando cair uma parte do líquido na roupa. Levantou o capote e mostrou o coldre de couro vermelho à cintura, onde parecia o cabo de um trabuco.

“Tenho isto aqui”, disse Maria Berco, mostrando a moeda de ouro que recebera de Bernardo Ravasco.

O homem pensou um pouco. Olhou em volta. Ninguém. “Para dar umas remadas está bem.” Pegou a moeda, examinou-a, mordeu-a, guardou-a. Depois levantou-se, depositou a garrafa e a manta no fundo do barco.

Maria Berco percebeu na mão do homem o desenho de uma caveira. Segurando firmemente a bolsa contra o peito esperou que o homem arrastasse o barco sobre dois troncos roliços até a água. Quando o barco começou a flutuar, ele ajudou-a a subir e empurrou o barco até adiante, subindo em seguida, molhado até a cintura. Sentou-se e começou a remar. Olhava fixamente Maria Berco, que, agarrada à bolsa, fitava os remos batendo na água.

Afastaram-se algumas dezenas de metros da praia passando entre cascos altos de embarcações e cabos que rangiam nas madeiras.

Permaneciam em silêncio. O marujo olhou para a bolsa de pelo, avaliativo. Era comum ver-se, andando pelo frio da barra, moças com o ventre crescido buscando livrarem-se do achaque com uma velha aborteira. Ele costumava levar algumas dessas para jogarem fetos ou até crianças natimortas no mar. Mas aquela moça não parecia ser a bolsa sugeria que levava algo de valor. Quem sabe alguma coisa roubada? Onde conseguira aquela rara e muito preciosa moeda de ouro com a qual pagara o passeio? Seria uma ladra em dificuldades?

“Sei o que tu estás levando aí”, disse.

Maria Berco empalideceu. “Não. Não sabes.”

“Ou é um roubo ou é um aborto.”

“Não, não é nada disso.”

“Ora, o que mais pode ser?”

Maria Berco pôs-se em pé, equilibrando-se.

“Pára, pára de remar. Aqui está bom.”

“Deixa-me ver o que é isto”, disse o marujo pulando inesperadamente em sua direção e tomando-lhe a bolsa.

“Não, pelo amor de Deus, devolve-me isto!”

“Deixa-me ver, sapatinho. Que mal há? Ficarei mudo como um capitão degolado.” O marujo abriu a bolsa e retirou a trouxa ensangüentada, com ar decepcionado. Então era mesmo um aborto. Ele abriu os panos e ao ver a mão do alcaide ficou surpreso. Bateu nervosamente os pés no fundo do barco e tremeu todo. De repente

parou. Seus olhos cintilaram. Tinha percebido o anel de pedra verde. Logo esqueceu o odor quase insuportável que a mão exalava.

"Vais jogá-la na água? Compreendo. Mas eu ficarei com o anel. Em minha mão terá melhor uso que nos intestinos dos peixes."

"Ah, não, senhor. Preciso jogar tudo no mar. Anel e panos e tudo."

O marujo tirou a arma da cintura e apontou-a para Maria Berco.

"O anel é meu", disse.

Retirou a jóia com dificuldade e jogou a mão na água. Enfiou o anel do dedo e ficou admirando-o

"Esmeralda ! Ouro!" E deu um uivo de alegria.

Depois fez uma pausa.

"De quem era aquela mão?"

"Pelo amor de Deus, não digas nada a ninguém. Joga no mar este anel", ela suplicou.

O homem permaneceu calado, olhando para Maria Berco, calculando coisas. Bebeu mais rum. Parecia ter rum até na alma. A roupa que usava, de couro, também cheirava a álcool. Mas ela não parecia embriagado.

O marinheiro deu a volta no barco e remou em direção à terra. Estava de costas para seu rumo e de vez em quando virava-se para acertá-lo. Cantava e remava no mesmo ritmo.

De repente Maria Berco ficou pálida, os olhos fixaram-se num ponto.

O homem parou de remar.

"O que foi? Viu algum fantasma?"

"Nada", respondeu Maria Berco olhando para a terra, onde homens com tochas nas mãos os aguardavam.

O marujo voltou-se. "Ora", disse ele, " são apenas soldados. Estás com medo deles, hem. Ha ha ha." Então ficou sério. Tirou o anel da mão e deu-o para Maria Berco. "Esconde-o contigo. Não fales nada, ouviste? Se disseres uma só palavra eu te arranco as tripas puxando pela língua. Depois devolve-me a jóia. Não conseguirás fugir com ela. Te procurei até no inferno. Entendeste?"

"Sim", ela disse, temerosa.

Maria Berco pensou em saltar da embarcação e fugir pela água alguma outra praia. Mas não sabia nadar. Morreria afogada. As armas dos soldados estavam todas apontadas para eles. Não havia outro remédio senão desembarcar. Empurraram o barco até a areia repetindo a operação sobre os troncos.

"O que é isso? O que é isso?", gritou um dos soldados. "O que estavam fazendo? Contrabando? Putaria?"

Os soldados revistaram o marinheiro e tomaram sua arma. Encontraram a moeda de ouro e a confiscaram. Abriram a bolsa de pele de Maria Berco, que estava vazia.

"Vai falando logo senão te meto na cadeia", disse o oficial.

"Não houve nada", disse o marujo. "Estava deitado quando essa rascoa apareceu e fomos dar um passeio. Que mal há? Não é moça direita, pode-se ver."

O soldado encostou a tocha bem perto do rosto de Maria Berco. Ela estava pálida e paralisada. Olhou impetrante para o marujo.

"Foram esconder tabaco!", disse o soldado, ameaçador.

O soldado encostou a arma no nariz do marujo.

"Fala senão vai morrer aqui mesmo."

"Fui marchear a cadela, capitão", disse o marujo. "Só isso, só isso mesmo."

"É isso mesmo, moça, hem?"

Maria Berco ficou calada.

"Fala excomungada",

"Fala excomungada", gritou o oficial.

Para se livrar do marujo cairia nas mãos dos guardas e, pior ainda, com o anel escondido na cintura.

"É isso mesmo, senhor", ela disse afinal.

O marujo suspirou aliviado.

“Ele é pirata, senhor”, disse um dos soldados. “Do bando de Van de Saande que anda a saquear os engenhos do Recôncavo. Eu o conheço.”

“Esse pechelingue vai para a cadeia”, disse o oficial apontando para o marinheiro.

“Mas, capitão, eu nada fiz. Não sou pirata, sou corsário!”

“E tu! Vais passar a noite na enxovia, putana.”

Os guardas riram. Empurraram Maria Berco e o marujo e se puseram em marcha, os prisioneiros sob a mira dos arcabuzes.

“Mas, eu, meu capitão?”, lamentava o marinheiro.

“Cala a boca, lazarento”, disse um soldado, dando-lhe um safanão pelas costas.

*

N. Cap. 2, Subcap. 5, 2ª Part., P. 63, § 1º-2º, L. 1-19

Maria Berco ficou sozinha numa cela. Se fosse revistada, estaria perdida. Bernardo Ravasco devia estar preocupado, esperando-a na igreja do Colégio. Se não a revistassem, logo que fosse solta ela entregaria a jóia ao secretário. Mas ele não era o dono do anel. Meteu a mão na cintura e sentiu a dureza do anel. Quanto valeria aquela pedra e aquele ouro? Quantas vezes sonhara ter dinheiro. Se fosse seu aquele anel, o venderia e poderia dar uma parte do dinheiro a João Berco para pagar tudo que ele gastara com ela desde que a tirara da Misericórdia. Seu marido era bruto, às vezes, mas Maria Berco sentia uma imensa gratidão por João Berco tê-la escolhido entre as órfãs para casar-se. Não poderia deixá-lo, quase cego, sem um tostão nem para comprar um molecote que cuidasse dele. Se vendesse o anel o dinheiro daria para o sustendo de João Berco até que ele morresse e depois disso ainda sobraria para ela comprar um lugar na frota para Lisboa, como tantas vezes sonhara. Vestida com uma linda roupa negra de viúva viajaria na almiranta, cruzaria o oceano, acenaria para o regente, do terreiro do paço da Ribeira, assistiria à passagem de nobres verdadeiros em carruagens douradas.

Sonhando assim, encostada à parede fria da cela, adormeceu.

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (3ª, p. 63-68)

Os irmãos saíram da igreja à meia-noite, apertados na sege. As ruas estavam desertas. Foram até a casa de Bernardo Ravasco à procura Maria Berco. A sege rodava com dificuldades, quando foi detida pelos soldados que patrulhavam as ruas. Vieira disse ao oficial que estavam indo a uma extrema-unção, diante dessa explicação o capitão ordenou que os deixassem seguir, pois eram padres a salvar almas. Os soldados tiraram os chapéus e se curvaram.

Assim que se retiraram dali, a sege prosseguiu com o grupo pelas ladeiras, disfarçado de padres e Vieira não deixou por menos em seus comentários quando considerou os soldados uns hipócritas pela reverência feita a ele, considerando que no futuro seria, certamente, alvo de todas as setas desses mesmos soldados. Após o comentário do irmão, Bernardo Ravasco disse a Vieira que ele (Vieira) era mais amado que odiado. Vieira no momento considerou o irmão muito ingênuo em face de tal comentário, pois ele próprio se considerava odiado por não ser um solitário de Tebaida, estava ali se matando para não ter certeza de salvar a alma de ninguém, nem a dele mesmo.

A sege parou diante do palácio.

O prédio estava às escuras e tudo parecia calmo. Bernardo Ravasco desceu da sege e entrou no palácio. Vieira e padre Soares aguardaram à entrada. Padre Soares entrou ofegante ao prédio para avisar Bernardo que Braço de Prata estava lá. Bernardo chegou até a janela e viu que os soldados cercavam o palácio. O governador apareceu imediatamente acompanhado por dois soldados com archotes, encontrou

Bernardo Ravasco imóvel. Naquele instante, o governador determinou a prisão de Bernardo. A partir da determinação do governador, o gabinete virou uma balbúrdia. Ao ser preso, Bernardo Ravasco quis saber o motivo de sua prisão. O governador olhou-o friamente e respondeu, tratava-se da morte do alcaide-mor da cidade da Bahia. Bernardo diante da justificativa, afirmou sua inocência. Nesse momento, Vieira entrou na sala questionando a prisão do irmão. O governador ironizou o padre, dizendo que era um mouco defendendo um surdo e que por isso levaria não um, mas dois de uma só vez. Vieira revidou dizendo que contra ele o governador sabia que não podia fazer nada, o que o governador concordou, mas o retrucou dizendo que por aquele momento não, mas o próximo certamente seria ele.

Depois das discussões entre Vieira e o governador, foi ordenado pelo governador Antônio de Souza que levassem Bernardo Ravasco. Vieira esbravejou dizendo que o príncipe seria comunicado daqueles desmandos. Antônio de Souza, sarcasticamente, disse a Vieira que compreendesse, pois o príncipe da Bahia era ele.

Bernardo Ravasco foi levado pelo terreiro, a pé, entre soldados que o cercavam em filas laterais a cavalo e à frente ia Antonio de Souza, altivo, como se exibisse um troféu de caça.

*

O. Cap. 2, Subcap. 5, 4ª Part. , P.68, § 1º-7º, L. 1-30

Vieira partiu amargurado e furioso para a quinta. José Soares olhava a estrada, silencioso.

“Perde-se o Brasil nas unhas escorregadias dos governantes. O problema do Brasil”, disse Vieira, “é que nada se faz aqui de arbitrário e injusto chega aos ouvidos certos em Portugal. Também os roubos aqui parece que não são reparados lá na metrópole. E o povo continua na maior das misérias. O Brasil, aliás, não passa de um retrato e espelho de Portugal, seara de vícios sem emendas, do infinito luxo sem cabedal e todas as outras contradições do juízo humano. Vou tomar minhas providências quanto ao governador.”

“O senhor precisa tomar cuidado, padre”, disse José Soares. “Esse homem é muito perigoso. Vamos, padre Vieira, vamos descansar entre os padres da quinta. O senhor não deve ficar assim irritado, vai acabar doente de novo. O senhor precisa ficar retirado dessas baixezas do mundo.”

“Retirado das baixezas entre os padres? Achas que não são homens? Só me retirarei das baixezas dos homens quando morrer, padre Soares. Os padres hoje em dia não prestam, são como os leigos.”

“Não seja tão injusto, padre Vieira.”

“Hoje em dia é assim: um moço sem pai, mal herdado da natureza, sem valor para seguir as armas, sem engenho para cursar as letras, moço sem talento, nem indústria para granjear a vida por outro exercício. É desonesto? Vai governar. É honesto? Vai ser padre. Entram num convento para comer, cantar, vestir e conversar. Mal sabem persignar-se nem dizer se Cristo ressuscitaria ou não.”

Durante aquele dia inteiro e no dia seguinte Vieira ainda continuaria a toda velocidade, não teria dormido mais que três horas durante a noite pensando na improbidade dos homens para ter mais uma cascata tormentosa de deprecações sempre bem-fundadas. Tomás de Aquino , são Paulo, a bíblia inteira para comprovar suas teses.

*

P. Cap. 2, Subcap. 6, 1ª Part., P.69-70, § 1º-22º, L. 1-56

Com os primeiros raios de sol, Maria Berco acordou. Um oficial abriu a porta da cela e, depois de alguns conselhos e repreensões mandou-a embora. Sentiu os ossos moídos ao levantar-se. Arrumou a saia, ajeitou os cabelos. Lembrou-se subitamente do encontro em Bernardo Ravasco na igreja. Correu para lá mas não o encontrou. O menino curumim informou que havia partido com Padre Vieira na noite anterior para a quinta. Maria Berco suspirou. O anel! O que fazer com ele?

Ajoelhou-se diante da imagem de Nossa Senhora num nicho lateral da igreja e rezou. Pediu à mãe que a iluminasse.

Saiu da igreja e vagueou pelas ruas. Penso em João Berco. Pensou em Lisboa. Pensou na roupa negra de rendas, no mar, na almiranta, nos nobres, nos seus pés sujos de lama, na pobreza.

Quando percebeu estava diante da casa de dom Balthasar Drago, o joalheiro. Depois de alguma hesitação entrou.

Algumas pessoas com aspecto rude ou pobre a olharam. Maria Berco sentou-se na ponta do banco e aguardou sua vez. De uma em uma as pessoas iam sendo atendidas. Vendiam ou penhoravam jóias, relógios, correntes, panos de damasco.

Chegou a vez de Maria Berco. Aproximou-se do balcão e colocou sobre uma pequena almofada de veludo o anel. O homem, com uma meia recheada de sal quente enrolada no pescoço, do outro lado do balcão levantou os olhos, estudou-a

“Vender ou penhorar?”, ele perguntou.

“Penhorar”, ela disse num ímpeto.

Ele segurou o anel entre as mãos finas e pálidas e aproximou-o dos olhos. Fitou novamente Maria Berco. Colocou uma pequena lente diante da vista e examinou a pedra contra a luz.

“Cem patacas de réis.”

“Está bem”, ela disse, apressada.

O ancião sorriu. Esperava mesmo que a moça não reclamasses da avaliação. Esse comportamento quase sempre significava que o produto era roubado.

Dez mil réis eram pouco mais que a moeda que Bernardo Ravasco lhe dera como pagamento pelo serviço, a qual ela entregara ao marujo e fora confiscada pelos soldados. Uma moeda de ouro valia quatro mil e quatrocentos réis. Fundindo-se o ouro do anel obter-se-iam, no mínimo, duas moedas. A pedra devia valer uns cem mil réis, o equivalente a dois meses de soldo de um capitão-mor, ou a uma propina de desembargador para a festa de São João, ou ao ordenado semestral de um fundidor.

“Nome”, ele disse.

“Meu nome?”

“Quero, quero, Maria.”

“Maria de quê”, impaciente.

“Berco.”

O joalheiro escreveu o nome num papel, enfiou a jóia e a ficha num saquinho de veludo. Levantou-se e levando o saquinho desapareceu por uma porta no fundo da sala, onde havia um homem armado. Depois de alguns longos instantes voltou com outro saquinho, cujo conteúdo despejou sobre o balcão. As patacas caíram sobre a madeira amarradas em grupos de dez. O joalheiro contou-as, assinou o recibo e entregou tudo à moça.

Maria Berco saiu dali apressada, sem conferir o dinheiro.

“O próximo”, disse o joalheiro.

*

RESUMO DAS PARTES SUBSEQÜENTES (2ª-3ª, p. 70-73)

A caminho da casa de Maria Berco entrou numa taberna. Admirou os produtos nos balcões, pois estava faminta. Perguntou pelo preço do pastel e comprou um. O taberneiro ainda quis saber se ela desejaria mais alguma coisa, pois na taberna, não se vendia somente salgados e doces

Maria Berco olhou seus pés sujos, sem meias, o sapato rasgado. E perguntou se ali vendia-se sapatos. Prontamente o taberneiro lhe respondeu indicando um de cordovão. Maria Berco calçou os sapatos. Sentiu o conforto de pele macia. “E as meias, quanto?”, logo perguntou. O taberneiro lhe respondeu:

“De seda, duas patacas de cem.”

Maria Berco saiu dali com um embrulho grande. Comprara, além dos sapatos e das meias, uma veste de seda, uma camisa de seda, uma vara de tabaco em corda, um paio, uma boceta de relevo, e mais algumas ninharias.

João Berco estava na sala enrolado numa camisa ordinária, gasta. Ouviu entrar sua mulher, apertou nas mãos a bengala. Quando Maria Berco aproximou-se, ele deu um súbito golpe com a bengala no ar, que a atingiu. Em seguida, começou a xingá-la, pois imaginava que a demora da mulher ao retornar para casa caracterizava um adultério contra ele. Em meio a todo ódio de João Berco conseguiu fazer-se ouvida, disse que havia trazido um presente para ele. Ele não a respondeu.

Maria Berco ao ver o marido caído na cadeira, colocou sobre a cabeça dele o chapéu de castor. João Berco passou a mão pelo chapéu constatando a maciez. Maria Berco, em seguida, desembulhou o tabaco, picou uma pequena quantidade, colocou-o dentro da boceta e deu-o para aspirar. Não contente com os presentes dados por Maria Berco, João ainda lhe perguntou se havia trazido dinheiro para ele. Maria Berco confirmou. E João Berco fez questão de lembrar à Maria que ela havia sido abandonada pelo pai e que ele a comprou num orfanato em troca de milho e de refugo, portanto dizia a ela que não fazia mais que sua obrigação trazendo conforto para ele. O homem esticou o braço em direção ao dinheiro, pegou as moedas e contou uma a uma. Depois de tê-las nas mãos quis saber de Maria se ela havia roubado, já que não considerava que fosse capaz de conseguir tanto dinheiro dormindo com algum marujo no porto. Não obtendo resposta, João Berco insistiu com Maria, perguntando-lhe se ela tinha algum amante. Para em seguida ameaçá-la, dizendo que se fosse embora com algum homem, mandaria matá-la. Maria disse a João Berco que nunca seria prostituta. Mas para que ele não continuasse a desconfiança de que ela havia conseguido dinheiro de algum amante, pensou em contar ao marido a história do anel, desistiu, pois sentia vergonha do que fizera. Decidiu que, assim que esquecessem a morte do alcaide, resgataria o anel e o devolveria a Bernardo.

*

Q. Cap. 2, Subcap. 6, 4ª Part., P.73-75, § 1º-23º, L. 1-74

Pelas adufas os raios de luz vinham iluminar suavemente as tapeçarias das paredes, as credencias de jacarandá, o cofre de metal. Luiz Bonicho estava sentado à mesa de seu gabinete na Câmara e lia, pela décima vez, o papel que tinha em mãos.

“Não posso acreditar”, disse.

Donato Serotino, luzente em seu uniforme castanho e botas escuras, andando de um lado a outro, nervoso, quase chorava.

“O que faremos, Luzi, o que faremos? Ele vai descobrir tudo e terá como nos incriminar.”

“Isso não é um problema.”

“Isso não é um problema? Estás louco!”

“Não. Teles de Menezes era o único que podia testemunhar contra nós.”

“E não é o suficiente? Ele deve ter deixado papéis, provas. Ah, por que não deste logo o que ele queria? Não nos teria custado tanto assim e calávamos a boca daquele entremetido.”

“Calar a boca de Teles de Menezes? Não, ele usaria isso contra nós, sempre, e cada vez exigindo mais. Foi um dos maiores patifes que conheci”, disse Luiz Bonicho. “A única maneira de calar a sua boca era acabando com ele.”

“Na verdade tu o enganaste, Luiz”, disse Donato. “Quando ele ordenou ao encarregado do leilão das lavouras, do equipamento e dos escravos colocados em hasta pública, que as ofertas fossem feitas em dinheiro sonante, era para que esta exigência extraordinária eliminasse os competidores e restasse apenas tu. Dessa maneira fizeste o negócio por um preço bastante abaixo, mas sabes muti bem de quem era o dinheiro. As propriedades eram para a família Menezes. Ficaste com elas! Era de se esperar que eles agissem assim...”

“Talvez isso fosse uma rapace armadilha para me pegar. O que eu sei a respeito daquele maneta...”

“Saber não adianta. Se abrires a boca ela vai alegar que estás tentando manchar-lhe a honra para anular o crédito da ação. Mesmo que ele não possa provar do

que te acusa, é o governador. Isso basta. Além disso nem todos os atos corruptos na burocracia são necessariamente ilegais.”

“Estás esquecendo uma pequena coisa muito importante: um governador tem apenas três anos para governar. Enquanto que um vereador... Posso ficar no cargo o resto de minha vida.”

“Ele ainda tem muito tempo de governo. Pode fazer coisas horríveis contra nós. Tantas vezes te avisei que não confiasses nele.”

“Nunca confiei naquela mina ambulante. Nem ele em mim. Por isso éramos amigos. Ele planejava, preparava, depois eu fazia os negócios e dividíamos os benefícios. Tudo em meu nome. Esse alma de gato sabia que a qualquer momento podiam colher-nos em mau latim. E que eu pagaria sozinho. O risco sempre foi meu. E eu estava precisando de dinheiro, essa é a verdade. Mas agora...”

“Agora... Não há mesmo outra solução?”, disse Donato Serotino.

“Nenhuma outra solução.” Luiz Bonicho encostou seus lábios ao ouvido de Donato Serotino. “Ele não demora a descobrir que estamos nessa conspiração até a ponta do nariz e vai querer acabar conosco. Mas tu o matarás hoje durante a aula. Não deve ser difícil acertar um maneta gordo e velho. Depois vamos fugir daqui.”

“Há guardas por todo lado. O porto está vigiado. E se não der certo?”, disse Donato Serotino passando as mãos nos cabelos sofregamente. Seu rosto estava corado.

“E se não der certo... não deu. Ao menos tentamos. Se os homens não tentassem ultrapassar limites não teríamos os grandes navegadores. O Braço de Prata não vai conseguir nos meter na cadeia. Nós somos muitos, e poderosos. Não é apenas um homem que está exterminando outro: é um grupo de homens dispostos a fazer justiça.”

“Antônio de Souza pode já estar desconfiado de nós. Não vai nos deixar escapar assim.”

“É um parvo arrogante. Acha que ninguém teria coragem de matá-lo. Anda com o rei na barriga. Está cercado de bajuladores, por isso me odeia. Não sei bajular, lamber botas, andar de quatro, nas minhas veias corre sangue quente e não sangue de barata. Tomei asco desses políticos, sou um deles e sei bem como são. Putos por princípio moral. Eu já não tenho mais nariz para respirar esse ar de merda. Estás olhando o tamanho de meu nariz, não é? Sou um solitário. Ele verá quem ri por último.”

Donato Serotino olhou o relógio.

“Está na hora”, disse.

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (5ª, p. 75-76)

Antônio de Souza costumava treinar esgrima todas as manhãs com o mestre Donato Serotino. Levando em consideração o problema físico do governador, ele poderia ser classificado como um aluno acima da média.

*

R. Cap. 2, Subcap. 6, 6ª Part., P.76-79, § 1º-12º, L. 1-10

Antonio de Souza foi ao vestiário e tirou sua roupa suada de frente a um grande espelho. Nunca permitira a seus valetes vê-lo despido. Tinha uma angustiada consciência da sua feiúra física. Era sujeito a calafrios noturnos e vertigens.

Tentava compensar a falta do braço com um regime espartano de prática constante de esgrima. Os resultados com a mão esquerda eram lentos e só ele os percebia. Nem mesmo Donato Serotino notava seus progressos. É claro, pensava o governador, Donato Serotino sentia-se um semideus em suas formas perfeitas. Como poderia compreender os sentimentos de um velho aleijado?

Antonio de Souza ainda tinha grandes planos políticos, prudência ao falar e era paciente para conduzir seus assuntos. Nunca se interessara pela opinião dos outros a não ser que fosse a mesma que a sua. Jamais se metia em questões e negócios problemáticos, insolúveis ou fadados ao fracasso. E se lhe sobrava habilidade para negócios, sobravam-lhe também as oportunidades para enriquecer. Mas tinha o maior desprezo pela riqueza — apesar de adquirir a cada dia mais bens — assim como pela humanidade. Tinha desprezo também pelos jesuítas, com seu ranço retórico e letrado. Padre Vieira sempre fora conhecido em Portugal como um homem rendido ao poder econômico. Por isso protegia os judeus, que representavam a riqueza. Lutava contra a escravidão dos indígenas, mas não esconderia isso algum interesse dos famélicos jesuítas? Talvez fosse um problema de consciência ou um impulso tirânico de catequese, uma vez que as normas inicianas eram fundamentadas no ensino da doutrina. Ignácio de Loyola, em Paris, unira-se a seus companheiros egressos da universidade e fizeram o voto militar e formara uma companhia disciplinada regida por uma constituição, que funcionava sob a forma de milícia. *Ad majorem Dei Glorian* espalharam-se pelo mundo, pregando, construindo missões, dirigindo pesquisas de interpretação da bíblia, investigações teológicas e científicas e buscando através da erudição a salvação da humanidade. O que tinha isso a ver com Cristo? Os jesuítas não se afastavam do convívio social, não viviam na solidão do claustro, não realizavam procissões ou litânias nem se submetiam a mortificações. Havia transformado a Igreja medieval em uma outra Igreja e não sentiam, como Tomás de Kempis, uma diminuição de sua pureza ao tocar os pés fora do convento. Imiscuíam-se no terreno material do mundo alegando que não estavam ali para salvar a própria alma mas a alheia. Como salvar a alma dos outros se não se salva a própria? Se vai o padre o inferno leva consigo os fiéis. Intrometiam-se nos centros de poder e decisão — para salvar a alma alheia? —, haviam sido molinistas, antijansenistas, confessores de reis e de poderosos, quando sopravam aos ouvidos do poder suas idéias, quer na tentativa de manter a decadente submissão das monarquias à igreja, quer na erradicação do protestantismo, ecos das idéias de Erasmo sobre a inutilidade da monarquia. *Monachus non est pietas*, acreditavam. E estavam ali no Brasil defendendo a liberdade dos indígenas pra os terem, eles mesmos, como cativos — de suas idéias. Como se podia explicar que sendo contra a escravidão calavam-se frente ao que ocorria com os negros africanos? Simples! O braço do negro era imprescindível ao enriquecimento da colônia. Assim eram os jesuítas e padre Vieira mais do que todos, pois — era necessário reconhecer — tinha brilhante espírito. Sim, ele e Antonio Vieira haviam-se tornado inimigos. Vieira já estaria a essas horas mexendo as peças de seu tabuleiro para derrubar o governo. Mas não seria mais capaz disso. Ou seria? Procurar o jesuíta para fazê-lo voltar atrás era perda de tempo. O homem tinha um enorme prazer em cultivar inimigos, em destruir. Mas era ele, Antônio de Souza, quem estava com a faca e o queijo na mão, pensava o governador. Não tinha nada a perder. Não precisava mais dos jesuítas, tinha a seu lado o arcebispo, apesar de não querer confiar no prelado inteiramente. Vieira, na certa, desejava dispor do cargo de governador geral para seus comparsas. Teria sido tolice virar-se contra o jesuíta? Ah, a miserável condição humana dentro de um corpo mutilado e uma alma transtornada tornavam Antônio de Souza um mártir em sua própria mitologia. Seu carrasco: Antônio Vieira. Era preciso acabar com ele.

Vestido, Antônio de Souza voltou-se de novo para o espelho iluminado pelo raio de luz que entrava através da janela.

“Ah, és tu, Donato.”

Donato tirou lentamente a espada da bainha. Seus olhos que sempre brilhavam azuis estavam embaciados e negros. Ocorreu a Antônio de Souza o estranho pensamento de que estava diante do anjo da morte. Teve mesmo a sensação de ver duas grandes asas negras flutuando atrás do esgrimista.

“Não sabes que não podes entrar aqui, Donato? O que queres?”, disse Antônio de Souza. Olhou para o lado. Sobre o banco estavam suas armas. Aproximou-se do banco.

“Perdoai-me, senhor, mas o que vou fazer é preciso”, disse Donato. E com muita agilidade deu um salto em direção a Antonio de Souza descendo a espada

sobre seu adversário. O governador defendeu-se usando o braço de prata, que fez um ruído agudo no choque com a lâmina afiada da arma de Donato Serotino. Antonio de Souza sentiu uma dor forte nos músculos do pescoço onde as correias prendiam o braço de metal.

“Guardas!”, gritou Antonio de Souza. “Desgraçados que nem sabem ganhar seu soldo!”

Donato atacou-o novamente, agora com mais força e rapidez. A arma zuniu cortando o ar. Novamente Antônio de Souza esquivou-se usando o braço de metal. Um terceiro golpe veio, inesperado, arrancando a peça de metal do corpo do governador, jogando-a longe com um barulho fortíssimo. Antonio de Souza levou a mão ao ombro instintivamente. Quando a retirou dali estava empapada de sangue. Donato olhava-o, com a espada no alto, pronto a desferir um golpe que seria o último, o fatal. Antônio de Souza percebeu que aquele era o derradeiro instante de sua vida. Em que deveria pensar? No príncipe? Em Vieira? Por que Donato demorava tanto a descer a espada contra sua cabeça? Morreria com o corpo partido em dois? A porta abriu-se, entraram soldados enrolados em toalhas, molhados, alguns com suas espadas nas mãos, gritando. Donato Serotino correu em direção a eles e empurrando-os abriu passagem. Descalços, os homens escorregavam no chão molhado. Perseguido pelos soldados que a cada porta aumentavam em número, Donato Serotino saiu em disparada pelos corredores do palácio até sua montaria. Desapareceu a galope pelas ruas deixando uma nuvem de poeira no ar.

*

S. Cap. 2, Subcap. 7, 1ª Part., P.81-82, § 1º-6º, L. 1-33

Era impossível continuar morando na mesma casa. Se o procurassem o encontrariam em menos de alguns minutos. Gregório de Matos arrumou seus livros e algumas roupas num saco. Saiu dali sem dizer a ninguém para onde estava indo.

Vagou pela cidade algum tempo. Dirigiu-se para o dique, um lago natural formado pela água dos riachos, somada à que manava das hortas dos beneditinos. Ficava para lá do Carmo, entre o Paço e a Saúde, com florestas às margens. Os belgas haviam avolumado as águas com represas.

Ao chegar ao dique, Gregório de Matos viu patrulhas rondando. Escondeu-se e esperou. Soldados conversavam com mulheres vestidas de saias brancas cintilantes. Fumavam, riam e passavam a mão nos seios, nos braços, nas nádegas das mulheres, abrançando-as. Uma delas estava com a blusa descida, dois enormes seios à mostra. Lavadeiras faziam seu trabalho agachadas à beira da água.

Quando os guardas se foram. Gregório de Matos sentou-se à beira do dique: jogou pedras na água, olhou as lavadeiras tão limpas e belas. O monte a par do dique estava verdejante. Ainda habitaria aquele vizinho tão chegado às tarras frias, pensou. Com um graveto escreveu na areia: “... pretas carregadas com roupa, de que formam as barreiras. Não serão as mais belas mas hão de ser por força as mais lavadas. Eu, namorado desta e aqueloutra, de um a lavar me rende o torcer doutra.”

Lembrou-se de Anica de Melo. Conhecera-a logo que retornara de Portugal. Era uma rapariga linda, mesmo. Sabia até escrever seu nome. Pena ser de alcouce. E branca.

Anica de Melo jamais vira Gregório de Matos como um freguês nem quisera apresentar-se como prostituta, embora no momento em que se conheceram todas as mulheres do lugar o fossem e os homens dali estivessem sem busca delas. Ser prostituta não era muito agradável naquela cidade cheia de criminosos e galicados. Gregório de Matos logo gostou de Anica de Melo. Ela era viva, tinha juventude, balangandãs e estava caída por ele.

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (2ª, p. 82-89)

Anica de Melo tinha grande compaixão pelos pobres e estendia os serviços de sua casa, freqüentada por gente de todas as condições. Apenas os escravos não podiam entrar lá, pois afugentariam os demais fregueses, ainda que as mais solicitadas damas do alcouce fossem negras.

Anita de Melo estava deitada na cama, ouvindo Gregório de Matos com atenção e fascínio. Em meio aos desabafos e descontentamentos de Gregório com a situação local, Anica quis saber dele como conheceu os Ravasco. Ele explicou que o relacionamento com a família vinha de muito tempo, as famílias já se conheciam. E no caso dele, especificamente, se deu a partir de um pequeno folheto publicado com sermões de Antônio Vieira em castelhano que lhe chegou às mãos, há muitos anos. Naquela ocasião, diz Gregório, encheu-se de paixão pelas palavras do jesuíta. Tanto que considera que aquele livro mudara inteiramente a vida dele. Gregório de Matos, assim como seu pai, admirava a formação do jesuíta, seu espírito polêmico, sua originalidade, e quando partiu para Portugal levou consigo a intenção de conhecer o padre Vieira. Ou, quem sabe, tornar-se maior que ele. Pois aqui no Brasil, Gregório de Matos havia estudado com os jesuítas. Era um homem letrado.

Além da relação com a família Ravasco, Anica quis saber, também, sobre o pai de Gregório. Ele, então, falou sobre o pai. Disse à Anica que se tratara de um homem magro, aleijado, costas curvadas e olhos tristes, cujo nome também era Gregório. Era almotacé, tesoureiro do Juiz de Órfãos, procurador do Conselho. Gostava de cantar quando estava trancado dentro do quarto, já que para Gregório, os lavradores como o pai, gente de baixa extração gostava de cantar e sorrir. Além disso, Anita ainda quis saber de Gregório por que o pai dele se trancava dentro do quarto, Gregório lhe explicou que o velho tinha uma luneta e passava as horas olhando as estrelas. E que ele, Gregório, aproveitava a saída do pai para o trabalho e usava a luneta para bisbilhotar as pessoas, principalmente as mulheres que passavam pelas ruas ou que ficavam às janelas. Nas ruas, quando menino, ficava extasiado com as mulheres. Depois dos relatos de vida de Gregório, Anica denominou-o de demônio o que ele retrucou, disse que homens e mulheres não são muito diferentes, que demônios são as mulheres, pois descobriu mais tarde que as mulheres eram diabos disfarçados, sereias traiçoeiras, tentações infernais, que traíam e levavam a alma do homem ao inferno, mas nada havia de tão delicioso quanto este inferno.

Gregório gostava dos livros, mas sabia que neles não havia só mulheres, havia, também, aventuras. Antes pensava que os homens verdadeiramente letrados, como padre Vieira, recebiam seus conhecimentos do céu, mal sabia que era dos livros. As coisas eram bem diferentes do que pensava. A formação adquirida junto aos jesuítas lhe deu bastante segurança e até arrogância no sentido moral. Chegou a se preparar para seu um jesuíta, já que esse era o sonho de todo menino da época. Mais tarde desistiu do sonho, por concluir que o saber dos jesuítas era inosso e atrelado a idéias religiosas e políticas. Depois que dominou a retórica cansou-se dela e passou a procurar algo diferente, foi nesse período que partiu para Portugal.

Na conversa com Gregório, Anica quis saber o que fizera em Portugal, tão menino, porque não tinha idade para ingressar na Universidade de Coimbra. Gregório explicou que viveu um tempo com parentes e lá continuou a escrever seus versos que ensaiara quando menino na Bahia. Mas em Portugal escrevia pouco, pois tinha outras coisas mais importantes para desempenhar por lá, uma delas era se dedicar à carreira de magistrado.

Gregório era respeitado, bem-relacionado, ligado à família, aliás uma boa família, dona de cargos importantes. Além disso, Gregório de Matos era branco, dono de uma inteligência feroz e possuía muito talento para as leis. Mas o seu desejo mesmo era formar-se em direito canônico e fornicar as mulheres.

Anica, ainda, quis saber de Gregório de Matos se ele não pretendia se casar. Ele lhe respondeu que era viúvo e que não havia encontrado na Bahia uma mulher que lhe servisse. A única que ele desejou não teve olhos para ele. Anica ironicamente disse que talvez ele encontrasse essa mulher tão especial num convento.

Sarcasticamente retrucou Anica ao dizer que poderia ser também na cozinha ou num banheiro público.

Anica continuou insistindo na pergunta, agora queria saber se ela capaz de amar uma meretriz. Ele então respondeu, "Mesmo que cheire a cebola ou que não tenha dente ou que não tenha um olho."

Anica não acreditava em suas palavras, considerava que ele fazia uma divisão bastante clara entre as mulheres para fornicar e as mulheres para casar. Entre as negras e as filhas dos fidalgos. Entre as meretrizes e as donzelas.

Para Gregório, Anica era levemente menos vulgar do que ele desejava. Num abraço dado a Anica com delicadeza, fez com Anica se declarasse para ele, dizendo que gostava da maneira decente como ele tratava as putas, muito diferente dos outros homens.

*

T. Cap. 2, Subcap. 7, 3ª Part., P. 89-90, § 1º-15º, L. 1-36

Bernardina Ravasco estava sentada, com seu pequeno chapéu de fitas, embuçada, ao lado dos baús. Com uma das mãos segurava um pequeno cálice de licor, com a outra uma fatia de bolo.

Maria Berco fazia os últimos preparativos para a viagem de sua ama. Andava de um lado a outro abrindo e fechando arcas, colocando objetos e roupas que seriam necessários no engenho. Andava sem fazer barulho, os pés enfiados nos sapatos novos de cordovão.

"E este?", disse mostrando um espartilho. " Não seria bom levar?"

"Por que usaria espartilho no engenho? Há apenas bois e labregos para se conversar."

Maria Berco pegou um chapéu de abas largas.

"Este é o melhor, cuidemos para que o sol não vos queime a pele."

Bernardina Ravasco trocou o chapéu meio a contragosto. "Estou ansiosa quanto a meu companheiro de viagem. É o poeta Gregório de Matos. Sei bem que é desembargador, vai tomar ordens sacras, mas tem uma fama..."

"Que fama, senhora?"

"Começarei pelo princípio: loquaz, sedutor, um letrado que agora está ajoelhado diante da Virgem Maria e em seguida afundado no colo das meretrizes. Graduado na universidade da luxúria, que é braba universidade. Tudo com tal publicidade..."

"Sois descomprometida, senhora. Que mal haveria em uma paixão?"

"É. Que mal haveria? É garboso como um cavalo. Se não tivesse escrito tantos desaforos, tantos desalinhos... Já ouviste alguma de suas sátiras?"

"Não senhora, nenhuma. De que falam?"

"Noites de desvelo, desvario; sem recatos conta quantas vezes deitou-se e com quem. Com desenfado queixa-se dos viciosos moradores, esquecendo os virtuosos. É um extravagante."

Maria Berco ficou imaginando se seria belo, se teria bigodes fartos ou mãos brancas. Desengonçado? Corpulento? Delgado?

"Pensa que o mundo está errado e querendo emendá-lo torna-o mais vicioso."

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (4ª, p. 90-91)

A aldraba soou e Maria Berco correu a atender. O coração de Maria Berco acelerou-se ao ver que era Gregório de Matos. Extasiada, fitou-o sem saber o que

dizer. Ele esperou, olhando-a, em seguida perguntou por Dona Bernardina. Maria Berco correu para dentro para anunciar a chegada do acompanhante de sua ama. Dona Bernardina pediu que o mandasse entrar e que lhe servisse um licor, o melhor deles. Maria Berco fê-lo entrar, naquele instante percebeu o olhar de Gregório de Matos para ela. Enquanto ele conversava com Dona Bernardina, Maria Berco ficava observando sua fama de homem cortês. Em seguida Dona Bernardina solicitou à Maria Berco que trouxesse biscoitos para Gregório de Matos. Maria Berco providenciou os biscoitos. Gregório foi à casa de Dona Bernardina para levar notícias de seu pai, Bernardo Ravasco. Como as notícias não eram das melhores, Dona Bernardina ficou muito emocionada e triste. Gregório de Matos desculpou-se das informações dadas e em seguida começou a falar sobre suas idéias liberais, na tentativa de acalmar a dama. Depois falou sobre o poeta espanhol Gongora y Argote, declamando poesias, mas nesse momento seus olhos pousavam ora em Bernardina Ravasco ora em Maria Berco. As duas ouviam as declamações embevecidas e caladas. Maria Berco se sentia cada vez mais dominada por um estranho sentimento, a sensação que tinha era que aquele homem ali a sua frente fosse, de uma maneira misteriosa, perfeitamente confiável.

*

U. Cap. 2, Subcap. 7, 5ª Part., P.91-92, § 1º-4º, L. 1-15

Quando Gregório de Matos partiu, Maria Berço ficou um longo tempo parada à porta. O sol escondia-se dourado, no lugar por onde ele enveredara. Maria Berco aconchegou-se ao casaco.

Preparou a cama de Bernardina Ravasco e após certificar-se de que ela estava dormindo trancou a porta do solar dos Ravasco e foi para sua casa.

Beijou carinhosamente o marido na testa, verificou a ceia que a escrava, comprada no dia anterior, preparara e foi sentar-se em sua cama. Estava cheia de um agradável sentimento de ternura e — relutou em pensar — amor pelo poeta que acabara de conhecer.

Também Gregório de Matos não conseguiu tirá-la do pensamento. Estava acontecendo mais uma vez com ele. Ah, por que desperdiçava tantas horas em devaneios? Por que seu coração era tão frágil e fácil de penetrar? E por que seria seu coração ligado tão diretamente ao que levava entre as pernas?

*

V. Cap. 2, Subcap. 8, 1ª Part., P. 93, § 1º-3º, L. 1-12

O ludi magister saiu do colégio. O prédio estava silencioso e fechado, já haviam terminado as aulas, que duravam cinco horas diárias divididas em duas partes iguais, metade da manhã, metade da tarde. Somente na casa da livraria dos jesuítas havia luz, onde alguns *alphabetarius* preparavam suas aulas e corrigiam provas do curso elementar ou de humanidades.

Dois padres saíram encapuzados do edifício de pedra. Atravessaram o terreiro observados pelos sentinelas do governador, que se curvaram recebendo suas bênçãos.

Os padres se afastaram apressados em direção a um beco. Ao chegarem às ruas da parte baixa da cidade entreolharam-se e suspiraram aliviados.

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (2ª, p. 93-96)

Um casal entrou no lupanar e foi direto para o *cabinet noir*. Ouviam-se gemidos, risadas, gritos de prazer ou dor. Era um anoitecer de calor forte. Gregório de Matos viu os dois padres entrarem no alcouce. Esperava-os. Não eram padres, eram Gonçalo Ravasco e Donato Serotino. Gregório de Matos relatou ao filho do secretário sua visita a Bernardina Ravasco, a recusa da dama em ir para o engenho.

Gonçalo ficou apreensivo ao saber que Bernardina se recusava esconder no engenho. Naquele momento levou ao conhecimento do poeta a tentativa frustrada de Donato contra o governador, a situação dentro do colégio. Apesar dos riscos que corria, Gonçalo disse que foi falar com Gregório, pois considerava o assunto extremamente grave. Mostrou-se preocupado com os escritos do pai que foram parar na mão do governador. Diante de tal apreensão, Gregório se mostrou sereno, tanto que perguntou a Gonçalo o que havia de mal. Gonçalo explicou que o motivo de sua preocupação era o desejo do pai em ver aqueles escritos publicados em Portugal ou Holanda. Diante dessa explicação, Gregório de Matos quis saber do que se tratavam. Gonçalo revelou que tais escritos tratavam-se de um tratado descritivo do Brasil sobre a topografia local, dos eclesiásticos, dos civis e dos militares, além dos poemas escritos pelo pai, aliás os seus melhores poemas. Depois dessa explicação, Gregório considerou que era preciso reavê-los. A partir daquele instante passaram a pensar em como reaver os escritos de dom Bernardo, para isso precisavam de inteligência para decidir. Donato teve uma idéia, pois era de seu conhecimento que no dia seguinte haveria uma reunião de desembargadores no palácio e para essa reunião haviam sido convidados os ministros do Tribunal e da Relação Eclesiástica. Não seria difícil, apenas um pouco arriscado, que Gonçalo Ravasco comparecesse à reunião na comitiva da Relação Eclesiástica. Mas para isso, seria necessário que Gregório de Matos conseguisse, na Relação, credenciais para Gonçalo Ravasco, já que dentro do palácio poderia tentar recuperar os escritos de seu pai. Gregório aceitou a incumbência.

*

W. Cap. 2, Subcap. 8, 3ª Part., P.96-98, § 1º-28º, L. 1-81

O Mata atravessou o pátio dos fundos do palácio do governo pisando em esterco de animais. Cavalariços e cocheiros vagueavam por ali enquanto cavalos atrelados permaneciam diante dos carros aguardando a partida. Outros cavalos tinham sido soltos e pastavam pequenos tufos de grama.

Algumas criadas fumavam sentadas na escadaria, outras conversavam com escravos ou sentinelas. Apenas os empregados da cozinha trabalhavam a pleno. Da chaminé saía uma constante fumaça escura. O odor de carne assada, azeite, pimenta, vinha em lufadas.

O Mata entrou no palácio e foi até a sala de Antônio de Souza, passando por uma entrada usada apenas pelo governador e alguns criados de confiança. Bateu delicadamente e esperou a resposta. Depois de algum tempo, o mordomo abriu a porta e fez sinal para que o Mata entrasse e aguardasse.

Mata relanceou os olhos nos papéis que trazia sob um capa de couro. Não teria coragem de mostrá-los a Antônio de Souza. Mentiria, diria que não encontrara nada. Mas o governador ficaria muito furioso e quando isso acontecia, ah, ele nem queria pensar nisso. Com o coração acelerado ouviu os passos do governador se aproximando.

“E então, Mata?”

Mata olhou-o temeroso, boquiaberto, hesitante.

“Entremos aqui”, disse Antônio de Souza. “Quero ficar a sós contigo. Que ninguém nos incomode.”

Mata correu a dar as ordens ao mordomo. Voltou e permaneceu em pé ao lado de Antônio de Souza, que o olhava com certa ansiedade.

“Conseguiste o que te pedi?”, disse o governador.

“Eh. Não senhor, quer dizer, sim senhor.”

“Muito bem. Então ... senta-te. Senta-te aí e lê para mim.”

“Bem... em... não creio que deva, senhor governador.”

“E por que não?”

“É muito peçonhento para os ouvidos de vossa mercê. Coisas muito baixas, feias, vossenhora compreende?”

Antônio de Souza sentou-se apoiando as botas na cadeira em frente. Seu olhar dirigiu-se ao Mata, que tremia.”

“Podes ler, Mata. Estou esperando.”

Mata retirou com vagar os papéis em desordem e colocou-os sobre a mesa. Tentou organizá-los colocando uns atrás, outros na frente. As folhas caíam e eles as recolhia no chão. Após alguns instantes percebeu que não podia mais ficar protelando. Tinha de fazê-lo. “Meu Deus”, pensou, “ a fúria dele vai cair sobre mim. Levarei a culpa por todas as palavras que o tal Gregório de Matos disse em suas sátiras contra o governador.”

Reinava no palácio um silêncio que parecia vir da rua. O Mata pegou a primeira das folhas, respirou fundo e começou a leitura: “Oh, não te espantes não, dom Antônio, que se atreva a Bahia com oprimida voz, com plectro esguio, cantar ao mundo teu rico feitio, que já é velho em poetas elegantes”, e aqui o Mata deu de ombros quase desculpando-se, “ o cair em torpezas semelhantes.” Olhou para o governador. “ Ao menos o poeta reconhece suas torpezas.”

Enquanto Mata prosseguia na leitura da sátira, Antônio de Souza pôs-se a andar de um de um lado para outro meneando a cabeça.

“O bigode fanado feito ao ferro está ali num desterro, e cada pêlo em solidão tão rara, que parece ermitão da sua cara: da cabeleira, pois, afirmam cegos, que a mandaste comprar no arco dos Pregos. Olhos... olhos...”

“Por que paraste, Mata? Anda, prossegue.”

“Olhos... olhos ca — cagões que cagam sempre à porta, mas tem esta alma torta, principalmente vendo-lhe as vidraças no grosseiro caixilhos das couraças: cangalhas que formaram, luminosas, sobre arcos de pipa duas ventosas. De muito cego, e não de malmequer a ninguém podes vê; tão cego és que não vês teu prejuízo, sendo cousa que se olha com juízo; tu és mais cego que eu que te sussurro, que, em te olhando, não vejo mais que um burro. Agora fala sobre o nariz, senhor governador. Devo continuar?”

“Sim.”

Mata raspou a garganta, sua voz estava quase um fio. “Chato o nariz de cocras sempre posto: te cobre todo o rosto, de gatinhas buscando algum jazigo adonde o desconheçam por embigo; até que se esconde onde mal o vejo por fugir do... do fedor do teu bocejo.”

A sátira falava ainda da boca de Antônio de Souza, das pernas e pés, do casaco, do odre, da bengala que sempre levava sob a axila; sugeria o roubo, tirania, corrupção. Outras sátiras diziam coisas semelhantes. Antônio de Souza quis ouvi-las, todos, pacientemente. A cada instante o Mata esperava uma explosão do governador. No final Antônio de Souza surpreendeu o Mata pois, calmamente, sentou-se, guardou os escritos num cofre e mandou-o retirar-se.

Quando ia fechando a porta. Mata ouviu o governador chamá-lo.

“Sim, senhor governador.”

“As sátiras são inteligentes. Se não fossem contra mim até mesmo teria me divertido. Muito me serviria se ele voltasse sua mordacidade contra as pessoas certas.”

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (4ª, p. 98-99)

Na manhã seguinte a cidade ainda estava agitada. Comentava-se que o novo alcaide seria Antônio Teles de Menezes, irmão de Francisco Teles de Menezes, o alcaide morto.

Gregório avisou a Anica de Melo que iria sair rapidamente. Anica ponderou sua saída, questionando sobre o perigo que correria. Gregório considerava perigoso, mas tinha razões para sair, e, também, sua vida ainda não estava tão ameaçada, mas sabia que não ia durar por muito tempo, tudo isso por causa de suas relações com os Ravascos.

Quem se mostrava muito feliz com a presença de Gregório na casa de Bernardina era Anica, ela sentia-se maravilhada em conversar e fornicar longas horas com seu hóspede. Gregório de Matos parecia ter esquecido o encontro com Maria Berco, ter apagado a impressão que a moça lhe causara.

*

X. Cap. 2, Subcap. 8, 5ª Part., P.99-103, § 1º-43º, L. 1-148

O governador Antônio de Souza contou ao arcebispo João da Madre de Deus um sonho que tivera. Quase sempre sonhava com Vieira. Ele pensava no velho jesuíta com mais freqüência do que podia admitir para si mesmo. Sonhara que se encontrava com Vieira ao lado do guindaste. Vieira estava mais velho ainda do que quando Souza o vira pela última vez, as mãos trêmulas, uma cor adoentada e o corpo frágil. Os dois duelavam. Antônio de Souza o derrotava. Via o corpo alquebrado do padre estendido, inerte, e tenta enfiar-lhe a espada no coração. Não via suas próprias mãos. Antônio de Souza dizia: " Por que não consigo matar-te?" "Acaso roubaste minhas mãos?"

Eram assim seus sonhos. Algo que não conseguia fazer. A culpa sempre ficava com Antônio Vieira.

João da Madre de Deus preocupava-se com os sentimentos do governador. "Seria proveitoso esquecer, dom Antônio. Viver assim tão cheio de ódio não deve fazer bem a ninguém."

"Estive pensando", disse Antônio de Souza, " dom João III acreditava-se perseguido pelo espírito do duque de Bragança, a quem mandara executar em Évora. O duque dom Jaime escutava os lamentos da alma de sua esposa, dona Leonor de Gusmão, que ele assassinara por suspeitos de adultério."

"Mas vossenhô não fez nada contra padre Vieira", disse o arcebispo.

"Mas vou fazer. É como se visse padre Vieira. Ele aparece com seus cabelos brancos e desgrehados e ri de mim. Eu o odeio."

João da Madre de Deus olhou-o com seu olho azul apagado. Usava um chapéu como cebola cortada. Tinha um buço áspero sobre o lábio superior, onde gostava de passar a ponta do dedo.

"É muito estranho", disse o arcebispo, "vossenhô vê os espectro do padre. Mas ele está vivo! Fantasmas são de gente morta."

"Ele já começou seu suplício", disse Antônio de Souza. "Um sábio num reino de estúpidos que parece falar chinês onde todos falam latim. Eis o seu castigo."

As mulheres no alcouce faziam uma enorme algazarra. Riam, falavam sobre vestidos, receitas, bonecas de pano. Muitas delas não a passavam de crianças.

"Calai-vos, disse Anica de Melo. "O poeta está conversando com as mesmas visitas de ontem, os dois padres, e não quer barulho."

As mulheres passaram a rumorejar como passarinhos.

Gregório de Matos estava encostado à janela observando uma negra que passava na rua, altiva, seminua, descendo a ladeira com um movimento dos quadris que lembrava a frase de Galileu, *ep pur si muove*. Um padre a acompanhava.

"Lá vai o frade fodinchão", disse Gregório de Matos. "Frade descalço pregando de meia. São uns velhacos. Recebem putas nos conventos, saem à noite em

diligências sedutoras, às vezes disfarçados, transformam igrejas em alcovas. Na manhã seguinte acompanham a procissão com hipocrisia açoitando-se diante de todos, ainda com os odores da ardente noite anterior: *vinum el vulvae*. E vêm com lérias nos sermões a recomendar cílicos. Os valores da alma enterrados. Isso me preocupa muito."

"Quanto a mim", disse Gonçalo Ravasco, "o que me preocupa agora é outro assunto. Conseguiu o que te pedi?"

"Sim." Gregório de Matos entregou a Gonçalo Ravasco as credenciais para entrar no palácio. "Uma vez dentro do palácio, será preciso penetrar na sala de despacho. Estive olhando."

"A questão é como sair", disse Donato Serotino.

"Bom, vejamos como isso pode ser feito", disse Gregório de Matos. Pegou uma pena, molhou-a no tinteiro do governo. Aqui fica a sala do governador. Conheces bem, não Gonçalo? Afinal, teu pai trabalha a algumas portas dali."

"Não, meu pai nunca me levou ao seu gabinete."

"Aqui ficam as entradas."

Durante algum tempo os três discutiram a melhor maneira de entrar na sala do governador, revistar sua mesa, encontrar os escritos, apanhá-los e sair do palácio. Afinal um plano foi traçado.

"Padre Vieira está temeroso de uma invasão no colégio O que achas, Gregório?", perguntou Gonçalo Ravasco.

"Não acho provável mas acho possível. Os desmerecimentos junto à Igreja talvez sejam menores que os frutos, com a invasão. No lugar do Braço de Prata eu invadiria. O arcebispo não me parece muito ativo. Estive com ele hoje", disse Gregório de Matos. "Para conseguir os papéis que me pediste."

"Como está tua situação na Relação Eclesiástica?", perguntou Gonçalo Ravasco.

Gregório de Matos apertou os lábios e balançou a cabeça negativamente. "Não acredito que esteja muito bem. Mas logo saberemos. Se João da Madre seguir a tradição ficará contra o Braço de Prata. Nos últimos cem anos todos os bispos pelejaram contra os governadores. Sardinha contra Duarte da Costa, Constantino Barradas contra Diogo Botelho. Diogo Botelho era aquele filho da puta que usava o dinheiro destinado a órfãos e viúvas para fins militares, e por sua vez acusava o outro filho da puta que era o bispo de santo unhate. Intransigências, hostilidades, excomunhões, interdições, imposições, sempre aconteceram entre nossos homens da Igreja e da Coroa. No fundo o problema eram os salários eclesiásticos. Os dízimos eram coletados pelo rei para manter as instituições fiscal, militar, religiosa e judicial. Os ministros da Fazenda controlavam o dinheiro. Os funcionários reais, inclusive desembargadores, garantiam seus salários antes dos da Igreja. Mas tudo isso na colônia é apenas um capítulo a mais na luta entre Igreja e Estado na Europa ocidental. E essa luta nos favorece, acho que João Madre de Deus não vai ter coragem de me afastar da Relação Eclesiástica para atrair contra si a inimizade dos Ravasco. Isso é lógico."

"Não acredito mais em nada que seja lógico", disse Gonçalo Ravasco.

"Pouco me importa ficara na Sé. Aquele lugar é um presépio de bestas, se não for estrebaria. Mas se me mandarem embora a culpa é tua e do Tomás Pinto Brandão e desses maganos da minha quadrilha. Se não tivesse ido lá tantas vezes para falar mal de Quevedo e de Gongoray Argote eu não teria acumulado tanto papel sobre minha mesa."

"Sabes que não gosto desses poetas", disse Gonçalo Ravasco.

"Fazem o que Lope de Veja diz que é o pior de todos os estilos, escrevem poemas tão equivocados como uma mulher que se enfeita e havendo de pôr a tintura nas faces, lugar tão próprio, mete-a no nariz e nas orelhas."

"Bah, dom Luiz de Gongora, não mais nem menos que Lope de Veja, é popular em seus romances e *letrillas* e apenas suas canções e sonetos eram *rigurosamente vedados al vulgo*."

"Mas que jogo de fidalguia, falar espanhol por aqui onde nem mesmo sabem dizer uma cartinha de trocado para a freira."

“Sabes muito bem que o espanhol é também a nossa língua, como o português.”

“Português? És um poeta brasileiro e aqui tudo é diferente.”

Sem dúvida o fato de ser um poeta brasileiro fazia com que Gregório de Matos se sentisse um idiota. Vivia afastado da metrópole e perdia-se em divagações bastante confusas sobre si mesmo. Achava que nada mais tinha a perder depois que voltara para sua terra, viúvo e solitário. Rimar de Jesus com cus, Deus com ateus, igreja com inveja, jesuíta com alcovita, juiz com infeliz, poeta com pateta,, santo Antônio com demônio, letra com punheta ou história com chicória, tanto fazia. Tinha os mesmos sentimentos para escrever sobre a mulata, o amor, o muleiro, o caralho, o papagaio, o governador, el rei ou Deus. Era perseguido pelas mulheres com uma velocidade indecorosa que fazia Gonçalo Ravasco até empalidecer.

“Não é, meu amigo?”, disse poeta. “Elas andam cheias de tesura. É o tempo quente.”

Pague a albarda o que comete o burrinho.”

Voltaram a ouvir as vozes das mulheres do alcouce.

“Estive pensando em fazer um concurso de conas”, disse Gregório de Matos. “Meretrizes, senhoras, casadas, donzelas arrependidas, mulheres nervosas, solitárias, ingênuas, desesperadas, interesseiras, mulheres casadas com cornos, insatisfeitas, todas podem participar. Depois escolheremos a rainha das putas. A melhor na fornicção. Examinarei todas as putanas, rascoas, cadelas, cós, ancas, traseiros, ah, ainda vou escrever sobre isso. É o único mote merecedor de uma poesia. Ode à urina, soneto aos cus, poemas às cricas, romance às gretas, elegia à porra.”

“Ora, tu não estás falando sério!”, disse Gonçalo Ravasco.

“Não? Então lê isto,” Gregório de Matos tirou um papel do bolso. Gonçalo Ravasco leu.

“Meu Deus”, disse depois Gonçalo Ravasco, “foi para isso que estudaste tanto?”

“Foi. Estudei para ir direto para o inferno”, disse Gregório de Matos. “Ah, esqueci-me que tu achas que inferno não existe. Isso te leva no final de tudo, ao mesmo lugar que a mim.”

“Não existe inferno *depois* da vida”, disse Gonçalo Ravasco.

*

Y. Cap. 2, Subcap. 9, 1ª Part., P.105-106, § 1º-14º, L. 1-52

A invasão do colégio começou com a chegada da companhia de ordenanças. Antônio de Souza dividiu os homens em dois grupos. Um entraria, o outro ficaria cercando o colégio para evitar fugas. Assim ninguém podia escapar a não ser que fosse pelo abismo, morte quase certa. Eles se movimentavam ruidosamente, tilintando, retinindo, armas apontadas, rápidos, vibrantes, atentos.

Os circunstantes que passavam na rua começaram a se juntar. Rostos surgiram nas janelas do prédio do colégio, alguns de padres mas a maior parte de estudantes adolescentes e crianças, brancos ou índios.

Antônio de Souza parou diante da porta do colégio. Levantou a mão esquerda e as companhias estacaram.

“Padre Vieira!”, gritou o governador.

Ouviu-se o murmúrio da chusma.

A porta continuava fechada.

Antônio de Souza chamou novamente pelo jesuíta. Depois de alguns instantes a porta do colégio entreabriu-se da fresta surgiu um padre muito velho de cabelos desgrenhados. Fez-se um grande silêncio. O padre tinha um ar tranqüilo. Informou que Vieira não estava. Antônio de Souza olhou o pequeno padre, que falava com uma voz quase inaudível. Disse que procurava alguns homens envolvidos no crime e queria vasculhar o colégio. Que gostaria de entrar por bem. O padre afirmou não haver

ninguém ali que pudesse estar envolvido em algum crime. Antônio de Souza disse, então, que queria verificar com seus próprios olhos.

“Não posso permitir, senhor governador”, disse o padre. “Este é um lugar sagrado por Deus e pelo papa.”

Antônio de Souza desmontou de seu cavalo e seguiu com passos firmes em direção ao velho padre. Olho-o nos olhos fazendo-o baixar a vista para o chão. Houve um lampejo de medo no rosto do jesuíta, que logo se dissipou. O padre levantou o rosto, ainda apreensivo.

Muito próximo do velho, de maneira que ninguém mais escutasse, Antônio de Souza disse entre os dentes que era ele quem mandava ali em toda a colônia. Afastou o velho jesuíta de seu caminho. Entrou.

Atrás do governador entraram os soldados. Ouviram-se tiros e do lado de fora soaram os gritos de mães preocupadas com seus filhos estudantes. Algumas, ajoelhadas, puxavam os próprios cabelos. Pais desesperados rasgavam suas próprias roupas, aos gritos, esbofeteando a si mesmos no rosto. Um piquete de soldados não deixava ninguém se aproximar do colégio.

Alguns instantes depois dos soldados começaram a sair com prisioneiros. Levaram Antônio de Brito, João de Couros, Francisco Dias do Amaral, Barros de França, Antônio Rolim, alguns jesuítas e estudantes. Também foram presos os capitães de presídio Diogo de Souza, o Torto, e José Sanches Del Poços.

Gonçalo Ravasco escapou. No momento da invasão estava no alcouce, vestido com a roupeta jesuíta a tramar com Gregório de Matos. Uma das moças do alcouce entrara correndo com a notícia da invasão do colégio e Gregório de Matos e Gonçalo Ravasco tinham ido assistir ao movimento das tropas dentre a multidão. Viram, com um sentimento amargo, a prisão de seus amigos.

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (2ª, p. 106-110)

O portão do palácio estava aberto. A guarnição desfilava e exercitava-se diante da casa do governador. As milícias eram organizadas pela cor da pele, cada companhia era comandada por um oficial da mesma cor dos soldados.

Gente entrava e saía do palácio. Às cinco da tarde começaram a chegar os desembargadores, vestidos com suas becas pretas. Nesse momento, Gonçalo Ravasco, sob a roupeta negra de desembargador eclesiástico de Gregório, dirigiu-se à porta principal e entrou, encoberto pelo capuz, junto à comitiva que acompanhava o arcebispo.

Dentro do palácio Gonçalo Ravasco acompanhou o grupo até um grande salão, depois enquanto o grupo bebia, ria e conversava, Gonçalo Ravasco caminhou entre os integrantes, atento às conversas. Reconheceu alguns desembargadores, a presença de alguns deles ali naquele dia o intrigava, supunha que deveriam estar reunidos por alguma razão, mas para tratar de quê, pensava Gonçalo Ravasco. Desconfiado, aproximou-se sorratamente de um grupo. A conversa girava em torno da morte do alcaide, do nível de vida e do salário dos magistrados, de detalhes das *Ordenações filipinas*, de decisões chegadas de Portugal e de outros assuntos parecidos. Como não poderia ficar por entre eles por muito tempo, sob pena de ser reconhecido tratou logo de se retirar, foi quando viu uma porta entreaberta, passou os olhos pela sala, ninguém o olhava, transpôs furtivamente a porta para outro cômodo. Gonçalo ouviu vozes e passos se aproximando. Havia uma porta num canto coberta por um reposteiro. Gonçalo entrou rapidamente para esconder-se. Vozes misturadas vinham do salão dos retratos, homens discutiam calorosamente. Mas continuava o rumor da festa, vozes de discurso, bater de taças, portas, risos, tudo muito distante e misturado, na sala contígua à dos retratos. Pouco a pouco os ruídos foram cessando, até que tudo ficou em silêncio.

Gonçalo Ravasco esperou. Aguardou mais um tempo ali escondido. Quando estava certo de que todos haviam ido embora, saiu de seu esconderijo e

penetrou novamente na sala dos retratos. Sobre a mesa havia um cofre chapeado de ouro trancado. O jovem arrombou-o. Ouviu passos, retornou ao esconderijo. A porta do cômodo onde estava foi aberta, alguns instantes a porta foi fechada. Gonçalves, cuidadosamente, retornou ao cofre. Abriu-o, leu os documentos que constavam do cofre e no fundo encontrou os escritos de seu pai, escondeu-os dentro da camisa, fechou o cofre com cuidado, esgueirou pelos corredores vazios do palácio, nervoso, punhal na mão, de acordo com os planos traçados por Gregório de Matos. Chegando a uma porta dos fundos onde não havia guardas, tirou a pesada tranca, atravessou um quarto, abriu a janela e saiu, por sorte a rua estava deserta.

*

Z. Cap. 2, Subcap. 9, 3ª Part., P.110-111, § 1º-20º, L. 1-47

“Triste Bahia, oh quão dessemelhante estás, e estou, do nosso antigo estado”, recitou Gregório de Matos. Foi até a janela. Sentiu um perfume de rosas. Bebeu mais uma caneca de vinho. O barrilote estava quase no fim. “Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado, rica te vejo eu já, tu a mi abundante.” Na barra, navios mercantes estavam atracados. Pondo os olhos na sua cidade, Gregório de Matos reconhecia que os mercadores eram o primeiro móvel da ruína, que ardia pelas mercadorias inúteis e enganosas. “A ti tocou-te a máquina mercante que em tua larga barra tem entrado: a mim foi-me trocando e tem trocado tanto negócio, e tanto negociante. “ Ficou à janela, em silêncio.

“Vais mesmo para Praia Grande?”, perguntou Anica de Melo.

“Acho que não. Ficar em Praia Grande, refugiado, não vou agüentar aquela solidão. Prefiro a ilha de Itaparica, alvas areias, alegres praias, frescas deleitosas, ricos polvos, lagostas deliciosas, farta de putas, ricas de baleias.”

“Em Itaparica te encontram logo. Achava bom ires para Praia Grande, ou qualquer lugar bem longe. Aqui corres grande perigo com esse movimento de soldados. Estão prendendo todos os homens que são capazes de segurar uma alabarda. Fazem tormentas e depois os soltam na rua, alguns mancos, outros cegos, ou impotentes para o resto da vida.”

“Não quero ficar lá. Agora vou com Gonçalves falar ao arcebispo.”

“Sobre o que vão falar? Confias mesmo nele? Ainda nem acabou de chegar.”

“Não vamos falar nada demais. Ele pode nos ajudar. Afinal, o colégio foi invadido e continua cercado, um atrevimento. Queremos que a notícia da invasão do colégio chegue corretamente às autoridades eclesiásticas da Europa, assim o Braço de Prata cairá, certamente, em desgraça. Mas não é apenas contra o governador que temos de informar. É sobre a situação da colônia.”

“E o que vais falar sobre a colônia?”

“Que de dois efes se compõe esta cidade, a meu ver: um furto, outro foder.”

“Não terias coragem.”

“Queres ir comigo à festa?”

“Não posso. Em dia de festa aqui há muito trabalho. Volta logo, está bem? Eu te amo”, ela disse.

Gregório de Matos beijou-a no rosto.

“Tu és meu?”

“Sou.”

“Todomeu?”

“Todo teu”, disse ele.

“Para sempre?”

“Para sempre.”

Ela sorriu.

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (4ª, p. 111-113)

Gregório de Matos chegou na rua Debaixo para o encontro com Gonçalo Ravasco. Ao encontrá-lo, sentado num degrau, Gregório sentou-se ao lado dele. Gregório fez comentários sobre as belas negras que passavam por aquela rua. Em seguida, Gonçalo o ofereceu uma caneca de aguardente, o poeta aceitou. Depois de tomar aquele conteúdo, encostou a boca no ouvido de Gonçalo Ravasco e perguntou pelos escritos de Bernardo. Gonçalo entreabrindo o casaco mostrou-os a Gregório de Matos. Ali, diante de Gregório, Gonçalo Ravasco disse ao poeta que teve toda a oportunidade de matar Braço de Prata quando esteve no palácio atrás dos escritos, até porque lendo os documentos contidos naquele cofre, pôde perceber que o governador sabe de muita coisa, inclusive acreditava que o Braço de Prato não tardaria a saber que foram os homens encapuzados que mataram o alcaide. Em seguida, mostrou os escritos do pai que acabara de reaver dos cofres do governador. Pediu a Gregório de Matos que ficasse com eles, visto que considerava mais seguro. Pediu, também, ao poeta que fosse à procura de dom Samuel da Fonseca, rabino da Sinagoga de Matoim e amigo do Sr. Bernardo Ravasco, para que ele publicasse aqueles escritos em Amsterdã. Lembrou-se, naquele momento, de falar a Gregório que o governador guarda em seu cofre as sátiras que o poeta fez contra ele. Após saber disso, Gregório deu uma gargalhada. Gregório, também, levou ao conhecimento de Gonçalo que um novo alcaide havia sido nomeado para o cargo, era o irmão do alcaide morto, além disso Gregório de Matos não deixou de tecer comentários sobre o mais novo alcaide, disse que era como o irmão, um canalha e tinha veneno no sangue. De repente parou na rua Debaixo, uma sege, dela saltaram uma jovem e um homem de bengala. Ele caminhava tateante, ela usava um vestido escuro em sufiliê, andava guiando seu marido cego. E Gregório acompanhava esses movimentos com muita atenção. Percebendo o olhar interessado de Gregório de Matos, Gonçalo Ravasco disse ao seu ouvido: "Conheces dona Maria Berco, a dama de companhia de minha irmã?"

Gregório de Matos ficou observando-a. Gonçalo Ravasco apressou-o, dizendo que já estava na hora de saírem dali, convidou-o a andar com a procissão.

*

A1. Cap. 2, Subcap. 9, 5ª Part., P.113-116, § 1º-34º, L. 1-102

Teriam que caminhar um pedaço para chegar ao novo palácio do arcebispo. Foram conversando.

"Então aquele velho cego é o marido de... dona Maria Berco?", disse Gregório de Matos.

"Estás interessado naquela moça, hem?! Moça linda! Mas tão estranha."

"Estranha? Por que estranha?"

"Não sei bem", disse Gonçalo Ravasco. "Dizem que ela quer aprender a ler."

"Apenas isso?"

"É mimada por minha irmã, que faz tudo que ela quer. Onde já se viu tratar uma criada dessa maneira? É linda, mas fica atrelada àquele cego sem lhe meter cornos. Quando se lhe apolega o traseiro vira uma égua brava."

"Se lhe deixassem uma noite, uma noite só, apenas umazinha como essa potranca envernizada eu dava um jeito nela. Para mim tudo isso a torna mais interessante", disse Gregório de Matos.

"As mulheres devem cumprir sua parte", disse Gonçalo Ravasco.

"Fornicar, fornicar, dia e noite fornicar."

"Nada disso. Que sejam tolas, alegres e recatadas. Não se deve permitir que a mulher se torne uma igual. Devem ser conservadas sempre a uma discreta

distância, tratadas com severidade, alimentadas com um regime escasso de carícias temperado com ameaças, de acordo com o manual de Tiraqueau.”

“Sou um escravo das mulheres, sufoco-me só de vê-las passar. Estás vendo esta cicatriz na minha testa? Dei com a cabeça na parede, tonto com uma negra que passava na rua”, disse Gregório de Matos.

“Mas só lhes permites a volúpia.”

“E o que mais elas querem? E não é bem assim, tenho meus amores líricos. Estou, mesmo, em busca de um grande amor. Uma mulher que sirva para casar.” Gregório de Matos ficou pensativo. Aquele tinha sido um dia de certa forma agradável apesar das preocupações acerca do destino de cada um deles, dos que estavam presos, dos que estavam envolvidos. Passara toda a tarde com as moças do alcouce, não fazendo o que costumavam fazer homens em tais lugares mas brincando com elas, aplicando sinais de tafetá nos rostos das meretrizes, divertindo-se.

Polvilhara os cabelos das hetairas como se fossem fidalgas francesas, defronte a um espelho. Elas adoravam Gregório de Matos e suas brincadeiras alegres.

“Vou colocar-te uma mosca”, ele dissera — tirando da caixinha retalhos de tafetá negro e recortando-os em pequeníssimos círculos com uma tesourinha — coisa que a engenhosa vaidade humana havia inventado para realçar a beleza, a alvura da pele, para esconder imperfeições e que significavam, de acordo com o lugar em que eram aplicadas, algum recado.

“No canto do olho”, lembrava-se Gregório de Matos do que aprendera na Corte.

“Paixão.”

“Na testa.”

“Majestade.”

“No nariz.”

“Atrevidas.”

“Nas faces.”

“Galanteio.”

“Perto da boca.”

“Beijo, é claro.”

Gregório de Matos procurava outras partes do corpo para colocar os sinais nas moças e elas, divertindo-se muito, encontravam nomes. Na nuca deram o nome de tentação, e quando Gregório de Matos colara um sinal no meio de uma delas, sentindo a ereção quase a explodir-lhe o membro, marcando o lugar na carne macia com um pouco de saliva no dedo, chamaram-no loucura.

Todas as moças queriam ir para a cama com Gregório de Matos. Ele sabia contar histórias divertidas e elas juntavam-se em roda para ouvir, encantadas. Algumas, mesmo, estavam apaixonadas, como se ele fosse um príncipe encantado, e sonhavam casar-se com ele e deixar a vida de puta para serem felizes para sempre.

Gregório de Matos contou a Gonçalo Ravasco o episódio das moscas de tafetá e o jovem chamou-o de louco desvario, com tantas conas disponíveis entregar-se a divertimentos tão brandos.

“Em três dias naquele lugar”, disse o poeta, “eu já havia fornicado aquilo tudo ali.”

Gonçalo Ravasco sorriu. Sentia-se realmente muito bem, depois de momentos de muita tensão.

Gregório de Matos, de sua parte, estava mais mordaz do que nunca e quando disse, durante a caminhada, que tinha um milhar de inimigos esperando que ele se esborrachasse no chão, Gonçalo Ravasco sabia o que significava essa frase, quais assuntos viriam depois.

Gregório de Matos gostava de conversar com seu amigo porque este sabia contestar suas observações puxando às vezes o assunto para coisas mais leves, ou pra a política, ou para a poesia. Isso tudo, no entanto, sem se recusar a levar adiante uma conversa depravada. Ah, pensava Gregório de Matos, este não era um rapaz corrompido pela hipocrisia inaciana. Gregório começou, então: falou mal de Antônio Vieira, dissertou sobre os perigos da sífilis, que ele mesmo corria, falou da maravilha de

Gomorra, da impertinência da menstruação (contou que havia épocas em que não podia fornicar pois todas as mulheres se encontravam menstruadas ao mesmo tempo numa conspiração universal contra os homens), da devassidão dos padres; falou de um frei que apelidara de *Foderibus Mulieribus*, dos meirinhos mesquinhos, de um capitão toleirão. Nada escapou, como sempre, à sua arguta crítica. E em meio a essas variedades sustentava o assunto sempre de maneira cáustica e atraente. Não era à-toa que tantos homens e mulheres fossem seus inimigos.

Naquela noite o mato estava coberto de luz e Gregório de Matos parecia um serafim, embora evocasse coisas do inferno, com os cabelos de caracol e os ombros iluminados, falando indecências, elegante e infeliz. Assim era Gregório de Matos. O rosto muito branco, testa espaçosa, sobranceiras arqueadas, as mãos gesticulando e os pés delicados arrastando no chão como vassouras.

*

B₁. Cap. 2, Subcap. 10, 1^a Part., P.117-122, § 1^o-36^o, L. 1-197

João da Madre de Deus tinha um olho só e arregalava o olho bom como se tentasse ver melhor. O olho cego dele era difícil de ser visto pois ele o mantinha sempre abaixado, o que sua condição de clérigo facilitava. Dava a impressão de estar sempre rezando. Era um olho aguado com uma macha azul desmaiado que não se mexia e dava-lhe um aspecto pouco menos que aterrador. O fato de ter um olho cego, de certa forma, lhe facultava a missão de ser um representante de Deus. Ele era um padre diferente dos outros e por isso mais confiável. Foi por ele ter um olho só que o rei o escolheu par apenas um olho via somente meios pecados. Também, em parte, a este defeito se devia seu sucesso como provincial da província de Portugal, como pregador de sua alteza, como examinador das ordens militares.

Enquanto comia, pensava no assunto que o desembargador Gregório de Matos iria lhe falar. Na verdade, a proximidade daquela gente lhe trazia recordações agradáveis de Coimbra. Lá estavam o tesoureiro da Sé e desembargador da Relação Eclesiástica, poeta, Gregório de Matos, ainda que satírico e malfadado; e também o jovem Gonçalo Ravasco, um dos mais corajosos e promissores dentre os Ravasco, com fama até em Portugal, ainda que um conspirador homiziado. Ambos formados pela retórica inaciana, à qual o arcebispo, da seráfica ordem de São Francisco, fazia uma série de restrições. Fava por fava quiabo por quiabo.

O palácio era um lugar muito amplo e vazio. João da Madre de Deus acabara de se mudar para ali e ainda não haviam mobiliado os aposentos ou adornado as paredes e tetos. Os móveis eram apenas a mesa e dois longos bancos de madeira bruta. Uma cruz do mesmo material com incrustações em prata ornava a parede logo acima da cabeça do arcebispo. Muitos caixotes estavam empilhados por todos os lados. Um homem sobre um andaime pintava o teto com anjos e mais figuras religiosas.

Sobre a mesa havia uma ceia posta: novilho, frangos peixes, lagostas, compotas. Recendia um cheiro de acre misturado com o odor de vinho de caju levemente adocicado.

Gregório de Matos e Gonçalo Ravasco ficaram aguardando na antecâmara, olhando o arcebispo pela fresta da porta.

Um escravo passou com uma palangana de assados, segurando-a com dois panos para não queimar as mãos. João da Madre de Deus estava sentado à cabeceira da mesa e dali podia observar bem todos os cantos da sala, apesar da falta de um olho. Bebeu o púcaro de vinho de um gole só e mandou que o enchessem novamente com um imperceptível gesto. Não deixava de ser cortês sem seus modos, porém lembrava mais um lenhador que um clérigo, lusco, com aquelas mãos largas e inchadas. Cortou a comida do prato em mil pedaços e ficou um tempo que parecia horas preparando-a, com um semblante irritado, grave, mesmo soturno. Levou a comida à boca em movimentos rápidos. Mastigou, mastigou e então pôs as duas mãos sobre a testa e debruçou-se sobre o prato como se estivesse pensando em algo importante. Mas

logo em seguida atacou furiosamente a comida, mastigando-a com o mesmo ar infeliz de um macaco enjaulado.

Mais uma garrafa de vinho foi servida. O arcebispo, enfim, terminou a refeição e mandou que deixassem os homens entrarem.

Gregório de Matos percorreu com os olhos a sala fingindo desinteresse, o que era, de maneira evidente, um gesto de dissimulação, pois o rosto de João da Madre de Deus, alvo por cima e escuro por baixo, e aquele cenário de caixotes, eram por demais insólitos para serem ignorados por um homem, especialmente um poeta que escrevia sátiras.

"Sentem-se", disse o arcebispo indicando as cadeiras. "O que os traz aqui?"

Gregório de Matos arrumou a gola da camisa e começou: "Primeiro, trouxe este soneto que compus para saudar o ilustríssimo."

O arcebispo leu com um sorriso nos lábios.

"Creio que o ilustríssimo não ignora o vendaval que arrasara a cidade", disse o poeta.

"Tenho ouvido notícias. Soube das disputas entre as facções dos Menezes e dos Ravasco. Como começou essa rixa?"

"O alcaide Francisco de Teles Menezes, após comprar o cargo, começou a prevaricar e atacar importantes cidadãos que estranhavam seus excessos, com sua língua viperina, inclusive os Ravasco. Quando chegou Antônio de Souza para governar, no ano passado, sentindo-se protegido o alcaide começou uma campanha de vingança contra seus opositores. Todos que tinham ligações com estes homens ficaram ameaçados pelos Menezes. Os perseguidos foram obrigados a se homiziar, muitos no colégio dos jesuítas. Na véspera de Natal padre Vieira visitou o governador numa tentativa de reconciliação. Antônio de Souza expulsou-o com palavras ofensivas. A briga prosseguiu nas ruas. Um jovem sobrinho do alcaide Francisco de Teles Menezes emboscou os irmãos Antônio e André de Brito pelas bandas do Carmo, na descida do Pelourinho. De uma casa o moço e alguns companheiros atiraram de bacamartes contra os irmãos Brito, quase matando Antônio. Uns covardes. O provedor André de Brito, vendo o irmão caído no chão, sozinho entrou no valhacouto e pôs em fuga os agressores, que escaparam saltando a cerca das roças do colégio dos padres. O resto ilustríssimo já sabe."

"A Bahia, então", disse o arcebispo, "transformou-se num campo de batalha, brigas familiares, com um sabor amargo de sangue."

"Ó sacro pastor da América florida, quanto lamento tudo isso", disse Gregório de Matos. "Antônio de Souza julga-se o próprio rei. Não conhece limites. Usa essas disputas de honra para caluniar os liberais. Conta com a cooperação de desembargadores e funcionários para perseguir seus opositores. E os desembargadores", continuou Gregório de Matos, cerrando o punho, "são arrastados para a voragem das intrigas e disputas entre as partes."

"Mas creio que os Ravasco têm como se defender", disse João da Madre de Deus.

"Sim, realmente", disse Gregório de Matos. "Os Ravasco têm ligações com a Relação. Mas a sua maior defesa é a retidão."

"Sim", concordou João da Madre de Deus. "Não é difícil de acreditar. Mas os conhecimentos e ligações ajudam. Os Ravasco têm ligações com Costa Dorea, os Sodrê Pereira, os Carvalhos Pinheiro."

"Sim, sim, os Vieira Ravasco são muito influentes", disse Gregório de Matos com certa impaciência.

"Têm também ligações com outros clãs", prosseguiu João da Madre de Deus. "O pai dos Vieira Ravasco, avô deste nosso bravo rapaz, era muito poderoso. Além, é claro, da influência que Antônio Vieira tem em Portugal."

"Mas isso de nada está adiantando", disse Gregório de Matos, "a violência do governador é incontrolável. O baiano João de Gois e seu mano a mano Palma são desembargadores inescrupulosos. Gois é um tirano e tem laços de parentesco com grandes famílias de São Paulo."

“Vejo que este caso pode tornar-se uma guerra de norte a sul”, disse João da Madre de Deus olhando os visitantes com seu único olho.

“Ainda temos outro desembargador na história”, disse Gregório de Matos. “É Cristóvão de Burgos, que ajudou se enteadado Francisco Teles de Menezes a comprar de Anrique Anriques, o famigerado alcoviteiro de Afonso VI, o cargo de alcaide da Bahia. E comprou o cargo para roubar e matar com mais apoio. A tirania com capa. Os poderosos se protegem entre si e as áspides se engolem umas às outras. Desde a chegada do Braço de Prata nossa vida corre perigo. O alcaide-mor usou o poder do governador para coroar as rivalidades que cultivava com sua espada, certo de impunidade. Cito aqui o caso que se pôs ao abuso do alcaide e teve que se refugiar no colégio dos padres não morrer. Meu primo Antônio Rolim foi acusado de crime fantástico. João de Couros e Francisco Dias do Amaral foram retirados de seus ofícios, provendo neles o governador dependentes do alcaide-mor. Em outros ofícios menores se foram fazendo as próprias execuções e provimentos com prisões injustas. O Braço de Prata trata indecorosamente oficiais de guerra, assistentes na sua sala, tornando-os infiéis; profere menos atentas palavras contra a cidade da Bahia, sitia casas e manda lançar rondas de noite, repetidas e dobradas, a fim de prender muitos inocentes. Raros são os principais a quem respeita. André de Brito sofreu devassa geral aos ofícios de Justiça e de Fazenda promovida pelo Palma, um desembargador cheio de suspeição. Alegando que no colégio se tramava contra o governo, o alcaide e Antônio de Souza ordenaram aos quadrilheiros que espreitassem o colégio e vigiassem os sujeitos homiziados. Afinal, o colégio foi invadido e profanado eu seu direito de homiziar. É como se pisassem propriamente no nariz do papa. E no nariz de vossa mercê, se me perdoa a sinceridade.”

“Vossenhora sabe muito bem, doutor Gregório, que eu disse publicamente a Antônio de Souza que estava aborrecido pela invasão do colégio. Lembrei-o de que os primeiros artigos do regimento de Roque da Costa Barreto recomendam a proteção aos índios e aos jesuítas, às casas de misericórdia, hospitais, e dispõem sobre o modo de prover empregos vagos.”

“Sim. Mas isso não basta. O secretário está preso injustamente. Homens de bem que estavam no colégio foram trancafiados por terem praticado um único crime: serem amigos do Ravasco. Para se resumir o que acontece nessa cidade, ilustríssimo, digo: falta-lhe verdade, vergonha e honra.”

“Não duvido disso. Mas o que posso fazer? A política não está na minha alçada”, disse João da Madre de Deus. “Na verdade sou apenas um sufragâneo.” Falava com o rosto meio virado para que seu único olho ficasse no centro.

“Há uma coisa que pode ser feita, ilustríssimo arcebispo”, disse Gregório de Matos. “Uma intimação ao governador. É preciso que os ordenanças deixem o cerco do colégio e que os homiziados sejam libertados. Outro fato. Antônio de Souza escreveu a sua alteza culpando padre Vieira pelo crime.”

João da Madre olhou-o surpreso.

“Padre Vieira?”, perguntou o arcebispo.

“E Bernardo Ravasco. Recopilou uma série de mentiras. O ilustríssimo acredita na inocência de padre Vieira? Ele ser inocente é um fato, é claro como seixo em rio.”

João da Madre de Deus ficou pensativo, dois dedos apertando a base do nariz, o cenho franzido, o anel brilhando. “Sim, acredito. Bem... pensarei o que fazer a respeito da intimação”, disse. “Vossa mercê deve compreender que sou da Igreja, como vossenhora, e não do governo. Este é um assunto delicado, preciso pensar muito antes de tomar uma decisão, talvez consultar o cardeal deste.”

Ilustríssimo, não há tempo para consultas. Este é o meu conselho como desembargador da Relação Eclesiástica. Não podemos deixar impune o governador pois será o fim do direito de homizio. O ilustríssimo prelado pode confiar em mim. Ainda não deu para perceber que é Antônio de Souza? E todas essas visitas ao palácio do governo? ‘Para o bom regímen de teu gado, de exemplo fabrique teu cajado’.”

João da Madre ficou pálido. Levantou-se, estendeu o anel para ser beijado.

“Vossenhor está cometendo uma injustiça, doutor Gregório, ao pensar o que pensa sobre mim, para dizer o menos. Ouvi também as opiniões de outros ministros da Relação. Nem todos pensam exatamente como vossa mercê. Sou um homem prudente e não vim à colônia para pelejar. De minha parte, eu é quem peço confiança. Eu é quem exijo lealdade. Pensarei e decidirei de acordo com meus pensamentos.”

Foi para dentro, seguido por um séquito de padres e guardas. Um padre indicou o caminho da saída aos visitantes.

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (2ª, p. 122-125)

Para Gregório os padres eram pessoas que não prestavam. Justificou tal afirmativa a Gonçalo Ravasco contando lhe uma façanha do padre André Gomes. Segundo Gregório de Matos, esse jovem padre, certa vez lhe havia acertado, sem propósito, uma pedra na cabeça, que o deixou ensangüentado no momento em que ele caminhava na rua, depois de um serão na Câmara. Disse que era do conhecimento dele que o tal padre fazia intrigas do seu nome junto ao prelado, justamente porque andava com pretensões de se tornar bispo. Gregório contou a Gonçalo que jurou dar um pontapé no moço que jogou a pedra, mas recebeu do capelão o recado de que ele deveria satirizar a pedrada no lugar de satirizar os clérigos que vinham de Portugal. Mas Gregório não emudeceu, mandou dizer a ele que se a carapuça na testa não se ajustava que não se metesse na chuça, depois disso ele fez muita quantidade de sátiras contra o mariola do altar. As histórias de Gregório faziam Gonçalo dar risadas que ecoavam por toda a rua deserta. Como se não bastassem, as sátiras feitas a dom André Gomes, Gregório não perdoou também outros padres, diante de tantas provocações ao clérigo, Gonçalo chegou à conclusão de que a carreira de Gregório na Relação Eclesiástica havia acabado para sempre. Apesar do rompimento com a igreja local, Gregório ainda não considerava essa possibilidade, pois pretendia mandar algumas adulações ao arcebispo para se safar por mais um tempo.

Além dos ataques ao clero, Gregório tinha, também, seus momentos de ofensas às mulheres, num desses, dizia a Gonçalo Ravasco que todas as mulheres deveriam estar no inferno, tudo porque havia se apaixonado por uma donzela e esta recusou-se a casar com ele, tudo porque o achava fogoso demais e bastante culto. Isso porque certa vez a mulher foi ao encontro de Gregório e chegando lá deparou-se com ele sentado conversando com lebréu, (o cão de Gregório), ela chegou e saiu sem fazer nenhum ruído e Gregório entretido com o cachorro, não notou sua presença, se sentindo preterida em razão de lebréu, a moça disse a Gregório, posteriormente, que jamais poderia amar um homem que não percebia sua presença. Diante desse lamento, Gregório desejou matá-la. Mais tarde confessou a Gonçalo que os homens sempre querem matar as mulheres que lhe são superiores. Mesmo assim não conseguia ficar sem pensar numa mulher. Depois dessas contradições sentimentais, Gregório ficou silencioso, pensou em si mesmo, em seus companheiros de estudos na universidade de Coimbra, do colégio dos jesuítas na Bahia, na maioria dos mediócras que já estavam estabelecidos e nele próprio, que dentre todos fora o mais brilhante aluno e não passava de uma espécie de vaganau que gastava as tardes num alcouce enfeitando mulheres, às manhãs passava lendo inutilidades e às noites, tendo fantasias ociosas com mulheres que não existiam, ou existiam, conjecturava.

*

C1. Cap. 2, Subcap. 10, 3ª Part., P.125-127, § 1º-19º, L. 1-71

Gregório de Matos não chegava a ser, decerto, o maior fornicador da cidade, como se dizia ele. Às vezes passava dias, ou semanas, sem se encontrar com uma dama. Achava que a culpa de seus pecados não era sua. Na cidade havia muitas mulheres disponíveis, Gregório de Matos dizia que todas o erma mas especialmente as viúvas, as abandonadas pelos maridos, as casadas com os “broxas e capados”, os que não dormiam uma dama por não terem potência, os insensatos que não gastavam a cera por não pegar o pavio. As disponíveis, quase sempre mulheres mais velhas.

Estava deitado na cama, nu, olhava para o próprio pau. As mulheres diziam que os negros tinha o pau de jacarandá e que o brancos tinham o pau corticento. Parlandas

Era preciso tanto entesar o esguicho e endurecer o cano? Aquele era um momento em que ele desejava não ficar tanto tempo com o pênis duro. Aquilo o fazia sofrer. Aquilo o dominava.

Ele vira, no dia anterior, uma das moças do alcouce fazendo uma magia para causar impotência no seu homem, metendo o esperma que pertencia ao castigado debaixo de uma talha de água. Esses malefícios, desde os tempos de Ovídio, demonstravam sua ineficiência pois a terra se encha de morgadinhos. E havia a meizinha do limão para a cura do pismão. “Meter um limão, sem tédio, no cu, era coisa de bruto, remédio para puto, não para as putas remédio.” As mulheres, se pudessem, tornariam todos os homens impotentes, pensou. Na verdade, muitas vezes ele tinha sobre as mulheres pensamentos conflitantes. De amor e de ódio.

“Estás tão distante. O que houve?”, disse Anica de Melo, parando de beijá-lo.

“Nada. Estou pensando. Conheci alguém...”

Anica de Melo sentou-se na cama.

“Uma mulher?”, ela disse ansiosa, tentando esconder seu sentimento.

“Sim, uma moça.”

Anica de Melo levantou-se.

Ele se arrependeu: Qual delas será tão tonta que se acomode aos desares de partir com seus pesares amor, assistência, e tratos, se as damas não são sapatos que se hajam de ter aos pares? Dá-me, amor, a escolher de duas demônias. Eu não deixo uma por outra, nem escolho outra por uma: não há dúvidas nenhuma, ambas são moças de porte e se não mo estorva a morte ambas em hão de vir à mão. Isto, que remédio tem, sejam entre si mansa, que repartindo as semanas vá uma, quando outra vem: que eu repartirei também jimbo, carinho e favor, porque advirta algum doutor que, sendo à lógica oposto, na aritmética do gosto de repartir-se o amor.

Anica de Melo não sabia o que dizer. O silêncio de Gregório de Matos a incomodava. Sabia que ele estava pensando na moça que conhecera. Sabia que um dia ele iria deixá-la por outra. Mas doía pensar nisso.

“Comprei um corte de seda e fiz uma nova saia para mim. E uma blusa. Fui à casa do comerciante de panos, a terceira venda, do Simão, uma casa azul, e trouxe uma seda cor de marfim. Queres que eu vista?”

“Anica”, disse Gregório de Matos sentando-se na cama, segurando-a pelos ombros. “Cuidado comigo, está bem? Não sou muito bom para as mulheres.”

“Não. Não quero ter cuidado.”

Anica de Melo saiu.

Gregório de Matos pensou em Gongora y Argote. Dom Luiz andava a pé por uma rua onde havia muito lodo. Encontrou algumas mulheres. Ao verem-no elas pararam e disseram-lhe que andasse ele, pois na rua não podiam passar ao mesmo tempo, zombando do tamanho da nariz do poeta. Gongora dobrou o nariz, apontou o caminho com a mão e disse-lhes: “*Pasad, putas.*” Gregório de Matos sorriu, intimamente. “*Donde están los galanes de Castilla?*”

Gregório de Matos estava cansado e não queria nem pensar em Anica de Melo, em Gongora y Argote, no Braço de Prata, no crime, em seu pai, em Antônio Vieira,

nem nas brincadeiras que fazia na cama. Tomado de um sentimento sensual a respeito de Maria Berco, fechou os olhos.

Sentiu a ereção de seu membro entre os dedos, ali, sozinho, pensando nela. Teria o direito de cultivar aquele tipo de sentimento por Maria Berco? O que podia querer dela?

1.3-A Vingança

A. Cap. 3, Subcap. 1, 1ª Part., P.133-140, § 1º-86º, L. 1-258

A lua inteira, branca, bem no meio da janela do palácio do governador jogava seus raios pelos vidros

Recostado numa cadeira confortável, Antônio de Souza, com os pés repousados num coxim, contemplava vagamente os reflexos na mão de prata, pensando em coisas distantes. Seu criado, o Mata, lia em voz alta.

“Portanto estamos aqui, lastimosos com as muitas perdas que temos sofrido. Na noite antecedente se resolveu no colégio a dita morte e Antônio Viera foi um dos consultores com outros padres e seu irmão com outros seculares. Isso se provará facilmente com muitas testemunhas. Gonçalo Ravasco acompanhou a Antônio de Brito no homicídio, estando ele ao mesmo tempo no colégio onde havia muitos dias se tinha retirado por eu o ter mandado prender.” Mata olhou o governador.

“Está bem assim, senhor?”

“Sim, está bem”, disse Antônio de Souza. “Podes continuar.”

A voz do Mata perdia-se na sala ampla pouco mobiliada. Terminou de ler a carta. Antônio de Souza assinou-a

“Ah, que alento. Intrigas, intrigas e mais intrigas. Lá e aqui.” Ficou pensativo por alguns instantes.

“Vossenhor quer que releia, senhor governador?”

“Não. Já basta. O Antônio Teles vai passar por aqui. Quando chegar deixa-nos a sós. Espero que seja breve. Estou muito cansado, mal dormi esta noite.”

Ouviram baterem à porta.

“O alcaide Teles”, anunciou o mordomo.

Sentando-se de maneira mais ereta na cadeira. Antônio de Souza arrumou o braço de metal, compondo sua figura.

O alcaide entrou com um leve sorriso.

“Trago boas notícias, Antônio”, ele disse. “Conseguimos.”

“A porta”, disse Antônio de Souza. Mata saiu e fechou-^a

O alcaide Teles tirou o casaco que trazia sobre as costas e sentou-se ao lado de Antônio de Souza.

“Pois bem”, prosseguiu o alcaide, “Antônio de Brito enfrentou bravamente as tormentas, todavia assustou-se quando ameaçamos acabar com a vida de Bernardo Ravasco e falou tudo que sabia.”

“Realmente?” Antônio de Souza tinha um brilho nos olhos. “O que pensávamos era verdade?”

“Algumas coisas. O secretário Bernardo Ravasco não sujou mesmo as mãos de sangue. Mas tudo foi tramado às suas vistas e com a conivência dos padres do colégio, como havíamos pensado. Bernardo Ravasco esteve na junta do colégio logo depois do crime. Em seguida o velho foi para a igreja, encontrou-se com o irmão, partiram para a quinta dos padres mas antes passaram na Secretaria para pegar os escritos. O resto já sabes.”

“Bem, de qualquer forma os Ravasco estão envolvidos.”

“Quem esfaqueou meu irmão foi mesmo o Antônio de Brito, como pensávamos. Surpreende-te, Antônio, como o que direi agora: Luiz Bonicho era um dos oito encapuzados, assim como o mestre de esgrima louro.”

“O vereador? Ao contrário do que pensas, Teles, não me surpreendo nem um pouco. Parecia estar do nosso lado mas não estava. Nunca esteve do lado de

ninguém, só do demo. Aquele Sodoma de leque! Ignora a pragmática que proíbe o leque aos homens e anda como uma fidalga. Em Portugal já estaria preso. E deve ter sido Luiz Bonicho quem mandou o mestre de esgrima acabar comigo.”

“João de Couros era outro. O seguinte foi Diogo de Souza, o Torto. Foi ele quem retirou a cruz de rubis do peito de Francisco. Parece que a cruz fora do velho pai dele, deve tê-la perdido numa mesa de jogo. O outro matador é o escrivão Manuel Dias. E finalmente o Moura Rolim, primo do satirista Gregório de Matos.”

“Bem, então temos o quadro quase completo. Recapitulando: Antônio de Brito, Luiz Bonicho e Donato Serotino, João de Couros.”

“Quatro.”

“Diogo, o Torto.”

“Cinco.”

“Manuel

Dias.”

“Seis.”

“Moura Rolim.”

“Sete.”

“Sete. Então?”...

“Então falta um”, disse o alcaide Teles. “Quem poderia ser?”

“Brito falará. Apertem-no mais duramente.”

“Suspeito de Gonçalo Ravasco. Antônio de Brito o deve estar protegendo. Podemos pegar aí um grandão, um Ravasco.”

“Vai ser difícil, Teles. Os grandões estão muito bem acobertados. Um grandão de verdade usa luvas e aluga braços. Nenhum Gonçalo ou Bernardo Ravasco iria se deixar pegar emboscando alguém na rua. Têm prestígio — ou dinheiro — suficientes para convencer — ou comprar — os outros. Um Ravasco fica no gabinete e passa o verão na quinta. Um Ravasco gasta a tarde nos jogos ou no campo, caçando, tangendo guitarras e machinhos; um Ravasco não se defende, contrata advogado. Não falam palavras obscenas, não chicoteiam seus , escravos, usam meias de seda, camisas da Holanda e têm secretário. Até mesmo seu cachorro anda de liteira. Padre Vieira não toma parte pessoalmente em qualquer violência, talvez nunca tenha matado uma mosca. Comanda. Mas vamos pegá-los, cust o que custar.”

“Como, Antônio?”

“Vamos emitir uma ordem de prisão contra os que estão soltos e proceder uma devassa contra eles”, disse Antônio de Souza.

O alcaide Teles levantou-se bruscamente interrompendo o governador. Deu alguns passos, pensativo, com as mãos na cabeça como costumava fazer ao pensar. Depois voltou a sentar-se.

“Como tu mesmo disseste, Antônio, todos são homens de cabedal. Terão suas mentiras para provar que estavam em algum lugar à hora do crime. Têm seus amigos poderosos na Corte e se nada pudermos provar serão logo perdoados e soltos. Como sempre. Conheces muito bem nossa justiça. Além do mais a Relação está dividida. Há os que estão do lado dos Ravasco apenas por estar contra ti.”

“Mas temos o Palma e o Gois no tribunal. São influentes e farão o que eu disser.”

“Achas que é uma garantia suficiente?”

Antônio de Souza pensou um pouco.

“Não, Teles. Tampouco confio nos desembargadores. Como controlar a atuação deles dentro do Tribunal? Os juízes estão interessados nos Conselhos Reais, o Brasil é apenas um degrau em suas carreiras, tanto faz estar hoje de um lado, amanhã de outro, desde que os leve aonde querem chegar. Os pilares da promoção e da recompensa são a antigüidade, o mérito e o precedente, além, é claro, do apadrinhamento. O mérito significa apenas que os desembargadores não devem criar muitas divergências. A antigüidade pode ser contada por tempo de serviço prestado por substituto. O que há de mais importante dentro da carreira de um juiz é, na verdade, a data em que prestou o juramento e não raro eclodem brigas de soco e trocas de palavras rudes por esse motivo. O precedente só serve para dar mais poder aos juízes que detêm

os documentos da magistratura em sua vida pregressa. Chama o Mata, manda que entre."

O alcaide tocou a sineta.

Mata entrou, tímido.

"Mata, quanto estão ganhando os desembargadores?"

"Perto de seiscentos mil réis de ordenado, senhor governador. Fora as propinas. Os emolumentos chegam a mais de cem mil réis mas ele solicitam gratificações para a festa das onze mil virgens e outras festas. Sem contar as taxas que cobram por serviços especiais e o que ganham em comissões ou visitas pode ser que chegue a mil e duzentos. Eles pedem para receber o mesmo que recebem no Desembargo do Paço em Lisboa os desembargadores. Mas o príncipe nega."

"Vamos dar mais uma propina, par a festa de santo Antônio. Providencie uma carta ao príncipe regente solicitando o aumento de ordenado dos desembargadores. E cópia da carta para cada um deles."

"Sim, senhor governador."

"Pode sair agora, Mata."

"Sim, senhor governador."

"Antônio de Brito será julgado", prosseguiu o alcaide Teles, "um processo bem lento. Vai passar algum tempo na enxovia, certamente menos do que merece. Mas dificilmente será enforcado. O cargo de provedor é muito rendoso e André de Brito deve estar rico, isso o ajudará a libertar-se a si e ao irmão. João de Couros também é rico. A forca é uma morte desonrosa e esse criminosos são bem-nascidos. Mas também conseguirão escapar ao machado do carrasco se pagarem um bom defensor. E nós nada poderemos fazer."

"Então o que sugeres, Teles?"

"Nada pelas vias legais será proveitoso", disse o alcaide Teles.

"Não compreendi."

"Darei a eles o mesmo que deram ao meu irmão Francisco."

O governador fez um gesto hesitante com a cabeça. Depois disse, categórico: "Não. Nada de mortes. Não desçamos tão baixo quanto os Ravasco. Temos remédios mais eficazes, temos o governo, as milícias, a força, o poder. Não quero me envolver em crimes. Tenho minha carreira, estou nas boas graças da Corte, não posso me arriscar. Não poderás matar os que estão presos, de maneira nenhuma, isso deporá contra mim e contra si. E será difícil encontrares os fugitivos. Gonçalo Ravasco, Luiz Bonicho, Manuel de Barros, Donato Serotino, talvez já estejam em outra capitania."

"Não creio, Antônio. Estão, na certa, ocultados em valha-coutos à espera da frota para Portugal, que parte na primeira dezena de julho, assim que soprem ventos favoráveis. E se não fizermos com presteza o que devemos, escaparão como arraias."

"Eu me contentaria se prendesses Gonçalo Ravasco e Luiz Bonicho. Odeio-os. Tripudiam-me, ridicularizam-me, desrespeitam-me."

"Se pegarmos gente da família desses criminosos, o pai de um, o irmão de outro, podem nos servir de reféns."

"Nem todos têm pai, ou parente que possamos prender."

"Mas o jovem Ravasco tem uma irmã", disse o alcaide. "Uma outra nova importante. Um joalheiro judeu foi preso com o anel de meu irmão no dedo. O anel que estava na mão que deceparam. O joalheiro confessou que a jóia havia sido empenhada por uma tal de Maria Berco. Investiguei e descobri que essa tal de Maria Berco é a dama de companhia de dona Bernardina Ravasco, a filha do secretário. Deve ter roubado a jóia ao secretário. Isso o incrimina."

"A moça é de família?"

"É casada com João Berco, um velho cego que tem grande cabedal, mas é o maior de todos os avarentos. Vive na miséria, faz a mulher trabalhar sem ser preciso. Vai deixar que os ratos comam seu ouro."

"O marido vai reclamar a mulher se a metermo na enxovia."

"Se reclamar damos-lhe dinheiro. A Alcaidaria paga. Podemos usar como reféns, além de dona Bernardina, as irmãs e mulheres dos Brito, que estão na cidade

sem temor. Foram vistas na feira. O próprio secretário Ravasco serve de refém para encontrarmos seu filho”, disse o alcaide.

“Manda chamar a filha dele, dona Bernardina Ravasco. Ela me entregará o irmão em troca do pai. Só que não faremos troca nenhuma. O secretário vai ficar apodrecendo na enxovia, ou então vou degredá-lo. Estou disposto a te ajudar no que precisares contra esses conspiradores e homicidas: homens, dinheiro, facilidades... A mim me interessa, também, que eles sejam banidos, presos, degredados, expulsos. Mas nada de mortes.”

“Mas, Antônio, o vereador atentou contra ti, usando seu mestre de esgrima. O traidor Donato Serotino não vai fazer falta a ninguém, é apenas uma sombra. Não tens ganas de vingança?”

“Não. O rapaz dava boas aulas para nossos soldados. No fundo, talvez, eu até o tenha perdoado. Quando puxou da espada estava cheio de compaixão. Fazia a mandado. Mas odeio Luiz Bonicho, uma áspide.”

“O vereador sabe coisas que pode usar contra nós.”

“Se ele tem provas, toma-as dele. Prende-o e ele se calará. Isso me basta.”

“Mas não a mim, Antônio. Eu quero sangue, o sangue desses traidores.”

“Não!”, disse Antônio de Souza. “Faz o que te ordeno senão te arrependerás. Devemos agir dentro da lei e só teremos frutos. Prisões, degredos, tormentas, autos, devassas, perseguições. Já tivemos muitos inimigos, nunca fui batido. Roubos, vinganças tolas, crimes, desordens, são para quem inicia carreira. Estou numa posição que não mais me permite. Obedece-me.”

“Assim o farei”, disse o alcaide.

“Vê bem se não há mais gente na conspiração. O jesuíta italiano, aquele louro alto com uma porta de igreja que anda por aí anotando coisas, sabe-se lá com que intento. Ou o judeu amigo do Ravasco. Ou aquele poetinha Tomás Pinto Brandão. Pedro de Matos. Pedro Gomes. Quero todos os amigos dos Ravasco perseguidos, interrogados. Quero um Ravasco incriminado com provas. Prende a dama de companhia que penhorou o anel. Prende e interroga Gonçalo Ravasco. Arranca dele uma boa confissão sob tormenta. Depois mando a confissão para o príncipe. Peço a Deus que Gonçalo tenha participado do crime e que o possamos provar. É tudo que preciso para acabar com os modos violentos desses Ravasco, cujo podre tresanda pelas contreiras do mundo. Que Deus nos proteja em nossa missão de justiça. É certo que gostaria de acabar com eles usando minhas próprias mãos.” Antônio de Souza parou, olhou as mãos. “Minha própria mão, quero dizer. Não sou um covarde como padre Vieira. Sou um soldado. Mas estou muito velho para essas aventuras. Espero ouvir notícias, preciso de resultados. Quero tudo bem rápido. Tens gente de confiança para efetuar as prisões?”

“Farei eu mesmo, Antônio”, disse o alcaide Teles. “Preciso de ajuda de alguns homens. Escolhi o capitão de presídio, o João Lobato, alcunhado de Gordo, e seus homens. O Gordo foi quem conseguiu a confissão do Brito. Os rapazes de sua companhia são mestres homens indicados?”

“Os melhores, Antônio. São leais e bons cristãos.”

“Sim, solteiro.”

“Anda com rabaceiras, com mulheres da vida?”

“Não. É religioso e como o nome bem indica só pensa em comer.”

“Muito bem. Sabemos que nas camas da Bahia se fazem os despachos e se traçam os destinos. Nas camas da Bahia todos os segredos deixam de ser segredos. E por falar em camas da Bahia, acho que debes incluir nessa tua lista de perseguições o desembargador da Sé, o poeta das sátiras. Certamente está envolvido pois tem fortes ligações com os Ravasco. Disseste que o primo dele esteve na emboscada. Além dos mais tem-me ridicularizado e provocado com suas sátiras pecaminosas. Foi visto saindo do colégio dos jesuítas na manhã do crime. Aossa-o Escorraça-o e, se não educar a língua, mete-o também na enxovia, degreda-o para Angola, São Tomé, para qualquer lugar bem longe daqui. Não fará nenhuma falta. Já temos letrados demais na colônia, como disse sua majestade.”

Antônio de Souza fez um gesto para que o alcaide Teles se retirasse.

Sozinho, na grande sala, olhou a lua na janela através dos vidros. Passou a mão no músculo duro da base do pescoço, maltratado pela correia que prendia o Braço de prata.

*

B. Cap. 3, Subcap. 2, 1ª Part., P.141-143, § 1º-37º, L. 1-96

“Podes apagar a candeia”, disse o alcaide Teles, ar compenetrado.

Gordo, o capitão de presídio, peso de oito arrobas e olhar de um boi, foi até a parede de pedra e retirou a candeia. Soprou-a. A fumaça queimada fez Bernardo Ravasco tossir. Ele estava sentado no chão molhado a um canto da cela. Tentou levantar-se mas foi impedido pelo alcaide Teles. Uma voz rouca cortou o ar.

“Santos e Satanás!”

“É o Blasfemo”, disse o alcaide Teles. “Está preso na cela ao lado. Já foi um homem, sim, um dia, mas hoje não é mais. Não, hoje ele é apenas uma verga encarquilhada de porcarias, aquela boca nojenta sem dentes, uma trunfa de cabelos sujos. É o destino dos que ficam aqui muito tempo.” O alcaide Teles debruçou-se sobre o prisioneiro. “Teu destino.”

Bernardo Ravasco era bem-nutrido, de pele conservada e fina. Havia sido um homem feliz mas ali, naquele instante, a felicidade se acabara por completo. Talvez para sempre, pensava o secretário.

“Estás com sorte, Ravasco”, disse o alcaide Teles, “recebi ordens de não acabar contigo. Por enquanto.”

“Esta prisão é ilegal, não há culpa formada”, disse Bernardo Ravasco.

“Isso não decidimos nós, fidalgo, aqui decidimos outros assuntos”, disse o alcaide Teles apontando espetos de ferro que o Gordo trazia na mão. A voz Blasfemo soou novamente.

“Sal para Caifaz, sal para Pilatos, sal para Herodes e o diabo coxo.”

“Só te resta ficar calado. Nem és mais secretário. Estás aqui, Ravasco, e não lá fora,” disse o alcaide Teles, “e este aqui é um lugar desgraçado, mais desgraçado ainda do que estas ruas que passam aí em cima. A escória do mundo. Acima de nós”, continuou o irmão do alcaide morto, “ não está o céu mas a sujeira onde todos pisam.” Parou de falar, enfiou a mão no bolso e tirou uma caixinha. Abriu-a, encheu os dedos de um pó terroso que inalou com uma brusca aspiração. O Blasfemo gritou.

“Blasfemadores...”, disse o alcaide Teles.

Espirrou seis vezes seguidas.

Respirou como um cachorrinho cansado. Espirrou mais. Inspirou com força. Soltou o ar aos poucos, com os olhos vermelhos. Bateu com o dedo no nariz, como se quisesse se certificar de que ele ainda estava lá.

“Blasfemadores miseráveis...”, disse novamente o alcaide Teles, como se recordasse algo. “Mais da metade da população de Paris e seus distritos rurais é de miseráveis. O mesmo acontece na Holanda, na Inglaterra... Na Suíça os homens que possuem bens, desesperados com as catervas que ameaçam seus palácios, que os sitiam nas estradas, que destroem suas florestas, organizam milícias de extermínio desses... como eles chamam mesmo?”

Bernardo Ravasco ficou em silêncio.

“Os ‘sem lar’. É um bom remédio, não achas? Deveríamos fazer isso aqui também.”

Bernardo Ravasco olhou-o, os olhos quase escondidos sob as sobrancelhas.

Gordo, sentado num tamborete, mastigava.

O Blasfemo gritou novamente.

“O Gordo”, disse o alcaide Teles, “manda esse herético calar a boca.”

O Gordo foi até a cela ao lado, falou alguma coisa ao Blasfemo, que começou a gritar palavras sem nexos mas em seguida calou-se.

“É um pobre coitado. Amanhã vou soltá-lo.”

“Muito piedoso”, ironizou Bernardo Ravasco.

“Mas, como eu ia dizendo, Bernardo Ravasco, as leis me permitem métodos, digamos assim... cruéis, para obter confissão. Mas eu já sei de tudo. Sorte tua.”

“Jamais andaste dentro das leis, Antônio Teles. Esta seria a primeira vez.”

“Sei que tudo foi tramado as tuas ordens, e às ordens de teu irmão, um verdadeiro ateu da Companhia.”

“Meu irmão não é ateu.”

“Hipocritamente denomina-se padre, mas não passa de um herege.”

“Herege? E quem é cristão? Tu? O que achas que estás fazendo aqui com teus instrumentos de tormentas? Esconjurando a corrupção colonial? Santificando?”

“Estou apenas começando minha vingança, Bernardo Ravasco. Mesmo que tenha de despender todos os meus haveres, próprios e herdados, mesmo que tenha de derramar meu sangue, farei com que não reste em pé, nenhum Ravasco, nenhum canalha dos Ravasco. Nada me deterá. Estou a serviço do príncipe, e de Deus. Não tenho medo do inferno. Também não tenho medo de Antônio Vieira. O Gordo tampouco, não é, Gordo?”

O capitão grunhiu.

“O gordo e muito destemido. Ele já viu o demônio, não é, Gordo? Como foi mesmo?”

“É, já vi o demônio, murmurou o Gordo.

O novo alcaide continuou? “O demônio que o Gordo viu dizia chamar-se Asmodeus e queria o sangue do pobre Gordo, ou então pessoas para fazerem pacto com ele e virgindades de moças para atos torpes. Aparecia em vulto de homem, mulher, cobra...”

“Mas eu abjurei”, disse o Gordo, “ e agora tenho somente ouvir nada disso.”

“Vieira foi sempre ardiloso, traiçoeiro, promotor de ciladas”, continuou o alcaide. “Tomai cuidado, Ravasco, com o que dizeis e onde vos meteis. Eu estarei vos esperando em cada esquina, a vós que matastes meu irmão Francisco de Teles de Menezes.”

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (2ª, p. 143-146)

Bernardina Ravasco aflita por causa dos problemas que envolviam seu pai e seu irmão, aguardava ser recebida pelo governador. Do lado de fora Maria Berco esperava-a sentada ao lado do cocheiro e preocupada com o chamado feito por Braço de Prata. O governador ordenou a entrada de Bernardina em seu gabinete. Ao vê-la o governador não fez nenhum gesto, pediu somente que se sentasse e foi direto ao assunto. Perguntou-a imediatamente pelo irmão, o jovem Gonçalo Ravasco. Bernardina respondeu-o que não sabia do paradeiro do irmão. Não satisfeito com a resposta de Bernardina, Braço de Prata sugeriu que se o jovem se entregasse, ele livraria o pai da enxovia. Bernardina era uma Ravasco, não perdeu a altivez, o que deixou o governador ainda mais indignado. Bernardina levantou-se da cadeira, disse ao governador que ia pensar no que fazer, em seguida perguntou pelo pai, quis saber se ele estava bem, sarcasticamente, Antônio de Souza lhe respondeu que sim, dentro das condições da enxovia. A preocupação de Bernardina era porque o pai sofria dos pulmões e a enxovia era um lugar úmido. Aproveitando-se da preocupação de Bernardina em relação à saúde do pai, o governador deixou claro que ela poderia fazer muito pelo pai, até porque era uma boa filha. Saindo do palácio, Bernardina foi ao encontro de seu tio, Antônio Vieira, lá contou sobre encontro que tivera com o Braço de Prata. Vieira ficou irritado, pois para ele o governador tinha um só objetivo, atingi-lo, já que não suportava admitir a existência de alguém com mais força de espírito que ele, nem que fosse ele, um velho padre. Não

adiantava trocar um Ravasco por outro Ravasco, para Vieira o governador queria um e queria outro, pois quanto mais Ravascos Antônio de Souza tivesse mais desejaria.

*

C. Cap. 3, Subcap. 2, 3ª Part., P.146-149, § 1º-26º, L. 1-128

“Matemático!”, disse Antônio Vieira. “É isso, matemático, isso eu deveria ter sido, um matemático. Apenas os matemáticos puderam achar algumas demonstrações, algumas razões certas e evidentes, quando tudo se explica pela própria coisa.”

Padre José Soares ouvia em silêncio. A sobrinha acabara de sair do casario avarandado que servia de retiro a Vieira. Ainda se ouvia o ruído dos cascos do cavalo levando a sege de volta à cidade.

“Matemático, isso sim”, repetiu Vieira. “Vê, meu amigo, o que foi minha vida. Passei-a a viajar pelos outros rios e fiquei tanto tempo viajando que acabei por me tornar estrangeiro em qualquer terra. Já fui, sim, fui um homem de meu país, que afinal nem sei mais qual é, se é onde nasci, onde vivi, ou por onde minha imaginação vagou. Estou homiziado em mim mesmo, derrotado. Já decidi pendências entre reinos, já decidi pendências entre exércitos, já decidi pendências entre papas e reis, até mesmo pendências divinas, creio. E agora mal consigo convencer a um governador colonial de meio braço sobre a inutilidade de seu ódio.”

“Mas, padre Vieira, ainda se pode fazer muita coisa.”

“Sim, meu amigo, sei que muita coisa pode ser feita. Mas estou cansado.”

“Na verdade, padre Vieira, temos tido tantos fracassos quanto aborrecimentos. As coisas parecem mais difíceis.”

“Está bem, se é isso que eles desejam, não hei de arrefecer. Tenho um irmão na enxovia e um sobrinho condenado ao degredo. Já que a guerra começou, travarei mais uma batalha.”

“O que o senhor fará, meu padre?”

“Irá um mensageiro a Portugal. Vai levar minhas cartas aos poderosos.”

“Quem?”

“O vereador Luiz Bonicho.”

“Mas como irá o vereador para Portugal se nem ao menos pode mostrar seu rosto nas ruas, perseguido como está?”

“Vai insinuar-se na almiranta da frota. Com ele partirá Gonçalo, para justificar-nos aos pés de sua alteza. Outra coisa farei: procurarei um amigo de meu irmão, que tem muita influência na Corte. Um homem muito rico, poderoso. Talvez possa nos ajudar mesmo sendo judeu.”

“Judeu?!”, disse padre Soares. “Meter-se novamente com judeus!”

“E vou escrever para Roque da Costa Barreto. Tendo sido governador do Brasil conhece como ninguém as entranhas do mundo colonial, tem boas influências e muito crédito na Corte. Devo explicar por que não posso escrever todas as cópias com minha própria letra, que não passa mais de garranchos de um estudante do rudimentar?”

“Acho que não é preciso, padre.”

“Meu senhor”, escreveu Vieira, ao mesmo tempo lendo o que escrevia, “dou graças a V. S. nesta, pela honra que em todas as suas fez V. S. a meu irmão e sobrinho. O primeiro não sei se poderá escrever pelo aperto com que fica na enxovia; segundo terá V. S. em Portugal, se lhe não impedirem o embarcar-se; e porque eu também fico excluído ou excomungado do palácio, e sobre isso criminado capitalmente, deixando as queixas gerais aos que vão e ficam, quero nesta, para minha satisfação, referir a v. S. as causas que me tocam, para que V. S. conste delas com toda formalidade. Como o intento do sucessor de V. S. era fazer mercancia de todos os ofícios e provimentos, e que só passasse este injusto comércio pela sua mão e pelas dos seus confidentes, o seu primeiro cuidado foi excluir o secretário Bernardo Vieira Ravasco. Tomou por pretexto, influído do alcaide-mor, que ele fingira uma carta de S. A. a favor

de Sebastião de Araújo: e como não bastasse mostrar-se a dita carta registrada, foi Deus servido que apareceu o próprio: e o fruto que tirou o governador desta evidência da verdade de um e falsidade de outro foi abraçar-se mais com o alcaide-mor, e cobrar ódio mortal ao secretário. Privou-o totalmente do exercício do despacho: e, para que os provimentos ficassem mais vendáveis sem os direitos da Secretaria, não queria passar provisões, dizendo aos providos ou compradores: *Para que dar isso ao secretário?* Se alguma provisão (quando não podia ser menos) se passava, e depois não tinha efeito, mandava que o secretário logo logo repusesse o que tinha recebido; e tudo se executava à risca. Assim declarou que os braços de Boipeba, Cairu, etc., não eram da costa, para que não pagassem. E finalmente mandou que na Secretaria se não guardasse o rimento de S. A. se não um que tinha feito antes dele o conde de Óbidos, e pelo que o de S. A. estava anulado."Vieira pensou um pouco. Depois continuou.

"Ficou com isso morrendo de fome o secretário, sobre os seus empenhos; e, parecendo aos padres que era retiro escandaloso não acudir eu a meu irmão neste sábado, fui falar ao governador na ante-véspera de Natal, e lhe disse desta maneira, para que a V.S. seja presente todo o diálogo. *Venho dar antecipadamente as boas festas a V. S. e também pedir a V. S. uma mercê; o que não fizera se não entendera servia também nisto a V. S., por ser matéria de justiça e consciência.* Entendeu logo qual era a matéria e enfurecido respondeu que ele ainda que não fosse padre da Companhia tinha mais consciência do que eu, e conhecia melhor a Deus do que eu. E isto com vozes desentoadas. O pique era muito para perder a paciência; mas foi Deus servido dar-ma naquele caso, e respondi que isso mesmo esperava da consciência de S. S. que na Secretaria de meu irmão se observasse o regimento do príncipe, de quem ele era governador, e não do conde de Óbidos. Continuou, gritando. Ponho gritando, padre?", disse Vieira.

"Bramando fica melhor", disse padre Soares.

"Bramando: *Querem poder mais do que eu.* Ao que tornei a instar, que antes porque S. S. podia tudo, tivera confiança para lhe pedir aquele favor, lembrando também de que, quando eu podia alguma coisa, tinha servido a S. S. Aludia nisto a uma intercessão para com o duque, que este fidalgo me foi pedir a santo Antão, a única vez que o vi em Portugal. Aqui se levantou dizendo com as mesmas vozes que nunca me havia pedido nada. E eu a ele: *Sim, pediu, sim, pediu. Nem tem que desconfiar disso; porque naquele tempo se podiam valer de mim e eu fazer serviços a outros maiores, tirando o príncipe. Ele replicou que ninguém era melhor do que ele. Eu não falo de qualidades, respondi, senão de postos e títulos.* E com isto me disse com a mesma fúria: *Vá se daqui e não me entre mais no palácio.* Era isto onde já em parte nos ouviam e viam o Mata e outro criado, e eu rindo-me para todos disse: *Por certo que será matéria de grande sentimento não entrar neste palácio quem com tão diferente respeito tem entrado nos de todos os reis e príncipes da Europa.* Voltou as costas dizendo: *Bem sei onde entras, judeu. Bem sei onde entras, judeu.* E com isto acabou-se o diálogo, em que V. S. notaria que, quando me negou a paternidade, me esqueci eu também da senhoria, que é o que só lamentei, e de que bati nos peitos no exame de consciência, pior que a do senhor governador."

Vieira parou e pensou um pouco.

"Devo falar da morte do alcaide, padre Soares?"

"Sim, creio que deve."

Vieira continuou escrevendo a carta. No final, pediu que padre Soares fizeste logo as cópias da carta para que tudo estivesse pronto antes da partida da frota.

"Bahia, junho de 1683. Capelão e criado de V. S. Antônio Vieira."

Vieira abriu um livro em pergaminho. Leu e admoestação: "Quando te assentares a comer com um governador, atenta bem para aquele que está diante de ti. Não cobices os seus delicados manjares, porque são comidas enganadoras". Voltou-se para José Soares. "Não me resta mais tempo para dormir, nem tempo para toscanejar, nem tempo para encruzar os braços em repouso. Avisa ao poeta Gregório de Matos da intenção do governador. Manda que ele procure Gonçalo para alertá-lo ainda mais. Veremos quem sai ferido nessa refrega", disse Vieira.

*

D. Cap. 3, Subcap. 3, 1ª Part., P.151-153, § 1º-38º, L. 1-89

O Blasfemo foi solto da sua cela na enxovia. Ao sair, teve que fechar os olhos, pois a luz o cegava. Vagou pelas ruas com seu aspecto encarquilhado e só depois do anoitecer lembrou-se de que tinha uma incumbência importante.

Arrastou-se pelas ladeiras da cidade com uma lanterna na mão, à procura de uma certa casa.

O vento forte sacudia as árvores e fazia a chama da lanterna tremular, quase apagando-^a

Finalmente, depois de muito caminhar avistou a casa que procurava. Era uma casa grande, a leste do porto principal, à beira de uma praia. Ficava isolada. Na fachada tinha uma grande porta de madeira e duas varandas pequenas no segundo piso. Ao lado, um grande forno. Sobre o beiral do telhado havia pequenas estátuas irreconhecíveis.

O Blasfemo bateu a aldabra e esperou. Não apareceu ninguém. A casa estava às escuras, apenas uma pequena luz tremulava numa das janelas do alto.

“Luiz Bonicho, seu corcunda velho narigudo fedorento.”, gritou o Blasfemo. “Luiz Bonicho, seu tucano de merda, abre esta porta antes que o diabo aperte o garrocho e o faça estalar.”

Uma sombra apareceu detrás da janela. Ficou ali algum tempo.

Depois a porta se abriu.

Donato Serotino surgiu, com o cano de uma garrucha apontando o Blasfemo.

“O que estás fazendo aqui a esta hora, Blasfemo?”, disse Donato Serotino. “Eu te disse para não apareceres aqui. Não estavas na enxovia?”

“Antes burro que me leve que cavalo que me derrube.”

Donato Serotino abaixou a arma. Luiz Bonicho apareceu por detrás dele.

“Deixa entrar neste miserável, ele é o que há de melhor sobre a terra, depois dos ratos, é claro”, disse Luiz Bonicho.

“O que queres, Blasfemo?”, disse Donato.

“Tudo que souber me contará, tudo que tiver me dará, todos os homens abandonará e só a mim me amará.”

“Estás vendo, Donato?”, disse Luiz Bonicho. “Não é mesmo o maior de todos os sábios? Senta, meu amigo, senta, não queres um prato de comida? Verás que às vezes cavalos não derrubam, tua sabedoria de mula ficará mais completa. Uma sopa, Donato, dá uma sopinha a este miserável, se é que ainda sabes acender um fogo. Ou então acorda aquele horrível odre e manda que aqueça o caldo, este traste merece um pouco de calor. Senta à cabeceira da mesa onde como, Blasfemo; tua alcunha é um passaporte. Aqui os estábulos e chiqueiros são para os governadores, alcaides, padres, militares e para os que se dizem sãos. Na verdade estes é que estão doentes, a humanidade está doente, somos um cancro velho ulcerado que herdamos de nossos pais. Nascer é adoecer. A vida é uma doença contínua. *Totus homo ab ipso ourtu morbus est*, Demócrito. Não é, Blasfemo?”

O Blasfemo sorriu e abanou a cabeça afirmativamente.

Uma escrava muito gorda apareceu com um prato fumegante e colocou-o sobre a mesa.

“Come logo e vai-te embora”, disse Donato Serotino.

“Espera, Donato, paciência, ele talvez tenha algo a nos dizer.”

O Blasfemo começou o pão ensopado, ruidosamente.

“Vinho, cretina, traz vinho para este furtador de burros. Essas escravas não querem mais saber de trabalho, vivem na porra e na merda, fodendo no vaivém”, disse Luiz Bonicho.

A escrava trouxe uma tigela de vinho.

Quando terminou de comer a sopa, o Blasfemo olhou para Luiz Bonicho com seus pequenos olhos maltratados. “Asno és o filho da burra que continuas aqui

enquanto te procuram para matar”, disse o Blasfemo, olhando Luiz Bonicho nos olhos. Mastigava o pão com as gengivas.

Luiz bonicho olhou-o intrigado.

“Matar-me?”

Luiz Bonicho e Donato Serotino entreolharam-se.

“Quebraram a língua do Brito, ele disse tudo.” O Blasfemo deu uma gargalhada. “Morte ao lambe-cu, ha, ha, ha” outra gargalhada.

“Anda, fala direito, desgraçado, antes que eu faça cagar até morreres”, disse Luiz Bonicho.

“Sabem de tudo”, disse o Blasfemo. “O nome dos embuçados. Sete vergas do caralho do demônio, sete chicotes.”

“Ah, agora falaste claro”, disse Luiz Bonicho.

Serotino estava pálido.

“Os nomes? Os nossos nomes? Maldição!”, disse Luiz Bonicho.

“Precisamos avisar os outros”, disse Donato Serotino.

“Nada disso”, disse Luiz Bonicho. “Vamos nos esconder e cada um por si. Não podemos nos aproximar do colégio, nem dos jesuítas, nem dos Ravasco. Nos arriscaríamos muito.”

“Mas é isso que um homem de bem deve fazer. Encontrarei uma maneira de avisá-los”, disse o mestre de esgrima.

O Blasfemo afastou-se levando uma pataca que Luiz Bonicho lhe deu.

“Que esta cara te pareça luz, este corpo te apareça estrelas, quem te mal de mim disser, não *los creas*”, dizia em cantilena enquanto caminhava.

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (2ª, p. 153-154)

A missa terminou ao entardecer. Maria Berco foi para casa sem perceber nada à sua volta, pois estava imersa em seus pensamentos, caminhava murmurando o nome de Gregório de Matos. Mas Maria Berco parecia estar aflita e aborrecida com aquele sentimento, com aquele querer. Além do sofrimento de querer Gregório de Matos, ainda sofria com o roubo que fizera do anel, com isso temia que não fosse mais saudada com dignidade na casa de seus senhores. Saiu da igreja e continuava atormentada, pois considerava merecer o inferno pelo que fizera. Sabia, também, que precisava esquecer Gregório de Matos, mas vivia ansiosa por encontrá-lo.

*

E. Cap. 3, Subcap. 3, 3ª Part., P.154-155, § 1º-2º, L. 1-34

Maria Berco abriu os olhos. Estava diante de um espelho. Viu a si mesma montada numa besta com sete cabeças e dez chifres. Achava-se vestida de púrpura e de escarlata, adornada de pedras preciosas e de pérolas, tendo nas mãos um cálice de ouro. Na sua frente achava-se escrito: Babilônia, a Grande, a mãe das meretrizes e das abominações da terra. Tentou desmontar mas não conseguiu. Estava embriagada. Olhou para cima. Percebeu que se encontrava no fundo de um abismo. À sua volta havia uma água fétida. Em volta da água, fogo. Aves mergulhavam em sua direção berrando como cachorros. Bebeu um gole de vinho e cuspiu: era sangue. Seu corpo começou a se transformar em madeira e depois a queimar. Abrasada, acordou. Levantou-se da cama e foi ao espelho. Era seu rosto de sempre.

Acendeu o candil e foi à sala. Pegou um chicote e voltou para o quarto. Há anos não tinha uma noite de amor, o marido velho já não mais a dormia. Diante do espelho desamarrou a blusa e a saia. As roupas caíram a seus pés, Despiu-se das roupas de baixo. Viu-se nua, sua imagem difusa no vidro, deformada. Sua pele parecia feita de queijo. Aproximou-se do espelho. A boca, cujos lábios superiores eram mais bem

desenhados, destacava-se da pele do rosto. Viu seus dentes, os caninos levemente pontudos lhe davam um ar animal. A língua era muito vermelha, trêmula. Os seios redondos, pequenos, começavam nas clavículas. Pelo meio das curvas brancas da cintura e dos quadris descia uma penugem escura até o ventre, que se abria num tufo negro. Sua respiração apressou-se, seu coração disparou. Gregório de Matos. Jamais se desnudara diante de um homem. E poucas vezes diante de si mesma. A nudez era pecado, estava caindo no abismo, aquele que sonhara. Diziam que em Roma havia estátuas de homens nus dentro das igrejas. Beijou sua própria boca no espelho. Pensou que havia demônios dentro de si. Esperava-a um fim amargoso como o absinto. Pegou o chicote e flagelou-se, como via fazerem nas procissões os penitentes, caminhando atrás dos andores, descalços, arrastando-se de joelhos, macerando o corpo com açoite, deixando vestígios de sangue nas pedras das ruas. Tinha que desenvolver o ânus, tinha que esquecer Gregório de Matos.

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (4ª, p. 155-159)

Uma voz rouca de mulher destacou-se no barulho do alcouce, havia muito movimento de gente. Gregório de Matos avistou-a. E ela, bastante agitada, chamou por Gregório. Ele a atendeu e foi informado de que Anica de Melo estava à procura dele. Gregório quis saber onde poderia encontrar Anica de Melo, olhando em volta a moça apontou para uma escada e lá estava Anica. Ao ver Gregório abriu os braços, indicando que ia descer. Ao encontrar com Gregório de Matos, convidou que entrasse rapidamente. Quando Gregório entrou na sala, olhou em volta, viu sentados a uma mesa, embriagados, os soldados do governador. Gregório e Anica foram para a **cozinha. Lá Anica pediu a uma das empregadas da casa que se encontrava na cozinha** que esquentasse uma boa comida para Gregório de Matos. Imediatamente, a moça limpou as mãos e foi preparar a mesa para o Dr. Gregório de Matos. Anica pôs-se então a falar do que estava acontecendo. Disse a Gregório de Matos que o governador havia mandado “os seus homens” para dar uma revista no casarão. Logo, Gregório quis saber se haviam procurado por ele, Anica o avisou que os homens de Braço de Prata haviam entrado no quarto dele e pareciam estar à procura de uns escritos, pois foi o que ela ouviu. Naquele momento, Anica, aflita, quis saber de Gregório que escritos eram esses. A pedido de Anica, uma escrava aprontou a comida para o Dr. Gregório. Anica encheu duas taças de vinho. Ele devorou a comida rapidamente. Após o jantar, perguntou a Anica se ela e as meninas da casa tinham sido amolestadas pelos homens do de Braço de Prata. Anica retornou a conversa com Gregório, mas antes expulsou a escrava que estava na cozinha ouvindo a conversa dos dois. Anica, mostrou-se muito preocupada com tal situação. Gregório dizia a ela não temer tudo aquilo, por considerar que o governador não poderia provar nada contra ele. Mas Anita ressaltava que não precisava ter provas, bastava ser considerado suspeito por parte de Braço de Prata. Nesse momento Anica comunicou a Gregório que uma mulher havia também procurado por ele, logo quis saber quem era. Anica o informou que se tratava de uma tal de Maria Berco, uma mulher que se dizia conhecida dele. Gregório fechou os olhos e respirou profundamente, Anica, curiosa, quis saber quem era a tal moça. Gregório, disfarçadamente, disse que era ligada à família Ravasco. Anica, imediatamente, perguntou a ele se estava traindo-a com a tal moça, porque era do conhecimento dela que essa moça era amante dele. Gregório tratou de desmentir o fato e ainda disse a Anica de Melo que a tal moça era casada. Acreditando por um momento, Anica suspirou e disse a Gregório que ainda bem que havia lhe sobrado algum juízo. Anica encheu novamente a taça de vinho e deu-a para Gregório. Naquele momento, Gregório sentiu a mão de Anica em seu membro. Anica, temerosa por perdê-lo, perguntou-o se ele a deixaria porque ela era feia, ele então a respondeu, dizendo que ela era a deusa das putas, uma puta absoluta, por isso jamais a deixaria. Gregório de Matos olhou-a com atenção, pela primeira vez percebeu sutilíssimos sinais de envelhecimento. Anica nunca foi casada, não teve filhos, dizia não ter paciência com crianças, porque considerava que as crianças e os homens a aborreciam. Anica era uma mulher ressentida, pois

considerava que ser filha de labregos a aborrecia, tanto que fora esse um dos motivos de ter trocado Portugal pelo Brasil, porque para ela no Brasil todo mundo se sente labrego, mesmo assim tinha sonhos de viver num lugar melhor.

*

F. Cap. 3, Subcap. 3, 5ª Part., P.159-160, § 1º-4º, L. 1-22

Quando Gregório de Matos entrou em seu quarto verificou que haviam mexido nos seus livros. Não se tratava de simples vasculhar à procura de algo, os livros estavam jogados no chão, alguns rasgados: tudo fora feito com muita ferocidade.

Gregório de Matos sentiu duramente o golpe, estava acostumado a pensar que mesmo os mais rudes e vis tinham algum respeito pelos livros. Mas as pessoas odiavam tudo que não compreendiam. Os homens do Braço de Prata não sabiam ler. Ninguém sabia ler. Os livros eram inimigos.

As moças que habitavam os quartos contíguos olhavam Gregório de Matos com pena. Algumas vieram oferecer para ajudá-lo a arrumar tudo e consertar os livros. Uma das moças trouxe uma panela de grude para colar as páginas arrancadas. Era a negra novata. Gregório de Matos empurrou as outras moças para fora. Ficou sozinho no quarto com a mulher. Sem falar com ela, sem ao menos perguntar seu nome, tirou a roupa dela e colocou-a, nua, deitada na cama, depois de jogar os livros no chão. Ela era suntuosa, noturna. Ele agarrou o corpo dela com fervor e possuiu-a muitas vezes seguidas, se dizer uma só palavra. Depois pegou um dos livros e leu para ele enquanto ela se vestia, um pouco assustada:

“Quem, com piedade, ao andaluz não mira? E quem, ao andaluz, seu favor nega?”

*

G. Cap. 3, Subcap. 4, 1ª Part., P.161-162, § 1º-18º, L. 1-40

Roupas de veludo, seda, linho, se espalhavam sobre a cama. Maria Berco tirou a saia de Bernardina Ravasco. Desmontou em seguida a armação de arame bojuda como uma pêra, que caiu ao chão: ferrou-lhe as pernas nos quadris e soltou as fitas do espartilho. Acocorou-se depois para tirar-lhe as meias soltando as ligas abaixo dos joelhos, por último vestiu-lhe a camisa de dormir.

“Ah, que conforto”, disse Bernardina Ravasco. “Odeio roupas.”

“Vossas roupas são lindas, senhora.”

Bernardina Ravasco olhou a dama de companhia, mais jovem do que ela.

“Dize-me, Maria, estás mesmo decidida a ir?”

“Sim, senhora. Tudo farei por vós.”

“Se algo te acontecer tenho minha consciência em paz. Foste tu mesma quem te ofereceste a procurar meu irmão.”

“Não há perigo nenhum, senhora.”

“Basta estarmos vivos para corrermos risco nesta terra. Sei que não temes o perigo. Por onde procurarás? Pelos alcouces? Tabernas de vinho? Pelos becos escuros e imundos de nossa cidade? Pode estar longe, num engenho. E se te pegarem na estrada?”

“Não vão me pegar.”

“Não debes dizer a ninguém de meu encontro com o Braço de Prata. Vou convencer Gonçalo a se entregar pela libertação de meu pai. Os amigos dele não iriam aceitar. São desumanos. Meu próprio tio, um jesuíta, um homem de Deus, recusou a troca. Prefere que morra o irmão. Gonçalo é jovem e forte e além disso foi ele quem se meteu nessa confusão, apesar dos conselhos de nosso pai. Mas é um bom rapaz, se souber do que ocorre logo concordará em se entregar.”

“Tranqüilizai-vos, senhora, tudo terá remédio.”

“Vai, Maria, vai. Nem sei se terei meu pai de volta. Pode ser apenas um golpe sujo de Antônio de Souza. Ele não tem escrúpulos, é capaz de tudo. Mas vou arriscar-me. Toma cuidado, Maria.”

“Sim, senhora.”

Bernardina Ravasco pegou uma pistola, carregou-a e meteu-a num saquinho de pele. Deu-o a Maria Berco.

“Para qualquer sucesso”, ela disse.

“Pelo amor de Deus, senhora!”

“Com os homens da família mortos, presos ou homiziados, somos nós os homens da família. Vamos mostrar que todos os Ravasco são bravos. Eu sou uma Ravasco.”

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (2ª, p. 162-164)

Gregório de Matos fora novamente para rua Debaixo, mas não para farrear com as negras, dessa vez estava lá esperando por Maria Berco. Gregório avistou um vulto de mulher se aproximando, era ela. Ao encontrá-lo, Maria Berco foi logo falando sobre a angústia de Bernardina Ravasco, por isso precisava encontrar Gonçalo Ravasco e seu encontro com Gregório era para saber do paradeiro do jovem. Gregório ficou em silêncio e em seguida lhe respondeu que não sabia por onde andava o mancebo. Maria Berco ainda insistiu, implorou, mas Gregório foi tenaz, disse que não sabia do rapaz. Depois, disse a Maria Berco que fora comunicado de que no encontro de Braço de Prata com Bernardina, o governador sugeriu a troca de Gonçalo por Bernardo. Maria Berco disse a Gregório que a situação não era tão simples. Gregório aproveitou o momento para insinuar suas intenções para com Maria Berco, porém Maria Berco não aceitou suas insinuações. Disse que era casada, amava o marido e não cabia no coração dela dois amores. Maria Berco fez questão de lembrar a Gregório que seu encontro com ele tratava tão somente de questões relacionadas à família Ravasco. Gregório disse que era exatamente o que ele temia, pois percebia que ela estava sendo pressionada por Braço de Prata a entregar Gonçalo Ravasco. Tentou fazê-la entender, assim como tentara com Dona Bernardina, que o governador queria pai e filho na enxovia, não ia trocar um pelo outro, isso se não matasse Gonçalo antes de prendê-lo. Maria Berco tomada por um sentimento de dó em relação ao sofrimento de dona Bernardina, retrucou Gregório de Matos, pedindo a ele que dissesse a ela onde estava o menino e a família decidiria o que fazer. Gregório, prontamente, perguntou-lhe de que família ela estava falando, ela respondeu que estava falando de Dona Bernardina, nesse momento respondeu com ironia, que essas presunções de mulheres eram sezões que passam como maleitas. Depois disso, aceitou procurar Gonçalo Ravasco para convencê-lo a conversar com a irmã, mas preveniu de imediato à Maria Berco que não seria tão fácil, e que se isso acontecesse não era porque Gonçalo quisesse prejudicar o pai, mas por se tratar de um homem sensato.

*

H. Cap. 3, Subcap. 4, 3ª Part., P.164, § 1º-3º, L. 1-17

O sobrado estava escuro quando Maria Berco entrou. Abriu a porta da cozinha como costumava fazer ao chegar e preparou algo para comer. Há alguns dias de nada faltava naquela casa. Retirou da cintura um saquitel de patacas e contou-as. O dinheiro estava acabando. Como faria para conseguir dinheiro para resgatar o anel? Ganhava pouco a cada mês como dama de companhia, gastava quase tudo em comida. Mesmo que costurasse à noite não conseguiria esse dinheiro em menos de um ano. Por que não pensara nisso?

Na ponta dos pés, subiu as escadas com o candil aceso na mão. Entreabriu a porta do quarto de João Berco. O homem adormecera sentado na poltrona.

A escrava que estava estendida a seus pés abriu os olhos. Maria Berco fez sinal para que ela dormisse novamente. Foi para seu quarto.

“Ah, que coisas me acontecem”, suspirou. “Sou uma tola.” Lembrou-se do encontro com Gregório de Matos. Ele a amava. Ela ansiava por revê-lo. Vestiu uma camisa longa, deitou-se e rezou pedindo a Deus que a noite passasse logo.

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (4ª, p. 165-166)

Gregório partiu em direção ao Recôncavo, não foi difícil encontrar Gonçalo Ravasco. Ao deparar com o irmão de Bernardina Ravasco foi logo criticando: “Que belo esconderijo, qualquer um sabe de teu paradeiro. Além disso, perambulando de noite pela Bahia como um homem comum.” Gonçalo demonstrou naquele momento não estar muito preocupado com a situação. Gregório o alertou para que tomasse cuidado, pois certamente Braço de Prata já havia mandado seus homens procurá-lo. Gregório levou ao conhecimento de Gonçalo Ravasco que os homens do governador invadiram o quarto dele (Gregório) com o objetivo de procurar alguma coisa que o incriminasse. Gregório pôs-se a lamentar com Dom Gonçalo sobre as mazelas que estava sofrendo por conta das rixas com o governador. Gonçalo Ravasco pediu que Gregório parasse de se lamentar, visto que ele não era o único a sofrer perseguições. Até padre Antônio Vieira era acusado da morte do alcaide. Gonçalo temia que o tio pagasse por todos eles, mas Gregório não via nenhum problema nisso, pois Padre Vieira tinha imunidade, além de ser amigo do rei e mais porque era o alvo de toda aquela situação. Gonçalo devotava o tio, dizia que padre Antônio Vieira era um homem que não merecia estar na Terra. Gregório, ironicamente, questionou a Gonçalo Ravasco por que Deus poupava os filósofos ou os santos do sofrimento, até porque eles eram gente como qualquer um, tanto que para ele cagar e sofrer era inerente aos poetas e aos virtuosos. Falava para Dom Gonçalo Ravasco que até Deus cagava e ainda caga na cabeça de todos eles. Dom Gonçalo ficava pasmado com tanta blasfêmia que saía da boca de Gregório. Depois de todas as blasfêmias, resolveu dizer que motivos levavam-no ao encontro do irmão de Bernardina. Disse que estava lá a mando do padre Vieira, pois havia por parte do tio de Gonçalo uma preocupação com a segurança dele, já que Braço de Prata andava propagando aos quatro cantos que: daria livramento a Dom Bernardo Ravasco desde que soubesse o paradeiro do filho. Dom Gonçalo ficou aturdido e perguntou ao Doutor Gregório se deveria se entregar. Gregório de Matos aconselhou-o a não fazer aquilo nunca, pois se se entregasse seria morto pelo alcaide, pois não ganharia nada matando Dom Bernardo. Dom Gonçalo temia que o pai não agüentasse por muito tempo a enxovia em face de sua saúde. Gregório o tranqüilizou, dizendo que Dom Bernardo era um homem forte. Depois da conversa que teve com Dom Gonçalo, ficou acertado entre os dois que diria a Maria Berco que não havia sido possível localizá-lo.

*

I. Cap. 3, Subcap. 4, 5ª Part., P. 166-167, § 1º-19º, L. 1-31

Maria Berco acordou com batidas fortes à porta. Desceu correndo, afoita. A escrava estava à porta e, detrás dela, homens de uniforme castanha falavam. Maria Berco estacou ao pé da escada.

João Berco surgiu, apoiado na bengala, tateando o caminho.

“Quem está aí?”, ele disse com sua voz rouca.

“Temos uma ordem de prisão contra dona Maria Berco”, disse o soldado.

Maria Berco ficou gelada.

“Deve haver algum engano”, disse o cego. “Rapa daqui!”

“Engano nenhum, senhor”, o soldado entrou, empurrando a escrava que lhe barrara a entrada. Parou diante da pálida moça à beira da escada. “É a senhora?”

“Eu?”, disse Maria Berco, num fio de voz.

“Sapé, arrasta daqui”, gritou João Berco para o soldado. “Se não a porca torce o rabo.”

Maria Berco, com os olhos arregalados, não sabia o que pensar, o que fazer.

“Sem a moça não saio”, disse o soldado.

“Meu trabuco!”, gritou João Berco. “Alguém traz meu trabuco! Vou mandar este zote para o inferno.”

Maria Berco aproximou-se do marido. “Eu sabia que ia acontecer, João. Eu sabia.”

“O que fizeste, desgraçada? O que fizeste?”

“Eu ia te contar.”

O soldado pegou-a pelo braço.

“Deixa-me ao menos vestir-me”, disse Maria Berco.

O soldado largou-a e ela subiu as escadas, chorando. Depois que se vestiu foi levada por entre os curiosos que haviam se juntado à porta.

“Adeus, vagabunda!”, gritou João Berco, brandindo a bengala.

*

J. Cap. 3, Subcap. 5, 1ª Part., P. 169-174, § 1º-45º, L. 1-206

Vieira seguiu pelo Matoim, acompanhado de José Soares. Foram beirando o rio até chegar a um pequeno povoado onde entraram num bosque, por uma estreita trilha, parando diante de uma casa abandonada de engenho, alta e espaçosa. Escondido entre as árvores, o prédio quase em ruínas levantava-se à margem do rio sobre grandes pilares de tijolos. Coberto de telhas assentadas sobre retirantes, frechais e vigas de madeira de lei, tinha duas varandas ao redor, uma que fora a casa da moenda, outra a casa das caldeiras.

Os jesuítas entraram pelo galpão até um grande portão de ferro no fundo. Padre Soares bateu. Viram uma sombra atrás de uma pequena fresta. Depois de alguns instantes uma voz veio de dentro.

“O que querem?”

Vieira anunciou-se.

Os padres ficaram, então, muito tempo aguardando. Dois bois magros pastavam. Havia eixos, canos, rodas espalhados pelo mato: agulhões, arruelas e chavetas no chão.

Os jesuítas ouviram o ruído de botas e metais por detrás da porta. Entreolharam-se e com ansiedade viram a porta abrir-se. José Soares recuou. Cinco homens surgiram, armados.

Antônio Vieira estendeu uma carta que o mais velho pegou e leu. A carta passou de mão em mão e todos a examinaram cuidadosamente. Depois disso, deixaram os visitantes entrarem.

Os padres foram levados através de um pátio para uma sala ampla onde havia apenas um armário com uma lâmpada acesa e uma longa mesa com uma bacia. Colunas sustentavam uma marquise sobre a qual enfileiravam-se cadeiras de espaldar alto. A pouca luz vinha de cima, através de frestas entre telhas quebradas.

Entraram noutra sala, que cheirava a mofo, mais escura que a anterior, com o teto forrado de madeira. Havia uma mesa enorme cercada de cadeiras maciças. Na obscuridade, Vieira viu o rabino ao fundo da sala, vestido com uma túnica branca. O homem tinha o crânio calvo ovalado, o nariz marcado por sulcos profundos deixados pelos óculos pequenos que trazia na mão repousada sobre um livro. O rabino fez sinal para que os padres se sentassem.

“Bem-vindos”, disse, com uma voz cálida e rouca, colocando os óculos, que fizeram crescer seus olhos negros, melancólicos, flutuantes, sob os quais havia duas bolsas conjuntivas cheias de rugas. Tirou a iármulque a cabeça, coçou as orelhas pontudas, ajeitou-se na cadeira à cabeceira da mesa e olhou para Vieira demoradamente, com os olhos apertados.

“Samuel da Fonseca?”, disse Vieira.

“Sim, padre Vieira, sou eu mesmo. Então estou diante do ilustre jesuíta de quem tanto fala meu amigo — e vosso irmão — Bernardo Ravasco. Apesar de tantas divergências entre as nossas doutrinas sois capaz de não vos entregar a instintos recalçados e cobiçosos como muitos de vossa gente. Nosso povo só tem a vos agradecer. Não creio que possais lembrar-vos de mim mas, há muitos anos, estive convosco em Rouen, quando lá fostes vos encontrar com judeus portugueses fugidos à Inquisição e, estivestes na casa do poeta Antônio Anrique Gomes, o protegido do cardeal Richileu. Isso foi há uns vinte anos atrás, em 1664, e eu também lá estava de passagem, pois morava em Amsterdã com meu tio.”

“Ah, sim, recordo-me vagamente, apesar de já estar bastante velho. Tão velho que vinte anos atrás são como se fosse ontem às oito e meia da noite.”

“Em Amsterdã”, continuou o rabino, “tive o prazer de assistir a prédica do afamado Manasseh bem Israel, à qual, com muita cordialidade, fostes também ouvir. Sabendo do ouvinte que tinha na assembléia, Manasseh procurou exhibir seus dotes de orador e tentou provar a superioridade da antiga lei. Soube que vós procurastes o *hakhan* Manasseh à saída e que se deu uma disputa retórica que durou longo tempo e à qual, infelizmente, fui privado de assistir. Dois mestres em teologia, dois sábios. Ambos possuíam igual força de argumentação, igual amor pela disputa de idéias, ambos versados na Escritura e, vencidos pelo cansaço, saíram sem um poder convencer ao outro.”

“Sim, recordo-me. Esse foi um tempo de duras provas para mim”, disse Antônio Vieira. “Lamentei muito não ter podido encontrar em Amsterdã vosso ilustre tio Isaac Aboab da Fonseca, gramático, poeta, o primeiro rabino do Brasil, o fundador da primeira sinagoga, em Recife, como sabeis melhor do que eu. Infelizmente a intolerância tornou a vida dele impossível no Brasil. Centenas de judeus o acompanharam no exílio para Amsterdã. Outros, muitos, foram pra a Nova Amsterdã, no Novo Mundo. Uma grande perda... uma vergonhosa perda...”

“Não fazem mal”, disse Samuel da Fonseca. “A fênix é consumida pelo fogo e renasce as próprias cinzas. Esta ave é o emblema da *Neweh Shalon*. A Inquisição pode queimar-nos mas não acabará conosco. O amor é tão poderoso quanto a morte.”

“Vosso tio ainda está vivo?”

“Como posso saber? Até o ano passado, quando recebi notícias, estava vivo. Era, e talvez ainda seja, professor de escolas rabínicas Torah Or e Yeshiva de los Pintos. Perdeu sua primeira mulher e está casado pela segunda vez.”

“Tenho boas lembranças da Holanda”, disse Vieira.

“O senhor estava bem diferente naquele tempo.”

“Sim”, concordou Vieira, sorrindo com a mão diante da boca. Como já não tinha mais os dentes, adquirira o hábito de sorrir com a boca fechada, ou então colocando as mãos sobre ela. Na maioria das vezes, porém, evitava sorrir. “Admito que estava diferente. São os sacrifícios de um soldado. Como a intolerância calvinista não me permitia aparecer com minha roupeta de jesuíta, era obrigado a trajar-me de grã, escalarte flamante, levando à cinta a espada, o cabelo cheio sem tonsura e aquele horrendo bigode. Posso dizer que a vida de leigo não me atrai, porque a experimentei. Sinto-me melhor com esta velha roupeta. Ela me preserva de freqüentar damas e cavalheiros, de assistir az reuniões volúveis, de dissertar à sobremesa sobre frivolidades, ditos galantes e remoques. Mas, enfim, a vida como um leigo na Holanda foi dura porém lucrativa. Pude, depois disso, tropejar com mais fúria e conhecimento sobre os vícios e os prazeres vão e mundanos.”

José Soares, que se mantinha num canto, olhava o judeu com olhar ambíguo. Nunca vira um rabino e o piedoso homem, à sua frente, não tinha o aspecto de quem crucificava crianças cristãs para beber-lhes o sangue, ou de quem açoitava

crucifixos e profanava hóstias consagradas; não possuía patas de demônio nem chifres na cabeça, tampouco rosto de idólatra ou herético. Tinha, sim, o ar sofredor e triste, e seu rosto era de um homem sábio, de cultura superior. Apesar de todas as perseguições aqueles homens não tinham perdido sua personalidade como povo e como crentes.

“Pelo que li na carta”, disse o rabino, “temos uma conversa muito importante a travar.”

“Sim, Samuel da Fonseca”, disse Vieira. Relatou ao ancião as desavenças entre seus amigos e o governador, as emboscadas, as espetaculares lutas da espada que se travavam nas ruas da Bahia entre as duas facções, as perseguições, os assassinos, as prisões, os maus tratos por que passava Bernardo Ravasco na enxovia, o perigo de morte dos homens acusados de matarem o alcaide-mor. E enfim, os autos na Justiça que acusavam os Ravasco do crime. O Palma, ouvidor geral do crime, decretava prisões, retardava audiências: o novo alcaide promovia buscas e prometia castigos exemplares.

“Lamentável tudo isso, padre Vieira, lamentável. Jamais se poderia supor que um homem escolhido pelo próprio príncipe, dentre tantos, pudesse se entregar a tão vis interesses. Creio que deveríeis usar de vossa influência junto a sua alteza para afastar esse ser medonho do governo.”

“Não, meu caro amigo”, disse Vieira, acenando com a cabeça, “eu não poderia fazer mais do que já fiz. Estou caído das graças que me favoreceram outrora, de ministros e validos, dentre os quais o marquês de Gouveia. Em Portugal todos sabem que acreditei ser el rei dom Afonso preferido a seu irmão, como era justo. E que, por este motivo, fui perseguido e avexado como menos poderoso. Não sei se tenho merecido os desfavores do príncipe, lembrado da diferente fortuna que tive com o pai, de quem sua alteza é herdeiro e a quem servi tantos anos com tantos trabalhos e perigos. Não posso deixar de sentir e estranhar muito essa grande diferença. Sinto-me de pés e mãos atados.”

“Em Portugal está viva a memória de vossos préstimos, o duque de Cadaval vos protege com sua cordialidade, no Desembargo do Paço encontrareis afeições antigas da casa de dom Teodósio. Sereis tratado com quem sois.”

“Não estou muito certo disso.”

“Bem, talvez eu possa ajudar, afinal estou neutro e tenho, assim como vós, amigos no governo, apesar de judeu e perseguido, ou mesmo por isso. Não posso me esquecer o quanto devemos à vossa atuação e à vossa inteligência quando da criação da Companhia Geral do Comércio para o Brasil, que foi para nós um grande benefício, mais ainda, um duro golpe na Inquisição, nossa velha inimiga, que deixou de recolher o confisco de nossos bens para, com nosso próprio dinheiro, nos queimar em fogueiras nos suntuosos autos-de-fé. Na verdade, todos os judeus vos devem um grande favor.”

“Não”, disse Vieira, um pouco impaciente, “não me deveis favor nenhum, mas se vos oferecis a ajudar-me é o que peço-vos, humildemente. Os autos da morte do alcaide-mor não passam de um estratagema para destruir os que se opõem ao atual governo. E o Palma, ouvidor geral, filiado ao Braço de Prata, tem sido a arma principal. Não me importo que haja uma devassa do crime, desde que seja levada de maneira honesta. Um desembargador neutral seria mais justo.”

“Sim, é claro. Mas quem, por exemplo?”

“Creio que o único homem limpo de toda a Relação é o João da Rocha Pita. Dirá a verdade, doa a quem doer.”

“Talvez eu tenha uma maneira de conseguir que Rocha Pita seja o ouvidor geral do crime e faça as investigações. Vossos procuradores devem jurar a suspeição do Palma, e eu me encarrego de fazer com que o chanceler acolha.”

O rabino abriu o livro grosso que estava à sua frente, a Torah, trazido de Portugal por Heitor Antunes, em 1557. Folheou-o e retirou de dentro um papel com manuscrito.

“Eis algumas palavras que escreveu meu tio, talvez o primeiro poema escrito nesta colônia: ‘Ó senhor, meu Deus’”, traduziu o rabino, “regozijar-me-ei em cantar o teu nome no Kahal. Por causa dos meus pecados fui lançado a terra distante. Cai do céu num abismo, minha cabeça sepultou-se sob as ondas do mar. No ano de 5405

el rei de Portugal planejou destruir o que restava de Israel. Suscitou da sarjeta um homem perverso, filho de mãe negra — homem que não sabia o nome de seu pai. Esse homem arrecadou muito ouro e prata e chefiou a revolta. Tentou com artimanhas subjugar o governo holandês, mas seus cálculos foram descobertos. Em seguida causou grandes dificuldades aos judeus. A revolta levou ao cerco das cidades por terra e por mar. Pedi ao povo que jejuasse para redimir seus pecados. A espada raivava lá fora e o medo aqui dentro. Faltou pão, o Recife debaixo de assédio padecia de fome. Comia-se peixe em lugar de pão. No nono dia de Thammuz chegaram dois navios trazendo socorro para meu povo. Quem, entre os deuses, é igual a ti, Senhor?" Esses navios eram o *Valk* e o *Elizabeth*."

Samuel da Fonseca estendeu a mão para Vieira e mostrou, incrustada num anel, uma medalha de ouro onde havia a inscrição: *Door de Valk em Elizabeth is bet Recief ontzet*.

Vieira tateou a moeda, aproximou a vista, mas não conseguiu ler o dístico.

"Recife foi salva por *Valk* e *Elizabeth*", disse o rabino.

"E agora, quem irá nos salvar?"

"Creio, padre Vieira, que Rocha Pita poderia, quem sabe, ajudar a depor Antônio de Souza."

"Não espero tanto. Para mim seria o suficiente provar minha inocência. Mas com a deposição de Antônio de Souza o povo da cidade respiraria melhor."

"Enfim, já temos algo a fazer. Gostaria de colocar meu engenho à vossa disposição. É um lugar isolado e fortificado. Posso homiziar vossos amigos."

"Agradeço-vos mais esta bondade. Não são muitos os que têm a coragem de desafiar o governador."

"Espero que nada do que decidimos aqui seja faca de dois gumes. Podeis confiar em mim, padre Vieira."

"Sei disso, Samuel da Fonseca, sei muito bem disso."

*

K. Cap. 3, Subcap. 5, 2ª Part., P.174-180, § 1º-27º, L. 1-224

"Por que chamam padre Vieira de 'o judeu brasileiro'?", perguntou Anica de Melo.

"A maneira de matar aves e reses", disse Gregório de Matos, "de testar o fio do cutelo na unha do polegar, o não comer carne de lebre, toucinho, congros, raias, a altura da mesa de refeições, o banhar defuntos, limpar candeeiros, trocar espartilho e comer pão trançado no sábado são delitos merecedores de excomunhão e morte. São indícios de judaísmo."

Anica de Melo fez o sinal-da-cruz e beijou seu escapulário que usava preso por um alfinete entre os seios. Temia a Deus e acreditava no pecado com paixão. Achava-se cheia de demônios a expelir, contudo acostumara-se a conviver com eles. O fato de ser uma dona de alcouce, uma prostituta ainda que de mais cabedal, a deixava desolada algumas vezes, pedindo a Deus que lhe desse forças para largar aquilo tudo. Em certas ocasiões, enquanto as mulheres do alcouce se divertiam, ela se trancava no quarto chorando. Mas, na maior parte do tempo, era alegre e suave.

"A perseguição desde o tempo de dom João III", continuou Gregório de Matos, "um príncipe ignorante, fanático e inepto, provocou a fuga dos judeus de Portugal para algumas cidades comerciais com Flandres, Liorne, Bordéus, Anvers, e Amsterdã, onde eles encontravam refúgio e até segurança. Logo depois da aclamação de dom João IV, Antônio Vieira propôs ao rei que criasse duas companhias mercantes, uma para o Oriente e outra para o Ocidente, para que, sem o empenho dos bens da Fazenda Real, se pudesse fazer com segurança o comércio de Portugal com a Índia e com o Brasil."

"Como as companhias holandesas?"

“Sim, uma coisa bem parecida. O dinheiro aplicado nas ditas companhias mercantes deveria ser isento de fisco para estimular a participação dos mercadores estrangeiros judeus ou cristãos, assim como a dos comerciantes do reino.”

Os judeus não teriam, segundo a proposta de Antônio Vieira, seus bens confiscados pelo tribunal do Santo Ofício. A Inquisição, contou Gregório de Matos, não ficou de acordo com a proposta. Porém as companhias mercantes eram uma necessidade inadiável e foi criada a companhia para o Ocidente. Em pouco tempo ela não apenas cumpriu sua finalidade comercial como ainda foi útil para sustentar a guerra contra Castela, conservar o reino e ainda restaurar Pernambuco. Antônio Vieira sugeriu ao monarca uma maneira de acabar com a miséria de Portugal: dar garantias para que os judeus voltassem das diversas partes da Europa onde se haviam refugiado, trazendo, com eles, a fecundidade comercial e as riquezas que possuíam. Para isso, seria necessária uma mudança nas normas da Inquisição e do Fisco. A idéia de Vieira era que “não só viriam a este reino os mercadores que agora são da Holanda e de Castela, mas os da França, Itália, Alemanha, Veneza, Índias Ocidentais e muitos outros, com o que o reino se faria poderosíssimo e cresceriam os direitos das alfândegas de maneira que bastassem para sustentar os gastos de guerra, sem tributos nem opressão dos povos. Cessariam assim os clamores e descontentamentos. Pagar-se-iam os juros, as tenças e os salários, a que as rendas reais não chegavam, e teriam os vassallos com que ir servir. Cresceria a gente, que é uma parte do poder, e estaria o reino provido e abundante. Teria o rei grande número de poderosos navios de seus vassallos, sem os comprar nem alugar aos estrangeiros ou os conservar próprios, quando quisesse fazer armadas ou mandar socorrer as conquistas. Ajudar-se-ia também sua majestade da inteligência e indústria dos judeus porque não só por sua indústria se podiam trazer das nações estrangeiras por muito acomodado preço as coisas necessárias para a guerra, mas também por suas inteligências secretas se poderiam saber os designios e granjear as notícias dos reinos estranhos, sem as quais não se podem bem governar o próprio.”

Os judeus não eram estranhos. Judeus haviam sido os apóstolos, judia fora Maria, judeu o próprio Jesus, como dissera Vieira. Em Roma havia sinagogas públicas onde professavam a lei de Moisés. Por que podiam os hereges da Holanda, França e Inglaterra serem admitidos em Portugal enquanto eram expulsos os próprios mercadores portugueses? Saíam os judeus, ficavam, em troca, os luteranos e calvinistas estrangeiros. Vieira sugerira que se fizesse como os próprios judeus, que conquistaram a terra da promessa com os tesouros egípcios. As idéias que Vieira pregava perturbavam o conforto do pensamento. A poderosa Inquisição queimava filósofos, como Giordano Bruno, arcebispos, como o de Spalatro, cientistas como Marco Antônio Dominis, até mesmo reis, como Carlos I na Inglaterra. Mas Antônio Vieira não se atemorizava com tamanho poder e enfrentava a Inquisição a ponto de Cristóvão Soares dizer que ele não morreria na Companhia de Jesus. Mais certo é que acabasse nas mãos do Santo Ofício. Vieira era, então, o homem mais odiado de Portugal. E quanto mais era odiado pela Inquisição, mais a desafiava. Acusava-a de encastelar-se no Rocio a cometer traições: de pretender participar com Deus da direção do mundo; de professar a religião de maneira hipócrita usando-a para outros fins.

“Mas quando foi que tu e ele se conheceram?”, perguntou Anica de Melo.

“A primeira vez que nos encontramos foi quando eu estava em Lisboa, de férias da Universidade de Coimbra. Eu tinha dezoito anos e Vieira acabaça de chegar da missão do Maranhão. Ele andava pela Corte e pelo Desembargo a fim de obter a lei de liberdade dos índios. Eu já o vira algumas vezes no Desembargo, mas não ousara aproximar-me. Numa tarde ele sentou-se ao meu lado, segurou minha mão e disse essa inesquecível frase: “Tu me olhas como uma galinha de Athanasius Kircher”.”

Anica de Melo sorriu.

Depois Gregório de Matos soube que Kircher era um jesuíta ocultista e físico, alemão de Geisa, perto de Fulda, que morava em Roma e que inventara, entre outros mecanismos insólitos, a lanterna mágica e uma máquina para escrever. Fazia notáveis experiências com galinhas, adormecendo-as com um pêndulo defronte aos olhos acordando-as depois com um tapinha no dorso. Gregório de Matos não conseguira dizer

uma só palavra diante do homem que o encantava – e talvez continuasse encantando, de outra maneira. Ouvindo-o, descobrira que era uma espécie de profeta. Não que adivinhasse o futuro ou os pensamentos dos outros, mas Vieira tinha o dom de atrair as pessoas para lhe contarem suas confidências e juntava as peças do jogos com muito raciocínio.

“Havia outra face importante do velho jesuíta”, disse o poeta. “O mau humor.”

“Ah, todos os velhos são mal-humorados. Conhecem BM demais o mundo pra terem paciência.”

“Sim, todos os velhos são mal humorados, eu pensava assim, mas padre Vieira passava dos limites.”

Em 1661, o jesuíta e o poeta haviam se reencontrado em Lisboa. Gregório de Matos acabara de se formar em cânones e casara com dona Michaela de Andrade. Vieira havia sido expulso, juntamente com outros jesuítas, do Maranhão, e estava amargurado. Gregório de Matos propusera-lhe ficar ao seu lado como assistente mas Vieira não precisava de ninguém, havia o padre José Soares, que cumpria todas as funções, há muitos anos, e de maneira quase adoradora. Havia missionado juntos no Maranhão. Padre Soares descalçava as botas do velho jesuíta, escrevia o que ele ditava, fazia cópias de suas cartas e jamais se sentava em sua presença, uma reverência que muitas vezes Antônio Vieira chamava de herética. Mesmo assim, Gregório de Matos ficou algum tempo ao lado de Vieira e este voltou seu mau humor para o poeta. Quando não estava vociferando contra os desmandos dos governantes ou os vícios dos moradores de Lisboa, dirigia a Gregório de Matos sua fúria. Acusava-o de ser conivente com a corrupção, de ter-se casado por interesse, de ser omissos quanto à escravização dos ameríndios e na causa dos cristãos-novos contra a Inquisição: dizia que Gregório de Matos era um brasileiro “Cafre da Europa” e outras coisas mais amargas e injustas como, por exemplo, que se pudesse, o poeta o queimaria vivo na fogueira como se ele fosse um herege, um feiticeiro, um judeu. Gregório de Matos suportava aquilo tudo com resignação.

Mas afora esses momentos de abundância verbal. Antônio Vieira era pacífico e agradável. Entrava constantemente em recordações engraçadas de bons tempos na Corte de França, nas canoas da Amazônia, nas missões maranhenses, nas ante-salas dos palácios, nas reuniões em Amsterdã. Gregório de Matos tentava agarrar-se a esses momentos de delicadeza e espiritualidade de Vieira, de sonhos e lembranças, tentava compreender-lhe a alma e beber — ou — roubar? — sua sabedoria e inteligência. Uma vez o padre chegou a dizer que maiores frutos faziam as sátiras de Matos que as missões de Vieira. Mas quando o poeta tentou voltar ao assunto o jesuíta negou que tivesse dito tal asneira, que Matos bem pudera deixar de dizer muitas coisas, que dizia sem inteira informação e das quais depois, como cristão, se arrependeria.

Gregório Matos, tendo recebido seu grau junto da cadeira em Gíolhos com o barrete na cabeça e o livro aberto nas mãos, era inteligente e bom nas discussões, mas não tinha experiência de vida. Acreditava na força e na paixão.

Com a revolução palaciana, em 1662, Vieira foi desterrado para o Porto e Gregório de Matos, logo em seguida, nomeado para juiz, procurador e representante da Bahia na Corte. João IV protegera Antônio Vieira da Inquisição, mas depois que este rei morreu a rainha Luíza Gusmão revogou as medidas adotadas a favor dos judeus e extinguiu a companhia de comércio. A Inquisição excomungou o rei depois de morto e iniciou contra Antônio Vieira uma investigação de sangue. Suspeitavam que tivesse descendência hebraica mas, na rigorosa devassa de seus ancestrais, descobriram apenas que a avó paterna havia sido uma mulata serviçal na casa dos condes de Unhão, vinda da África, talvez árabe. Não foi comprovada a existência de nenhum sangue hebraico. Aquilo que Vieira fazia pelos judeus não era do sangue, mas do pensamento. Abandonado pelos poderosos, o jesuíta começou a sofrer todos os tipos de perseguições. As acusações contra eles foram inúmeras. Capelães, desembargadores, padres dominicanos e de outras ordens, mesmo jesuítas, até mesmo alguns marranos, iam à presença do Santo Ofício para registrar as culpas de Antônio Vieira: que ele costumava dizer heresias, que acreditava na sobrenaturalidade, que acusava o papa de errar na

canonização dos santos, que entrava em Portugal com livros proibidos, que se havia casado com uma hebraica rica em Amsterdã, que tratava deus como se Ele fosse um simples homem, ciumento, invejoso, irado. Nada disso ficou provado, mas Vieira foi jogado numa prisão por ter feito profecias.

“Eu tentava conversar com os advogados ou desembargadores sobre Vieira”, continuou Gregório de Matos, “mas todos se recusavam até mencionar esse nome. Tinham medo. Havia olheiros por todo lado. Eu amava Antônio Vieira, mas nada podia fazer para ajudá-lo. Nem mesmo falar sobre ele. Tinha pesadelos terríveis, sentia-me impotente e traidor. Na verdade, eu tinha medo do Santo Ofício.”

“Como eram os pesadelos?”, perguntou Anica de Melo.

“Lembro-me muito bem de um deles. Vieira aparecia ajoelhado defronte a inquisidores. O inquisitor-mor tinha o aspecto de um demônio, patas, rabo, chifres, olhos vermelhos, orelhas de macaco, uma figura aterradora. Trazia um chicote na mão e golpeava Vieira perguntando quem eram seus acusadores. Vieira respondia que era todo Portugal: os dominicanos; os adutores. Vieira respondia que era todo os que se sentiam despojados de seus privilégios por ele; os que tinham pedido algo que ele não pôde conceder. Todos os embaixadores e ministros das embaixadas cujas cifras ele controlava; todos os inimigos de seus parentes; todos os inimigos de sua ordem jesuítica; os governadores e ministros do Maranhão: os que tornavam cativos indígenas e que eram a favor da servidão; os que não sabiam ou não queriam pensar com isenção. Os pregadores medíocres, os iletrados que se pretendiam cultos. Os covardes, os ignorantes, os invejosos. Todos os canonistas que se recusavam a mencionar seu nome. Ele gritava apontando para mim: ‘Todos os jovens covardes que me amam e acreditam em mim e nada fazem por mim. Um canalha que roubou algo de mim. Um ladrão! Roubou os meus sermões! Roubou a minha maneira de escrever. Gregório de Matos e Guerra!’. Eu olhava para o inquisidor e ficava estarecido: ele era eu mesmo! Acordava desses pesadelos completamente molhado de suor. As ceroulas pintadas de sangue. As pulgas tinham me devorado.”

“Mas como podem ter coragem de colocar um santo na enxovia?”

“Muitos santos foram jogados na enxovia. E Antônio Vieira estava desmoralizado. Não apenas pela morte do rei, mas pelo insucesso de suas profecias de que D. João IV ressuscitaria para criar o Quinto Império em 1655.”

“Ah, como os sebastianistas.”

Este ano passara sem que nada de extraordinário acontecesse, senão a publicação de *Reflexions ou sentences et maximes Morales* de La Rochefoucauld, a nomeação de Juan Cabanilles como organista da catedral de Valencia, a morte do pintor neerlandês Pieter Jansz Saenredam — apesar de que nenhuma morte é extraordinária —, a grande peste de Londres e alguns cometas no céu.

“A sofrer e calar, numa cela de quinze palmos, iluminada por uma fresta na porta, de dia, e de noite por uma pequena candeia de barro, entre ratos e insetos, entre a canalha mourejante, sem poder ler nem falar com alguém. Antônio Vieira atormentava minha alma como um demônio.”

*

L. Cap. 3, Subcap. 6, 1ª Part., P.181-183, § 1º-22º, L. 1-83

Quando o sol nasceu, Luiz Bonicho já estava acordado. “Pernambuco? Rio de Janeiro? Lisboa? Paris? Ah, nossa velha Paris. Um nome falso, um disfarce e tudo estará resolvido, pelo menos por enquanto. Depois voltamos.”

Luiz Bonicho falava sozinho, ao espelho.

“Para onde iremos, vereador?”, disse para sua imagem.

Luiz Bonicho tinha vendido apressadamente seus bens, temendo as represálias do governador. Guardara consigo as jóias e o dinheiro. Eram o suficiente para se viver alguns anos em Portugal, ou em Paris.

“Ah, Paris! Palácio de cristal e ruas inundadas.”

Luiz Bonicho estava no pardieiro velho na cidade baixa, onde se refugiava. Via pela janela os barcos sendo carregados e descarregados.

“Azeitonas murchas, couro de cordovão”, continuou Luiz Bonicho. “Lá vou eu, de novo, fugir, como um bacalhau velho num porão, servir de isca para tubarões e piratas.”

Mantinha algum homens fortemente armados à entrada do valhacouto. Donato Serotino, um inconseqüente e irresponsável temerário jovem de idéias superficiais a respeito do mundo, andava pelas ruas como se nada estivesse acontecendo, pensou Luiz Bonicho. Por que não podia ficar dentro de casa? O que tanto o atraía na rua? Acabaria por chamar a atenção do alcaide Teles e do Gordo para o sobrado miserável onde se escondiam.

A porta se abriu. Entrou um homem forte com o chapéu enterrado na cabeça, casaco longo e botas escuras.

“Por que demoraste tanto? Já é noite. Estás disfarçado de criminoso querendo passar despercebido”, disse Luiz Bonicho.

O mestre de esgrima Donato Serotino tirou o chapelão e sorriu.

Que dentes! Pensou Luiz Bonicho. Brilhavam mesmo à pequena luz da candeia, perfeitamente brancos e regulares, simétricos, clássicos, como monumentos gregos. O corpo também era assim, a maneira de mover-se com uma grande harmonia. Serotino era uma perfeição. As mais belas pernas de todas as colônias, de toda a Europa, mais belas que as pernas de todas as Vênus do pagão sentimental, mais belas que as pernas de todas as estátuas romanas, mais belas que as pernas desenhadas nos afrescos das capelas, mais belas que um palácio inteiro, mais belas que toda Paris!

“Meu disfarce está perfeito. Caminhei incógnito pelas ruas”, disse Donato Serotino. “Andei nos becos, diverti-me conversando com conhecidos que não me reconheceram e, pensando que eu era um mercador rico de Veneza, me trataram com muita reverência. A cidade está calma. Há soldados pelas ruas, mais do que os costumeiros, uma meia centena talvez. Estão atentos, mas nem desconfiaram de mim. Pareciam mais preocupados em prender uns estudantes que ousaram sair de capa pelas ruas, apesar da proibição do Braço de Prata. Estive com Gonçalo Ravasco.”

“É um grão-cu, esse Gonçalo Ravasco”, disse Luiz Bonicho. Covardemente deixou de matar Braço de Prata.”

“Ele deve ter tido algum motivo.”

“Não existe nenhum motivo na face desta terra para que alguém desista de matar aquele canalha. Mas tanto faz, se nem nós nem Gonçalo conseguimos matá-lo, esperaremos que termine seu mandato enquanto nos divertimos na bela Europa. Sem o cargo, voltará a ser apenas uma maneta. A dívida do príncipe estará paga e o Braço de Prata será mandado para algum lugar imundo na África, pior que este *culis mundi* aqui. Para mim, sendo o que sou, tanto faz estar no Brasil ou em Portugal. Só é diferente, só é bom, estar na França. Deves estar perguntando a ti mesmo, então, o que eu estive fazendo aqui esses anos todos, não é? É que aqui sou mais poderoso e notável. Dentre os três mil ricos da cidade talvez eu seja o único corcunda. Em Paris há mais de uma centena de corcundas. Basta contar os da comédia. Lá, nosso lugar está sempre ocupado, temos que viver dando chutes nos traseiros dos outros para que desocupem nosso lugar. Aqui vivo com liberdade e me sinto melhor, pois há uma deformidade maior que a minha em cada habitante desta maldita colônia. Mas, enfim, passaremos alguns anos em Lisboa. Paris, depois voltaremos. Todas as mágoas enterradas. Eu, quem sabe, como governador, hem? Trazes notícias?”

“Bem... eu...”

“Tu andas pela cidade e não vês nada, não sabes de nada. Eu, aqui dete inferno fétido, tenho notícias para te dar.”

“Quais são?”, disse Donato Serotino, sentando-se ao lado de Luiz Bonicho.

“Acharam um cadáver roxo perfurado, boiando como um gato afogado, no rio Vermelho.”

Donato Serotino empalideceu.

“Era o Blasfermo”, continuou o vereador. “Morreu assassinado. Descobriram que ele não era nada louco e que trabalhava para mim. Esse canalhas não estão brincando, como nós também não estávamos e não estamos. Quem não conhece a loucura do Braço de Prata, aquele mínimo Potosi, aquele excremento argênteo? Está com as mãos cheias de pedras. Já acertou a primeira e vai acertar todas as outras que jogar, por isso não quero que nos encontre.”

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (2ª, p. 183-185)

Uma chuva leve caía sobre a quinta do Tanque. Antônio Vieira olhava os pingos que batiam nos vidros, entregue a lembranças, pois anos antes, em Lisboa, os presidentes e ministros assistiam ao Te-Deum laudamus, e ao saírem pela galé beijavam a mão do rei. Antônio Vieira ao sair também foi até o rei, porém explicou ao rei que ao contrário das autoridades que por ali passavam para lhe reverenciar, ele, no entanto, faria o contrário, dar-lhe-ia os pêsames. Sem saber do que motivara tal comportamento, o rei quis saber. E Antônio Vieira lhe explicou. Disse ao rei que os holandeses sustentavam uma armada em frente a Dunquerque com o fito de assegurarem a passagem de seus navios pelo canal. Explicou, ainda, ao rei que o resultado de tudo aquilo era retirarem a armada dali e enviarem ao Brasil, pois foi informado em Amsterdã que esse era o desejo dos holandeses. No Brasil, o governador de Pernambuco pretendia, assim como Diogo Luiz de Oliveira, assenhorar-se da Bahia sem nenhum custo, somente impedindo com sua armada que os navios portugueses viessem para cá com mantimentos. Diante de tais informações, o rei quis saber do padre Vieira o que deveriam fazer. Vieira levou ao conhecimento do rei que holandeses riquíssimos ofereceram vender a Portugal quinze fragatas equipadas e que seriam entregues em Lisboa por trezentos mil cruzados. Vieira, aconselhou ao rei a aquisição dessas fragatas, pois segundo ele, essa quantia seria conseguida facilmente através de um tributo que o rei lançaria às frotas que acabaram de chegar com mais de quarenta mil caixas de açúcar, compradas muito baratas no Brasil e que seriam vendidas a preços altíssimos em Lisboa. A intenção de Vieira com o rei é que adquirindo as tais fragatas, Portugal pudesse socorrer Lisboa e também a Bahia, numa situação de risco, até porque em relação à Bahia já havia tal risco.

Diante dessas informações, o rei pediu que Antônio Vieira colocasse tudo num papel sem prolixidade e de posse de um documento consultaria seus ministros. Os ministros informaram ao rei que tal proposta era muito crua. Não passaram seis meses chegou uma caravela da Bahia com um padre da Companhia de Jesus trazendo a notícia que o governador de Pernambuco já havia tomado a Bahia.

Com esse episódio, o rei mandou chamar imediatamente padre Vieira, pois a profecia fora confirmada. Comunicou-lhe tudo e pediu-lhe mais uma vez o seu parecer diante do fato. Padre Vieira, em resposta aos ministros pela indiferença com que trataram sua proposta anterior, mandou que dissesse aos ministros que se antes consideravam a proposta crua que agora, cozinhassem-na. Depois disso, o próprio Antônio Vieira conseguiu dinheiro com os judeus para a compra da armada. A partir daí, não houve mais gratidão nem lealdade, Vieira via-se agora exilado pela Coroa.

Aborrecido, pensou que tantas vezes abrisse e fechasse sua boca em prol das mudanças que acreditava, todavia pôde perceber uma sensação de vazio e a certeza de não ter sido compreendido.

*

M. Cap. 3, Subcap. 6, 3ª Part., P.185-186, § 1º-16º, L. 1-45

Bernardina Ravasco deitou a cabeça sobre os braços a chorar. Gregório de Matos a consolava.

"Pobre Maria", disse Bernardina. "Primeiro meu pai, agora ela. Tenho tanto medo do que lhes possa acontecer."

"Ainda tendes vosso tio, vosso irmão, vossos amigos, que podem achar remédio para os males."

"Se Gonçalo não aparecer até amanhã, eu mesma irei tomar providências."

"Por que não deixais esse assunto para que os homens resolvam, senhora?", disse Gregório de Matos.

Um cãozinho veio se aboletar no colo de Bernardina Ravasco. Ela o afastou. O cão encolheu-se a seus pés.

"Não deixo esses assuntos para que os homens resolvam por que os homens não estão resolvendo. Vão acabar matando meu pai na enxovia." Pensou por um instante. "Acreditais que ela roubou o anel da mão do alcaide?"

"É uma moça pobre, talvez precisasse do dinheiro. Não devemos julgá-la."

"Pois eu não acredito", disse Bernardina Ravasco. "Não quero acreditar. Mas como poderiam ter inventado isto? O que podemos fazer por ela, doutor Gregório? Vós, que sois advogado, deveis conhecer uma solução. Vão enforcá-la com certeza."

"Estou perseguido pelo Braço de Prata, senão, defenderia a moça no Tribunal. Vou tentar um procurador que a defenda."

"Dinheiro não é problema, doutor Gregório. Que um bom advogado a defenda. O marido cego não tem recursos, apesar do que comentam dele, que é um avarento e esconde seus cabedais. Afinal, tudo aconteceu por culpa do pedido que meu pai lhe fizera. Pobre Maria, passou a infância açoitada pelo pai, depois foi jogada nas celas escuras do orfanato, depois ao lado de um velho rabugento. Não teve sorte no casamento, nem na vida. Uma mulher tão linda, até os cães, em sua presença, lambem-lhe os pés, arrastam o pêlo em suas pernas, feito lontras apaixonadas. Os rapazes, tais como cães, rastejam a seus pés ela, sempre virtuosa, fiel ao velho cego. Como pode amar um homem daqueles?"

Logo que Gregório de Matos saiu, bateram à porta do solar dos Ravasco.

"Quem pode ser?", disse Bernardina.

"Será dom Gonçalo?"

A criada abriu a porta. Era um homem muito gordo, de uniforme castanho com botões dourados e chapéu. A casa estava cercada por soldados do governador.

Bernardina foi levada para enxovia. Lá, jogaram-na numa cela onde estavam sentadas algumas mulheres. Eram as esposas e irmãs dos Brito.

*

N. Cap. 3, Subcap. 7, Part. 1, P.187-189, § 1º-13º, L. 1-72

As rodas da velha sege pareciam bambas. O cavalo, acostumado o andar solto pelos jardins da quinta, balançava impaciente a cabeça tentando livrar-se dos ferros que o atrelavam.

Vieira lembrava um cervo abatido numa caçada em Sintra, quando entrou na sege. Pensava se devia seguir os conselhos de seus amigos e partir do Brasil. Talvez devesse ter ido para a Suécia, onde a rainha Cristina o pretendia para seu confessor. Sua saúde estava muito pior do que quando o geral da Companhia de Jesus o escusara do governo da Cassa Professa. Sua idade passava dos setenta anos, tinha perdido totalmente uma das vistas e a outra se debilitava a cada dia; a memória já não funcionava como antes; a perna direita ainda sentia uma antiga doença da qual fora acometida. Roma era um lugar frio e úmido, e seu estado não lhe permitiria suportar outros invernos europeus. Lisboa tinha o inconveniente da Inquisição, dos velhos inimigos, das velhas maledicências. Apesar de tudo, a Bahia era o lugar onde podia, com certo conforto, continuar o trabalho de escrever seus sermões. Esses dias angustiantes por que passava não iriam durar para sempre.

“Em que está pensando, senhor padre?”, disse José Soares.

“No ano passado houve uma arruaça em Coimbra, onde um minha figura. O que mais podem fazer contra mim? Queimar-me vivo? Honradas exéquias. Enquanto isso, na Universidade do México me dedicaram umas conclusões de teologia. Não faço caso das palmas e das trombetas, porque tudo é vento e fumo. Mas não pode deixar de me magoar muito que ao mesmo tempo em uma universidade de Portugal me afrontem, como no Brasil, e em outra universidade de castelhanos me homenageiem. Por certo que nem a uns nem a outros merecia eu semelhantes correspondências. Fosse eu sueco, ou espanhol, aqui não me estariam tratando assim.”

“Engano seu”, disse José Soares. “Nesta colônia não respeitam nem a Deus.”

“Raptar mulheres” A tanto chega ódio e paixão do governador. Esta é a terra de onde, com razão, fogem todos quanto podem. Àquele homem, ou meio homem, se entrega este Estado, a ele se fiam as fazendas, as honras, a liberdade e as vidas de tantos e tão leais vassalos. Só pela obediência e respeito de quem tão mal representa a pessoa de sua alteza sofremos essas injúrias. Prender mulheres!”

Depois de meia hora de viagem, a sege que os levava entrou nos arruamentos malcalçados e acidentados da cidade. Percorreram uma rua movimentada, ladeada por um renque de casas altas com empenas pontiagudas, janelas de adufas, portas cheias de mercadorias penduradas. Atravessaram uma praça onde escrivães ambulantes redigiam requerimentos em troca de pequenas quantias. Nesse lugar agitado faziam o comércio de açúcar e tabaco do Brasil, canela do Ceilão e de uma infinidade de artigos. Ao cheiro fétido das ruas sobrepunha-se um aroma de especiarias.

A tarde começava a cair. Vieira viu pescadores que vendiam peixes, lagostas, lagostins, mariscos; beneditinos ofereciam verduras nos alforjes dos burricos; ganhadeiras vendiam rendas, panos pendurados em grades, pequenas peças de prata ou madeira.

Era dia de procissão. Alguns usavam suas melhores roupas, lavadas, botas limpas fora a parte de baixo, que chafurdava na lama. Os mais pobres andavam descalços mas seus penteados e roupas, como os de todos os outros, tentavam imitar a moda afrancesada dos nobres.

Moças passavam segurando as saias bojudas para que não arrastassem no chão, algumas sob rebucilhos negros. Mulheres ostentavam jóias às janelas. Pobres se misturavam a ricos, frades pedintes circulavam entre estudantes, nobres tropeçavam em cães vadios.

Vieira cruzou com carruagens que rodavam nas ruas. Os cascos dos animais estalavam nas pedras fazendo ruído. Serpentinhas, florões, liteiras, levavam pessoas mais abastadas: mercadores, políticos, funcionários da Coroa, prostitutas ricas, senhores de engenho. Rodas sulcavam a lama do chão, grilhões trincojavam, cavalos atrelados relinchavam e batiam com as patas no charco, salpicando as calças dos liteiros, dos cocheiros, dos estribeiros, dos escravos, dos criados, dos parvos, dos vadios, de toda a gente que se apertava contra as paredes para ver aquele movimento tão incomum de carros.

O sol avermelhava o mar, a sombra das casas alongava-se sobre a multidão aglomerada. Quando Vieira desceu da sege defronte ao colégio, alguém gritou:

“Morte ao judeu Vieira!”

*

RESUMO DAS PARTES SUBSEQÜENTES (2^a,3^a e 4^a p. 189-191)

O rabino Samuel da Fonseca, ao se aproximar da praça numa carruagem, ouviu uma dezena de desaforos, ameaças e impropérios. Apertou os lábios, fechou os olhos e respirou. Parou em frente à cadeia, conversou rapidamente com um sentinela, entregou-lhe alguma coisa e partiu.

Uma comitiva entrou no palácio, essa comitiva era formada pelos desembargadores, Palma e Gois que chegaram na frente. Logo depois, chegou o alcaide

Teles. Reuniram-se na sala do governador. Palmas, imediatamente, preparou os presentes para as notícias que seriam dadas. Gois, então, levou ao conhecimento do governador que a suspeição do Palma havia sido acolhida pela Relação. Naquele momento o governador ouviu a informação e ficou refletindo. O alcaide disse a todos que era preciso alguma medida. Palma suspeitava de que Vieira pudesse estar comemorando o ocorrido.

Antônio de Souza considerou que era preciso manter o padre calado, para isso tratou de tomar algumas providências. Decidiu com o grupo ali presente que nenhuma carta de padre Vieira seria levada na frota. Logo pediu que fosse chamado a comparecer no palácio o carteiro-mor. O alcaide-mor mostrava-se descontente com a atitude do governador em relação a Vieira. Antônio de Souza mostrava-se desinteressado e alheio à desconfiança do alcaide em relação às estratégias para atacar Vieira. Mas, preocupado tão-somente com padre Antônio Vieira por considerar que Vieira era o único culpado devido à sua astúcia insidiosa.

A presença de Vieira na cidade incomodava o governador e seus aliados, tanto que o governador indagava sobre a presença de padre ali, por considerar que o padre não estava na cidade para participar de nenhuma festa, de certo estava para algo mais, e que por isso precisava ser seguido, ordenou o governador.

Assim que os desembargadores terminaram a reunião com o governador, Teles de Menezes ficou para trás e em conversa com o governador se ofereceu para resolver aquelas questões, prometeu ao governador que não faria nada para incriminá-lo, tudo seria de sua responsabilidade. Afirmou ao governador que nada faria ao padreco que ele (governador) dizia odiar, mas que em alguns momentos parecia amar, tanto era o medo de fazer alguma coisa a ele. Não tendo como argumentar com o alcaide, Braço de Prata deixou bem claro a Teles de Menezes que tudo que acontecesse seria da responsabilidade, da conta e da consciência do alcaide, que ele, Antônio de Souza, estaria inocente.

*

O. Cap. 3, Subcap. 7, Part. 5^a, P.191-193, § 1º-27º, L. 1-79

O sol desaparecera. Um vento frio soprava. As pessoas haviam abandonado o terreiro, da mesma maneira como tinham chegado, aos grupos, deixando o chão coberto de lama pisoteada.

Vieira chegou à cadeia, vindo do colégio. Bernardo Ravasco, com suas roupas de veludo de Manchester sujas, cabelos desarrumados, recebeu o irmão com uma alegria desesperada. Tinha o ar ligeiramente turvado pelo medo. A solidão da enxovia o atormentava, a umidade o fazia tossir e sentia dores no peito.

“Como está minha filha?”, perguntou Bernardo Ravasco.

“Está no engenho, não te preocupes”, disse o jesuíta, constrangido por estar mentindo. Mas de nada adiantaria contar a verdade sobre a prisão da moça.

“Temo por sua saúde.”

“Bem, trago notícias”, disse Vieira, entregando ao prisioneiro uma arca que continha alguns objetos: uma coberta, livros, papéis, uma pena e um tinteiro.

“E as notícias que me trazes, são boas?”

Vieira contou alguns acontecimentos posteriores à prisão do secretário. “E sabes o Palma, o filho do piloto?”

“Sim, claro, um ladrão, que causou aquele problema das remunerações de devassas, quando estive na Paraíba. Mil cruzados mensais. Vive ao rabo do governador. Os poderosos estão sempre cercados de cretinos e sicofantas. Estamos nas mãos dele.”

“Não mais. O Palma foi retirado do caso.”

“Retirado? Não posso acreditar”, disse Bernardo Ravasco. “Como aconteceu isso?”

“Fizemos umas petições na Justiça. Depois, o povo criou tumulto na Bahia. Todos conhecem as ligações desse desembargador com os Menezes, havia muitos

testemunhos falsos e não restou ao chanceler senão designar outro magistrado para prosseguir nas investigações.”

“E quem vai ficar no lugar do Palma?”

“O Rocha Pita”, disse Vieira, com ar aliviado.

“Rocha Pita, o baiano.”

Rocha Pita estava acima das sujeiras da política local. Não se envolvia em laços de amizade ou interesses da cidade. Essa era a fama que tinha. Conduzia investigações perigosas. Penetrava sem temor nos covis de ladrões, de escravos foragidos, de vadios e assassinos que infestavam a cidade e as picadas do interior. Enfrentava os senhores da cana, do tabaco, os fazendeiros de gado, os mais temidos e insolentes criminosos, mesmo no interior, onde a proteção de um fazendeiro rico e seus capangas tinha muito mais valor do que um decreto da Coroa.

“Vejamos se Rocha Pita sobrevive a essa devassa”, disse Bernardo Ravasco.

“A queixa contra mim divide o corpo de juizes do Tribunal, meio a meio. Quem diria, hem, o nosso maior inimigo lá dentro do Tribunal é exatamente o Gois, cunhado de nossa irmã. Um membro de nossa família, por assim dizer. O Banha vai para Luanda conduzir a residência do governador, e isso nos é favorável. Alguns militares estão nos apoiando. O clero está de nosso lado, desde a invasão do colégio. O arcebispo... não sei bem, agradou a todos quando aportou na Bahia, mas fica neutral e mudo quanto às afrontas. Alguns fidalgos e comerciantes também nos mandam suas graças. Logo sairás daqui, eu te prometo. Estou velho e alquebrado, doente, ms vou lutar.”

Ficaram em silêncio por alguns instante.

“Mas, enfim, como conseguiste entrar aqui, meu irmão?”

“Ah, esse homem piedoso, bem poderia ser chamado de um verdadeiro cristão”, disse Bernardo Ravasco. “A dama de companhia de minha filha está aqui na enxovia, passando por maus pedaços. O que será que houve? O que fez a moça para ter sido presa e sofrer tormentas?”

Vieira contou sobre o caso do roubo e penhora do anel do alcaide.

“Mas que pérfida”, disse Bernardo Ravasco. “Fazer uma coisa dessas! Merece, então, o que sofre. Vês? É isso que podemos esperar das mulheres. Traição, lascívia, vaidade.”

Um alvará promulgado pela Corte autorizava o uso da tortura judicial para se conseguir uma confissão, conquanto fosse desaconselhada nos regulamentos. Quando ocorriam, os tormentos deviam ser acompanhados por um médico, um padre e um irmão da Misericórdia. O acusado podia recorrer na Justiça pela anulação desta ordem, todavia quase não se solicitava esse tipo de recurso.

“Neste lugar também os inocentes padecem de violências”, disse Bernardo Ravasco, com o pensamento distante. “Ouço gritos todas as noites.”

“Pobre rebanho, tão desamparado e perseguido. Saberá Deus que esta colônia existe?”

*

RESUMO DAS PARTES SUBSEQÜENTE (6ª, 7ª e 8ª p. 193-198)

Das paredes de pedra escavada no subterrâneo brotavam algumas gotas de água. O Gordo comia, descontraído. O alcaide Teles estava atento, com os ouvidos aguçados, mas não conseguia compreender o que dizia os dois irmãos dentro da cela. A ausência de ruídos na cela de Bernardo Ravasco inquietava o alcaide. Quando padre Antônio Vieira saiu da cela de Bernardo Ravasco, o alcaide fez um sinal para o Gordo e escondeu-se. O jesuíta saiu, depois de abençoar o carcereiro.

De noite, o escrivão Manuel Dias saíra de seu esconderijo para visitar sua amante, a escrava Ursula do Congo. Contou a Úrsula um sonho horrível que tivera com ela. Manuel Dias era bonito e atraente e Úrsula o amava, porém não havia atração entre eles. Manuel Dias convidou Úrsula para fugir com ele para Lisboa, já que receberia um dinheiro de padre Antônio Vieira, para viajar e assumir o cargo que conseguira em

Portugal. Manuel desabafou com a amante, dizendo a ela que estava cansado de sua mulher, cansado de ficar escondido e cansado de ser pobre. A amante lembrou-lhe de que avisara para não lhe meteres no crime do alcaide, mas Manuel Dias argumentou que tinha motivos para querer a morte de Teles de Menezes, afinal era perseguido por ele em função da amizade que travara com a família Ravasco, ambos se odiavam. Antes de sair, Manuel Dias foi até a pequena janela e viu, à porta do colégio, os soldados. Úrsula temia que o pegassem. Abraçou Úrsula, despediu-se dela e retornou para seu esconderijo.

Vieira ao sair do presídio foi seguido por Gordo à distância, conforme havia ordenado o governador.

Depois de percorrer um longo caminho até uma quinta, Vieira parou defronte à pequena casa onde Manuel Dias se refugiava. O escrivão estava sentado à mesa com a mulher e os filhos. Ao ver o padre, Manuel Dias pediu que a mulher se retirasse dali com as crianças. Do lado de fora, Gordo viu os dois homens conversando, sentados à mesa e falando baixo. Foi uma conversa breve, Vieira entregou ao escrivão um pequeno pacote, despediu-se e saiu. Gordo, então, marcou bem o caminho da casa e continuou a seguir o padre Vieira até a cidade. Mais a frente, Antônio Vieira parou em frente a uma casa em ruínas. Os guardas armados abriram-lhe a porta e o padre entrou com um pacote que levava na mão. Gordo não pôde entrar, pois os homens armados permaneciam na entrada, porém guardou bem o lugar e ficou à espera do padre Vieira.

No momento em que aguardava a saída do padre daquela casa, passou um menino vendendo cocadas, Gordo foi ao encontro do menino para comprar algumas, quando retornou percebeu que a sege que levava padre Vieira já não estava mais lá, foi também uma breve visita, certamente mais breve que a primeira. Dali, Gordo não teve outra alternativa, voltar ao presídio e comunicar o que havia conseguido ver no momento em que vigiava padre Vieira.

*

P. Cap. 3, Subcap. 7, 9ª Part., P.198-199, § 1º-6º, L. 1-46

Sentado num banco alto, vestido com um hábito surrado de jesuíta, que lhe cobria os pés, arrastando-se pelo chão, Luiz Bonicho segurava um pequeno espelho.

Donato Serotino, com uma tesoura na mão e um pente na outra, tonsurava os cabelos de Luiz Bonicho.

“Que papéis são aqueles que o padre Vieira te deu para levars para Portugal?”

“Cartas a fidalgos, ministros e validos, intrigando contra o Braço de Prata e o alcaide Teles. Padre Vieira deveria pensar como se fosse príncipe. Sua alteza pensaria assim: estão conspirando contra meu governo. Se estão conspirando contra meu governo, estão conspirando contra mim. Se estão conspirando contra mim, querem que eu os considere e perdoe? Querem que desconsidere meu governador? Porque o regente não é totalmente uma mula, Donato, ah, não. Seria uma mula se fosse filho de gente mecânica, como tu. Mas nasceu filho de reis e teve preceptores, mestres, músicos, poetas, filósofos e retóricos para lhe ensinarem a não ser uma mula. Então sua alteza não vai acreditar em conspiradores, isso não. Essas cartas só vão servir para que o príncipe mande ordens de prisão e devassas contra os conspiradores. Nós. Vieira não percebe isso? Não é tão inteligente quanto parece, via perder essa batalha, sabe que entrou na briga para perder, ninguém pode contra Braço de Prata. Mas como vou negar alguma coisa ao padre? Ele acaba comigo em dois dias e meio. Levo as cartas.”

“É perigoso levars estas cartas. Se te pegarem? Não está com medo, Luiz?”

“Desgraça, tenho que confessar uma coisa”, disse Luiz Bonicho. “Estou com medo. Estou apavorado. Eles estão investigando, estão agindo, por baixo da terra, cavando seus túneis como toupeiras, chegando, chegando até nós, sinto isso na minha pele. Meu coração está gelado e o mundo não merece isso. Não se pode alterar a natureza do governo colonial. Depois de duzentos anos, tudo está estabelecido como uma matemática das iniquidades. O dinheiro, o poder real, o negócio público e seus

pecados nojentos, a distribuição farta de cargos, os cabedais formados em cima de roubo, tudo isso, e mais a depravação natural de casa ser humano, todos eles poços de veneno, tudo isso determina a natureza e o funcionamento da colônia. A Relação é o ápice dessa maranha, mas não é a Justiça que me mete medo, ela é comparável, e nem tão cara assim; o que me apavora é a alma de rato de Antônio de Souza, suas unhas longas e precisas. Sinto o cheiro dos truz-truzes de Antônio de Souza cada vez mais perto, e creio que eu deva ser o primeiro da lista. O Blasfemo morreu antes porque não é gente, nem conta. Tu sabes que os romanos queimavam os mortos numa pira, e os inquisidores queimavam os vivos nessa mesma pira? Bem, não sou judeu, não preciso temer o calor da fogueira em Portugal.”

*

Q. Cap. 3, Subcap. 8, 1ª, Part. P.201-202, § 1º-8º, L. 1-45

O trapiche estava repleto de caixotes de açúcar. O trapicheiro andava por ali, cheirando a mofo, grunhindo como animal, dando ordens aos carregadores.

Gregório de Matos, olhou em volta. Diante dos armazéns, estaleiros e outras edificações comerciais menores, gente caminhava. Um pouco distante, o forte do mar entrava pela água azul.

Gregório de Matos olhou em volta. Diante dos armazéns, estaleiros e outra edificações comerciais menores, gente caminhava. Um pouco distante, o forte do mar entrava pela água azul.

Grandes barcos estavam atracados na baía. Nas praias em volta espalhavam-se casinhas de pescadores, velames amontoados, cabos velhos. No porto principal, barris de breu, azeite e aguardente, caixas empilhadas.

Rodas de carros rangiam, madeiras batiam, fornalhas crepitavam. Havia no ar um cheiro de tabaco misturado com fumaça e couro.

A população parecia já ter-se esquecido do crime do alcaide e, sem grandes assuntos pra comentar, voltava à sua rotina nas treze igrejas e capelas, nas tabernas, nos lupanares e nas ruas da cidade. Às mesas de jogos, discutiam.

A progressiva concorrência das ilhas açucareiras no mar das Caraíbas, a instabilidade por que passavam os senhores de engenho, a queda do preço do açúcar, haviam trazido uma crise que estava levando à falência muitos dos fabricantes.

Os senhores da cana sofriam a competição dos cultivadores de tabaco, em geral pequenos produtores que não necessitavam de grandes investimentos para seus negócios. Assim, começavam a tornar-se poderosos alguns homens de origem mais humilde. Surgia um novo grupo de aristocratas rurais, aliados aos senhores de engenho: os criadores de gado. Na cidade, de onde se fazia a exportação de produtos agrícolas, florescia uma camada de ricos comerciantes e exportadores que ampliavam suas conquistas e disputavam os mais altos cargos da hierarquia. Naquele ano de 1683, a cidade da Bahia devia ter quase cem mercadores que dominavam o comércio com Portugal e África, sendo esta atividade atrelada ao aumento do tráfico com a Costa da Mina, onde o rum e o tabaco baianos competiam com os produtos europeus. Só do porto de Whydah entravam, atualmente, cerca de oito mil escravos na Bahia, que se tornava a cada momento mais africana. Toda agricultura e o comércio dependiam do escravo negro, que, tanto nos engenhos e plantações quanto nas vilas, sofria uma curta vida miserável e torturada. “Na falta de Angola”, afirmavam os conselheiros ultramarinos, “o Brasil se perderá sem outra guerra.” Sem africanos, não havia Bahia. Sem Angola não havia Brasil.

No entanto, apesar da prosperidade aparente, a população pobre estava cada vez mais faminta e miserável. Os pobre esperavam todos os dias que alguma coisa viesse do céu mandada por Deus para solucionar seus conflitos e suas privações. Deus haveria de saber o que eles mereciam.

*

R. Cap. 3, Subcap. 8, 2ª Part., P.202-209, § 1º-53º, L. 1-247

Primeiro pararam suas segas com homens armados que saltaram e saíram caminhando pelo cais e em torno do trapiche. Entraram no trapiche, examinaram tudo minuciosamente. Então um deles fez um sinal e só aí apareceu a carruagem com um par de cocheiros muito bem vestidos de veludo vermelho sentados no topo. Dentro vinha Samuel da Fonseca.

Gregório de Matos observou, curioso, a chegada do rabino. Um escravo de cabelos brancos ajudou o ancião a descer do carro. Samuel da Fonseca atravessou com dificuldade o pequeno pátio que dava acesso ao trapiche, até chegar perto de Gregório de Matos. Saudaram-se, cumprimentando-se em silêncio. Ouvia-se o som arrastado das rodas de um carro de boi que transitava levando caixotes para o armazém.

Fonseca e o poeta entraram por um intrincado caminho que foi dar numa escada maior, tudo cheio de madeiras empilhadas. A construção do trapiche parecia mais um esqueleto de alguma coisa gigante, escura e abafada. Subiram as escadas, pacientemente degrau por degrau, Gregório de Matos esperando que o rabino vencesse suas dificuldades.

“Ah, estou muito velho e gordo”, lamentou Samuel da Fonseca enquanto subia. Uma escrava o seguia e perto, atenta. Era jovem e bonita. Vestia saias de cetim branco e blusa de liniste. Trazia argolas e anéis de pedras coloridas; correntões sustentavam uma cruz que se metia entre os seios.

“Desculpe-me vossenhoria o aparato da guarda pessoal, mas os tempos exigem”, disse Samuel da Fonseca, sem fôlego. “Os judeus têm suportado coisas aterroradoras. E agora, também os Ravasco.”

Chegaram, enfim, ao alto do trapiche. Entraram por uma porta baixa, curvando-se, e viram-se numa sala confortável com uma grande janela de onde se podiam avistar todos os quatro cantos do trapiche. Homens trabalhavam lá em baixo empilhando caixotes.

“Não é meu este trapiche. É de um amigo. Mas é como se fosse meu. Pode ficar à vontade.”

Gregório de Matos sentou-se. A escrava girou sobre os tornozelos e saiu lançando um olhar de avaliação para o estranho. Gregório de Matos olhou-a de volta.

Os homens ficaram sozinhos.

“Negra mina”, disse Samuel da Fonseca, percebendo o interesse do poeta. Ele só possuía escravas dessa tribo, os agoins, da Costa do Ouro. Os agoins dessa região chamavam-se fantees. Eram pescadores exímios e as mulheres perfeitas cozinheiras. As escravas talvez fossem as mais bonitas de todas, a tez entre o azeitona e o bronze, e muito delicadas. Aproximando-se do ouvido de Gregório de Matos, o rabino disse em voz baixa: “As minas são conhecidas por sua libidinagem”, e sorriu com os pequenos olhos, pegando com dois dedos cálices de licor sobre uma bandeja e servindo-o ao visitante. “Por isso”, continuou o rabino, “são as preferidas dos portugueses e franceses. Eu as prefiro por outros motivos. Gosto muito de comer bem.” E acariciou o próprio estômago arredondando.

“Já para o engenho”, continuou o rabino, “compro escravos ussás. São muito fortes, valentes, bons trabalhadores e quase todos maometanos. Mas creio que vossé não veio aqui para falarmos de escravos.”

Ouviram-se passos leves e entrou um rapaz. Vestia uma roupa reluzente.

“Este é meu filho Gaspar”, disse o rabino. “Ele sente uma grande admiração por vossenhoria.”

“Como vais passando Gaspar?”, disse Gregório de Matos. Gaspar ficou com o rosto vermelho.

“Dei-lhe este nome, Gaspar, para homenagear o primeiro judeu que pisou esta Terra dos Papagaios. Era um capitão-mor de esquadra, a serviço de Sabayo, o governador árabe de Goa. Fundeado na ilha de Angediva, o judeu avistou a esquadra de Vasco da Gama e foi saudá-la, sendo recebido a bordo pelos portugueses com cordialidade. Mas logo Vasco da Gama o aprisionou, amarrando-lhe as mãos, acusando-o

de espião. Despiram-no, açoítaram-no, fizeram-lhe tormentas e não mais o libertaram, pois o judeu conhecia muitas línguas, conhecia a Índia, a Turquia, Meca, muitos reinos distantes. Levaram-no a Portugal e o fizeram receber o batismo, onde o judeu recebeu este nome: Gaspar da Gama. Homem bonito, de longos cabelos dourados, inteligente e letrado, caiu nas boas graças de el rei dom Manuel I, que o libertou, dando-lhe roupas de seu próprio vestuário, cavalos de seu estábulo, criados e dinheiro. Gaspar da Gama seduziria El rei contando-lhe histórias do que vira pelo mundo. O rei designou-o perito, conselheiro e intérprete do almirante Pedro Álvares Cabral na expedição que veio dar na costa do Brasil. Nas *Lendas da Índia* relata-se que Gaspar da Gama era filho de judeus de Bosna, que por decreto haviam se exilado em Jerusalém, depois Alexandria, onde Gaspar teria nascido. Como vossenhoria pode ver, todas as histórias de judeus se parecem, de século para século.”

Gregório de Matos olhava por detrás dos óculos, com os olhos apertados.

“Por mais que pareça um tanto franzino, meu filho é muito esperto.”

Gaspar ficou rubro novamente, encolhendo os ombros.

“Retirei-me da cidade logo depois de chegar da Holanda, com minha família, fugindo das ocupações públicas, dos divertimentos urbanos e da hostilidade. É muito difícil esconder alguma coisa nesta cidade, vossé sabe, e quase todos já conhecem nossa condição de judeus. Os marranos, como nos chamam; marranos, de porcos. Porém meu filho Gaspar ficou na cidade e prosseguiu os estudos da Torá talmúdica. No ano que vem vai ser enviado de volta à Europa — Holanda, é claro, onde os judeus são acolhidos. Portugal, jamais. Seria o mesmo que atirar-se à fogueira da Inquisição.” O rabino serviu novamente licor para o visitante. “Para que não esquecesse seus rituais religiosos e para que não se enchesse de vícios, ou das vergonhosas doenças que grassam entre os jovens, Gaspar ficou na cidade com parentes severos, que não lhe permitem vida livre: obrigam-no a estudar seriamente e a viver uma vida regrada e quase sem dinheiro. No entanto, como todos os outros de sua idade, encontra sempre uma hora qualquer para freqüentar as tabernas, não é, meu filho?”

Gaspar continuava em sua vermelhidão.

“E embora ele tente esconder, sei bem que encontra ainda tempo para participar de grupos que discutem política e tramam, com ingenuidade, contra o domínio de Portugal sobre o Brasil. O rapaz está tendo uma boa educação”, continuou Samuel da Fonseca. “Estou sendo alongado em palavras, não me toca falar aqui, mas ouvir.”

Gregório de Matos retirou de uma algibeira um maço de papéis embrulhados.

“Estes aqui são escritos de Bernardo Ravasco. Foram confiscados ao secretário pelo governador e, com muito risco, Gonçalo Ravasco os resgatou. Não podem ser publicados em Portugal, os Ravasco temem que sejam destruídos. A mim me foi confiado entregá-los a vossenhoria e lhe solicitar a mercê de guardá-los.”

Samuel da Fonseca, zeloso, pegou o pacote que Gregório de Matos lhe estendeu. Abriu-o e, colocando os óculos, examinou meticulosamente algumas das folhas escritas. “Meus Deus!”, espantava-se a cada trecho que lia. “Mas é valioso como o tesouro de uma noiva rica de Rouen. Como podem estar querendo destruí-lo! Mandarei isto, como muito desvelo, para Amsterdã.”

“Creio que seria de bom grado a dom Bernardo se os imprimisse em seu nome. Esta é a última cópia que resta. O original foi entregue por sua alteza ao inquisidor geral com o pacto de o haver de restituir em sua real mão, porém tal não ocorreu. Foi dado o original como perdido.

“Doutor Gregório, aqui temos bons cofres”, disse Samuel da Fonseca, “e lá tudo se comporá com o crédito que se pretendia. Algo mais tenho a lhe oferecer. Creio que vossé ficará venturoso.”

“De que se trata?”, disse Gregório de Matos. “Nada me tem feito fortuna, ultimamente.”

“Algo que sempre quis; desejo imprimir seus poemas, um belo livro, tudo do melhor. Sabe que tenho uma casa de impressão em Amsterdã. Pode recompilar

seus originais e os mandaremos com Gaspar para a Holanda, junto com os de Bernardo Ravasco. Lá, os estamparão num belo trabalho.”

Gregório de Matos, para decepção do rabino, não pareceu se alegrar com a oferta.

“Não tenho sequer um escrito guardado”, disse o poeta. “Os que se tem por aqui me são totalmente alheios e supostos, na substância cheios de infinitos erros, trocados, diminuídos ou acrescentados, corruptíssimos, como disse padre Vieira.”

“Poderíamos fazer uma lista com os poemas corretos ou emendados e em tudo conformes com os seus originais.”

“São todos, ou a maior parte, inconvenientes para impressão. Servem mais para a boca do povo do que era os olhos diligentes dos eruditos. Não compete publicá-los.”

“Não sei se o compreendo”, disse Samuel da Fonseca.

“Talvez eu possa explicar. Reconheço a alegria que dou ao povo, que se encanta com o que escrevo, mas se encanta mais ainda com minha ruína.”

Poetas extravagantes, frenéticos, abatidos, homicidas, eram valiosos para uma cidade. Gregório de Matos estava repleto de dúvidas. Ser formado em cânones e habilitado *de genere* para a leitura de bacharel não o satisfazia. Jovem, entregara-se à poesia, cheio de sonhos clássicos; porém, com o tempo, passara a escrever apenas por um sentimento compulsivo. Seus ouvidos eram somente razoáveis, para tornar-se algo que gostaria muito de ser: músico. Seu irmão Eusébio sempre fora melhor na viola e na composição. Gregório de Matos compunha canções por divertimento. As poesias líricas que escrevia lhe pareciam muito abaixo das de Gongora y Argote. E inúteis. Nas duas mil casas da Bahia, as pessoas estavam mais preocupada com a concupiscência e a avidez pecuniária do que com o espírito. Decidira escrever apenas poemas líricos, mas um poeta não escreve o que quer, senão o que consegue. Sentava-se à escrivaninha, cheio de intenções, e no final via que escrevera apenas versos libertinos, sobre a picardia, o furto, a fornicção, numa linguagem quase coloquial. A angústia tomava contra dele. Odiava as funções de desembargador na Relação Eclesiástica, conhecia bem os pecados e a hipocrisia do clero. Como tesoureiro da Sé via os roubos e o uso desavergonhado que muitos padres faziam do dinheiro. Mantinha-se naqueles cargos apenas pelos proventos e imunidades que recebia. E pela boa vontade do arcebispo, que talvez já houvesse terminado. Sentia-se um covarde, em comunhão com o que, ao mesmo tempo, detestava e admirava. E para que precisava um homem de dinheiro? Lembrou-se, então, de Francisca, sua filha natural com Lourença. O que pensaria do pai como, se vivia cada vez menos de acordo com suas funções? Era visto em lugares sórdidos da Bahia, embriagado. E agora estava fugindo, não sabia exatamente de quê, mas fugia, iria para o Recôncavo, depois mais longe, e mais longe e mais longe.

“Não tenho mais uma profissão”, disse.

“Ora, vossenhoria é desembargador da Sé, e poeta”, disse Samuel da Fonseca.

“Ser poeta não é uma profissão; é como ser viúvo. Um poeta é um poeta, assim como um cavalo é um cavalo. Cavalos têm utilidade. Mas eu, Gregório de Matos e Guerra, viúvo, poeta, brasileiro, não tenho uma utilidade. O que pensam os outros sobre mim? Sinto-me mais detestado que amado.”

Mas o mundo sempre estivera cheio de poetas como ele: Afonso Eanes de Coton vivera ns casas de tavolagem, assíduo de rameiras; o galego Pero da Ponte, odre e vagabundo, escrevera sentenças acerbas contra os sodomitas por quem tinha sido violado; o clérigo Martim Moxa fora amante dos prazeres da carne; Chiado fugira do mosteiro par viver embriagado às custas de prostitutas, entregue à sodomia e ao rufianismo; o fidalgo Tomás de Noronha dormira em cama alugadas e dissipara toda sua fortuna numa vida venérea; Francisco Manuel de Melo participara de um homicídio e fora degredado para a Bahia. Gregório de Matos não estava entre os piores. Era até mais compreensível que ele fosse assim. Os poetas como ele tinham sido amados pelo povo, não apenas pelo que escreviam, mas pelos pecados que cometiam. Com a aura divina da poesia, não haviam deixado de ser homens comuns. Os santos incomodavam muito mais.

Mesmo Camões, sob a roupagem filosófica de pureza, deixara vir à tona o frêmito do amor sensual. “Lã fina e seda diferente, que mais incitam a força dos amores. Famintos beijos na floresta, afagos suaves, risinhos alegres. “Gregório de Matos sabia muito bem sobre o que Camões estava falando sob essas palavras. E essa era a inevitável natureza do homem. Gongora y Argote escrevera: *ES mi aforismo El refran: vivir bien, bebe mejor.*”

“Estou cansado de tentar ser Gongoray Argote”, disse Gregório de Matos. “Minhas composições são mais profanas. Na verdade, temo a Inquisição.”

“Falo dos poemas líricos”, disse o rabino. “Não fariam objeções.”

Percebemos a aflição de Gregório de Matos em falar sobre aquele assunto. Gaspar foi em seu socorro. Pegou um livro de dentro de sua sacola.

“Vossenhora conhece esta maravilha?” disse, mostrando o livro.

“Tenho muitos livros, quase uma centena, no engenho”, disse Samuel da Fonseca, com certo orgulho, “ trouxe muitos de Amsterdã, onde é mais fácil obtê-los. Alguns encomendei na Espanha, ou comprei em Portugal. Outros, eu mesmo imprimi, quase sempre livros religiosos. Conhece *Arnalt Y Lucenda*, de Diego da San Pedro?”

“Sim, conheço, o escritor judeu.”

“Nós, os judeus, temos o hábito de tirar o valor de nosso povo. Na verdade, devo admitir, contra minha própria natureza, temos bons livros escritos por judeus. A *Prosopopéia*, de Bento Teixeira? Judeu. E o *Diálogo das grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão? Também judeu. Eu poderia ficar a vida inteira entre livros. Meus pobres alfarrábios estão à sua disposição. Tenho muitas preciosidades, algumas que duvido que alguém aqui nesta colônia tenha ouvido falar. Vossenhoria é um homem de muitas leituras. Isso me alegra. Levo dias e dias tentando ler livros difíceis e saio sempre derrotado por uma vida voltada para o comércio, para a religião. Portanto, admiro muitíssimo os que têm ânimo de se dedicar às letras como vossé, o nosso poeta.

“Eu não sou poeta. Não como queria ser.”

“Há muita poesia em seus escritos, como há poesia nos olhos de uma mulher, da Nação, ou *gaya*. Concorda?”

“Concordo”, disse Gregório de Matos.

“E, no entanto, quem pode negar a presença do mal na mulher!”, disse o rabino. “Desde Eva, ou Lilith, a rainha dos demônios.”

“Estou apenas sendo justo, senhores filósofos”, disse Gregório de Matos. “Não comigo, mas com o meu povo, que morre de fome e ignorância. Faço versos para os que não sabem ler.”

*

S. Cap. 3, Subcap. 9, 1ª Part., P.211-212, § 1º-18º, L. 1-32

Um monte de couros sobre palha servia de cama. O escrivão Manuel Dias estava deitado com a mulher. Suados, lado a lado, permaneciam imóveis. Ele pensava em Ursula do Congo. Depois de algum tempo Aldonça virou-se e olhou o marido. Viu seu perfil pálido e entristecido.

“O que há, Manuel? Que notícias trouxe o padre Vieira?”

“Nada, mulher, nada.”

Morcegos estavam pendurados nas madeiras onde apoiavam-se telhas de barro escuro. Um deles bateu de leve as asas, fazendo um ruído soprado. Aldonça assustou-se.

“São apenas ratos velhos”, ele disse. “Ratos velhos voadores.” Lembrou-se de seu sonho em que Ursula aparecia.

“Morcegos, padres, gente vindo aqui. Conversas em segredo. Não estou gostando nada disso. Esta casa velha, com um sapotizeiro ao lado.”

“O que tem o sapotizeiro?”

“É onde os morcegos preferem ficar. Por isso a sombra é agourenta. Os meninos estão proibidos de brincar lá.”

“Crendices tolas. Mas tu tens razão. Muita gente está vindo aqui. Que diabo de esconderijo é esse? Amanhã bem cedo vou procurar um outro lugar para nós.”

“Quanto tempo teremos que nos esconder?”, disse a mulher, com tristeza.

“Pouco tempo, mulher, pouco tempo.”

Ouviram o choro de uma criança. Aldonça ia levantar-se mas o escrivão segurou-a pelo braço.

“Deixa, as escravas cuidam do menino”, ele disse.

Abraçaram-se

“Há muito tempo não eras tão carinhosos comigo”, ela disse.

“Tenho andado muito preocupado.”

“Mais do que agora?”

Ele olhou-a e sorriu.

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (2ª, p. 212)

A alguns metros dali, estavam escondidos os dois cavalos.

Na cozinha da casa, Gordo encostou a ponta da faca na garganta da escrava que segurava a criança em seu colo. Diante da situação, a criança pôs-se a chorar e Gordo mandou que a escrava impedisse o choro, caso contrário mataria todos ali presentes. Não esperando para que isso acontecesse, uma outra escrava providenciou rapidamente uma cuia de leite para o menino e ele se calou. Em seguida, Gordo comenta com o alcaide Teles de Menezes que as escravas viram a cara deles, nesse momento, a escrava assustada tranqüilizou-o dizendo que elas não iriam falar nada e que poderiam levar tudo que quisessem. Ironicamente, Gordo virou-se para o alcaide Teles e disse que ali também não havia nada. As negras ficaram caladas, pois pressentiam o que eles buscavam ali. Em seguida, deixou claro o que queria, perguntou a uma das escravas pelo senhor que estava escondido por lá, uma respondeu imediatamente que ele estava, outra disse quase que simultaneamente que esse senhor havia saído, por conta de sua fala, ordenou-a que colocasse a criança no chão e deu-lhe uma estocada no peito e matou-lhe, ali, na frente do filho. Com isso a criança voltou a chorar.

*

T. Cap. 3, Subcap. 9, 3ª Part., P.212-213, § 1º-11º, L. 1-24

“Estou ouvindo barulho lá embaixo”, disse Manuel Dias, levantando-se subitamente.

“Vou ver.”

“Não”, disse Aldonça. “Estou com medo.”

“Quando abriu a porta, Manuel Dias deparou-se com os dois homens. Havia sangue em suas mãos e roupas. As mangas das blusas estavam arregaçadas.

Aldonça gritou. Os escrivão segurou com força a corrente de ouro que tinha no pescoço.

O alcaide Teles fechou a porta atrás de si.

“Trouxemos uma lembrança de um amigo”, disse mostrando a faca.

Manuel Dias recuou.

O Gordo aproximou-se e enfiou a faca no corpo do escrivão com força e velocidade. O ruído do corpo caindo no assoalho foi abafado pelos gritos da mulher. Mas logo ela parou de gritar, ajoelhando-se ao lado do corpo do marido. O Gordo golpeou-a, de joelhos. Ela contorceu-se, sangrando e gorgolejando.

O alcaide Teles mandou que o Gordo desse mais um golpe nela. “Ela não precisa sofrer mais do que ele.”

O Gordo, então, cortou a mão direita do corpo de Manuel Dias, enrolou-a em fronhas e levou-a consigo.

Quando os homens cruzaram o pavimento térreo, viram o menino sentado no chão ao lado dos corpos das escravas. Havia parado de chorar e soluçava.

*

RESUMO DAS PARTES SUBSEQÜENTES (4^ae5^a, p. 213-215)

Gregório de Matos caminhava pensando em Maria Berco. Encontrava-se amorosamente perdido e quase sem remédio pela grande impossibilidade de poder lograr seus amores. Temia que Maria Berco por ter sido jogada na enxovia pudesse ter sido enforcada.

Anica de Melo ficou resplandecente ao ver Gregório de Matos no meio do alcouce. Ao vê-la, Gregório imediatamente a convidou a irem para cama. Anica de Melo desapareceu por uma porta estreita e depois voltou enfiada numa camisa de dormir, bastante transparente. No quarto, Gregório de Melo sentou-se ao lado dela. Naquele momento ela quis saber se ele estava traindo-a. Gregório respondeu-a dizendo que não e, em seguida, lhe explicou que havia passado a noite nos baixos da Câmara com amigos, pois haviam matado o escrivão Manuel Dias que estava metido no crime do alcaide. Anica de Melo quis saber de Gregório de Matos se o assassino não seria Braço de Prata. Gregório de Matos respondeu-a que talvez fosse o alcaide. Chegou a dizer para Anica de Melo que não poderia ficar mais naquela cidade, porque supunha ter visto guardas senguindo-o. Anica de Melo, apavorada, pediu-o que não fosse embora, preocupou-se com a perda do emprego de Gregório de Matos. Gregório de Matos confidenciou-a que só estava aparecendo no trabalho para receber os soldos. Anica de Melo, bastante preocupada com a situação na qual se encontrava o amado, disse que lhe arranjaria um esconderijo, seria no armazém de Vicente Laso. Gregório aceitou. Logo em seguida, Anica de Melo quis saber de Gregório se depois que a situação dele se normalizasse ele casaria com ela. Gregório respondeu-a que não pensava em se casar. Anica foi até um baú, pegou uma cabeleira e colocou-a na cabeça de Gregório de Matos para servi-lhe de disfarce. Gregório mostrou-se preocupado em usar aquela cabeleira por medo de que viessem a zombar dele. Depois da preparação desses disfarces. Anica de Melo acariciou-o e não foi correspondida, novamente perguntou-o se estava apaixonado por outra, Gregório reiterou a ela que não pensava em ninguém. Anica de Melo, pôs-se a chorar, pois considerava que Gregório de Matos havia se cansado dela. Gregório consternado com aquela situação, cedeu ao choro de Anica de Melo, sem saber exatamente se o que sentia por ela era prazer ou ódio.

*

U. Cap. 3, Subcap. 9, 6^a Part., P.215-216, § 1^o-7^o, L. 1-45

Na rua fazia um calor infernal mas Anica de Melo usava um capote guarnecido por uma gola de pêlo de coelho tingido de vermelho, uma coisa espetacular e estranha. Ela não suava nem um pouco e parecia prestes a explodir dentro da roupa. Havia olheiras em seu rosto, imensamente pálido apesar do brilho fulgurante da cor da gola do casaco. Os lábios estavam levemente tingidos de vermelho. Iam para o armazém de Vicente Laso, numa rua deserta.

“Um lugar distante, sem mulheres”, ele disse.

“Não é tão horrível assim. Logo te acostumarás.”

Caminhavam nas ruas pela sombra, atentos a patrulheiros ou sentinelas. Alguns moradores passavam presunçosos e bem vestidos, em suas liteiras carregadas por escravos de pés e tornozelos esbranquiçados. Outros vinham nervosos, gritavam apregoando seus negócios; caminhavam com rumo certo, usavam roupas que pareciam ter passado por um tanque de manteiga, recendiam a álcool de longe e pisavam em mais sujeira do que os moradores de qualquer outra cidade. Entraram por

uma rua imunda, onde os rebocos eram rachados, as madeiras podres e tudo coberto por uma camada fina de sal e poeira. Mas era uma das ruas de que Gregório de Matos mais gostava, que dava na praia, com o mar espirrando espuma nas pedras negras. Andar ali com Anica de Melo, infeliz da maneira que ela precisa estar, era um desconforto.

Ele experimentava uma melancolia enorme. Sentiu-se horrível com a cabeleira que ganhara, com a barba a que crescia em seu rosto dando-lhe um ar sujo e descuidado. Não vendo homens do governador pela rua convidou Anica de Melo a sentar-se nos rochedos da praia onde havia frondosas mangueiras de folhas cor-de-rosa.

Em meio a emanações de urina que o vento trazia de uma cidade que parecia viver com gente de vísceras para fora e secreções naturalmente despejadas junto com emoções, crescia o amor de Anica de Melo por Gregório de Matos, que ele presumia como uma catástrofe, agora que tinha aquela grande paixão por Maria Berco. Ele considerava seu sentimento por Maria Berco uma coisa bastante vil, mas não podia resistir: e abraçava Anica de Melo tentando esquecer a outra, ela falando com uma voz mais fina, como se tivesse voltando a ser criança aos poucos. Acariciaram-se sentados nas pedras e Gregório de Matos respirava a plangente mistura de cheiro de pele de coelho, tinta e perfume barato de mulher.

Ao mesmo tempo, Gregório de Matos pensava no que o levava a proceder daquela maneira, quanto mais procurasse Anica de Melo mais a magoaria se quisesse livrar-se dela, coisa que ele teria de fazer, obviamente, a qualquer momento. Mas ele sempre se sentia em dívida com as pessoas que o amavam e demonstravam de qualquer forma esse amor, conquanto suas dívidas, com mulheres ou agiotas nunca fossem pagas.

*

V. Cap. 3, Subcap. 10, 1ª Part., P.217-220, § 1º-28º, L. 1-128

Vieira, antes de partir para Portugal", disse José Soares.

"Mas por que o deixas esperando à porta? Não o quão é arriscado para ele? Manda que entre, sim, talvez esta seja a última vez que o verei", disse Vieira.

Vieira passou a mão no queixo, com ar preocupado. Tinha vivos apenas dois sobrinhos homens, que prezava muito: Gonçalo Ravasco e Francisco Dorea. Filipa, a mãe de Gonçalo, fora irmã da formosa Maria e por quem Francisco Manuel de Melo se apaixonara durante o desterro da Bahia. Ao voltar da Europa, na frota de 1681, Vieira encontrara muitos parentes e amigos mortos. A mais sentida de todas as perdas fora a de seu sobrinho predileto, o capitão Cristóvão Ravasco, morto muito jovem a serviço de el rei, mais um tributo que os Ravasco haviam pago sem nada receber em troca. Também mortos estavam quase todos os seus irmãos e irmãs.

Gonçalo Ravasco entrou na cela de Vieira. Ajoelhou-se ao lado do catre, beijou a mão do tio.

"que bom que estás aqui, meu filho", disse Vieira.

"Está tudo acertado, meu tio?"

"Eu... tenho pensado muito nessa tua ida a Portugal, Gonçalo. A navegação representa riscos, há tempestades, inimigos, calmarias, mares grossos e infestados de corsários, tu o sabes muito bem, perdeste tios, primos, amigos em naufrágios e descargas de artilharia. Mas se uma viagem por si só é arriscada, o que dizer de uma viagem como clandestino? Não, Gonçalo, pensei bem, creio que não deves arribar."

"Mas, tio, não posso deixar de ir. Da minha estada em Lisboa vai depender toda a defesa de nossa família. Nosso nome! Nossa honra! Ficar aqui talvez represente ainda mais risco. O Braço de Prata está com a mão no alto pronta a descer sobre nossas cabeças."

"A mão boa ou a mão ruim?", gracejou Vieira, meio amargo.

"Ele não tem mão boa."

"Todos têm uma mão boa, outra ruim. Olha para as tuas. Olha para as minhas. Dom João III era conhecido como o Piedoso, todavia mandou queimar milhares

de judeus para sustentar a fé. Ele também era cristão. Um bom cristão. Não sejas afoito, meu filho, é hora de muita prudência."

"Nada me fará desistir, meu tio, perdoe-me a teimosia."

"Está bem, Gonçalo, vai. Mas cuidado. Dize a sua alteza algumas palavras do sermão da terceira domingo da Quaresma, que fiz na capela real, no ano de 1655, na presença de el rei dom João IV. As palavras tornam a ter ocasião, e as ocasiões, em tantos anos, necessitam as mesmas palavras. Dize ao príncipe que sendo as terras de Portugal as mais diversas, distantes e dilatadas de todas as monarquias do mundo, ponha vice-reis, ponha governadores, ponha generais, ponha capitães, ponha justiças, ponha bispos e arcebispos. Mas que muito juízo, muita verdade, muita inteireza, muita consciência é necessária a Portugal para distribuir cada um. Se o príncipe põe o cobiçoso onde há ocasião de roubo, "prosseguiu", "e o fraco onde é preciso haver defesa, e o infiel onde é possível renegar, e o pobre onde há ocasião de se desempobrecer, se sua alteza põe assim dessa maneira as pessoas, o que há de ser das conquistas e dos que com tanto sangue as ganharam? Precisamos de homens que obrem proezas dignas de seus antepassados", elevou o dedo indicador. "Que despendam liberalmente com soldados, que pelejem, que defendam, que vençam, que conquistem e que façam justiça". Fez uma pausa.

"E não homens que nos aproveitem e nos arruinem", continuou Vieira, com voz extremamente mansa. "Não homens que se enriqueçam e deixem pobre o Estado. Não homens que percam as vitórias e venham carregados de despojos. E quanto mais longe for o lugar, tanto hão de ser os sujeitos de maior confiança e maiores virtudes, dize a dom Pedro, Gonçalo. Dize-lhe que quem há de governar a quatro mil léguas longe do príncipe, onde em três anos não pode haver recurso de seus procedimentos, nem ainda notícias, então que verdade, que justiça, que fé e que zelo deve ser o seu!"

Gonçalo Ravasco mantinha-se calado, atento às palavras do tio. Tenso, os músculos de seu pescoço estavam visíveis, a mão agarrava as luvas com força. Vieira sentou-se na cama, com esforço.

"Nos Brasis, nas Angolas, nas Goas", continuou o jesuíta, "nas Malacas, nos Macaus, onde o príncipe só conhece por fama e se obedece só por nome, aí são necessários os criados de maior fé e os talentos de maior virtude. Dize isso a sua alteza, Gonçalo. Se em Lisboa, onde os olhos de príncipe vêem e os brados do príncipe se ouvem, faltam à sua obrigação homens de grandes obrigações, que será *in regionem longinquan*? O que será, nas regiões remotíssimas, onde o príncipe, onde as leis, onde a justiça, onde a verdade, onde a razão, e até mesmo Deus, parecem estar longe?"

José Soares ouvia, preocupado. Vieira estava furioso. Os cabelos, cada vez que sua cabeça se agitava, desarrumavam-se mais. A testa cobria-se de suor.

"Como foi Habacuc para a Babilônia? Tomou-o um anjo pelos cabelos e o levou à força. Que venham, pois, para as colônias, os homens de Portugal para governar, mas que venham com os anjos os trazendo à força pelos cabelos, a guiá-los, a alumiá-los, a guardá-los. Mas o que seria se, em vez de vir à força pelos cabelos, vierem por muito gosto, por muito desejo e por muita... negociação? E se em vez de os trazer um anjo, os tragam dois diabos, um da ambição, outro da cobiça? Se estes dois espíritos infernais os levam a toda parte, como não os levarão também ao inferno?"

Vieira não parecia, naquele momento, um velho, sujeito a achaques e enfraquecido por fadigas e resíduos de paludismo, complicações brônquicas, hemoptises que o faziam temer a tísica, mal comum na Companhia de Jesus e que contagiava os padres nos refeitórios, nos bebedouros, no mijadouros.

"Quais são as causas? Quais são os motivos? Quais são os porquês?", continuou Vieira. "Não há coisa no mundo que leve um homem a inferno sem eu porquê, Gonçalo. Os porquês cegam, arrastam, precipitam os maiores homens do mundo."

"O porquê de tudo isso é o dinheiro, meu tio."

"Não nego ao dinheiros seus poderes. Mas não me temo tanto do que se furta como do que não se furta. Muitos ministros há no mundo que jamais se deixaram subornar pelo dinheiro. Mas deixam-se subornar pela amizade, pela recomendação, e não sendo nada disso nem ouro nem prata, são os verdadeiros porquês da injustiça do

mundo. As tentações dos favores são maiores do que as do dinheiro e valem mais. As coisas que se concedem por respeito são coisas que não se vêem, que não armam a casa, nem se penduram pelas paredes, nem tilintam nas bolsas. Se houveres de vender tua alma, os teus amigos, seja antes por dinheiro que por favores.”

“Jamais venderei minha alma, meu tio”, disse Gonçalo Ravasco. “Jamais venderei meus amigos.”

Vieira fez um sinal para José Soares. O padre entregou um escapulário ao jovem.

“Isto irá te proteger, Gonçalo. Estou enviando, por Luiz Bonicho, algumas cartas, pois o correio anda vigiado. Uma para Roque da Costa Barreto, outra para o duque de Cadaval, e mais duas, para o marquês de Gouveia e Diogo Marchão Temudo. Tu defenderás nossa causa aos pés de dom Pedro, mas confio mais nessas cartas. Se algo de mau suceder ao vereador, encarrega-te das cartas. Se algo suceder a ti...”

“Não se preocupe, meu tio, não irei sozinho. Barros de França, um dos primeiros fidalgos da Bahia, despojado de seu cargo de vereador, irá comigo. Também irão os capitães de presídio Diogo de Souza e José Sanches Del Poços, que estão sem seus comandos, igualmente usurpados pela matilha voraz dos Menezes. Nada de desventuroso nos sucederá.”

“Deus vos abençoe”, disse Vieira, fazendo um gesto de cruz com a mão. Deitou-se novamente, ajudado por José Soares.

Gonçalo Ravasco retirou-se.

*

W. Cap. 3, Subcap. 10, Part. 2, P.220-226, § 1º-94º, L. 1-198

Luiz Bonicho vestia o hábito de jesuíta.

Donato Serotino usava um casaco trançado de linha.

Verificaram se tudo estava em ordem, os baús, os papéis, olhando tudo minuciosamente. A bagagem foi levada para ser embarcada. Dentro de um dos baús estavam as cartas de Vieira. A partida seria dali a uma hora, mas os homens só iriam para o embarque no último instante.

Dois homens armados vigiavam à porta e o terceiro permanecia no cais, atento a qualquer movimento diferente.

“Ah, nem posso imaginar, Paris me espera”

“Está na hora”, disse Donato Serotino. “O guarda que estava no cais veio avisar. Nosso escaler está pronto para partir.”

Luiz Bonicho e Donato Serotino saíram apressados, acompanhados pelos homens armados. Levavam o pequeno cofre que continha jóias e dinheiro.

Ultrapassaram a rua da praia e, ao chegarem à barra, uma dupla de guardas montados acabava de parar em frente a uma oficina avermelhada onde um ferreiro batia, com vigor, sobre a bigorna. Miríades de fagulhas brilhavam detrás dos homens a cavalo, o som ritmado e metálico ecoava.

Os guardas, de uniforme da milícia, armados de garruchas e espadas, apearam. Eram o Gordo e seu ajudante-te-ordens.

Luiz Bonicho os viu primeiro e olhou para Donato. Os soldados procuravam por alguém, perscrutando os transeuntes e os que embarcavam. Em seus gestos havia uma atenção impetuosa e, embora se encontrasse a alguma distância, podia-se ver que estavam suados e vermelhos. À porta do embarque, mais soldados entricheirados verificavam os papéis dos passageiros.

Luiz Bonicho ficou lívido.

Ao avistarem o vereador, os guardas a cavalo entreolharam-se, tensos, trocaram algumas palavras e cavalgaram em sua direção.

Luiz Bonicho sussurrou alguma coisa ao ouvido de Donato. O mestre de esgrima e seus homens ficaram parados diante de Luiz Bonicho, formando uma espécie de muro, as mãos sobre as empunhaduras das armas. Pessoas passavam entre eles, desavisadas.

Os homens do governador estacaram, olhando o grupo que protegia o fugitivo. O Gordo parecia indeciso quanto à maneira de agir. Olhou para os lados, para trás.

“Eles vão nos rebentar no meio da rua”, disse Luiz Bonicho.

“Nós somos cinco, eles são dois”, disse Donato.

O Gordo, nervoso, parecia esperar alguma coisa. Olhou novamente para os lados. Nesse momento surgiram mais soldados, pelos dois lados na rua. Os soldados saltaram subitamente de seus cavalos e caminharam em direção a Luiz Bonicho e Donato Serotino.

“Nós somos quatro e meio, e eles eram dois. Duas hienas pobres, uma matilha faminta. Agora são dez. Quer faremos?”

“Vamos atraí-los para os beco, e tu corres para o escaler”, disse Donato Serotino.

“Bem pensado”, disse Luiz Bonicho. “Estou indo. A velocidade não é um bem que a natureza me tenha concedido, mas estou indo, diabo, que baú pesado, estou indo, Donato, te encontro na almiranta, ou em Paris.”

Donato Serotino e os escravos começaram a caminhar em direção ao beco em frente. Alguns soldados seguiram-nos, a cavalo, a um sinal do Gordo.

Luiz Bonicho continuou o mais depressa que pôde em direção ao escaler. Quando se voltou para trás viu o Gordo muito perto, apontando-lhe a arma. Já poderia ter atirado, se quisesse, pensou Luiz Bonicho, mas parecia estar determinado a pegá-lo vivo. Para quê? Jogá-lo na enxovia? O que ganhariam com isso? Um julgamento legal? Impossível.

Os circunstantes tinham percebido o que se passava e corriam para as oficinas, onde se abrigavam. Muitos rostos apareceram nas frestas das portas e janelas. O som do bater do martelo na bigorna cessou.

Luiz Bonicho ficou sozinho com o Gordo, à beira d'água, diante de um escaler cheio de atônitos passageiros encolhidos uns contra os outros, os olhos arregalados.

“Acompanha-me”, disse o Gordo, apontando-lhe a arma.

Entraram num beco sujo.

Luiz Bonicho estendeu o pequeno baú para o capitão.

“Podes ficar com isto para ti, caso queiras carregar um peso maior que um pobre e magro cadáver sem valor. Aí dentro tem uma fortuna que muitos ignorantes como tu jamais sonharam ver, tampouco meter as mãos.”

O Gordo sorriu.

“Já sei o que estás pensando”, disse Luiz Bonicho. “Um valioso baú e um defunto valem mais do que um valioso baú e nenhum defunto.”

“Continua andando, miserável”, disse o Gordo.

“Aonde estás querendo me levar, hem, Gordo? Ao paço? Muito bem, vou sozinho, eu sei o caminho, não é preciso que me mostres. O governador me espera para o chá?”

“Chega de mexer essa língua nojenta, Sodoma de merda”, disse o Gordo. “Não estou achando nenhuma graça. E se eu começar a rir muito, o dedo pode se mexer sem querer e bum — estoura quem estiver na frente.”

Luiz Bonicho decidiu ficar calado, talvez pela primeira vez na vida.

“Entra aí”, disse o Gordo, mostrando a porta de uma casa incendiada da qual restava apenas a fachada.

Dentro, a casa não passava de um monte de capim e entulhos. O capitão trancou a porta corroída pelo fogo.

“Para o fundo”, disse.

Luiz Bonicho caminhou pelo matagal.

“E se tiver alguma cobra?”

“Tem”, disse o Gordo.

“Duas, então”, disse Luiz Bonicho. “Tu e eu. Tu és uma cobra que engoliu um rinoceronte.”

O Gordo o empurrou com força e o fez virar-se de frente para ele. Encostou-o na parede cheia de marcas escuras das chamas.

"Fica quieto aí." Afastou-se alguns passos, abaixou a arma, abriu os barbantes da calça, tirou para o fora o membro e começou a urinar.

O líquido salpicava o hábito de Luiz Bonicho e o cheiro da urina emanava acre. No chão havia pedaços de ferro retorcido, lascas de madeira, sapatos destruídos, papéis amarelados.

"Põe essa merda no chão", disse o Gordo, ainda urinando, um líquido espumoso. Luiz Bonicho pôs o baú no chão.

O capitão de presídio terminou de urinar e recolheu o membro. Um mancha úmida redonda apareceu na sua calça. Mandou que Luiz Bonicho levantasse os braços. Apalpou-o "Merda", disse o Gordo, "meter minhas mão nesse imundo macaco corcunda."

"Não sei de nada."

"O gênio frígido das fontes e dos rios, pai dos sátiros. Corcunda e tenebroso. Scaramuccio também, o magnífico arlequim do teatro italiano de Paris. Piero Della Francesca tinha um nariz que parecia uma escada. Luiza de La Valière, embora coxa, dançava com muita graça e tomou o monarca Luiz LIV à duquesa de Orléans. Tu és feio como Satanás, redondo e com as pernas tortas e estás ficando rico neste instante, nunca mais vais ouvir os gritos de teu chefe, o filho da puta do Braço de Prata, hem?"

Gordo o olhou com curiosidade.

"Queres um lenço?", disse Luiz Bonicho.

"Fica calado!"

"Para dar adeus à miséria."

"Vira de costas, filho da puta."

"Vais atirar num pobre corcunda desarmado pelas costas?"

O capitão não respondeu.

Luiz Bonicho virou-se para a parede.

"As mãos para cima."

Luiz Bonicho virou-se para a parede.

"As mãos para cima."

Luiz Bonicho obedeceu.

Gordo agachou-se e tentou abrir o baú. Estava trancado. Com um tiro, arrebentou a fechadura. Abriu-o, sob os olhos atentos de Luiz Bonicho, que virara o rosto por sob os olhos atentos de Luiz Bonicho, que virara o rosto sob o braço em sua direção. O capitão encheu os bolsos com jóias e moedas.

"Sem olhar. Vira o rosto para a parede", disse o Gordo. "Está faltando um coisa aqui. Onde está?"

"Lá no barco. Vou buscar, esperq aqui, está bem?"

"Nada de gracejos, seu nojento." O gordo levantou-se e encostou o cano da arma na ponta do nariz de Luiz Bonicho. "Queres que eu tire um pedaço?"

"Ficaria mais bonitinho, não achas?"

"Estou falando dos papéis. Onde estão?"

"Na tipografia, na casa de livraria, no Desembargo, na mesa do juiz."

"Sabes muito bem de que papéis estou falando."

"O Papel Forte? O papel do amor? Letras de câmbio? Títulos ao portador? Papel de Rosamundo? Papel pergaminho? Papel-chupão? Papel crepom? Papel de arbustos? Papenbroeck?"

Gordo deu uma forte pancada na boca de Luiz Bonicho com o cabo da garrucha. Um fio de sangue começou a escorrer e a carne ficou intusmecida e roxa no lugar. Luiz Bonicho cuspiu sangue e dentes.

"Pápias, Paillon, Papin, Papiniano, papa, papoula, puta que o pariu."

Levou outra pancada, dessa vez no estômago.

"As cartas do padre Vieira, seu filho de uma puta." O capitão deu-lhe um pontapé. "Vais falar ou não vais?"

"Não sei de nenhuma carta."

Levou mais dois socos e caiu no chão.

"Covarde", disse, contorcendo-se.

"As cartas, fala, miserável."

"Não sei de carta nenhuma."

Ouviram pancadas fortes à porta. O Gordo foi até uma das janelas da fachada da casa, empurrou-a e olhou a rua. Abriu a porta. Entrou o alcaide Teles. Então era isso, pensou Luiz Bonicho, sentindo o coração gelado.

"Muito bem, Gordo, muito bem. Vaca no curral, leite à mesa", disse o alcaide Teles. "O mestre de esgrima está morto. Estirado na rua. Resistiu à prisão. O corcunda está com as cartas?"

"Não encontrei nada, senhor alcaide."

O alcaide Teles tirou a espada da bainha.

"Estende a mão, Luiz Bonicho. A mão direita."

"Para quê?"

"Não te lembras? Aquela manhã, não te lembras? Covardes, oito homens. Estende a mão direita, Luiz Bonicho. A mesma que decepaste a meu irmão Francisco."

"Não! Não! Eu não decepei mão nenhuma", gritou Luiz Bonicho.

O Gordo imobilizou Luiz Bonicho, segurando seu braço sobre uma pedra.

"Ei, espera aí, espera aí, isso é uma — "

O Gordo tapou com sua mão forte e carnuda a boca de Luiz Bonicho.

O alcaide levantou a espada segurando-a com as duas mãos até acima da cabeça. Susteve-a ali um instante, mirando o pulso do vereador, estreito e alvo.

"Com um graveto", disse o alcaide.

Os gritos de Luiz Bonicho eram abafados pela mão do oficial. O vereador se debatia, tentando desvencilhar-se.

A espada desceu num segundo, zunindo, batendo contra os ossos e a pedra, arrancando a mão de Luiz Bonicho. Em poucos instantes o vereador desfaleceu.

"Podes terminar, Gordo.

E saiu, sem olhar para trás.

*

X. Cap. 3, Subcap. 11, 1ª Part., P.227-230, § 1º-30º, L. 1-126

"Onze horas", sussurrou o vedor ao mordomo-mor. O mordomo, a um sinal do governador, abriu a porta. Por ela entrou o arcebispo João da Madre de Deus.

"Obrigado por ter-me recebido prontamente", disse João da Madre.

"Sente-se, senhor arcebispo", disse o governador, depois de beijar a mão estendida de João da Madre.

Sentaram-se frente a frente. Antônio de Souza olhou o arcebispo com atenção. Usava sobre a batina uma capa púrpura e trazia punhos e golas de rendas transparentes.

"Apesar do luto em que me encontro", disse Antônio de Souza, "tenho tido tantas coisas a fazer que não consigo parar por um só instante".

"Ah, que Deus tenha o alcaide-mor no céu. E como estão os autos?" "Autos, senhor arcebispos?"

"Sim, os autos. É sobre este assunto que desejo falar-lhe. Grande parte

do clero em Portugal e em Roma ficará muito aborrecida com vossenhoria, o que é muito compreensível. Apesar de algumas pequenas diferenças entre uma ordem e outra, somos todos a Igreja de Deus. A perseguição a Antônio Vieira chegará aos ouvidos do papa. Este caso irá preocupar não apenas a Inocência XI como ao grão-duque de Toscana, também ao cardeal d'Este. Então, Antônio de Souza, em nome da Igreja e do papa, em nome de Deus, em meu próprio nome, rogo que cessem essas disputas, que se esqueça o passado, que se retire a queixa contra Antônio Vieira. O homem está velho. Nenhum de nós pode crer no envolvimento dele em tal sucesso, apesar de sabermos ser ele voltado para assuntos materiais como a diplomacia, o patriotismo, a estratégia."

“Apesar de sabermos que ele investe contra as acumulações remuneradas”, disse o governador, completando com ironia o pensamento de João da Madre de Deus, “contra a fidalguia. Apesar de sabermos que ele faz no púlpito sua propaganda, que prega a tolerância aos judeus como remédio para Portugal restaurado, que prega a liberdade de consciência dos judeus, a abolição do Santo Ofício. Apesar de sabermos ter ele feito tantas conjecturas contra os dominicanos, a favor dos nheengaibas, das missões. Apesar de sabermos ter ele sido expulso do Maranhão e de ser contra a escravidão, ter criado a teoria das raças, ter pregado a limitação da onipotência divina. Apesar de ser preocupar mais com cometas, vácuo, sogras, guerras, do que com as almas cristãs e suas obrigações religiosas. Apesar de ser suspeito de ter escrito folhetos anônimos contra o Santo Ofício. E assim por diante. E com tantos apesares”, prosseguiu Antônio de Souza, “não pode ter sido capaz de envolver-se num crime? Não se envolveu em guerras? Tudo será investigado com muito rigor. A princípio, todos são suspeitos. Se for inocente, o jesuíta saberá aprová-lo. Não é um homem tão bom de tribuna?”

“Gostaria que vossenhoria pensasse no assunto não como um pedido meu, mas de toda a Igreja. Vossé teria muitos lucros com uma tolerância maior. Lucros invisíveis, é claro, lucros espirituais. E quanto ao nosso tesoureiro e desembargador da Sé, Gregório de Matos? Ele me relatou fatos que, se são verdadeiros, grandes coisas se podem temer no nosso reiono. Não deixa, contudo, a minha incredulidade de estar ainda um pouco duvidosa. Ele diz-se perseguido. Por que a perseguição?”

“Gregório de Matos? Mas não há perseguição alguma!”

“O desembargador Matos está refugiado por temê-lo.”

“Por temer-me? Trata-se de um equívoco, senhor arcebispo. O doutro Gregório de Matos deve estar aproveitado a situação para feriar. Parece que não é muito dado à vida regrada. É um maldizente. Diz coisas perigosas.”

“Nem sempre, dom Antônio de Souza, nem sempre. Para mim, compôs poemas laudatórios.”

“Esse é o seu métodos. Remete os cumprimentos e depois pede mercês, quase dinheiro. Saúda de espinha recurvada arcebispos, infants, reis, provedors, ouvidores, desembargadors. E quando não obtém o que deseja, usa de sua mordacidade. É um aparente inimigo das hierarquias, mas incide, não raras vezes, em rastejantes cumprimentos. Tome cuidado, senhor prelado, com as palavras adornadas do falso poeta. Além disso, o que ele escreve sobre os homens da Igreja não é um mero jogo de palavras. A sua prolixidade é pesada, tenta destruir a todos, sem piedade.”

“Isso não é uma grande novidade. Muitos poetas falaram contra os homens da Igreja.”

“Mas com uma certa nobreza de linguagem, que não rasteja à boca do Inferno como a desse poeta baiana, não é essa a sua alcunha? O Boca do Inferno? Gostaria mesmo de avisá-lo, dom João da Madre de Deus, de que esta terra é cheia de perigos. Vossenhora chegou aqui há pouco tempo, cuidado com quem se envolve.”

“Tomar cuidado? Ai de mim, Antônio de Souza, não sou um homem de política, tampouco tenho inimigos. Ninguém lucraria por me prejudicar.”

“Na Bahia, senho arcebispo, todos são inimigos. E qualquer cargo, especialmente o alto cargo do arcebispado, é proveitoso. Gregório de Matos é muito perigoso também sob esse aspecto. É ambicioso, quer chegar a cargos muito altos, faria tudo para ser bispo, ou arcebispo. Por isso se mantém na Igreja. Crê vossenhoria que ele tenha alguma vocação? Um homem tão... como direi? Lascivo.”

“Lascivo?”, disse João da Madre. “Ambicioso?”

“Para não dizer palavras mais ofensivas. Quando não está conspirando, o homem vive embriagado nas tabernas, sempre fazendo arruaças.”

“Gregório de Matos não é o único problema desse tipo que temos. Se formos expulsar os pescadores ficamos sem representantes em quase todas as paróquias, sem tesoureiros, sem deões, sem missionários. Ah, não sei onde vai parar a nossa Igrejaz. E isso não é apenas aqui, Antônio de Souza. Lá se foram os tempos em que os homens eram padres por verdadeira vocação religiosa. Hoje, e especialmente nesta terra colonial, temos de nos contentar com gente cheia de vícios. Nossa maior preocupação é mantermos os virtuosos afastados dos pecadores. Gregório de Matos é

um excelente defensor de nossos interesses, jamais foi derrotado em nenhuma disputa. E além do mais não usa a roupea de clérigo, não vai nos comprometer com seu comportamento pueril.

“Pueril? No dia em que os jovens e as crianças se comportarem dessa maneira, será o apocalipse. Todos sabem que o poeta trabalha na Sé.”

“Estou de acordo, a roupeta não é tudo”, disse o arcebispo.

“E Gregório de Matos costuma esquecer suas mal-aventuras entre as meretrizes da cidade. Se o senhor prelado expulsar Gregório de Matos da Sé, um homem de fama na metrópole e na colônia, estará iniciando o que tanto deseja sua alteza: a moralização da Igrejaz. O nome João da Madre de Deus repicará como os sinos por estas terras, e além-mar. Afinal, não é o desejo de sua alteza e do próprio papa reedificar a Igreja?”

João da Madre mediu sobre as palavras de Antônio de Souza. “Meu antecessor, dom Gaspar Barata, que Deus o tenha, era bastante favorável ao doutor Gregório”, disse o arcebispo. “E padre Vieira o tem em muita consideração.”

“São todos da mesma caterva, senhor arcebispo. Não sejamos ingênuos. Vieira está do lado de quem?”

“Certamente do lado de Deus, dom Antônio de Souza.”

“Isto aqui, caro prelado, não é um mundo encantado de fábulas. Logo vossenhoria verá onde pisam seus pés.”

“A ousadia é a sua espada”, disse o arcebispo. “A minha é a compaixão.

*

RESUMO DAS PARTES SUBSEQÜENTES (2ªe3ª, p. 230-236)

O palanquim que levava o arcebispo ia aos trancos pelas ladeiras. E os passantes que o reconheciam, tiravam os chapéus e ajoelhavam-se.

Depois de descer uma íngreme ladeira, João da Madre de Deus parou em frente a um armazém. Com dificuldades descobriu que Gregório de Matos estava ali, refugiado.

Gregório de Matos foi atendê-lo, abriu uma fresta da porta. Ao ver o arcebispo arrumou os cabelos com os dedos, colocou a camisa dentro da calça. E, em seguida, fê-lo entrar. Gregório de Matos trouxe dois bancos da cozinha e sentaram-se, na sala. O arcebispo que estava à procura de Gregório aproveitou o momento para dizer-lhe algumas coisas que desagradavam a ele e à igreja, uma delas era o comportamento, do poeta, pois era de seu conhecimento que Gregório estava tendo um comportamento estranho aos homens da igreja, além disso era de seu conhecimento, também, que o poeta estava recusando usar os trajes adequados e, ainda, freqüentava lugares inadequados, envolvendo-se com pessoas de má reputação, além de tudo isso, ainda, mencionou, que Gregório de Matos só comparecia à Sé para buscar o soldo e que pouca importância estava dando a suas obrigações, prova disso as resmas de papéis empilhadas que ficavam sem decisão. Com esses questionamentos, Gregório de Matos disse ao arcebispo que não tinha como justificar seu comportamento senão à própria natureza dele. Disse ao arcebispo que estava sendo perseguido pelo governador, que mal podia andar nas ruas e quando isso acontecia tinha de estar cercado de amigos que manejassem bem a espada e que trouxessem armas à cintura, pois estava correndo risco de vida. Disse ao arcebispo, também, que o Braço de Prata colocou homens inescrupulosos e perigosos para segui-lo e que, além do governador, ainda tinha o novo alcaide para lhe persguir. Comentou que vivia naquele esconderijo, fugindo de cada soldado, tudo isso o impedia de trabalhar normalmente.

Diante dos fatos, João da Madre de Deus o propôs tomar as ordens sacras e assim teria imunidades. Gregório ficou pensativo diante da proposta do arcebispo, pois ter imunidade significava não poder ser tocado por pessoa alguma. Porém a proposta do arcebispo era de que na cela do convento o poeta poderia escrever como o poeta espanhol Gongora y Argote. Gregório retrucou o arcebispo dizendo que não pretendia mudar sua forma de expressar, ele tinha aquele gosto de falar, conforme o

arcebispo já conhecia. Segundo o arcebispo, Gregório poderia falar de quem quisesse, desde que fosse de forma espiritual, enaltecendo-lhes as virtudes ao invés de exhibir-lhes os vícios. Mas Gregório tinha ponto de vista diferente do bispo, tanto que considerava que a poesia devia se inspirar na má conduta. O arcebispo disse a Gregório que aquilo era uma asneira, pois existiam poetas religiosos maravilhosos. Finalmente, depois de muitas argumentações, o arcebispo então reafirma que a proposta feita ao poeta era a única forma de ele manter-se no cargo. Gregório, novamente, o retrucou, perguntando se o cargo ora oferecido estava vinculado ao acordo de não mentir.

Gregório não concordou com as propostas do arcebispo, naquele momento João da Madre de Deus obteve de Gregório a informação de que seria sua última palavra em relação ao que fora prometido.

Depois da conversa que teve com o arcebispo, Gregório foi-se para o quarto e banhou-se.

Logo após, enxugou-se, deitou-se. Ficou pensando no que acabara de ocorrer. Depois, ouviu batidas à porta. Quando abriu-a deparou-se com Anica de Melo, alerta e agitada. Anica falou para o poeta sobre a morte de Donato e a tentativa de fuga de Luiz Bonicho. Naquele instante, Gregório de Matos quis saber se Gonçalo Ravasco havia conseguido partir, Anica de Melo afirmou a Gregório de Matos que sim, pois enquanto se ocupavam do vereador e do italiano, Gonçalo penetrou na almiranta como clandestino. Anica, também, alertou a Gregório de que ele seria o próximo alvo. Gregório ouviu o alerta e ficou indiferente. Anica, percebendo a indiferença do amado, reiterou o comentário, perguntando-o se havia ouvido o que ela dissera. Anica, ainda, comentou que as irmãs de Brito e dona Bernardina estavam presas, não esqueceu de levar ao conhecimento de Gregório que a moça que o encanta, Maria Berco, seria enforcada, por causa do roubo do anel. Disse a ele que os Ravascos estavam ficando encurralados. Anica mostrava-se preocupada com Gregório de Matos naquele lugar, chegou a convidá-lo a ir para Portugal juntos, mas Gregório de Matos alegou que não tinha dinheiro. Anica, então, quis saber se a família de Gregório não poderia ajudá-lo, pois tinham posses. Gregório não tinha coragem de pedir nada à família, pois quando jovem explorou muito sua família, por outro lado também não tinha coragem de fugir daquele lugar. Gregório de Matos chegava a pensar que se tivesse que morrer, que fosse ali.

*

Y. Cap. 3, Subcap. 11, 4ª Part., P.236-237, § 1º-6º, L. 1-23

No palácio, o alcaide Teles levantou um cálice de vinho que lhe fora estendido pelo governador Antônio de Souza.

“Enfim uma vitória nossa, Antônio”, disse o alcaide, sem alegria, triunfo ou outro sinal de regozijo na voz.

“Vitória?”

“O verreador está fugido, se é que não morreu na almiranta, sem mão. Donato Serotino está morto. Gregório de Matos não tem mais imunidades nem emprego. Vieira não tem mais força. Bernardo Ravasco não tem mais liberdade. São os líderes, o grupo está sem líderes. Eles estão perdidos.”

“Perdidos? Onde estão as cartas de Vieira? Onde estão os escritos de Bernardo Ravasco? O que sucederá quando chegar Rocha Pita? Luiz Bonicho pode chegar vivo a Lisboa, sem a mão direita e com muitas acusações e provas contra nós. Gonçalo Ravasco fugiu, com o vereador fidalgo e os capitães de presidio. As mortes que cometeste não têm o menor proveito para nós. Um blasfemador louco, um pequeno escrivão, um mestre de esgrima idiota, uma mulher inocente e reles escravas. Além disso, perdemos um bom capitão de presidio, o pobre Gordo. Não sei onde estava com a cabeça quando te permiti agir por tua conta. Só asnicas. Tomo novamente o comando.”

“Estás enganado, Antônio. *Finis coronat opus*”, disse o alcaide.

1.4- A Devassa

A. Cap. 4, Subcap. 1, 1ª Part., P.243-244, § 1º-10º, L.1-41

Da janela da carruagem Antônio de Souza podai ver as pessoas percorrendo incessantemente a larga praça que dava acesso ao porto. Cargas se amontoavam por todo lado: arrobas de cravo grosso e fino, salsa, bálsamo, caixotes de açúcar, algodão em fio, urucum para tinta, cascos de tartarugas, couros em cabelo.

“Logo vai chegar o Rocha Pita”, disse Antônio de Souza. Ao seu lado o Mata torcia as mãos. “Vai nos dar trabalho, Mata. Vai nos custar mais que os outros. Mas conseguiremos, os Ravasco estão iludidos quanto a este homem. No caso do chanceler”, continuou o governador, como se falasse consigo mesmo, “este não tem poderes maiores que os meus, e vou acusá-lo de concorrer para a morte de Francisco Teles de Menezes. Foi aquele rabi quem o convenceu a aceitar a suspeição do Palma. Se o rabi acha que pode seduzir também o Rocha Pita, chegará tarde. Nós o seduziremos antes; ainda hei de descobrir sua fraqueza, que homem não a tem? Rocha Pita julga-se coberto de poderes. Vão encher seus ouvidos contra mim. Qualquer descuido meu, posso perder tudo que conseguí com muita luta. Temos que tomar nossas precauções. Quando se tratava de um ouvidor nosso tudo era diferente, as avaliações se ajeitavam entre interesses comuns, velhas ligações escolares. O poder que os desembargadores têm sobre o governador é sempre anulado pelo poder de regularizar e disciplinar exercido pelo governador sobre o Tribunal. O regimento me garante o direito de admoestá-los. Mas eu não o faço. Não há tensão entre os dois órgãos do governo. Mas com Rocha Pita tudo se torna diferente. Não creio que seja facilmente sujeito a sentimentos. Precisamos tomar cuidado.”

“Não seria ambicioso? Ou caído por mulheres?”. Disse o Mata.

“Rocha Pita é rabugento, teimoso como uma mula. Vive sem casar, não se vê os parentes, não tem fazenda. Passa só com seus ordenados e limpeza de mãos. Não liga para dinheiro, para bebida, para festas, para o jogo. Já estive diante de um caso parecido. Um inimigo meu parecia imbatível em sua retidão. Mas depois descobri que a fraqueza dele eram as louras. As mais alvas, as mais pálidas que um cadáver. As polacas.

“Compreendo, senhor governador”, disse o Mata.

“Todas aquelas justiças estão suspensas com o alcaide Teles?”

“Sim, senhor governador.”

“Não quero que nada aconteça aqui nos próximos dias.”

“Devemos libertar Bernardo Ravasco, senhor governador?”

“Devemos libertar Bernardo Ravasco, senhor governador?”

“Vamos aguardar. Podemos ter alguma surpresa.”

*

RESUMO DAS PARTES SUBSEQÜENTES (2ª, p. 244-245)

Um bergantim movido a remo por marinheiros de roupas desbotadas e ordinária encostou. Saltaram dois homens vestidos de preto. Um deles, muito alto, forte, com ar terrivelmente arrogante, veio na frente. Era Rocha Pita. O governador observou por um tempo e teve a confirmação de que era mesmo Rocha Pita.

Era um homem pequenino e recurvado, de aspecto frágil. Na mão trazia uma corneta de chifre que encostava ao ouvido sempre que alguém falava com ele.

*

B. Cap. 4, Subcap. 1, 3ª Part., P.245-246, § 1º-9º, L.1-41

Tambores percutidos por soldados soaram na praça. Desajeitado, o desembargador Rocha Pita, filho de letrado, quarenta e seis anos, quinze de serviço real, cinco de Relação, formado em direito civil e professor da Universidade de Coimbra,

tropeçava em seus próprios pés. Trazia na axila um livro que escorregava e que parecia maior do que ele, e estava prestes a cair.

Olhava para todos os lados indiscriminadamente, sem fixar o olhar em parte alguma. Olhava para o alto, para baixo, parecendo completamente distraído. De vez em quando encostava a corneta de chifre aos ouvidos com a abertura numa direção qualquer. Seu comportamento parecia não fazer nenhum sentido. O povo, encorajado pelas maneiras alopradas do homem, ria e fazia piadas.

O mineirinho, envolto na escura e longa túnica com botões dourados, sem parecer se importar com a galhofa, abriu um pergaminho. Os soldados cessaram de bater tambores.

“Foi o chanceler”, o mineirinho leu, “servir ordenar uma devassa na capitania da Bahia que, por ser conveniente ao real serviço, sobre o crime de morte de Francisco de Teles de Menezes se informasse com toda a exaço e particularidades das denúncias que se fizeram.”

As pessoas foram se calando, até ficarem em completo silêncio. A voz do mineirinho era possante, lia palavras que vinham do chanceler e aquilo tudo causava um certo medo, além da curiosidade.

“Dando execução a essa ordem”, o meirinho prosseguiu, “informa o desembargador João da Rocha Pita que, como todo o resguardo e segredo, dará execução inquirindo as pessoas fidedignas e procurando certidões e documentos com os quais devassará as queixas e os fatos.”

O meirinho informou que quem possuísse provas ou indícios seria obrigado a fornecê-los sob penas severas. Que as pessoas não estavam obrigadas a depor, mas no caso de se disporem a fazê-lo deveriam dizer apenas a estrita verdade, sob as mesmas penas.

Rocha Pita parecia não prestar atenção a nada do que acontecia. Olhava, às vezes, para algum dos ouvintes, logo desviando-se para outro. Suspirava, balançava a cabeça, quase falando sozinho. Alguns saíram dali certos de que o desembargador havia ficado louco.

Comentava-se que um ouvidor surdo calhava muito bem como expressão do desejo da Relação em não ouvir as queixas contra o governador, e vinha ridicularizar os Ravasco. Todos sabiam das indeferências que tinha o príncipe pelo jesuíta Vieira. Aquele desembargador era uma resposta. Isso parecia evidente.

*

RESUMO DAS PARTES SUBSEQÜENTES (4^a-5^a, p. 246-249)

Rocha Pita sentou-se na sala, estendeu as mãos sobre a mesa e tomou fôlego. Manuel do Porto considerou que aquela devassa não era uma questão de justiça, mas o mais forte certamente venceria aquela situação, por isso considerava que ninguém poderia vacilar.

O primeiro a depor foi o desembargador Manuel da Costa Palma. Manuel do Porto foi quem anunciou a presença do desembargador. Em seguida houve um comentário sobre Manuel Costa Palma vindo de Rocha Pita, segundo ele apesar de o desembargador ter curso superior como todos os outros desembargadores e magistrados, não era dado às atividades do espírito. Manuel do Porto sorriu e Rocha Pita pediu que fizesse entrar o desembargador. Rocha Pita preparou uma lista de perguntas a serem feitas sobre o crime cometido contra o alcaide-mor Francisco Teles de Menezes. Naquele momento, em face dos vínculos estabelecidos entre o governador e Manuel Palma e as ligações do governador com o Tribunal, tratava-se de não apenas desvendar um crime, mas de saber até que ponto havia interesses políticos dos queixosos e perseguições aos réus. Deu-se início às inquirições.

*

C. Cap. 4, Subcap. 1, 6ª Part., P.249-250, § 1º-16º, L.1-32

O mordomo, de libré carmesim e sapatos limpos, entrou seguido de um criado que trazia uma bandeja de chá e doces de diacidrão.

Antônio de Souza, sentado numa das poltronas, derramou um pouco de infusão quente e perfumada numa das chávenas da bandeja, escolheu um dos doces, dando-os para o laçao, que tomou todo o conteúdo e comeu o doce escolhido. Depois de Antônio de Souza foi servido.

Após tomar o chá, sentou-se à mesa de trabalho. Afastou, com o braço bom, os papéis à sua frente e mandou o Mata sentar-se.

“Então?”, perguntou Antônio de Souza.

“Aparentemente incorruptível. Muito bem informado.”

“Aparentemente?”, disse Antônio de Souza, pensativo.

“Foram as palavras do desembargador Palma. Tenho aqui alguns nomes que foram depor. O provedor da fazenda, comerciantes, senhores de engenho, alguns marranos, mecânicos, até uma prostituta. Está tomando os depoimentos de gente de todas as classes. Quase todos, favoráveis a vossenhoria.”

“Isso poderá mudar tudo.”

“Não sei, senhor. O seu criado, o Braço Forte, como vossenhoria ordenou, está preso”, disse o Mata.

“Muito bem, menos um a emprenhar o Rocha Pita pelos ouvidos.”

“Dizem que grita pelas grades da cadeia que quem o chama de ladrão mandava-o ele obedecia. Que dez aves rapinhas despachavam-no furtar. Que era apenas o corretor das mecancias.”

“Metam-lhe a mordança.”

“Há mais uma nova: padre Vieira mandou seus procuradores ao Tribunal.”

“Achas isso bom ou ruim, Mata?”

O Mata pesou.

“Não sei, senhor. A raposa muda de cabelo, mas não deixa de comer galinhas.”

*

D. Cap. 4, Subcap. 2, 1ª Part., P.251, § 1º-16º, L.1-32

Quando falava com o meirinho, Rocha Pita não usava a corneta. Não que fosse uma farsa sua surdez, mas, nos anos que haviam passado juntos, o desembargador aprendera como que a ouvir os pensamentos de Manuel do Porto, lendo em seus olhos, em seus lábios, em seus sentimentos. Além disso, o meirinho tinha voz possante, adquirida nas leituras públicas.

“O que farias no meu lugar?”, disse Rocha Pita.

“Não sei, senhor. Talvez o que costumam fazer os desembargadores. Encerrar o processo. Soltar os denunciados. Perdoar os acusados do crime.”

“Ao andar pelas ruas ouço gritos vindos de trás das janelas fechadas, de lugares que não se pode ver, contra o governador.”

“Comigo acontece o mesmo”, disse o meirinho. “As pessoas não vão falar.”

“Hum.”

Manuel do Porto aguardou.

“Deixar passar assim sem desvendar? Não. Vou devassar o que tenho a devassar, mesmo que seja preciso derrubar uma muralha aos sopros. Vou falar com o Antônio de Souza”, disse Rocha Pita.

“Falar? Com o Braço de Prata?”

“Marca uma audiência para mim, Manuel. Enquanto isso, tenho um trabalho para ti.”

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (2ª, p. 251-252)

O governador geral sorriu ao ser informado de que Rocha Pita queria visitá-lo no palácio, sabia de antemão que era visita de intencões, já que ele estava de pés e mãos atados na defesa de seus pares, poque já naquela época era costume dos ministros e de demais poderosos defender seus foros e proteger seus pares junto ao governador.

*

E. Cap. 4, Subcap. 2, 3ª Part., P.252-256, § 1º-33º, L.1-156

Chovia, e a roupa de Rocha Pita estava recoberta de pingos grossos que o haviam surpreendido ao subir as escadas do palácio. Sua cabeleira era de má qualidade, sua beca de pano comum. Usava sandálias de couro amarradas nos pés, como se fosse um padre.

Os apetrechos que o governador usava no palácio eram simples, nada preciosos. Não envergava ouro nos botões, na espada, no tinteiro. Apenas alguns objetos de metal polido e menos nobre: bronze, cobre, estanho. Os quadros pendurados nas paredes haviam sido comprados por antecessores e o mobiliário não tinha nenhum requinte. A sala onde despachava o governador não diferia muito das outras do palácio. Tampouco lembrava as salas particulares de negociantes, quase sempre mais suntuosas.

Rocha Pita passou os olhos rapidamente pelo lugar.

“A sua presença aqui me deixa, de certa forma, constrangido, senhor desembargador”, disse Antônio de Souza encarando o homem à sua frente. “Afinal, tudo que eu possa vir a dizer poderá ser usado contra mim, não é mesmo? Não é costume seu me procurar, só nos encontramos nas reuniões da Grande Mesa. Seria um privilégio que me conceda? Ou um censura?”

“Nem privilégio nem censura. Apenas umas considerações que tenho a fazer.”

“Considerações a respeito de quê, senhor desembargador?”

Rocha Pita pensou em responder, mas permaneceu em silêncio, com um leve sorriso. Manteve os olhos no rosto de Antônio de Souza. Por um momento os dois homens imóveis examinaram-se mutuamente. Antônio de Souza sabia que o inimigo mais fraco era o que se deixava mover pelos sentimentos. Percebeu que o desembargador estava tranqüilo, mantinha o cotovelo sobre a mesa e segurava, firme, a corneta contra o ouvido. Nada que lembrasse fraqueza, pensou Antônio de Souza. Por sua vez, o governador possuía uma forte disciplina física e aparente imobilidade mental, adquiridas na vida militar. O aprendizado do domínio de uma montaria, ou das velas ao vento, era também uma boa escola para se aprender a dominar a si mesmo, quiçá aos outros homens.

“Apesar desta situação um tanto, digamos, singular”, prosseguiu Antônio de Souza, “posso afirmar que estou contente em saber que um homem de tal lissura — conforme me foi sempre garantido por muitos dos meus poderosos amigos da colônia e de Lisboa — é o que foi escolhido para denunciar, perante o príncipe regente, a conspiração injusta que fazem os Ravasco, uns criminosos, e para comprovar minha honradez. O povo gosta de falar. Basta que sejamos governantes para termos, de todas as partes, invejas malélicas, comentários maldosos, desconsideração, desrespeito, mordacidade. Atiram contra a governança todas as suas frustrações, geradas pela própria inaptidão e ignorância. Infamam até o próprio príncipe.”

Ao dizer isso, Antônio de Souza voltou-se para o enorme quadro que mostrava a imagem de dom João IV.

“Já encomendei a um pintor nativo”, disse Antônio de Souza, “um jovem de muita habilidade, o quadro de nosso príncipe regente, dom Pedro. O pintor está em Portugal com esta incubência. No entanto, vossenhoria bem sabe que os homens da colônia são lerdos para com suas obrigações, e deixa-me o pintor aguardando a chegada do novo retrato com ansiedade. Farei uma sala especialmente para abrigar os quadros de nossos soberanos mortos, que Deus os tenha.”

Rocha Pita sabia o que ele estava insinuando, verdadeiramente, com aquelas palavras. O rei morto fora favorável a padre Vieira, e o príncipe demonstrava ser adverso ao jesuíta, estendendo-se este descrédito ao grupo liderado pelo velho padre. O retrato de dom Afonso, por precaução, fora retirado da sala. Com sutileza, Antônio de Souza advertia ao sindicante que este poderia cair nas desgraças do príncipe caso fosse benigno para com a facção dos Ravasco.

“Bem, estive eu a falar, e vossenhora nada disse. O que posso fazer por vossa mercê?”

“Descobri que os parentes do morto, em especial o alcaide Teles, instaram com vossa senhoria que mandasse prender os mestres-de-campo Pedro Gomes, ilustrado no sertanismo do Nordeste e no governo do Rio de Janeiro, e Álvaro de Azevedo, o que costumava caçar porcos selvagens. Também soube que foi o alcaide Teles quem pediu vossa senhoria que se prendessem as mulheres dos Brito e dona Bernardina Ravasco. Julgo essa resolução mais parecida a uma vingança do lque castigo, e à qual se segue, infalivelmente, alteração e movimento na infantaria e na nobreza da terra. Foi o que ocorreu, e creio que nem a mim nem a vossenhoria este movimento interessa. Estou empenhado em desvendar o crime de morte do alcaide, mas não há razão para que, por arbítrio de vossenhoria e dos desembargadores Góis e Palma, se prendam, a título de matadores do alcaide, todos os seus inimigos. O governador e o desembargador devem confiar-me o procedimento contra os culpados nas formas de direito. Prender acusados antes da culpa formada não é preciso. Se há matadores certos, e denunciante muitos, não se prendem mulheres fidalgas sem prova alguma mais que nomeá-las á parte, a fim de as levar à cadeia pública e despicar-se, nesta forma, de seus maridos, pais e irmãos.”

“Logo que soube de tal prisão”, disse o governador, lívido, “mandei que as libertassem. Com que, então, vossenhoria deseja os requerimentos e o processo? A casa está aberta, aqui tudo são favas contadas. Vossa Senhoria terá à disposição o que quiser. Designarei um funcionário para entregar-lhe os papéis que deseja. E peço a vossenhoria que se informe sobre minha retidão. Vossenhora verá, com seus próprios olhos, que nada me tem trazido fruto aqui nesta colônia, só tenho recebido impedimentos e estorvos. Nada tenho ganho; pelo oposto, tenho perdido meus verdadeiros cabedais”, disse Antônio de Souza.

Rocha Pita olhou, então, para o braço metálico do homem à sua frente, o que evitara fazer durante todo aquele tempo.

“Sinto muito pela morte do alcaide, senhor governador.”

“Espero que devasse até o fim este crime, senhor desembargador.”

Antônio de Souza considerou uma vitória a mais tê-lo feito lamentar um fato em que fora vítima. Mandou chamar o Mata, que entrou respeitoso.

“Acompanha o senhor desembargador aonde ele desejar e, sem nenhum embargo, entrega-lhe o que ele pedir.”

Antônio de Souza levantou-se. Sua grande estatura o tornava mais atemorizante.

Rocha Pita saiu, pequeno e curvado, levado gentilmente pelo Mata.

De madrugada, quando ouviu o ruído de um cavalo chegando apressado, Rocha Pita desceu os degraus da cama, sem fazer barulho, e espiou pela janela.

Manuel do Porto estava defronte à porta, com resmas de papéis nos braços. O desembargador desceu penosamente as escadas do sobrado, com uma vela na mão.

“Muito bem, muito bem. Vejo que trabalhaste até tarde. O que trouxeste?”, disse Rocha Pita.

“Vossenhor tinha razão. Descobri o que vossé estava suspeitando. Tive muito boa acolhida na Secretaria. Levaram-me a um arquivo secreto de um tabelião, que me pediu segredo quanto a seu nome, pois os papéis deviam ter sido destruídos por ordem do governador. Me houveram facilidades para verificar o que quis. Eis os documentos, com todos os seus efes e erres.”

Rocha Pita e Manuel do Porto subiram até a sala. O velho desembargador usava uma longa touca branca. Sentou-se e começou a examinar os papéis.

“Hmm. Hmm”, resmungava.

Manuel do Porto esperou, com um brilho nos olhos.

“Muito bem. Relação das propriedades de alguns membros da família do governador e do alcaide adquiridos durante seu mandato através de Luiz Bonicho, a maior parte vendida a terceiros. Vejamos: na ladeira que desce do Carmo, duas moradas térreas: na cruz do azulejo, uma morada térrea; defronte ao aljube, uma morada de sobrado: nas vizinhanças de Nazaré e do forte Barbalho, um pedaço de terra e uma morada de casa: na rua do Paço, uma casa: na rua da Poyeira, uma terra: um açougue no canto do Peixe, outro defronte à botica da Misericórdia e uma peixaria detrás da cadeia: uma casa na rua do Ximenes, outra na Montanha, defronte da fonte dos Padres e uma taberna no Taboão. Uma fazenda de canas na comarca de Santo Amaro: cem braças de terra na Jequitaiá: uma fazenda com cento e sessenta braças e meia de largo no Rio Paraguaçu e oitocentas de comprimento para o sertão e uma terra na barra do rio Curumatai. Um sítio de mineração em Itapicuru, e uma fonte. Duas casa em Ilhéus, uma sorte de terras no rio Missão, até os mangues, uma fazenda no sertão do Tucano, roças de Lima ventura e da Matança, o engenho da Pitinga, com fábricas, casas e escravos, gados e terras. Em Porto Seguro, duas léguas de terra na ponta da Tapera. Duas caravelas, uma pinaça holandesa, uma escuna pequena e canoas diversas. Cavalos, estábulos em Itapicuru e em Piquaraçá. Quase tudo arrematado em leilões e vendido a preços muito mais altos. Remessas de dinheiro para Portugal. Escravos comprados no porto de Ajudá”, disse Rocha Pita.

“O que vossenhor encontrou no palácio?”, perguntou o meirinho.

“Eu? Ah, nada, nada. Apenas... apenas uma irrelevante falha”, disse

Rocha Pita.

“E qual foi, senhor?”

“Excesso de facilidade.”

*

F. Cap. 4, Subcap. 3, 1ª Part., P.257-259, § 1º-13º, L.1-88

Gregório de Matos foi à Relação. Mostrando seu anel de canonista e distribuindo alguns vinténs teve acesso à sala dos autos. Retirou, de uma pilha de processos, o de Maria Berco.

Apenas quatro páginas, sem defesa, frio e objetivo. Examinou-o minuciosamente. Verificou, depois, o livro de perdões e fianças. Fez algumas anotações num papel e guardou-o no bolso. Era necessário o número de três votos nos casos que envolvessem pena capital.

Os processos costumavam demorar de dois a quatro anos. Em poucos dias tinham concluído o auto de Maria Berco. A deliberação fora feita pelo método de tenção. Cada juiz, tendo lido os documentos relevantes, dera seu parecer por escrito, em latim, que passara, juntamente com os documentos, para o próximo membro do Tribunal. A sentença não estava assinada, não fora dada entrada à dissensão por escrito. Pelo estilo muito rebuscado de uma delas, Gregório de Matos reconheceu o autor: Gois. Pelos erros de gramática, reconheceu o autor da outra dissensão: Palma. Por que tanto rigor? Profissão da ré: meretriz. Falso. Acusação: roubo e facilitação de crime de morte. Falso.

Era muito difícil mover-se no campo das leis, no Brasil. As normas chegavam através de cartas de lei, cartas-patentes, alvarás e provisões reais, regimentos, estatutos, pragmáticas, forais, concordatas, privilégios, decretos, resoluções de consulta, portarias e avisos, que formavam um desordenado conjunto de regras, cada uma com sua duração específica.

A autoridade doutrinal originava-se nos praxistas portugueses, que sofriam grande influência de Cujácio, o jurista de Tolouse, que reinterpreta de maneira humanista o direito romano, e autor de obras famosas como *Animadversiones et Observationes, Recitationes e o Tractatus ad Africanum*. As *Ordenações filipinas*, sobre o direito penal, eram de um rigor que tornava, em certos casos, sua execução impossível.

Rixas e crimes ocorriam todos os dias na Bahia. Gregório de Matos leu o rol de causas que haviam tido audiência àquele ano. Eram aproximadamente duzentos assassinatos ou ataques criminosos, como morte e punhaladas, a estocadas, a espingarda; cerca de trezenos banimentos, a maior parte sobre negros e mulatos, pois muitos escravos praticavam atos criminosos por ordem de seus senhores, ficando com a culpa; por volta de mil perdões e fianças: mil e seiscentos delitos leves; mil e setecentas disputas cíveis, testamentos ou negócios do tesouro; mil e setecentas e tantas ações criminais no total. Para uma população de cerca de cem mil pessoas, aquilo era bastante.

Os problemas levados ao Tribunal eram o retrato da cidade. O poder ficava restrito a um pequeno grupo, quase sempre impune; a população desobediente quanto às normas de convivência estava sujeita a castigos que iam desde a multa em dinheiro, exílio, galés, até marcação com ferro quente, espancamento, enforcamento e decapitação.

O Pelourinho, em frente ao colégio dos jesuítas — que lutavam para conseguir a transferência para outro local alegando que os gritos dos supliciados e o rumor da chusma que assistia atrapalhavam as atividades do colégio — estava sempre recebendo prisioneiros condenados. Os enforcamentos e decapitações eram feitos num travessão de madeira situado à frente da Misericórdia.

Todas as outras capitânias estavam subordinadas à Relação da Bahia. A Coroa rejeitava qualquer proposta no sentido de se criarem tribunais separados em outras regiões, alegando insuficiência de recursos financeiros para o sustento dos juízes. Acreditavam, em Portugal, que o Brasil não deveria possuir grande número de letrados, pois a colônia “necessitava de soldados e não de advogados”. Havia poucos advogados na cidade. Sem o certificado de exame no Desembargo do Paço ou oito anos de estudos em Coimbra não se podia advogar na Bahia. A maior parte dos advogados, porém, impossibilitada de ir à universidade por não ser de família de muitos recursos, era de sujeitos não formados nem examinados, que burlavam as regras. Eram numerosos os falsos foros, “anéis de cobre com pedra de cantaria”. Havia entretanto, grandes juristas na colônia, com importantes clientes. As *Ordenações* regulamentavam os honorários, mas os advogados famosos cobravam o que queriam.

O Tribunal tinha permissão para somente oito juízes. Os processos tramitavam com lentidão. Os magistrados reclamavam do excesso de trabalho: investigações especiais ordenadas com prioridade pela Coroa, deveres extras de cunho administrativo, além do vasto rol de causas. Muitos crimes ficavam sem punição porque o quórum obrigatório de seis juízes não podia ser reunido.

Havia uma rigorosa programação quanto aos procedimentos na sala do Tribunal: primeiro eram julgadas as causas cíveis; depois as criminais; por último os assuntos de interesse da Coroa. As causas cíveis eram tão volumosas que jamais sobrava tempo para as demais. Em consequência, os que respondiam processos criminais degeneravam-se nas cadeias, morrendo grande parte por doenças, fome. Os carcereiros mantinham um próspero mercado de extorsão às famílias dos acusados e poucos prisioneiros podiam receber ajuda da Irmandade da Misericórdia, que procurava ampará-los.

Alguma coisa podia ser feita por Maria Berco. Mas qualquer esforço teria que ser sobre-humano.

“O que nos há de suceder nestas montanhas, com ministros de leis tão previstos em trampas e maranhas?, murmurou Gregório de Matos.

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (2ª, p. 259)

Rocha Pita ficou horas dentro de seu gabinete folheando os depoimentos, anotando pontos de interesse. Relera várias vezes o processo de morte do alcaide-mor, observando falhas: incoerências, mentiras evidentes, obscuridades e ambigüidades que permitiam interpretações diversas: freqüentes contradições, sonegação de indícios, provas duvidosas.

*

G. Cap. 4, Subcap. 3, 3ª Part., P.259-263, § 1º-46º, L.1-144

Na casa de Rocha Pita, Gregório de Matos olhava os volumes da edição belamente encadernada do mosteiro de São Vicente de Fora – a úncia casa que tinha o privilégio de imprimir as *Ordenações* — que estavam numa estante. Além destes cinco tomos havia muitos outros, que atraíam à casa de Rocha Pita desembargadores e juizes: *Forma de libelos e alegações* de Gregório Martins Caminha, *Tractus de Sacramentis e Decisiones Supremi Senatus Regni Lusitaniae* de Antônio da Gama, *Praxis Partitionun* de Álvaro Velasco, um livro do notável Jorge de Cabedo. Todos do século anterior. Havia ainda obras de contemporâneos, como Gabriel Pereira de Castro, Manuel Mendes de Castro, Miguel Reinoso, Belchior Febos, Manuel Telmudo da Fonseca, Antônio Mendes Arouca, Domingos Antunes Portugal, Manuel Alves Pegas. Rocha Pita ainda tinha muito o que ler até que morresse, pensou Gregório de Matos.

O desembargador levantou os olhos dos papéis sobre a mesa e fitou demoradamente o advogado que estava em pé, à sua frente.

“Mattos e Guerra, Gregório de Matos e Guerra... seu pai tinha o mesmo nome. Está em dificuldades, não é mesmo?”

“Senhor”, disse Gregório de Matos, “não vim aqui interceder por mim. Jamais faria isso pois conheço sua isenção e senso de justiça. Tampouco vim pedir por padre Vieira, que tem seus procuradores, entre os quais não me incluo.”

“De acordo com sua boa educação, ou estimação, vossa mercê deveria honrar seus haveres e sua fam. É lástima que vossenhora seja tão refinado na sátira e abandone os termos da judicatura. Tive ocasião de ler, em Lisboa, uma causa cível sobre a possessão de morgados, da qual cuidava um advogado amigo meu; um processo tão volumoso que tinha de ser conduzido por vários mariolas. Nenhuma esperança tinha o pleiteante de vencer o pleito e resolveu mandá-lo a vossé como paliativo, por conhecer sua viveza e perspicácia. O labirinto foi conduzido à casa de vossenhora e dias depois, vendo vossé à janela admirando a paisagem, o pleiteante rompeu aflito em queixas de não haver o senhor cuidado dos autos. E não houvera precisão, não é mesmo?”

“Sim”, disse Gregório de Matos. “Eu encontrara embargo de nulidade AP processo sem ao menos lê-lo. Naquele ano corria um decreto de Filipe IV que invalidava os processos começados em papel que não tivesse o selo das armas de Castela. Aquele labirinto não o tinha, seguindo-se que estava nulo.”

“Muito bem, muito bem. Essa destreza correu Lisboa. Vossenhora era águia de melhor vista. Agora, responda-me: por que rejeitou devassar os crimes de Salvador Correia Benevides, em troca de um lugar na Suplicação? Por temer as investidas do réu? Ou por não fiar-se em promessas, ainda que reais?”

“Nem um nem outro motivo”, disse Gregório de Matos.

“Quais foram, então, os motivos?”

“É uma longa história que depois relatarei a vossenhora.”

Rocha Pita acedeu, gentil. “Já nos vimos no Tribunal, não?”

“Sim, costumava ir lá como representante da Relação Eclesiástica, onde trabalhei.”

Disto isto, Gregório de Matos calou-se.

“Continue!”, disse o desembargador. “O que pretende de mim?”

“Vim aqui para falar a vossenhoria sobre uma dama que está condenada à forca. Dona Maria Berco.”

“Sim, já fiquei sabendo do caso. Qual é seu interesse?”

“Não tenho nenhum interesse pessoal, senhor. Apenas sei que se cometerá uma injustiça, enforcando-^a”

“É apenas uma opinião pessoal. Os juizes não consideraram assim. Postule!”

“Sei disso, senhor”, disse Gregório de Matos. “Sei, também, que a Relação é capaz de, por interesses poderosos, aplicar a uma pessoa penas que muito excedam a seriedade de seu delito.”

“Crime.”

“Crime. O poder das autoridades legais muitas vezes ultrapassa a força da lei. Os erros judiciais não são redimidos. Todos os degraus da burocracia judicial, juizes, letrados, escrivães e tabeliães, parecem ter sido cortados do mesmo tecido.”

“Não preciso ouvir nada disso”, a voz de Rocha Pita tornou-se áspera. “Além do mais, conheço bem sua sátira, especialmente a que trata da natureza do estado judiciário do Brasil. Não obstante vossé pinte tudo com cores mais fortes, empresto alguma credibilidade a suas críticas. No entanto, não considero que toda a justiça seja ‘injusta, vendida e abastardada’, como afirma. Não se pode imputar a todos os membros os valores que alguns têm.”

“Justiça igual para todos é um princípio inquestionável. Estive na Relação examinando o processo dessa senhora e verifiquei que neste caso não há possibilidade de fiança. Por que não? Em casos similares, senhoras que cometeram atos delituosos semelhantes foram soltas sob fiança, recebendo cartas de seguro, permissão para ficar em liberdade, ou mesmo obtiveram o perdão. Bastou que tivessem o esposo, ou pai, ou irmão, que intercedesse em seu favor. Mas no caso de Maria Berco nenhuma alternativa foi deixada. Ela não cometeu nenhum crime. Apenas foi ingênua ao aceitar dar um fim à mão decepada ao alcaide. Quem pode garantir que ela sabia de quem era aquela mão?”

“Qualquer mão decepada sugere um crime. E ela roubou o anel. Não pensou nas conseqüências de seus atos.”

“Não soube ela pensar. Nem poderia saber.”

“Participou do crime. Favoreceu-o. Isso também é crime. Não se trata de um castigo enigmático e uma culpa a decifrar. Tudo está muito claro.”

“Mas Antônio de Brito não está condenado. Teria sido o delito dela maior?”

“Antônio de Brito será julgado.”

“E perdoado.”

“Como pode ter certeza? Especule!”

“O delito dela não é grave. Sua participação teve um caráter de subordinação.”

“Esclareça!”

“Eu poderia alegar que ela encontrou entre dejetos da rua a sinistra mão decepada, o que se poderia referir em última instância. Mas serei honesto com vossenhoria. Dona Maria Berco era dama de companhia da filha de Bernardo Ravasco, e este lhe ordenou a ocultação. Tomou ele em sua responsabilidade o destino da mão do alcaide para evitar gestos desumanos por parte de matadores. O secretário, aliás, inocente da morte, está a definhando na enxovia. Assim como talvez esteja morto o vereador Luiz Bonicho. O mestre de esgrima Donato Serotino jaz sob a terra. Também o escrivão Manuel Dias. Crimes cometidos pelo mesmo homem. Um homem do governador, o impiedoso alcaide Teles, que jurou vingar-se da morte de seu irmão a qualquer preço. Este homem, que procede com dolo, está sendo usado pelo governador para que todos os opositores do governo sejam punidos, ou destruídos. O Braço de Prata participou desses crimes? Favoreceu? E está solto e dá ordens e preside a Relação e governa a capitania e toda a colônia. Acaba com os que se lhe opõem, legal ou ilegalmente, estando ou não em conluio com os desembargadores e juizes, com a mesma facilidade com que um cão levanta a pata.”

“Apesar de perceber que vossenhora conhece Sêneca, o que o torna, para mim, merecedor de maior admiração, afirmo que não creio que se possa fazer algo por essa senhora.”

“Nem tentar?”

“A Justiça tem seus caminhos que enveredam por contradições e imprudências. Por que acreditaria em vossé? Diga!”

“Porque estou falando a verdade.”

Rocha Pita fixou o poeta com olhos apertados, julgando-o. Era um homem acostumado a distinguir os salafrários e mentirosos dos honestos e sinceros.

“Nas doenças, nada há mais danoso que um remédio intempestivo”, disse Gregório de Matos.

“Não é uma doença. É um auto. Prossiga!”

“Um ato que lembra o julgamento de Cláudio no tribunal de Eaco. Pior”, disse Gregório de Matos. “Os governadores também são homens sujeitos ao amor e ao ódio. Não é sobre Maria Berco que este ódio deve desmoronar.”

“Compreendi.” Fez uma longa pausa, caminhando pela sala. “O esposo de tal senhora pode interceder por ela e pagar a fiança?”, perguntou, voltando-se para Gregório de Matos.

“Tentarei, senhor desembargador. Preciso de alguns dias para obter o valor da fiança e a concordância do esposo.”

“Dois dias”, disse o desembargador.

“Agradeço muito. Sempre me disseram que vossé come apenas nabos fervidos.”

“Não gosto de elogios. Sou apenas normal e não estou no céu.”

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (4^a, p. 263-265)

Gregório de Matos foi até a casa de João Berco para falar sobre Maria Berco. Ao chegar, percebeu que o marido de Maria Berco não fazia questão de recebê-lo, pois havia percebido que depois de ter dito para João Berco para quê estava ali, o homem continuou com a porta encostada, diante dessa atitude, Gregório de Matos disse a João que estava ali como amigo, ouvindo isso João Berco abriu a porta e convidou Gregório de Matos a entrar. Gregório de Matos sentou-se numa banqueta diante do homem e perguntou-lhe se era ele o marido de Maria Berco, João Berco confirmou, pois comprara-a do pai, em virtude de viver órfã na Misericórdia. Logo, Gregório de Matos disse a João Berco que seria possível livrar Maria Berco da forca. Era preciso que João assinasse a fiança. Nesse momento João Berco quis saber o valor, Gregório lhe explicou que a fiança mais as despesas todas somavam por volta de cem mil réis. Ouvindo o valor, João Berco se irritou, dizendo que com tal valor compraria outra mulher novinha em folha. Depois das argumentações de Gregório de Matos, João Berco hesitou, e em seguida perguntou a Gregório de Matos se não era arriscado para ele se envolver com os problemas nos quais Maria Berco havia se metido. Gregório de Matos o tranqüilizou, dizendo que lutar pelas esposas no tribunal era uma prática comum dos homens, visto que elas fazem parte também do patrimônio dos maridos. João Berco pensou por alguns instantes e continuou fazendo suas conjecturas em relação ao que ia gastar para livrar Maria Berco da forca, tanto que quis saber de Gregório de Matos se Maria Berco voltaria para ele depois do pagamento da fiança. Gregório considerou possível por ser Maria Berco uma mulher honesta. Diante das considerações de Gregório, João Berco resolveu ajudar Maria Berco. Mas antes que Gregório se retirasse da sala, João perguntou-lhe quais eram os interesses de Gregório de Matos no caso de Maria Berco. Gregório de Matos respondeu-lhe que se tratava apenas de considerar que Maria era inocente naquele episódio, isso era o bastante para que defendesse Maria Berco.

*

H. Cap. 4, Subcap.3, 5ª Part., P.265-268, § 1º-38º, L.1-107

As cadeirs estavam ocupadas por títulos, oficiais da casa, desembargadores e bacharéis, alguns padres. Em pé, no fundo da sala, reuniam-se os populares, alguns pobres, tentativamente bem-vestidos. Os mais miseráveis ficavam do lado de fora.

João Berco meteu-se entre a chusma e foi abrindo caminho com a bengala, guiado por uma escrava. Passou entre uma fileira de moços da Câmara e soldados da guarda.

No fundo da sala, sobre uma alcatifa, estava a cadeira vazia do governador. Aguardavam sua chegada há algum tempo, notava-se pelo fastio das pessoas, que bocejavam, murmuravam, anotavam ou examinavam papéis que traziam nas mãos ou sobre as pernas. Todos procuravam falar baixo.

Por um corredor atapetado entraria Antônio de Souza. Na poltrona ao lado do lugar de honra do governador estava o arcebispo, de mãos juntas, acariciando o anel, olhando para o chão com seu único olho. Usava sobre a cabeça o pequeno solidéu carmesim de seda, de onde escorriam seus ralos cabelos brancos. Estava com uma expressão sombria.

Antônio de Souza entrou bruscamente no salão. Alguns levantaram-se imediatamente: outros, sem ação, permaneceram como estavam. O governador iniciou a audiência com um ar de enfado.

O arcebispo foi o primeiro a falar. Era um assunto ligado à definição eclesiástica de usura, que estabelecia o valor dos juros em seis e um quarto por cento, o mais alto que podia ser cobrado. Depois falaram sobre o capelão que dizia a missa antes de cada sessão da Corte no Tribunal da Relação, sobre o que deveria pregar nos sermões. Gastaram um longo tempo nessas discussões.

A audiência seguiu adiante.

Um desembargador foi o próximo, e gastou seu tempo tecendo considerações líricas a respeito de suas próprias virtudes, que "servia seu lugar com autoridade e justiça, que lhe podia ter inveja o mais ciente vereador."

O seguinte foi um jesuíta pregando a criação de um curso de direito na colônia.

Depois falaram mais alguns juristas, padres, fidalgos, e depois os remediados. Os mais pobres, tímidos, esperavam sua vez.

Em alguns momentos, enquanto falavam na audiência pública os que tinham vindo, Antônio de Souza entregava-se a longos devaneios, especialmente quando eram referidos assuntos que não o interessavam diretamente; às vezes batia impaciente com o pé no chão, dispensando, assim, quem falava. Prometia a todos verificar as questões apresentadas e dar uma breve solução. Nada ali saía resolvido.

A sala, com as janelas fechadas, cheirava a suor de gente.

Depois que alguns pobres falaram, quase sempre reclamando dos preços, pedindo mercês pessoas ou acusando injustiças cometidas contra si, Antônio de Souza encerrou a audiência fazendo um sinal para o Mata.

João Berco caminhou pelo tapete do corredor em direção ao governador, sempre levado pelo braço por sua escrava menina. Parou diante de uma pequena bancada de madeira com dois degraus. Alguns soldados vieram em sua direção para impedi-lo de prosseguir.

"Senhor governador", ele gritou com sua voz de tumba. "Vossa senhoria não pode deixar de ouvir o velho João Berco. Nem pernas tenho mais e estou completamente cego."

Ouvindo o nome do homem, Antônio de Souza parou. Olhou-o, investigativo. Fez sinal para que os guardas o deixassem.

João Berco ficou ao lado da tribuna. "Nem posso subir estes degraus", disse.

"Pode falar daí mesmo, senhor. Estou ouvindo-o." Antônio de Souza sentou-se novamente.

“Vim aqui, senhor governador, não para rogar a vossenhoria uma mercê, mas para pedir justiça. Justiça, senhor, para minha mulher, dona Maria Berco. Está condenada à forca, mas nada fez para merecer sorte tão cruel. Está acusada de ter ajudado a matarem o alcaide, que Deus o tenha, mas posso provar que é inocente. Não saiu de casa no dia do crime. Eu a emprestava ao secretário para fazer companhia à filha, uma dama fidalga. É muito trabalhadora, quando foi presa estava com a vassoura e o balde na mão.”

Antônio de Souza ouvia, com ar incrédulo mas paciente. “Ela é mesmo uma boa coveira, não?”, disse o governador.

“Boa coveira? Não sabe pegar numa pá sem quebrar o dedo.”
Ouviram-se algumas risadas contidas.

“Sem ela não posso viver, senhor governador, já que sou cego e pobre. Vossenhoria está condenado a nós dois.”

Um assessor veio falar ao ouvido do governador. Antônio de Souza deu um sorriso discretíssimo.

“O senhor não possui escravos?”

“Tenho apenas uma escrava, mas não vale nada. É uma moleca tola e tísica. Só leva meu dinheiro, come como frade e dorme o dia inteiro.”

“E à noite, o que faz?”, gritou uma voz do meio do povo. Estourou uma gargalhada geral. João Berco, furioso, bramiu a bengala no ar. “Ora, à noite dorme também. Mas isso não importa. Dona Maria Berco é inocente. Rogo, senhor governador, que vossenhoria conceda o perdão.”

“Perdoar um inocente é molhar a água da fonte com a água da chuva”, disse Antônio de Souza.

Soaram mais expressões de escárnio entre os assistentes.

“Corno!”, alguém gritou.

Novamente casquinadas.

“Um de nossos desembargadores intercedeu por essa condenada”, disse o governador. “Pedi que fosse solta sob fiança. O senhor pagaria e assinaria a fiança?”

João Berco titubeou, depois disse que sim,. “Suplico a vossa mercê, “ ele dissen, jogando-se de joelhos no chão e esbofeteando o próprio rosto. “Sou um pobre velho.”

“O senhor tem parentes?”, perguntou Antônio de Souza.

“N... não, senhor”, ele disse, sem compreender o significado da pergunta. Sabia que nenhuma palavra ali estava sendo dita sem um interesse por detrás.

“Está bem, senhor”, disse o governador, “está bem. Mandarei que examinem novamente os autos dessa senhora.”

Antônio de Souza levantou-se e saiu. À sua passagem, muitos se ajoelhavam ou tentavam beijar-lhe a mão.

João Berco foi levado por soldados até a porta de saída do palácio. Ajudaram-no a descer as escadas e ele foi-se embora, apoiado em sua bengala e em sua escrava, com um semblante aliviado.

*

I. Cap. 4, Subcap. 4, 1ª Part., P.269-271, § 1º-30º, L.1-78

Nihil est intellectu, quod prius non fuerit in sensu, nisi intellectus ipse, o padre Viera mesmo não dissera que nada havia no entendimento que não tivesse sido sentido, a não ser o próprio entendimento?, pensou Gregório de Matos. Achou que estava ficando louco, pensar, numa hora dessas, em Aristóteles e Leibniz. Tudo vai mal no mundo dos possíveis.

Berardina Ravasco estava presa ao leito, doente, cercada de criadas, bacias e panos úmidos. O cirurgião-barbeiro, ao lado da cama, aplicava-lhe picaduras. Pequenas gotas de sangue escorriam na pele alva da doente.

“Ai”, gritou Bernardina Ravasco, “peço que suspendais esa mezinha!”

O cirurgião tomou-lhe o pé e o meteu na bacia de água fria. Pediu sal para o caso de a doente desmaiar.

Gregório de Matos aguardava na sala, aflito. Depois de algum tempo o cirurgião-barbeiro atravessou o aposento, cumprimentou o poeta e saiu pela porta da rua. Em seguida, Gregório de Matos foi levado ao quarto da senhora.

Entrou constrangido, pé ante pé, levando um pequeno ramo de flors que tirara da jarra sobre a mesa da sala. Bernardina Ravasoc, deitada, estava mais pálida e frágil que nunca, os olhos arroxeados em torno, as mãos lívidas sobre o peito.

"Perdoai-me, senhora, procurar-vos neste momento. Peço aceiteis esse ramilhete."

"Ah, enfim um alento no meu padecer. Estou enferma dos dias que passei na enxovia, um lugar digno de acolher apenas régulos e fascinorosos. O Braço de Prata, de hipocrisia, nos mandava manjares de seu próprio banquete, cândis para alumiar e lençóis limpos para os catres; mas nada nos trazia alívio. Nem mesmo tive o consolo de rever meu pai. Ah, não é fácil viver entre os insanos. Mas desejo esquecer, disso nunca mais falar. O que vos traz? Boas novas?"

"Antes fosse, senhora. Preciso de vossa ajuda."

Gregório de Matos relatou sobre o processo de Maria Berco. "Portanto, preciso de dinheiro para a fiança, senhora. Já estive com todos os agiotas, mas não me concederam crédito. Meus parentes de cabedal não pude encontrar."

"Quanto?"

"Seiscentos mil réis. E para amanhã."

Bernardina Ravasco retirou os pés da almofada e levantou-se do catre, penosamente. Sobre a cama se espalhavam bandejas e xícaras, patros com farelos, taças; na mesa havia mais louças, com restos de vidualhas.

"Valha –me deus!", disse Bernardina Ravasco. "Seiscentos mil!"

"Só assim poderemos dar livramento à senhora.

"Será que se pode cobrar tanto num fiança?"

"Não tenho dúvidas, senhora."

"Sofro só em pensar que Maria esteja com as mãos em algemas, o pescoço em grilhões de ferro, entre aquela gente belicosa. Não tenho tanto dinheiro, com meu pai na enxovia e os cabedais trancados no cofre. O único remédio que me vem à cabeça é Samuel da Fonseca."

"Pedir dinheiro a um judeu? Só a doze por cento."

"Não dom Samuel. É como se fosse cristão."

"Onde está ele?"

"Quem sabe em Matoim, onde fazem a leitura da Torah. Não creio que ele tenha em seu cofre esta quantia, mas ele possuem um fundo de assistência para resgatar judeus aos piratas que infestam os mares."

"De onde vem esse dinheiro?"

"Impostos que todos os judeus pagam sobre mercancia; sobre ouro, prata, pedras preciosas, âmbar, enviados para fora; taxa sobre açúcar embarcado, sobre lucros de provisões, sobre negros, sobre venda de casas, sobre naus corsárias apresadas. São muito unidos."

"Sei bem disso, dona Bernardina, muito tentei testemunho de judeus em autos criminais ou disputas."

"Eles não testemunharam contra seus semelhantes."

"Essa sinagoga clandestina... Eles não temem a fogueira?"

"Sim, temem. Mas desde Isaac de Castro, em 1646, ou 1647, como disse meu pai, que não se leva ao santo braseiro um judeu brasileiro. Conforme dizem os "piedosos" juizes inquisidores, 'piedosamente queimado para salvação de sua alma'. A sinagoga em Matoim fica num edifício de pedra e cal escondido no bosque. Eu vos levarei lá."

"Acho melhor não sairdes daqui, senhora. Sei bem que estais doente."

"Ide então com Gaspar da Fonseca. Ele vos guiará e abrirá as portas."

RESUMO DAS PARTES SUBSEQÜENTES (2ª-3ª p. 271-275)

Gregório de Matos e Gaspar da Fonseca iam numa sege. Gregório de Matos disse a Gaspar da Fonseca que ele (Gregório) não era uma boa companhia para ninguém, podia-se ver pelo próprio estado em que se encontrava, já que não cortava mais cabelo, desde que passou a se esconder dos inimigos, os pés estavam cheios de rachaduras, o rosto cinzento e os cabelos ficando grisalhos do dia para a noite. Mesmo com toda a amargura que vivia em meio àquela vida de refugiado, Gregório não deixava de falar das mulheres, segundo ele não andar arrumado era uma escolha pessoal, pois dizia que as mulheres é quem querem que os homens sejam arrumadinhos, já que elas gostam de tudo sempre bem arrumado. Em seguida perguntou a Gaspar por Teresa e daí para frente passaram a falar sobre Teresa, Maria João e a freirinha. Gaspar divertia-se com os comentários de Gregório sobre as mulheres com que tivera relações e com as que pretendia ter, pois dizia que todas as mulheres com quem relacionou faziam parte dele mais do que seu próprio sangue.

Depois dos comentários sobre as mulheres, Gregório perguntou a Gaspar sobre o poeta Tomás Pinto Brandão.

Em seguida, contou para Gaspar o sonho que havia sonhado. Mais a frente, enquanto caminhavam pela estrada, Gaspar percebeu que estavam sendo seguidos, mais adiante Gregório voltou-se e viu, no final da estrada, dois homens montados.

Gaspar alertou Gregório para que andassem ligeiro, pois os homens na certa queriam pegá-los. Em seguida ouviram um estampido que cortou o ar. Gaspar saltou da sege, arrastou Gregório de Matos e se esconderam entre os arbustos. Ouviram ainda mais tiros. Gaspar tirou uma garrucha e um saquinho de munição da cintura, carregou a arma e atirou. Os homens apearam e se esconderam do lado da estrada, um pouco adiante de onde estavam Gaspar e Gregório. E os tiros prosseguiram. Diante daquela situação, Gregório logo sentiu a necessidade de encontrar outra saída para que pudessem escapar dali, olhou para trás e viu um rio, em seguida perguntou a Gaspar se sabia nadar, Gaspar confirmou, diante disso Gregório apontou para o rio, Gaspar também quis saber se o poeta sabia nadar, mas o poeta não sabia. No entanto com os tiros que lhe atingiam de raspão a todo instante, Gregório não titubeou, disse a Gaspar que aprendia naquele instante. Tiraram os sapatos e os casacos e correram até a margem do rio, lá se jogaram nas águas geladas e de correntezas.

Extenuado e com o estômago cheio de água, Gregório ficou deitado à margem. Mesmo naquele momento difícil, não deixou de pensar em Maria Berco e em Anica de Melo. Ouviu o rumor da corrente, abriu os olhos, perguntava-se o que fazia ali, à beira daquele rio. Lembrou-se dos soldados. Questionou-se por que não morrera afogado naquela circunstância, por que Deus o protegera, quantos anos tinha, o que fizera na vida, quem era ele, Gregório lhe fez todas essas perguntas.

*

J. Cap. 4, Subcap. 4, 4ª Part., P.275-276, § 1º-13º, L.1-23

Movendo bruscamente, repetidas vezes, de um lado para outro, para cima e para baixo o copro de Gregório de Matos, Gaspar da Fonseca tentou acordá-lo. O poeta afinal abriu os olhos.

Ficaram um instante olhando-se, ofegantes.

"Que alívio!", disse Gaspar da Fonseca. Deitou-se na relva ao lado de Gregório de Matos.

"Bodes fodinchões!", praguejou Gregório de Matos.

"Quem eram aqueles homens?" Salteadores?", perguntou Gaspar da Fonseca, sentando-se. "Por que atiraram em nós?"

"Achas o quê? Que são estudantes do colégio? Que são turcos e persas dos mercados? Os magores, os armênios, os gregos das plantações, os mermidônios das oficinas?"

Gaspar da Fonseca olhou-o, espantado.

“Então? Achas que são os negros dos tumbeiros? Os mulatos dos afazeres mecânicos? Os limpadores de ruas? Os plantadores de laranjas? Não! São os comedores de merda do governador!”

Gaspar sorriu e, reanimado, levantou-se. Ajudou Gregório de Matos a ficar em pé. “Podemos ir?”

“Acho que podemos.”

“Pelo mato ou pela estrada?”

“Pela estrada. Agora vais sentir nos teus pés descalços o que é o caminho dos céus.”

Começaram a caminhar, no chão de areia e pedras.

*

RESUMO DAS PARTES SUBSEQÜENTES (5ª-6ª p. 276-278)

Samuel da Fonseca circuncisava o menino Israel, filho do Abrãao do Sal, pois não queria muitos judeus na Bahia. Ao ritual estavam muitos da nação hebréia da Bahia. Duante a cerimônia, um rapaz aproximou-se de Samuel, falou-lhe ao ouvido. O rabino desculpou-se e saiu da sala apressado.

Gregório de Matos e Gaspar com as roupas ainda molhadas e cobertos de poeira, esperavam pelo rabino, sentados na sala ao fundo da casa onde ficava a sinagoga.

Samuel entrou ansioso. O filho, Gaspar, relatou-lhe o atentado e a fuga deles pelo rio Matoim e explicou o motivo de sua presença ali com o poeta. Enquanto pai e filho conversavam, Gregório de Matos ficou imaginando que muitos daqueles objetos valiosos que estavam naquela sala valeriam o preço do resgate de Maria Berco.

Depois da conversa com o filho, Samuel perguntou a Gregório de Matos de quanto era o resgate de Maria Berco, Gregório tentou falar mas ensgasgou-se. Imediatamente, Samuel disse que supunha que tanto o filho quanto Gregório soubessem que o governador não iria deixar a condenada escapar tão facilmente.

Após as considerações feitas, Samuel levantou-se e foi até um cofre de metal que havia sobre a mesa. Entregou o dinheiro a Gregório de Matos, abençoou o filho e despediu-se.

*

J. Cap. 4, Subcap. 4, 7ª Part., P.278-279, § 1º-20º, L.1-57

Tudo se passou tão depressa que Gregório de Matos mal podia lembrar-se, ao caminhar pelo corredor que levava à sala do juiz, de como ocorrera. Na algibeira, os seiscentos mil réis, os documentos e certidões necessários.

Ficou um longo tempo esperando. Via os desembargadores circulando em suas becas. Alguns populares aguardavam em silêncio, nos bancos. Outros confabulavam como se esperassem um julgamento escandaloso.

Gregório de Matos se virava a cada pessoa que entrava, ansioso pela chegada de João Berco. Vozes vinham da sala de julgamento. De vez em quando ouvia-se a sineta do chanceler.

Faltavam apenas trinta minutos para a hora marcada. Teria João Berco desistido de assinar? Gregório de Matos decidiu procurá-lo antes que fosse tarde. Se preciso, o arrastaria até ali.

Correu as ruas como um louco e quando chegou na casa de João Berco havia um grupo de pessoas à porta, conversando, olhando para dentro das janelas.

Gregório de Matos abriu caminho entre as pessoas. Havia guardas. A menina que servia como escrava, sentada no tamborete ao lado da poltrona onde João Berco o recebera, parecia apática, os olhos muito arregalados, os braços cruzados como se sentisse frio. Acasa estava revirada.

Um soldado quis impedir Gregório de Matos de subir a escada.

“O senhor é parente do velho?”

“Sim”, disse Gregório de Matos. Entrou no quarto. O corpo de João Berco estava estendido no chão, coberto de um lençol sujo de sangue. Gregório de Matos levantou o lençol. A boca bem aberta mostrava que morrera com medo. O poeta abaixou-se e fechou os olhos do cadáver.

Um soldado aproximou-se.

“Quem o matou teve o cuidado de certificar que estava bem feito o serviço. Apunhalaram o peito, o coração, cortaram a garganta. Ele possuía muitos cabedais?”

“Não sei, senhor”, disse Gregório de Matos.

“Venha comigo, senhor”, disse um ancião de bengala e chapéu, que se identificou como funcionário da justiça.

O sótão tinha sido arrombado. Dentro, havia uma arca recoberta de couro, aberta e vazia. Moedas espalhavam-se pelo chão. Havia tapetes enrolados, bonits móveis, tecidos de damasco. Nos cantos, quadros encostados contra a parede. Gregório de Matos desvirou alguns deles.

“Retratos, miniaturas, manuscritos iluminados. Uma pintura em estilo gótico. Homem de muita fazenda”, disse o senhor. Um rapazinho anotava os objetos encontrados. “Cono se vê, o dinheiro foi levado, não se pode calcular quanto. Mas pelas moedas espalhadas presumimos que naquela arca havia muito, muito dinheiro. Há este cofre aqui, que os ladrões não encontraram.” O homem abriu a pequena burra. Estava repleta de jóias. “Ele tinha parentes? Herdeiros?”

“Uma esposa. Chama-se senhora dona Maria Berco. Sou procurador dele e desejo assinar a relação de bens encontrados. Não devem ir a leilão, a esposa fará o reclame de posse.”

“Há algo muito sinistro nisto tudo”, disse o jurisconsulto. “Os matadores cortaram a mão direita da vítima.”

“Para que será, senhor?”, perguntou o escrivão.

“Feitiçaria!”

Persignaram-se, dizendo “daqui mais pra aqui!”.

*

L. Cap. 4, Subcap. 5, 1ª Part., P.281, § 1º-4º, L.1-9

O lupanar de Anica de Melo estava fechado. À porta havia um guarda do governador. Gregório de Matos ficou esperando, escondido na esquina. Depois de algum tempo uma das moças do alcouce apareceu. Segurou-a pelo braço. Ela, muito assustada, quis gritar, mas o reconheceu.

“Meu Deus, o que estás fazendo aqui? Estão à tua procura.”

“Diz a Anica que a estou esperando na taberna da rua Debaixo.”

A moça entrou no alcouce, ligeira.

*

RESUMO DAS PARTES SUBSEQÜENTES (2ª-3ª p. 281-284)

Algum tempo depois, Anica de Melo entrou na taberna. Sentiu o cheiro de álcool que Gregório de Matos exalava. Gregório questionou a sua demora. Ela retrucou dizendo que iria lá, mas já chorando. Ele quis saber por que ela chorava. Ela conteve o choro e o explicou que não tinha mais nada, nem casa para morar, pois haviam tomado os seus pertences e a casa, fecharam-na. Gregório gritou com o taberneiro solicitando-o mais aguardente, em seguida pediu que Anica contasse toda a história, desde o princípio. Anica então começou a contar que os guardas invadiram sua casa, perguntando por Gregório de Matos, como ela disse a eles que fazia tempo que não o encontrara, em represália os guardas começaram a quebrar tudo que estava dentro de casa, além de terem roubado o cofre onde estava todo o dinheiro e as jóias, tudo porque supunham ter ela ajudado Gregório, um indivíduo que consideravam ser criminoso, pois acreditavam que ela teria feito parte no crime do alcaide. Os guardas ainda ameaçaram

de matá-la, caso ela não dissesse o paradeiro de Gregório. Anica, então disse a Gregório que falou para os guardas que ele se encontrava no armazém de Vicente, chegando lá, pressionaram o dono do armazém e ele então confessou que Gregório havia ido para Matoim. Anica explicou para Gregório que só disse onde ele estava pela ameaça de morte que sofrera.

Como Anica de Melo estava sôfrega, Gregório pediu-lhe calma, fazendo-lhe ver que ele estava ali e bem. O taberneiro chegou com a água ardente, Gregório e Anica beberam, aos poucos Anica foi se acalmando. Gregório também tentava deixar Anica de Melo mais relaxada, considerando que foi bom ela avisá-lo do episódio, pois eles poderiam ter matado-o. Em seguida, perguntou a Anica se ela havia conseguido o dinheiro, antes de respondê-lo Anica de Melo quis saber se o dinheiro que queria era para soltar Maria Berco. Gregório respondeu que não, mas Anica insistiu em saber o por quê. Anica mudou de assunto e logo quis saber se os homens do Braço de Prata o haviam encontrado, Gregório contou a Anica que sim, inclusive tentaram matá-lo no caminho quando ia para Matoim. Nesse momento, o convidou para fugirem para o Oriente. Gregório, ouviu e ficou em silêncio.

Nada havia de se fazer por Maria Berco, mas Gregório ainda pensava em procurar Rocha Pita novamente, mesmo considerando que não havia o que fazer por ela nem pelos Ravascos.

No encontro com Rocha Pita, teve de responder a uma indagação feita pelo ouvidor, se os Ravascos eram capazes de matá-lo. Gregório, imediatamente, lhe assegurou de que não era possível, supôs que talvez padre Vieira pudesse ter ordenado a morte do alcaide, mesmo assim considerava uma extravagância. Mas, em relação ao governador Antônio de Souza, ele foi implacável, disse que os delitos atribuídos a ele eram mais verossímeis e enumerou-os para ouvidor todos eles. Depois disso levou ao conhecimento do ouvidor que muitos papéis haviam sumidos de seu gabinete e que atribuía esses furtos ao governador, apesar de nada ter sido comprovado contra Antônio de Souza. Após ouvir os desabafos do poeta, Rocha Pita lhe perguntou o que poderia fazer, Gregório respondeu-lhe que o ouvidor era prova de sua dedicação à verdade. Naquele momento Rocha Pita ficou pensativo e mudando de assunto perguntou-lhe sobre a condenada Maria Berco, Gregório de Matos, desolado, respondeu-lhe que o caso da Maria Berco já era perdido. O ouvidor o animou, disse que não era bem assim e perguntou-lhe se ainda tinha os seiscentos réis que havia conseguido para soltá-la, Gregório confirmou e Rocha Pita passou-lhe as orientações de como agir em defesa de Maria Berco.

*

M. Cap. 4, Subcap. 5, 4ª Part., P.284-285, § 1º-13º, L.1-41

Um grupo de padres chegou à porta do presídio. Vestiam as roupetas roxas dos irmãos da Misericórdia. Traziam sacos e embrulhos. Identificaram-se.

“Viemos trazer alívio aos condenados”, disse um deles.

Os sentinelas os deixaram entrar.

A cela de Maria Berço era pequena e escura. Ela levantou os olhos para os irmãos. Estava presa a correntes e tinha o aspecto lastimável. Cabelos cortados, suja, feridas no rosto, nos braços. Roupas rasgadas, descalça.

“Está na hora?”, ela perguntou, trêmula.

“Está”, disse um dos irmãos. Voltou-se para o carcereiro. “Podes soltá-la, homem.”

“Trouxeram o combinado?”, perguntou o carcereiro.

“Primeiro abra os grilhões.”

O carcereiro tirou as chaves da cintura e, com ar enfadado, destrancou os grilhões. Maria Berço afagou os pulsos.

Um dos irmãos retirou do saco uma algibeira e a entregou ao carcereiro. O homem abriu-a e verificou o dinheiro que havia dentro. Sorriu. Não tinha dentes.

Ajudaram a prisioneira a levantar-se. Vestiram-na com uma roupeta roxa, capuz sobre a cabeça.

Outro carcereiro vigiava o corredor, agitando as chaves, nervosos. Fez sinal para os irmãos, que saíram, rapidamente, levando a prisioneira.

Logo que caiu a noite Maria Berço foi para o engenho de Samuel da Fonseca, no Recôncavo, acompanhada por Tomás Pinto Brandão. Ela parecia não acreditar no que acontecia. Não olhava para os lados, para lugar nenhum, absorta em seus pensamentos.

Enquanto isso, na revista de rotina feita nas bagagens dos passageiros do navio mercante que partia para a Holanda, os fiscais da alfândega encontraram um baú lacrado em poder do estudante Gaspar da Fonseca, que estava sendo vigiado pelos homens do governo. O baú foi apreendido e levado diretamente para o governador. Ao abri-lo, Antonio de Souza teve uma enorme e agradável surpresa. Lá estavam, intactos, amarrados no mesmo cordel, os escritos de Bernardo Ravasco.

Antonio de Souza queimou as páginas, uma a uma, na chama do candil.

Quanto a Gaspar, desapareceu. Seu pai, despreocupado, pensando que o filho partira, recebeu um duro golpe quando o corpo de Gaspar foi dar na praia, os olhos e as vísceras comidos pelos peixes.

*

RESUMO DAS PARTES SUBSEQÜENTES (5ª-6ª p. 285-288)

Na grande sala do refeitório da quinta do Tanque longas mesas se enfileiravam. Estavam ocupadas por dezenas de miseráveis, homens e mulheres, que aguardavam a chegada da comida.

Padres circulavam carregando panelões que colocavam sobre uma das mesas. Quando Vieira entrou, seguido de José Soares e um pequeno séquito de padres, os miseráveis foram impelidos a rezar, abaixaram as cabeças para receberem as bênçãos pelas mãos magras de Vieira e a comida foi servida.

Vieira conversava com José Soares, sobre o apoio que estavam recebendo de Rocha Pita. Naquele instante, Vieira pediu ao padre Soares que relatasse as medidas tomadas pelo ouvidor contra o governador Antônio de Souza. Padre Soares relatou os procedimentos legais de Rocha Pita. Ansioso, Vieira quis saber da situação do irmão Bernardo Ravasco. Padre Soares, então, contou-o que Rocha Pita havia estado na enxovia para encontrar Bernardo, pois estava com uma carta de soltura por não ter contra ele nenhum testemunho. Ouvindo isso, Vieira mostrou-se aliviado, mas somente por alguns instantes, porque terminando o relato, padre Soares comentou que o governador indignado com a benevolência do magistrado, decretou a expatriação de Bernardo Ravasco. Vieira ficou exasperado, mas foi acalmado por Soares quando lhe disse que Bernardo estava na Bahia, no convento das carmelitas descalços em Santa Teresa. Novamente se sentiu aliviado, visto que de lá o irmão poderia manter contato com ele.

Na rua, já se ouvia o rumor da reunião quando o alcaide Teles entrou pelo grande portão do palácio do governador. Lá, um pajem aproximou-se dele e comunicou-o que o governador estava a sua espera no gabinete. O pajem o encaminhou até a presença do governador Antônio de Souza. O alcaide aproximou-se, visevemente aborrecido. Ao lado do governador estava o arcebispo, na verdade ao lado de Antônio de Souza estavam a Igreja, o Tribunal, o poder econômico, o poder político e a burocracia colonial. Naquele momento, o alcaide teve a sensação de tê-los traído.

Após os cumprimentos, o governador solicitou o alcaide que se sentasse, dizendo-lhe que havia uma cadeira reservada para ele, pois o próprio tinha uma função muito importante em toda a história. Ao ouvir tal comentário do governador, o alcaide sentou-se amuado, pois pressentia que as coisas já caminhavam mal para ele. Naquele instante fazia algumas conjecturas enquanto olhava para o governador.

*

N. Cap. 4, Subcap. 5, 7ª Part., P.289-290, § 1º-24º, L.1-60

Na reunião, analisaram os fatos ocorridos nos últimos dias. Fizeram previsões quanto aos próximos acontecimentos. Com o enfraquecimento de Antonio de Souza, os de sua facção sentiam-se debilitados.

“Fizemos mal em subestimar a força de Vieira junto ao Tribunal”, disse um deles.

“Rocha Pita vendeu-se!”, gritou outro.

“Com perdão de vossas mercês, disse o governador, “o caso ainda não chegou ao seu fim”.

Dali a alguns meses chegaria uma nova frota com cartas de Portugal. Antonio de Souza estava esperançoso quanto às notícias que traria a esquadra.

O alcaide Teles não ficou até o final da reunião. Quando se despediu, Antonio de Souza foi acompanhá-lo até a porta.

“Fiquei contente com tua presença”, disse o governador. “Ainda somos amigos.”

“Sei que não esperavas que eu viesse, Antonio de Souza. E vim com uma vontade enorme de matar-te. Tu nos traíste. Jamais te perdoaremos. E tu irás amargar teus erros. A pedra está é no teu sapato.”

“Não digas tolices, Teles. Depois podes te arrepender.”

“Sua alteza não nos satisfará justiça.”

“Estás julgando apressadamente. Não sabemos o que pensa dom Pedro.”

“Tu não sabes. Mas nós sabemos. Nós, os Teles de Menezes, sabemos muito bem. Os Ravasco agiram, e nós, ou melhor, tu, Antonio de Souza, que diseste que resolveria tudo de maneira favorável a nós, não fizeste nada. Nada! Logo verás, Antonio, o que nos espera.”

“Não admito que me dirijas assim a palavra.”

“Adeus, Antonio.” O alcaide Teles atravessou, apressado, o pátio do jardim. No meio, de um pequeno chafariz escorria um fio d’água formando pequenas quedas. O jardim era vasto, coberto de flores. Árvores frondosas se espalhavam, cheirosas, cheias de folhas negras.

“Esta foi a última noite que passei contigo”, disse Gregório de Matos. “Não tenho mais como ficar aqui. Me obrigam à pobreza, ao refúgio, negam-me mercês, agridem-me, prendem-me. Não tenho mais funções na Cúria, não posso advogar. Amanhã devo partir.”

“Não vais me levar contigo?”, Anica de Melo entristeceu-se.

“Como posso levar-te? Vou vagabundear pela Praia Grande, no rumo da venta.”

“E não voltas mais à cidade?”

“Como não voltar a esta cidade que é feita de meu sangue? Aqui darei alguns passos discretos e tristes. Ditoso quem povoa o despovoado. Vou acordar ao doce som e às vozes brandas do passarinho enamorado. Eu estava na Corte, tão seguro, mas, néscio, deixei-a por um mau futuro. A Bahia é um vil monturo da Corte, aqui só há roubo, injustiça e tirania. Nos palácios reais e eclesiásticos os anos são mais curtos. De hoje em diante cantarei flores e passarinhos. Sei que os bens do mundo são inconstantes, o sol não dura mais que um dia, depois se segue a noite escura. A luz e a beleza não duram. Minha alma nasceu para os tormentos. Minhas lágrimas não são bastantes contra os incêndios que, ardentes, me maltratam.”

“Vais sentir saudades de mim?”

“Vou. Deixas-me tristes memórias.”

“O que vai ser de minha vida, sem ti?”

“Tens que recomeçar tua vida. ‘Navegai sem vos deter’.”

Gregório de Matos acenou a mão, dando adeus. Ela atirou-lhe um beijo, tocando os lábios com a ponta dos dedos.

1. 5- A Queda

A. Cap. 5, Subcap. 1, Part. 1, P.295-299, § 1º-22º, L.1-173

Gregório de Matos, numa de suas andanças pelo Recôncavo, ansioso por rever Maria Berço, foi visitar o rabino Samuel da Fonseca. O poeta fazia de tudo para demonstrar excentricidade: um ar extravagante, roupas amarrotadas, cabelos desarrumados. No entanto, era em torno dele que as coisas giravam. Sempre.

No engenho de Samuel da Fonseca não se faziam gastos desnecessários. Não que houvesse ali a sobriedade mesquinha de alguns senhores da região, tampouco a ostentação de outros, que queriam passar por fidalgos das cortes. Tinha de tudo, mas não cavalos demais, ou chameleiros, trombeteiros, tangedores, lacaios mimosos. A mesa era posta com louça de estanho por negros vestidos de serguitas; belas escravas carregavam pratos com iguarias.

Era um lugar de certa forma melancólico. Ouvia-se ao longe, continuamente, o som das caldeiras. As fornalhas não paravam nunca de funcionar, por oito meses do ano.

O rabino e o poeta conversaram sobre a situação dos engenhos. A Bahia produzia entre catorze e quinze mil caixas de trinta e cinco arrobas de açúcar por ano, que valiam mil e setecentos, mil e oitocentos contos. Para aquele ano de 1684 esperava-se uma grande colheita, porém a farta produção obrigava os produtores a venderem barato e até a queimarem o açúcar fino. A falta de navios para transporte causava quedas nos preços, agravando o problema. Entretanto, subiam os preços do cobre, do ferro, do pano, de todos os materiais que supriam os engenhos, especialmente o valor dos escravos. Para o funcionamento de um engenho, eram necessários, só na moenda, entre vinte e trinta negros, além do feitor e de outros tantos para os substituírem no turno da noite. Esses escravos da moenda tinham que ser sempre trocados por outros, pois, prostrados pelo sono e pelo cansaço, metiam sem perceber a mão entre os eixos, sendo preciso que o feitor lhes cortasse o braço preso antes que fossem inteiramente extraçalhados pela máquina.

Plantavam-se canaviais nas encostas para que resistissem às inundações, porém estes, nas secas, eram logo perdidos. Nas várzeas, ao contrário, a seca não afetava a plantação, mas a chuva a inundava e destruía. O capim obrigava os plantadores a empregarem escravos na limpeza contínua dos canaviais, com a enxada na mão. Logo que as canas germinavam, animais soltos, cabras, bois, cavalos, vinham pastar os brotos das plantas, derrubando e pisando muitas delas. Das canas que escapavam de serem roídas pelos ratos e pelos porcos, muitas, depois de colhidas e amarradas em feixes empilhados nas trilhas, eram furtadas por ladrões. Bois que faziam o transporte das caixas de açúcar até o cais morriam na lama. Escravos eram esmagados sob os rolos e espeques usados para embarcar o açúcar. O mar muitas vezes estava agitado e tragava grandes cargas de açúcar que afundavam nas coroaas.

As fornalhas, ardendo dia e noite, precisavam de lenha que os barcos iam buscar nos portos, ou que muitos carros com muitas juntas de bois iam buscar nos matos. Havia regimentos sobre a instalação de engenhos, estabelecendo uma distância entre eles para que não faltasse madeira a nenhum. Porém, poucos respeitavam essas normas e estava a lenha rareando com a derrubada de grandes porções de florestas.

Além de enfrentar as inclemências da natureza e as dificuldades inerentes à produção, os senhores da cana estavam sujeitos a uma política desastrosa da Coroa. O açúcar, dispendioso, caro, tinha inumeráveis encargos e despesas. Assim que a carga chegava à Bahia, era preciso pagar ao trapicheiro. Uma pataca de frete, dois vinténs de aluguel, a comissão do trapicheiro caso vendesse alguma caixa. Depois vinham as taxas, os caixões, pregos, carretos, guindastes, direitos de subsídio da terra, as descargas, os armazéns, as alfândegas, a arqueação, as obras, taras e marcas, a avaliação, os consulados.

“Os produtores do açúcar estão à beira da ruína”, disse Samuel da Fonseca, com indignação. “O negócio, agora, é plantar tabaco.”

A cada ano Lisboa solicitava mais tabaco, e as arrobas dos milhares de rolos que as frotas levavam já não eram suficientes para suprir o mercado que se

expandia para além dos reinos da Europa. Em Lisboa, uma libra de tabaco pisado valia de quinze a vinte e cinco tostões e o rei Pedro II, coroado em setembro de 1683, após a morte do irmão, obtinha lucros com este comércio, a cada ano, de cerca de dois milhões de cruzados. Em Londres, com uma população de aproximadamente oitocentos mil habitantes, o tabaco era negociado por mais de sete mil comerciantes. Se cada um deles vendesse, a cada dia, um florim e meio de tabaco, se venderiam dez mil e quinhentos florins diários. O que se negociava em um ano, só em Londres, seria o equivalente a um milhão, novecentos e dezesseis mil e duzentos e cinqüenta cruzados. Somando-se as quantias comerciadas em toda a Grã-Bretanha, Flandres, França, Itália, Espanha, Índia Oriental e Ocidental, a que totais se chegariam?

Qualquer passagem de tabaco sem registro tinha como penalidade o confisco da mercadoria e da embarcação, além de cinco anos de degredo em Angola para os envolvidos. Mas, apesar dos rigorosos castigos, não havia embarcação que não levasse – contrabandeados dentro das peças de artilharia, dentro de caixas de açúcar, ou de barris de farinha da terra, de breu, de melado, envolvidos em folhas de Flandres – rolos e mais rolos de tabaco. Iam em caixas de roupas, em frasqueiras de vinho, em compartimentos secretos dentro desses recipientes, nos forros das câmaras e das varandas dos barcos, nas curvas das naus, dentro das imagens ocas de santos, das algibeiras, debaixo das lobs, nos batéis, nas pipas de aguada. Cada vez mais gente se arriscava nesse contrabando, e os lucros dia a dia passavam dos cofres reais para os bolsos dos contraventores.

A riqueza oriunda do açúcar e do tabaco seria um remédio milagroso para a cura dos males causados pela guerra holandesa, pela qual estavam pagando até aqueles dias – através de um imposto chamado Dote da Inglaterra e Paz da Holanda, instituído por Francisco Barreto de Menezes, o general vitorioso da guerra pernambucana. Mas a colônia andava atrelada a Portugal. As moedas e as riquezas não ficavam no Brasil. A economia marchava conforme as circunstâncias que viessem a atender as necessidades do regime fazendário da metrópole.

Trocavam açúcar por sal, tabaco por azeite, aguardente por vinho; estabelecia-se um sistema de escambo, onde, muitas vezes, o açúcar substituíra a moeda. Os valores das mercadorias, na colônia, eram miseráveis. Em Portugal, altíssimos. Havia filas em todas as bodegas e feiras para a compra de qualquer produto. Uns culpavam a Câmara pelas privações de que padecia a cidade; outros, a frota, que partia abarrotada de carne, peixe, feijões, deixando as panelas vazias.

“Os brasileiros são bestas, e estarão a trabalhar toda a vida por manter maganos de Portugal”, disse Gregório de Matos, colocando os óculos. Levantou-se e passou uma vista nos livros que estavam dispostos na sala de livraria de Samuel da Fonseca. Um vento fresco entrava pela janela. Trazia o cheiro do bagaço da cana, das meladuras quentes.

Enquanto o poeta examinava os livros, Samuel da Fonseca olhava pela janela do quarto que dava para uma terra escaldada pela queimada; logo atrás via-se o mar. Uma fila de escravos formara-se à entrada do galpão de engenho; uma negra, á porta da casa de moer, derramava a espuma dos caldos de mel nos potes que os escravos enfileirados iam colocando a seus pés. Entregavam, em troca do melado, uma galinha, ou uma cesta de cereais, um cacho de bananas, verduras de suas hortas. Negros levavam, às costas, fieiras de caranguejos enlameados, que ainda agitavam as patas. Crianças negras bebiam em copos de barro.

A moenda funcionava, impulsionada pela água do rio. As rodas giravam, lentamente. Em um dia, podia-se moer uma tarefa redonda de vinte e cinco até trintas carros de cana. A quantidade de açúcar produzido dependia da qualidade da cana. A produção não podia aumentar, desde a construção do engenho. Não se podia meter mais cana ou bagaço do que a máquina suportava, pelo risco de quebrar o rodete, ou algum aguilhão. A velocidade das rodas tinha de ser mantida, com o controle da água, pois a vazão da casa das caldeiras era limitada. As tachas só podiam cozer a quantidade estipulada previamente. Tudo, no engenho de Samuel da Fonseca, era muito rústico.

Fonseca comentou que os europeus estavam cada dia mais ricos e desenvolvidos. Inventavam máquinas, leis de proteção aos mercadores, maneiras de

fabricar melhor. Um judeu de Barbados o procurara, mostrando-lhe um novo tipo de engenho de açúcar, que produzia maiores quantidades com menos esforço. Mas dom Samuel não possuía cabedais para investir e tentara, junto à Coroa, apoio para instalação de tal invento na Bahia. Encontrara apenas descrédito, escárnio. Nem mesmo a universidade pretendida pelos jesuítas era criada no Brasil, por negativas obstinadas de el rei e do Conselho Ultramarino. Na França, tinham inventado uma máquina maravilhosa, chamada Marly, para elevar as águas do Sena. O inglês Newton descobria coisas admiráveis. Papin inventara uma válvula de segurança e criara a teoria do uso do vapor em máquinas. Estava sendo chamado de lunático, eram todos lunáticos, mas assim o mundo ia indo, impulsionado por mentes proféticas.

“O conhecimento é um embuste”, disse Gregório de Matos. “As pessoas que mais sabem sobre o mundo são os peixeiros da feira e as lavadeiras do dique.”

“Não, doutor Gregório. Como disse o filósofo Vieira, o ignorante vê a Lua e acha que é maior que as estrelas. O sábio distingue o verdadeiro do aparente. É preciso provar que o ar existe, embora o respiremos, é preciso se poder calcular as probabilidades, ou que há mesmo um anel de luz em volta de Saturno; é preciso se fazer as poéticas experiências dos hemisférios de Magdeburg”, disse o rabino.

“E por falar em experiências poéticas, como está dona Maria Berco?”, disse Gregório de Matos. “Contente por ter ficado rica?”

“Ainda está presa ao leito, recuperando-se. Ela não é como todas as moças, que ficam felizes por saírem de casa para ir à igreja, com os melhores vestidos, abanando leques. A nova situação não mudou seu comportamento. Ela pensa em coisas que a fazem sofrer. Imagino que deva casar-se novamente, ter filhos. É uma excelente cozinheira e sabe tecer como poucas. Mas ela parece ter medo... Não que ache que lhe nasceria um filho de chifres tortos e pés de coelho, não é bem assim que pensa. Ela está magoada com a vida.”

Gregório de Matos pensou em Michaela, sua mulher que morrera em Portugal. Ela não sabia costurar nem bordar, sua comida queimava na panela.

“Mesmo Deus comete enganos”, divagou o poeta. E foi embora, sem ter conseguido o que desejava.

*

RESUMO DAS PARTES SUBSEQÜENTES (2ª., p. 299-300)

Gregório de Matos vivia angustiado em Praia Grande, por causa de Maria Berco, naquele lugar deu-se conta da paixão sufocante que sentia por Maria Berco.

Muitas pessoas da Bahia iam visitá-lo. Sofria com a falta das mulheres da Bahia, moças tão sedutoras como as de Portugal.

Distante de tudo e de todos, Gregório de Matos passou a se achar um lobo velho e não pensava que fosse mais atrair os olhares das mulheres quando retornasse à cidade. Angustiado passou a beber cada vez mais. E com isso sua mordacidade crescia, escrevia cada vez mais suas sátiras venenosas, usando o falar estarecedor das chularias, sem nenhum freio na língua.

*

B. Cap. 5, Subcap. 1, 3ª Part., P.301-302, § 1º-18º, L.1-63

Tomás Pinto Brandão foi visitar o poeta em Praia Grande. Gregório de Matos estava em sua cabana, nu, caminhando de um lado para outro com o membro murcho, cheio de inquietação. Foi até o lado de fora e urinou. Vestiu-se com uma calça.

“É a melhor coisa do mundo mijar no quintal. Na Bahia, quando eu mijava na rua, as negras ficavam olhando, depois gritavam e saíam correndo.”

O amigo sorriu.

“Estou perdendo meu pudor.”

“Cuidado, Gregório, com o que perdes.”

Gregório de Matos sentou-se na esteira que servia de cama e jogou algumas conchas para o alto fazendo malabarismos. Restos do mar, estrelas secas, corais, conchas grandes ou pequenas, búzios, ouriços, cascas de ostras, mariscos, patas de caranguejos, mandíbulas de peixes, se espalhavam pelo chão.

“Além de perder o pudor, já perdi alguns sonhos e um bocado de esperança. Também não tenho a unha de um dedo do pé, foi uma topada horrível numa pedra. Perdi meus livros, minha mulher; perdi meus cargos e perdi um bocado de tempo perambulando.”

“Isso não é perder. É ganhar. Perambulando a gente vê o mundo.”

“E o que há no mundo para ser visto?”

“Bem...”, Tomás Pinto Brandão pensou um pouco. “Para ti, as mulheres... a música. Acho que só. Para mim, a poesia e a religião.”

Tomás tirou os escaupins. Foram caminhar pelas areias, a conversar.

“Fico contente quando vens, com notícias da cidade”, disse Gregório de Matos. “Estou escrevendo sátiras. As mulheres para divertimento aqui são raras. Algumas senhoras que vêm a passeio e trazem escravas... Negras dos engenhos que passam por aqui... Outras que conhecem minha reputação e vêm me visitar. Sabes, uma escrava veio me procurar e achava que eu fosse negro. Claro está que não sou negro, sou branco de cagucho e cara. Mas não deixou de querer-me porque sou branco de casta. Quando uma mulher me cativa, sabe que serei seu negro, seu canalha.”

“Eu mesmo anotarei cópias dos escritos e os levarei para a cidade. Na Bahia, farei mais cópias para distribuir entre todos. Por que não os assinas?”

“Para não ser queimado. A quem os distribuis?”

“A qualquer um. São lidos às amantes nos leitos para que se entreguem ao amor com mais lascívia. São lidos nas tabernas, nos lupanares e nos lugares malfrequentados; fazem as gentes rirem. São lidos nos colégios dos padres, na casa de livraria, nas reuniões. Andam de mão em mão, de boca em boca, de ouvido em ouvido. Decoram, repetem, modificam, copiam em cadernos. Diverte-se o povaréu rindo dos padres, dos juizes, dos fidalgos, da governança, dos capitulares, dos missionários, das mulheres, dos ladrões. Nada escapa à mofa.”

“Merece a Bahia palavras mais mansas?”, disse Gregório de Matos. “Não fui eu, um mazombo, quem criou os males da cidade, os maus modos de governar, a mancebia de padres, a ruína que promovem os mercadores com suas mercadorias inúteis e enganosas, os estrangeiros ambiciosos, o modo de furtar e suas mil variedades, o entrudo, a jocosidade, o peditório, os caramurus.”

“Sabes o que as pessoas gostam mais em teus escritos? É que não evitas as lubricidades. Como os trovadores.”

“Quem as evita? Mas não há muita coisa para se entreter em Praia Grande. Eu não tenho para olhar mais que horizontes. Já estou há tempos neste refúgio, nesta solidão. Nem aqui posso sossegar meu amante gênio. Aí de mim! quero as regras para o encarecimento de meu amor.”

★

RESUMO DAS PARTES SUBSEQÜENTES (4ª., p. 302-304)

Dias depois, Samuel da Fonseca foi procurar Gregório de Matos. O rabino desceu da sege e entregou uns presentes para o amigo, dentre eles alguns livros.

Gregório de Matos sentou-se, pegou papéis e começou a escrever. Quando terminou o poema, leu-o para o amigo. Era um poema de um amor oculto. Assim que terminou, Samuel da Fonseca disse para Gregório de Matos que havia ido ali, justamente, para falar de Maria Berco que já estava recuperada, pois o tempo que ficou na enxovia fora muito maltratada, sofreu todo tipo de humilhação e abusos. Naquele momento, o poeta se mostrou indignado com a violência sofrida por Maria Berco no período que esteve presa.

Samuel o avisou que Dona Maria Berco gostaria, antes de partir, agradecê-lo pelo que fizera por ela. Gregório quis saber do rabino por que ela teria de partir. Samuel, então, deu a conhecer ao poeta que Dona Maria Berco estava cheia de

cabedais e fazendas depois que o esposo morreu, inclusive os bens do marido foram consignados graças à presteza de Gregório. Samuel reiterou ao poeta, que Dona Maria Berco precisava cuidar de sua riqueza e comparecer à Justiça. Ouvindo isso, Gregório logo se manifestou de voltar à Bahia. Samuel da Fonseca considerou que talvez não fosse o momento, pois as perseguições continuavam severas por lá. Na Bahia, dizia o rabino, os maus prosperam e os bons sofrem privações.

Apesar das pressões vividas, Gregório não parava de pensar em Maria Berco. Samuel, então, deu-lhe o recado de Maria Berco para Gregório, avisando-o que naquele dia, às sete horas, ela estaria esperando por ele na capela do engenho do rabino.

*

C. Cap. 5, Subcap. 1, 5ª Part., P.304-308, § 1º-66º, L.1-140

A noite começou a chegar lentamente, Gregório de Matos estava adormecido. Quando acordou, suado, viu estrelas no céu.

“Meu Deus! O encontro com Maria!”

Dominado por um sentimento sufocante, o coração acelerado, Gregório de Matos cruzou o quarto, pisando nas roupas e comidas espalhadas pelo chão, e saiu às pressas.

Cavalgou o mais depressa que pôde até o engenho de Samuel da Fonseca.

Estavam acordados os bodes velhos, os cães vadios. Tilintavam sinetas nos pescoços de alguns animais. O som de uma viola chegava, longínquo, suave. Uma voz cantava: “Banguê, que será de ti”. A vegetação parecia feita de um pano negro e macio.

Na capela, não havia ninguém.

Com um intenso sentimento de perda, Gregório de Matos foi em direção à praia, onde um escravo tangia viola e cantava. Ficou por perto, ouvindo.

O engenho funcionava. Homens jogavam madeiras sólidas nas fornalhas, e das aberturas cercadas de arcos de ferro as chamas iluminavam tudo em vermelho. Alguns escravos trabalhavam acorrentados – os boubentos, para purgar seus males venéreos e os criminosos suas maldades; negros pagavam seus pecados. Fumaça saía e se espalhava com o vento.

Era bom pensar em Maria Berco. Escrevera poemas e anotações que pretendia mostrar para ela. Esquecera de trazê-los. Melhor assim. Sentiu-se um idiota. Tanto desejava vê-la, tanto sonhara com esse instante, e ficara a dormir, como uma mula preguiçosa. Como, com o inferno, vencer o inferno, conforme escrevera Gongora y Argote?

Voltou para a capela e ajoelhou-se defronte ao altar. Pensou com tristeza na morte do jovem Gaspar da Fonseca e na partida do rabino, que, como uma ave, sentia-se impelido ao seu êxodo. Havia uma santa, de rosto bonito, no altar. Pensou nos motivos que tinham levado Samuel da Fonseca a conservar a capela com as imagens e cruzeiros após comprar aquele engenho. Certos homens tinham a capacidade de esquecer o passado, de perdoar. Aquela era uma Igreja que tinha matado e continuava matando judeus. Talvez padre Vieira tivesse razão quanto aos judeus, talvez eles fossem mesmo bons homens. Ao menos Samuel da Fonseca o era.

Depois de algum tempo em que pensou, ainda, em Vieira, momentos em que a noite ficara de um silêncio profundo, o som das fornalhas e caldeiras cristalino, Gregório de Matos ouviu um ruído atrás de si e voltou-se.

Um vulto aproximava-se, uma mulher coberta com um véu negro transparente. Era ela.

“Pensei que não viésseis”, ela disse.

Ele ficou um instante paralisado, olhando-a com um ar incrédulo. Depois, recuperando-se, disse:

"Falto nos prometimentos, e sou pontual nos desgostos. Mas estava morto por vos ver."

Ela estava ali, de fato, e era tarde da noite e estava escuro e estavam sós, um em pé diante do outro, a olharem-se nos olhos.

"Não tem importância. Eu às vezes não durmo a noite inteira", ela disse.

Ele pensou em sua infância, quando ficava deslumbrando-se com imagens de mulheres em livros. Tinha sido uma criança triste e pensativa, e talvez tivesse se tornado um adulto exatamente assim. Há muito tempo as mulheres já não eram, para ele, as sombras imóveis e inofensivas das efígies. Tinham cheiro, volume, vontade, determinação. Mas Maria Berco pareceu-lhe irreal, sob o véu.

Sentaram-se lado a lado e ficaram alguns instantes em silêncio, olhando a imagem da santa. Gregório de Matos queria dizer alguma coisa, mas era um momento difícil de se saber o que dizer. Sentia vontade de deitá-la sobre o bando e possuí-la ali mesmo, na obscuridade.

Esperou.

"Eu gosto da noite, mais do que do dia", ela disse, depois de longos pensamentos. Sua voz parecia um pouco diferente.

"Eu também."

Os ossos de seu corpo tinham uma nobreza antiga, era longa e bem-construída.

"Por que usais este véu? Gostaria de ver vosso rosto."

"Não", ela disse, num impulso. "Meu rosto não é mais o mesmo. Está marcado e feio."

"Vossa beleza vem dos olhos, que no meu sentir são raios. De vosso rico cabelo que nos ombros forma anéis preciosos. De vossa muita alma com que move o airoso corpo." Ele segurou-lhe a mão, beijando-a. Enlaçou-a com seus braços. Tentou beijar-lhe a boca. Ela o afastou.

"Penso em ir embora para Portugal", ela disse.

"Portugal?"

"Como é Portugal?"

Ele pensou um instante. "Lá tudo é antigo. Aqui é tudo novo."

"Por isso voltastes?"

"Talvez."

Maria Berco sorriu. Levou a mão à boca, como fazia padre Vieira. Ele viu, então, o rosto difuso sob o véu.

Havia cicatrizes.

Sentiu aumentar o seu amor, arrefecer o seu desejo.

"Eu vos amo", ele disse, "e é tarde para escondê-lo. Ando num caos confuso, num labirinto horrendo, ardendo em lavaredas de amor."

"Não faleis assim comigo."

"Por que não? Acaso estais comprometida com outro?"

"Não. Nem ao menos conheço outros rapazes. E os poucos que conheço, são feios. Parecem sapos. Cobras."

Ficaram em silêncio. Ele perguntou: "Eu pareço-vos um sapo?"

"Não", disse Maria Berco, olhando-o. "Nem uma cobra"

"Um gafanhoto?"

"Não, ou melhor, um pouco. Pareceis mais um falcão. E eu? Pareço o quê?"

"A ilha encantada de San Morondon."

Ela deu uma risada em tom baixo.

"Dela", o poeta quase sussurrava, "ninguém pode se aproximar porque ela se afasta. E quando se consegue vê-la, descobre-se que ela não existe."

Maria Berco fez um gesto de contrariedade.

"Mas eu existo", ela disse. "E se ainda estou viva, devo agradecer-vos por isso."

Gregório de Matos tomou sua mão. Olhando-a nos olhos, trouxe-lhe a mão aos lábios, tocou-a em um beijo.

"Esta boca, que chamam do inferno, não vos merece beijar."

"Estou de partida para a cidade."

"Dom Samuel me falou. Irei encontrar-me lá convosco."

"Ireis, mesmo?"

"Sim."

"Posso esperar-vos?"

"Sim."

"E o que acontecerá conosco?"

"Nos casaremos."

Ela ficou em silêncio, olhando-o.

"Adeus", ela disse.

"Até mais", ele respondeu.

Ela foi andando no escuro, até a casa.

Gregório de Matos ficou pensando em quem era ela, quem era, na verdade, aquela jovem chamada Maria Berco, que lhe parecera tão encantadora desde que a conhecera na casa dos Ravasco, desde aquela noite da festa na rua Debaixo. Tão pouco se haviam falado. Ele não queria perguntar-se nada daquilo e sentia vergonha em fazer-se uma pergunta daquelas, mesmo porque tinha pressentimentos a respeito de Maria Berco, achava que nunca mais iam estar juntos. O que pensaria dele? Dele, Gregório de Matos, ela talvez soubesse apenas duas coisas: era poeta; possuía as mulheres e depois fugia, como flecha.

Uma pequena frota de três embarcações passava, silenciosa, na água calma. Gregório de Matos ficou sozinho sentado sobre o muro de pedra. Ouviu novamente o som da viola. Vultos começaram a surgir na praia, reunindo-se em torno do escravo que tocava. Acenderam uma fogueira. Tambores, vozes, risos femininos.

"O que ouço? Roçagares de saias? Ah, mulheres, minhas pretas."

Foi, saltitando, para a praia.

*

D. Cap. 5, Subcap. 2, 1ª, Part. P. 309-310, § 1º-18º, L.1-41

Era uma manhã luminosa na cidade da Bahia. Da encosta da montanha vinha a brisa fresca que entrava pelas janelas do palácio.

O mordomo, após falar com um homem muito magro que trazia uma pequena arca com os brasões reais, abriu a porta que dava acesso à ante-sala do governador. O homem entrou, apresentando-se ao Mata como mensageiro de sua majestade.

Várias pessoas estavam sentadas na antecâmara aguardando a vez.

O Mata levou o mensageiro real ao gabinete de Antonio de Souza.

O governador estava à sua mesa. Um halo de luz contornava seu corpo contra a janela aberta. Via-se o céu azul, claro e limpo.

"Senhor governador", disse o homem, sem se sentar, "acabo de chegar de Portugal na frota".

"Vossa mercê é muito bem-vinda", disse gentilmente Antonio de Souza.

"Vim fazer uma comunicação real."

Antonio de Souza o olhava com apreensão, mas seguro.

O homem tirou de uma arca um canudo de papel, lacrado. Entregou-o a Antonio de Souza.

O governador sorriu. Abriu o rolo de papel e começou a ler. Ficou pálido.

"Sinto muito, senhor governador", prosseguiu o homem. "O Conselho despachou que o suplicante, o secretário de Estado e da Guerra Bernardo Vieira Ravasco, seja restituído ao cargo a que, antes de o depor o governo, tinha ele direito."

"Mas, como? É um criminoso!", disse o governador, indignado.

"A decisão do Conselho é que o secretário Bernardo Ravasco volte aos seus provimentos e ofícios."

“Então Bernardo Ravasco volta aos empregos, favorecido e honrado! Terei que admiti-lo à Secretaria, esbarrar com ele todas as manhãs na galeria do palácio, ver-lhe a face criminosa!”

Antonio de Souza estava rígido, os olhos apertados.

“Espero que vossa mercê possa suportar as mais determinações que trago do reino”, disse o homem, calmo. “Há, também, este documento de el rei para vossa mercê. Uma carta.” Entregou-a ao governador. “Desta carta, tenho cópia a ser entregue ao chanceler. O édito deve ser divulgado para todo o povo.”

Antonio de Souza leu a carta de sua majestade. Abaixou a cabeça, apoiando-a na mão. Então, tudo estava terminado.

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (2ª., p. 310-312)

Gregório de Matos tinha um sono turbulento e interrompido. Logo que adormecera, sonhara que deitara com Maria Berco. Lembrou-se do sonho ao acordar com umas batidas nervosas à porta. Levantou-se meio tonto e foi abri-la. Era Tomás Pinto Brandão, àquela hora. Gregório não deixou de reclamar por tê-lo acordado, disse a Tomás que mal havia começado a dormir, pois passara a noite com uma negra. Tomás foi direto ao assunto que o levara lá, disse ao poeta que dom Bernardo havia reassumido a Secretaria e que um édito estava correndo na cidade e que ele o havia levado para que ele pudesse lê-lo. Gregório leu-o e ficou estupefato com o que acabara de ler, pois ali havia informação de que o governador havia sido afastado pelo rei de Portugal e Gregório sabia que era obra de padre Vieira, pois o marquês de Minas que substituiria Antônio de Souza era amigo do padre Vieira desde os seus primeiros anos, além de ser filho e neto de amigos da família Ravasco. Diante de tal informação, Gregório convidou Tomás Pinto Brandão para comemorarem com o vinho que estava num tonel sobre a mesa. Após as comemorações, Tomás indagou a Gregório de Matos sobre o que iria fazer da vida quando retornasse à Bahia, perguntou ainda se continuaria fugindo, Gregório o respondeu-lhe que não se pode fugir do inferno.

*

E. Cap. 5, Subcap. 2, 3ª Part., P. 312-313, § 1º-16º, L. 1-60

No pátio da capela, apoiados sobre o muro, estavam dois canhões de bronze de fabricação holandesa Henrique Vestrink, que haviam sido colocados ali para defender o engenho contra os próprios holandeses, cujos barcos corsários vinham, de tempos em tempos, atacando e saqueando os produtores de açúcar do litoral. As peças estavam cobertas de limo verde e o vermelho dourado do metal desaparecera por completo.

Gregório de Matos e Samuel da Fonseca saíram da casa grande e juntos caminharam até o pátio da capela. Dali podia-se ver toda a região em volta, e a baía inteira, com as duas pontas de terra avançando uma para a outra, quase se unindo na linha do horizonte. O dia estava de uma luminosidade intensa, céu e mar do mesmo azul.

Sentaram-se no muro de pedras construído pelos escravos, os seixos encaixados uns sobre os outros com perfeição. O muro cercava o pátio e descia pelas encostas do morro, alongando-se pela propriedade, paralelo ao mar. Para se chegar à praia, era preciso passar por fendas estreitas.

Crianças brincavam sobre o muro, distante dali. Suas vozes chegavam com nitidez trazidas pelo vento.

“Imagino o que o Braço de Prata deve estar fazendo na cidade, aproveitando seus últimos dias: arrasando os cofres, enchendo a cadeia e o cemitério com quem quer que lhe tenha feito oposição, empregando todos os parentes, amigos, contraparentes, amigos dos amigos. Uma devastação.”

“Parece que estamos saindo de um pesadelo.”

“E estamos.”

Um dos meninos que brincava no muro gritou que vinha chegando gente. Um veleiro aproximava-se, ziguezagueando pela água desviando-se das pedras, aproveitando as rajadas de vento. Depois de muitas manobras precisas, jogaram os ferros, um pouco além do cais.

Um pequeno escaler foi arriado, com dois remadores e mais dois homens: um de batina e outro com o aspecto de um fidalgo, de cabeleira cuidada e gestos delicados.

“É meu irmão”, disse Gregório de Matos.

“Sim, é padre Eusébio. E Bernardo Ravasco.”

Gregório de Matos sentiu, ao mesmo tempo, felicidade e melancolia. O que iria pensar seu irmão ao vê-lo tão longe da decência urbana, a viola pendurada nas costas, a barba por escanhoar, vestido com roupas sujas e ordinárias? Ajeitou os cabelos com os dedos, enfiou a camisa para dentro da calça. Deixou a viola sobre o muro.

Alguns minutos depois os homens desembarcaram.

Os irmãos abraçaram-se longamente.

Eusébio de Matos era o irmão do meio e, como todo irmão do meio, era padre. Escrevia poemas e estudos. Fora jesuíta, e muito estimado por Vieira. Tinha uma memória prodigiosa: nos debates, não precisava consultar os livros para convencer as autoridades; estudava poucos minutos um assunto e logo sobre este ostentava erudição teológica, tanto no púlpito como diante de padres de Évora que vinham a mandado do Geral. Dizia que a felicidade humana, tão disputada e apetecida por todos, consistia em ser homem comum, estender-se sobre ervas e dormir a sono solto, exposto à multidão que passasse.

Era grande pregador, comparado por muitos a Antonio Vieira e Francisco de Sá. Fora expulso da Companhia de Jesus por estimar a liberdade, especialmente junto a mulheres, das quais tinha filhos bastardos. Tornara-se clérigo de Nossa Senhora do Carmo. Como carmelita, pregava na catedral. No dia que desembarcara de Portugal, Vieira fora assistir à pregação de seu venerando Eusébio de Matos. Ao fim da pregação, Vieira fora abraçá-lo, a reclamar da rigorosa severidade com que os jesuítas haviam lançado da Companhia tão valoroso soldado.

*

RESUMO DA PARTE SUBSEQÜENTE (4^a-5^a, p. 313-317)

Bernardo Ravasco segurava um maço de papéis, estava mais magro, com as marcas do sofrimento passado na cela subterrânea. Porém, feliz e emocionado com a chegada do novo governador, Dom Antônio Luiz de Souza, o marquês de Minas. Mesmo assim, para Bernardo Ravasco nem tudo estava terminado, pois não sabia o que pensava o rei sobre aqueles acontecimentos envolvendo a família Ravasco.

Na verdade, o que os Ravascos esperavam do rei era que mandasse lamentar junto a Antônio de Souza seus excessos como governante, exigindo dele retratação pública para com Vieira. No entanto, os desmandos do ex-governador só foram acreditados para o rei, depois de muitas queixas provenientes de diversas autoridades. Mesmo depondo o governador, dom Pedro II sentenciara Vieira à desgraça.

E, para devassar a atuação do governador deposto, chegou à capitania o desembargador André de Moraes Sarmiento. O sindicante trouxera, também, provisões de sua majestade para averiguar se Bernardo Ravasco fora realmente retirado de seu cargo pelo ex-governador.

Depois de feita a devassa, o sindicante mandado pelo rei partiu com muitas cartas de aprovação ao ex-governador, levando para Portugal a imagem de um governador canonizado.

Antônio de Souza, ao ir embora, garantiu que voltaria para exercer seu terceiro ano de governador que lhe haviam “usurpado.”

E, para o rei, a decisão de depor Antônio de Souza parecia ser fruto de pressões políticas, e não de seu próprio discernimento. Quanto a Vieira, o rei confirmava sua inclemência e condenação. Vieira desejava permanecer em seu exílio no Brasil, até a morte, mas não caído das graças de sua majestade.

Vieira continuava doente, ele dizia que estava preparado para a morte. Lamentava-se por não deixar os Ravascos nem viver nem morrer em paz. Além de doente e muito velho, o jesuíta vivia uma vida pobre como sempre.

*

F. Cap. 5, Subcap. 2, 6ª Part., P. 317, § 1º-2º, L.1-11

Se as notícias que Bernardo Ravasco trazia da terra eram más, as do céu não pareciam melhores. Tinham surgido, em maio, dois cometas. Prenúncios... Mandaram os jesuítas fazer retratos dos meteoros para enviar a el rei, para que pudesse se inteirar com mais nitidez. O primeiro fora observado por um padre alemão, grande matemático, no céu de Pernambuco. O segundo aparecera no Rio de Janeiro, visto pelos índios e pelos padres que ali residiam. O de Pernambuco mostrava-se de dia, partindo o Sol ao meio. O do Rio aparecia de noite, e trazia na cauda três estrelas. Faltava apenas um sinal na Lua para que se confirmasse o texto *Erunt signa in sole et luna et stellis*.

Assim terminou o governo tirânico do Braço de Prata.

*

EPILOGO - *BOCA DO INFERNO* de Ana Miranda

2.- O Epílogo

A. Cap. 2, 1ª Part, P.321-322, § 1º-11º, L.1-70.

Gregório de Matos permaneceu no Recôncavo ainda algum tempo. Esqueceu-se de Maria Berco. Durante o período de governo do marquês de Minas, teve paz. Voltou a advogar. Apaixonou-se por Maria de Povos, uma viúva, negra, pobre, com que se casou. Desse casamento, do qual recebera um dote dado pelo tio da noiva, teve um filho que chamou de Gonçalo, em homenagem ao filho ilustre de Bernardo Ravasco. O amor de Gregório de Matos por Maria de Povos foi cantado em lindos versos pelo poeta.

Mas logo depois do casamento, ele voltou à vida descuidada, metido com os amigos em festas, cavalhadas, passeios, banquetes nos arredores da Bahia, no Recôncavo, nas camas e catres das mulheres. Amava as negras, fretava todas, cantava o burlesco.

Acabou por abandonar a mulher, dedicando seu tempo a perambular pelo Recôncavo, a embriagar-se e a escrever a maioria de suas sátiras. Foi neste período que o poeta criou a parte mais crua e profunda de seus escritos sobre os costumes da colônia.

Após o governo do marquês de Minas, Gregório de Matos teve novas contendas com o poder. Governava a Bahia Antonio Luiz da Câmara Coutinho, apelidado de Tucano por ter um enorme nariz e corcova às costas. Após recusar mercês solicitadas pelo poeta, o Tucano foi satirizado por Gregório de Matos, de maneira virulenta e cruel. Chamou-o de filho de rascoa, sodomita, figurilha, corcova de canastrão, com nariz de rabeção em cara de bandurriilha, hiena que falava como putana, bronco, racional como um calhau, maligno desde o tronco, que tinha os criados sempre aferrolhados para o pecado mortal, jumento de mãos guadunhas, puta dos calções, que por um cu enjeitava um có, esperador de cus, e assim por diante.

Ao terminar o governo do Tucano, ficou na Bahia um sobrinho deste governador, com o intuito de matar Gregório de Matos. O sucessor de Tucano, João de Lencastre, amigo de Gregório de Matos, decidiu prender o poeta, alegando ser uma medida de precaução, para protegê-lo.

Refugiado na ilha da Madre de Deus, o poeta foi traído por Gonçalo Ravasco, que lhe enviou uma carta marcando um encontro. No local acertado, Gregório de Matos deparou-se com os guardas de João de Lencastre, que o prenderam.

Algum tempo depois, Gregório de Matos saiu do presídio da Lioneira e foi degredado para Angola, numa caravela onde ia, também, a tropa de cavalos de el rei para Benguela. Gregório de Matos despediu-se, para sempre, da cidade que tanto amava e odiava. Adeus praia, adeus cidade, adeus povo, adeus Bahia, adeus canalha infernal.

Em Luanda, o poeta degredado envolveu-se numa sublevação de militares que tinha, como razões mais profundas, os impostos, a miséria e a fome em Angola. Por ter colaborado com o governador, Gregório de Matos recebeu como recompensa a liberdade para deixar Angola, mas não de volta à Bahia, senão rumo a Pernambuco, conforme determinação de João de Lencastre, que não o queria mais na cidade onde residia.

Em Recife, o poeta foi proibido de escrever suas sátiras. Trabalhou como advogado, num escritório decorado com bananas. Andava nu, assustando as pessoas. Sem recursos, doente, viveu até 1695, escrevendo sonetos e, é claro, sátiras. Jamais se afastou de suas crenças, de sua intimidade com as mulheres e com Deus. Acometido de uma "febre maligna e ardente, que aos três dias ou aos sete debaixo da terra mete o mais robusto", Gregório de Matos, morreu, com cinqüenta e nove anos, em Recife. Foi enterrado na capela do hospício de Nossa Senhora da Penha. A capela foi demolida, não restando nenhum vestígio de Gregório de Matos e Guerra.

Suas poesias foram registradas num livro, pelo povo, a pedido do governador João de Lencastre. O livro ficava aberto numa sala do palácio e havia, às vezes, filas de pessoas com sátiras e poemas líricos nas mãos, ou de cor, para serem transcritos.

Poucos sabiam se tais escritos eram realmente de Gregório de Matos, mas ele fora o grande mestre nas sátiras, nas imprecações, nos xingamentos condenatórios, na ridicularização da autoridade e das instituições, na ambivalência, no preconceito, na dessacralização, na profanação, nas histórias escatológicas, sexuais, e no amor. Tudo que se escrevesse, afinal, sobre esses temas, era um pouco de Gregório de Matos.

*

B. Cap. 2, 2ª Part, P.323-325, § 1º-14º, L.1-84.

ANTONIO VIEIRA, sempre doente, prosseguiu no trabalho de seus sermões. Até 1689, fez imprimir, a cada ano, um volume de sermões e, a partir daí, um a cada dois anos. Revisava penosamente suas anotações e esboços, e escrevia com sua própria mão, apesar de ter apenas uma vista. Padre Soares, sempre a seu lado, ajudava-o neste trabalho.

Porém o trabalho de escritor não o satisfazia totalmente. Continuou a lutar, de seu leito, pelas suas idéias de justiça e verdade. Envolveu-se em tenebrosas intrigas sobre o governo do Brasil, no qual Bernardo Ravasco ocupava a posição dominante de secretário geral. Aos oitenta anos, Vieira assumiu o cargo de visitador geral das missões.

Houve uma notável enchente no rio São Francisco, que levou casas e alagou toda a região. Dois missionários que doutrinavam tapuias nas aldeias daquelas plagas fizeram orações para que o mal cessasse, sem efeito. Entenderam os índios que o deus dos cristãos não era tão poderoso como pregavam os padres e resolveram fazer outro deus, escolhendo o índio de mais alta estatura, incensando-o com fumo de tabaco, adorando-o numa igreja construída com ramos de palhas. Sabendo disto, portugueses amarraram o deus indígena, queimaram a igreja. Os índios da aldeia ficaram ao abandono. Vieira intercedeu. Depois mandou, para remédio da fome da aldeia, um bom socorro em dinheiro, não dinheiro dos jesuítas, mas do trabalho e do lucro das impressões de seus escritos.

Lutou pelo envio de padres jesuítas negros, em vez de brancos italianos, a Palmares, na república de Ganga Zumba ao longo do rio São Francisco.

Envolveu-se na questão da baixa da moeda. Depois no problema do perigo da total extinção da moeda no Brasil, causada pelas frotas. Os mercadores achavam mais em conta exportar moedas – que não pagavam fretes nem direitos – do que mandar açúcar. Os não mercadores, que encontravam a mesma facilidade para enviar dinheiro para fora, mandavam-no para o gasto dos negócios políticos, apelações, demandas, pretensões de ofícios eclesiásticos e seculares, dotes de freiras.

Havia outras causas da sangria de dinheiro do Brasil: o retorno, para Portugal, dos mercadores enriquecidos na colônia, e dos ministros e outros homens “de bem”, que sempre levavam mais do que tinham trazido. Assim, com esses escoadouros de dinheiro, ficava mais debilitada a colônia. Os naturais não tinham quem lhes comprasse os produtos e nem moeda para investir na fabricação de gêneros. A cultura estava à beira de cessar. Terras tão opulentas e férteis se tornavam as mais estéreis. Vieira sugeriu ao rei o remédio: a criação da moeda provincial, com preço extrínseco. Os ministros do Brasil, por interesses próprios, não aprovaram este zelo.

Vieira defendeu, mais uma vez, a liberdade dos índios. Desta vez, contra as pretensões dos paulistas que queriam usá-los nas minerações de ouro, enfim descoberto através das bandeiras.

Em 1696, Vieira ficou completamente cego e parcialmente surdo. Mesmo assim, ditou cartas, que José Soares escrevia. Uma delas, a Sebastião de Matos e Souza, sobre a discórdia dos mercadores com os senhores de engenho a respeito do preço de seu produto. Defendeu o abatimento do preço do açúcar, todavia com a balança

na mão, de maneira que também se abatessem os preços das outras coisas. Mas considerou uma injustiça que crescessem os preços em Portugal e Angola.

Bem sabia que não era de sua profissão envolver-se em tais matérias, mas Vieira acreditava que, como nos incêndios, e nos outros apertos e necessidades, ninguém estava isento, antes todos tinham obrigação de acudir.

Durante sua vida, estivera cinco anos em todas as aldeias da Bahia, e nove anos na gentildade do Maranhão, onde levantara dezesseis igrejas, fazendo catecismos em sete línguas diferentes. Embarcara trinta e seis vezes, para a França, Inglaterra, Holanda, Suécia, Itália, Brasil, todas a serviço de sua majestade.

Sua correspondência prosseguia, assídua, com os amigos de Portugal e de outros países da Europa, e com reis, como a rainha Catarina da Inglaterra. Vieira enviou uma circular à nobreza de Portugal, despedindo-se.

Como resposta à circular, recebeu, na quinta do Tanque, a visita de um soldado da frota, com o objetivo de poder testemunhar em Lisboa se o jesuíta ainda estava vivo. O velho pregador dizia missa todos os dias.

Pouco depois da partida do soldado, Antonio Vieira morreu. Assistiram sua morte José Soares e o reitor do colégio da Bahia, João Antonio Andreoni, o jesuíta toscano, com quem tratara muitas disputas ideológicas. Padre Andreoni era condescendente quanto à escravização dos ameríndios, traduzira para o italiano um trabalho anti-semita intitulado *Sinagoga desenganada*, e inclinava-se a favor das nomeações de italianos e alemães para os altos cargos da companhia. Vieira fora, acima de tudo, um português patriota que favorecia seus conterrâneos. Morreu logo após terminar a *Clavis prophetarum*.

O barco que, no verão de 1697, levou ao reino a notícia de sua morte, transportava ainda cartas suas.

*

C. Cap. 2, 3ª Part, P.325, § 1º-5º, L.1-19

BERNARDO RAVASCO morreu dois dias depois de seu irmão. Enfermo, não soube da morte de Antonio Vieira. Dez anos antes de morrer, em 1687, recebera, juntamente com o irmão jesuíta, sentença favorável no caso do crime do alcaide.

Seu livro, *Descrição topográfica, civil e militar do estado do Brasil, nunca foi encontrado. Escreveu cinco anos antes de sua morte, um Discurso político sobre a naturalidade da Coroa de Portugal nas guerras presentes das Coroas da Europa, e sobre os danos que da neutralidade podem resultar a essa Coroa e como se devem e podem obviar.*

Deixou numerosa obra poética, em português e castelhano. Nunca pode realizar seu sonho de entrar para a Companhia, mesmo por conselhos de Vieira, que acreditava ser seu irmão mais útil à sociedade no cargo administrativo de secretário.

Após a morte de dom Bernardo, seu filho Gonçalo Ravasco Cavalcanti de Albuquerque, conforme licença de 13 de julho de 1663, foi nomeado secretário de Estado em lugar do pai.

Gonçalo Ravasco, após trair seu amigo Gregório de Matos, passou a ter insônias e pesadelos. Foi um secretário exemplar.

*

D. Cap. 2, 4ª Part, P.325-326, § 1º, L.1-10

JOSÉ SOARES, o diligentíssimo amanuense e fidelíssimo companheiro por mais de trinta anos de Vieira, morreu aos setenta e quatro anos. Quinze dias antes de morrer, segundo contou Andreoni, padre soares teve a visão de um encontro com Vieira, que, "com os olhos levantados para o céu, o convidara a partir", pelo que ficara "repleto de alegria". Dias depois, caído ao leito, "mandou, de repente, no meio da conversa, que se desse o sinal de sua própria morte tocando-se a sineta, segundo o

costume; e apenas recitadas as costumadas preces, imediatamente depois de pronunciadas, expirou, invejando piedosamente sua morte os que se achavam presentes”.

*

E. Cap. 2, 5ª Part, P.326-327, § 1º-12º, L.1-64

JOÃO DE ARAÚJO GOIS, como sempre, continuou a sair todas as manhãs de casa às nove horas. Às nove e cinco passava defronte à igreja, persignava-se beijava a cruz da Ordem de Cristo que trazia no pescoço. Às nove e quinze entrava no Tribunal para trabalhar.

Numa manhã de abril de 1686, quem acertava seu relógio pela passagem do magistrado viu-se atônito. Desde vinte e um anos antes, quando fora admitido na Relação, pela primeira vez o filho do escrivão da Misericórdia não saiu de casa. Em seu lugar, surgiu uma escrava gorda e ofegante, dando a notícia: Gois estava morto.

Foi uma das vítimas da desgraça que se abateu sobre a cidade. Como na Índia, na Tessália, na Macedônia, uma epidemia devastadora se espalhou na Bahia, matando a população, como o fizera pelo Mediterrâneo, onde dizimara o sul da França, parte da Inglaterra, Alemanha, Polônia.

Na colônia, havia constantemente casos ou surtos de varíola, sarampo, sífilis, bócio endêmico, parasitoses, dermatoses, febres, desinterias. Os jesuítas, tomando o lugar dos sacerdotes curandeiros indígenas e negros, usavam a medicina como uma poderosa arma de catequização. Tendo aprendido na prática o uso da medicina, os jesuítas amputavam pernas, sugavam mordeduras de animais venenosos, medicavam de maneira arbitrária. Em diversas cidades coloniais não existiam boticas senão nos recintos jesuíticos, onde os padres eram, ao mesmo tempo, salvadores das almas e dos corpos, tudo isso de uma maneira rude, sem anotações, sem estudos, sem contagem.

Ao lado dos jesuítas, os judeus e cristãos-novos transmigrados da Europa, em alguns casos profissionais da medicina, também atuavam. Os poucos médicos formados eram burocratas empregados na Coroa, na Câmara e nas tropas. Os cirurgiões-barbeiros, físicos ou licenciados, só podiam exercer a cirurgia. Mas, por falta de médicos, os aprendizes, boticários, anatomistas, curandeiros, feiticeiros e curiosos exerciam a medicina, sem inspeção.

Raramente alguns delegados ou comissários ligados ao cirurgião-mor do reino controlavam alguma coisa. Fiscalizavam de maneira superficial as práticas sanitárias. Os enfermeiros eram ignorantes da profissão, não se encontravam remédios, não havia acomodações para docentes, tampouco instrumental cirúrgico. Diante desse quadro desolador, a peste tornou-se vitoriosa na Bahia.

Foi um período de terror. Assolados pelo medo da morte, pela dor da perda de seus parentes e amigos, os habitantes da cidade evitavam aproximar-se de seus semelhantes. Confusos, atônitos, desorientados, desatinados, temiam mesmo ficar em casa.

As ruas estavam desertas. Devotos teatinos passavam de casa em casa intimando as pessoas a se confessarem. Famílias morriam no caminho de outras cidades. Chegavam notícias de destruição nas cidades vizinhas.

Navios evitavam atracar no porto, onde apenas algumas embarcações permaneciam, abandonadas pela tripulação, que havia, parcial ou totalmente, sucumbido. O trabalho na cidade estava parado, guindaste não levantava nem descia cargas. As tabernas estavam fechadas, a prostituição cessara.

Havia filas inúteis nas portas dos estabelecimentos que vendiam produtos básicos; não havia mais sal, farinha, azeite, bacalhau, vinho, tecidos. Comiam-se produtos gerados por ali mesmo, de hígidez suspeitosa. Faltavam meias, chapéus, aniagem, armamentos, cobre fundido, produtos para os engenhos, drogues, sarjas,

brocados, linha e papel. Os preços estavam altíssimos, estabeleceu-se um mercado negro de vendas a quem pagasse mais.

Nos cemitérios, escravos abriam covas e padres inumavam, vezes, seis corpos numa mesma vala, em rápidas cerimônias. As enfermarias e casas estavam repletas de doentes. Em três meses havia sido sepultada a maior parte da população da Bahia.

Desta peste morreram, também, o arcebispo João de Madre Deus e o desembargador Palma.

*

E. Cap. 2, 6ª Part, P.327-328, § 1º, L.1-9

ANTONIO DE SOUZA DE MENEZES, vigésimo quinto governador e capitão-general do Brasil, jamais esqueceu seu ódio por Vieira. Viveu o resto de seus dias atormentado pelo rancor e pelo arrependimento de seu pecado cometido nos anos que passou recolhido na quinta de Olivais. Vieira foi o único homem a saber que perversão fora essa, porém nunca a revelou. Ouvira-a em Lisboa, quando o Braço de Prata, então nomeado governador de Campo Maior, o procurava para que intercedesse a favor de um marujo preso pelo assassinato de uma marquesa.

*

F. Cap. 2, 7ª Part, P.328, § 1º, L.1-6

O alcaide TELES obteve o perdão do rei através do governador João de Lencastre. Descobriu, depois de alguns anos da morte do irmão, que as primeiras desavenças entre os Menezes e os Ravasco haviam sido causadas por uma mulher fidalga entrevista na sombra de alguma rótula, ou no mistério de uma serpentina. Supõe-se que tenha sido dona Bernardina Ravasco.

*

G. Cap. 2, 8ª Part, P. 328, § 1º-2º , L.1-10

ANTONIO DE BRITO foi à Corte por ordem de el rei para tentar livrar-se da acusação do crime do alcaide. Levou recomendação de Vieira a dom Marchão Temudo. O jesuíta tentava justificá-lo pelas razões de honra do mundo e de legítima defesa. Escreveu Vieira: "Mata, que el rei perdoa!", pois acreditava que aquele prudentíssimo monarca queria antes servir-se dos homens de valor que perdê-los.

Antonio de Brito ficou homiziado até 1692, quando foi perdoado pelo rei dom Pedro II, por interferência do papa Inocêncio XII, para comprazer ao grão-duque da Toscana, irmão do cardeal d'Este.

*

H. Cap. 2, 9ª Part, P. 328, § 1º-2º , L.1-8

O *hakbam* SAMUEL DA FONSECA, logo depois de deposição do Braço de Prata, partiu para Amsterdã. Casou-se com Judith, filha de um rabino, jovem e muito bondosa. Mas sua esposa logo morreu.

Tornou-se membro do colégio rabínico, posto que ocupou até a morte, em 1698. Sua fortuna foi convertida em livros. Vendeu todos os bens, ficando apenas com a casa impressora. Imprimiu uma Sefer Torah com ornamentos. Dedicou seus últimos anos de vida, como era seu sonho, a ler e a imprimir livros. Foi sepultado em Amsterdã.

*

I. Cap. 2, 10ª Part, P. 328-329, § 1º-5º, L.1-28

O vereador LUIZ BONICHO, socorrido na capitânia em que embarcara ao fugir para Portugal, chegou vivo a Lisboa.

Depois de convalescer de sua mutilação, procurou, no Porto, o mesmo ourives que fizera o braço de Antonio de Souza; mas não teve dinheiro para pagar uma peça de prata, e passou a usar um rude gancho de ferro em lugar da mão que perdera. Lutou junto a autoridades e a el rei pela deposição do Braço de Prata.

Sem recursos, pois tudo perdera quando de sua fuga do Brasil, alistou-se na tripulação da capitânia destinada à Índia, do jovem vice-rei conde de Vila Verde, que deixou o Tejo em março de 1692. A viagem foi desastrosa, com doenças e temporais, e uma parada forçada na insalubre ilha de Moçambique, dizimando passageiros e tripulação de tal maneira que, quando a capitânia Nossa Senhora da Conceição finalmente alcançou Goa, apenas oitenta e quatro do grupo original de quinhentos e oitenta homens estavam vivos. Bonicho sofrera, na viagem, de escorbuto e febre, e ficou prostrado pela doença meses a fio.

Abandonado pela frota em Goa, partiu, depois, para o golfo Pérsico, onde juntou-se, em Bandar Kung, à tripulação de uma esquadra de piratas. Participou de muitos saques a navios portugueses, espanhóis e ingleses, sendo seriamente ferido por uma bala de bacamarte, perdendo uma das pernas.

Bastante mutilado, porém rico, em dezembro de 1698 voltou, no navio São Pedro, para Portugal e dali para sua sonhada Paris, de onde não se teve mais notícias suas. Uns dizem que viveu entre haréns de belos rapazes, em castelos, cercado de luxo. Outros afirmam que se encerrou num convento, tornando-se clérigo, arrependido de seus vícios.

*

J. Cap. 2, 11ª Part, P. 329, § 1º-2º, L.1-8

ANICA DE MELO recebeu de volta sua casa de alcouce, ali permanecendo por alguns anos, sempre visitada por Gregório de Matos, mesmo casado.

Quando do degredo do poeta, Anica de Melo partiu para Angola, na esperança de reencontrá-lo. Porém sua embarcação soçobrou perto da costa de África, num ataque de corsários holandeses. Anica de Melo morreu, afogada, a poucas léguas de Gregório de Matos, sem que o poeta jamais soubesse de sua morte.

*

L. Cap. 2, 12ª Part, P. 329-330, § 1º-5º, L.1-29

MARIA BERCO esperou em vão, que Gregório de Matos a procurasse, de volta à Bahia, após a partida do Braço de Prata. Rica, teve muitas propostas de casamento, apesar de seu rosto desfigurado, não aceitando nenhuma delas. Sofreu muito quando soube do casamento do poeta com a viúva Maria de Povos, e do nascimento de um filho.

Partiu para Lisboa na capitânia que levava João Luiz da Câmara Coutinho, ao término de seu governo.

Em Portugal, após afirmar para vizinhos invejosos de sua riqueza que os judeus no Brasil eram bons, foi denunciada à Inquisição. Passaram-lhe mandado de prisão, em dezembro de 1697, sob suspeita de práticas judaizantes, e por dizer palavras "que ofendiam muito as orelhas cristãs". No julgamento, confirmou suas convicções sobre a bondade dos judeus. Ameaçada com os martírios pelos inquisidores, muito aterrada pediu misericórdia com lágrimas e mostras de arrependimento. Porém jamais mencionou o nome de Samuel da Fonseca, que a havia ajudado a libertar-se e a acolhera em seu engenho.

O tribunal, que a havia julgado herege e apóstata, incorrendo na pena de excomunhão e seqüestro de seus bens para o Fisco e a Câmara real, deu-lhe na sentença, passada em outubro de 1699, certas atenuantes. Consentiu o reconciliar-se, como pediu, abjurando publicamente suas convicções. Impôs-lhe cárcere com hábito penitencial perpétuo, degredo para São Tomé por dois anos e proibição de voltar a Portugal, ficando *absoluta in forma ecclesiae* pela excomunhão em que incorrera.

Morreu na ilha de São Tomé, pobre, com o rosto desfigurado, da mesma febre que matara Gregório de Matos. Maria Berco nunca esquecera o poeta, e seu último pensamento, ao expirar, foi um de seus poemas: "Acabaram-se as trovas e tudo, enfim, se acabou".

*

M. Cap. 2, 13ª Part, P. 330, § 1º-2º, L.1-8

O MOLECOTE de quinze anos, escravo africano, que ajudou os conspiradores fazendo parar a liteira do alcaide-mor à hora do crime, nunca foi descoberto. Uns diziam ser o Moçorongo, escravo de Tomás Pinto Brandão.

Gregório de Matos afirmou, em certa ocasião, que o molecote havia sido um dos negros revoltosos que tiraram a espada, anos depois, para desembargadores, e que foram, por isso, enforcados, atezados e esquartejados.

*

N. Cap. 2, 14ª Part, P. 331, § 1º, L.1-5

A CIDADE DA BAHIA cresceu, modificou-se. Mas haveria de ser para sempre um cenário de prazer e pecado, que encantava todos os que nela viviam ou a visitavam, fossem seres humanos, anjo ou demônios. Não deixaria de ser, nunca, a cidade onde viveu o Boca do Inferno.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)